

Movimentos do linguístico: forma e sentido em enunciação



Organizadores:

Luiz Francisco Dias

Luciani Dalmaschio

**Organizadores:
Luiz Francisco Dias
Luciani Dalmaschio**

**Movimentos do linguístico:
forma e sentido em enunciação**

**Belo Horizonte
FALE/UFMG
2020**

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Faculdade de Letras/UFMG

M935 Movimentos do linguístico ; forma e sentido em enunciação /
organizadores: Luiz Francisco Dias, Luciani Dalmaschio. –
Belo Horizonte : Editora FALE/UFMG, 2020.
1 recurso online (504 p., enc. : il., fots., maps., tabs.) : pdf.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-87237-23-7.

Vários autores.

1.Linguística aplicada. 2. Análise do discurso. 3.
Semântica. 4. Enunciação. 5. Gramática comparada e geral. I.
Dias, Luiz Francisco. II. Dalmaschio, Luciani. III. Título.

CDD : 418

MOVIMENTOS DO LINGUÍSTICO: FORMA E SENTIDO EM ENUNCIÇÃO

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG

Diretora: Profa. Graciela Ines Ravetti de Gómez

Vice-Diretora: Profa. Sueli Maria Coelho

Coordenadora da Câmara de Pesquisa:

Profa. Andréa Machado de Almeida Mattos

Organizadores: Luiz Francisco Dias e Luciani Dalmaschio

Conselho Editorial:

Ana Zandwais (UFRGS)

Cármem Lúcia Hernandes Agustini (UFU)

Jorge Viana Santos (UESB)

Sheila Elias de Oliveira (UNICAMP)

Taisir Mahmudo Karim (UNEMAT)

Projeto Gráfico: Jéssica Patrícia de Oliveira

Editoração: João Carlos Guimarães Andrade

SUMÁRIO

(clique no título para o acesso ao texto)

- 8 **APRESENTAÇÃO**
- 10 **A PROBLEMATIZAÇÃO DA XENOFOBIA NA/PELA MÍDIA REFERENCIAL: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DE PONTOS DE VISTA**
Bárbara Mano de Faria
Edna Clara Januário de Araújo
- 34 **SENTIDOS DE FAMÍLIA NO ESTATUTO DA FAMÍLIA DO SÉCULO XXI**
Byron De Castro Muniz Teixeira
Danilo Sobral De Souza
Adilson Ventura
- 44 **A (RE)CONFIGURAÇÃO DOS DISCURSOS: O POLÍTICO NA CONSTITUIÇÃO ARGUMENTATIVA**
Edna Cristina Silveira
Luciani Dalmaschio
- 64 **A ARGUMENTAÇÃO E OS CONECTORES EM TEXTOS PUBLICITÁRIOS DE CURSOS DE INGLÊS**
Estela Seraglio Furrer
Neuza Zattar
- 80 **APAIXONAR-SE E ARREPENDER-SE: REFERENCIAIS E PERTINÊNCIAS ENUNCIATIVAS**
Fátima Grazielle de Souza
Neuza B. da Silva Zattar
- 103 **REFLEXÕES SOBRE O EMPREGO DO ADVÉRBIO**
Fernanda Kelly Mineiro Fernandes
Helena Maria Brito dos Santos

- 121 A FORMAÇÃO DE NOMES NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UM VIÉS ENUNCIATIVO
Francys Silva Araújo
- 138 FORMAÇÕES NOMINAIS E RELAÇÕES SOCIAIS: ANÁLISE DE FORMAÇÕES NOMINAIS DA PÓS-MODERNIDADE
Gabriele Cristine Carvalho
- 157 REFUGIADO: SENTIDOS CONSTITUTIVOS DE UMA PALAVRA
Giseli Veronêz da Silva
Taisir Mahmudo Karim
- 171 DOS PORÕES DE NAVIOS NEGREIROS AO ECO DA VIDA-LIBERDADE: SENTIDOS DE MULHER NEGRA NO POEMA "VOZES-MULHERES"
Graciethe da Silva de Souza
Jaqueline Cunha Ribeiro
Jorge Viana Santos
- 189 O ÍNDIO (NEGRO DA TERRA): DE ESCRAVO À FRONTEIRA VIVA NO ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO DO BRASIL
Jane Josefa da Silva Camilo
Taisir M. Karim
- 202 SENTIDOS DE ARQUIVO E ESCRAVIDÃO NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO
Jaqueline Cunha Ribeiro
Graciethe da Silva de Souza
Jorge Viana Santos
- 222 "NÃO PODEMOS ESPERAR": NÓSCAPTAÇÕES ENUNCIATIVAS NO DISCURSO POLÍTICO
Jaqueline Batista Soares
Maíra Ferreira Sant'Ana
Mariana Pinter Chaves

- 238 50 RECEITAS DE BOULOS PARA MUDAR O BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA CENA ENUNCIATIVA EM UM PROGRAMA DE GOVERNO
Jefferson Vieira Góes
Mariza Gabriela de Lacerda
- 251 A TELENOVELA DONA BEIJA: PERSPECTIVAS DE LEITURA, ANÁLISE E ENSINO
Jocyare Souza
- 264 ESTUDO DO MARCADOR 'PUTA': UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA NA PERSPECTIVA DA TOPE
Joseléia Graciano da Silva
Marcos Luiz Cumpri
- 282 UM ESTUDO ENUNCIATIVO SOBRE A FORMAÇÃO NOMINAL FAKE NEWS EM TEXTOS VIRTUAIS E NÃO VIRTUAIS
Jucineia Seraglio
Neuza Zattar
- 294 OS SENTIDOS DE MULHER NEGRA NA REVISTA CLÁUDIA
Júlia Bomfim Costa
Lívia Cristina de Souza Sigliani
Adilson Ventura
- 308 A TEMPORALIDADE E A CONSTRUÇÃO DOS EFEITOS DE SENTIDO DOS MEMES
Juliemerson José da Silva
Luciani Dalmaschio
- 333 UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DOS SENTIDOS DE SÍMBOLO NO LIVRO MENSAGEM
Marcelle Bittencourt Xavier
Priscila Taylana Carvalho de Souza

- 349 A REPRESENTAÇÃO DA “MULHER PARA CASAR” EM LETRAS DE CANÇÕES
BRASILEIRAS: UM ESTUDO SOB O VIÉS SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO
Nádia Dolores Fernandes Biavati
Carla Cassiano de Almeida
Dulcinéia Silva Jerônimo
- 365 ASPECTOS ENUNCIATIVOS NO DISCURSO DE POSSE DA MINISTRA DAMARES
ALVES
Natália Silva Giarola de Resende
Thiago Fernandes Peixoto
- 385 RELAÇÕES SEMÂNTICAS ENTRE A DESIGNAÇÃO APOSITIVA E A FORMAÇÃO
NOMINAL DE NOME PRÓPRIO
Neuza Zattar
- 406 O ESTUDO DA GRAMÁTICA NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE CRÍTICA E
PROPOSTA DE INTERFACE COM A LÍNGUA EM USO
Rosália Pricila Guimarães
Priscila Brasil Gonçalves Lacerda
- 429 PLANTA/TEXTO: UM ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO DA CATEDRAL DE SÃO
LUIZ NO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES- MT
Solange Moreira dos Santos Velozo
Taisir Mahmudo Karim
- 449 PERSPECTIVAS DA PREDICAÇÃO
Thalita Nogueira Dias
- 468 AS RELAÇÕES DE PREDICAÇÃO NO ENUNCIADO “É VERDADE ESSE BILETE”:
UM OLHAR SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO
Vic Stussi de Mello Martins (UFSJ)
Laura Dela-Sávia Braga e Castro (UFSJ)
- 489 A NOMINALIZAÇÃO E O LUGAR DE SUJEITO: ESPAÇO DE PROJEÇÃO PARA
MEMORÁVEIS
Waldemar Duarte de Alencar Neto

APRESENTAÇÃO

A constituição dos textos que integram a presente publicação foi motivada pela terceira edição do *Seminário Enunciação e materialidades linguísticas*, realizado na Faculdade de Letras da UFMG, nos dias 10 e 11 de outubro de 2019.

O evento contou com a participação de pesquisadores de diversas instituições brasileiras, sendo a maioria deles do Estado de Minas Gerais. A variedade de abordagens expressa nos textos da Obra é indicativa do quanto a temática das formas linguísticas concebidas pela enunciação é profíqua. Trata-se de um bom recorte do campo dos estudos enunciativos no Brasil.

Com efeito, a fertilidade desse campo pode ser compreendida tanto do ponto de vista da variedade dos focos de abordagem do fenômeno enunciativo quanto das perspectivas de abordagem dos fatos de enunciação.

Quanto aos focos de abordagem, temos trabalhos voltados para a história da gramática e para a exploração de categorias linguísticas, como advérbio, nominalização, predicação, aposição sintática, temporalidade e diferentes construções nominais. Por sua vez, outros textos abordam conceitos teóricos, como argumentação, discursividades, língua em uso, significação em Libras, discurso e arquivo, linguagem e ensino, semântica e sintaxe. Temos ainda textos que analisam fenômenos linguísticos, como memes, nomeação, assim também aqueles que levantam aspectos de variadas discursividades e da constituição do sujeito na sociedade.

Quando aos modelos teóricos de análise, temos estudos que exploram categorias linguísticas e aqueles que tendem a desenvolver aspectos discursivos de fatos de enunciação a partir de variadas materialidades.

A Faculdade de Letras da UFMG, através do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, e especificamente o Grupo de Estudos da Enunciação (ENUNCIAR) desta Instituição, sentem-se honrados pela aceitação dos participantes ao nosso convite para a participação no Evento e pela disponibilidade na cessão dos textos que ora apresentamos nesta publicação. Nós, organizadores do Evento, agradecemos os participantes e, especialmente, os autores dos textos desta obra por nos ter prestigiado com a apresentação competente dos resultados de suas pesquisas no campo da enunciação.

Luiz Francisco Dias

Luciani Dalmaschio

A PROBLEMATIZAÇÃO DA XENOFOBIA NA/PELA MÍDIA REFERENCIAL: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DE PONTOS DE VISTA

Bárbara Mano de Faria (UFMG)
Edna Clara Januário de Araújo (UFMG)

1. Introdução

Este trabalho se volta para o estudo dos diferentes pontos de vista - ligados, por sua vez, a diversas fontes enunciativas - que atravessam o discurso dos locutores na mídia dita referencial. Interessa-nos investigar a subjetividade na linguagem e o quadro formal de realização da enunciação com base em dois textos, datados de 2018, que problematizam a xenofobia por trás das políticas migratórias na Europa. O primeiro, veiculado pelo jornal *Estadão*, é intitulado “Crise na Europa já passou, mas xenofobia continua”¹. Já o segundo, intitulado “A xenofobia e a discriminação escondem-se sob a capa do nacionalismo”², é veiculado pela revista *Carta Capital*.

Observamos, hoje, um crescente processo de migração que, devido à sua proporção mundial, deve ser investigado e discutido. Em dados recentes divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU)³ foi constatado que o mundo possui hoje mais de 270 milhões de migrantes internacionais. E, de acordo com dados do ACNUR⁴ (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), em 2018, quase 70,8 milhões de pessoas foram deslocadas à força em todo o mundo, devido a fatores como conflitos, perseguições, violência ou violações de direitos humanos. Desse modo, o número de refugiados quase dobrou desde 2012, passando de 10,5 milhões para 20,4 milhões de pessoas que foram obrigadas a deixarem seus países de origem por terem sua vida ou liberdade ameaçadas.

¹ Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,crise-de-imigracao-na-europa-ja-passou-mas-xenofobia-continua,70002393322>. Acesso em: 25/10/2019.

² Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/a-xenofobia-e-a-discriminacao-escondem-se-sob-a-capa-do-nacionalismo/>. Acesso em: 25/10/2019.

³ Informação disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1696031>. Acesso em: 21/03/2020.

⁴ Informações disponíveis em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 25/10/2019.

Diante desse fenômeno que altera a configuração do mundo como o conhecemos, é necessário um olhar específico acerca dos discursos de cunho nacionalista e xenofóbico que se mobilizam em torno dos migrantes, não raro, associados ao imaginário da chamada “migração de crise” (CLOCHARD, 2007). Nosso objetivo é, pois, analisar os modos de problematização em torno da temática da xenofobia a partir da subjetividade na linguagem, das heterogeneidades enunciativas, das modalizações e dos atos de nomeação empregados para tratar de cada um dos temas identificados nos textos, tendo em vista a relação entre essas designações e os pontos de vista a que estão associadas. Para tanto, tomaremos como base a teoria de Benveniste (1988; 1989) em relação à subjetividade na linguagem e o aparelho formal da enunciação; as relações de transparência e opacidade nos enunciados conforme Dubois (1969); a proposta de Authier-Revuz (1990) no que diz respeito às heterogeneidades enunciativas; as proposições de Bakhtin em relação ao dialogismo interno; e as contribuições de Rabatel (2013) em torno da questão dos pontos de vista.

2. Questões teórico-metodológicas

Para que se possa compreender a maneira pela qual o dinamismo enunciativo do sujeito é determinante para a representação e a interpretação do discurso, é necessário, em um primeiro plano, analisarmos a subjetividade na linguagem e o quadro formal de realização da enunciação. A subjetividade tratada por Benveniste (1988) diz respeito à capacidade do locutor de se propor como sujeito. Para o autor, “é *ego* que diz *ego*”, tendo em vista que o homem se constitui como sujeito *na* linguagem e *pela* linguagem (*Ibid.*, p. 286). O fundamento da subjetividade se encontra no próprio exercício da língua. A consciência de *eu* só existe em contraste à instauração de *tu*, sendo que, a partir dessa realidade dialética, “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação” (BENVENISTE, 1989, p. 84).

As formas linguísticas *eu* e *tu*, denominadas tradicionalmente como “pronomes pessoais”, são, na verdade, formas de linguagem vazias de sentido figurativo, já que elas não remetem a um conceito ou a um indivíduo empírico, mas sim às pessoas enunciativas. Em contrapartida, os pronomes referentes à “terceira pessoa” exercem de fato o papel gramatical de tal categoria, já que substituem nomes que estão fora da alocação.

Tendo em vista que a subjetividade remete à realidade do discurso, há ainda outras classes de signos que possuem uma referência interna a partir do *aqui-agora* instaurado pelo *eu* da enunciação, o que é manifestado pelas formas que se transformam a partir do dinamismo enunciativo do sujeito. Dentre elas, destaca-se o uso de outros indicadores da dêixis, como pronomes demonstrativos e advérbios que organizam as referências temporais e espaciais em torno do sujeito. A própria noção de temporalidade é também constituída *na* e *pela* linguagem. A categoria de *presente* é instaurada pela enunciação, já que sua referência se trata de um dado linguístico: “a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve” (BENVENISTE, 1988, p. 289).

Para Benveniste (1989, p. 82), a enunciação é “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Sob essa perspectiva, o locutor se apropria do aparelho formal da língua para se referir pelo discurso, sendo que sua relação com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Buscaremos demonstrar isso por meio da análise das categorias de pessoa, tempo e espaço no(s) discurso(s) veiculados nos/pelos textos analisados.

No entanto, para além da perspectiva de Benveniste (1989) acerca do aparelho formal da enunciação, a distinção de duas noções se mostra necessária: a de locutor e a de enunciador. Enquanto a proposta de Benveniste atribui ao primeiro os mecanismos de atualização dêitica e ao segundo os de atualização modal, Rabatel (2013), em consonância com Ducrot (1980 e 1984), propõe uma conceituação de enunciador como “a instância que se encontra na origem de um ponto de vista expresso em um conteúdo proposicional” (RABATEL, 2013, p. 19). Assim, o autor propõe interpretar os pontos de vista “em função da fonte enunciativa [...] que preside as escolhas de referenciação, buscando igualmente esclarecer as relações entre esses enunciadores e o locutor que as coloca em cena, para determinar quem assume o quê” (*Ibid.*, p. 19), conforme demonstraremos em nossa análise.

Neste sentido, Rabatel (2013) considera que, no caso de um enunciador monológico, o locutor e o enunciador estariam em sincretismo; por outro lado, no caso de um enunciado dialógico, poderiam-se identificar mais enunciadores que locutores, sendo que, em se tratando de dialogismo interno, esses enunciadores seriam subjacentes a pontos de vista (PDV), expressos em “frases sem palavras” (*Ibid.*, p.

30). Para tanto, não podemos perder de vista a noção *bakhtiniana* de dialogismo interno, segundo a qual:

Por mais monológico que seja um enunciado (uma obra científica ou filosófica, por exemplo), por mais que se concentre no seu objeto, ele não pode deixar de ser também, em certo grau, uma resposta ao que já foi dito sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo problema, ainda que esse caráter de resposta não receba uma expressão interna bem perceptível. A resposta transparecerá nas tonalidades do sentido, da expressividade, do estilo, nos mais ínfimos matizes da composição. As tonalidades dialógicas preenchem um enunciado e devemos levá-las em conta se quisermos compreender até o fim o estilo do enunciado. (BAKHTIN, 1992, p. 317).

Mesmo que a noção de “enunciador” permita tratar melhor do dialogismo interno dos enunciados, ao representar a origem dos conteúdos proposicionais dos locutores na encenação enunciativa, ainda precisamos, segundo Rabatel (2013, p. 34), questionar as relações entre o locutor e os enunciadores que compõem o seu discurso e identificar as marcas de acordo e desacordo explícitas e implícitas no enunciado. Assim, o teórico propõe uma hierarquização dos pontos de vista e a sua gestão pelo locutor, identificando o enunciador que origina o ponto de vista do locutor como o enunciador principal. Em outras palavras, “o principal corresponde à simbiose do locutor e do enunciador” (*Ibid.*, p. 42), e esse sincretismo é marcado por categorias como modalidades e marcas de distanciamento explícitas.

No que diz respeito ao funcionamento interno do discurso, Authier-Revuz (1990) se atém à problemática das heterogeneidades enunciativas, conceito fundamental para a análise da gestão dos pontos de vista nos/pelos discursos em questão. A autora propõe que a heterogeneidade mostrada consiste em formas linguísticas de representação de “diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” (*Ibid.*, p. 26).

As marcas da heterogeneidade mostrada, sob o ponto de vista linguístico, podem ser identificadas por meio da autonímia simples, com a presença de uma ruptura sintática ou por um termo metalinguístico. Tais marcas também podem ser identificadas por meio da conotação autonímica, em que o fragmento designado como um outro “é inscrito na continuidade sintática do discurso ao mesmo tempo que [...] é remetido ao exterior do discurso” (*Ibid.*, p. 29-30) por marcas como aspas, itálico, etc.

Ancorada na concepção de dialogismo interno (Bakhtin), e na problemática do discurso como produto do interdiscurso (Foucault e Althusser), Authier-Revuz (1990) considera que a “representação da enunciação é igualmente ‘constitutiva’, [...] (para)

além do 'eu' que se coloca como sujeito de seu discurso, 'por esse ato de apropriação que introduz aquele que fala em sua fala' [...]" (*Ibid.*, p. 33).

Finalmente, em relação à atitude do sujeito diante do discurso, Dubois (1969) apresenta os conceitos de transparência e opacidade tendo em vista a qualidade da relação entre o enunciador e o interlocutor. Assim, um enunciado transparente apresentaria o apagamento do sujeito da enunciação e seria minimamente ambíguo para o interlocutor, enquanto um enunciado opaco revelaria a presença do enunciador por meio de elementos como modalizações, apreciações e jogos de palavras. Passaremos, então, à análise dos textos.

3. Análise do *corpus*

Na reportagem veiculada pelo jornal Estadão, o texto é escrito na chamada terceira pessoa, sem que haja a instauração de um "eu" pelo locutor, o que aponta para o caráter objetivo da escrita jornalística. A tentativa de apagamento do sujeito da enunciação, por meio da ausência do índice pessoal *eu*, indica uma marca de transparência, o que corresponde ao que se espera do gênero discursivo em questão. O uso do índice pessoal *eu* pode ser identificado somente nos discursos diretos de outros sujeitos, elencados pelo locutor. Entretanto, outros traços de opacidade podem ser identificados no decorrer do texto, como discutiremos mais adiante.

Para além dos índices pessoais que compõem a relação dêitica *eu-tu*, a figura do sujeito da enunciação é também construída pela temporalidade no discurso. Expressões como "ano passado", "este ano" ou "mês passado" são empregadas a partir de um *aqui-agora* instaurado pelo locutor/enunciador midiático, o que revela as marcas dêiticas referentes ao momento da enunciação. Também as transições temporais se dão a partir do presente discursivo, como ocorre já no título da reportagem: "Crise de imigração na Europa *já passou* (passado), mas xenofobia *continua* (presente)".

No início do texto, o enunciador informa sobre a quantidade de imigrantes que "*chegavam* todos os dias às praias da Grécia" (parágrafo 1), e cruzavam as fronteiras de outros países. "Mas isso *foi* em 2015", ele afirma, indicando que esses números ficaram no passado. Em seguida, ele reforça que "*três anos após* o auge da crise de

imigração na Europa, as praias gregas *estão* (presente) comparativamente calmas” (parágrafo 2). A reportagem é ancorada no ano de 2018, como se pode notar, mas ao longo do texto diversas marcas de temporalidade apontam para o momento da enunciação, como “agora”, “até o momento este ano”, e “por enquanto”.

Os desafios relacionados à migração são relatados de maneira a indicar que seu ápice ocorreu no passado, mas que outras questões, em proporções menores, continuam a ser discutidas no presente, o que é marcado nos seguintes enunciados: “os países *ainda têm* dificuldade em absorver os cerca de 1,8 milhão de imigrantes que chegaram pelo mar *desde 2014*” (parágrafo 8); “E os líderes *ainda mantém* diferenças consideráveis em relação a quem deveria assumir a responsabilidade pelos *recém chegados*” (parágrafo 9); “Esses desafios *permanecem* enquanto as autoridades precisam também melhorar as condições dos paupérrimos campos de imigrantes na Grécia” (parágrafo 24).

Com relação ao espaço da enunciação, o enunciador, que neste momento coincide com o locutor, instaura um *aqui* na enunciação, que se ancora na ilha de Lampedusa: “E *aqui*, na remota ilha de Lampedusa - o ponto mais meridional da Itália, e uma das linhas de frente da crise - o centro de detenção de imigrantes tem longos períodos de inatividade” (parágrafo 2). Em um outro momento, o espaço é indicado novamente por uma marca enunciativa no seguinte enunciado: “*do outro lado do Atlântico*, o presidente Donald J. Trump afirmou, equivocadamente, que a imigração teria levado a um surto de criminalidade na Alemanha” (parágrafo 12). Ao se referir ao continente americano como o “outro lado” do Atlântico, é possível entendermos que o *aqui* corresponde ao continente europeu.

Já na reportagem veiculada pela Carta Capital, inicialmente, a enunciação é também realizada na terceira pessoa, o que indicaria um certo apagamento do sujeito. Entretanto, em dado momento, o locutor/enunciador instaura a presença de um *nós*, que passa a ser fundamental na construção discursiva. O modo como o locutor gerencia o uso das instâncias enunciativas marca a (des)construção de posições enunciativas flutuantes. A partir disso, é interessante observarmos o movimento de composição do sujeito da enunciação que ora está incluso no valor de referência de *nós*, ora é aparentemente apagado criando um efeito de objetividade.

Após elencar diferentes locutores/enunciadores que expressam suas opiniões negativas acerca da temática da imigração, o enunciador desconstrói certos problemas associados aos imigrantes e afirma que “todos sabemos” que as questões

apontadas não são verdadeiras, mas que ainda assim “permitimos [...] que se criasse e se desenvolvesse um discurso consensual sobre a imigração que a vê como patologia social” (parágrafo 5). Nesse caso, o valor referencial de *nós* poderia ser tomado como um *eu* + sociedade. Nesse sentido, o locutor/enunciador constrói/fabrica uma sociedade da qual o sujeito faz parte e com a qual compartilha de uma mesma ideia, e os responsáveis pela criação de um discurso consensual sobre a imigração como “patologia social” não são apontados pelo enunciado, que utiliza a forma “se criasse” e “se desenvolvesse” no lugar de índices pessoais.

No entanto, o locutor/enunciador separa esse “nós” ao dizer que, ao se tratar da questão da imigração, “Uns quantos evitam discuti-la com medo que isso agrave o problema. Outros ainda suplicam pela partida de alguns [...] como forma de evitar maiores reações de rejeição” (parágrafo 5). Desse modo, ao utilizar os termos “uns” e “outros”, antes incluídos no “nós”, o locutor/enunciador os coloca como um “eles”, do qual ele não faz parte.

Mais adiante, o locutor/enunciador retoma o uso do *nós* ao afirmar que “Lentamente, *todos acordamos* para esta nova realidade [o regresso do racismo e da xenofobia sob a capa enganosa do nacionalismo] na Europa, nos Estados Unidos, no Brasil” (parágrafo 6). O valor referencial do *nós*, que aparentemente é constituído por *eu* + sociedade, é restringido pelo fato de que a realidade de que se trata é atribuída no enunciado a lugares específicos (Europa, Estados Unidos, Brasil), e aqueles responsáveis pelo discurso nacionalista e xenófobo (membros da extrema-direita) não fazem parte do grupo que “lentamente acorda” para essa “nova realidade”. Desse modo, podemos pensar que, nesse caso, o uso do *nós* pelo locutor, refere-se, na verdade, ao enunciador principal e aos enunciatários que se aderem ao discurso. Em outro momento, o enunciador afirma que “Se *substituírmos* o imigrante pelo pobre, *encontraremos* então o Brasil” (parágrafo 8). Nesse caso, o valor referencial do *nós* é constituído por *eu* + sociedade brasileira, já que neste parágrafo o locutor se volta para questões relacionadas à população do Brasil.

No que diz respeito à noção de temporalidade, o presente é instaurado na enunciação a partir do *aqui-agora* do enunciador. Podemos observar a presença de marcas dêiticas como “agora” e “hoje” instauradas no texto. Usualmente, o termo *hoje* é utilizado como uma forma vazia do presente da enunciação, que é atualizada pelo

momento enunciativo. No entanto, percebemos no texto uma ampliação do valor referencial de *hoje*, quando ele é utilizado como sinônimo de “atualmente”, a exemplo do que ocorre no trecho: “O imigrante é, hoje, o novo bode expiatório, o novo rosto do racismo” (parágrafo 7). Situação semelhante ocorre quando, após citar o poema que está gravado na base da Estátua da Liberdade, nos Estados Unidos, o enunciador relembra que “*Hoje* o seu presidente *faz* um comício e *convida* uma congressista, sua adversária política, a voltar para o seu país” (parágrafo 1). Nesse caso, o uso de *hoje* remete a um presente próximo, causa um efeito de aproximação do fato que havia acontecido em uma data recente.

Já em relação ao espaço, em dado momento, o enunciador afirma que “O Estado alemão homenageou Von Stauffenberg, o oficial que conspirou para assassinar Hitler em 1944. No discurso que *ali* fez, a chanceler Angela Merkel apelou ao combate à extrema-direita” (parágrafo 9). O uso de “ali”, que se refere à Alemanha, contrapõe-se ao *aqui* na enunciação que, pela leitura do texto, podemos entender que se refere ao Brasil.

Tendo por base todo esse dinamismo enunciativo, destacamos que, embora a mídia referencial seja tradicionalmente associada a uma postura enunciativa que preza pelos princípios de objetividade e de neutralidade, o que caracteriza a imprensa de referência atual não é, como nos lembra Emediato (2013, p.70), “a ausência ou a presença de opinião, mas a forma como é realizada a gestão das vozes e dos pontos de vista na perspectivização dos fatos”. Com efeito, ao voltarmos nosso olhar para textos jornalísticos que se propõem a problematizar a xenofobia voltada para as questões migratórias na Europa, notamos uma presença significativa de enunciados opacos (DUBOIS, 1969), ainda que as marcas de impessoalidade, que situam o locutor midiático fora da relação dêitica *eu-tu*, e a encenação de discursos relatados, marcas da heterogeneidade mostrada, sugiram o apagamento desse locutor e a transparência de seu enunciado.

Por um lado, assumimos com Rabatel (2013, p.55) que, “apagando ao máximo os traços do locutor citante em proveito dos locutores citados, é produzido um efeito de objetividade, de transparência imediata [...]: a encenação dá uma ilusão do verdadeiro pelo apagamento de seu enunciador”. Por outro, reconhecemos a opacidade do enunciado não apenas na gestão dos discursos relatados, pela escolha dos locutores citados e das suas respectivas falas que se inscrevem no texto, mas também na dos pontos de vista subjacentes aos enunciadores que atravessam esse

texto, por um processo de dialogismo interno. Tal processo se revela a partir de uma série de atos de nomeação, ora atribuídos aos locutores citados, mas nunca sem uma intenção interpretativa, ora desvelados no enunciado principal pelas escolhas designativas empregadas para tratar de categorias como (1) as migrações, (2) os sujeitos migrantes e as suas ações (bem como a reação da sociedade frente a elas), (3) as lideranças e os partidos políticos, (4) os direitos humanos e democráticos e (5) as políticas migratórias e os discursos que as embasam.

Assim, seja pela escolha dos discursos relatados, e dos respectivos atos de nomeação que aparecem neles, seja pelas designações apresentadas no texto principal⁵, uma série de representações é construída de modo a instaurar ou reforçar/refutar pontos de vista acerca das categorias elencadas acima, conforme sua gestão pelo locutor/enunciador midiático. Nas palavras de Moscovici (2015, p.63), “categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele”. Para tanto, a realização de atos de nomeação precipita aquilo que é nomeado e promove, na perspectiva do autor (*Ibid.*, p.67), três consequências:

- a) uma vez nomeada, a pessoa ou coisa pode ser descrita e adquire certas características, tendências etc.;
- b) a pessoa, ou coisa, torna-se distinta de outras pessoas ou objetos, através dessas características e tendências;
- c) a pessoa ou coisa torna-se o objeto de uma convenção entre os que adotam e partilham a mesma convenção.

Nesse sentido, analisaremos os modos de problematização em torno da questão da xenofobia também a partir dos atos de nomeação empregados para tratar de cada uma das categorias que identificamos ao longo dos dois textos, tendo em vista a relação entre essas designações e os pontos de vista a que estão associadas. Partindo, pois, da abordagem dos processos migratórios para a Europa, ambos os textos destacam a questão das migrações associada a um campo semântico negativizado, a partir de seu emprego recorrente em expressões como “crise de imigração” (*Estadão*) e “problema” (*Carta Capital*). De fato, ao desenvolvermos uma análise minuciosa dos atos de nomeação voltados para a categoria *migrações*,

⁵ Designamos como “texto principal” o texto midiático que não compreende os discursos relatados, ou seja, os enunciados pelos quais o próprio locutor/enunciador midiático.

encontramos esse tipo de designação em oito passagens no total, sendo cinco no texto do *Estadão* (anexo 1) e três no texto da *Carta Capital* (anexo 2).

No primeiro texto, identificamos a expressão “crise de imigração” logo na abertura do título (“**Crise de imigração**⁶ na Europa já passou, mas xenofobia continua”), o que, na esteira de pensamento de Moscovici (2015) já atribui uma suposta característica de crise a determinados processos migratórios para a Europa, tornando-os distintos de outros processos (mais recentes, visto que, segundo o título, a “crise” propriamente já passou) e convencionalizando tal representação a partir do ponto de vista instituído como verdade. Isso ocorre na medida em que, além de os elementos do título se apresentarem como uma representação fiel e sintética do texto, como destaca Emediato (2013, p.71), eles trazem uma dimensão argumentativa ao persuadirem “o leitor a ver os fatos e os ditos relatados de certa maneira e através de uma perspectiva, ou de um tipo de enquadramento”, que se reforçam inclusive pelos atos de nomeação.

Além disso, o efeito de verdade produzido pelo emprego do nome “crise” é reforçado pelo fato de a mesma expressão, “crise de imigração”, ser reempregada, em outros dois momentos do texto, associada a dados sobre os fluxos migratórios para o continente, no segundo parágrafo (“Três anos após o auge da **crise de imigração** da Europa [...]”) e no quarto (“Este é o **paradoxo** da **crise de imigração** da Europa [...]”), sendo que neste último aparece ainda o termo “paradoxo”, usado para confrontar o aumento dos fluxos migratórios com as políticas migratórias mais rígidas no continente europeu, o que desvela o ponto de vista assumido pelo locutor/enunciador midiático, ao problematizar a questão migratória nessas palavras. Isso se reforça finalmente, com a apresentação do discurso citado de Matteo Vila, identificado como especialista em imigração do Instituto Italiano de Estudos Políticos Internacionais, no qual se destaca o trecho “Trata-se de uma **crise inventada**” (parágrafo 18), empregado para refutar a ideia que os representantes políticos europeus tendem a disseminar, a partir de um argumento de autoridade representado pela fala do especialista.

No segundo texto, por sua vez, aparece como discurso citado, já no quarto parágrafo, a expressão “a imigração é um **problema**”, designação que se repete no

⁶ Todos os grifos apresentados para identificar os atos de nomeação nas citações foram feitos pelas próprias autoras.

quinto parágrafo (“Uns quantos evitam discuti-la com medo que isso agrave o **problema**”). Em sua primeira ocorrência, embora se trate de uma citação direta, seu locutor não é esclarecido no enunciado, mas o fato de ser empregada após uma série de considerações a respeito da influência dos discursos de extrema-direita e da aceitação, pela esquerda e pela direita, de discursos como o citado nos permite inferir que a noção de migração como “problema” é uma perspectiva disseminada pela extrema-direita. E é essa a noção de “problema” retomada em sua segunda ocorrência, subsequente a novas considerações sobre as contribuições das migrações e dos imigrantes nas novas sociedades em que se inscrevem e o fato de que “[...] permitimos, no entanto, que se criasse e se desenvolvesse um discurso consensual sobre a imigração que a vê como **patologia social**” (parágrafo 5). Ao problematizar a representação consensual das migrações, contrapondo-a a uma análise positiva desse fenômeno desenvolvida no enunciado principal, revela-se, assim, a gestão dos pontos de vista pelo locutor midiático e o próprio ponto de vista assumido por ela, a partir dos atos de nomeação.

Ao voltarmos nosso olhar para as escolhas designativas que tratam dos sujeitos deslocados, que aqui categorizamos de forma genérica como *migrantes*, para além dos termos que os nomeiam conforme determinadas definições socialmente compartilhadas (migrantes e imigrantes) e/ou certos estatutos jurídicos (refugiados), há que se considerar uma série de atos de nomeação que possuem um caráter qualificativo desses grupos, com base, por exemplo, nos princípios de regularidade/irregularidade e de legitimidade/ilegitimidade. No texto do *Estadão*, isso se mostra evidente nos três trechos em que tais atos de nomeação aparecem: (1) “[...] o número de **imigrantes em situação irregular** que chegam a cada ano [...]” (subtítulo); (2) “[...] para decidir mais rapidamente se eles são **refugiados legítimos ou não**” (parágrafo 5); (3) “[...] crime passível de detenção a prestação de ajuda a **imigrantes sem documentos**” (parágrafo 11). Podemos notar que é justamente o emprego de expressões qualificativas (“em situação irregular”, “legítimos ou não” e “sem documentos”) atribuídas a esses sujeitos que sustentam a problematização acerca da superdimensão dos fluxos migratórios e das políticas migratórias adotadas para lidar com a questão.

Isso implica, novamente de acordo com Moscovici (2015), consequências no que tange à caracterização que distingue esses grupos de outros grupos de migrantes e à convencionalização social desses migrantes segundo a perspectiva da irregularidade e da ilegitimidade. Ao se antecipar um ato de nomeação dessa natureza já no subtítulo, tem-se uma dimensão argumentativa similar à apresentada pelo título, enquanto os demais, associados aos discursos que justificam as políticas migratórias adotadas por líderes da União Europeia, sugerem que tais designações partem das discussões dos próprios representantes políticos. Ainda que essas designações não sejam propriamente problematizadas nos trechos apresentados, o tratamento dado a essas lideranças pelo locutor/enunciador midiático, como mostraremos em breve, demonstra uma divergência de pontos de vista entre os locutores políticos e o midiático.

Já no texto da *Carta Capital*, o enfoque sobre a questão da ilegalidade como justificativa para políticas migratórias mais duras aparece em um trecho que trata dos ciganos como representativos dos migrantes que chegam à Itália e que o presidente Salvini pretende expulsar: “os que lá estão de **forma ilegal**” (parágrafo 2). Para além dessa expressão designativa dos migrantes conforme sua condição legal, o texto apresenta ainda vários outros atos de nomeação que refletem o ponto de vista das lideranças europeias acerca dos migrantes, como ilustram os seguintes trechos: (1) “os imigrantes representam um **problema**”, citação direta, presente no quarto parágrafo, que não é atribuída a um locutor especificamente, mas associada aos discursos da extrema-direita; (2) “a começar pelos **menos aceitáveis**, ou **menos úteis** (os ciganos vêm mesmo a calhar)”, discurso atribuído, no quinto parágrafo, a alguns grupos da sociedade que defendem a expulsão de certos migrantes; (3) “Ela [a extrema-direita] não pretende a vitória, mas a eliminação do **inimigo**”, consideração apresentada no sexto parágrafo que coloca o migrante como inimigo na perspectiva da extrema-direita; (4) “a operação de segregação dos **‘corpos estranhos’**”, designação que aparece entre aspas, no sétimo parágrafo, sem remeter novamente a um locutor explicitado, mas que coloca o migrante como alvo de ações segregacionistas, associando indiretamente tal ato de nomeação ao ponto de vista dos praticantes de tais ações.

Ao se inserir no enunciado uma negativização recorrente e apelativa da figura do migrante, contrária a uma atitude moral e politicamente correta conforme as convenções sociais em torno dos direitos humanos, seu emprego soa como ironia ou

denúncia e acaba por revelar o ponto de vista do locutor/enunciador midiático, oposto e crítico a todas essas designações. Isso se mostra mais explícito em um último trecho, também do sétimo parágrafo, no qual os atos de nomeação empregados associam a representação do migrante à do judeu, como forma de recorrer aos traumas do nazismo, presentes no imaginário social, e repudiar atitudes xenofóbicas subjacentes a tais designações, sem que seja preciso problematizá-las explicitamente: “O migrante substituiu o judeu – **o mesmo inimigo interno, o mesmo cancro, o mesmo veneno** que explica todas as frustrações econômicas do Ocidente. O imigrante é, hoje, **o novo bode expiatório, o novo rosto do racismo**”.

Vale ressaltar também que, para além dos atos de nomeação qualificativos dos próprios migrantes, o emprego de expressões designativas voltadas para as ações atribuídas a eles também contribui para problematizar o tratamento xenofóbico a eles dirigido. Tais expressões aparecem no texto do *Estadão* em dois tipos de ocorrência distintas. Na primeira delas, o enunciado principal apresenta o termo “ataques” para justificar a reação de algumas sociedades aos fluxos novos de imigrantes, definida, também por um ato de nomeação, como “ansiedade do público”: “A **ansiedade do público** aumentou em países como a Alemanha após **ataques** bem conhecidos que envolveram imigrantes” (parágrafo 8). Notamos, portanto, que a classificação dessas ações como ataques, ainda que sejam bem identificadas nos exemplos apresentados logo em seguida (do assassinato de uma alemã e do ataque terrorista a um mercado de natal), ganha uma proporção bem maior quando colocada como embasamento para um estado de insegurança social latente, que representa uma naturalização, no imaginário social, da associação entre ações de imigrantes e criminalidade. No entanto, o que ganha maior relevância para a problematização dessas expressões designativas é o aparecimento delas em seu segundo tipo de ocorrência, ou seja, nos discursos relatados de representantes da extrema-direita: (1) “Fracassamos em nos defender contra a **invasão dos imigrantes**”, disse Viktor Orban, primeiro-ministro de extrema direita da Hungria [...]” (parágrafo 11) e (2) “[...] o presidente Donald J. Trump afirmou, equivocadamente, que a imigração teria levado a um **surto de criminalidade** na Alemanha” (parágrafo 12).

Ao situar tais representações nos discursos de líderes políticos conservadores, sem isentar-se de tecer apreciações sobre esses discursos (como notamos do termo

“equivocadamente” dirigido à afirmação de Trump), o locutor/enunciador midiático não apenas destaca o ponto de vista de tais lideranças, mas também inscreve seu próprio ponto de vista, contrário a essas designações, no texto principal. Isso se reforça, ao longo do texto, por uma série de atos de nomeação também direcionados às lideranças e aos partidos/plataformas políticos na Europa. Frente ao debate continental (e, por que não, mundial) em torno das políticas migratórias, o texto principal destaca, por exemplo, a “crescente distância entre as **forças liberais e antiliberais** na Europa” (parágrafo 31), de modo que a nomeação dessas duas instâncias em termos de “forças”, aponta para duas diretrizes capazes de ordenar a configuração sociopolítica da Europa.

Contudo, em outros momentos do texto, tal perspectiva é questionada na medida em que o posicionamento da Alemanha, representada pela “**porta-estandarte da ordem liberal europeia**” (parágrafo 7), ou ainda pela “**líder inquestionável do continente**” (parágrafo 25), cede à rigidez das políticas migratórias da extrema-direita (“Salvini e Orban cultivaram apoio criando a impressão de serem os **únicos líderes** dispostos a tomar as decisões difíceis necessárias para reduzir a imigração” – parágrafo 19). Todos esses atos de nomeação, longe de serem gratuitos, instauram o ponto de vista do locutor/enunciador midiático, ao ironizarem o poder político de quem, a princípio, garantiria uma gestão pacífica das migrações e ao ressaltarem, no discurso narrativizado dos próprios líderes de extrema-direita, a autovalidação e a imposição do seu poder, que não é, portanto, consensual.

Mais explicitamente, no texto da Carta Capital, o locutor/enunciador midiático se posiciona contra os representantes de políticas anti-imigração nomeando-os “**profissionais da política da catástrofe e do medo**” (parágrafo 4). E se, por um lado, contrariamente ao texto do *Estadão*, o da *Carta Capital* retoma o discurso de Ângela Merkel para afirmar que, na Europa, “**a direita democrática** existe” (parágrafo 9), por outro, é criado um paralelo entre as ações de direita na Europa e no Brasil com o intuito de dizer que, neste último, “**a direita [...] se afirmava democrática**” (parágrafo 9). Assim, é notável como a aproximação desses dois atos de nomeação colocam o primeiro como algo consensual e legitimado, enquanto o segundo é situado apenas na perspectiva da própria direita, deslegitimando seu caráter democrático.

Tal construção, além de refletir o ponto de vista da instância enunciativa, ao evocar a noção de democracia, dialoga ainda com outra parte do texto que destaca que “A pretexto de **combater o politicamente correto**, a extrema-direita dispõe-se a

quebrar os **códigos de respeito e de convivência** que a democracia **impõe**” (parágrafo 6). Nesse trecho, além de identificar a democracia como regente de um sistema de “códigos de respeito e de convivência”, ato de nomeação que apela para o caráter positivo do regime democrático, o enunciado ainda a coloca como representativa do que é designado como “politicamente correto”, um princípio de conduta ao qual a extrema-direita se opõe. Percebemos aqui que a escolha dos verbos de ação, “combater” e “impõe”, evidencia a rigidez e o rigor com que a extrema-direita e a democracia, respectivamente, inscrevem-se no sistema sociopolítico. Sendo uma adotada como parâmetro (a democracia) e a outra como antagonista (a extrema-direita) à primeira, novamente é instaurado o ponto de vista do locutor/enunciador midiático, com base no argumento de autoridade que vem da própria formulação do regime democrático, teoricamente, em vigor.

A respeito dos discursos e das políticas migratórias adotados nos países da Europa, algumas questões se mostram relevantes pela sua recorrência. A primeira delas corresponde às próprias dificuldades de coesão quanto à compreensão dos fluxos migratórios e às atitudes a serem tomadas em resposta a eles. Diante disso, notamos nos textos designações como: (1) “Parece que a **tática** está funcionando” (*Estadão* - parágrafo 13); (2) “[...] o **desafio** da Europa é uma questão de processo” (*Estadão* - parágrafo 23); (3) “É uma ‘**guerra ideológica**’, disse Martello. ‘A Europa está dividida em dois blocos principais [...]’” (*Estadão* – parágrafo 32); (4) “Lentamente, todos acordamos para **esta nova realidade**, na Europa, nos Estados Unidos, no Brasil” (Carta Capital - parágrafo 6). Logo, ao colocarem o debate em torno das migrações como uma “tática”, um “desafio”, “uma guerra ideológica” ou simplesmente “uma nova realidade”, ambos os textos já problematizam a própria instabilidade das políticas europeias para lidarem com a situação, o que sugere o enfraquecimento de uma tomada de decisões coerente com os princípios de democracia e direitos humanos que orientam as constituições desses países.

Isso se comprova pela abordagem de uma segunda questão, orientada por uma série de atos de nomeação que trata do caráter rígido das políticas migratórias mais exponenciais nos países europeus: (1) “E Orban não está sozinho na adoção de uma **linha dura**” (*Estadão* - parágrafo 12); (2) “O **nacionalismo** e a **hostilidade** aos imigrantes na Europa estão se enraizando rapidamente nas vertentes da política

alemã” (*Estadão* - parágrafo 25); (3) “A xenofobia e a discriminação **escondem-se** sob a **capa do nacionalismo**” (*Carta Capital* – título) e “o que se passa no **discurso político ocidental** é o regresso do racismo e da xenofobia sob a **capa enganosa do nacionalismo** (*Carta Capital* – parágrafo 6)”; (4) “as políticas europeia e estadunidense vivem **reféns** do discurso da extrema-direita e **escorregam** lentamente para uma espécie de **síndrome política da imigração**” (*Carta Capital* - parágrafo 4); (5) “**Política de apaziguamento: alimentemos o crocodilo na esperança de sermos os últimos a ser devorados**” (*Carta Capital* – parágrafo 5); (6) “inaugura uma **nova era de violência verbal** que adota os **códigos da guerra total**. Ela não pretende a vitória, mas a **eliminação do inimigo**” (*Carta Capital* - parágrafo 6); (7) “A **pureza cultural** justifica a **operação de segregação dos “corpos estranhos”** que põem em causa a **identidade nacional** [...]” (parágrafo 7).

Notamos, nesses trechos, que a problematização da xenofobia é construída, primeiramente, a partir de expressões designativas dessas políticas migratórias segundo seu caráter rígido e segregacionista (“linha dura”, “hostilidade”, “síndrome política da imigração”, “nova era de violência verbal”, “eliminação do inimigo” e “operação de segregação”). Em oposição a elas, aparece também a expressão “política de apaziguamento”, que, contrariamente ao que sugere à primeira vista, logo se esclarece com um novo ato de nomeação de cunho metafórico e tom irônico, para tratar de um discurso que defende a partida de alguns imigrantes sob pretexto de evitar atitudes xenofóbicas: “alimentemos o crocodilo na esperança de sermos os últimos a ser devorados”. Ao ironizar tal discurso de justificação, o locutor/enunciador midiático novamente deixa transparecer seu ponto de vista, o que se repete em todos os outros atos de nomeação que se voltam para essas justificativas (“nacionalismo” e “capa enganosa do nacionalismo”, “reféns do discurso da extrema-direita”, “códigos da guerra total”, “pureza cultural” e “identidade nacional”).

Vale destacar ainda a presença de verbos de ação empregados criteriosamente visando a efeitos de sentido que ora questionam a confiabilidade dessas políticas migratórias e de seus agentes, ora denunciam seu endurecimento em prol de um discurso protecionista. Identificamos, nos exemplos acima, a presença do verbo “escorregam” como ilustrativo do primeiro ponto e a do verbo “escondem-se” como representativa do segundo. Para mais, apontamos os trechos “[...] segue **mancando** como chanceler depois de concordar em construir campos nas fronteiras” (*Estadão* – parágrafo 25), que traz um ponto de vista explícito do locutor/enunciador midiático,

pelo caráter crítico subjacente ao verbo “mancar”, e (1) “a Europa deveria simplesmente **proteger** suas fronteiras” (*Estadão* – parágrafo 27); (2) “Se **defendermos** nossas fronteiras [...]” (*Estadão* – parágrafo 28); (3) “o ministro Mateo Salvini exige saber quantos ciganos vivem no território com o intuito de **expulsar** [...] ‘não os podemos **expulsar**’” (*Carta Capital* - parágrafo 2). Nesses últimos exemplos de designação verbal, todos os trechos apresentam discursos relatados de líderes de extrema-direita, o que situa as justificativas protecionistas e nacionalistas na perspectiva dos próprios representantes políticos, com a qual o locutor/enunciador midiático não compactua, após a construção de todos esses elementos em paralelo.

Em relação às modalizações e apreciações textuais, é possível observarmos que o texto veiculado pelo Estadão conta com diferentes termos que remetem ao grau de adesão que o sujeito dá ao enunciado. Há uma grande modalização em torno da representação das ações dos governantes em relação às questões ligadas à migração, que podem ser observadas em trechos como: “Foi uma reviravolta *surpreendente*” (parágrafo 7); “se viu sob pressão *intensa* da extrema direita” (parágrafo 7); “Mas *o mais notável* é o quanto muitos líderes, principalmente dos partidos de extrema direita, continuam a criar *com sucesso* a impressão segundo a qual a Europa seria um continente sitiado” (parágrafo 10); o presidente Donald J. Trump afirmou, *equivocadamente*” (parágrafo 12); “criando a impressão de serem os únicos líderes dispostos a tomar as *decisões difíceis necessárias* para reduzir a imigração” (parágrafo 19); “as autoridades *precisam* também melhorar as condições dos *paupérrimos* campos de imigrantes” (parágrafo 24); “*desejam* reduzir a imigração, mas *reconhecem* que é *impossível* extingui-la de vez” (parágrafo 29); “convenceu várias milícias a [...] manter em centros de detenção improvisados e sob condições *perigosas* milhares de imigrantes” (parágrafo 20). Desse modo, podemos observar que as modalizações e apreciações do enunciador transparecem no discurso e implicam a instância subjetiva no enunciado, revelando traços de opacidade.

Já no texto da Carta Capital, O enunciador apresenta diferentes modalizadores em torno de seu discurso, tais como: “As palavras *talvez pareçam fortes*” (parágrafo 6); ou “o *belíssimo* poema de Emma Lazarus” (parágrafo 1). Assim como revela modalizações em torno do discurso do ministro Mateo Salvini, que “*exige* saber quantos ciganos vivem no território”: “*Infelizmente, temos de ficar com os ciganos*

italianos porque *não os podemos expulsar*” (parágrafo 2). Além disso, é interessante observarmos a construção de certos enunciados em torno do advérbio de negação (não), que parece como um modalizador de contradiscurso: “Todos sabemos que os imigrantes **não** consomem recursos da segurança social, *mas, ao contrário*, contribuem para ela. Todos sabemos que a sua partida massiva **não** resolveria nenhum problema económico, *mas geraria muitos*” (parágrafo 5). Por haver um conflito, há também polifonia. O sujeito polifônico compreende uma instância intersubjetiva que se estende por dois posicionamentos divergentes. É a negação polêmica que revela esse sujeito que aponta para a presença de enunciadores com pontos de vista diferentes. Nesses enunciados, o uso do conector “mas” constrói a confrontação desses pontos de vista já antecipados pelo carácter polifônico do *não*. Nesse caso, há a contraposição de (1) uma voz que determina que os imigrantes consomem os recursos dos países e que a solução para a questão económica seria expulsá-los com (2) uma voz que assume a posição de que a partida dos imigrantes geraria mais problemas e que sua presença contribui para a geração de recursos.

4. Considerações finais

Com base nas análises empreendidas, pudemos observar de que maneira a subjetividade na linguagem se faz presente mesmo em textos representativos da mídia dita referencial, a partir das estratégias enunciativas adotadas pelo locutor/enunciador midiático para orientar a abordagem e a persepctivização dos fatos reportados. Assim, ao voltarmos nosso olhar para o(s) discurso(s) veiculados nas/pelas reportagens do jornal *Estadão* e da revista *Carta Capital*, percebemos que os modos de problematização da xenofobia nem sempre ocorrem de forma explícita, mas se desvelam em pontos de vista subjacentes a diversas fontes enunciativas e geridos pelo próprio locutor/enunciador midiático.

Esses pontos de vista, por sua vez, foram analisados no(s) discurso(s) midiático(s) em questão por meio de um percurso teórico-metodológico que partiu da identificação de indicadores (pessoais, espaciais e temporais) do aparelho formal da língua nos dois textos, demonstrando a implicação de ambos os locutores/enunciadores midiáticos em seus respectivos discursos. Em seguida, reconhecemos a presença de uma série de pontos de vista – correspondentes, portanto, a uma série de fontes enunciativas – em diversos atos de nomeação e escolhas designativas empregados pelos locutores/enunciadores midiáticos para

tratar de alguns temas recorrentes em seus discursos: as migrações, os sujeitos migrantes e suas ações, as lideranças e os partidos políticos, os direitos humanos e democráticos e, finalmente, as políticas migratórias e os discursos que as embasam.

Por fim, apresentamos algumas modalizações e apreciações que se evidenciam nesses discursos, o que situa nossa análise dos pontos de vista no quadro das heterogeneidades enunciativas e revela traços de opacidade no(s) discurso(s) veiculado(s) na/pela mídia referencial, tradicionalmente associada a um propósito informativo aparentemente imparcial e objetivo. No caso das reportagens analisadas, constatamos que ambos os locutores/enunciadores midiáticos se posicionam no sentido de denunciar a xenofobia existente na Europa, embora o do Estadão o faça de forma mais velada, valendo-se, por exemplo, do apagamento enunciativo, e o da Carta Capital evidencie mais seu ponto de vista, aderindo-se mais ao próprio discurso por meio, justamente, da mobilização dessas estratégias enunciativas.

REFERÊNCIAS

AUTHIEZ-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19, Campinas: Unicamp, 1990, p. 25-42.

BAKHTIN, Maikhaïl. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENVENISTE, Émile. A subjetividade da linguagem. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1988.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. *EchoGéo*, v. 2, p. 1-8, sep./nov. 2007. Disponível em: <http://echogeo.revues.org/1696>. Acesso em: 10/09/2019.






DUBOIS, Jean. Énoncé et énonciation. In: *Langages*, 4^e année, n°13, 1969. L'analyse du discours, sous la direction de Jean Dubois et Joseph Sumpf. p. 100-110.

EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: _____. (org.). *A construção da opinião na mídia*. 1 ed. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2013. p.69-103.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2015. p.19-66.

RABATEL, Alain. *O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista*. In: EMEDIATO, Wander (org.). *A construção da opinião na mídia*. 1 ed. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2013.

ANEXOS

Legenda:  Marcas dêiticas  Atos de nomeação (pontos de vista)  Marca temporal
 Metaenunciação / Discurso direto  Modalizadores

Estadão

<https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,crise-de-imigracao-na-europa-ja-passou-mas-xenofobia-continua,70002393322>

Crise de imigração na Europa já **passou**, mas xenofobia **continua**

Apesar das reivindicações dos líderes de extrema-direita, o número de **imigrantes em situação irregular** que chegam a cada ano está de volta aos níveis pré-crise - e tem sido assim há algum tempo

Patrick Kingsley, The New York Times - 08 de julho de 2018

(1) **LAMPEDUSA, ITÁLIA** - Milhares de imigrantes chegavam todos os dias às praias da Grécia. Nos portos da Itália, milhares chegavam todas as semanas. Centenas de milhares cruzavam as fronteiras da Alemanha, Áustria e Hungria a cada mês. Mas isso **foi em 2011**. (**projeção/expectativa**)

(2) **Três anos após** o auge da **crise de imigração** da Europa, as praias gregas **estão** comparativamente calmas. Desde agosto, os portos da Sicília **estão** mais vazios. E **aqui** (**locutor/enunciador**), na remota ilha de Lampedusa - o ponto mais meridional da Itália, e uma das linhas de frente da crise - o centro de detenção de imigrantes tem longos períodos de inatividade. Visitantes recentes ao campo encontraram apenas **o canto dos pássaros**.

(3) "Não víamos as coisas tão calmas desde 2011", disse o prefeito da ilha, Salvatore Martello. "O número de imigrantes que chegam diminuiu muito."

(4) Este é **o paradoxo** da **crise de imigração** da Europa: o número real de imigrantes chegando ao continente voltou aos patamares anteriores a 2015, mesmo enquanto as questões trazidas pela imigração abalam a política do continente.

(5) Em reunião realizada em Bruxelas **no dia 29 de junho**, líderes da União Europeia concordaram em reforçar as fronteiras externas e criar centros de triagem para imigrantes, para decidir mais rapidamente se eles são **refugiados legítimos ou não**.

(6) E, no **dia 2 de julho**, a chanceler Angela Merkel, da Alemanha, que apostou seu legado na decisão de receber centenas de milhares de refugiados na Alemanha, concordou em construir campos para os solicitantes de asilo e reforçar a fronteira com a Áustria num acordo político para salvar seu governo.

(7) Foi uma reviravolta **surpreendente** de uma líder que tem sido a **porta-estandarte da ordem liberal europeia**, mas se viu sob pressão **intensa** da extrema direita e dos conservadores que integram a coalizão do seu governo.

(8) Os países **ainda têm** dificuldade em absorver os cerca de 1,8 milhão de imigrantes que chegaram pelo mar **desde 2014**. A **ansiedade do público** aumentou em países como a Alemanha após **ataques** bem conhecidos que envolveram imigrantes, incluindo o assassinato de uma estudante alemã de 19 anos **em 2016** e o ataque terrorista a um mercado de natal que matou 12 pessoas, também **em 2016**.

(9) E os líderes **ainda mantém** diferenças consideráveis em relação a quem **deveria** assumir a responsabilidade pelos recém chegados - países de fronteira como Grécia e Itália, por onde a maioria dos imigrantes entra na Europa, ou países mais ricos como a Alemanha, aonde muitos imigrantes tentam chegar em seguida.

(10) Mas o **mais notável** é o quanto muitos líderes, principalmente dos partidos de extrema direita, continuam a criar **com sucesso** a impressão segundo a qual a Europa seria um **continente sitiado**.

(11) "Fracassamos em nos defender contra a **invasão dos imigrantes**", disse Viktor Orban, primeiro-ministro de extrema direita da Hungria, num discurso **recente**. Ele transformou em crime passível de detenção a prestação de ajuda a **imigrantes sem documentos**.

(12) E Orban não está sozinho na adoção de uma **linha dura**. **No mês passado**, o ministro italiano do interior, Matteo Salvini, fechou os portos da Itália para as embarcações de caridade e resgate. O ministro do interior da Alemanha, Horst Seehofer, ameaçou recusar a entrada de refugiados na fronteira do sul do país. E, **do outro lado do Atlântico**, o presidente Donald J. Trump afirmou, **equivocadamente**, que a imigração teria levado a um **surto de criminalidade** na Alemanha.

(13) **Parece** que a **tática** está funcionando. Dados divulgados **no mês passado** pela União Europeia mostraram que os europeus estão **mais preocupados com a imigração do que com qualquer outro desafio social**. O partido de Salvini está na frente nas pesquisas de opinião da Itália. Orban obteve a reeleição **em abril**.

(14) Mesmo em Lampedusa, Martello elegeu-se prefeito **no ano passado** prometendo **se concentrar mais em questões locais em vez de zelar** pela reputação internacional da ilha de santuário para imigrantes.

(15) Mas a realidade que se observa é que a imigração **voltou** aos níveis **anteriores à crise**, e isso já **há algum tempo**.

(16) Mais de 850 mil solicitantes de asilo chegaram à Grécia em 2015, com a maioria deles finalmente seguindo para países do norte da Europa como a Alemanha. Até o momento este ano, pouco mais de 13 mil fizeram a mesma jornada. Mais de 150 mil pessoas chegaram à Itália em 2015; este ano, o número é menos de 17 mil, por enquanto. Em 2016, quando as solicitações chegaram ao auge, mais de 62 mil pessoas pediram asilo na Alemanha por mês, em média. Este ano, essa média caiu para pouco mais de 15 mil - a mais baixa desde 2013.

(17) Em Lampedusa, mais de 21 mil imigrantes chegaram em 2015. Este ano, até o momento, o número não chega a 1,1 mil. A Espanha é o único país onde houve aumento no número de imigrantes chegando, passando de mais de 16 mil em 2015 para pouco mais de 17 mil em 2018, até o momento. Mas a alta ainda é comparativamente pequena - no auge da crise, chegavam mais pessoas à ilha grega de Lesbos em uma semana do que devem chegar à Espanha este ano.

(18) "Trata-se de uma crise inventada", disse Matteo Villa, especialista em imigração do Instituto Italiano de Estudos Políticos Internacionais. "Os altos fluxos de chegada dos anos mais recentes deram força aos partidos nacionalistas, que agora criam sua própria crise para manter-se em evidência."

(19) Salvini e Orban cultivaram apoio criando a impressão de serem os únicos líderes dispostos a tomar as decisões difíceis necessárias para reduzir a imigração. Mas já faz algum tempo que o establishment europeu trabalha nos bastidores com os principais porteiros das rotas de imigração que levam à Europa, incluindo regimes autoritários, para reduzir esses números.

(20) Na Itália, o número de chegadas diminuiu muito depois que o antecessor de Salvini convenceu várias milícias a deter a indústria de tráfico humano a partir do norte da Líbia, e a manter em centros de detenção improvisados e sob condições perigosas milhares de imigrantes que tentariam a viagem até a Europa.

(21) "As medidas implementadas pelo governo anterior, tão criticado por Salvini, deram bons resultados", disse Andrew Geddes, especialista em imigração do Instituto da Universidade Europeia em Florença, Itália.

(22) Vários governos europeus estabeleceram acordos de deportação com o Sudão, cujo líder, Omar Hassan al-Bashir, é acusado de crimes de guerra. Um acordo com o Níger ajudou a combater o tráfico de pessoas no Saara Ocidental. E os governos da Alemanha e Holanda negociaram um acordo na União Europeia em 2016 com o governo autoritário da Turquia que levou a uma queda imediata e drástica na imigração rumo à Grécia.

(23) Agora, o desafio da Europa é uma questão de processo: como abrigar os solicitantes de asilo que aguardam uma decisão para seus casos; como integrá-los à economia e à sociedade caso seus pedidos sejam aceitos; e como deportá-los caso sejam recusados.

(24) Esses desafios permanecem enquanto as autoridades precisam também melhorar as condições dos paupérrimos campos de imigrantes na Grécia, onde residem cerca de metade dos 60 mil solicitantes de asilo no país.

(25) Merkel, que já foi a líder inquestionável do continente, segue mancando como chanceler depois de concordar em construir campos nas fronteiras. Mas ainda não se sabe quando isso vai durar. O nacionalismo e a hostilidade aos imigrantes na Europa estão se enraizando rapidamente nas vertentes da política alemã.

(26) Merkel concordou com a mais recente política depois que uma insurreição envolvendo a política de imigração comandada por Seehofer ameaçou pôr fim à coalizão do seu governo.

(27) Alguns líderes, como Orban na Hungria, dizem que a Europa deveria simplesmente proteger suas fronteiras sem se preocupar com as complexidades de um sistema de asilo.

(28) "Se defendermos nossas fronteiras, o debate em relação à distribuição dos imigrantes se torna irrelevante, pois eles não poderão entrar", disse ele em discurso no mês passado.

(29) Outros desejam reduzir a imigração, mas reconhecem que é impossível extingui-la de vez, a não ser que a Europa abandone o direito ao asilo que foi protegido pelas convenções surgidas após a 2.ª Guerra Mundial.

(30) Para sustentar esse direito e ao mesmo tempo limitar a imigração, as autoridades de Bruxelas querem preparar centrais de processamento para os pedidos de asilo na África. Alguns dizem que seria mais fácil e barato investir em sistemas de asilo mais eficientes na Grécia e Itália - e garantir mais acordos de deportação com os países de origem dos imigrantes.

(31) Em Lampedusa, o debate parece envolver menos os detalhes a respeito da gestão da imigração, e mais a respeito da crescente distância entre as forças liberais e antiliberais na Europa.

(32) É uma "guerra ideológica", disse Martello. "A Europa está dividida em dois blocos principais: um está defendendo as fronteiras, e o outro está tentando fazer algo para de fato resolver a situação dessas pessoas."

/Katrinn Bennhold e Melissa Eddy contribuíram com a reportagem.

Carta Capital

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/a-xenofobia-e-a-discriminacao-escondem-se-sob-a-capa-do-nacionalismo/>

A xenofobia e a discriminação escondem-se sob a capa do nacionalismo

AS PALAVRAS TALVEZ PAREÇAM FORTES, MAS O QUE SE PASSA NO DISCURSO POLÍTICO OCIDENTAL É O REGRESSO DO RACISMO.

José Sócrates - 27 de julho de 2019

(1) Nos Estados Unidos, na base da sua Estátua da Liberdade, está gravado o belíssimo poema de Emma Lazarus: "Mandai-me esses, os sem abrigo, os arremessados pela tempestades, pois eu ergo o meu farol junto ao portal dourado". Hoje, o seu presidente faz um comício e convida uma congressista, sua adversária política, a voltar para o seu país. A multidão faz coro ("Mandem-na para casa").

(2) Na Itália, país com milhares de migrantes espalhados pelo mundo, o ministro Mateo Salvini exige saber quantos ciganos vivem no território com o intuito de expulsar os que lá estão de forma ilegal: "Infelizmente, temos de ficar com os ciganos italianos porque não os podemos expulsar".

(3) Em Portugal, uma historiadora afirma que os africanos e os ciganos não fazem parte da entidade civilizacional e cultural que dá pelo nome de cristandade: "Nem uns nem outros descendem dos Direitos Universais do Homem decretados pela Grande Revolução Francesa de 1789". Essa mesma declaração diz no seu artigo primeiro: "Todos os homens nascem livres e iguais em direitos".

(4) Na verdade, a questão não é de agora. Há muito que as políticas europeia e estadunidense vivem reféns do discurso da extrema-direita e escorregam lentamente para uma espécie de síndrome política da imigração. Tudo começa com a aceitação passiva – pela esquerda e pela direita – de que "a imigração é um problema" ou que "os imigrantes representam um problema". A partir daqui, qualquer problema social, seja ele o desemprego, seja a habitação ou a segurança pública, pode ser transformado num problema de imigração e abrir espaços e oportunidades para os profissionais da política da catástrofe e do medo.

(5) Todos sabemos que os imigrantes não consomem recursos da segurança social, mas, ao contrário, contribuem para ela. Todos sabemos que a sua partida massiva não resolveria nenhum problema económico, mas geraria muitos. E permitimos, no entanto, que se criasse e se desenvolvesse um discurso consensual sobre a imigração que a vê como patologia social. Uns quantos evitam discuti-la com medo que isso agrave o problema. Outros ainda suplicam pela partida de alguns – talvez a começar pelos menos aceitáveis, ou menos úteis (os ciganos vêm mesmo a calhar) – como forma de evitar maiores reações de rejeição. Política de apaziguamento: alimentemos o crocodilo na esperança de sermos os últimos a ser devorados

(6) As palavras talvez pareçam fortes, mas o que se passa no discurso político ocidental é o regresso do racismo e da xenofobia sob a capa enganosa do nacionalismo. Lentamente, todos acordamos para esta nova realidade, na Europa, nos Estados Unidos, no Brasil. A pretexto de combater o politicamente correto, a extrema-direita dispõe-se a quebrar os códigos de respeito e de convivência que a democracia impõe e inaugura uma nova era de violência verbal que adota os códigos da guerra total. Ela não pretende a vitória, mas a eliminação do inimigo.

(7) A pureza cultural justifica a operação de segregação dos "corpos estranhos" que põem em causa a identidade nacional, que se aproveitam dos recursos públicos e que impedem a vitalidade económica. O migrante substituiu o judeu – o mesmo inimigo interno, o mesmo cancro, o mesmo veneno que explica todas as frustrações económicas do Ocidente. O imigrante é, hoje, o novo bode expiatório, o novo rosto do racismo. (heterogeneidade)

(8) Se substituirmos o imigrante pelo pobre, encontraremos então o Brasil – o pobre culpado do desequilíbrio da Previdência, o pobre culpado pela despesa pública, o pobre culpado por ser pobre –, o pobre culpado por existir. A luta de classes regressa estimulada pela extrema-direita e não se manifesta num ressentimento dos de baixo para com os de cima, mas no ódio que os de cima dedicam a qualquer espécie de igualdade com os de baixo. Lentamente, o Brasil regressa às duas humanidades irreconciliáveis: uma, a da miséria, a outra, da superabundância.

(9) O Estado alemão homenageou Von Stauffenberg, o oficial que conspirou para assassinar Hitler em 1944. No discurso que ali fez, a chanceler Angela Merkel apelou ao combate à extrema-direita – combate, nada menos. Há boas razões para pensar que, na Europa, a direita democrática existe e não pactuará nem com a violência nem com o extremismo. No Brasil, o caso parece ser outro. Ao promover o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a direita que se afirmava democrática fez um pacto com o diabo. No meio da doideira em que a vida política brasileira se transformou, a dúvida não é saber se ela ainda existe, mas se alguma vez existiu.

SENTIDOS DE FAMÍLIA NO ESTATUTO DA FAMÍLIA DO SÉCULO XXI

Byron De Castro Muniz Teixeira (UESB)¹

Danilo Sobral De Souza (UESB)²

Adilson Ventura (UESB)³

1. INTRODUÇÃO

A família é o primeiro agente socializador do ser humano. Somente com a passagem do estado da natureza para o estado da cultura foi possível a estruturação da família. Mesmo sendo a vida aos pares um fato natural em que os indivíduos se unem por uma química biológica, a família é um agrupamento informal, de formação espontânea no meio social, porém, para os nossos estudos, observamos o modo como os sentidos estão construídos e estruturados nos textos legais, ou seja, através do Direito. Assim, em um primeiro momento, faremos uma breve reflexão ao modo como autores do Direito consideram a família e, num segundo momento, veremos como, a partir da Semântica do Acontecimento, temos este termo funcionando em textos legais.

A sociedade evolui, transforma-se, rompe com as tradições e amarras o que gera a necessidade de oxigenação das leis. A tendência é simplesmente proceder à atualização normativa, sem absorver o espírito das silenciosas mudanças alcançadas no seio social.

É importante observar que a sociedade brasileira se formou a partir do momento da chegada dos portugueses na costa brasileira, tendo como ponto inicial a agromanufatura e a importação de milhões de escravos com a finalidade de

¹ Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós Graduação em Linguística (PPGLIN) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Contato: byronteixeira@uol.com.br

² Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós Graduação em Linguística (PPGLIN) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Contato: danilosobraldesouza@gmail.com

³ Doutor em Linguística pela UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN) e do PROFLETRAS, ambos na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Contato: adilson.ventura@gmail.com

trabalharem nos engenhos que se espalharam pelo litoral. Em seguida, a Colônia toma rumo para o interior com as descobertas do ouro e das pedras preciosas nessas regiões.

Tais deslocamentos fizeram surgir formas de família diversificadas em conformidade com cada região. Nessa perspectiva, surge a organização familiar trazida pelos portugueses, formada de pai e mãe “casados perante a Igreja”, de acordo com os ideais defendidos pela Igreja Católica. Essa “família” prevalecia em todas as organizações sociais. No centro desse grupo, o senhor de engenho, a quem os romanos chamavam *pater-famílias*.

Nesse cenário, funde-se a tradição patriarcal portuguesa com a colonização agrária e escravista, formatando o patriarcalismo brasileiro. Era um grupo formado em torno de um “chefe”, pai, forte e destemido, que impunha a sua lei e a ordem, nos domínios que lhe pertenciam. Era a *família patriarcal*.

Questiona-se se a forma familiar persistiu no Brasil Império e República. Parecem ter mudado as relações e os valores familiares, as formas de casamento, vez que surge na República o casamento civil, até então não existente, e o casamento religioso apenas para aqueles que professavam a religião católica.

Essa formação da chamada família patriarcal brasileira parece ter achado guarida nas Constituições que surgiram após, bem em outras leis posteriores.

Segundo Gagliano e Pamplona (2020, p. 38), “A família é, sem sombra de dúvida, o elemento propulsor de nossas maiores felicidades e, ao mesmo tempo, é na sua ambiência em que vivenciamos as nossas maiores angústias, frustrações, traumas e medos”. Mais adiante afirma: “Neste contexto, fica claro que o conceito de família reveste-se de alta significação psicológica, jurídica e social...”. (GALGLIANO, PAMPLONA, p. 38).

Já para Maria Berenice Dias (2020, p. 42), “O acasalamento, desejo de manter vínculos afetivos, sempre existiu”. E enfatiza:

Em uma sociedade conservadora, para merecer aceitação social e reconhecimento jurídico, o núcleo familiar dispunha de perfil hierarquizado e patriarcal. Necessitava ser chancelado pelo que se convencionou chamar de matrimônio, pela forte influência da igreja, que o tem na conta de um sacramento. (DIAS, 2020, p. 43).

Tanto Gagliano e Pamplona como Maria Berenice Dias são autores de livros jurídicos, de Direito Civil, especialmente na área de Família. Parece que o primeiro

tem uma noção mais lúdica, sonhadora ou decepcionante acerca da formação da família. Já a segunda oferece uma noção jurídica mais ampla da constituição da família, chegando mesmo a dar oferecer à família um significado parecido de “acasalamento”.

A proposta de análise do presente artigo é o sentido da palavra família esboçada no Estatuto da Família do Século XXI, ou seja, o Projeto de Lei nº 3.369/2015, que apresenta como principal objetivo atualizar a definição de família na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Para realizarmos tais incursões, iremos recorrer, entre outros objetos de análise, aos estudos semânticos, mais especificamente à Semântica do Acontecimento, teoria semântica enunciativa proposta pelo professor Eduardo Guimarães.

Na primeira parte do trabalho buscaremos explicar a Semântica do Acontecimento e os seus principais elementos. Vale destacar que, para este trabalho, serão mobilizados alguns aspectos teóricos como o político na enunciação e mecanismos de análise como a reescrituração e o Domínio Semântico de Determinação, doravante DSD.

Assim, a designação de família no Brasil da contemporaneidade e, em especial, no âmbito jurídico, tem alimentado diversas discussões intensas. Pode-se citar como exemplo a proposta apresentada no Congresso Nacional e intitulada o Estatuto da Família do Século XXI, ou seja, o Projeto de Lei nº 3.369/2015, que chega com o objeto principal de atualizar a definição de família que se encontra presente nos enunciados constantes do artigo 226 e seus parágrafos na Constituição da República Federativa do Brasil. Então, neste trabalho, busca-se analisar os sentidos de família no Projeto de Lei supracitado e proposto no Congresso Nacional pelo Deputado Orlando Silva (PCdoB) e, além disso, buscar a designação de família na Constituição da República de 1988.

O Projeto de Lei nº 3.369/2015, que trata do “Estatuto das Famílias do Século XXI, é de autoria do Deputado Orlando Silva e é relatado pelo Deputado Túlio Gadelha (PDT-PE). Este projeto tem sido objeto, nas redes sociais, de interpretações distorcidas e, portanto, com análises político-partidárias. Vislumbra-se que o calor das discussões levou até a população brasileira interpretações distintas sobre o que está presente no projeto de lei.

Embora as discussões pareçam controvérsias, o processo legislativo existe justamente para que os textos propostos passem pelo crivo do contraditório e sejam amadurecidos. Nessa toada, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Hélder Salomão, no dia 20 de agosto de 2019, faz o seguinte comunicado à Nação: “Neste sentido, comunico que retirei o PL 3.369/2015 da pauta, a pedido do relator, para aprimoramento de sua redação por meio da elaboração de substitutivo”.

Ressalta-se, ademais, que o citado projeto de lei gerou discussões acaloradas entre as diversas fatias políticas brasileiras, gerando assertivas e inverdades, ou, como têm sido comumente apresentadas como *fake-news*, acerca do conteúdo do texto. Alguns grupos chegaram a afirmar que a vontade do projeto de lei era “legalizar o incesto”. Por outro lado, o autor e o relator do projeto afirmaram que o projeto visa, na realidade, ampliar o reconhecimento de famílias pelo Estado.

As discussões parecem trazer justamente o objeto deste artigo: Quais os sentidos de *família* no PL nº 3.369/2015? Posicionando-nos em uma teoria semântica enunciativa que tem por princípio a não transparência da língua, que permite entender que esses sentidos são tomados na história. Podemos observar sentidos de um modo diferente do que são comumente colocados no direito, abrindo possibilidades de novas reflexões para este ramo do conhecimento, e, com isso, podendo colaborar com as práticas exercidas a partir das considerações oriundas do Direito. Para tanto, discutiremos alguns tópicos caros a esta análise sobre Semântica do Acontecimento.

2. SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Neste trabalho, lançaremos mão dos estudos da Semântica do Acontecimento, teoria semântica enunciativa proposta por Eduardo Guimarães, pesquisador da Unicamp, e que vem sendo desenvolvida no Brasil por diversos grupos de pesquisa.

De acordo com o nosso escopo teórico, “[...] o sujeito não é [...] a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento.” (GUIMARÃES, 2002. p.12) O professor Guimarães segue apontando em seu livro *Semântica do Acontecimento*, de 2002, que “o acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro.” (GUIMARÃES, 2002. p.12).

O sentido deve encontrar-se no estudo da enunciação, sendo esta percebida como um acontecimento onde ocorre a própria temporalidade. Ainda para Guimarães

(2011, p. 15), “um acontecimento é distinto de outro acontecimento porque ele recorta um passado de sentidos que convive com o presente de formulação do Locutor e assim traz uma projeção de futuro de sentidos que não significariam não fosse o acontecimento em questão”.

A Semântica do Acontecimento considera a história e político na definição do acontecimento enunciativo. Desta forma, podemos definir a enunciação como um acontecimento sócio-histórico onde se dá a relação do sujeito com a língua, e deve acontecer num espaço.

Segundo o autor, a enunciação é

[...] um *acontecimento da linguagem* perpassando pelo interdiscurso que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (GUIMARÃES, 2010, p. 70).

Nesse sentido, Guimarães (2012) dá um novo direcionamento daquilo que chamou “acontecimento de linguagem”. Assim, o autor introduz nesse conceito, além da língua e o sujeito, a noção de real, significando “a que o dizer se expõe ao falar dele”, e a temporalidade. Percebemos então, que não é o sujeito que temporaliza, mas o acontecimento que acolhe sua própria temporalidade.

Nessa perspectiva, o que é dito no presente só significa porque o acontecimento rememora um passado e projeta uma futuridade, isto é, possibilita novas interpretações. A enunciação como um acontecimento de linguagem que temporaliza, para Guimarães (2002, p. 12), significa dizer que acontecimento “é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem o qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”.

O acontecimento instaura uma temporalidade que não é cronológica. O tempo da linguagem se dá no acontecimento, ou seja, é o próprio acontecimento que temporaliza. De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem. Esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. O acontecimento é uma diferença na própria ordem. “O passado é no acontecimento, rememoração de

enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro” (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

Importante entender que memorável não é o já-dito, mas uma memória de sentidos que é recortada em um e por um determinado acontecimento, projetando certa futuridade. O memorável depende, portanto, da temporalização realizada pelo acontecimento do dizer. Ele é assim definido pelo presente da enunciação e pela futuridade projetada, isto é, pela interpretação possível a partir do recorte de determinados memoráveis.

Para o autor da Semântica do Acontecimento, enquanto se dá a relação do sujeito com a língua, enquanto prática política, o político é “caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação do pertencimento dos que não estão incluídos”. (GUIMARÃES, 2002, p. 16). Deste modo, o sentido do político instaura um conflito de sentidos no centro do dizer.

Ainda é preciso estabelecer que analisar o acontecimento de linguagem como político é entender como se estabelecem os espaços de enunciação. Para Guimarães (2002, p. 18), esses espaços são

[...] espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer.

Guimarães (2002) afirma que é o espaço de enunciação que torna a língua política, pois falar é admitir a palavra nesse espaço entre línguas e falantes. Portanto, a língua em funcionamento é enunciação. Enunciar é estabelecer esses espaços de funcionamento na língua. Assim, o autor caracteriza a cena enunciativa como

[...] Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são pessoas, mas uma configuração do acontecimento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer (GUIMARÃES, 2002, p. 22).

Posto isso, seguimos para a análise do *corpus* proposto.

3. ANÁLISE DE SENTIDOS DE FAMÍLIA NO ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO JURÍDICO BRASILEIRO

Para realizarmos nossa pesquisa, escolhemos como *corpus* o art. 2º do Projeto de Lei nº 3.369/2015 e art. 226 e seus parágrafos da Constituição da República de 1988. Como já dissemos, nosso aporte teórico é a Semântica do Acontecimento.

Assim, faz-se uso dos procedimentos de análise da Semântica do Acontecimento (SA), a saber: reescritura e articulação. De acordo com a Semântica do Acontecimento, os sentidos não são estabelecidos porque são referência de algo, eles são decorrência de uma ação enunciativa: os sentidos são produzidos por uma relação de linguagem com ela mesma. “São as relações enunciativas do acontecimento que constituem sentido”. (GUIMARÃES, 2009), e essas relações enunciativas remetem a algo exterior à própria linguagem. O texto, para essa teoria, é entendido enquanto dispersão de sentidos.

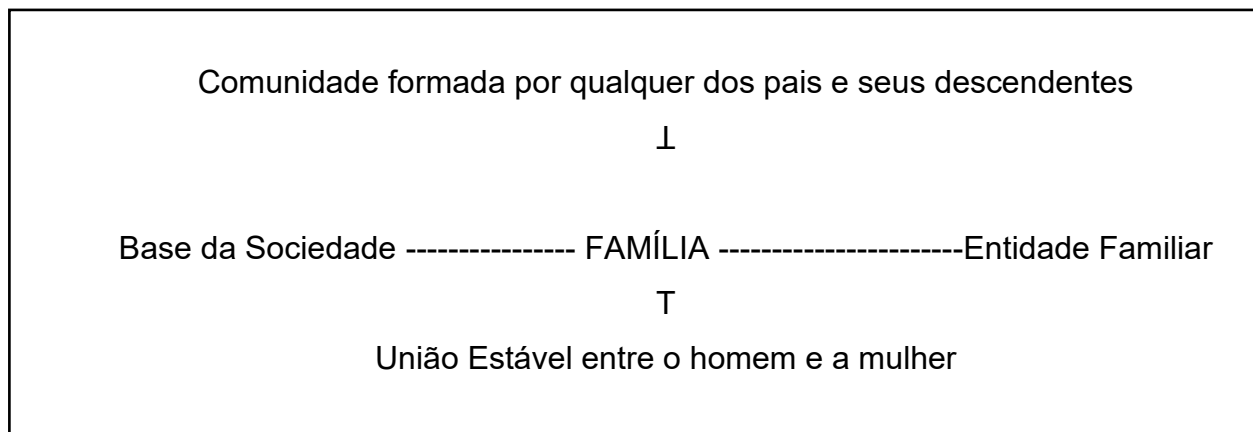
Em nossa análise, marcaremos o termo analisado, suas reescrituras e os termos em articulação em negrito. O artigo 226 da Constituição da República Federativa do Brasil, assim se reporta:

A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher, como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes
§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. (BRASIL, 1988)

Família é reescrita por sinonímia por **base da sociedade** e, depois, por **entidade familiar**. Esses termos são determinados por **união estável entre o homem e a mulher**, e, logo após por **comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes**. A determinação por descrição, com relação de expansão de sentidos, estabelece que família é a união conjugal entre homem e mulher, mas também pode ser constituída por um dos pais e seu(s) filho(s), em caso de divórcio.

Nesse caso, tem-se o DSD de família:

Quadro 1: DSD de família



Fonte: Elaboração própria

Pode-se estabelecer uma projeção interpretativa, posto que, família é constituída por uma união heteroafetiva, e, em caso de divórcio, mantida pela parte que ficar com o(s) possível(is) filho(s). É possível afirmar que qualquer tipo de união que não se configure dessa maneira não possa ser categorizada como família, a exemplo de avô(ó) e neto(s), tio(a) e sobrinho, ou, até mesmo em qualquer relação homoafetiva.

O Projeto de Lei nº 3.369/2015 no seu art. 2º, diz:

São reconhecidas como famílias todas as formas de união entre duas ou mais pessoas que para este fim se constituam e que se baseiem no amor, na socioafetividade, independentemente de consanguinidade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, credo ou raça, incluindo seus filhos ou pessoas que assim sejam consideradas. (PL n. 3.369/2015)

No parágrafo único do mesmo art., podemos observar: O Poder Público proverá o reconhecimento formal e garantirá todos os direitos decorrentes da constituição de famílias na forma definida no caput.

Do texto do Projeto de Lei apresentado, extrai-se a seguinte análise: **Família**, neste recorte, é reescrita por sinonímia como **todas as formas de união por duas ou mais pessoas** e, depois, por **união que se baseie no amor, na socioafetividade, independentemente de consanguinidade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, credo ou raça, incluindo seus filhos ou pessoas que assim sejam consideradas**. A determinação estabelece que família é a união baseada no amor e na socioafetividade, por duas ou mais pessoas.

Pode-se ter os seguintes DSD's de família e união:

Quadro 2: DSD de família

<p style="text-align: center;">Família T Todas as formas de união entre duas ou mais pessoas</p>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 3: DSD de união

<p style="text-align: center;">União T Baseados no amor e na socioafetividade por <i>quaisquer pessoas</i></p>

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se nos DSD postos aquilo que está referido como ***quaisquer pessoas***, é reescritura de **independentemente de consanguinidade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, credo ou raça, incluindo seus filhos ou pessoas que assim sejam consideradas**.

Nesse caso, diversas configurações de relações interpessoais poderiam ser categorizadas como família, desde que haja amor e socioafetividade. Todavia, há uma tensão nos sentidos de **união** e uma das possibilidades interpretativas é o de ser **união conjugal**.

Percebe-se, então, que uma das possibilidades interpretativas é o entendimento de união enquanto conjugal, logo, com possibilidade de relações sexuais. Isso é estabelecido devido ao recorte de memoráveis de união cristã: o homem deve se unir à mulher a fim de reproduzir e formar a sua família com a sua prole. Um dos objetivos da entidade familiar é a reprodução e, no espaço de enunciação cristã, esta só é feita a partir da união carnal entre homem e mulher.

Vale ressaltar que, desde 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu a união estável homoafetiva, assegurando o direito dos casais, e, desde 2013, o Conselho Nacional de Justiça já proibiu os Cartórios de recusar a realização de casamentos homoafetivos, o que, de certa maneira, no espaço de enunciação jurídico brasileiro, reconfigurou sentidos e possibilitou em outras possibilidades

interpretativas do termo **união**. A tensão se dá no embate político das designações de união (em ser conjugal ou não), o que permite projeções interpretativas diversas, inclusive de que o Projeto de Lei seria um mecanismo de legalização de incesto ou outras atividades sexuais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as devidas análises de conformidade com a Semântica do Acontecimento, e após as observações feitas nas relações de sentidos no *corpus* de análise (Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 226 e Projeto de Lei nº 3.369/2015), chega-se à conclusão de que os sentidos conflitantes de família no espaço da enunciação jurídico brasileiro se dão a partir de sentidos de união especificamente conjugal. Isso se dá em razão do acontecimento analisado que remonta memoráveis de que família, para a lei, é aquela constituída a partir de uma união conjugal legal, e que essa, por sua vez, é estabelecida por um casal heteroafetivo, tal qual posto a partir de um memorável de família cristã, o que tornam ilegais novas configurações de família.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

DIAS, Maria Berenice, **Manuel de Direito das Famílias**, Salvador: JvsPodium. 2020.

GALGLIANO, P. S. PAMPLONA, R. **Novo Curso de Direito Civil**, Volume 6, São Paulo: Saraiva. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas-SP: Pontes. 2002.

-----, **A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido**. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009.

-----, **Análise de texto: procedimentos, análises ensino**. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

A (RE)CONFIGURAÇÃO DOS DISCURSOS: O POLÍTICO NA CONSTITUIÇÃO ARGUMENTATIVA

Edna Cristina Silveira
Universidade Federal de São João del-Rei

Luciani Dalmaschio
Universidade Federal de São João del-Rei

Introdução

No presente artigo, concentramo-nos em demonstrar, ancorados nos pressupostos teóricos da Semântica da Enunciação, como as formações nominais¹ (posteriormente, FNs), que nomeiam Programas Sociais, especificamente, *Amigos da Escola*; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*; *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida* qualificam-se enunciativamente, por meio das direções argumentativas que, em acontecimento, mobilizam e (re)configuram os discursos.

Nessa direção, a fim de analisarmos o político na constituição argumentativa dessas FNs, decidimos agrupá-las em quatro domínios referenciais com o intuito de organizarmos um contínuo de significação. Esses domínios referenciais foram designados, por nós, como: *Domínio da instalação*; *Domínio da reafirmação*; *Domínio da crítica* e *Domínio da dispersão*.

Em síntese, a partir da instauração desses domínios, tentamos ilustrar em que medida os falantes são agenciados a enunciar a partir de um lugar político de alocação, delimitado pela cena enunciativa, que orienta argumentativamente seus dizeres.

1 Em foco: a cena enunciativa e o aspecto político da Enunciação

No campo da Semântica da Enunciação, o conceito de cena enunciativa vem sendo discutido há décadas por Guimarães (1987, 2002/2017, 2018) com a finalidade de contemplar o agenciamento político da enunciação. Nessa direção, para

¹ Neste artigo, a concepção de formação nominal está centrada nos estudos de Luiz Francisco Dias, segundo o autor, a FN [...] é a constituição interna e externa das formas para a constituição da unidade nominal. As formações, articulatoriamente configuradas, sustentam materialmente o referencial histórico, a memória das significações dos seus termos e a pertinência do nome nas cenas enunciativas em que contrai relação de pertencimento. (DIAS, 2018, p.143).

Guimarães (2018, p. 58), “a enunciação é politópica, a cena enunciativa se configura por uma divisão de lugares de enunciação”.

Destarte, a constituição da cena enunciativa advém da relação entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas, abrangendo os modos de acesso à palavra realizados pelos agentes da enunciação: “aquele que fala” e “aquele para quem se fala” (GUIMARÃES, 2017, 2018). Desse modo, a cena enunciativa fundamenta-se nos lugares de dizer temporalizados e especificados no acontecimento. Essa divisão política é significativa no acontecimento enunciativo, pois a palavra é sempre assumida de um lugar social específico que é individualizado por uma deontologia particular de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento enunciativo.

O agenciamento enunciativo do falante é realizado pelo funcionamento da língua no acontecimento de enunciação, já que “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, 2017, p. 15). Dessa forma, na cena enunciativa, “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são seres físicos, antes são uma configuração do agenciamento enunciativo, ou seja, são os lugares constituídos pelos dizeres. Portanto, “o agenciamento do falante no acontecimento o agencia dividindo-o por uma politopia da cena enunciativa” (GUIMARÃES, 2018, p. 61).

O político da Enunciação, por sua vez, é delineado por Guimarães (2017) como o elemento que constitui o conflito no acontecimento do dizer, portanto, ele “é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem” (GUIMARÃES, 2017, p. 20). Assim sendo, é no funcionamento da linguagem que o político instala um conflito a partir da divisão dos lugares de enunciação, estabelecida pela cena de enunciação, que revela que a distribuição das línguas para os seus falantes ocorre de modo desigual. Nas palavras de Guimarães (2018), o político se caracteriza, portanto,

pela oposição entre a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam: organizam o (*sic*) lugares sociais e suas relações, identificando-os (ou seja, atribuindo-lhes sentido), e recortam o mundo das coisas, significando-as. (GUIMARÃES, 2018, p. 50).

Desse modo, o político é o alicerce para as relações sociais, uma vez que a linguagem assume um papel central nessas relações. Nos espaços de enunciação, as línguas são colocadas em funcionamento pelos sujeitos e entram em conflito com as desigualdades produzidas pelos sentidos da enunciação. Assim, “o político é

incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra por mais que esta lhe seja negada” (GUIMARÃES, 2017, p. 22).

Além disso, o aspecto político da linguagem refere-se à maneira pela qual o falante se relaciona com a palavra, a fim de conceder a si mesmo o pertencimento para dizer, visto que ele está “sempre dividido pela desmontagem da contradição que o constitui. De tal modo que o estabelecimento da desigualdade se apresenta como necessária (*sic*) à vida social e a afirmação de pertencimento, e de igualdade, é significada como abuso, impropriedade” (GUIMARÃES, 2017, p. 22).

Após termos apresentado, sucintamente, a base teórica que sustenta este trabalho, discutiremos sobre os domínios referenciais que foram designados por nós. Iniciaremos a nossa explanação a partir do domínio de instalação das FNs no processo de nomeação dos Programas Sociais.

2 Domínios referenciais

Discorreremos, neste tópico, sobre os domínios referenciais de sentido de um mesmo elemento linguístico, a fim de elucidarmos como eles apresentam pertinência enunciativa frente à representatividade da sociedade. É por meio da elaboração de redes enunciativas² das formações nominais que perceberemos as razões enunciativas para a enunciação dessas formas.

2.1 Domínio de instalação


O domínio referencial de instalação foi pressuposto, aqui, como o movimento inicial de nomeação dos Programas Sociais por exigência da Linguagem cidadã. Assim, nesse domínio, agrupamos dizeres referentes ao que foi postulado na constituição desses Programas. Tais dizeres estão registrados em leis, decretos, sites

² “A constituição de uma rede enunciativa envolve a formação de contrastes entre a construção linguística em estudo e outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção dos domínios de mobilização que a enunciação sustenta. Essas construções outras, trazidas para a rede enunciativa, são construídas pelo próprio pesquisador e/ou podem também ser buscadas em usos efetivos, como no Google e nos bancos de dados que abrigam usos orais e escritos da nossa língua”. (DIAS, 2018, p.35).


oficiais e, até mesmo, em livros. Nessa direção, ressaltamos que apresentam um sujeito enunciativo agenciado politicamente a falar afetado pelo referencial de instalação dos Programas.

Vejamos os exemplos a seguir (1); (2); (3); (4) e (5):


(1)

	<p>O [Programa] <i>Amigos da Escola</i> visa o envolvimento dos profissionais da educação, familiares, alunos e da comunidade, para desenvolver ações educacionais complementares ao currículo escolar do aluno. <i>Amigos da Escola</i>, [...], pretende sensibilizar a sociedade e a comunidade educacional para criar as ferramentas ideais para a escola que realiza práticas com os voluntários³. (Grifo nosso).</p>
---	--

(2)

	<p>[O <i>Bolsa Família</i>] é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. [...] busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde⁴. (Grifo nosso).</p>
--	--

(3)


	<p><i>Ciência sem Fronteiras</i> é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional⁵. (Grifo nosso).</p>
---	--

³ Disponível em: <https://www.pontoxp.com/amigos-da-escola-inscricao-www-amigosdaescola-com-br/>. Acesso em: 09 ago. 2019.


⁴ Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 09 ago. de 2019.

⁵ Disponível em: <http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 09 ago. 2019.

(4)

	<p>O <u>Fome Zero</u> é um programa do Governo Federal, que visa o direito de alimentação da população brasileira. É uma maneira de garantir cidadania às populações vulneráveis à fome⁶. (Grifo nosso).</p>
---	---

(5)

	<p>[O Programa <u>Minha Casa, Minha Vida</u>] é uma iniciativa do Governo Federal que oferece condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda. [...], o programa vem mudando a vida de milhares de famílias brasileiras. É oportunidade para quem precisa e mais desenvolvimento para o Brasil⁷. (Grifo nosso).</p>
--	--

Ao lançarmos o nosso olhar para os exemplos (1); (2); (3); (4) e (5), que foram retirados de sites oficiais dos Programas Sociais, notamos que eles estão envoltos em uma rede de dizeres iniciais postulados pelos documentos de criação dos Programas - *Amigos da Escola, Bolsa Família, Ciência sem Fronteiras, Fome Zero e Minha Casa, Minha Vida*. Ou seja, eles representam um fundamento conceitual para as direções argumentativas às quais essas FNs se agregam. Portanto, embora saibamos que não é possível fotografar a origem do sentido de uma forma linguística, estamos tomando o domínio de instalação como uma espécie de desencadeador do processo argumentativo ao qual essas formas se filiam. Ou seja, inicialmente, a ancoragem referencial dessas FNs corresponde àquela ligada à ação social.

⁶ Disponível em: <http://bolsa-familia.info/fome-zero.html>. Acesso em: 09 ago. 2019.

⁷ Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 09 ago. 2019.

Nesse sentido, na tentativa de uma definição, de uma conceituação dos Programas Sociais, constituem-se dizeres que, para nós, manifestam-se como instaladores dessas FNs na sociedade. Assim, esse domínio representaria uma espécie de movimento epistemológico dessas nomeações pelo qual: *Amigos da Escola* (1) simboliza “ações educacionais [realizadas por voluntários] complementares ao currículo escolar do aluno”; *Bolsa Família* (2) corresponde à “transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País”; *Ciência sem Fronteiras* (3) representa “a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional”; *Fome Zero* (4) expressa o “direito de alimentação da população brasileira” e, por fim, *Minha Casa, Minha Vida* (5) refere-se a “condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda”.

Uma vez afetados pelo referencial que baliza a constituição da nominalidade desses Programas, os falantes são agenciados a enunciar a partir de um lugar político/social, delimitado pela cena enunciativa, que orienta argumentativamente seus dizeres. Descrevemos, agora, os agenciamentos políticos estabelecidos nos exemplos (1) a (5), de acordo com os pressupostos de Guimarães (2017, 2018).

A cena enunciativa é constituída de acordo com a relação que ocorre entre as figuras da enunciação (lugar que diz; lugar social do dizer e lugar de dizer) e as formas linguísticas. Quanto ao lugar social do dizer, ou seja, o alocutor-x temos que, nesses acontecimentos, ele é agenciado a ocupar a função de alocutor-oficial/institucional. E o seu correlato, o alocutário-x, ou seja, a pessoa para quem o alocutor-x dirige o seu dizer é marcado pela figura do alocutor-cidadão (membro de um estado) beneficiário (ou não) do(s) Programa(s).

Ademais, tendo em vista a configuração da cena enunciativa, em especial a figura do Enunciador, temos que o alocutor-oficial/institucional mobiliza um enunciador-coletivo, pois apresenta o dizer de uma coletividade por meio de uma única voz. Tal afirmação pode ser percebida nos seguintes trechos: “profissionais da educação, familiares, alunos e da comunidade [...] sociedade e a comunidade educacional” (1); “famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País” (2), “consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira” (3), “o direito de alimentação da população brasileira. [...] populações vulneráveis à fome” (4) e “famílias de baixa renda. [...],

famílias brasileiras” (5). Diante disso, podemos perceber que (1) a (5) instalam uma coletividade a partir de um dizer que enuncia um conjunto de pessoas. Trata-se, portanto, de um movimento argumentativo que visa legitimar tais Programas por meio de um processo de nomeação cujas FNs são empregadas tendo em vista a demanda social a que se submetem.

Uma vez instaladas, essas FNs passam a circular socialmente e a fazer parte do jogo político que constitui o linguístico, e, conforme apresentamos, que “é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem” (GUIMARÃES, 2017, p. 20). Sendo assim, outros referenciais passam a sustentar os sentidos dessas FNs, alguns mais próximos outros mais distantes desse que acabamos de apresentar, a fim de que o falante, envolto em novas redes enunciativas, conceda a si mesmo o pertencimento para dizer.

Vejamos agora alguns desses outros domínios referenciais.

2.2 Domínio da reafirmação

Tendo em vista o que o domínio de instalação postula, ou seja, aquilo que assumimos ser a direção argumentativa inicial dos Programas, observamos outro domínio que se encontra muito próximo deste: o da reafirmação do efeito de sentido que essas FNs “originalmente” expressam. Dada tal proximidade, por que então considerar a existência desse novo referencial? Nossa resposta a essa questão está diretamente relacionada à configuração da cena enunciativa que envolve esses dizeres. Não se trata mais de textos que fazem parte de uma esfera oficial/institucional.

Observemos os exemplos (6), (7) e (8).

(6)

Figura 1 - Amigos da Escola: brincadeiras e serviços



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*⁸

Em (6), constatamos um cartaz de divulgação de atividades realizadas em parceria com o Programa *Amigos da Escola*, juntamente com a “EMEIF Creusa do Carmo Rocha”. Tal divulgação retoma o desenvolvimento de “ações educacionais” (1) que é postulado na instalação deste Programa. Assim, em (6), por meio do enunciado: “Os Amigos da Escola convidam você e toda a sua família para curtir uma manhã super especial. Todo mundo está convidado para aproveitar brincadeiras e serviços que vão agitar o sábado na EMEIF Creusa do Carmo Rocha”, podemos perceber a reafirmação de que, por meio deste Programa, é possível realizar diversas atividades nas escolas. Ou seja, esse acontecimento instaura argumentativamente, balizado por novo lugar social do dizer, o domínio da reafirmação ao que é proposto na criação deste Programa. Dessa forma, o locutor-voluntário convoca o locutário-comunidade escolar a participar das “ações educacionais complementares ao currículo escolar do aluno”. Ou seja, o sentido institucionalizado enreda-se em outro e, assim, o que antes estava em perspectiva efetiva-se como ato. Em nossa análise: reafirma-se.

O mesmo corre em (7):

⁸ Disponível em: <http://hotsite.verdesmares.com.br/amigosdaescola/>. Acesso em 09 ago. 2018.

(7)



Fonte: Jornal Tribuna do Povo⁹

Em 7, há uma orientação argumentativa que sustenta a concepção do Programa *Ciência sem Fronteiras*: os resultados positivos oriundos do investimento na ciência a partir “do intercâmbio e da mobilidade internacional” (3). Em relação ao agenciamento enunciativo que sustenta essa cena (7), destacamos a figura do alocutor-jornalista e do alocutário-(futuros) leitores da notícia. Trata-se, pois, de uma constatação, própria do gênero notícia, acerca da proposta do Programa que visa à “consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia”.

Fato parecido ocorre em (8), com a FN *Fome Zero*.

(8)

[...] A diferença com a proposta do *Fome Zero* é completa. Deste lado estão as propostas de políticas específicas de ajuda alimentar, associadas a políticas estruturais como de geração de renda e emprego, reforma agrária, políticas de apoio à agricultura familiar, aumento do salário mínimo e ampliação da previdência social, por exemplo. Políticas diretas de segurança alimentar e combate à fome devem ser adotadas de forma que estas forneçam os meios básicos para a sobrevivência das famílias sem condições econômicas, mas, ao mesmo tempo, criem mecanismos dinâmicos em outras áreas da economia, como a produção e a distribuição de alimentos, servindo, também, como elementos educativos para libertação da dependência destas políticas específicas¹⁰. (Grifos nossos).

Também aqui está expresso o fragmento de uma reportagem em que podemos encontrar informações sobre o Programa *Fome Zero*. Em especial, esse trecho

⁹ Disponível em: <http://www.tribunadopovo.com.br/ciencia-sem-fronteiras-leva-ararense-a-estagio-na-boeing/> Acesso em: 09 ago. 2018.

¹⁰ Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2002/06/01/para-os-criticos-do-fome-zero/> Acesso em 08 ago. 2019.

reafirma a ideia inicial do Programa, que é a de “ajuda alimentar”, e agrega enunciados que comprovam que o Programa é um meio de “garantir a cidadania” (2) para vários sujeitos: “meios básicos para a sobrevivência das famílias sem condições econômicas”.

Nessa direção, (7) e (8) representam um movimento enunciativo de adesão e ampliação do já posto e vinculam-se argumentativamente ao processo de regularização social de sentido dessas FNs.

Entretanto, se trabalhamos com a tese de que o político é o alicerce para as relações sociais e a linguagem assume um papel central nessas relações, domínios de sentidos menos próximos socialmente também encontram espaço na sustentação das formas linguísticas. Isso é o que passaremos a apresentar a seguir.

2.3 Domínio da crítica

Distanciando um pouco do que é tido como o marco inicial de instalação dos Programas, ou seja, dos textos destinados a defini-los e/ou conceituá-los, bem como dos textos destinados a reafirmar o que é postulado na instalação dos Programas, apresentamos, neste tópico, textos que reproduzem críticas tanto a favor quanto contra os Programas Sociais.

(9)

Figura 2 - Bolsa Família: assistencialismo



Fonte: Imagem obtida por meio do Google¹¹

¹¹ Disponível em: <http://acaopopular.net/jornal/vamos-mudar-de-sobrenome/charge-bolsa-familia/>. Acesso em: 19 jul. 2018.

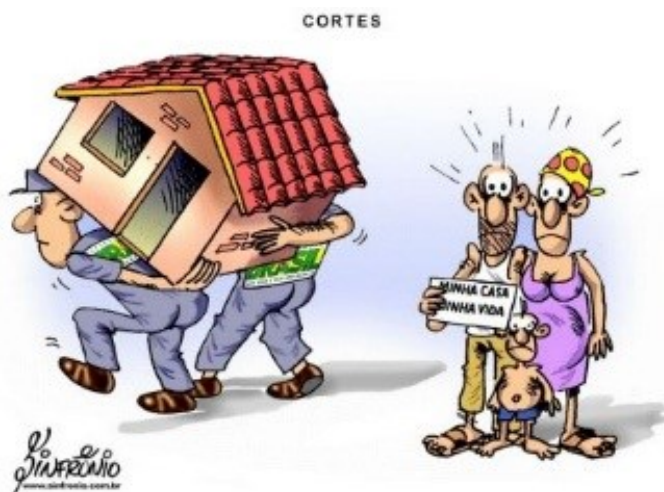
Ao determos a nossa atenção para a cena enunciativa expressa em (9), percebemos uma crítica favorável ao Programa *Bolsa Família*, visto que podemos perceber uma orientação argumentativa que defende o investimento feito pelo Programa. Esse efeito de sentido se constrói quando consideramos os elementos verbais e não-verbais que participam do texto. No lado superior esquerdo, o enunciado: “Parlamentares custam 1 bilhão ao ano ao contribuinte...”, se junta ao seguinte diálogo, proferido, respectivamente, por um senador e um deputado: “Bolsa Família? Isso é assistencialismo, senador!” / “Concordo, nobre deputado!”.

Ao analisarmos tais pronunciamentos, percebemos que os políticos reclamam do dinheiro gasto com os beneficiários do Programa (representados pela imagem de uma família ilustrada no lado direito no canto inferior da imagem), achando que esse gasto é “assistencialismo”. Entretanto, esses políticos recebem “verba gráfica”, “assistência odontológica”, “combustível”, “salário”, “ajuda de custo”, “assistência médica”, “celular cota postal”, “auxílio moradia” e “verba de gabinete”, expressas nas sacolas cheias atrás das quais eles estão posicionados. Ou seja, há um tom de ironia representado no texto, pois o dinheiro recebido pela classe dos parlamentares é excessivamente maior que aquele destinado aos beneficiários do Programa. Desse modo, pelo tratamento irônico dado à afirmação do posicionamento de alguns políticos sobre a não funcionalidade do Programa, considerando-o como mero assistencialismo, constrói-se a reafirmação dos benefícios trazidos pelo *Bolsa Família*. Por que, então, não situar também o exemplo (9) no domínio da reafirmação, descrito em 2.2? Porque não se trata do mesmo movimento enunciativo, uma vez que argumentar a favor do Programa requer colocar em causa orientações argumentativas que o negam. É pelo confronto que o efeito de sentido se estabelece. Nesse caminho, a relação de alocação entra em conflito com as desigualdades produzidas pelos sentidos da enunciação.

Isso também pode ser percebido em (10).

(10)

Figura 3 - Cortes no *Minha Casa, Minha Vida*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*¹²

Na Figura 3, podemos notar, mais uma vez, uma crítica a favor dos beneficiários, agora, do Programa *Minha Casa, Minha Vida*. Nesta cena, no centro, na parte superior, há a palavra “cortes”; no lado esquerdo, há duas pessoas carregando uma casa que, possivelmente, teria sido adquirida por meio do Programa *Minha Casa, Minha Vida* e, no lado direito, a representação dos beneficiários apenas com uma placa na mão: “*Minha Casa, Minha Vida*”, mostrando que “perderam” a possibilidade de conseguir uma casa, em função dos cortes que foram feitos. Podemos notar que na roupa dos carregadores está escrito a palavra *Brasil*, representando o símbolo do Governo Federal. Isso autoriza a ligação da palavra “cortes” com uma ação governamental.

Com isso, podemos perceber que, nesta cena (10), o *Minha Casa, Minha Vida* sustenta-se argumentativamente no referencial da crítica a favor da continuidade do Programa, como uma das formas de auxílio às pessoas sem moradia. Novamente, a relação de alocação, conforme apresentamos em nossos pressupostos teóricos, é significada politicamente “pela oposição entre a afirmação da igualdade em conflito

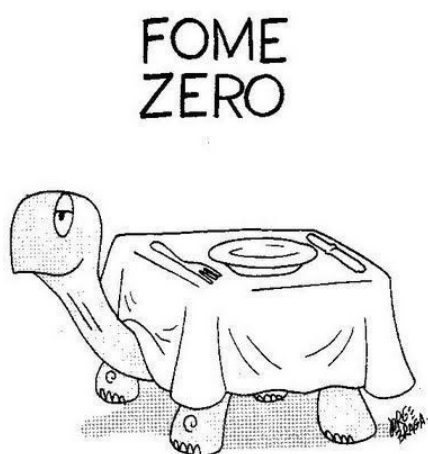
¹² Disponível em: <https://blogdafloresta.com.br/ministerio-das-cidades-revoga-portaria-que-ampliava-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 14 jun. 2018.

com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam.” (GUIMARÃES, 2018, p. 50).

Conforme apresentamos, as cenas (9) e (10) atribuem uma crítica a favor dos Programas. Contudo, a seguir, em (11); (12) e (13), demonstraremos algumas críticas contrárias aos Programas Sociais.

(11)

Figura 4 - Fome Zero: um reflexo da lentidão



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*¹³

Em (11), podemos perceber a sustentação argumentativa de uma crítica contra o funcionamento do Programa *Fome Zero*, visto que ele retrata que o andamento do Programa ocorre lentamente. Tal afirmação está representada pela ilustração de uma mesa construída por uma tartaruga, bem como pela imagem dos pratos vazios dos beneficiários.

O exemplo (12) demonstra que com outros Programas esse efeito de sentido também pode ser produzido a partir de alguns textos. Dessa vez, a crítica negativa é construída com o *Bolsa Família*.

¹³ Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/13390511>. Acesso em: 10 ago. 2019.

(12)

Figura 5 - Bolsa Família: aumentar o orçamento



Fonte: Imagem obtida por meio do Google¹⁴

Em 12, vemos uma família, relativamente grande, assistindo à TV, cujo noticiário informa que o “*Bolsa Família* vai pagar mais 65 reais para quem tem cinco filhos”. Ao ouvir tal notícia, o marido diz: “Mulher, deixa as crianças aqui na sala e vamos pro quarto aumentar nosso orçamento!”. A partir desse enunciado, pode-se perceber uma crítica contra aos beneficiários do Programa, visto que há uma recorrência de que alguns deles preferem ter mais filhos e “aumentar o orçamento” a ir procurar trabalho, já que, se trabalharem e obtiverem uma renda mínima, o benefício será cortado. O agenciamento político desta cena se dá por meio da construção da figura de um alocutor-pai de família realizada pelo alocutor-jornalista, que embora produza marcas de uma enunciação de caráter individual – como, por exemplo o uso do pronome *nosso* (marido e mulher) –, orienta argumentativamente seu discurso para uma crítica negativa ao Programa, que tem caráter coletivo.

Em (13), temos mais um exemplo desse tipo de manifestação contrária ao valor positivo dos Programas Sociais que estamos analisando.

¹⁴ Disponível em: <http://blog0news.blogspot.com/2011/09/sacanagem-no-bolsa-familia.html>. Acesso em 14 jun. 2018.

(13)

Figura 6 - Amigo da Escola, inimigo da educação



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*¹⁵

Na Figura 6, de forma muito mais marcada do que ocorre nos exemplos (11) e (12), há uma forte crítica contra o Programa *Amigos da Escola*, por meio do seguinte enunciado: “amigo da escola, inimigo da educação”, que integra um texto produzido como parte de uma “campanha pela valorização dos profissionais em educação”. A palavra “inimigo”, contraposta à palavra “amigo”, corresponde a uma forma linguística que evidencia a sustentação de uma posição. Assim sendo, conforme os pressupostos de Guimarães (2013), o alocutor enuncia uma conexão entre *X* e *Y*, sendo o *X* uma razão (ser amigo da escola) para uma conclusão *Y* (ser inimigo da educação), e isso envolve lugares e posições sociais.

Com a apresentação dos exemplos (11), (12) e (13), caminhamos para um nível de distanciamento referencial mais elevado, em relação aos domínios de significação que sustentam as FNs alvos de análise de nosso trabalho. Ou seja, os referenciais de instalação e reafirmação passam a conviver também com aquele relativo à negação do efeito de sentido “inicial”, suscitado por essas formas.

Passemos a analisar, a partir de então, outro domínio referencial que entendemos ancorar, também, a enunciação dessas FNs: o domínio da dispersão.

15

Disponível

em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1287196/modresource/content/1/Amigos%20da%escola.pdf>.

Acesso em: 14 ago. 2019.

2.4 Domínio da dispersão

Além do exposto, observamos que as nomeações dos Programas Sociais, em análise, também apresentam direcionamentos argumentativos que se encontram alicerçados em referenciais diversos, completamente distintos daquele estabelecido no momento em que as FNs foram designadas para nomearem tais Programas. É o que ocorre, por exemplo, em (14).

(14)

Figura 7 - *Minha Casa... Minha Vida...*



Fonte: Imagem obtida por meio do Google¹⁶

Em 14, percebemos que a FN *Minha Casa, Minha Vida* está ancorada pelo domínio da vida conjugal (relação homem e mulher). Na parte superior e no canto inferior da imagem, há a presença dos seguintes enunciados, respectivamente: “Minha Casa...Minha Vida...” e “O marido dela pediu o divórcio”; este último, proferido por caracóis. Assim, constatamos que, aqui, a FN *Minha Casa, Minha Vida* adquire uma sustentação argumentativa completamente distinta da que é postulada

¹⁶ Disponível em: <http://pwdesenhos.blogspot.com/2012/03/>. Acesso em: 14 jun. 2018.

inicialmente. O que está em causa agora é a enunciação sobre o fim de um casamento e o fato de o caracol possuir duas “casas”, isso, portanto, representa os desdobramentos sociais que essa separação mobiliza. Isso nos permite dizer que *Minha casa, minha vida* não corresponde a algo referido no mundo, manifesta-se, antes, como algo significado no acontecimento enunciativo.

Processo semelhante ocorre com a FN *Bolsa Família*.

(15)

Figura 8 - *Bolsa Família*: Mãe



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google* ¹⁷

Em (15), a figura de uma canguru, carregando o seu filhote em sua bolsa, associada ao enunciado “*Bolsa família é a mãe!*” resignifica o sentido “inicial” da FN *Bolsa Família* devido à demanda do presente à qual este acontecimento foi submetido. Com isso, outro domínio referencial é convocado para que o texto apresente pertinência enunciativa. Não se trata do apagamento de um referencial que associa *Bolsa Família* a uma política de governo, e sim ao deslocamento desse referencial que, embora presente, abre-se para a integração a outro. Isso é o mesmo que pode ser notado, por exemplo, em (16).

¹⁷ Disponível em: <http://humoristanota11.blogspot.com/2015/11/bolsa-familia-ums-sintese.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.

(16)

Figura 9 - Hamburgueria *Fome Zero*



Fonte: Imagem obtida por meio do *Google*¹⁸

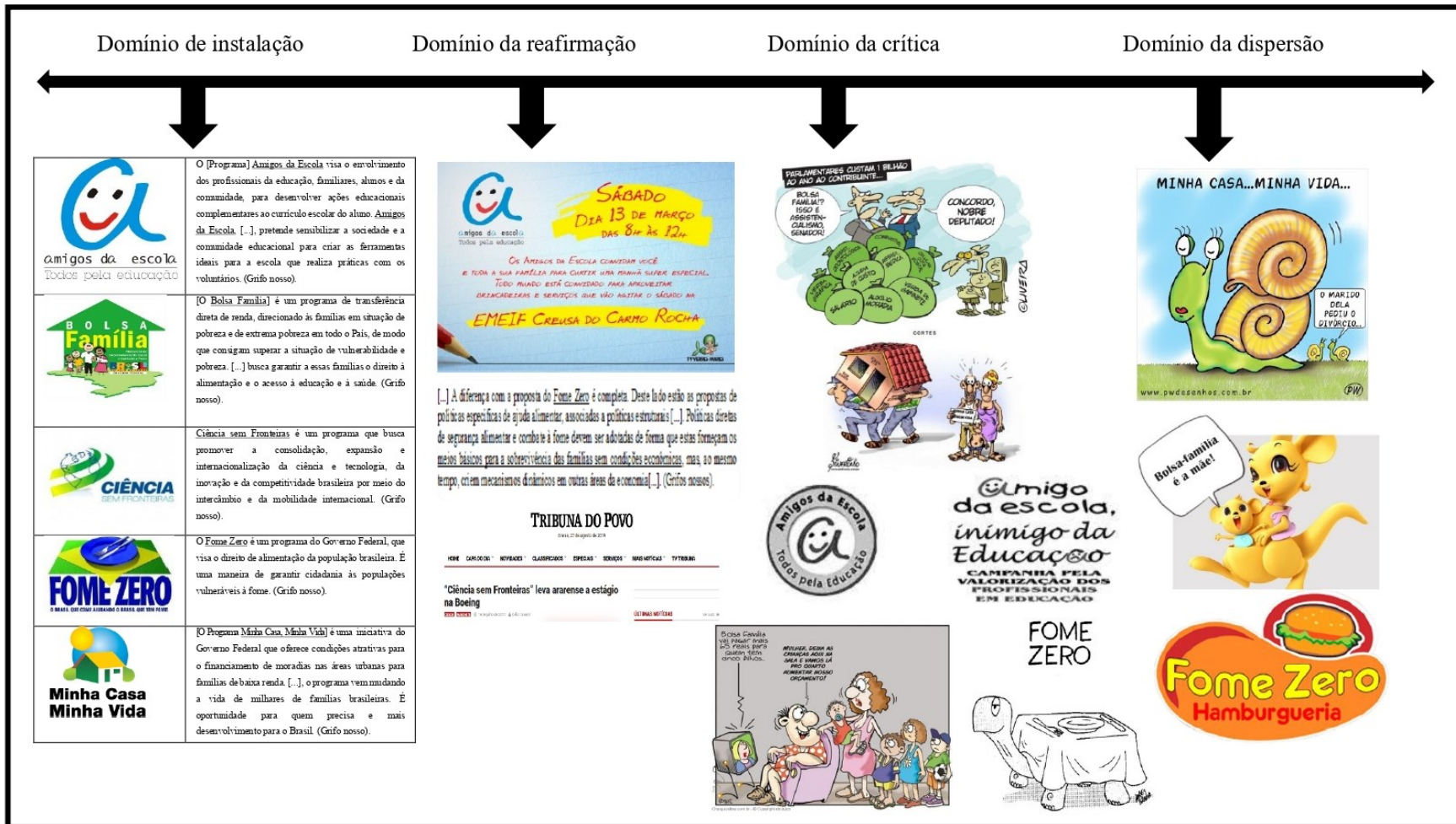
Como podemos perceber, em (16), uma hamburgueria é nomeada pela FN *Fome Zero*. Desse modo, tal FN passa a significar uma propaganda de alimentos, que dela faz o uso para atrair clientes. Assim, a orientação argumentativa se dá pelo agenciamento do alocutor-empresário (proprietário de uma hamburgueria), que se põe em relação de alocação como seu correlato, o alocutário-consumidor.

Como pudemos perceber, os exemplos (14), (15) e (16) (re)significam, de forma dispersa, as formações nominais enquanto nomeações dos Programas Sociais. Tal dispersão ocorre, em nossa perspectiva, porque o movimento, o deslocamento, a fuga são próprios do linguístico (ORLANDI, 2012), que se (re)ordena para adquirir pertinência em novas enunciações.

A fim de ilustrarmos melhor as análises realizadas acerca das orientações argumentativas - e, portanto, políticas - das FNs - *Amigos da Escola*; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*; *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*, elaboramos um contínuo, que pode ser visualizado a seguir:

¹⁸ Disponível em: <https://www.chefmio.com.br/fomezrolanches>. Acesso em: 10 ago. 2019.

QUADRO 1 - Contínuo: direção argumentativa das FNs



Fonte: Elaborado pela autora.

Considerações finais

Em nossa pesquisa, com o intuito de sistematizar a análise da constituição argumentativa das FNs, apresentamos uma proposta de categorização dos domínios referenciais que balizam o processo de nominalidade desses Programas e os classificamos em: domínio da instalação, domínio da reafirmação, domínio da crítica e domínio da dispersão. E, a partir da instauração desses domínios, tentamos demonstrar em que proporção os falantes são agenciados a enunciar a partir de um lugar político de alocação, delimitado pela cena enunciativa, que orienta argumentativamente seus dizeres.

Por fim, a categorização expressa pelos domínios referenciais que criamos não corresponde a uma definição fechada e definitiva sobre o fato linguístico que estamos abordando. A decisão de criar categorias corresponde a uma tentativa de sistematização de nosso olhar analítico, pelo qual entendemos que instalar, reafirmar, criticar e tornar disperso o sentido dessas FNs é uma característica própria do linguístico, que agencia os falantes a participarem de uma relação de alocação e, por meio dela, a orientarem argumentativamente o dizer.

REFERÊNCIAS

- DIAS, L. F. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas: Pontes, 2018.
- GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.
- GUIMARÃES, E. Argumentatividade e argumentação. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 9, n. 2, p. 271-283, jul./dez. 2013.
- GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 4. ed., 2017.
- GUIMARÃES, E. *Semântica Enunciação e Sentido*. Campinas: Pontes, 2018.
- ORLANDI, E. P. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. CARROZZA, Guilherme; SANTOS, Mirian dos; SILVA, Telma Domingues da. (Orgs.) *Sujeito, Sociedade*, Campinas, Editora RG, 201

A ARGUMENTAÇÃO E OS CONECTORES EM TEXTOS PUBLICITÁRIOS DE CURSOS DE INGLÊS¹

Estela Seraglio Furrer²

Neuza Zattar³

Introdução

Esta proposta de pesquisa que se encontra em desenvolvimento inscreve-se na área da Semântica, tomando como base os princípios e os conceitos que fundamentam a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), desenvolvida inicialmente por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, e a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), a partir de Marion Carel (1992) e, atualmente, desenvolvida com Ducrot.

Destacamos que a nossa concepção de argumentação se difere da argumentação retórica, uma vez que a língua enquanto realização de enunciados não se reduz à função meramente informativa ou referencial da linguagem.

Nesse sentido, é importante apresentar a constituição da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) a qual nos filiamos, perpassando inicialmente pela

¹ A escrita deste texto que se desenha ainda em linhas preliminares é parte da minha propositura de pesquisa de doutorado, na linha de Estudos de Processos de Significação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, que poderá apontar para outras possibilidades de leitura a partir de nossos empreendimentos teóricos e analíticos. A escolha da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) desenvolvida atualmente por Marion Carel (1992) e Ducrot significa duplamente para mim: (i) o meu crescimento acadêmico e profissional no doutoramento, enquanto professora de Língua Inglesa da rede pública do Estado de Mato Grosso- SEDUC-MT; (ii) pelo horizonte que a TBS proporciona como teoria de análise da argumentação para os estudos da linguagem. Incluo também neste leque a possibilidade de discutir e refletir sobre o emprego da argumentação na língua na minha prática profissional. Desse modo, compreendo a prática da pesquisa como uma via dialógica de deslocamento teoria-prática, logo, como um diferencial na formação profissional.

² Doutoranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL-UNEMAT). E-mail: estela.s.furrer@gmail.com

³ Doutora em Linguística no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL-UNEMAT). E-mail: neuza.zattar@gmail.com

Teoria da Argumentação na Língua (TAL).

Nesse sentido, temos como proposta o estudo do léxico e o funcionamento argumentativo dos conectores em textos publicitários de cursos de inglês, disponibilizados na *internet*, buscando descrever e analisar o sentido dos segmentos linguísticos à luz da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Partindo do postulado de que a argumentação está inscrita no uso da língua, a qual disponibiliza orientações linguísticas em seu próprio sistema, concebemos o texto como unidade semântica de análise cujos elementos/entidades linguísticas de sentido se constituem no léxico.

Tomamos então a argumentação linguística pelo viés da TBS, direcionada para o funcionamento argumentativo dos conectores *donc* (portanto), *pourtant* (no entanto) e outros similares instituídos em textos publicitários de cursos de inglês, disponibilizados na internet.

Ao propormos o estudo dos conectores em textos publicitários de cursos de inglês adotamos a concepção de texto formulada por Ducrot (1987). Para o autor, “o que se chama “texto” é na verdade, habitualmente, um discurso” (op. cit. p.166). O discurso, por sua vez, é considerado “um fenômeno observável que se constitui de uma sequência de enunciados”. (op. cit. p.164).

Ducrot (1987) afirma que a argumentação está inscrita na língua e o sentido de uma entidade linguística/segmento linguístico se dá exclusivamente numa abordagem linguística, na argumentação. Nessa mesma direção, Carel (2017, p. 03-05), por sua vez, ao tratar da argumentação, afirma que “falar consiste em construir um texto que, ao entrar num diálogo, ao mesmo tempo, fará eco ao discurso de outro e tornará obrigatória sua resposta”. Entende a autora que todo enunciado “é parafraseável por encadeamentos que comportam uma conjunção do tipo *donc* (se, porque, pois,...) ou uma conjunção do tipo *pourtant* (no entanto, ainda que, mesmo se,...)”.

Assim, enunciar, conseqüentemente, é *argumentar*, pois: “expressar⁴ verbalmente uma situação é convocar a propósito dela diversos princípios ou

⁴ Expresar verbalmente una situación es convocar a propósito de ella diversos principios o lugares comunes que permiten justificar a partir de esta situación um certo número de conclusiones. (Tradução Nossa).

lugares comuns que permitem justificar a partir desta situação um certo número de conclusões”. (DUCROT, 1988, p.14). Nessa perspectiva, Ducrot sustenta que a partir de análises da significação das palavras ou das estruturas sintáticas, pretende levar o leitor sempre a este tema geral: “falar é construir e tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão/percepção argumentativa da realidade”. (op. cit. p.14).

1 Tecendo considerações teóricas

Partimos do pressuposto de que não usamos a língua para falar sobre o mundo, ou para ter acesso às verdades, conforme preconiza a argumentação retórica. A nossa concepção linguística se distancia de uma argumentação retórica de carácter tradicional, definida como “atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa”. (DUCROT, 2009, p. 20).

Compreendemos assim, como Ducrot (1987, p. 10 - 30) que argumentar é “com efeito muito diferente do esforço de persuasão”. Desse modo, “a língua, independentemente das utilizações que dela podem ser feitas, apresenta-se, fundamentalmente, como o lugar do debate, e da confrontação das subjetividades”. (op.cit.).

Sobre o uso da língua a que se refere Ducrot, observamos que “a confrontação dos indivíduos através da linguagem [...] é antes de mais nada um fato de discurso: um enunciado, enquanto tal [...]”. (op. cit. p. 29).

O autor pressupõe que as circunstâncias da enunciação são mobilizadas pelas relações de sentido, que explicam uma ocorrência individual de uso da língua. (DUCROT, 1987).

Diferentemente de Benveniste para quem a enunciação é o ato de apropriar-se da língua e colocá-la a em funcionamento, Ducrot diz que a enunciação é a realização de um enunciado /desdobramentos de discurso, em que o locutor, ser do discurso, por sua vez, evidencia e revela diferentes vozes e que, de fato, é um acontecimento histórico em que várias vozes em cena, encenam diferentes personagens, que evidenciam e evocam pontos de perspectivas em relação ao objeto.

Assim, o “aparecimento de um enunciado” é, portanto, o uso/emprego da língua, produção de discursos, que são constitutivos das relações de sentidos revelados em um acontecimento linguístico não repetível, visto que é dada existência a algo que até então não existia antes de se falar e que também será inexistente depois dessa realização momentânea de fala, a enunciação.

Para discussão e reflexão acerca da nossa proposta inicial de estudo, apresentaremos um breve percurso da evolução/modificação da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) até chegar à Teoria dos Blocos Semânticos (TBS).

Os estudos da TAL foram inicialmente elaborados por Oswald Ducrot, filósofo da linguagem, com a colaboração de Jean-Claude Anscombe, matemático e linguista, em 1983, na França, na *Écoledes Hautes Études em Sciences* de Paris e, atualmente em parceria com Marion Carel (1992). (DALL’ CORTIVO-LEBLER, 2014, p. 332 - 334).

Originária dos estudos do estruturalismo linguístico e da enunciação, a Teoria da Argumentação na Língua – TAL perpassa ao longo do seu desenvolvimento por várias etapas e diversas reflexões/modificações feitas pelos seus criadores, os quais partem de alguns conceitos da lógica, articulados à pragmática, que vão sendo ampliados, modificados ao longo dos estudos. (FREITAS, 2006, p.11).

Em um primeiro momento da teoria, denominada primeira fase, Ducrot e Anscombe (1983) elaboram a forma *Standard*, partindo dos conceitos de frase e enunciado, significação e sentido. Para os autores, a frase é um objeto teórico, não é observável, constitui uma estrutura abstrata; e o enunciado, ao contrário, é a realização da frase, isto é, o enunciado é um fenômeno empírico observável (op. cit. p.110).

Ducrot (1987), ao sustentar que há uma distinção entre as entidades linguísticas constitutivas do discurso, frase e enunciado, estabelece uma relação semântica entre significação e sentido. Para tanto, reserva-se a caracterizar a “significação” no nível da frase; e “sentido” para a caracterização semântica do enunciado.

A frase é uma entidade abstrata da língua, que tem significação, mas é desprovida de sentido. No entanto, ao existir dentro de um contexto, a frase passa a ser considerado um enunciado. Frase e enunciado são indissociáveis no contexto de uso da língua, como unidades semânticas, ora de significação (frase) ora de sentido (enunciado). Desse modo, frase é entendida como objeto teórico no nível gramatical em que o linguista constrói para produzir um enunciado. Ambas coexistem na produção de sentidos.

Retomando a primeira fase da teoria, enfatizamos que, nesse momento, a língua é definida como “um conjunto de frases”, pois, para Ducrot e Anscombre (1983), descrever uma língua é descrever as frases dessa língua e as possibilidades de seu valor semântico. Na forma *Standard*, a argumentação se dá na relação argumento-conclusão, enquanto encadeamento argumentativo, ou seja, o que é dito não tem sentido antes das conclusões. Desse modo, essa concepção sustenta a fundamentação de que “a argumentação está inscrita na própria língua, e as possibilidades argumentativas estão na forma linguística da frase”. (DUCROT, 2008, p.16).

Vejamos os exemplos: (i) Faz sol, vamos sair; (ii) Faz sol, não vamos sair. Nesses enunciados, o valor semântico da expressão: *Faz sol* varia de acordo com as conclusões que se tiram dessa expressão. No primeiro exemplo, o sol é favorável ao passeio; e no segundo, o sol é desfavorável ao passeio.

Na segunda fase da teoria, a TAL se funde com a Teoria da Polifonia para fazer uma descrição mais profunda do sentido. Ducrot faz uma aproximação das formas tópicas à *Teoria da Polifonia* para dizer que, mediante uma forma tópica, os enunciadores apresentam seus pontos de vista. Para Ducrot e Anscombre (1989), os enunciadores são pontos de vista que o locutor organiza para identificar-se ou não com um deles. (BARBISAN; TEIXEIRA, 2002, p. 168-171).

A Teoria da Polifonia defende a tese de que um enunciado comporta mais de um sujeito, e a Teoria dos *Topoi* tem como tese central a ideia de que a relação argumento-conclusão, que garante o sentido do enunciado, é mediada por um *topos*. (FLORES, 2009).

Para Ducrot e Anscombre, o *topos* apresenta três propriedades:

1ª – O *topos* é apresentado como um lugar comum dado ao enunciador e as outras pessoas, podendo ser *universal* ou *comum*, ele é partilhado por uma comunidade linguística.

2ª – Ele é usado para integrar o estado de coisas particulares de que se fala a uma categoria muito mais geral, ou seja, ele é caracterizado pela *generalidade*, pois deve ser considerado válido para várias situações semelhantes na argumentação.

3ª – O *topos* coloca em relação duas propriedades graduais, isto é, na passagem de um argumento para uma conclusão, o *topos* põe em relação duas escalas. Em um enunciado, o interpretante escolhe certas palavras capazes de conferir maior ou menor força argumentativa aos discursos em um ato, que percorre tanto uma quanto a outra escala, formando a gradualidade, com possibilidades de comparar o mais e o menos.

Nesta perspectiva, utilizar o *topos* significa construir uma imagem tópica, pois ele é o encadeamento, a passagem do ponto de articulação entre a língua e o discurso argumentativo. Ao integrar a Teoria dos Topoi e a Teoria da Polifonia, os autores consideram que descrever semanticamente um enunciado significa descrever os elementos semânticos, de modo que o uso de um *topos* garanta o movimento do argumento para a conclusão. O sentido de uma unidade linguística é constituído por alguns encadeamentos discursivos que ela evoca, as argumentações.

Vejamos os exemplos: (i) Paulo trabalhou um pouco, terá êxito; (ii) Paulo trabalhou pouco, irá fracassar; (iii) Paulo trabalhou pouco, terá êxito. Nessa forma tópica, temos o funcionamento dos *topoi* em que os enunciados orientam por meio dos morfemas *um pouco* e *pouco* o sentido de que o *topos* em (i) e (iii) o trabalho conduz ao êxito; em (ii) o trabalho é causa de fracasso. Há que se destacar que podemos tirar a mesma conclusão a partir do enunciado com *pouco* e *um pouco*. Isso ocorre devido à ideia “de que o locutor tem de trabalho”, as quais se justificam por meio do *topos*, visto como “o intermediário entre o argumento e a conclusão”. (GRAEFF, 2009, p.155).

O valor argumentativo é o responsável pela direção argumentativa do discurso. As duplas de frases “Pedro trabalhou pouco” e “Pedro trabalhou um

pouco” enunciam um mesmo fato, mas têm direções argumentativas diferentes. Essas frases indicam o mesmo fato e o teor de verdade do (i) implica na verdade do (iii): *trabalho em pequena quantidade*, no entanto, essas frases nos permitem chegar a diferentes conclusões. Assim, as expressões *pouco* e *um pouco* determinam o valor argumentativo dos enunciados em que aparecem. O valor argumentativo se sobrepõe ao valor informativo, pois um enunciado contém um ato de argumentação.

A terceira fase da TAL é denominada *Teoria dos Blocos Semânticos* – TBS, desenvolvida por Ducrot e Marion Carel (1992) surge em razão de Carel discordar de que o argumento e a conclusão podem ser interpretados independentemente um do outro.

A Teoria dos Blocos Semânticos sustenta a ideia central da TAL de que a argumentação está presente no sistema da língua, constituindo-se desse modo como o principal elemento para a apreensão do sentido dos enunciados. Na TBS, um argumento e uma conclusão são ligados por blocos semânticos para formar a passagem do argumento à conclusão. O sentido da conclusão é determinado pelo sentido do argumento, que são discursos interdependentes, e desse modo os dois constituem os chamados *blocos semânticos*.

Para Carel (1992), argumentar é fazer uso dos blocos semânticos, ou seja, é fazer uso de dois segmentos de discurso que são ligados por um conector. O encadeamento argumentativo é constituído por um conectivo que pode ser “normativo” *pourtant* – no entanto, abreviado por NE ou “transgressivo” *donc* – portanto, abreviado por PT. (RÖRIG, 2008, p. 37-44).

Nessa terceira fase, tanto o argumento quanto a conclusão se constituem numa relação de interdependência, um não tem sentido sem o outro, o sentido de um é constitutivo do sentido do outro.

A Teoria dos Blocos Semânticos mantém o que a princípio é concebido pela Teoria da Argumentação na Língua – de que a argumentação está inscrita na língua, na relação das palavras umas com as outras. Mantém a noção de que a língua, pelo seu sistema, apresenta pelo léxico eixo paradigmático, possibilidades de escolhas que podem ser colocadas em prática na descrição semântica pelo falante em certas situações discursivas eixo sintagmático.

Ducrot & Carel (2008, p. 09 -10) afirmam que o ponto fundamental da TBS está em “renunciar radicalmente a qualquer descrição não linguística do significado das expressões da língua”. Nessa concepção, esses autores tomam como base a ideia saussuriana de que o significado é parte integrante do signo. Logo, o significado não pode consistir em ideias, a saber: conceitos e representações mentais. Embora a TAL tenha passado por reformulações/modificações, podemos afirmar que essa teoria não se distanciou da sua proposta inicial de base estruturalista: “mais precisamente, ficamos com as fórmulas de Saussure em que o significado é visto como o valor do signo”. (op.cit.).

Ducrot & Carel (2008) concebem a noção de valor argumentativo, não de modo dicotômico. Para eles, o valor de uma entidade linguística é visto como um conjunto de relações entre signos que estão na base de todo significado e, que são como “os átomos da significação”, aquilo o qual definimos como “encadeamentos argumentativos e/ou ainda argumentações”.

O valor argumentativo⁵ “é por definição a orientação que essa palavra dá ao discurso”. À visão ducrotiana, entendemos que “o emprego de uma palavra possibilita uma certa continuação do discurso e o valor argumentativo dessa palavra é o conjunto dessas possibilidades ou impossibilidades discursivas de continuação que o seu emprego determina”. (DUCROT, 1988, p. 51).

Daí a finalidade dos conectores: uma argumentação consiste de uma sequência de dois enunciados ligados/desencadeados por um conector. Segundo Rörig (2008), na TBS, o conector *donc* (portanto) constrói encadeamentos normativos, e *pourtant* (no entanto), encadeamentos transgressivos. Esses conectores articulam sentidos, denominados encadeamentos argumentativos. Desse modo, entendemos que a construção de uma unidade de sentido, de um bloco semântico, está nas relações estabelecidas entre si, ou seja, cada um dos encadeamentos constrói seu sentido somente na relação um com o outro de modo que não interessa a ordem

⁵ No original: “El valor argumentativo de una palabra es por definición la orientación que esa palabra da al discurso. [...] el empleo de una palabra hace posible o imposible una cierta continuación del discurso y el valor argumentativo de esa palabra es el conjunto de esas posibilidades de continuación discursiva que su empleo determina”. (Tradução Nossa).

dos segmentos, ambos, promovem a interdependência semântica que os unem. A interdependência desencadeia sentidos ora assumidos por um ou outro conector, definidos, por sua vez, por um valor semântico argumento e conclusão relacionados pelos únicos conectores reconhecidos pelos estudiosos da TBS: os normativos *donc* – (portanto) e os transgressivos *pourtant* – (no entanto).

Vejam os exemplos: Em um enunciado como (i) “Pedro é prudente, *portanto* (*donc*) não sofrerá nenhum acidente” temos dois segmentos encadeados: 1 X = Pedro é prudente; 2 Y =, portanto (não sofrerá nenhum acidente). Nesse enunciado o encadeamento pelo conector, *portanto*, é do tipo normativo, isto é, o sentido esperado; já o encadeamento transgressivo por meio do conector *pourtant* (no entanto), isto é, rompe com a normatividade, ocorre do tipo: 1X= Pedro é prudente; 2Y= Pedro sofrerá acidente.

Nessa direção, consideramos a TBS como “um modelo forte que fornece um método que permite riquezas de análise [...]”, permite também “elevator a teoria a um alto nível de cientificidade para estudar a enunciação”. (MACHADO; CAREL, 2016, p. 45).

Compreendendo que a argumentação está inscrita no uso da língua, a qual disponibiliza orientações linguísticas em seu próprio sistema, adotamos o texto como unidade semântica de análise cujos elementos/entidades linguísticas de sentido se constituem no léxico.

Freitas (2008, p. 06), seguindo a concepção de Ducrot (1987), entende o texto como “um bloco semântico inscrito no nível teórico da produção e realizado pelo encadeamento argumentativo complexo que é o discurso” cuja argumentação se dá pelos conectores tipo DC e PT, orientadores da argumentação que dão sentido ao discurso.

Para Carel (2011) *apud* Costa (2013, p. 51), o texto na TBS sustenta a possibilidade de análise em razão de sua estrutura manter articulações próprias as quais favorecem a construção de determinadas argumentações e sentidos. Para Carel, “a análise semântica deve se apoiar sobre a análise textual”, visto que:

as palavras dos enunciados não são sempre suficientes para determinar o sentido do enunciado, e é, então o texto, com sua organização geral [...] com sua capacidade de ter partes com estatutos diferentes, em nome de sua natureza de texto, que sustentam a interpretação semântica de seus enunciados. (op. cit. p. 51).

Almeida (2001, p. 28) salienta que para alguns especialistas o *texto* “tem sido definido como uma unidade semântica em que vários elementos de significação são materializados através de categorias lexicais, sintáticas, semânticas e estruturais”. A autora cita Koch (1996) para corroborar a ideia da importância do texto como unidade linguística de análise semântica, uma vez que para Koch, a enunciação, “faz-se presente no enunciado através de uma série de marcas” (op. cit. p.29). Assim, através das marcas linguísticas é “que se poderá chegar à macrossintaxe do discurso, o que constitui o objetivo da Semântica Argumentativa” (op. cit.).

Conforme Ducrot (2002) *apud* Andersen (2006, p. 09 - 10), palavras como os substantivos, certos adjetivos e os verbos, têm em comum o fato de evocarem discursos. Nesse sentido, “seria necessário uma nova classificação para as palavras do léxico”, ou seja, uma classificação semântica do léxico em: (i) palavras plenas: (substantivos, certos adjetivos como “prudente” e verbos); (ii) palavras instrumentais/ou gramaticais: (a) conectores (*donc, pourtant*); (b) articuladores (conjunções); (c) operadores: modificadores (*pouco, um pouco*, certos empregos de *demais* e *facil*, como adjetivo); internalizadores (outros empregos do *demais* e quase todos os empregos de *em vão*).

Costa (2013) analisa textos à luz da TBS, descrevendo as possibilidades de se tomar o texto como materialidade linguística de análise semântica.

Ducrot (2005, p. 29) *apud* Costa (2013, p. 52) sustenta que:

de acordo com a TBS, o sentido de uma expressão qualquer, seja ela uma palavra ou um enunciado está constituído pelos discursos que essa expressão evoca, entende-se que os sentidos construídos nos textos também partem das argumentações evocadas pelo próprio texto.

Ao definir encadeamento argumentativo, Carel (2005, p. 80) *apud* Costa (2013, p. 28) destaca:

um encadeamento argumentativo é “qualquer sequência de dois segmentos que são, de certo modo, dependentes”. Tal asserção estabelece o aspecto formal de um encadeamento – sequência de dois segmentos – e apresenta a questão da dependência, característica preponderante na TBS. Sendo o sentido construído na própria argumentação, os dois segmentos que compõem o encadeamento não podem ser compreendidos isoladamente, mas sim a partir da relação única que mantêm um com outro.

Para Carel (2016), a TBS é uma formulação radical da TAL: “é estruturalista naquilo que ela não explica as propriedades das palavras da língua, ou dos textos, por propriedades físicas ou psicológicas dos objetos ou dos seres do mundo”. (CAREL & MACHADO, 2016, p. 39).

Em relação ao exposto, apresentamos alguns questionamentos que tomamos como eixos norteadores para discussão e análise do objeto de estudo, funcionamento argumentativo dos conectores instituídos nos textos publicitários, a saber:

- (i) Como se dá o funcionamento argumentativo dos conectores nos textos publicitários de cursos de inglês, disponibilizados na *internet*?
- (ii) De que modo a Teoria da Argumentação na Língua, em sua forma mais recente, TBS, fornece possibilidades de sentido a partir da análise, descrição semântica- argumentativa dos conectores nos enunciados dos textos?
- (iii) Quais procedimentos adotados pela TBS deveriam ser adotados pelos professores de língua inglesa do Ensino Médio?

2 Delineando o percurso metodológico

O *corpus* de análise desta pesquisa constitui-se de textos publicitários, especificamente, propagandas de cursos de inglês, disponibilizados na *internet*.

Nessa direção, concebemos o texto, conforme Ducrot (1987), como um bloco semântico, cujo sentido é orientado por conectores do tipo *donc* (portanto), *pourtant* (no entanto) e outros conectores presentes nos textos publicitários.

Desse modo, propomos aplicar os conceitos da Teoria dos Blocos Semânticos, de Marion Carel, em conjunto com Oswald Ducrot, valendo-nos da descrição semântica dos textos selecionados – o *corpus* da pesquisa, de maneira a dar conta do sentido do discurso. Trata-se de uma análise descritivo-semântica do emprego da língua, da argumentação.

Siqueira (2017) destaca que Oswald Ducrot, em sua teoria enunciativa, não “olha especificamente para o texto publicitário”. Segundo a autora, o fato de Ducrot não ter olhado para esse tipo de texto, “não impede” o nosso trabalho de desenvolver o estudo sob esse prisma, visto que “o texto publicitário é a língua em uso e, dito isso, está apto a tornar-se objeto de estudo da teoria enunciativa”. (op. cit. p. 69).

Dialogamos com Siqueira em razão de entendermos que as possibilidades e impossibilidades discursivas de interpretação se inscrevem na língua, e atravessam a nossa concepção de estudo: “interpretar uma produção linguística consiste, entre outras coisas, em reconhecer nela atos, atribuindo ao enunciado um sentido, que é um conjunto de indicações sobre a enunciação”. (DUCROT, 1987, p.173).

Considerando a escolha do material analítico, textos publicitários de cursos de inglês, descrevemos os passos a seguir para o desenvolvimento da proposta, bem como a descrição da constituição do *corpus*:

- a) Levantamento dos textos publicitários pertinentes à pesquisa em questão;
- b) Constituição do *corpus* a ser analisado;
- c) Identificação e seleção dos conectores/possibilidades linguísticas nos textos coletados;

- d) Articulação da fundamentação teórica de apoio à análise semântico-argumentativa;
- e) Reconhecimento e discussão acerca dos segmentos argumentativos, blocos semânticos existentes no interior do discurso publicitário;
- f) Análise dos conectores no corpus;
- g) Considerações acerca da pesquisa, pontuando as contribuições da pesquisa.

3 Considerações finais

O nosso interesse pelo estudo dos conectores, enquanto professora de Língua Inglesa, da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado de Mato Grosso - SEDUC-MT, é no sentido de trazer à tona possibilidades de discussões sobre a linguagem a partir do estudo do léxico, de maneira a acalorar o desenvolvimento de pesquisas sobre a linguagem que transcendam os limites da academia.

Nesse viés, dialogamos com Machado (2016, p. 46) que diz que a TBS deve ultrapassar outros limites não acadêmicos, escolares com a finalidade de promover um método de análise de enunciado entre professores e estudantes. Mas, a questão fundamental para esse autor é pensar de que modo deslocar da academia para a sala de aula e ainda “preparar professores ou preparar materiais que permitam à TBS ser uma ferramenta que permita analisar a língua nas escolas, ensinar alunos a escrever, e ensinar a arte de ensinar aos professores? ”. (op. cit. p. 46).

Referências

ALMEIDA, Lucimar de. Análise semântica de operadores argumentativos em textos publicitários. 2001.f. 176. Dissertação de Mestrado (Linguística)- Universidade Federal de Uberlândia, 2001. Disponível em [:<http://www.ileel.ufu.br/travaglia/sistema/uploads/arquivos/DISSERT_lucimar.pdf>](http://www.ileel.ufu.br/travaglia/sistema/uploads/arquivos/DISSERT_lucimar.pdf)

Acesso em setembro de 2017.

ANDERSEN, Elenice Maria Larroza. Fábulas e parábolas: um esboço para a interpretação de textos à luz da Teoria dos Blocos Semânticos. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – REVEL**. Ano 4, n. 6, março de 2006.

BARBISAN, Leci Borges; TEIXEIRA, Marlene. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. **Organon**. nº.32 - 33, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CAREL, Marion. Análise argumentativa de uma fábula de La Fontaine. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 43, n.1, p. 19-26, jan./ mar.2008. Disponível em: <
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/2866> > Acesso em julho de 2017.

CAREL, Marion. Significação e argumentação. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v.42, n. 73, p. 02-20, jan./abril 2017. Disponível em:<
<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/8579> > Acesso em julho de 2017.

CAREL, Marion & MACHADO, Julio Cesar. Debate sobre a Teoria dos Blocos Semânticos e a Semântica do Acontecimento: quase bloco, locutor-posição e espaço de enunciação. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 51, n.1, p. 38- 46, jan./ mar. 2016. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/21363>>
Acesso em julho de 2017.

COSTA, Anna Carolyna Melo Ferrer. **A teoria dos blocos semânticos – Um estudo através do texto**. 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Paraná- UFPR, 2013. Disponível em:<<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31772/R%20%20D%20%20ANNA%20CAROLYNA%20MELO%20FERRER%20COSTA.pdf?sequence=1>> Acesso em setembro de 2017.

DALL’CORTIVO-LEBLER, Cristiane. A teoria da argumentação na língua e sua relação com Platão, Saussure e Benveniste: Breve discussão epistemológica. **Filol. Linguíst.Port.**, São Paulo, v.16,n.2,p.331-364,jul./dez.2014. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/84446>> Acesso em setembro de 2017.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas SP: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. Argumentação e “topoi argumentativos”. In: GUIMARÃES, Eduardo. (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, 2. ed. Editora RG, 2008.

DUCROT, Oswald. *Polifonia y argumentación*. Conferencia del seminário. **Teoría da la argumntación y análisis del discurso**. Universidad del Valle. Cali, 1988.

DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.44, n.1, p. 20-25, jan./mar.2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/5648/4116>> Acesso em setembro de 2017.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.43, n.1, p. 07-18, jan./mar.2008.

Disponível: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/2865/2804>> Acesso em agosto de 2017>

FLORES, Valdir do Nascimento [et. al.]. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FREITAS, Ernani Cesar de. **A teoria da argumentação na língua**: blocos semânticos e a descrição do sentido no discurso. Tese Doutorado em Linguística. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2006.

GRAEFF, Telisa Furlaneto; COSTENARO, Silvane. Análise de mal-entendidos em diálogos. **Caleidoscópio**. V. 7, n. 2 p. 155-160, mai/ago 2009.

RÖRIG, Cristina. A leitura em língua inglesa pela teoria da argumentação na língua. In: **Repositório Institucional-** PUCR, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/4009>> Acesso em: jul. 2017.

SIQUEIRA, Ellen Cristina Gerner. Linguística e Publicidade: um olhar enunciativo sobre uma campanha publicitária do Citibank. 2017. **Revista Dissol**. Porto Alegre, ano IV, nº, p. 63- 75, jan-/2017. Disponível em:<<http://ojs.univas.edu.br/index.php?journal=revistadissol&page=index>> Acesso em setembro de 2017.

**APAIXONAR-SE E ARREPENDER-SE:
REFERENCIAIS E PERTINÊNCIAS ENUNCIATIVAS**

Fátima Graziele de Souza¹
UNEMAT

Neuza B. da Silva Zattar²
UNEMAT

Primeiras Palavras

O português são dois; o outro, mistério.
(Carlos Drummond de Andrade)

A frase poética de Carlos Drummond de Andrade explicita a perturbação do sujeito diante aos mistérios da língua, por esse viés, concordamos com Mário Perini (1989, p.5) quando afirma que “a gramática tradicional ainda é uma preciosa fonte de perguntas a respeito da língua”. Dito isso, procuraremos refletir sobre a terminologia e a conceituação dos verbos pronominais, também intitulados como “verbos reflexivos”, “verbos pronominais reflexivos”, “verbos pronominais propriamente ditos”, “verbos obrigatoriamente reflexivos”, “verbos com clítico inerente”, nas gramáticas de língua portuguesa de Said Ali (1971), Rocha Lima (1984), Cunha e Cintra (1985), Almeida (1999), Neves (2000), Azeredo (2000) e Bechara (2009).

Os estudos sobre o uso do clítico pronominal junto a um verbo apresentam muitas definições e argumentos similares e também distintos. Nesta reflexão, utilizaremos o termo verbo pronominal como correspondente a construções do

¹ Mestra em Linguística Universidade Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Cáceres/MT. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Contato: profatimagraziele@gmail.com.

² Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) - Cáceres. Contato: neuza.zattar@gmail.com

tipo [verbo + clítico pronominal], especificamente, um item lexical verbal associado ao clítico *SE*.

No entanto, não é nossa pretensão apresentar novas categorias ou realizar compilações exaustivas de ocorrências verbais, mas de investigar por meio de uma abordagem enunciativa como as formas linguísticas representadas por verbos pronominais se sustentam na articulação entre o referencial histórico e as pertinências do dizer na atualidade. E ancoramos as análises dessas formas pronominais nos pressupostos teórico-metodológicos da Semântica da Enunciação desenvolvidos por Eduardo Guimarães (1995, 2005) e Luiz Francisco Dias (2013a, 2013b, 2015a, 2015b, 2018a), no Brasil.

Organizamos nossa reflexão em três seções. Na primeira seção, apresentamos uma síntese dos estudos pronominais em gramáticas brasileiras. Na segunda, espelhamos os conceitos de referencial histórico, pertinência enunciativa e rede enunciativa que deverão sustentar teoricamente as análises; e, por fim, analisamos algumas ocorrências de verbos pronominais, selecionadas em uso efetivo no meio digital, observando como as articulações formais que os verbos contraem são determinadas pela relação entre o referencial histórico e a pertinência enunciativa.

1. O olhar dos gramáticos sobre os verbos pronominais

Os estudos tradicionais intitulam como verbos pronominais aqueles que ocorrem exclusivamente acompanhados por pronomes oblíquos reflexivos (*me*, *te*, *se*, *nos*) correspondentes à pessoa gramatical do sujeito.

O conjunto descrito de tais verbos apresenta pouco mais de cem ocorrências e os exemplos prototípicos são *arrepender-se* e *queixar-se*. O clítico pronominal, no caso, não tem função sintática reconhecida e não é argumental. Ou seja, o pronome oblíquo não altera a grade temática do verbo, sendo, portanto, uma realização morfológica da relação predicativa (indicação do sujeito).

Os pronomes clíticos, nas línguas românicas, segundo Kaiser (1996), se distinguem de outros sintagmas nominais, por não serem palavras completas e nem simples afixos. Conforme o estudioso, eles dispõem de uma sintaxe

específica e devem ser considerados como integrantes de uma classe intermédia entre as palavras independentes e morfemas presos.

Nesse caso, intuímos que uma das dificuldades de delimitação da classe dos verbos pronominais pode advir da pluralidade de funções que, especificamente, o clítico *SE* pode assumir na língua portuguesa. Pelo aspecto morfossintático, esse clítico é descrito como pronome reflexivo, pronome recíproco, conjunção subordinativa (integrante, condicional, causal), partícula integrante do verbo, partícula de realce, partícula apassivadora e índice de indeterminação do sujeito.

Por esse viés, merece menção a leitura diacrônica proposta por Bandeira (2007, p.10), a de que a divergência descritiva dos verbos pronominais em língua portuguesa pode advir da “prática de aproximar as formas do português às ‘antigas marcas’ do latim clássico, na tentativa de, entre elas, estabelecer alguma correspondência sintática ou morfológica”, por conta das diferenças entre as duas línguas, das quais restaram os problemas de inconsistência na descrição das construções verbais pronominais do português nas gramáticas lusófonas.

Lenharo (2014) aponta que outras línguas românicas como o francês, o italiano e o espanhol também sofrem com a confusão relacionada à caracterização/classificação herdada do latim e, até mesmo, em línguas europeias como o russo e o alemão, é possível verificar dificuldades relacionadas a construções do tipo [verbo + clítico pronominal].

Desse modo, apresentaremos as definições de verbo pronominal nas gramáticas brasileiras de Said Ali (1971), Rocha Lima (1984), Cunha e Cintra (1985), Almeida (1999), Neves (2000), Azeredo (2000) e Bechara (2009).

Said Ali (1971) trata os verbos essencialmente pronominais ao refletir sobre a noção de voz média ou medial, forma verbal em que o verbo aparece conjugado com o pronome reflexivo, abrangendo funções de reflexividade e reciprocidade, entre outras.

Para o gramático,

Muitos verbos têm significação de tal espécie que, conjugados pronominalmente, não se prestam a ser interpretados como se executasse o sujeito algum ato reversivamente sobre a própria individualidade. *Espantei-*

me, enganei-me, convenci-me, enfadei-me, aborreci-me, zanguei-me, só podem equivaler a “fiquei espantado, enganado, convencido, enfadado, zangado, aborrecido”. A forma reflexa vem aqui dizer que o mesmo efeito que o sujeito, como agente, produz em outros indivíduos, se produziu inversamente nele por alguma causa qualquer do mundo exterior. Estes verbos conjugados pronominalmente têm em comum com uma série de verbos intransitivos essencialmente pronominais, o significarem sentimento. Por outras palavras para expressar o sentir zanga, medo, vergonha, piedade, arrependimento, etc. socorre-se a linguagem de verbos pronominais, ora de um tipo, ora do outro: *angustiar-se, enfurecer-se, envergonhar-se, arrepender-se, amedrontar-se, espantar-se, pasmar-se, entusiasmar-se, apaixonar-se, apiedar-se, amercear-se, condoer-se, comiserar-se, enganar-se, zangar-se, irar-se, impacientar-se, compadecer-se, vexar-se, aborrecer-se, enfastiar-se*, etc. (SAID ALI, 1971, p. 178, grifo nosso).

Por sua vez, Rocha Lima (1984, p. 145, grifo nosso) afirma que os verbos pronominais são os “acompanhados dos pronomes oblíquos de cada pessoa”, como *ajoelhar-se, suicidar-se, condoer-se, apiedar-se, ufanar-se, queixar-se e vangloriar-se*. Esses “pronomes átonos” constituem uma parte integrante inseparável do verbo, não desempenham nenhuma função sintática, são “fossilizados.” (ROCHA LIMA, 1984, p. 320). Por isso, os verbos pronominais são realizados sintaticamente sem objeto direto ou indireto. Segundo o gramático (Idem), o caso da presença do clítico *SE* especificamente nos verbos pronominais pode ter surgido por analogia a outros verbos, tais como *aborrecer-se, magoar-se e ferir-se*, para os quais o *SE* possui função de objeto direto.

Cunha e Cintra (1985), no tópico acerca da voz reflexiva, distinguem verbo reflexivo de verbo pronominal, quer pelo sentido, quer pela forma. Segundo os autores,

Muitos verbos são conjugados com pronomes átonos, à semelhança dos reflexivos, sem que tenham exatamente o seu sentido. São os chamados *verbos pronominais*, de que podemos distinguir dois tipos: a) os que só se usam na forma pronominal, como: *apiedar-se, condoer-se, queixar-se, suicidar-se*; b) os que se usam também na forma simples, mas esta difere ou pelo sentido ou pela construção da forma pronominal como, por exemplo: *debater* [= *discutir*]; *debater-se* [= *agitar-se*]; *enganar alguém*,

enganar-se com alguém. (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 395, grifo nosso).

Almeida (1999, p. 211, grifo nosso) define o verbo “pronominal essencial” como aquele que só pode ser realizado com um clítico pronominal, como *arrepender-se, queixar-se, indignar-se, abster-se, apoderar-se e comportar-se*. Os clíticos de verbos essencialmente pronominais não indicam exatamente “uma revolução da ação verbal sobre o sujeito” e, apesar de não exercerem nenhuma função sintática, a realização do verbo sem o clítico seria “impossível” e configuraria um “erro”. Por sua vez, os verbos classificados como acidentalmente pronominais, como *pentear-se, alimentar-se e matar-se*, indicam reflexividade de ação. Vejamos os exemplos:

(1) “Ele *se queixa*.” (ALMEIDA, 1999, p. 211).

(2) “Eu *me feri*.” (Idem).

Neves (2000) afirma que o verbo pronominal é aquele que possui como sua parte integrante uma “forma oblíqua reflexiva” (Idem, p. 468-469) dos pronomes pessoais como, por exemplo, *abraçar-se, decepcionar-se, doutorar-se*, entre outros. Vejamos alguns exemplos:

(1) “Rosalinda *abraçou-se* ao corpo de Jacob.” (NEVES, 2000, p. 468)

(2) “Já vi de tudo e já *me decepcionei*.” (Idem, p. 469)

(3) “[Sérgio Porto] *doutorou-se* em Física nos Estados Unidos.” (Ibidem, p. 469).

Azeredo (2000, p. 174-175, grifo nosso) diz-nos que a “classe dos verbos pronominais (*comportar-se, arrepender-se, queixar-se*) é um conceito morfológico que surge quando um pronome reflexivo se cristaliza junto ao verbo e deixa de haver voz reflexa, que é um conceito sintático.”

Bechara (2009, p. 223-224) denomina de pronominais os verbos empregados na “forma reflexiva propriamente dita”. O gramático diz-nos que a construção de verbos “pronominais na língua padrão” pode se realizar sem a presença do clítico pronominal, conforme os casos listados a seguir:

(1) “*aquecer, chamar, mudar, gripar, machucar, formar e classificar*”.

(2) “Eu *formei* em Medicina.”

(3) “Ele *classificou* em 3º lugar.” (Grifo nosso).

É possível notar algumas diferenças e similitudes nas formulações que versam sobre a questão dos verbos pronominais nas gramáticas elencadas acima. Inicialmente, convém destacar que os compêndios de Neves (2000) e Azeredo (2000) não se inserem no grupo das gramáticas tradicionais, e se caracterizam como exemplares de gramáticas descritivas, cujo objetivo é descrever a estrutura e o funcionamento da língua, sua forma e função. Em outros termos, têm por preocupação descrever, explicar “a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também usar e interpretar essas expressões de uma maneira internacionalmente satisfatória”. (NEVES, 2006, p.15).

Observamos que Neves (2000) se limita a classificar o verbo pronominal como aquele que tem uma forma oblíqua reflexiva, enquanto Azeredo (2000) complementa e enfatiza pelo viés da morfologia que os verbos pronominais são resultantes da cristalização de um pronome reflexivo junto ao verbo, porém, do ponto de vista sintático, o sentido de reflexividade expresso pela forma verbal deixa de ocorrer.

Cunha e Cintra (1985), ao proporem uma diferenciação entre forma pronominal e forma reflexa, comungam com a hipótese de Azeredo (2000) de que, apesar dos verbos pronominais terem um pronome reflexivo em sua constituição formal, não têm sentido de reflexividade.

Bechara (2009), distintamente da definição de Azeredo (2000) e Cunha Cintra (1985), afirma que os verbos pronominais são aqueles empregados no sentido reflexivo “propriamente dito”. Ainda, conforme o gramático (Idem), alguns verbos pronominais “na língua padrão” se realizam sem o clítico pronominal. Rocha Lima (1984), por sua vez, assim como Almeida (1999), afirma categoricamente que o clítico pronominal é inseparável do verbo.

Em síntese, pode-se inferir que as divergências, quanto à nomenclatura e classificação dos verbos pronominais, assentam-se, principalmente, na noção de reflexividade e na obrigatoriedade do uso do clítico, apesar de os exemplos disponibilizados nas obras citadas serem poucos e parcialmente reproduzidos em todos os manuais.

Convém acrescentar que a definição dos verbos pronominais, em língua portuguesa, sustenta-se sob o ponto de vista da diátese média (reflexiva) que, a grosso modo, pode ser definida como a somatória da voz ativa e da voz passiva.

Se na voz ativa, as formas verbais denotam um processo que se efetua a partir do sujeito e fora dele, na voz reflexiva o processo se efetua no interior do sujeito. O verbo indica um processo do qual o sujeito é a sede, isto é, o sujeito está no interior do processo.

Em outras palavras, a voz reflexiva é uma categoria flexional que se constitui por meio de um “conjunto paradigmático de sufixos verbais com uma função semântica bem delineada: expressar eventos em que a ação ou o estado afeta o sujeito ou seus interesses.” (LYONS, 1979, p. 373).

A partir do exposto, questionamos: Qual é o critério para reconhecermos se o verbo é pronominal? Por que formas verbais como apaixonar-se, arrepende-se são consideradas reflexivas obrigatórias ou pronominais? Como conceber a significação dos verbos pronominais? A nossa hipótese inicial é de que as formas linguísticas, entendidas como verbos pronominais, se qualificam e adquirem pertinência na enunciação.

A seguir, apresentaremos os conceitos teóricos fundamentais da Semântica da Enunciação que nortearão o desenvolvimento da reflexão em torno das formas verbais pronominais, na perspectiva de compreender a constituição da significação, não somente pelo viés das “regularidades estruturais, mas [...] centradas numa ordem da materialidade do dizer cujo alcance é mais amplo e denso do que a horizontalidade das relações sintagmáticas”. (DIAS, 2018a, p.12).

2. A Semântica da Enunciação

Conforme observado na seção anterior, os fenômenos linguísticos, como os verbos pronominais, são descritos pelo viés morfossintático, no entanto, neste trabalho, propomos observar esses fenômenos numa abordagem enunciativa.

Assim, ancoramos epistemologicamente na Semântica da Enunciação proposta por Guimarães (2005, p.7), para quem “a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”, e nos pressupostos de Dias (2018a, p. 253), para quem “a enunciação se constitui como acontecimento da produção do enunciado na medida em que

enunciar é significar um presente da enunciação pela memória das significações já constituídas em outros tempos”.

Pensar a significação dos verbos pronominais, nessa perspectiva, implica considerar que “as expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam”. (GUIMARÃES, 2005, p.5). Dito melhor, a significação de um enunciado é uma via de mão dupla:

[...] de um lado, advém da pertinência enunciativa, isto é, de uma motivação do presente do enunciar. De outro lado, constitui-se pelos referenciais que proporcionam as balizas históricas para significar esse presente contraído pelas pertinências enunciativas. (DIAS, 2016, p. 37-38).

Compreendemos por pertinência enunciativa a incitação para significar um presente. Ou seja, pela “demanda do presente somos instados a dizer, a compreender, e dar sentido àquilo que nos faz pertinente na corrente do cotidiano”. (DIAS, 2018b, p. 30). Ressaltamos que a pertinência enunciativa, nesse caso, não significa apropriação ou relevância do que é dito, mas sim o fato de que esse dizer se relaciona com outros dizeres no presente do enunciar.

Ao depararmos com as sequências linguísticas:

- (a) *homem (se) apaixonou por sogra*
- (b) *homem (se) apaixonou por outro homem*
- (c) *homem (se) apaixonou por sua melhor amiga*
- (d) *homem (se) apaixonou pela namorada do melhor amigo*
- (e) *homem (se) apaixonou homem por sogra*

Podemos perguntar o que motiva ou não essas formulações? Por que a sentença (e) é considerada agramatical? Quais as razões enunciativas? Por que é pertinente dizer (a, b, c, d) e não (e)? Compreendemos que “há alguma demanda de pertinência desse arranjo lexical nessas [...] sequências linguísticas” (DUARTE NETO, 2018, p. 61), pois, “há algo da atualidade do enunciado que convoca o sujeito a dizer o que se diz”. (Idem, p. 60).

Vejamos que as sequências linguísticas em (a, b, c, d) deixam flagrantemente perspectivas históricas e, por isso, adquirem pertinência em um espaço de enunciação. Já a formulação em (e), além de ser considerada agramatical, ilustra aspectos em torno da reflexividade e obrigatoriedade do clítico, demonstrando que não temos uma atualização do sentido das formas linguísticas no

acontecimento enunciativo, logo, essa frase não participa das relações que a antecedem, não adquire pertinência que sustente tal dizer. Conforme Dias (2018a), a pertinência do dizer mantém relação com o referencial histórico, com aquilo que já foi significado, que sustenta a “qualificação enunciativa das formas linguísticas”. (Idem, p.101).

Por referencial histórico compreendemos a filiação que sustenta a significação dos enunciados no presente do enunciar tendo em vista o funcionamento histórico da sociedade. Dias (2015a, 2015d), ao propor a noção de referencial histórico, se inspira na visão de Foucault (1969 *apud* DIAS, 2018a, p.101) de que as “palavras, ou sintagmas significam não exatamente pelas singularidades que dizem, mas por relações estabelecidas antes mesmo do dizer”.

No entendimento de Dias (2018a, p.101), o referencial histórico é constituído pelo “memorável de outros dizeres” que ancoram as possibilidades de formulação e significação dos enunciados, No entendimento de Dias (2018a, p.101), o referencial histórico é constituído pelo “memorável de outros dizeres” que ancoram as possibilidades de formulação e significação dos enunciados, visto que o memorável sustenta não somente os aspectos aos quais o enunciado se remete, “mas também aquilo que já se falou, e que o enunciado se filia, e aquilo que fala o enunciado”.

Nessa direção, o teórico pontua que “é o próprio enunciado, e não as propriedades inerentes aos seres, estados e relações, que constitui o referencial”. (DIAS, 2018a, p.99-100). Portanto, o referencial histórico é constituído no e pelo acontecimento enunciativo. Conforme o autor (2015a, p.117),

Enuncia-se a partir de uma exterioridade, de ordem histórica, ancorada numa temporalidade inexorável à enunciação. Essa temporalidade é fecunda em enunciados outros e é em referência a eles [...] que se constitui a significação, produzindo como resultado a possibilidade de comunicação.

Desse modo, propomos olhar a construção da significação dos verbos pronominais como o acontecimento que se constitui na relação entre o referencial histórico (recortes de memória) e a pertinência enunciativa (demanda

do presente). Em outros termos, observar como converge “o ordenamento dos elementos linguísticos, conduzidos [...] por regras da língua, mas organizados em função das condições enunciativas que determinam os recortes de significação dos enunciados”. (DUARTE NETO, 2018, p. 88).

Por fim, para que possamos desenvolver esse olhar enunciativo sobre os verbos pronominais, utilizaremos como procedimento metodológico as redes enunciativas, que dão visibilidade aos aspectos de produção dos enunciados, ou seja, “o funcionamento da língua na produção do sentido”. (DIAS, 2018a, p. 31).

Conforme Dias (Idem, p. 36), a rede enunciativa é “um procedimento de demonstração das relações entre unidades articuladas, por meio de semelhanças e diferenças entre construções linguísticas”. Ela permite “estabelecer pontos de observação enunciativa, tendo em vista as dimensões do sentido [...] demonstrar que uma estruturação formal pode ser enunciativamente permeada por dimensões diferentes da significação.” (Idem, p. 35).

O teórico explicita que o pesquisador ao construir uma rede enunciativa pode dispor de ocorrências de uso efetivo, disponibilizadas, por exemplo, nas plataformas eletrônicas, tais como o *Google*, ou banco de dados, e é possível ainda construir ocorrências com objetivo de contrastar a “construção linguística em estudo e outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção dos domínios de mobilização que a enunciação sustenta.” (Ibidem).

Na próxima seção refletiremos em torno da nossa hipótese de que as relações sintático-semânticas construídas pelos verbos pronominais são resultantes da relação entre o referencial histórico e a pertinência enunciativa no presente do enunciar.

3. Verbos pronominais: Referenciais e Pertinências Enunciativas

Nesse momento, passaremos a examinar nossa hipótese de que a significação dos verbos pronominais em língua portuguesa, especificamente, as formas verbais *apaixonar-se* e *arrepender-se* sustentam-se na articulação entre o referencial histórico e as demandas de pertinência do dizer na atualidade.

O verbo *apaixonar-se* no sentido dicionarizado significa:

- (a) verbo transitivo direto (VTD), *causar, excitar ou inspirar paixão em*;
- (b) verbo pronominal (VP), *enamorar-se perdidamente, dedicar-se com ardor ou gosto a alguma coisa*³.

Vejamos algumas ocorrências do verbo *apaixonar-se* retiradas do meio eletrônico em rede enunciativa, procedimento que permite “desenvolvermos o conhecimento do funcionamento da língua na produção do sentido”. (DIAS, 2018a, p.31).

Passemos à primeira rede enunciativa com a forma pronominal *apaixone-se por X*.

Quadro 1: Rede enunciativa *apaixone-se por X*

(1) Apaixone-se por alguém que te ame ⁴ .
(2) Apaixone-se por alguém que demonstre sentimentos ⁵ .
(3) Apaixone-se por alguém que te tire do chão ⁶ .
(4) Apaixone-se por alguém que defenda os direitos humanos ⁷ .

Fonte: construção própria

No quadro acima, observamos que o conjunto de enunciados tematizam o verbo *apaixonar-se*, ou seja, os enunciados articulam-se entre si, construindo uma motivação social em torno da utilização da forma verbal *apaixone-se por X*.

Nessa direção, os enunciados acima têm como referencial histórico as relações afetivas, logo, a forma verbal tem sua significância sustentada na relação entre uma memória de sentidos (relações correspondidas ou não) que provocam demandas de pertinência.

Observamos que os enunciados apresentam como preenchimento de *X* diferentes atualizações enunciativas *sobre o alvo de apaixonar-se*, assim, a

³Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/1X4o/apaixonar/>. Acesso em: fev. 2019. (Grifo nosso).

⁴Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/ODM5Mzg5/>. Acesso em: dez. 2018.

⁵Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/780107966676062661/>. Acesso em: dez. 2018

⁶Disponível em: <http://www.iandealbuquerque.com.br/2016/06/se-apaixone-por-alguem-que.html>. Acesso em: dez. 2018.

⁷Disponível em: <https://www.facebook.com/laracostaroriz2/photos/-apaixonem-se-por-algu%C3%A9m-que-defenda-os-direitos-humanos-e-que-se-preocupe-com-o-1859092250811378/>. Acesso em: dez. 2018.

forma verbal retoma uma memória de 'condição (alvo) em favor de algo' por meio da construção *apaixone-se por*, ou seja, o verbo, além de denotar um estado subjetivo, retoma e enfatiza o alvo do qual a ação verbal é direcionada.

No domínio referencial das relações afetivas historicizadas pelos termos *apaixone-se por*, podemos perceber que consta um histórico de relações não correspondidas ou não recíprocas que provocam demandas de pertinência em ocorrências como (1) *apaixone-se por alguém que te ame*, (2) *apaixone-se por alguém que demonstre sentimentos* e (3) *apaixone-se por alguém que te tire do chão*. Podemos visualizar essa relação por meio de rede enunciativa com foco na negação.

Quadro 2: Rede enunciativa *não se apaixone por X*

(6) Não se apaixone por alguém que não te ame.
(7) Não se apaixone por alguém que não demonstre sentimentos.
(8) Não se apaixone por quem não te inclui na vida ⁸ .
(9) Não se apaixone por quem não cuida de você ⁹ .

Fonte: construção própria

Assim, os enunciados (1, 2, 3) além de retomar uma memória de projeções em torno do ideal de amor romântico, das fantasias, da expectativa, o verbo em articulação com as demais formas linguísticas projeta e atualiza uma memória de idealização da afetividade, sustentada pela frustração de relações não correspondidas. Em outras palavras, o alvo (objeto) da ação verbal *apaixonar-se* deve ser a busca da reciprocidade das ações, das expectativas comportamentais que se cria em relação ao objeto da paixão, isto é, aquilo que se deseja e se exige do outro. Logo, as relações significantes marcadas pela forma pronominal *apaixonar-se por* transitam entre os polos da necessidade de ser correspondido em totalidade, que provoca satisfação e alegria; e, da

⁸Disponível em: <https://www.mensagenscomamor.com/mensagem/334547>. Acesso em: jun. 2019.

⁹Disponível em: <https://www.mensagenscomamor.com/mensagem/334557>. Acesso em: jun. 2019.

possibilidade de ser e não ser, visto que a totalidade é sempre uma possibilidade, podendo vir a se tornar frustração.

Na ocorrência (4) *apaixone-se por alguém que defenda os direitos humanos*, permite-nos visualizar um efeito de dilatação referencial do verbo pronominal, a projeção de novas pertinências, tematizamos essa leitura na rede enunciativa que se segue.

Quadro 3: Rede enunciativa *apaixone-se por X*

(8) Apaixone-se por alguém que defenda a democracia.
(9) Apaixone-se por alguém que não tenha medo de se posicionar perante as injustiças.
(10) Apaixone-se por alguém que te traz pizza num domingo à noite.
(11) Apaixone-se por alguém que enche o tanque do seu carro de gasolina.

Fonte: construção própria

Vejamos que os enunciados (8 e 9) retomam, em certa medida, as relações tematizadas nas redes enunciativas anteriores, em torno de uma memória de idealização da afetividade e sustentam uma nova demanda de pertinência enunciativa pautada na busca pelo equilíbrio e pela reciprocidade de valores. Ao enunciar (4) *apaixone-se por alguém que defenda os direitos humanos*, a preocupação com os vínculos de natureza jurídica e sociológica se sobrepõem aos vínculos emocionais.

Se as formas linguísticas complementares *alguém que te ame; que demonstre sentimentos; que te tire do chão* conduzem a uma memória que enfatiza a química, a loucura, a aventura, a emoção intensa, o perigo, o companheiro ideal; na enunciação *alguém que defenda os direitos humanos* observamos uma advertência para o fato de que as paixões são passageiras, arriscadas, diferentemente do compartilhamento de ideais, metas e objetivos.

Já nas ocorrências (10 e 11) observamos que a concepção de afetividade que atravessa a forma verbal *apaixonar-se por* projeta novos referenciais para a ação verbal, para os quais não basta a reciprocidade de sentimentos ou ideias, mas também, ações nas quais é possível se mensurar a paixão. Ou seja, além da projeção de um ideal de afetividade temos uma avaliação descritiva de ações pontuais que o outro (alvo) deve empreender (trazer pizza ou encher o tanque do carro) na busca de merecer ser o alvo da paixão de alguém.

Arriscamos a dizer que a forma verbal preposicionada significa com um certo tom imperativo que tende a homogeneizar, tornando quase mensurável em critérios quantitativos o modo como deve ocorrer as relações interpessoais. Pois, ao observarmos nos enunciados a relação entre o referencial histórico e as pertinências enunciativas, notamos que o “sujeito, afetado pelas suas condições históricas, ao se utilizar da língua, coloca em relação os sentidos das unidades lexicais e as novas demandas de significação do presente” (DUARTE NETO, 2018, p. 37), por fim, a forma linguística resume a percepção das enunciações da língua e uma atualidade do seu uso. Com efeito, a significação da forma pronominal *apaixonar-se por* se atualiza ao retomar a construção das relações afetivas (recíprocas ou não) e projetar sentidos que alcancem a idealização amorosa, o compartilhamento de ideais e as formas comportamentais que o alvo da paixão deve realizar.

Passemos à quarta rede enunciativa que tematiza a forma pronominal *apaixone-se*.

Quadro 4: Rede enunciativa *apaixone-se X*

(12) Apaixone-se todos os dias pela vida ¹⁰ .
(13) Apaixone-se pelo processo e os resultados virão ¹¹ .
(14) Apaixone-se por estudar, pois é isso que vai tornar seu sonho realidade ¹² .

Fonte: construção própria

Podemos observar que, diferentemente da perspectiva marcada na primeira rede enunciativa que tematiza as relações afetivas, os enunciados na segunda rede têm por foco o relacionamento subjetivo, em que a variação afeta o que se beneficia da paixão de alguém. Sendo assim, constrói-se uma perspectiva ancorada no referencial histórico da busca pelo desenvolvimento do bem-estar pessoal.

¹⁰Disponível em: <http://isavieira-namaste.blogspot.com/2019/01/apaixone-se-pela-vida.html>. Acesso em: dez. 2018.

¹¹Disponível em: <https://www.afrase.com.br/frases/7224-apaixone-se>. Acesso em: dez.2018.

¹²Disponível em: <https://www.pinterest.es/pin/436567757624623487/>. Acesso em: dez. 2018.

Notamos que os enunciados (13) *apaixone-se pelo processo e os resultados virão* e (14) *apaixone-se por estudar, pois é isso que vai tornar seu sonho realidade* contraem pertinência enunciativa na medida em que ativam uma memória do sucesso profissional, característica marcante da organização civilizatória do mundo ocidental.

Desse modo, a forma pronominal se torna pertinente na atualidade por retomar o referencial de que o bem-estar pessoal de um cidadão produtivo no mundo contemporâneo assenta-se na ideia de que a recompensa é atrelada ao esforço, ou seja, o indivíduo que se dedica com ardor as suas tarefas, tais como o estudo, atinge seus objetivos, sonhos. Parafraseando teríamos formulações como (15) *apaixone-se por estudar para passar no concurso*, (16) *apaixone-se por estudar para ter o emprego de seus sonhos* ou (17) *apaixone-se por estudar para ganhar dinheiro e mudar de vida*.

É interessante notar que não temos nesses enunciados a evocação de uma memória de poder divino que poderia intervir mediando a ação do esforço ao sucesso, antes, observamos um acontecimento de enunciação que se regula por meio de uma memória advinda das práticas filosóficas da época da Renascença (século XIX, XVIII) de que o ser humano é capaz, sozinho, de criar e transformar a realidade natural e social.

No enunciado (12) *apaixone-se todos os dias pela vida* a pertinência do dizer ultrapassa, novamente, o viés do romantismo, das relações afetivas expressas na primeira rede enunciativa, atualizando sentidos que se ancoraram na ideia da desfrutação de uma vida aprazível. Logo, a manutenção do bem-estar pessoal consiste na busca da superação das divergências que a vida pode acarretar por meio do esforço do indivíduo.

Parece-nos que a forma verbal pronominal significa na medida em que retoma e enfatiza uma certa ideia de individualidade, uma vez que, no mundo cosmopolita, o ser humano deve vencer (preguiça, pessimismo) a si mesmo para alcançar o sucesso. Conseqüentemente, a forma verbal se torna pertinente na enunciação por atualizar sentidos de otimismo, valorização pessoal, recompensa.

Em outras palavras, as formas verbais “são constitutivas da relação que se estabelece entre uma instância de presente do enunciar e uma instância de

anterioridade (da memória)” (DIAS, 2013, p. 9), ou seja, carregam uma memória de dizeres (regularidades) e as articulações dessas formas linguísticas permitem a sua atualização.

Na sequência, vamos examinar as relações de sentido estabelecidas pela forma verbal *arrepender-se*:

Quadro 5: Rede enunciativa *arrepender-se*

(18) Quem casa muito prontamente, arrepende-se muito longamente ¹³ .
(19) Arrepender-se para não cair ¹⁴ .
(20) A melhor hora para arrepender-se é antes de cometer o erro ¹⁵ !
(21) É melhor arrepender-se por ter feito alguma coisa do que por não ter feito nada ¹⁶ .

Fonte: construção própria

Em sua forma dicionarizada, *arrepender-se*¹⁷ significa:

- (a) verbo pronominal (VP), *sentir mágoa ou pesar por erros ou faltas cometidos*: Os fiéis arrependem-se pelos pecados cometidos.
- (b) verbo pronominal (VP), *mudar de opinião, parecer ou propósito*: A jovem arrependeu-se de não ter ido viajar com as colegas.
- (c) verbo pronominal (VP), *lamentar atitudes ou procedimentos defendidos ou praticados no passado*: O pai hoje se arrepende de não ter estudado.

Etimologicamente, o verbo *arrepender* tem como raiz o grego *metanoeo*, cujo significado é mudança no ato de pensar, reconsideração. Já em latim, *repenitere* é o mesmo que contrição. Ancorados nesse ponto de vista, observamos que a forma verbal tem como referencial histórico o acontecimento

¹³Disponível em: <https://www.citador.pt/proverbios.php?op=7&theme=arrepender&firstrec=0>. Acesso em: jan. 2019.

¹⁴Disponível em: <http://www.gracaeditorial.com.br/site/livros/vida-crista/arrepender-se-para-nao-cair/>. Acesso em: jan. 2019.

¹⁵Disponível em: <https://me.me/i/a-melhor-hora-para-arrepender-se-e-antes-de-cometer-o-12349551>. Acesso em: jan.2019.

¹⁶Disponível em: <https://www.asmelhoresfrases.com.br/2835/e-melhor-arrepender-se-por-ter-feito-2/>. Acesso em: jan. 2019.

¹⁷Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=w8QL>. Acesso em: mar. 2019. (Grifo nosso).

da conversão, isto é, as enunciações que expressam uma certa mudança, tanto espiritual quanto intelectual de um determinado sujeito.

No enunciado (18) *quem casa muito prontamente, arrepende-se muito longamente*, formulado pelo dramaturgo inglês do começo do século XVIII, William Congreve, observamos que o verbo pronominal relaciona-se com os advérbios de modo (prontamente e longamente) que têm o sentido reforçado pela forma adverbial (muito), expressando que as atitudes efetivadas sem reflexão profunda conduzem ao sofrimento.

O enunciado retoma e atualiza enunciações proverbiais como: (22) *O noivado vai a cavalo, e o arrependimento à garupa*¹⁸; (23) *A pressa é a madrinha do arrependimento*¹⁹; (24) *Quem depressa resolve, depressa se arrepende*²⁰. Assim, o verbo pronominal tomado em seu funcionamento enunciativo discursiviza as práticas históricas sociais tendo em vista o perfil social de indivíduos que agem com imprudência.

Nos enunciados (19) *arrepender-se para não cair* e (20) *a melhor hora para arrepender-se é antes de cometer o erro*, a forma verbal adquire tom de advertência, ressaltando a importância da antecipação do reconhecimento do erro. Por um referencial religioso observamos que essas formulações condensam enunciações que remetem à condição humana que, em sua gênese, está ligada ao pecado, ao erro. Em termos bíblicos, retoma formulações como: (25) *Eu digo que não! Mas, se não se arrependerem, todos vocês também perecerão.* (Lucas, 13:3); (26) *Portanto, ó nação de Israel, eu os julgarei, a cada um de acordo com os seus caminhos. Palavra do Soberano, o Senhor. Arrependam-se!* (EZEQUIEL, 18:30).

¹⁸Disponível em: <http://www.rivalcir.com.br/proverbios/arrependimento.html> . Acesso em: mar. 2019. (Grifo nosso).

¹⁹Disponível em: <http://www.rivalcir.com.br/proverbios/arrependimento.html> . Acesso em: mar. 2019. (Grifo nosso).

²⁰Disponível em: <http://www.rivalcir.com.br/proverbios/arrependimento.html> . Acesso em: mar. 2019. (Grifo nosso).

Vejam os que a forma verbal carrega uma memória de dizeres que se atualizam no acontecimento enunciativo, significando que o arrependimento verdadeiro conduz à salvação, à plenitude. Assim, coloca-se em cena a construção da identidade religiosa do sujeito.

Retomando, novamente, os textos bíblicos, podemos fazer menção à história do apóstolo Pedro que, apesar de ter pecado gravemente, arrependeu-se, foi perdoado e escolhido como primeiro chefe da Igreja Católica, distintamente de Judas, que também cometeu uma grave falha, mas caiu no remorso, não se arrependeu e suicidou-se.

Como se observa, a tessitura dos enunciados com a forma pronominal aponta, historicamente, para a imagem do homem pecador, falho, e para a imagem de um Deus que pode punir, mas que também é misericordioso.

Por sua vez, o último enunciado, descrito na rede enunciativa, é um enunciado extraído da obra *O Decameron*, de Giovanni Boccaccio (1353): (21) *é melhor arrepender-se por ter feito alguma coisa do que por não ter feito nada*. Nele, observamos outra pertinência enunciativa que exalta a importância do agora, do presente, ou seja, do agir sem pensar demasiadamente nas consequências. É importante destacar que essa formulação de Boccaccio deu-se na cidade italiana de Florença, no século XIV, época em que o município foi atingido por uma epidemia denominada de peste negra que dizimou grande parte da população.

Notamos que o sujeito enunciativo, afetado por suas condições histórico-sociais, é tomado pelas formas da língua, que significam distintamente dos outros enunciados citados na rede enunciativa. Ou melhor dizendo, a forma pronominal ancora-se novamente em um tom de advertência de que é necessário usufruir do momento presente, visto que a doença pode consumir o indivíduo levando-o à morte.

Observamos, de um lado, o referencial religioso, pois o homem medieval em meio ao desencanto pela vida recorria à religiosidade, fugindo de qualquer pecado, visando alcançar o paraíso e até mesmo a santidade. E, de outro lado, entregava-se ao desregramento, acreditando que a morte chegaria logo e era preciso aproveitar o momento. Assim, a forma pronominal retoma dizeres que vão desde o desespero e aflição pela morte iminente até o otimismo e o desejo de aproveitar a realidade presente da melhor maneira possível.

Nesse sentido, na atualidade do dizer, o verbo pronominal retoma outros dizeres, “constituídos na instância do ‘já enunciado’, [...] aquilo que já se falou, e que o enunciado se filia”. (DIAS, 2018a, p.101). E adquire pertinência na atualidade por condensar enunciações que valorizam o viver com intensidade, a busca constante da realização dos projetos, sonhos, desejos, felicidade, cenário do homem moderno do século XXI.

Estendendo essa reflexão para o domínio sociológico, Zygmunt Bauman (2008) afirma que as gerações anteriores se preocupavam com o passado e o futuro, e que hoje o ser humano tende a pensar apenas no presente, no imediato. Nessa conjuntura, o mundo atual é marcado por incertezas, inseguranças, logo, no viver contemporâneo, a enunciação da forma pronominal adquire pertinência por contrair relação com o domínio de memória e por projetar sentidos que indicam a vulnerabilidade da vida, portanto, a necessidade de usufruí-la com urgência no momento presente, sem reflexão sobre as possíveis consequências ou arrependimento.

Ao retomarmos os questionamentos iniciais, intuímos que o critério para o reconhecimento de um verbo pronominal, com base no viés enunciativo, pode ter como motivação o movimento subjetividade-intersubjetividade.

No cenário da enunciação o fenômeno da forma verbal que se une a um clítico pronominal ultrapassa o viés morfológico e sintático e tematiza relações que têm por base uma noção causal, em que a ação descrita pelo verbo retorna ao sujeito que a pratica. Parece-nos que a força de atualização da significação das formas linguísticas *apaixonar-se por*, *apaixonar-se* e *arrepender-se* passa pela semantização da forma verbal, ou seja, por aquilo que é do campo da memória da língua, que, por sua vez, permite a construção que não incorpora o pronome reflexivo *se*, e, mesmo assim, expressa relação de reflexividade, tais como nas ocorrências: (27) *se arrependimento matasse, eu já estaria a sete palmos do chão*, (28) *não acredito nesse seu arrependimento*.

Em vias de conclusão, observamos que os enunciados descritos em rede com os verbos *apaixonar-se* e *arrepender-se* significam um tipo de aconselhamento de um Eu para outro Eu, seja sobre o modo de construir relações afetivas (eu - outro), (eu - eu), seja sobre a maneira de comporta-se em sociedade, ou pela forma adequada de se redimir diante a um erro.

Remetendo-nos aos estudos filosóficos de Heidegger (2008, p. 203), “falar é ao mesmo tempo escutar”, logo, parece-nos que os verbos pronominais em questão podem ser considerados formas reflexivas obrigatórias por semantizarem a relação intrínseca entre o sujeito e a linguagem. Uma relação que não se limita ao uso de signos formais, com sentido estanque, que une um significado a um significante, antes, observamos o movimento singular entre a subjetividade que é também intersubjetividade que “se constrói na relação de um eu que fala e de um outro que escuta, ambos se constituindo numa relação mediada pela linguagem”. (FERRAZ, SANTOS, ALMEIDA, 2016, p. 171).

Acrescentamos a essa compreensão o fato de que “enunciar é estar na língua em funcionamento [...] a língua funciona no acontecimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 22), assim, a forma verbal significa porque “cruzam-se os referenciais de memória com as pertinências enunciativas”. (DIAS, 2018a, p.107). Em outros termos, “enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico” (GUIMARÃES, 2005, p. 11), logo, os enunciados com os verbos pronominais *apaixonar-se* e *arrepender-se* evocam uma memória daquilo que já significou e, ao mesmo tempo, “como sujeitos históricos na relação com a língua, somos [...] instados a enunciar”. (DIAS, 2018a, p. 128).

Em síntese, o funcionamento enunciativo dos verbos pronominais contrai pertinência na atualidade do enunciar por discursivizar práticas históricas da sociedade, logo, um acontecimento que se dá por meio da relação do sujeito com a língua.

Considerações finais

Nosso intento, neste trabalho, foi esboçar uma reflexão em torno das formas verbais pronominais por meio de um viés enunciativo, no qual, consideramos a constituição histórica da significação.

Assim, observamos que as ocorrências enunciativas com os verbos pronominais *apaixonar-se* e *arrepender-se* significam por uma memória de sentidos que ganha pertinência na atualidade do dizer. As formas linguísticas com o verbo *apaixonar-se* tematizam relações de afetividade entre interlocutores que podem ou não obter êxito com a reciprocidade de sentimentos, ideais e ações. E, ainda, relações subjetivas que visam ao sucesso pessoal e

profissional. Assim, observamos que a significação proporcionada em *apaixonar-se por X* e *apaixonar-se* tem como variação apenas o alvo, que se beneficia da paixão de alguém. Por sua vez, a significação da forma linguística *arrepender-se* constitui-se por retomar o referencial religioso da conversão do sujeito, que ora pode agir com prudência e retidão, ora pode entregar-se aos prazeres carnavais do cotidiano. Em suma, esperamos ter esboçado uma reflexão que contribua para a compreensão de que a forma verbal pronominal significa no acontecimento enunciativo em que é dito por estar ancorada semanticamente pelo cruzamento entre os referenciais de memória e as pertinências enunciativas.

Referências

ALENCAR NETO, W. D. *As formações nominais em textos sobre racismo e antirracismo: O caso das nominalizações*. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2018.

ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

AZEREDO, J. C. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BANDEIRA, G. A. F. *O apagamento de se nas funções sujeito e objeto: um estudo variacionista com dados do Varsul do Paraná*. 2007. 272 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BAUMAN, Z. *A arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [2001], 2009.

BENVENISTE, E. (1966) *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIAS, L. F. Acontecimento enunciativo e formação sintática. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 35, jan./jun., p. 99-138, 2015a.

DIAS, L. F. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas: SP, Pontes Editores, 2018a.

DIAS, L. F. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. In: *Letras*, Santa Maria, n. 46, 2013a.

DIAS, L. F. Identificações do Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: *Atlas dos Nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 2)*. GUIMARÃES, E. (et al.). (orgs.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2018b.

DIAS, L. F.; SILVA, C. D. Os espaços de trabalho com a língua na pesquisa científica e no ensino: as *hashtags* em pauta. In: DI RENZO, A. M; MOTTA, A.L. A. R. (Orgs.). *Ciência, Língua e Ensino*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

DIAS, L.F. Pertinência enunciativa e sustentação referencial: nos limites do sintático e do semântico. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 9, n. 2. Passo Fundo: RS, 2013b.

DIAS, L.F. Sentido e enunciação: a atualidade do conceito de acontecimentos na semântica. In: *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista: BA, v. 13, n.1, 2015b.

FERRAZ, L. A. N., SANTOS, J. V., ALMEIDA, J. M. Subjetividade em Heidegger e Benveniste: possíveis aproximações. In: *Antares*, vol. 8, n. 15, jan/jun, 2016.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo da designação*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

HEIDEGGER, M. *A caminho da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2008.

KAISER, G. A. (1996). A evolução dos pronomes clíticos no Português Europeu em comparação com os pronomes clíticos em outras línguas românicas. In: PADILLA et al. (eds.) *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina*. Vol. 3, Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de las Palmas de Gran Canaria Servicio de Publicaciones (1999). Disponível em: http://ling.uni-konstanz.de/pages/home/kaiser/files/Kaiser1999_Evolucao.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

LENHARO, A. C. *Descrição léxico-gramatical e funcional dos verbos pronominais do português brasileiro com vistas ao aperfeiçoamento da base de verbos da wordnet brasileira e do alinhamento semântico desta a base de verbos da wordnet norte-americana*. 2014. 238 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2014.

LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.

MACAMBIRA, J. R. Diátese verbal. In: *Revista de Letras*. Vol.1, nº 1, 1978.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NEVES, M. H. M. *Guia de usos do português: confrontando regras e usos*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

PERINI, M. A. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 24. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

REFLEXÕES SOBRE O EMPREGO DO ADVÉRBIO

Fernanda Kelly Mineiro Fernandes
Helena Maria Brito dos Santos
(Instituto Federal de Minas Gerais –IFMG)

INTRODUÇÃO

De um modo geral, o advérbio é definido pela tradição gramatical como a palavra que modifica o verbo, o adjetivo e o próprio advérbio, indicando circunstâncias de tempo, modo, negação, intensidade, dúvida, lugar, entre outros. No entanto, com base no conceito da Semântica Argumentativa, desenvolvido pelo linguista francês Oswald Ducrot (1972), a argumentatividade é uma propriedade dos discursos, cujos morfemas gramaticais de uma língua indicam a força argumentativa dos enunciados¹, funcionando como operadores argumentativos. Sob esse viés, os advérbios, dependendo do contexto, não se enquadram em nenhuma das categorias gramaticais, podendo dar uma direção argumentativa ao enunciado, servindo-se de um recurso usado para a persuasão.

Ao considerar imprecisas as definições de advérbio, sob o ponto de vista da linguística, sobre essas ambiguidades, Biderman (2001) afirma que:

a principal causa das imprecisões está no fato de várias palavras de conteúdo semântico muito variado e algumas funções sintáticas similares poderem penetrar nesta classe, uma vez que ela tem portas abertas em duas direções: a das palavras de significação externa (lexicais, nacionais) e a das palavras de significação interna (gramaticais) (BIDERMAN, 2001, p. 280)

Dessa forma, para dar ao advérbio uma definição mais precisa, Biderman (2001) se vale de critérios sintáticos, funcionais, semânticos e morfológicos.

Partindo desse princípio, e ao defender a ideia de que o estudo da gramática deve pautar-se na reflexão sobre o uso da língua, para um ensino mais produtivo e significativo, é preciso considerar a relação que um advérbio pode estabelecer com a oração. Portanto, de acordo com Ducrot (1972), em

¹ Conforme Ducrot (1980), a enunciação pode ser definida como acontecimento, ou seja, relaciona-se ao fato que constitui o surgimento de um enunciado em determinado momento do tempo e do espaço; sendo esse um conceito de base semântica.

razão do seu valor argumentativo, os advérbios podem funcionar como um operador discursivo importante na constituição do sentido do enunciado

Nessa perspectiva, é fundamental que o ensino de gramática tenha centralidade no texto e o relacione ao seu contexto de produção. Diante disso, destacamos a importância das atividades propostas aos discentes contribuírem para a sua inserção social e, portanto, o ensino hábil da Língua Portuguesa, tendo em vista a necessidade de se considerar os usos sociais da linguagem.

Assim, serão propostas reflexões teórico-metodológicas aliadas à aplicabilidade a vários corpora, visando construir práxis mais produtivas em torno do trabalho com os gêneros textuais no contexto da sala de aula. Para tanto, por meio de uma sequência didática, de cujo objetivo é trabalhar a “classe” dos advérbios a fim de configurar o enunciado como unidade de informação, no lugar da análise dessa classe gramatical, somente do ponto de vista morfossintático, serão propostas atividades que destacam a importância desse item lexical estar atrelado à construção de sentido. Por isso, ressaltamos a relevância de um ensino de gramática contextualizado a fim de promover a participação efetiva do aluno em situações da vida social, em que estão inseridas as habilidades de leitura e escrita.

A partir das discussões em torno do uso da língua, nos lançamos na tentativa de trazer subsídios para explicar aspectos envolvidos em questões, como: o que seria o ensino de gramática contextualizado? Que papel desempenham as classificações gramaticais e as nomenclaturas no ensino dessa gramática, principalmente no que diz respeito ao ensino dos advérbios? Como o processo de ensino-aprendizagem da linguagem pode se tornar mais significativo a partir de propostas de uso contextualizado e sociointerativo?

Nesse sentido, discorreremos acerca da concepção de língua adotada pelo docente, uma vez que a maneira como ele a concebe determina a forma como ensina o português. Conforme afirma Antunes (2014, p.16), “Nossa programação de ensino é ditada pelas concepções que alimentamos.” Ou seja, essa percepção implica o modo de planejar as aulas, bem como a escolha do repertório, as propostas das atividades, o material didático escolhido para o trabalho e, conseqüentemente, a forma de avaliar os alunos.

Sob esse viés, adotamos a concepção interacionista da língua, em que a gramática é um dos componentes constitutivos de uma língua, mas “não é o único nem o mais importante. Forma com o léxico, a matéria que se concretiza em produções verbais, que, são na verdade, ações verbais. Tem fundamental importância. É necessária” (Antunes, 2014, p.24).

No que concerne ao ensino de língua, conforme as orientações da Base Nacional Comum Curricular, doravante BNCC, em relação ao ensino de língua materna, a diferença das situações de interlocução naturais requer que haja planejamento de situações didáticas, que possibilitem ao aluno realizar reflexão sobre os recursos utilizados pelo produtor/autor do texto, e, portanto, é importante que tais recursos se refiram aos aspectos gramaticais, envolvidos na estruturação dos discursos, ou, sem que a preocupação seja a categorização, classificação ou o levantamento de regularidades sobre essas questões.

Além disso, de acordo com esse documento norteador, é fundamental que o eixo central para o ensino de Língua Portuguesa se aloje sobre o texto, como realização discursiva e como forma de explicar o uso efetivo da língua. Dessa maneira, o texto, então, passa a redirecionar não só o estudo da gramática, mas também os das estruturas linguísticas, tornando-se o enfoque da prática pedagógica.

Nessa mesma direção, ainda, conforme a BNCC, os conteúdos se articulam em torno de dois grandes eixos: o do uso da língua oral e escrita; o da reflexão acerca desses usos. Assim, é defendida a dimensão interacional e discursiva da língua, determinando o domínio dessa língua como uma das condições para a plena participação do sujeito em seu meio social.

Consonantemente, Antunes (2014) destaca a importância do ensino de gramática relacionado às práticas sociais e às variações da língua. A autora discorre sobre a importância de não abandonar o uso dos termos separando-os do contexto, portanto, defende que o estudo/ensino da gramática deve ser contextualizado, em situações reais em que o aluno possa fazer uso social da língua(gem).

Pensando nisso, o presente trabalho procura mostrar os enunciados não apenas sob o aspecto estrutural, em que a presença de determinados advérbios

constitui somente uma unidade morfológica, mas também o da função comunicativa/discursiva, de sentidos construídos na interação entre sujeitos, movidos por uma intencionalidade, em um contexto. Logo, a gramática não se desvincula das atividades verbais.

Para tanto, no lugar de exercícios de classificação, substituição e identificação de classes de palavras em frases isoladas, como portadores de significado absoluto, procura-se instigar os alunos a perceber a relação entre a escolha de itens lexicais do texto, como índice indissociável da pretensão comunicativa do locutor/autor.

Portanto, ao problematizarmos o uso do advérbio por meio de exemplos presentes em vários domínios sociodiscursivos, nos apoiaremos numa perspectiva funcional da linguagem, que leva em consideração os aspectos formais, semânticos e pragmáticos na explicação dos fatos linguísticos.

1. OBJETIVOS

Geral

Este trabalho tem como objetivo re(pensar) a discussão do ensino de língua materna, levantando reflexões acerca do emprego do advérbio, a fim de contribuir para a ampliação e para o aprofundamento das questões relacionadas ao ensino de gramática. Por intermédio das atividades reflexivas e discursivas em torno do advérbio, busca-se propiciar um ambiente de discussão e de práticas discursivas de leitura às aulas de língua portuguesa, por meio de textos compostos por diferentes modalidades semióticas: escrita, imagem, som, dentre outros, isso a partir de uma proposta de sequência didática.

Específicos

Discutir sobre as normas apresentadas pela gramática no que concerne à classe dos advérbios e o uso da língua;

Compreender criticamente alguns mecanismos que atuam nos processos de enunciação;

Identificar e compreender o uso dos advérbios em vários domínios sociodiscursivos;

Desenvolver no alunado habilidade de leitura e a capacidade de reflexão crítica de modo a perceber as ideias implícitas no texto, além da propriedade valorativa do advérbio na enunciação.

2. JUSTIFICATIVA

Apontamos a definição inconsistente e superficial dada ao advérbio pela tradição gramatical, como a justificativa para a realização deste trabalho. Nessa gramática, o advérbio é definido, de um modo geral, como a classe das palavras que modificam um verbo ou um adjetivo ou um outro advérbio. Contudo, não são estabelecidos os critérios (se semânticos, sintáticos ou morfológicos) para essa definição. Desse modo, a natureza heterogênea dessa classe gramatical não é tratada. Ou seja, a gramática tradicional não leva em conta algumas propriedades dos advérbios, como o fato de sua mudança de posição na oração acarretar mudança de sentido.

Para fins de elucidação, de acordo com Cipro Neto e Infante (2003), há casos em que os advérbios se referem não somente a uma palavra, mas a uma oração inteira. Segundo os autores, nesses casos, os advérbios “transmitem a avaliação de quem fala ou escreve sobre o conteúdo da oração”.

À guisa de exemplo, temos:

(1) **Infelizmente**, o professor não poderá dar aulas essa semana.

Na sentença (1), o advérbio *infelizmente* indica que o falante desejava que o professor pudesse dar aulas na referida semana.

Como se vê, a definição desse conjunto de palavras não é comum. Logo, alguns exemplos mostram a propriedade dos advérbios de modificar diferentes classes gramaticais, além de assumir funções de natureza

valorativa em realizações discursivas, desvelando o ponto de vista e o posicionamento do locutor em relação a uma questão posta

3. PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA (Recorte) SEQUÊNCIA DIDÁTICA (doravante SD)

Público: 1º ano do Ensino Médio.

Conteúdo: uso do advérbio.

Duração: 4 aulas de 50 minutos cada.

Objetivos Gerais da SD:

Perceber o uso dos advérbios como operador argumentativo;

Compreender o funcionamento da língua a partir da interpretação de textos;

Reconhecer as características objetivas, persuasivas ou poéticas de um texto;

Desenvolver habilidade de leitura e a capacidade de reflexão crítica;

Perceber ideias implícitas no texto;

Socializar-se com os colegas por meio das atividades em grupo;

Discutir sobre as normas apresentadas pela gramática e o uso da língua;

Criar um ambiente de discussão e de práticas discursivas de leitura;

Compreender criticamente alguns mecanismos que atuam nos processos de produção e recepção dos textos;

Ler textos compostos por diferentes modalidades semióticas.

1ª aula

Tema: Advérbio como operador argumentativo

Objetivos específicos:

Promover um debate a partir de situações reais de interação;

Usar a oralidade como forma de expressão;

Analisar de forma crítica a definição de advérbio de algumas gramáticas tradicionais;

Refletir sobre o emprego dos advérbios na língua em uso.

Duração: 2 aulas (50 minutos cada)

Encaminhamentos:

De acordo com algumas gramáticas tradicionais, o advérbio é a classe de palavra que modifica o verbo, o adjetivo ou um outro advérbio. Entretanto, esse conjunto de palavras demonstra outras propriedades que vão além do papel *modificador*, já que, de acordo com a posição do advérbio, pode ocorrer uma mudança de sentido da enunciação.

No primeiro momento o professor irá ouvir os alunos buscando a noção que eles têm sobre o advérbio.

Por meio de atividades linguísticas e epilinguísticas², o aluno irá expressar a sua compreensão sobre o texto e refletir sobre algumas questões, a partir das marcas linguísticas dos enunciados.

Questão 1

Segundo a tradição gramatical, o **advérbio**:

- É a classe de palavra invariável que indica a circunstância em que ocorre a ação verbal.
- Representa um elemento acessório na oração e ocupa a função sintática de adjunto adverbial.
- Modifica o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio.
- São exemplos de advérbios de modo: bem, mal, calmamente, rapidamente e muitos outros terminados com o sufixo "mente".

² Entendemos por atividade epilinguística a atividade de reflexão sobre o texto, em que se considera as diversas possibilidades de sua realização e não apenas as atividades linguística e metalinguística; sendo a primeira essencialmente voltada para o próprio ato de ler e escrever, a segunda, relacionada à capacidade de falar sobre a linguagem, de modo a analisá-la e descrevê-la como objeto de estudo.

Compare a definição de advérbio dada pela gramática (expressa nos tópicos acima) à forma como ele foi empregado no texto, o qual foi retirado do site da Câmara dos Deputados. Em seguida, responda às questões abaixo:

Texto 1

Na avaliação do secretário-geral da ONG Contas Abertas, o Congresso fiscaliza pouco o Executivo.

“O aspecto que impede que a fiscalização aconteça não é de natureza operacional, mas política. **Infelizmente**, no Congresso brasileiro, prevalecem as posições políticas na seguinte situação: se sou governo, concordo com tudo que é feito; se sou oposição, discordo de tudo que faz o Executivo.” Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas.

- a) Qual o tema abordado no texto? *A fiscalização do Congresso pelo Executivo.*
- b) Quem é o autor do texto? Qual sua ocupação? *Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas.*
- c) O termo *infelizmente*, destacado no texto, é classificado gramaticalmente como advérbio. Ele modifica um verbo, adjetivo ou outro advérbio, conforme a definição tradicional da gramática? *Não.*
- d) Esse termo representa um termo acessório nessa oração? Que posição ele ocupa no texto? Explique. *Não. Ele dá um sentido a toda a oração. Um adjunto oracional.*
- e) O que podemos apreender do trecho “se sou governo, concordo com tudo que é feito; se sou oposição, discordo de tudo que faz o Executivo” proferido pelo secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco? Explique. *Na opinião dele, o fato do sujeito ou partido ser a favor do governo não significa que devam apoiar tudo, assim como o fato de serem oposição não significar que devam discordar de tudo. Pressupõe a ideia de que é preciso analisar as ações do governo de forma operacional, visto que muitas ações podem ser benéficas mesmo vindo da posição adversária, assim, deve-se considerar o todo no lugar de levar em conta as propostas e medidas apenas pelo ponto de vista político-partidário.*
- f) Se não tivesse o termo em destaque no texto (*infelizmente*), o enunciado produziria outro efeito de sentido? Justifique sua resposta. *Sim. Sem o termo *infelizmente*, o enunciado traria uma informação e não opinião: “no Congresso brasileiro, prevalecem as posições políticas na seguinte situação: se sou governo, concordo com tudo que é feito; se sou oposição,*

discordo de tudo que faz o Executivo”, o que não mostraria se o autor considera o fato positivo ou negativo, se concorda ou discorda.

Questão 2

Leia o texto *O comprar compulsivamente: causas, sintomas e remédios*, em seguida, respondam às questões:

Texto 2



O COMPRAR COMPULSIVAMENTE: CAUSAS, SINTOMAS E REMÉDIOS

Daia Florios

Você acha que sofre de **compras compulsivas**? Olha que [metade dos brasileiros compram por impulso](#). Talvez

você tenha notado haver uma certa **tendência para fazer compras inúteis** e acumular roupas, sapatos e objetos de vários tipos, comprados por uma inexplicável **compulsão**. Racionalmente você percebe como tais compras podem ser desnecessárias ou excessivas, mas a sua mente não consegue reagir, controlar e frear na hora do shopping. Se você se identificou com esta descrição, talvez suas **compras sejam mesmo motivadas por um impulso** que pode te prejudicar inclusive em termos de desenvolvimento social, econômico, profissional e relacional. As **compras compulsivas** não são reconhecidas como um transtorno pela American Psychiatric Association (APA). Fala-se sobre a **Síndrome da Compra Compulsiva**, um **distúrbio do controle do impulso** que leva ao desejo compulsivo de comprar, e da dependência de compras (“**oniomania**”).

Redação: Piracicabana de nascimento, carioca de alma e romana por adoção, Daia Florios ingressou aos 18 anos no curso de Ecologia da Universidade Paulista. Mas tendo se assustado com a química e o cálculo decidiu cursar Direito para - quem saberia? - especializar-se em Direito Ambiental. A vida a levou a dar longas voltas até chegar ao seu ponto de partida, o meio ambiente, lugar que realmente nunca saiu de seu coração.

Fonte: Greenmei. Disponível em <<https://www.greenme.com.br/>> acesso em 26 de novembro de 2020.

- Qual o tema abordado no *Texto 2*? *Sobre compra compulsiva.*
- Quem é o (a) autor (a) do texto acima? Qual sua ocupação social?
Daria Florios. Redatora do Green Me e defensora de questões ambientais.
- A quem o texto se destina? *Ao público leitor do site em geral.*
- Que relação pode ser estabelecida entre o texto e o site em que está vinculado, considerando as múltiplas modalidades semióticas presentes em

ambos? Além do próprio nome do site “GreenMe farei bem à terra” indicar que ali são tratadas questões relacionadas aos cuidados e à preservação do meio ambiente, tem-se a escrita verde. O texto implica o consumo consciente a fim de reduzir danos ao meio ambiente, há a imagem de uma mulher (pelas pernas e o salto) sentada e a sua volta, há várias sacolas que deduzem o arrependimento por causa das muitas compras efetuadas por ela de forma compulsiva.

e) O 2º parágrafo inicia-se com o termo **racionalmente**. Qual o efeito do advérbio “racionalmente” vir no início da frase/parágrafo? É um advérbio de modo que traz a intenção da autora de persuadir sua leitora acerca das compras compulsivas. Ou seja, que a leitora perceba que muitas compras são movidas por impulso, emoção, porém são desnecessárias.

f) A autora busca fazer com que as pessoas se identifiquem com as questões pontuadas no texto. Como isso pode ser confirmado? Por meio das falas, uso do pronome você, direcionado de forma direta a quem lê o texto. “Você acha que sofre de **compras compulsivas**? Olha que [metade dos brasileiros compram por impulso](#) e Talvez você tenha notado haver uma certa **tendência para fazer compras inúteis** e acumular roupas, sapatos e objetos de vários tipos, comprados por uma inexplicável **compulsão**”.

g) Qual a possível intenção da autora ao escolher o termo **racionalmente**? Ao escolher esse termo a autora deseja passar a sua argumentação pelo crivo da racionalidade.

h) Que ideia a palavra **compulsivamente** expressa no título do texto? Em termos gramaticais, como ela pode ser classificada no texto? A forma de comprar.

Advérbio de modo.

i) Segundo a definição da gramática, o advérbio modifica o verbo, o adjetivo ou outro advérbio. No título do texto, a que o **compulsivamente** se refere? O uso nesse texto está coerente com definição tradicional? Está modificando o substantivo. Não está coerente já que, segundo a gramática tradicional, o advérbio só modifica verbo, adjetivo ou outro advérbio.

Aula 2 – 2 aulas (50 minutos cada)

Encaminhamentos: A partir das colocações abaixo (resposta de caráter pessoal), será instigado nos alunos um debate para preparação à temática abordada, a fim de promover uma leitura da realidade social, explorando a oralidade.

Colocações:

- Você sabe o que é sindicalismo?**
- Conhece alguma central sindical?**
- Você considera o trabalho das centrais sindicais importantes?**
Explique.

Agora, leia o **Texto 3**, e responda às questões.

Texto 3



**AGORA
É GREVE!**

Os patrões **não** estão nem aí para o trabalhador da Construção Civil. **Após** diversas rodadas de negociações, não querem dar **absolutamente** nada de aumento de salário. Não podemos aceitar tanto desprezo a você, trabalhador, que constrói São Paulo e o Brasil com as próprias mãos. O nosso Sindicato **sempre** foi de diálogo. **Jamais** jogou a categoria numa aventura. Mas não vai restar outra alternativa a não ser a de se utilizar aquele remédio contra patrão que a gente guarda **na prateleira**, ou seja, a greve geral, conforme

a Lei 7783/89. Vão se preparando em seus canteiros. Vamos parar São Paulo por tempo indeterminado no próximo dia 16 de maio.

Ramalho da Construção - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo.

Fonte: Sintraconsp Disponível em: <<https://www.sintraconsp.org.br/>> Acesso em 25 de novembro de 2020.

- a) Que palavra sintetiza o conteúdo do texto? *Greve.*
- b) A quem o texto é direcionado? *Aos trabalhadores da construção civil de São Paulo.*
- c) Que efeitos tem a palavra **agora** no enunciado? *Ela faz referência ao tempo, não só ao momento da enunciação, mas também à gravidade dos acontecimentos, marcando o caráter emergencial para a solução dos problemas, cuja saída, segundo o produtor do texto, é a paralisação das atividades dos trabalhadores do setor que ele representa.*
- d) O que significa o termo em destaque no fragmento “Não podemos aceitar tanto desprezo a **você, trabalhador, que constrói São Paulo e o Brasil com as próprias mãos**”? Por que ele é utilizado? *Por se dirigir a trabalhadores da construção civil, o produtor do texto utiliza-se do fazer (construir) dessa categoria para dar maior expressividade ao texto e convencer os profissionais desse segmento.*
- e) Em “**Após** diversas rodadas de negociações, não querem dar **absolutamente** nada de aumento de salário”. As palavras em destaque pertencem a mesma classe gramatical? Qual a classificação delas? Quais os possíveis motivos da escolha desses itens, no contexto? *Após e absolutamente são classificadas gramaticalmente como advérbios de tempo e modo, respectivamente. A escolha das palavras em questão representa recursos usados pelo produtor do texto funcionando como operadores argumentativos para convencer o leitor a concordar com o ponto de vista exposto. O uso de “após” mostra que já houveram tentativas anteriores de acordo entre o sindicato e os patrões; e o absolutamente intensifica a carga negativa sobre a possibilidade de aumento de salários.*

f) Outros termos e expressões presentes no texto como **não, sempre, jamais, e na prateleira** são classificados como advérbios. A que palavras cada um deles se referem? E que ideias expressam no texto?

Os patrões não estão nem aí: refere-se a estão. Os patrões não se importam, ignoram as causas dos trabalhadores.

O nosso sindicato sempre foi de diálogo: refere-se à foi. O sindicato sempre se mostrou acessível, pronto para conversar, fazer acordos etc.

Jamais jogou a categoria numa aventura: refere-se a jogou. O sindicato age de forma pensada e não precipitada, com segurança e precisão, nunca colocou em risco o trabalho/emprego da categoria.

Aquele remédio contra patrão que a gente guarda na prateleira: refere-se a guardar. Expressa a ideia de que a greve representa o remédio, a solução para o problema, e eles mantém “esse remédio” na prateleira, guardado para ser usado nos últimos casos.

g) O autor estabelece uma relação entre a situação dos trabalhadores da construção civil e o remédio? O que isso significa? *A greve representa o remédio, ou seja, quando não há o que fazer para aliviar os sintomas de um mal como dor, incomodo e mal-estar, utiliza-se remédios. Pela comparação, é o modo como o autor vê a situação que leva à greve.*

Assim, ela representa a alternativa, uma vez que os trabalhadores tentaram melhorar as questões relacionadas ao trabalho deles de outras formas, sem alcançar resultados.

Questão 3

Texto 4



Fonte: PSTU Nacional. Disponível em: <https://issuu.com/pstu/docs/os491_saida_b> Acesso em 26 de novembro de 2020.

Leia o texto 4 e responda às questões:

- a) Qual o tema da publicação em destaque acima? *Se refere às medidas do governo da presidenta Dilma.*
- b) A quem a publicação se destina? *aos leitores do jornal, sobretudo filiados ao partido PSTU.*
- c) Que efeito de sentido tem o termo **assim** no texto? *Significa a maneira como está sendo conduzidas as ações do governo, que não está agradando ao autor ou autores do texto.*
- d) *“Dilma, assim não dá”, o que não dá? cortar direitos e gastos sociais e aumentar tarifas para destinar mais dinheiro ao pagamento da dívida aos bancos.*
- e) Que relação tem a imagem da presidenta Dilma com uma bandeja na mão e o texto?
Que com as ações do governo, os direitos conquistados para e pelo o povo estão sendo entregues numa bandeja.
- f) A quem esses direitos estão sendo “entregues de bandeja”? Explique. *Como servirão para pagar dívidas com os Bancos, aos banqueiros.*
- g) Qual o sentido dessa expressão frequentemente usada “*entregue de bandeja*”? Qual a origem da expressão? Converse com o professor e os demais colegas a fim de contextualizar a narrativa. *É uma expressão idiomática baseada no contexto bíblico. Assim, no Evangelho de Mateus, no capítulo 14, é narrado o episódio abaixo: “Todavia, numa festa de anos de Herodes, a filha de Herodíade agradou-lhe muito pela forma como dançou. Então jurou dar-lhe o que ela quisesse. A jovem, incitada pela mãe, pediu: “**Dá-me a cabeça de João Batista numa bandeja!**”. O rei ficou triste com o pedido, mas, comprometido pelo juramento feito diante dos convidados, ordenou que lhe fosse dado o que ela pedira. Assim João foi degolado no cárcere; **a sua cabeça foi trazida numa bandeja e entregue à jovem**, que a levou à mãe (...).”*
Nesse sentido, quer dizer fornecer algo a alguém com facilidade sem levantar obstáculos ou criar empecilhos, visando interesses particulares.
- h) O que o produtor do texto quer dizer com “**pacotaço**”? No texto, o que compõe esse pacotaço? Faça uma pesquisa sobre a origem do termo. *De acordo com o texto, um pacote está sendo formado com o corte de direitos dos trabalhadores e as consequências das medidas do governo, como: corte no abono do PIS, corte no seguro desemprego, aumento das*

tarifas, gasolina, desemprego, falta de luz e água (itens da bandeja). O termo *pacotaço* remete ao episódio em que o Governo do Paraná enviou no início do mês de fevereiro à Assembleia Legislativa (Alep) um conjunto de medidas que têm por objetivo resolver problemas financeiros da administração estadual. O conjunto de medidas ficou conhecido como “pacotaço”.

Questão 4

Texto 5



O *bicho*, de Manuel Bandeira, foi publicado em 1948, período de desenvolvimento econômico, avanço do capitalismo e, portanto, aumento das desigualdades sociais no Brasil.

O **Texto 5**, é uma tirinha que representa uma *retextualização* do poema de Manuel Bandeira. A *retextualização* consiste no processo de produção de um novo texto a partir de um ou mais texto-base.

A partir da leitura e análise da *contextualização* acima, do poema de Manuel Bandeira e da *retextualização*, respostas às perguntas a seguir:

- Em: “*vi ontem um bicho na imundice do pátio*” presente no primeiro quadrinho da tirinha e no primeiro verso, da primeira estrofe do poema, representa o *eu-lírico* testemunhando um fato. Que fato é esse? *Algo, que supostamente parecia ser um bicho, revirando o lixo em busca de comida.*
- O termo *ontem* se refere ao tempo da narrativa. Com base no poema, quando isso aconteceu? *No dia anterior ao qual o poema foi escrito.*
- “*Quando achava alguma coisa, não cheirava nem examinava, engolia com voracidade*”. Que ideias a palavras *quando* (2º quadrinho) e a expressão *com voracidade* (3º quadrinho), exprimem no poema? Explique.

Quando: exprime a ideia de tempo, isto é, no momento, ou seja, assim que “o bicho” encontrava algo, não verificava o que era e engolia. Com voracidade - exprime a ideia do modo como ele devorava o que encontrava, com rapidez por causa da fome.

- d) *Que relações o poema estabelece com o título? O título refere-se à animalização daqueles que procuram comida no lixo para sobreviver e o poema leva à reflexão de que esse “bicho” pode ser um ser humano.*
- e) *Em que parte do poema é elevado o nível do suspense? Justifique. Quando o poeta fala que o bicho não era um cão, um gato, nem um rato; que são os animais que geralmente podem ser facilmente encontrados nessas situações.*
- f) *Os elementos explícitos e implícitos no poema são condizentes com o contexto e o título? Comente. Sim. As situações de exclusão, abandono e de desigualdade social colocam alguns homens na condição de bichos, que precisam revirar o lixo por não ter o que comer.*
- g) *Que sentimentos você teve com a leitura do poema? Resposta pessoal.*

Questão 5

Texto 6



No dia 12 de maio de 2016, data que marca o afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff, por causa do processo de *impeachment*, foi possível ler nas redes sociais diversos textos contrários e favoráveis ao seu impedimento. O discurso presente na imagem ao lado, *texto 6*, foi proferido diversas vezes por diferentes pessoas nas principais redes sociais.

Perguntas:

- 1) O que você compreende desse texto? *Resposta pessoal. Que depois desse governo administrado por uma mulher, as outras mulheres não deveriam pensar em candidatura nas próximas eleições, pois já demonstraram incapacidade.*
- 2) A expressão “ficar longe” é usada de forma enfática, por meio dela podemos inferir o desejo do autor do texto. Qual é esse desejo? *O desejo de afastamento, de desaparecimento da figura feminina do governo do país.*
- 3) O texto afirma que passada a experiência em que tivemos Dilma Rousseff no comando do país, não se deve eleger mulheres.
 - a) Que termo do texto pode representar a expressão *passada a experiência* sem alterar o sentido? *Depois.*
 - b) O termo *depois* funciona na sentença como um operador argumentativo que orienta a conclusão para duas afirmações. Que afirmações são essas? *A de que Dilma não foi boa governante e a de que as mulheres, em geral, não o são.*
 - c) Esse advérbio de tempo, que inicia o texto, introduz um enunciado pressuposto. Que enunciado é esse? *Mulheres não dão certo a frente de cargos políticos.*
- 4) Conforme alguns teóricos e estudiosos da linguagem, não existe neutralidade no discurso. Assim, o que uma pessoa diz ou deixa de dizer está carregado de significação. O autor do *texto 6* não apresenta argumentos pertinentes que sustentam sua posição sobre mulheres na administração do governo. Por que você acha que ele pensa que “mulheres devem passar longe do governo mesmo”? *Resposta pessoal. Temos um discurso machista que revela que o autor do texto vê as mulheres de forma inferiorizada.*
- 5) No texto, o autor demonstra reprovar a administração de Dilma Rousseff e relaciona isso ao fato de ela ser mulher. O que você acha dessa postura? *Resposta pessoal.*
- 6) Você provavelmente já ouviu alguém fazer piadas, afirmar de forma implícita ou explícita ideias que inferiorizam a mulher.
 - a) Comente com os colegas e com o professor, citando exemplos. *Exemplos: “Só podia ser mulher”, “Mulher no volante, perigo constante”; “Mulher esquenta a barriga no fogão e esfria na pia”, “Mulher tem que pilotar fogão”, “Mulher não pode isso”, “Para mulher isso não fica bem”. “Você é mulher, moça... não devia fazer isso, falar assim...”*
 - b) O que isso pode ocasionar às mulheres? No contexto escolar, familiar e entre amigos o que pode ser feito diante de tal situação? *Pode ocasionar traumas para as mulheres, sentimentos de derrota e incapacidade,*

discriminação etc. Além de casos mais graves em que mulheres são agredidas verbal, psicológica e até fisicamente. Não deve ser aceito nem reproduzido esse tipo de discurso. Primeiro, informando que é um preconceito e que a pessoa pode ser denunciada; caso persistir, de forma consciente, fazendo denúncia contra o autor seja de discurso ou de atitudes machistas.

7) Você conhece algum meio para denunciar agressão à mulher (física, verbal, psicológica patrimonial, agressão abrangente de qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal, como disque denúncias? Converse com o professor e com os colegas. *Resposta pessoal. Denúncia Online, o 180, etc.*

Atividade final

Para desfecho final, será proposto aos alunos a escrita de um parágrafo argumentativo, que trate a insuficiência da gramática tradicional na definição do advérbio, em que os estudantes deverão considerar as questões trabalhadas no decorrer da SD, além disso, eles deverão empregar advérbios na defesa do ponto de vista.

4. RESULTADOS ESPERADOS

Com este trabalho, bem como com a proposta de atividade de SD sugerida, espera-se contribuir com um ensino de Língua Portuguesa, que cumpra de fato com a função social de formar o cidadão, o qual esteja preparado para inserir-se socialmente de forma ativa e participativa, posicionando-se crítica e eficazmente por meio dessa ferramenta a que denominamos língua(gem), com a qual é possível agir no mundo e sobre o mundo. Assim, buscamos, com este trabalho, dar um novo olhar ao ensino da gramática, para que essa aconteça de forma contextualizada, de forma crítica e reflexiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa da conclusão, no que concerne às atividades propostas neste recorte de sequência didática em que focamos no emprego do advérbio, pretendeu-se mostrar que a língua não se esgota em sua gramática, mas que é regida também por normas sociais. Portanto, o ensino de língua materna precisa ser vislumbrado como forma de ação social e prática de interação dialógica. Além disso, no lugar de focar apenas em erros gramaticais o professor poderá avaliar nos textos de seus alunos, seja na modalidade escrita ou oral, outros

aspectos, como a relevância do que está sendo dito, a clareza e outras propriedades da textualidade, de modo a prepará-los para o convívio social, o trabalho, enfim, para as atividades de troca verbal em que estão inseridos. De tal modo, é indiscutível e urgente a importância de reorientar o ensino da língua portuguesa em direção à discursividade, diversidade dialetal e à pluralidade cultural que a língua expressa.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.
- ANTUNES, I. Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola, 2014.
- BAKHTIN, M. M. Estética da criação verbal. 2. ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].
- BECHARA, E. Moderna Gramática portuguesa. 38. ed. rev. e amp. 19ª reimp. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- BIDERMAN, M. T. C. (2001). Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília, DF: MEC, 2015.
- CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48.ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione, 2003.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DUCROT, O. Princípios de Semântica Linguística. São Paulo: Cultrix, 1972.
- DUCROT, O. Provar e dizer: linguagem e lógica. Com colaboração de M. C. Barbault e J. Depresle. Trad. Maria Aparecida Barbosa, Maria Fátima Gonçalves Moreira e Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1981.
- DUCROT, Oswald. Les mots du discours. Paris: Minuit, 1980
- DUCROT, O. O dizer e o dito. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- TRAVAGLIA, L. C. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 1996.

A FORMAÇÃO DE NOMES NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UM VIÉS ENUNCIATIVO

*Francys Silva Araújo**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Introdução

O homem se expressa de diversas formas no mundo: corporal, gestual, sensorial, linguística. Todo tipo de linguagem demonstra uma forma de observação do homem diante do mundo em um exercício dinâmico de compreensão/construção de tudo que o rodeia e de sua própria identidade (DIAS, 2018). Os surdos, com sua forma sensorial de apreensão do mundo, utilizam-se de uma língua gestual-visual¹ para a produção de sentidos, a Língua Brasileira de Sinais – Libras (QUADROS; KARNOPP, 2004)

A pesquisa inicial pela formação de nomes nesta língua, tendo como viés a Semântica da Enunciação (DIAS, 2018; GUIMARÃES, 2018), deu-se a partir dos estudos na área e à observação da criação/utilização de sinais pela comunidade surda. Como podemos então observar a nominalização na Libras a partir desta teoria? Como os surdos produzem/constroem sentidos, em um campo espaço-visual, por meio da Libras?

Neste trabalho, abordamos o conceito de formação nominal (FN), com o foco na dimensão subnominal, proposto por Dias (2018), com o objetivo de mostramos de que maneira estas formações são constituídas e condensadas visualmente na Língua Brasileira de Sinais.

Esta exploração visa contribuir com os estudos semânticos e linguísticos em relação à língua de sinais, ainda incipientes neste campo de investigação, buscando entender como se realiza a vinculação das FN's em uma modalidade linguística espaço-visual, própria da Libras, a partir de uma rede de sentidos sociais. Por meio da coleta de usos de unidades nominais em canais de comunicação utilizados pelos surdos, a análise da constituição destas FN's foi

* A autora é formada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista em Língua Brasileira de Sinais e mestranda na referida universidade. E-mail: francysfale@gmail.com

¹ Os termos gestual-visual ou espaço-visual serão usados aqui indiferentemente em referência à modalidade característica das línguas de sinais.

realizada por meio de redes enunciativas, uma metodologia proposta por Dias (2018). A partir desta técnica que permite a observação das relações de sentido por meio das articulações linguísticas, é possível analisarmos a articulação de enunciados descritivos, que passam por uma estabilização de sentidos, condensando-se em nomes.

Para isso, serão tomados alguns conceitos teóricos da Semântica da Enunciação, como domínio de mobilização (DIAS, 2018), pertinência enunciativa (DIAS, 2018), acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2018) e referencial histórico (DIAS, 2018), entre outros.

As considerações iniciais deste trabalho apontam para a explicitação de que as relações de sentido também são formadas socialmente na/pela comunidade usuária da Libras, e apenas manifestam-se de um modo diferente: em uma modalidade linguística espaço-visual. Acreditamos, assim, que este estudo contribui para uma observação sobre as línguas desta especificidade, ao direcionar uma investigação sobre o modo social/corporal de construção/produção dos sentidos sociais.

O artigo está organizado em três seções seguintes: 1. conceitos básicos da Semântica da Enunciação, na qual são abordadas definições importantes para o desenvolvimento do trabalho e uma aproximação destes com a Língua Brasileira de Sinais; 2. as formações nominais e a Libras, na qual expomos e fazemos o recorte pela formação subnominal, de modo a aplicarmos alguns conceitos teóricos à Libras por meio das redes enunciativas; e, finalmente, as considerações finais (3), na qual apresentamos algumas percepções após esta exploração inicial.

1 Semântica da Enunciação – conceitos básicos

A Semântica da Enunciação traz alguns conceitos muito importantes como pilares da teoria. Para entender um pouco essa abordagem semântica, partimos do conceito de *significação* e *enunciação*. Como a (re)construção da *significação* é dada a partir das bases desta teoria?

As relações linguísticas constituem a instância material pelas quais as relações de sentido são constituídas. Desta forma, temos que “significar é

relacionar”, ou seja, “em termos amplos, as formas do dizer se vinculam às formas de significar” (DIAS, 2018, p.15). Assim, não temos unidades de sentido fechadas e prontas em si mesmas. Vejamos o exemplo do enunciado “*Hoje é o dia da mudança*”. Se fôssemos considerar o sentido temporal, cronológico do termo “hoje”, este enunciado só poderia ser produzido em uma data específica, marcada por alguma mudança qualquer (de cargo, de casa...), só podendo ser dita pelo indivíduo que está envolvido no ato de mudar naquele momento no tempo. No entanto, em um sentido mais amplo, podemos proferir esta sentença em qualquer ocasião que seja marcada por um sentimento de renovação, de melhoria, de empoderamento do sujeito em relação as suas próprias escolhas de vida, por exemplo.

Então, quais seriam as razões que sustentam as articulações das formas linguísticas nas sentenças, como em “*Hoje é o dia da mudança?*” São as motivações sociais dos falantes, articuladas para imprimirem sentido em uma determinada direção (DUCROT, 2002 *apud* DIAS, 2018), para *expressarem* a forma que possuem de olhar o mundo. Em outras palavras, essas razões são reordenadas com base em sentidos sociais que constituem o *domínio de mobilização*:

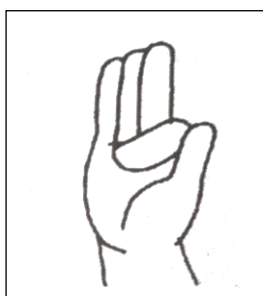
Em linhas gerais, significa influência, incitação, suscitação. Então dizemos que as perspectivas sociais influem na maneira como expressamos, provocam o modo como expressamos, incitam-nos a expressar de uma maneira ou de outra, suscitam formas de apresentação das nossas ideias. Quando tratamos de domínios de mobilização, afirmamos que são modos sociais de agir, reagir, não agir, no mundo por meio de formas de expressão. Esses modos sociais são historicamente configurados e se definem na memória social como discursos. (DIAS, 2018, p. 44)

É importante dizer que os indivíduos, ao se expressarem por meio do que é significado socialmente, também articulam dimensões individuais, ou seja, a enunciação se dá pela “zona de contato” (espaço de enunciação) dos sentidos do que dizemos, “e é assim que a enunciação é um acontecimento da relação entre o indivíduo e a sociedade” (DIAS, 2018, p.65).

Enunciar, por sua vez, nessa abordagem teórica, está atrelado a formas de expressão, mencionadas anteriormente. Em Libras, por exemplo, temos o alfabeto manual, que pode ser definido por um empréstimo linguístico do Português e que segue a mesma sequência das letras da língua oral. Cada letra é representada por uma configuração de mão (CM) e cada uma possui a sua

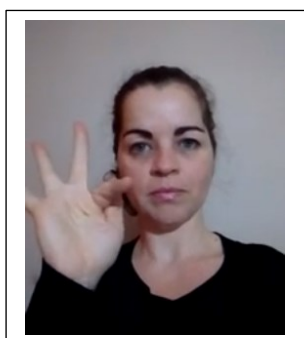
forma de soletração manual (QUADROS; KARNOPP, 2004). Considerando a letra F, temos que, sozinha e representada isoladamente, esta CM não significa mais que uma simples letra do alfabeto (Figura 1):

Figura 1 – CM da letra F



Fonte: CAPOVILLA; RAPHAEL, 2008, p. 641.

Figura 2: Vídeo sinal-nome Francys



Fonte: Elaborada pela autora²

A partir da articulação das formas significantes visuais do “sinal-nome”³ (composto pela “Letra F” + movimento localizado em uma região do rosto específica, a sobrancelha), temos a qualificação enunciativa da “letra F”, significando aqui, então, a apresentação pessoal em Libras de Francys. Na

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=29nmj17OUUnQ&feature=youtu.be>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

³ O sinal-nome, na cultura surda, equivale ao nosso nome na cultura ouvinte; é uma espécie de “apelido visual”, utilizado quando alguém se refere a você em um discurso ou quando você mesmo se apresenta. É composto geralmente pela primeira letra do seu nome + uma característica marcante sua: pode ser o formato do cabelo, um traço da personalidade etc. Ele se difere do termo simples “sinal”, que pode ser estabelecido morfológicamente em um paralelo com o termo “palavra” em português.

Figura 2, o vídeo expressa a seguinte mensagem: “O meu sinal-nome é este” (o sinal-nome então é caracterizado pela letra “F” sinalizada na sobrelinha). O equivalente na nossa cultura oral seria a seguinte mensagem: “O meu nome é Francys” (pois nos identificamos/apresentamos pelo nome). Podemos dizer então que esse movimento de identificação, direcionado a uma “marca pessoal”, constitui um domínio de mobilização, que se articula, por sua vez, com a pertinência social dessa unidade de significação (DIAS, 2018).

O que é enunciar, então, a partir das bases teóricas desta abordagem semântica? Produzir enunciação é produzir significação na linguagem (GUIMARÃES, 2017 *apud* DIAS, 2018), “de modo que os domínios de mobilidade do sentido alicerçam essa tensão entre o significar” (sinal-nome para Francys) “e o já significado” (letra F) – (DIAS, 2018, p. 30). Na medida em que o “sinal-nome”, na língua de sinais (LS), adquire pertinência enunciativa, ele se insere no acontecimento enunciativo.

A *pertinência enunciativa* está fundamentada na ideia de adesão, na “demanda do presente”, ou seja, a cada acontecimento enunciativo, nós somos impelidos a responder, interpretar, interferir, ou seja, a pertinência é concebida na relação entre recortes de memória de significação e a atualização do dizer.

Na enunciação, considerada como acontecimento de linguagem, coloca-se a língua em funcionamento, mobilizando-se essa dimensão da memória (GUIMARÃES, 2017). Dessa maneira, um acontecimento adquire pertinência social, tornando-se um fato de linguagem, na medida em que a dimensão da memória entra em relação com a atualidade do dizer, isto é, com o ato mesmo de enunciar. Nessa direção, os traços do que significou em outro tempo e lugar passam a ser reorganizados na atualidade da enunciação. (DIAS, 2018, p. 83)

Desta forma, é na relação entre o campo da memória e a atualidade do dizer é que se produz a enunciação, o *acontecimento enunciativo* (GUIMARÃES, 2017 *apud* DIAS, 2018), resultando em um enunciado que adquire pertinência social. Assim, temos que os domínios de mobilização são afetados por *referenciais históricos* de significação, pelas memórias de outros dizeres, que são, então, demandados por uma pertinência do presente.

Esta dimensão sócio-histórica da enunciação sobre a língua produz uma forma diferenciada de abordarmos o conceito de *forma linguística* e, conseqüentemente, as unidades articulatórias, mais especificamente, as construções nominais. Segundo Guimarães (1996 *apud* DIAS, 2018), a língua é

um “sistema de regularidades”, na qual há “uma ordem de relações que sustenta as unidades que por ela são constituídas” (DIAS, 2018, p.37). São estas relações que constituem a enunciação propriamente dita, constituindo-se nos discursos que regimentam esse sistema de regularidades.

A forma linguística é uma “latência” à espera da enunciação, pela qual a memória e a demanda do dizer produzem significação. Com base nesses conceitos, a forma linguística pode ser apreendida como fato linguístico, que é definido:

a partir da tensão entre uma estabilidade da unidade formal, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade própria de um domínio de forças a ser representado (domínio da mobilidade), de outro. Dessa maneira, dizemos que a forma linguística é afetada por uma relação tensa entre o plano da organicidade e o plano do enunciável (DIAS, 2018, p. 38).

Desta forma, temos dois planos que fazem parte da constituição do fato linguístico: o plano da organicidade e o plano do enunciável. O primeiro diz respeito às relações textuais que constituem a linearidade sintática; o segundo diz respeito ao que pode ser dito (ou ao que já foi) em outros discursos. Assim, a partir desta relação de tensão entre as duas dimensões é que produzimos a enunciação.

2 As Formações Nominais e a Libras

A partir dos estudos da Semântica da Enunciação baseados em Dias (2018), a formação das unidades articulatórias (que compõem esta tensão) podem ser concebidas como formações nominais (FN), tendo em vista que: as FN's abarcam a concepção dos sintagmas nominais percebidos pelo viés da enunciação, analisando as razões da instalação do enunciado e da articulação entre o nome e seus determinantes (DIAS, 2018). Desta forma, temos que as FN's constituem um *processo* de como se dá a constituição dos nomes e as suas articulações em uma dimensão explicativa, que tenta elucidar os motivos pelos quais estas articulações se formam. Temos então, obviamente, que a constituição da significação das FN's sustenta-se na relação entre os

referenciais históricos e as pertinências enunciativas, conceitos já abordados anteriormente.

Se a formação é a constituição das formas em unidades qualificadas para a enunciação, a formação nominal é a constituição interna e externa das formas para a constituição da unidade nominal. As formações, articulatoriamente configuradas, sustentam materialmente o referencial histórico, a memória das significações dos seus termos, e a pertinência do nome nas cenas enunciativas em que contrai relação de pertencimento. (DIAS, 2018, p. 143)

A abordagem enunciativa considera as FN's como unidades estáveis de sentido na língua, tomando-as como articulações que se formam socialmente e que se atualizam à medida que participam das construções dos enunciados (DIAS, 2018; no preloa, p.3). O que impulsiona o vínculo das formas linguísticas são as relações de sentidos estabelecidas socialmente. A “relação de consistência entre unidades linguísticas constituída a partir da vinculação entre referencial histórico e pertinência enunciativa” são designadas pela articulação (DIAS, no prelob, p.25).

A vinculação das formas linguísticas se dá a partir da articulação destas com outros formantes (em processos de derivação e composição), que se constituem em novos grupos nominais. Esta unidade concebida é potencialmente temática, isto é, pode ser tomada por “um substantivo, pronomes ou expressão nominal [...] que expressa o que a pessoa diz, disse ou dirá” (DIAS, 2018, p.114).

Dias (2018) concebe então a unidade nominal em três dimensões, tendo em vista as especificidades enunciativas e formais de cada uma, na qual a articulação desempenha um importante traço constituinte, são elas: articulações subnominais, intranominais e internominais. Em uma espécie de síntese (DIAS, 2018), temos:

1) Subnominal (a constituição temática do nome) As relações entre enunciados que permitem a existência social de um nome.

2) Intranominal (a produção componencial do nome) As relações entre formantes na criação de novos nomes.


3) Internominal (as formações associativas do nome) As articulações contraídas pelo nome, formando um grupo nominal.

Neste trabalho, daremos foco apenas à articulação subnominal. Esta primeira dimensão está relacionada às razões para a constituição de um nome no léxico da língua, isto é, qual é a pertinência enunciativa para que uma FN se constitua enquanto acontecimento enunciativo? A articulação subnominal traz a perspectiva de que vários enunciados descritivos, a respeito de um determinado fenômeno enunciativo, passam por um processo de estabilização de sentidos, organizando-se na língua de forma a condensarem-se em uma formação nominal.

Por meio das redes enunciativas, metodologia desenvolvida por Dias (2018), busca-se tornar visível o acontecimento da enunciação. Tomando-a como o lugar de observar as relações de sentido por meio das articulações, as redes são uma técnica de estudo das relações de sentido de um enunciado que nos permite observar as semelhanças e diferenças entre as construções linguísticas (DIAS, no prelo, p.18). Assim, compreendemos que, a partir desta metodologia, podemos investigar e entender, de forma mais explícita, o acontecimento da produção de enunciados (para abarcar a dimensão social “não visível” deste processo) e a materialização dos enunciados em si (dimensão individual mais visível) nos diversos usos da língua.

Trazendo uma rede enunciativa, composta por enunciados descritivos e o termo *bulliyng*, Dias (2018, p.119) ilustra o processo de condensação de enunciados em uma unidade potencialmente temática para evidenciar como esse processo de articulação subnominal é constituído. Tomaremos este exemplo para caminharmos, em seguida, na direção de como este mesmo processo ocorre na Libras.

Quadro 1 - Domínio de mobilização e constituição de unidade nominal básica


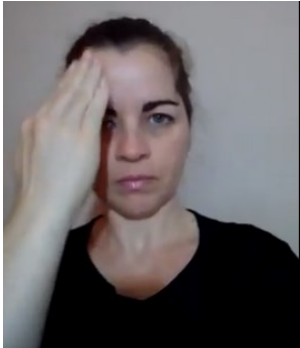
Rede de enunciados descritivos	<ul style="list-style-type: none">• colega atormentando outro colega• pessoa sendo humilhada no trabalho• aluno constrangido pelo tratamento agressivo dos colegas• incômodo pela repetição de um apelido indesejado• discriminação por parte de amigos em razão de uma deficiência física• humilhações e agressões sofridas pelos próprios colegas
Condensação	
Unidade nominal básica em posição temática	<i>bullying</i>

Fonte: DIAS, 2018, p.119

Em Libras (veja Quadro 2 abaixo), podemos demonstrar este processo por meio dos sinais que se referem a duas personalidades políticas. Devido aos questionamentos sobre o processo de *impeachment*, ocorrido em 2016, contra a presidenta Dilma Rousseff e a consequente visibilidade do vice Michel Temer no cenário nacional, a legitimidade da posse deste passou a constituir discursivamente as redes enunciativas. Com uma participação da população surda cada vez mais ativa nos quesitos sociais, fez-se necessário a criação de uma nova forma nominal (morfologicamente, um sinal) como referência ao novo presidente, de forma que este condensasse os enunciados descritivos proferidos a partir de então. Desta forma, a partir da mobilização social que pode ser denominada aqui de “questionamento da legitimidade”, o *impeachment* da ex-presidenta e a posse de Temer tornam-se um acontecimento enunciativo. Temer então, que era referenciado apenas por datilologia⁴, passa a ser referenciado por uma nova FN.

⁴ Datilologia são representações das letras do alfabeto português usadas em vários contextos, como para referenciar um termo técnico que ainda não tem sinal equivalente. (QUADROS; KARNOPP, 2004) A datilologia é a escrita manual ou visual de uma palavra.

Quadro 2 - Domínio de mobilização e constituição de unidade nominal básica (Libras)

<p>Rede de enunciados descritivos⁵ (dimensão não visível da produção de sentidos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Presidenta Dilma sofreu <i>impeachment</i>. Agora temos um novo presidente. • O vice-presidente não estava satisfeito com a falta de visibilidade. • Esse vice articulou o <i>impeachment</i>. • O novo presidente não irá considerar a classe mais baixa em suas ações.
<p>Condensação</p>	
<p>Unidade nominal básica em posição temática (dimensão visível da produção de sentidos)</p>	 <p>Vídeo sinal-nome de “TEMER”⁶</p>

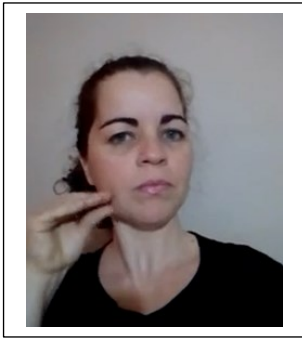
Fonte: elaborado pela autora; adaptado de DIAS, 2018, p.119

O mesmo ocorre no caso do candidato à presidência em 2018, Ciro Gomes. Com maior destaque e surgindo como uma opção menos extremista no cenário eleitoral, principalmente em relação ao forte antagonismo entre dois candidatos nas últimas eleições, Jair Bolsonaro e Fernando Hadadd, o candidato do PDT também precisou ser referenciado por uma forma nominal atualizada entre os surdos, que possibilitasse a condensação dos enunciados descritivos por meio dos quais era referenciado. Assim, por ganhar uma pertinência enunciativa, “Ciro Gomes” adquiriu uma capacidade temática na língua de sinais, condensando-se no sinal-nome mostrado no vídeo da Figura 3.

⁵ Enunciados elaborados pela autora, a partir das redes de sentido sociais presentes na Libras.

⁶ Elaborado pela autora. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CLVaARE6W4c&feature=youtu.be>>. Acesso em: 31 mar 2020.

Figura 3: Vídeo sinal-nome de Ciro Gomes

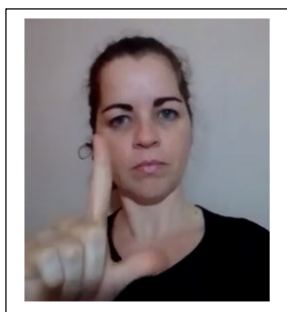


Fonte: Elaborado pela autora⁷

Desta forma, *Michel Temer* e *Ciro Gomes* tornam-se objetos temáticos que passam a constituir enunciados construídos discursivamente na Libras, em uma modalidade espaço-visual. Com o objetivo de deixar mais clara essa condensação de enunciados na LS, mostraremos, para fins comparativos, como a referência ao presidente Michel Temer ocorreria antes e após o acontecimento enunciativo descrito aqui:

⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9227INtU13A&feature=youtu.be>>. Acesso em 31 mar 2020.

Figura 4: Referência a Michel Temer
ANTES do acontecimento enunciativo



Fonte: Elaborada pela autora¹.

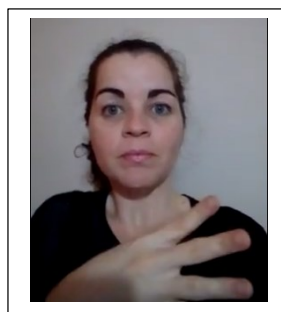
Enunciado em Libras:

M-I-C-H-E-L T-E-M-E-R presidente
novo

Enunciado em português:

Michel Temer é o novo presidente.

Figura 5: Referência a Michel Temer
após o acontecimento enunciativo



Fonte: Elaborada pela autora².

“Enunciado” em Libras:

FN Temer (= “Sinal-nome de
Temer”) + presidente novo

Enunciado em português:

Michel Temer é o novo presidente.

¹ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=SWZVX5mGnwY&feature=youtu.be> >. Acesso em: 31 mar 2020.

² Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=FRdp3xgkzsw&feature=youtu.be> >. Acesso em 31 mar 2020.

Nos dois vídeos acima, a informação dada pode ser interpretada por “Michel Temer é o novo presidente”. No entanto, no vídeo apontado pela Figura 4, temos a referência a Michel Temer representada pela datilologia (letra por letra: M-I-C-H-E-L-T-E-M-E-R⁸), isto é, o discurso apresenta apenas o nome da personalidade política (como faríamos convencionalmente na Língua Portuguesa). Já na Figura 5, o presidente é apresentado por uma nova FN, ressignificada em função das redes de sentido formadas nos discursos sociais. Isto significa que “Michel Temer, como novo presidente empossado após um impeachment” atualizou/“entrou” no léxico desta língua.

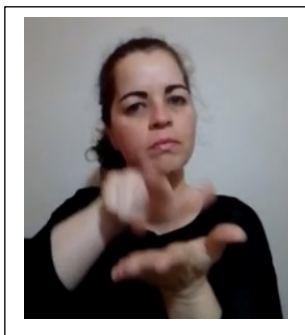
Uma informação importante sobre o uso da datilologia na Libras vale ser ressaltada aqui. Quando uma personalidade não está tão inserida nos discursos dos usuários da Libras ou quando algum conceito ainda é novo para a comunidade surda (ou ainda não tão bem compreendido para ser construído visualmente por eles – a sua forma legítima de comunicação), a datilologia (esse recurso que podemos explicar como uma soletração visual de cada uma das letras que compõe as palavras) assume um papel importante na comunicação. A partir do momento em que personalidades, conceitos, fatos adquirem pertinência social na comunidade surda essencialmente, mobilizados por uma rede de sentidos sociais, há a atualização dos dizeres em relação aos campos da memória, produzindo a enunciação, o acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2017) na Libras. Isso corrobora ainda mais a nossa tese de que as FN's, os sinais-nome apresentados, condensam as relações entre enunciados, permitindo a existência social de um nome. Apenas com o intuito de esclarecer, como o faz Dias (2017), o que nos interessa para os estudos da FN não é a sua característica sintagmática ou as suas propriedades fonéticas e fonológicas, mas na razão pela qual “as articulações são contraídas interna e externamente à construção nominal” (DIAS, 2017, p.124).

Em relação à articulação intranominal, gostaríamos apenas de fazer um aparte. Esta segunda dimensão é apresentada por Dias (2018) como aquela que subsidia a formação componencial do nome. A morfologia estruturalista tem este processo como o estudo das unidades mínimas que compõem as palavras (ou

⁸ Por convenção, as letras sinalizadas por datilologia (isto é, letras sinalizadas uma a uma na Libras pelas configurações de mão correspondentes) são representadas em português separadas por hífen e em caixa alta.

os sinais). De acordo com o filtro teórico da Semântica da Enunciação, este processo se dá no discurso. Vejamos o sinal de “PAPEL” em Libras (Figura 6).

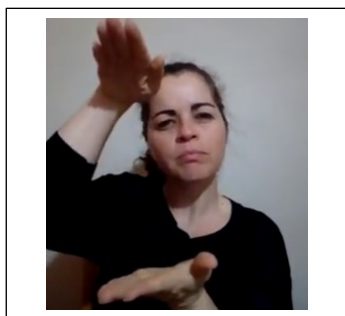
Figura 6: Vídeo sinal PAPEL



Fonte: elaborada pela autora⁹

Caso quiséssemos representar o sinal de “papelada”, no sentido de quantidade, a FN adquiriria um outro tipo de movimento para destacar a derivação (Figura 7), marcada também pela expressão facial, que lhe atribui uma significação sentido de intensidade.

Figura 7: Vídeo sinal PAPELADA



Fonte: Elaborada pela autora¹⁰.

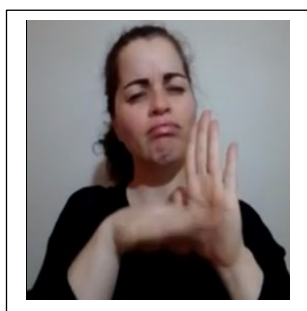
Ao tentarmos expressar o termo “PAPELÓRIO” (Figura 8, abaixo), em uma menção a uma quantidade exaustiva de processos burocráticos, por exemplo, podemos observar que a FN é construída a partir de outra rede de sentidos sociais, composta por enunciados que julgam negativamente os modos

⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vwJbWzPkdjg&feature=youtu.be>>. Acesso em 31 mar 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MEt3jWJ_pes&feature=youtu.be>. Acesso em: 31 mar 2020.

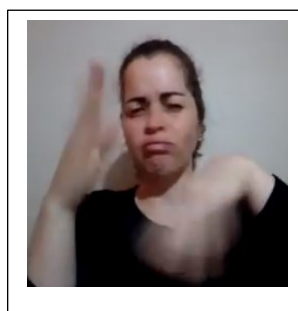
oficiais com os quais são tratados os procedimentos na maioria das repartições públicas, por exemplo. O sinal “PAPEL”, juntamente com o “movimento subsequente e a expressão facial expostos”, indicam uma composição do sinal/FN que expressa a natureza dos “papéis” a que a usuária se refere, trazendo um sentido social, na Libras, negativo. Na Figura 9, já temos um outro movimento articulado ao sinal para significar o sentido de “desorganização”, igualmente negativo (sinal PAPEL + movimento que indica desorganização, bagunça).

Figura 8: FN PAPELÓRIO
(burocracia)



Fonte: Elaborada pela autora¹¹.

Figura 9: FN PAPELÓRIO
(desorganização)



Fonte: Elaborada pela autora¹².

É interessante observamos quais as razões sociais que mobilizam este tipo de construção/produção de sentidos na Libras e, a partir disso, como elas se manifestam espaço-visualmente, por meio de uma materialidade linguística distinta da que estamos acostumados na maioria das vezes. Como explica Guimarães (2002 *apud* SILVA, 2019, p. 12), “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”.

Os estudos sobre as FN internominais na Libras serão pesquisadas e desenvolvidas posteriormente em um outro trabalho, o que poderá contribuir

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UOm_85fJV-Y&feature=youtu.be>. Acesso em: 31 mar 2020.

¹² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=perYBtCHRDA&feature=youtu.be>>. Acesso em: 31 mar 2020.

para a ampliação dos estudos para além de um olhar estrutural de suas composições. Os próprios estudos da morfologia em LS ainda são incipientes, ou porque se toma como base um estudo da morfologia das línguas orais ou porque nos deparamos com uma bibliografia reduzida e limitada. (QUADROS; KARNOPP, 2004).

Considerações Finais

Os estudos da Semântica da Enunciação e, mais especificamente, o conceito de formação nominal (FN) contribuem para a compreensão das relações linguísticas mobilizadas a partir de um acontecimento enunciativo. A partir da observação das articulações subnominais na Libras, nosso recorte, que trazem, muitas vezes, de forma mais imediata, as razões enunciativas que fundamentam os nomes, é possível perceber as redes de sustentação para que as FN's sejam pertinentes em um campo de enunciação que se materializa de forma distinta e específica.

Na Língua Brasileira de Sinais, os vínculos entre as unidades que se articulam se manifestam de forma espaço-visual, e, assim como em qualquer língua, também não são aleatórios. As unidades nominais são concebidas a partir de condensações de percepções sociais em distintos cenários de enunciação.

Esta perspectiva de que se é possível observar as relações sociais de sentido na Libras pelo viés da Semântica da Enunciação não é óbvia e é fundamentalmente importante, especialmente para a comunidade surda e pesquisadores das línguas de sinais. Apesar do seu *status* linguístico já ter sido reconhecido aqui no Brasil por meios legais (como o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 10.436/2002¹³) e com o desenvolvimento de pesquisas, ainda há um discurso social recorrente que busca validar o seu *status* linguístico. Além disso, é fundamental abrir novos campos de estudos para além desse olhar, trazendo

¹³ Para maiores detalhes sobre a legislação vigente no Brasil, consultar Decreto nº 5626/2005, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 19 mar 2020. Lei nº 10.436/2002, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em 19 mar 2020.

perspectivas de outras áreas e contribuindo para uma observação social dos usos da língua.

Referências

BRASIL. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. *Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 19 mar. 2020.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

DIAS, L. F. Enunciar o ininteligível. In: MARIANI, B. S.; MOREIRA, C. B. (orgs.). *O indizível, o ininteligível e o imperceptível*. Niterói: UFF, 2017.

DIAS, L. F. *Enunciação e Relações Linguísticas*. Belo Horizonte: Pontes, 2018.

DIAS, L. F. Fundamentos: formação de enunciados. In: DIAS, L.F. *O português brasileiro no cotidiano: enunciação e ensino*. (no prelo).

DIAS, L. F. Fundamentos: produção de sentidos. In: DIAS, L.F. *O português brasileiro no cotidiano: enunciação e ensino*. (no prelo).

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2017.

GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, C. D.; DIAS, L. F. *Glossário de Semântica da Enunciação*. 2019. 50 p. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/nucleos/enunciar/>>. Acesso em 15 mar 2020.

FORMAÇÕES NOMINAIS E RELAÇÕES SOCIAIS: ANÁLISE DE FORMAÇÕES NOMINAIS DA PÓS-MODERNIDADE

Gabriele Cristine Carvalho (IFMG/UFMG)

Introdução

Como as mudanças sociais, econômicas, institucionais e geopolíticas afetam a língua? As mudanças ocasionadas pela fragmentação das identidades dos indivíduos e das instituições e marcadas pela liquidez das relações sociais, em um tempo denominado pós-modernidade, deixam marcas, vestígios que se materializam na língua. As enunciações pós-modernas sobre novas formas de moradia, de sistemas de governo, de organizações geopolíticas e de trabalho se condensam em nomes e em grupos nominais, aqui chamados de formações nominais (FNs), estabilizam-se na língua, tornando pertinentes novas enunciações. Essas marcas enunciativas da pós-modernidade podem ser vistas nas FNs *democracia iliberal*, *coliving*, *MEI* e *IOA (Atletas Olímpicos Independentes)* que serão analisadas neste texto. Para fazer essa análise, foram utilizados os conceitos de formação nominal, referencial histórico e pertinência enunciativa, desenvolvidos por Dias (2013, 2015, 2018), a partir da Semântica da Enunciação, e de fragmentação da identidade na pós-modernidade de Hall (2005) e de modernidade líquida de Bauman (2001).

1 A Semântica da Enunciação

A Semântica da Enunciação busca entender as relações de significação de forma mais ampla, considerando que as relações sociais atuam na construção dos sentidos. Dias (2018, p. 61) define a enunciação como o "acontecimento da produção de sentido, tendo como base as regularidades das formas linguísticas". Tratar a enunciação como acontecimento implica dizer que o sentido é construído socialmente a partir de uma relação entre a memória discursiva (o "já-enunciado") e uma atualidade do dizer. A memória discursiva é o que "torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra" e que afeta o

modo como os sujeitos significam (ORLANDI, 2015, p. 29). Ancorados também nos trabalhos desenvolvidos por Guimarães (2018), defendemos o caráter político presente no acontecimento enunciativo, o que significa dizer que o conflito ou o dissenso que caracteriza a realidade manifesta-se também na língua¹.

A partir dessa definição de enunciação em que se verifica que uma demanda do presente é afetada pelo "já-enunciado", Dias (2018) propõe a análise dos fatos linguísticos, utilizando, principalmente, dois conceitos: referencial histórico e pertinência enunciativa.

Nós significamos por meio de referenciais. Podemos afirmar que significar tem um lado individual, porque precisa da elaboração das expressões de um sujeito determinado, e um lado social, porque é motivado e direcionado para os outros membros do grupo social. Por isso, os modos representativos de se expressar são históricos, compartilhados e expostos à diferença numa sociedade, num território determinado (DIAS, 2018 p. 21).

Partindo do conceito de "identidade de filiação" de Foucault (1971), Dias cria o conceito de referencial histórico. Para Foucault, o nosso discurso é ancorado em um suporte institucional que resulta de discursos anteriores que sustentam os instrumentos de poder. Com base nesses discursos, a sociedade cria sua política de verdade (os discursos que serão considerados verdadeiros ou falsos, as técnicas e procedimentos que serão reconhecidos, o que será valorizado ou desvalorizado etc.). Dessa forma, o conceito de referencial advém do princípio de que os nossos dizeres têm uma filiação institucional baseada no funcionamento histórico da sociedade. São os domínios "em que os enunciados se ancoram para se situarem segundo o funcionamento histórico-social, especificamente o complexo de regulações, admissões, proibições, incentivos" (DIAS, 2018).

Já a pertinência enunciativa está relacionada às demandas do presente, que se constituem baseadas em relações de pertencimento. Nessa abordagem, o conceito de pertinência "não tem relação com a qualidade do que se enuncia".

¹ Guimarães (2018) ancora o conceito de político a partir de dois autores: Orlandi (1990), que o trata como confronto, e Rancière (1995), que o trata como desentendimento.

Segundo o autor, a pertinência ocorre quando somos evocados a interferir nas situações de comunicação de que participamos, seja para responder, negar, afirmar, contestar etc., isto é, “interferir enunciativamente nas situações que se nos apresentam” (2018, p. 102-103).

Para fazermos as análises das relações entre as mudanças sociais e institucionais ocorridas na pós-modernidade, escolhamos algumas construções nominais que representam essas mudanças. Em uma concepção enunciativa, parte-se do princípio de que os nomes condensam uma “história de enunciações” ou uma rede de enunciados descritivos, isto é, ancoram-se em “cenários de discursividades” (DIAS, 2018). Por exemplo, o nome *bullying* condensaria enunciados como: colega atormentando outro colega, pessoa sendo humilhada no trabalho, aluno constrangido pelo tratamento agressivo dos colegas².

É importante ressaltar que as abordagens formalistas de análise semântica se referem a essas construções nominais como sintagmas nominais, que serviriam para identificar referentes (indivíduos ou objetos do mundo), apoiando-se nas análises das propriedades dessas entidades. Em uma abordagem de bases enunciativas, entretanto, esse conceito não se mostra adequado. Por essa razão, Dias (2013a, 2013b, 2015, 2018) substituiu o conceito de sintagma nominal pelo de formação nominal, que se sustenta na visão enunciativa das formas linguísticas, levando em conta as razões sociais para a constituição de uma enunciação para se conseguir captar as relações entre o “já-enunciado” e as atualidades do dizer.

A título de exemplo, Dias (2013b) explica o uso enunciativo do adjetivo “antiga” na FN “antiga Rua da Floresta” (Campina Grande-PB), em que o adjetivo não indica uma qualificação, estado ou a aparência da rua, propriedades que seriam consideradas em uma abordagem formalista. O uso do adjetivo sinaliza uma resistência dos moradores da região a uma mudança do nome da rua, buscando marcar “uma historicidade específica da relação entre o sujeito e as instituições sociais, que se mostra [pertinente] na (re)incidência do gesto cotidiano do cidadão campinense ao (re)nomear a rua pela resistência” (DIAS, 2013b, p. 14). Observamos, assim, que a articulação entre *antiga* e *Rua da*

² Exemplo retirado do quadro 23 de Dias (2018, p. 119).

Floresta é de ordem enunciativa e não simplesmente sintática. Ela se torna pertinente quando ocorre a possibilidade de mudança do nome da rua e, ancorada em um referencial de resistência, manifesta uma oposição entre o nome antigo e o novo³.

Mostraremos, neste trabalho, que as FNs *democracia iliberal*, *coliving*, *MEI* e *IOA* são atravessadas por discursividades que marcam a relação entre referenciais históricos compartilhados e a atualidade do dizer em uma sociedade pós-moderna.

2 Pós-modernidade: fragmentação das identidades e modernidade líquida

Em "A identidade cultural na pós-modernidade", Stuart Hall (2005) defende a tese de que "as identidades modernas estão sendo 'descentradas', isto é, deslocadas ou fragmentadas" (p. 8). Segundo o autor, estaríamos passando por uma "crise de identidade", que fragmentaria as "paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos" (p. 9).

O autor ainda chama a atenção para o fato de que o mesmo indivíduo pode assumir várias identidades, que poderiam ser, inclusive, contraditórias (p. 12). Para exemplificar sua tese, Hall cita o caso da indicação de Clarence Thomas, um juiz conservador negro, por Bush para a Suprema Corte americana em 1991. Hall defende que Bush apostou na fragmentação das identidades para garantir uma maioria conservadora na Suprema Corte. Ele acreditava que os brancos votariam em Thomas, porque ele era conservador e os negros, que eram liberais, votariam nele por questões raciais.

Durante o julgamento, o juiz foi acusado de assédio sexual por uma mulher negra, o que deixou a questão das múltiplas identidades ainda mais

³ Essa perspectiva enunciativa explicaria não apenas as relações ocorridas no interior de uma unidade nominal complexa (como vimos em "antiga Rua da Floresta"), designada *relações internominais* por Dias, mas também as relações enunciativas que motivam a constituição de nomes (como vimos em "bullying"), denominadas relações subnominais, e as relações ocorridas entre um formante e uma unidade para formar outros nomes (como ocorre nos processos de derivação) e a articulação de duas unidades para forma outra (como ocorre nos processos de composição), que são nomeadas *relações intranominais* (DIAS, 2018).

complexa e mais evidente. A aposta de Bush funcionou, pois a fragmentação das identidades acabou fortalecendo o juiz, conforme se pode ver a seguir:

- **Homens negros:** dividiram-se, dependendo de qual fator predominava, o sexismo ou o liberalismo.
- **Homens brancos:** dividiram-se não apenas por causa das questões políticas, mas também dependendo da forma como se identificavam com as questões de sexo e raça.
- **Mulheres negras:** algumas o apoiavam, tomando como base a raça e outras o criticavam, tomando como referencial a identidade como mulher.
- **Mulheres brancas:** as conservadoras o apoiavam, não apenas por causa das questões políticas, mas também por causa da oposição ao feminismo. As progressistas se opunham a ele, tomando como base a questão sexual.

Segundo o autor, as causas desse descentramento identitário ocorreram devido a cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas que ocorreram na modernidade tardia ou que tiveram impacto nesse período. São eles: a reinterpretação dos escritos de Marx na década de 60, especialmente da afirmação de que os “homens fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas”; a teoria freudiana, que mostra que nossa identidade é formada por processos psíquicos e simbólicos do subconsciente e que nossa identidade está em processo de construção, rompendo com a ideia de unidade; os trabalhos de linguística de Saussure, que revelam que a língua é um sistema social, ou seja, falar uma língua é ativar significados já construídos socialmente; os estudos de Foucault sobre o “poder disciplinar”, que se manifesta através das instituições que vigiam a sociedade; e o impacto do feminismo para a quebra de paradigmas sobre a família, a sexualidade, o trabalho doméstico etc.

Outro ponto destacado pelo autor seria o deslocamento das identidades nacionais devido a uma complexa gama de processos que sintetizamos como globalização. Hall (2005) defende que a globalização poderia desencadear três movimentos: i) enfraquecer as identidades nacionais com a criação de identificações ‘globais’ (identidades partilhadas em todo o mundo); ii) reforçar as identidades étnicas como uma reação defensiva a essa fragmentação/apagamento e iii) a criação de identidades híbridas.

Como conclusão provisória, parece então que a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas, menos fixas, unificadas ou trans-históricas (HALL, 2005, p. 87)

Na mesma linha de Hall, Bauman (2001) também defende uma fragmentação da identidade na pós-modernidade, mas utiliza a metáfora da “modernidade líquida” para caracterizar o momento presente. Segundo o autor, os fluidos (qualidade de líquidos e gases) caracterizam-se por mudar sua forma quando são submetidos a algum tipo de tensão, diferentemente dos sólidos. Os líquidos preenchem o espaço por um determinado momento, “são fotos instantâneas, que precisam ser datadas” (p. 8). Aos fluidos associamos à ideia de leveza, ainda que possam ser mais pesados que muitos sólidos. Assim, as identidades na pós-modernidade seriam líquidas, visto que poderiam se modificar com muita facilidade ou mesmo, como vimos em Hall, poderiam apresentar uma construção múltipla e até com características que poderiam parecer antagônicas.

Segundo o autor, essa fluidez teria surgido com o derretimento dos sólidos (as instituições, que circunscreviam as ações-escolhas possíveis), dando lugar a “categorias zumbis” e instituições zumbis, que estariam mortas, mas ainda vivas, como a família. Como exemplo, cita que, com o divórcio, a maternidade e a paternidade foram transformadas e os avós ora são incluídos ora são excluídos das decisões dos filhos.

Além disso, conforme o autor, com uma liberdade maior de escolha,

estamos passando de uma era de 'grupos de referência' predeterminados a uma outra de 'comparação universal', em que o destino dos trabalhos de autoconstrução individual está endêmica e incuravelmente subdeterminado, não está dado de antemão e tende a sofrer numerosas e profundas mudanças antes que esses trabalhos alcancem seu único fim genuíno: o fim da vida do indivíduo (p. 14).

Ainda de acordo com Bauman (2001), “os poderes que liquefazem passaram do 'sistema' para a 'sociedade', da 'política' para as 'políticas de vida' ou desceram do nível 'macro' para o nível 'micro' do convívio social” (p. 14).

3 Metodologia

Foi utilizada a análise das redes enunciativas com as formações nominais *democracia iliberal*, *coliving*, *MEI* e *IOA (Atletas Olímpicos Independentes)*, e também de redes com outras FNs semelhantes a essas, o que permitiu uma comparação. Essas redes foram constituídas por textos/enunciados encontrados no Google por meio da realização de buscas dessas FNs.

As redes enunciativas são uma técnica de observação dos sentidos dos enunciados por meio da comparação entre construções linguísticas semelhantes e palavras iguais, que permite a percepção dos referenciais que sustentam a enunciação (DIAS, 2018). É justamente a partir da análise dos referenciais históricos dessas redes que foi possível observar como as mudanças sociais que emergiram com a fragmentação das identidades e com a liquidez das relações sociais ancoraram o surgimento dessas FNs e criaram as condições enunciativas para que elas ganhassem pertinência no presente da enunciação.

4 Análise dos dados

4.1 Democracia iliberal

Rede enunciativa 1: Democracia iliberal/liberal.

a) Viktor Orban, um dos seus principais representantes, chamou seu regime de “democracia iliberal”, ao estabelecer controle quase absoluto sobre as instituições do Estado húngaro. Conceito polêmico, muitos dizem que o adjetivo “iliberal” não combina com democracia.⁴

b) **Democracia iliberal** também chamada de **democracia parcial**, **democracia de baixa intensidade**, **democracia vazia**, **regime híbrido** ou

⁴AGGIO, Alberto. O espectro do iliberalismo. *Estadão*. São Paulo. 29 jun. 2019. Opinião. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/esp/aco-aberto,o-espectro-do-iliberalismo,70002894650>. Acesso em: 08 out. 2019.

democracia guiada, é um sistema de governo no qual, embora eleições ocorram, os cidadãos são afastados de exercer controle sobre as atividades daqueles que exercem poder real por conta da falta de liberdades civis, portanto, não é uma “sociedade aberta”. Existem muitos países “que são categorizados como nem ‘livres’ nem ‘não livres’, mas como ‘provavelmente livres’, situando-se entre os regimes democrático e não democrático”.⁵

c) No Ocidente (basicamente, Estados Unidos e Europa), o termo democracia liberal é quase uma redundância. Toma-se por certo que as eleições democráticas e a participação popular culminarão na ampliação de direitos. Tal conexão não ocorre, entretanto, de forma automática.⁶

Como podemos ver, no artigo publicado pelo Estadão, no texto (1a), a FN *democracia iliberal* aparece articulada com *Viktor Orbán* (político húngaro, conservador e de extrema direita, visto por muitos como um ditador), que, por sua vez, está relacionada ao enunciado “estabelecer controle quase absoluto sobre as instituições do Estado húngaro”. Ainda no recorte de (1a), afirma-se que o adjetivo *iliberal* aparece articulado com o enunciado “não combina com democracia”. Em (1b), a FN analisada aparece como sinônimo de “democracia parcial”, “de baixa intensidade”, “democracia vazia”, “regime híbrido”, “democracia guiada”, em que os países seriam “nem livres, nem não livres (provavelmente livres)”. No texto (1c), apresentamos uma FN oposta a *democracia iliberal*, que seria *democracia liberal*. No texto da revista Carta Capital, a FN *democracia liberal* recebe a predicação de “é quase uma redundância”.

Esse novo sistema político, que permitiu a criação da FN “democracia iliberal”, pode ser relacionado à metáfora da sociedade líquida proposta por Bauman (2001), pois o derretimento dos sólidos, no caso, do modelo de democracia, deu origem a uma categoria zumbi, que foi descrita como um “regime parcial”, “democracia híbrida” e até mesmo um regime em que as

⁵DEMOCRACIA ILIBERAL. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. In: *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_iliberal. Acesso em: 23 mar. 2020. Grifos do autor.

⁶ DONALD Trump e o risco da democracia iliberal. *Carta Capital*. 16 nov. 2016. Mundo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/donald-trump-e-o-risco-da-democracia-iliberal/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

peças "não são livres nem não livres". Assim, com o surgimento de governos eleitos democraticamente, mas que não respeitam as liberdades individuais, a articulação entre o substantivo *democracia* e o adjetivo *liberal* não é mais automática para grande parte da população. O convergente *liberal* deixou de fazer parte da memória discursiva de *democracia*⁷, passando a ser de uso necessário para marcar uma oposição ao novo conceito.

4.2 Coliving

Rede enunciativa 2: Coliving.

a) Novo estilo de moradia compartilhada, coliving é tendência em São Paulo. Apartamentos e escritórios compartilhados estão no centro das atenções de incorporadoras brasileiras. [...]

Os chamados colivings admitem o aluguel de uma mesma unidade para moradores que não se conhecem. São diferentes das repúblicas, que acomodam apenas estudantes. Mas há similaridades.⁸

b) A promessa de mobilidade do novo modelo de coliving foi um grande apelo. "Fazemos parte de uma geração mais nômade. Os territórios que a gente habita hoje são mais simbólicos", lembra o arquiteto Guto Requena. Ter menos

⁷ GUIMARÃES, J. R. (2017), ao tratar da relação entre democracia e marxismo, afirma que prevalece, nos textos de Marx, uma crítica ao modelo de democracia criada pelos liberais, visto que a democracia representativa seria insuficiente, não permitindo "a emancipação plena do indivíduo que deveria se ver livre também dos constrangimentos econômicos que o oprimiam e tolhiam o desenvolvimento integral de sua personalidade" (p.3). Nesse texto, podemos ver que as enunciações para a criação da FN *democracia liberal* já tinham sido construídas por Marx. Também nesse artigo, notam-se as mais diversas perspectivas que *democracia* recebeu nos estudos marxistas, são elas: democracia liberal, democracia representativa liberal, social-democracia, democracia socialista, democracia direta, democracia representativa. Essas diferentes adjetivações do termo nos mostram que a FN *democracia liberal*, provavelmente, já tenha sido usada antes do surgimento de *democracia iliberal*. Contudo, como o próprio autor afirma "a ausência de uma alternativa à democracia liberal que desfrutasse de credibilidade alimentou a condição paradigmática desta, elevação à condição de modelo reconhecidamente limitado mas único e universalmente factível para a democracia" (p. 10), o que nos permite pensar que a memória discursiva de *democracia* passou a incluir *liberal* devido à ausência de uma alternativa à altura, ainda que, entre os estudiosos do tema, o conceito e as subdivisões de *democracia* fossem amplamente debatidos. A FN *democracia liberal* e suas concorrentes ou co-ocorrentes merecem um estudo mais detalhado.

⁸ MARRA, Renan. Novo estilo de moradia compartilhada, coliving é tendência em São Paulo. *Folha de S. Paulo*. 25 nov. 2018. Morar. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2018/11/1984613-novo-estilo-de-moradia-compartilhada-coliving-e-tendencia-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 08 out. 2019.

objetos, menos vínculos, virou um passaporte para reinventar a vida, que pode ser programada a curto prazo.⁹

Vejamos as FNs e os enunciados que se articulam com *coliving*, na rede enunciativa 2: (2a) tendência, novo estilo de moradia compartilhada, são diferentes das repúblicas; (2b) promessa de mobilidade; novo modelo; geração mais nômade; ter menos objetos, menos vínculos; a vida, que pode ser programada a curto prazo.

Esse novo “estilo” ou “tendência” de viver em moradias compartilhadas, que muitas vezes já vêm mobiliadas e cujos contratos de aluguel são facilitados e incluem internet, TV a cabo, academia e até mesmo coworking, facilita a vida daqueles que querem viver de forma leve, deslocar-se facilmente e cuja vida é programada a curto prazo. A venda desse estilo de vida é uma das características da liquidez social. De acordo com Bauman (2001), nós estamos vivendo uma cultura indiferente à eternidade e que evita a durabilidade. “O corpo esguio e adequação ao movimento, roupa leve e tênis, telefones celulares (inventados para o uso dos nômades que têm que estar ‘constantemente em contato’), pertences portáteis ou descartáveis – são os principais objetos da instantaneidade” (p. 149).

Fixar-se ao solo não é tão importante se o solo pode ser alcançado e abandonado à vontade, imediatamente ou em pouquíssimo tempo. Por outro lado, fixar-se muito fortemente, sobrecarregando os laços com compromissos mutuamente vinculantes, pode ser positivamente prejudicial, dadas as novas oportunidades que surgem em outros lugares (BAUMAN, 2001, p. 21).

Bauman também lembra que o que é menor e mais leve é visto agora como sinônimo de progresso. Não é coincidência que *coliving* aparece articulado com *tendência* no jornal *Folha de S. Paulo*, em (2a), e com *promessa de mobilidade* na revista *Casa e Jardim*, em (2b), ancorada no referencial histórico

⁹GONÇALVES, Maria Beatriz. Coliving: conheça quatro moradias compartilhadas. *Casa e Jardim*. 28 jan. 2018. Estilo. Disponível em: <https://revistacasaejardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Decoracao/Estilo/noticia/2018/01/coliving-conheca-tres-moradias-compartilhadas.html>. Acesso em 08 out. 2019.

de progresso¹⁰. Para reforçar o vínculo com o progresso, é necessário distanciar-se de outros referenciais, como o da pobreza, referencial de outros tipos de moradia compartilhada que já existiram, como o cortiço, e também o da economia (no sentido de “escassez de recursos” e não no sentido de “racionalização de gastos”, que é, de fato, explorado na FN em outros textos), que ancora as enunciações sobre as residências compartilhadas estudantis, conhecidas como repúblicas. Sobre esta última, em (2a), esclarece-se que o coliving é “diferente das repúblicas”, embora reconheça que há similaridades (as quais são silenciadas na matéria). Nos textos, busca-se afastar uma memória discursiva sobre outros tipos de moradias compartilhadas e criar novos discursos sobre esse “novo” tipo de moradia, inclusive com o uso de um nome em língua inglesa, que é uma forma de trazer glamour, haja vista que a língua inglesa tem mais prestígio na sociedade brasileira e, por conseguinte, teria mais aceitação entre os membros da classe média, provável público-alvo dos textos apresentados.

A pós-modernidade permitiu não somente a criação de discursos que possibilitaram as enunciações que se condensaram na FN *coliving*, mas de outras que têm como base o compartilhamento. São elas:

Rede enunciativa 3: FNs que remetem a compartilhamento com referencial de progresso.

coliving	moradias compartilhadas
coworking	escritórios compartilhados

¹⁰ A palavra *progresso* vem do latim *progressus* e significa “ato de progredir, avançar”. Nesse sentido, podemos entender que o que surge depois é melhor do que o que existia antes. Entretanto, nas ciências humanas, a palavra progresso, atualmente, é ambígua. Sobre a oposição antigo/moderno, Le Goff (1990) afirma que, no final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, o antigo era sinônimo de superado e o moderno, de progressista. Essa ideia de progresso se fortaleceu no século XIX e no início do século XX. Não obstante, os fracassos do marxismo, os campos de concentração do regime nazista e a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial fizeram os teóricos questionar essa ideia de progresso. Para o autor, “a crença num progresso linear, contínuo, irreversível, que se desenvolve segundo um modelo em todas as sociedades, já quase não existe” (p. 15). Ainda segundo o autor, uma concepção positiva de progresso ainda é mantida na biologia. Embora concorde com Le Goff de que a ideia positiva de progresso seja questionada atualmente, penso que, na memória discursiva, as pessoas ainda acreditam que o novo é melhor do que o antigo. Podemos ver esse comportamento, principalmente, em relação à tecnologia, quando as pessoas trocam seus celulares ainda novos por um modelo que acabou de ser lançado com a crença de que o modelo novo vai trazer melhoramentos tecnológicos.

coparticipação	pagamento compartilhado
	bicicletas compartilhadas
	patinetes compartilhados
	carros elétricos compartilhados

A rede enunciativa 3 nos permite reconhecer que outras FNs com sentido semelhante ao de *coliving* já circulam entre nós e adquirem cada vez mais pertinência enunciativa.

A FN *coworking* já se torna pertinente em vários textos, como o que segue:

“Coworking é uma nova forma de pensar o ambiente de trabalho. Seguindo as tendências do freelancing e das start-ups, os coworkings reúnem diariamente milhares de pessoas a fim de trabalhar em um ambiente inspirador¹¹”.

Nesse texto, que explica a FN *coworking* e promove essa nova forma de organização do espaço de trabalho, observamos que a FN também está ancorada no referencial de progresso pela articulação com “nova forma de pensar o ambiente de trabalho” e “seguindo as tendências [...] das start-ups”. Como as start-ups são modelos de empresas que surgiram no final do século XX, ou seja, são relativamente novas, e que buscam aprimorar um modelo de negócio (normalmente relacionado à tecnologia) que pode ser repetido nas mesmas condições, ao associar *start-ups* a *coworking*, pode-se inferir que esta FN teria o mesmo referencial de progresso daquela.

A FN *coparticipação* também apresenta o referencial de progresso e é articulada, principalmente, com *planos de saúde*. Vejamos uma rede enunciativa dessa FN:

Rede enunciativa 4: Coparticipação.

a) O plano de saúde com coparticipação pode ser uma alternativa para quem deseja ter serviços médicos, sem pagar muito. A diferença é que, com

¹¹ O QUE é coworking? Disponível em: <https://coworkingbrasil.org/como-funciona-coworking/>. Acesso em 23 mar. 2020.

coparticipação, o usuário paga, além da mensalidade, por cada serviço utilizado¹².

b) Estudo da Mercer Marsh Benefícios mostra que nos últimos cinco anos o percentual de empresas que usam o sistema de coparticipação subiu de 51% para 74%¹³.

A FN *coparticipação* está cada vez mais presente na vida dos trabalhadores brasileiros e, por essa razão, poderia ser relacionada ao referencial de progresso. Em (4b), por exemplo, observamos um aumento da adoção desse sistema pelas empresas. Além disso, vemos, em (4a), que a FN está articulada com o enunciado “sem pagar muito”, o que também a relaciona ao referencial de economia (no sentido de “racionalização de gastos”). Assim como ocorreu com a FN *democracia iliberal*, as enunciações que permitiram a articulação de *plano de saúde* ao convergente *com coparticipação* tornaram pertinente o uso da FN *plano de saúde sem coparticipação* (que era o único modelo vigente) como oposição ao novo modelo adotado.

Não obstante, por trás das aparentes vantagens apresentadas pelas FNs nesses textos, escondem-se as falácias do sistema capitalista, pois, ao apresentar novos modelos de compartilhamento de ambientes de trabalho, de casas e de contas (no caso dos planos de saúde), que permitiriam as pessoas economizar, ter uma vida mais sustentável e ter um ambiente de trabalho mais criativo, como preconizam os textos apresentados, não se revelam os referenciais negativos que perpassam essas FNs, como: as pessoas terão, em um futuro próximo, que compartilhar, pois não terão dinheiro/financiamento para comprar, no caso das residências (e de outros bens, como bicicletas, carros elétricos, patinetes etc.), ou alugar um local de trabalho sozinhas. Quanto aos planos de saúde, a falácia é ainda maior, pois, quando ficarem doentes, ou seja, quando realmente precisarem de um plano de saúde, poderão descobrir que não

¹² PLANO de saúde com coparticipação: como funciona? Disponível em: <https://financeone.com.br/plano-de-saude-com-coparticipacao-como-funciona/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

¹³ ALMEIDA, Marília. Trabalhador paga em média 24% pela coparticipação do plano de saúde. *Exame*. 15 ago. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/trabalhador-paga-em-media-24-na-coparticipacao-do-plano-de-saude/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

têm como pagar o plano, que, em princípio, seria mais barato do que o plano sem coparticipação, mas, com a inclusão de todas as taxas, os valores podem ser muito elevados. Como esse tipo de plano é, provavelmente, mais rentável (já que a operadora divide as contas com os usuários), esse modelo está sendo disseminado entre as empresas, como atesta (4b), e, em breve, talvez nem exista mais o outro modelo.

4.3 MEI

Rede enunciativa 5: MEI.

a) Portal do Empreendedor – MEI

Ao abrir sua empresa, você MEI terá cidadania empresarial: CNPJ, direitos e benefícios. Formalize-se¹⁴.

b) Microempreendedor Individual – MEI

O Microempreendedor Individual ou MEI é um profissional liberal que trabalha por conta própria e possui obrigações mais simplificadas dentre os outros formatos de empresas existentes. Mesmo sendo um sistema que possui suas facilidades, muitas dúvidas podem surgir, e foi pensando nisso que o Qipu surgiu, para auxiliar estes empreendedores a crescer ainda mais com os seus negócios¹⁵.

c) Microempreendedor individual (MEI), no Brasil, é o empresário individual a que se refere o artigo 966 do Código Civil Brasileiro. [...]

O MEI trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário, desde que fature no máximo 81 mil reais por ano, não tenha participação em outra empresa como sócio, administrador ou titular e tenha no máximo um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria¹⁶.

Articulado com as FNs *profissional liberal*, em (5b), e *empresário individual*, em (5c), essa nova categoria, que, na maioria dos casos, não

¹⁴ PORTAL do empreendedor. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em 09 out. 2019.

¹⁵ QIPU. Disponível em: <https://www.qipu.com.br/mei/>. Acesso em 09 out. 2019.

¹⁶ MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. In: *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Microempreendedor_individual. Acesso em 24 mar. 2020.

emprega nenhum funcionário (não se configurando como patrão) e não é funcionário de uma empresa (é o proprietário), pode ser analisada como outra categoria zumbi que surgiu no Brasil recentemente para tirar da informalidade um grande contingente de trabalhadores que, sem emprego, trabalham por conta própria.

O Estado mostra uma preocupação com a informalidade, ao criar um nome para essa categoria e fazer propaganda para que os profissionais adiram a essa proposta, como podemos ver nos enunciados em (5a): *Formalize-se* e em *Ao abrir sua empresa, você MEI terá cidadania empresarial: CNPJ, direitos e benefícios*. Assim, partindo de um referencial de legalização do trabalho, a FN *MEI* torna-se pertinente em enunciados de propagandas, como (5a) e (5b), e, também, em verbetes explicativos, como (5c).

Entretanto, se o trabalho informal existe há bastante tempo, por que o Estado resolveu se preocupar com a regularização da situação laboral (e jurídica) desses trabalhadores nesse momento? Provavelmente, a FN *MEI* condensou várias enunciações que já faziam parte da memória discursiva dos brasileiros sobre os trabalhadores informais, como a falta de contribuição para o INSS dessas pessoas (e o conseqüente rombo que isso poderia gerar, no futuro, nas contas do governo) e a falta de seguridade social para esses cidadãos, como salário-maternidade, auxílio-doença e pensão por morte para a família. Além dessas questões, outras também se colocavam naquele momento em que o texto era discutido. Embora estivéssemos sob um governo de esquerda, as mudanças trabalhistas ocorridas em vários países do mundo sinalizavam uma nova forma de organizar o trabalho e havia um vislumbre, principalmente dos partidos de direita, que propuseram o projeto de lei¹⁷, de que essas formas teriam reflexos no Brasil.

Com a precarização crescente do trabalho, devido, em grande medida, à modificação das leis trabalhistas, com a aprovação da Lei 13.467/17, cada vez mais trabalhadores da classe média foram incluídos nessa categoria e essa

¹⁷ Antônio Carlos de Mendes Thame é o autor do projeto de lei que resultou na aprovação da Lei Complementar 128/2008 que criou a categoria de MEI. No ano da aprovação do projeto, o autor tinha um mandato de deputado federal e era filiado ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

FN tornou-se mais pertinente na atualidade¹⁸. O surgimento dos motoristas de aplicativos, já inseridos na lista de profissões que podem ser MEI, em 2019, e a ampliação dos serviços de entrega confirmam uma uberização da economia, também chamada de “economia dos bicos” ou *Gig Economy*, oficialmente legalizada com a criação da FN.

4.4 IOA

Rede enunciativa 6: IOA.

a) Os Atletas Olímpicos Independentes são esportistas que não podem representar seus países na Olimpíada, geralmente por causa de sanções internacionais. Esse ano, o evento reúne nove pessoas, que competem na esgrima, no tiro e na natação. Mas vem cá... Se esses atletas não competem por país nenhum, o que acontece quando eles ganham medalhas? Que hino toca? Que bandeira é erguida? Eles podem homenagear seus países de algum jeito?¹⁹

b) Atletas olímpicos “sem pátria” podem competir sob bandeira olímpica.²⁰

c) O Comitê Olímpico Internacional (COI) confirmou nesta quinta-feira que será montado um time de refugiados para os Jogos de 2016, no Rio. A discussão sobre atletas competirem de forma independente, sem representar uma nação específica, ganhou força com os fluxos migratórios de Síria e Iraque, países mergulhados em Guerra Civil e sob ameaça do Estado Islâmico. O procedimento, contudo, não é inédito²¹.

¹⁸ De acordo com o Portal do Empreendedor (*apud* ALVARENGA), em 2009, havia 44.188 trabalhadores inscritos como MEI. Dez anos após a criação da lei, esse número saltou para mais de oito milhões de inscritos. Alvarenga (2019) afirma que “o programa foi lançado para incentivar a formalização de pequenos negócios e de trabalhadores autônomos como vendedores, doceiros, manicures, cabeleireiros e eletricitas, entre outros, a um baixo custo. Mas, com a crise do mercado de trabalho e aumento do trabalho por conta própria, tem se transformado também em opção de ocupação temporária, de ‘bico’ ou do chamado ‘empreendedorismo por necessidade’”.

¹⁹D'ANGELO, Helo. O que acontece quando um atleta independente ganha medalhas na Olimpíada? *Superinteressante*. Sociedade. 31 out. 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/o-que-acontece-quando-um-atleta-independente-ganha-medalhas-na-olimpiada/>. Acesso em 09 out. 2019.

²⁰ MENDES, Nathália. Atletas olímpicos “sem pátria” podem competir sob bandeira olímpica. EBC. 18 dez. 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/esportes/2015/12/atletas-olimpicos-podem-competir-de-maneira-independente-sob-bandeira-olimpica>. Acesso em 09 out. 2019.

²¹ MELLO, Bernardo. COI já permitiu 67 atletas independentes em Olimpíadas. *O Globo*. 04 mar.

A FN *Atletas Olímpicos Independentes* ou IOA surge da necessidade de se nomear atletas cujos países receberam alguma sanção ou que tiveram que emigrar devido às guerras (atletas da Síria e do Iraque, por exemplo) ou devido às novas configurações geopolíticas, como é o caso da Macedônia que, em 1992, tinha acabado de se tornar um país independente da Iugoslávia. Esse referencial histórico geopolítico criou as condições enunciativas para o surgimento da FN em 1992 e outros eventos históricos a atualizam e a tornam pertinente ainda hoje por meio da articulação com FNs e enunciados, como, “são esportistas que não podem representar seus países na Olimpíada” e “Se esses atletas não competem por país nenhum, o que acontece quando eles ganham medalhas?”, em (7a); “ ‘sem pátria’”, (7b); e “sem representar uma nação específica”, (7c).

Os Atletas Olímpicos Independentes surgem em um momento de enfraquecimento dos estados nacionais ou do fortalecimento da globalização e o COI (Comitê Olímpico Internacional), uma entidade transnacional, permite que esses atletas participem dos Jogos Olímpicos representados pelos símbolos da Olimpíada, ou seja, sob a bandeira e hino olímpicos, criando uma identidade mais global para esses atletas, que, em alguns casos, têm uma relação forte com seus símbolos nacionais (quando seu país sofreu alguma sanção do COI), mas foram impedidos de usar os símbolos que representam seu país. Em outros casos, quando o país já não existe, devido às mudanças geopolíticas, essa perda de identidade se mostra ainda mais acentuada, já que o atleta tem o sentimento de pertencimento, mas não tem mais os símbolos que o representam. Como vimos na seção 3, Bauman (2001) e Hall (2005) defendem que a globalização ajudou a enfraquecer as identidades nacionais com a criação de identificações ‘globais’. Esses atletas de países diferentes e que estão na condição de “sem pátria” por razões diferentes, encontram-se unidos pelo esporte e pelos Jogos Olímpicos, ambos construídos como símbolos globais, e são submetidos também à mesma bandeira e hinos, o que fragmenta suas identidades nacionais, mas contribui para a criação de uma identidade global.

2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/coi-ja-permitiu-67-atletas-independentes-em-olimpiadas-18800862>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Considerações finais

Como vimos, as relações sociais que emergiram na pós-modernidade, com a fragmentação da identidade dos indivíduos e das instituições, geraram as condições enunciativas para a criação das formações nominais *democracia iliberal*, *coliving*, *MEI* e *IOA (Atletas Olímpicos Independentes)*. Essas FNs, mais do que conceitos, representam mudanças profundas no sistema político, no caso da FN *democracia iliberal*; na sociedade, com as mudanças nas formas de organização dos ambientes de moradia, por meio da FN *coliving*; no trabalho, como mostra a FN *MEI* e, no quadro geopolítico mundial, representada pela FN *IOA*. A análise dessas FNs corrobora a relação entre enunciação e sociedade e retrata mudanças de paradigmas, que criam enunciações sobre essas transformações. Essas, por sua vez, condensam-se em nomes, que, ancorados pelos referenciais históricos que permitiram as mudanças, atualizam-se em novos enunciados, tornando-se cada vez mais pertinentes socialmente.

Referências bibliográficas

ALVARENGA, Darlan. País já tem 8,1 milhões de microempreendedores formais. *Portal G1*. Economia. 03 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/03/pais-ja-tem-81-milhoes-de-microempreendedores-formais-veja-atividades-em-alta-entre-meis.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

DIAS, L. F. . A "linguagem cidadã" em questão: uma abordagem enunciativa. In: BRESSANIN, Joelma Aparecida; [et al.] (Org.). *Linguagem e interpretação: a institucionalização dos dizeres na história*. Campinas: Editora RG, 2013a, p. 211-222.

DIAS, L. F. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22, jan-jun, 2013b.

DIAS, L. F. Acontecimento enunciativo e formação sintática. *Revista Língua e instrumentos linguísticos*. N. 35. Campinas: Projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil, p. 99-138, jan-jun, 2015.

DIAS, L. F. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1971.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas/SP: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, J. R.. Democracia e marxismo: crítica à razão liberal. *23 Encontro Anual da Anpocs*. 1999. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/23-encontro-anual-da-anpocs/gt-21/gt19-17/5017-jguimaraes-marxismo/file>. Acesso em: 30 mar. 2020.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 12ª edição. Campinas/SP: Pontes Editores, 2015.

REFUGIADO: SENTIDOS CONSTITUTIVOS DE UMA PALAVRA

Giseli Veronêz da Silva¹ - UNEMAT/CAPEL

Taisir Mahmudo Karim² - UNEMAT

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, inscrita no domínio teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2005, 2018), tem como objetivo desenvolver um estudo semântico enunciativo das relações designativas da palavra *refugiado*, em um *corpus* constituído de textos de dicionários e também de textos publicados na internet. As análises serão desenvolvidas a partir de uma base teórico-metodológica que leva em consideração os estudos enunciativos, como centro de discussão sobre a relação da linguagem com as coisas, o mundo e o real. Partimos do verbete apresentado em dois dicionários. No entanto, procuramos trazer neste trabalho recortes extraídos de reportagens da web que trazem a expressão refugiado para vermos a relação semântica apresentada a partir de cada enunciado definidor presente no dicionário.

O viés teórico no qual este trabalho se ancora é a Semântica do Acontecimento (2002, 2005, 2018). Estabelecida como “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2005, p. 7). É o “[...] lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia” (GUIMARÃES, 2010, p. 85). Esta teoria faz os devidos deslocamentos, se filiando com a Semântica Argumentativa de Ducrot (1988), enunciativa por Benveniste (1970), bem como um diálogo em alguns pontos com a Análise de Discurso de Linha Francesa para mostrar que a enunciação tem uma determinação social e histórica.

¹ Mestra em Linguística e aluna do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado – UNEMAT. giseli.veronez@unemat.br

² Professor Doutor, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado – UNEMAT. tairsir@unemat.br

Atualmente o tema *refugiado* se tornou um assunto muito discutido por diversos meios de comunicação. Estamos em uma era de fluxos migratórios devido à grandes acontecimentos que marcaram, nos últimos tempos, a história da humanidade. Os efeitos desse processo de migração de deve porque em parte essas “migrações voluntárias” estão aumentando muito, pois, as pessoas sabem que do outro lado da fronteira ou mesmo dentro de seus países (deslocamentos internos) existe um lugar melhor para viver. Dentre este contexto, pensar a palavra apenas como um adjetivo nos prende a um restrito domínio semântico de significação. Pois, a palavra *refugiado*, nos últimos tempos, ganhou uma categoria de *status* do sujeito.

Deste modo, o dicionário será utilizado não apenas como uma ferramenta de normas e usos da língua, mas como um campo de significação inicial que nos permite pensar os sentidos que a palavra produz em diferentes enunciados. Assim,

O dicionário para nós é muito mais que um construto teórico concebido que apenas descreveria o conjunto lexical de uma língua. Ele tem um papel crucial na predicação e circulação de dizeres significativos que se projetam em um espaço-tempo. Consideramos, portanto, que observar os modos de organização e estruturação dos dicionários, é perceber como tais instrumentos produzem uma injunção aos modos de significar, seja pela normatização do idioma, seja na criação de referências de uma língua nacional (CONTIERO, 2015 , p. 66).

De acordo com o ACNUR (Agência da ONU para Refugiados no Brasil), refugiado é um termo que surgiu para se referir às pessoas que não podem confiar nos seus governos para garantir seus direitos básicos e sua segurança; e nomeia assim, todos aqueles que por motivos de perseguição, desordem pública, guerra civil, fome, desastres naturais ou degradação ambiental, são obrigados a deixar sua terra natal em busca de refúgio em outros países. As duas grandes guerras mundiais não foram os únicos, mas foram os principais acontecimentos geradores de muitos deslocamentos. Nesse contexto das guerras mundiais surge as Nações Unidas com um papel importante nas políticas de acolhimento:

O sofrimento inenarrável vivenciado por milhões de criaturas humanas que sobreviveram à grande catástrofe do século XX – a Segunda Guerra Mundial (que ceifou a vida de 50 milhões de pessoas) – levou as Nações Unidas a elaborarem a Convenção que regula a situação jurídica dos refugiados aprovada pela Assembléia geral da ONU em 28 de julho de 1951, vigendo a partir de 21 de abril de 1954 (DOLINGER, 2008, p. 248).

De acordo com o Estatuto dos refugiados adotado pela Conferência das Nações Unidas realizado em Genebra com a convenção de 1951, o termo *refugiado* é definido como aquele que temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social, ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade.

A definição de *refugiado* se distingue de outras situações, por exemplo, de **emigrante econômico**, pois o indivíduo sai de seu país de origem por vontade própria, em busca de melhores condições de vida e se, por ventura, voltar ao país de origem, este poderá lhe oferecer ajuda para reintegração social. Também deve ser distinguido do *refugiado* o **apátrida**, que se designará pelo Estatuto do Apátrida, assinado em 1954 em Nova York e define apátrida como “toda a pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional” (ONU, 1954, p. 1).

Distingue-se também *refugiado* de **asilado**, na qual a diferença pode ser embasada na Declaração sobre Asilo Territorial, assinada em 1967, que prevê que:

1. Todo homem vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas (ONU, 1967, p. 1).

Existe também a categoria de **deslocados internos**, definida como pessoas deslocadas dentro de seu próprio país pelas mesmas razões que os *refugiados*. Entretanto, por não existir nenhum órgão responsável pela proteção destas pessoas, para que estas recebam ajuda igual aos dos *refugiados*, é necessário que a pessoa ou grupo apresentem as condições necessárias e o reconhecimento e consentimento por parte do governo do país. (ACNUR, 2000, p.3).

Assim, no que diz respeito ao modo como refugiado é designado em documentos oficiais, a palavra é determinada por outras expressões que se encontram em uma relação de oposição ao sentido dado à palavra, ou seja, refugiado significa isso porque não pode significar a outra coisa. Deste modo, parte em nós um questionamento. Se por um lado, o dicionário é entendido como um instrumento linguístico que apresenta ao público uma compreensão da língua na sua relação social e histórica, como a expressão linguística *refugiado* é apresentada no século XXI por dicionários reconhecidos da língua portuguesa. Nessa direção Nunes (2006) considera que o verbete é o resultado “uma imagem da sociedade, imagem construída, parcial, que produz identificações e silenciamentos e que se projeta em um espaço-tempo.” (NUNES, 2006, p.16)

Em *Semântica do Acontecimento* (2002), Guimarães redefine o campo da enunciação introduzindo, além da língua e do sujeito, a temporalidade e o real: a temporalidade se constitui por um passado, cujo sentido constitui a formulação (o presente), projetando uma futuridade; e o real “não se trata do contexto, da situação, tal como pensada na pragmática, mas trata-se de uma materialidade histórica do real”, isto é, aquilo de que a linguagem fala, o “mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, 2002, p. 11).

Na relação entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas (tal como a palavra que propomos analisar), as formas linguísticas – palavras, enunciados, expressões produzem uma *designação*, entendida como uma relação linguística exposta ao real e tomada na história. A designação assim entendida corresponde à significação de um nome no acontecimento enunciativo em que ele aparece. Ao tomar enunciados que estão disponíveis em sites da internet, com o objetivo de apresentar como a palavra funciona em diferentes enunciados, defendemos que a internet é uma “instância propulsora de acontecimentos enunciativos/discursivos” (GALLO, 2011, p. 255), em que a relação de sentidos que se enlaçam fazem com que novas textualidades signifiquem, à medida que ela, em sua especificidade “é lugar de acontecimentos próprios”, “um espaço que temporaliza o sentido de forma própria e inédita” (idem).

Especificamente com relação ao acontecimento enunciativo, nesses enunciados, entendemos que há outra temporalidade, relativa à textualidade.

Nessa perspectiva, na rede, há um deslocamento de sentidos, outras memórias, outra futuridade. Sendo assim, pode-se afirmar que há outras textualidades na organização do que é formulado para funcionar, circular, na rede; há, assim, outros modos de constituição dos textos da internet.

A questão da significação, dentro de nossa perspectiva teórica, considera que o sentido de uma palavra, de um enunciado, deve ser compreendido além da materialidade textual e linguística, já que consideramos que a questão semântica não está circunscrita somente a estas relações. O estudo do sentido de uma palavra, de acordo com a forma como pensamos a produção do sentido, deve incluir seu caráter histórico; a exterioridade. Para tanto, apresentamos a análise.

1. Refugiado em dicionários: Sentidos constitutivos de uma palavra

Nas palavras de Jean Dubois (1973 *apud* ZATTAR, 2013, p. 316), definição

é a análise semântica da palavra de entrada. Consta de uma série de paráfrases sinonímicas da palavra de entrada, constituindo cada paráfrase, distinta das outras, um sentido ou, na terminologia lexicográfica, uma acepção. As definições (ou sentidos), distinguidas uma das outras por números, travessões, barras, etc., sucedem-se segundo uma relação histórica ou lógica (DUBOIS, 1973, *apud* ZATTAR, 2013, p. 316).

A seguir veremos como a definição do verbete Refugiado foi se constituindo em Dicionários de Língua Portuguesa no século XXI. “*Definição* aqui são todos os predicados da palavra-entrada, sem distinção. Assim, a definição é o conjunto de tudo o que se diz sobre a palavra entrada” (OLIVEIRA, 2006, p.37).

Para iniciar nossa discussão sobre a definição da palavra *Refugiado*, em dicionários de Língua Portuguesa vamos apresentar primeiramente as definições de António Houaiss de 2008 e posteriormente de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira 2009. Assim temos:

1.1 RECORTE A: Dicionário de Língua Portuguesa Houaiss – António Houaiss (2008)

REFUGIADO. Adj. (s.m.) 1 exilado: desterrado, expatriado repatriado. 2 foragido: asilado, homiziado.

O dicionário de Houaiss foi publicado em 2001 pelo Instituto António Houaiss de Lexicografia. Tem por objetivo ser o mais completo dicionário da língua portuguesa, deste modo, em sua composição apresenta a raiz etimológica das palavras. De acordo com Oliveira (2006), no ano de 2002, o Dicionário Houaiss publica uma versão lusitana, tornando-se “o primeiro monolíngue brasileiro adaptado para o público português” (OLIVEIRA, 2006, p. 91).

No dicionário Houaiss, na edição de 2008, observamos que apresenta dois enunciados definidores. Sendo o primeiro, que aborda a questão do exilado, que neste caso reescreve por elipse o significado de desterrado, expatriado e repatriado.

[...] podemos dizer que o procedimento de reescrituração consiste em se redizer o que já foi dito. Ou seja, uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração). E nessa medida a reescrituração é um procedimento que coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido pelo acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2009, p. 53).

Por se tratar de um adjetivo, como mostra na sequência da palavra entrada, podemos dizer que exilado é trabalhado com uma situação de sinonímia e que caracteriza refugiado. Deste modo, o sentido de exilado para este enunciado retoma o memorável dos documentos como a convenção de 1951 sobre a proteção aos direitos dos refugiados no mundo, por se tratar de pessoas que foram obrigadas a se abrigarem em outro país por perseguições políticas, religiosas ou outras.

No entanto, o dicionário apresenta um segundo enunciado definidor que mostra o sentido de foragido. Neste segundo caso temos uma reescrituração por expansão no enunciado *Foragido: asilado e homiziado*. Deste modo, o segundo sentido atribuído a palavra *refugiado* é de pessoa que foge da justiça ou de pessoa que busca esconder-se de seus crimes.

Vejamos que as duas definições apresentam uma relação de antonímia em relação uma com a outra. No entanto, podemos considerar que essas duas definições que se opõem ao recortar um passado que historicamente determina o sentido dado à palavra, determinam o sentido de *refugiado* no século XXI. Deste modo, “não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constituída do sentido do texto” (GUIMARÃES, 2002, p.7).

Assim, podemos apresentar os seguintes exemplos:

1º enunciado definidor: **exilado: desterrado, expatriado repatriado**

A) “Todos os dias, centenas de venezuelanos procuram **exílio** no Brasil fugindo, principalmente, da fome. **Refugiados**, eles encontram nas mais diversas cidades brasileiras abrigo para sobreviver e tentar mudar seus destinos”. (GCN.net.br. Acesso 03/08/2019)

2º enunciado definidor: **foragido: asilado, homiziado.**

B) “A **Lava-Jato** do Rio está próxima de fechar o cerco a uma extensa lista de **foragidos**, mas ainda tem como desafio prender um pequeno grupo de empresários e doleiros acusados de crimes como lavagem de dinheiro, evasão de divisas e contra o sistema financeiro. Da nova relação, só há certeza sobre o paradeiro de três deles: Rei Arthur, empresário que o governo americano reconheceu estar em seu território e negocia sua delação premiada; Lavouras e Felipe Paiva, dono do Esch Café, ambos **refugiados em Portugal** por terem cidadania lusitana”. (O Globo. Acesso: 01/08/2019)

Deste modo, os dois recortes acima nos permitem olhar para o sentido da palavra *refugiado* em seus diferentes aspectos. Isso nos mostra que no século XXI há um processo de mudança no que diz respeito ao processo de constituição dos sentidos das palavras nos dicionários de língua portuguesa. Nessa direção, isso acontece porque o dicionário é considerado uma ferramenta normativa que apresenta, de modo breve, os sentidos que são dados a palavra em um determinado período na sociedade.

Para mostrar a relação de antonímia observada nos dois enunciados definidores da palavra entrada *refugiado*, apresentamos outro recorte jornalístico que opõe o sentido de refugiado com foragido da justiça. Vejamos:

C) “A ministra boliviana da Comunicação, Amanda Dávila, disse no sábado (24) que se Pinto não estivesse mais na Bolívia, "seu status mudou de **refugiado** para **foragido da Justiça**, sujeito à extradição". (G1.com. Acesso: 03/08/2019)

Conforme o recorte acima, observamos o enunciado dito pela ministra “seu status mudou de refugiado para foragido da justiça, sujeito à extradição”, há um memorável dado ao sentido da palavra refugiado. Pois, na temporalidade específica deste enunciado, quem diz recorta um passado de já ditos que significam refugiados como pessoas protegidas pelas nações unidas (ONU), e se opõe há criminosos.

Para a Semântica do Acontecimento o texto é definido como “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento da enunciação” (Idem, 2011, p. 19). O texto integra enunciados através de uma relação transversal. As predicções constituem *determinações* semânticas da palavra e juntas compõem o seu Domínio Semântico de Determinação (DSD). É pela configuração do DSD que chegamos à designação da palavra. Guimarães (2007, p.81) define o DSD como “análise de uma palavra (...) deve ser capaz de explicar o funcionamento de um sentido da palavra no corpus especificado (um texto, um conjunto de textos, etc.)”.

Assim, conforme Guimarães (ibidem, p. 80-81), o DSD tem uma escrita própria, alguns sinais específicos. São eles: \vdash ou \dashv ou \top ou \perp que significam determina (x determina y); um traço como (—) significa sinonímia e um traço dividindo um domínio (_____) significa antonímia.

Conforme a explicação acima, apresentamos o domínio semântico de determinação (DSD) do dicionário de Houaiss (2008), sobre a expressão linguística *refugiado*.



Onde se lê Refugiado é determinado por exilado: desterrado, expatriado repatriado e foragido: asilado, homiziado. exilado: desterrado, expatriado repatriado apresenta uma relação de antonímia com foragido: asilado, homiziado.

1.2 RECORTE B: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa – Aurélio Buarque de Holanda Ferreira – 2ª edição (2009)

<p>REFUGIADO. [Part. De refugiar.] Adj. e s.m. Diz-se de, ou aquele que se refugiou.</p> <p>REFUGIAR-SE. [De refugio + -ar + se.] V. p. 1. Retirar-se (para um lugar seguro); acolher-se, abrigar-se: ao ouvir o alarma, refugiou-se no abrigo antiaéreo. 2. Tomar asilo; asilar-se, expatriar-se: Banido de seu país, refugiou-se na França. 3. Procurar abrigo ou proteção; resguardar-se, amparar-se: após tantos sofrimentos, refugiou-se na meditação. 4. Resguardar-se, proteger-se, abrigar-se: refugiar-se de um temporal. [Pres. Ind.: refugio-me, etc. Cf. refugio, s.m., e Refúgio, top.]</p>
--

O *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, nesta segunda edição, apresenta ao leitor as mudanças na escrita decorrentes do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (2008), e aquelas advindas de sua interpretação pela Academia Brasileira de Letras.

A palavra entrada, *Refugiado*, se apresenta neste enunciado como uma expressão que faz parte do sentido atribuído ao verbo *refugiar*. Neste dicionário, *refugiar* se apresenta classificado gramaticalmente como um verbo pronominal. Assim, podemos considerar que o sujeito que enuncia traz *refugiado* como um adjetivo que significa aquele que se refugiou e ainda, ao tomar em conjunto os sentidos dado ao verbo *refugiar-se*, o dicionário apresenta quatro enunciados definidores que determinam o sentido dado à palavra em um processo de reescrituração por enumeração. Nesse sentido, *refugiar-se* pode ser entendido como *retirar-se* (para um lugar seguro).

Retomemos a questão de *refugiado* no sentido de adjetivo, o termo que atribui uma qualidade ao sujeito. Nesse sentido, de um modo particular, *refugiado* designa aquele que se refugiou, ou seja, procurou abrigo em algum lugar, como meio de se proteger. A palavra entrada apresenta sentidos que vão além de *abrigar-se* para se proteger de um temporal ou algo do tipo. *Refugiar-se* recorta um passado de acontecimentos que determinam o uso deste termo e apresenta um exemplo como mostra a enunciado definidor 2: “Tomar asilo;

asilar-se, expatriar-se: Banido de seu país, refugiou-se na França”. Com isto o acontecimento enunciativo configura o seu presente pela rememoração de um passado de enunciações, a partir dos quais projeta uma futuridade (futuro de interpretação). No enunciado definidor 2, o dicionário apresenta um exemplo, retomando enunciações passadas de pessoas que foram obrigadas à saírem de seus países e se abrigarem e buscar refúgio em países vizinhos. Podemos exemplificar com o enunciado abaixo retirado de um noticiário virtual para mostrar a expressão linguística em funcionamento:

D) “Os países da região estão demonstrando grande solidariedade em relação aos **refugiados** e migrantes da Venezuela (...)” (O Globo mundo, Acesso: 22/02/2019)

Tomamos o exemplo acima por considerar que a língua é afetada, no seu funcionamento, por condições históricas específicas, ou seja, os sentidos dados às palavras nos dicionários só serão importantes uma vez que podemos observá-los em suas relações com outras palavras em um enunciado específico. Deste modo, vemos que o verbete do dicionário apresenta um sentido figurado ao termo refugiado. Esse sentido pode ser presenciado como o mesmo dicionário apresentou no enunciado definidor 3: “Procurar abrigo ou proteção; resguardar-se, amparar-se: após tantos sofrimentos, refugiou-se na meditação”. Podemos dizer que este sentido dado à palavra refugiar funciona em uma relação poética. Para tanto, apresentamos um exemplo que aproxima desta definição. Um pensamento poético de Lord Byron na abertura do poema de Castro Alves “O PHANTASMA E A CANÇÃO”.

E) Orgulho! desce os olhos dos céus sobre ti mesmo; e vê como os nomes mais poderosos vão se **refugiar** n'uma canção.

(LORD BYRON)

	DSD	
		Retirar-se (para um lugar seguro). Tomar asilo; asilar-se, expatriar-se.
REFUGIADO	REFUGIAR	Procurar abrigo ou proteção; resguardar-se, amparar-se após tantos sofrimentos, refugiou-se na meditação.

Onde se lê Refugiado é determinado por refugiar-se que é determinado por retirar-se, Tomar asilo; asilar-se, expatriar-se, Procurar abrigo ou proteção; resguardar-se, amparar-se após tantos sofrimentos, refugiou-se na meditação.

Considerações Finais

No acontecimento dos dicionários, observa-se que os sentidos atribuídos a expressão linguística *Refugiado* mudam, se alteram, se mantêm ou retornam num contínuo movimento semântico, de acordo com o acontecimento do dizer, pelo agenciamento enunciativo, nos dicionários analisados. Nossa proposta neste trabalho foi discutir sobre o modo que a expressão *refugiado* significa ao ser colocada em funcionamento em diferentes recortes enunciativos. Nessa direção, observamos a articulação na língua, uma vez que ao sair da “caixa” do dicionário, a palavra funciona em diferentes espaços enunciativos publicados em diversos tipos de textos (reportagem, trecho de poema, declarações, leis, etc.).

Podemos afirmar que a articulação na língua é contraída no confronto entre uma história das enunciações da língua e uma atualidade do uso. A história das enunciações proporciona a estabilização de lugares e esses lugares são essenciais para a configuração das unidades da língua. E qualquer expressão que viermos a proferir tem, necessariamente, de se organizar a partir desse arcabouço de lugares. A explicitação ou não da articulação entre as unidades sofre, de um lado, a coerção dos

lugares sintáticos e, de outro, as necessidades constituídas na constituição da textualidade. (DIAS, 2003, p. 63).

Nessa perspectiva, podemos pensar a palavra *refugiado*, como uma expressão linguística que ganha força no seu sentido mais amplo, em relação aos sentidos estritamente voltados para aquele que busca refúgio. Pois, como pudemos ver nas análises, houve situações que o próprio enunciado definidor apresentado no dicionário apresenta relação contrárias e que podem ser observadas na prática da linguagem. Diante disso, a palavra *refugiado*, ao longo do tempo, ganhou e vem ganhando sentidos que determinam a palavra, no que diz respeito ao conceito de *aquela que busca proteção*, podemos dizer que é um novo modo de significar a palavra. *Refugiado*, na história que constitui a palavra, deixa de ser um adjetivo e passa a ser um *status*, considerando os sentidos estabelecidos no século XXI, com a crise migratória.

Referências

ACNUR. *A situação dos refugiados no mundo: cinquenta anos de ação humanitária*. Almada: A Triunfadora Artes Gráficas, 2000.

CONTIERO, Elza. Uma análise enunciativa da palavra “povo” e de seus associados morfológicos e sintáticos no dicionário informal. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. 2015. Acesso em março de 2020, disponível em <http://www.revistalinguas.com/edicao36/artigo4.pdf>

DIAS, Luz. F. *Os sentidos do idioma nacional*. Campinas, Pontes, 1995

DIAS, Luz. F. *Enunciação e regularidade sintática*. Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP), Campinas, v. 51, p. 7-30, 2009.

DIAS, Luz. F. *Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa*. Letras, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22. jan./jun. 2013.

DIAS, Luz. F. Nomes de cidades de Mato Grosso: Uma abordagem enunciativa. In: KARIM, Taisir Mahmudo; DI RENZO, Ana Maria; BRESSANIN, Joelma Aparecida, KARIM, Jocineide Macedo (Orgs.). *Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras: um estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso - (Fase I)*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2016.

DIAS, L. F. Enunciar o ininteligível. In: MARIANI, B.; MOREIRA, C. B.; DIAS, J. P.; BECK, M. (orgs.) *Indizível, ininteligível e imperceptível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos*. Niterói: EDUFF, 2017, p. 124-142.

DOLINGER, Jacob. *Direito internacional privado: parte geral*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

FERREIRA, Aurélio B. H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2. Ed. Curitiba: Positivo, 2009.

GALLO, Solange. L. A internet como Acontecimento. In: INDURSKY, F; MITTMANN, S; LEANDRO FERREIRA, MC. (Org.). *Memória e História da Análise do Discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, v., p. 255-270.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: Um estudo de conjunções do Português*. Campinas: Pontes. 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. *Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano*. In: Letras nº 26 - Língua e literatura: Limites e fronteiras. Jun. 2003.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. *Domínio Semântico de Determinação*. In: GUIMARÃES, Eduardo e MOLLICA, Maria Cecília. (Orgs.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: RG Editores, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. *A enumeração*. Funcionamento enunciativo e sentido, In: Cadernos de Estudos Lingüísticos, v. 51.1. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, p. 49- 58, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas. Pontes, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. *Análise de texto*. Procedimentos, análises e ensino. Campinas, Editora RG, 2011.

HOUAISS, António. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro. 2009.

MOREIRA, Julia Bertino. *A problemática dos refugiados na América Latina e no Brasil*. Cadernos PROLAM/ USP. São Paulo, v. 2, n. 7, p. 57-76, 2005.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, SP: Pontes; 2006.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. *Cidadania: história e política de uma palavra*. Campinas – SP. Pontes editores. 2006.

ONU. *Convenção Sobre o Estatuto Dos Apátridas*. Nova Iorque. 1954. Acesso em 2019, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_sobre_o_Estatuto_dos_Apatridas_de_1954.pdf.

REIS, Claudia Freitas. *A designação de língua: sentido, argumentação e o texto no ciberespaço*. Campinas, SP: [s.n], 2015.

ZATTAR, Neuza. Caixa 150 Anos: poupança e liberdade de escravos na segunda metade do século XIX. In: *Revista SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, nº. 16/1, jun., 2013.

DOS PORÕES DE NAVIOS NEGREIROS AO ECO DA VIDA-LIBERDADE: SENTIDOS DE *MULHER NEGRA* NO POEMA “VOZES-MULHERES”

Graciethe da Silva de Souza
(UESB/PPGLin/CAPES)¹

Jaqueline Cunha Ribeiro
(UESB/PPGLin/ CAPES/)²

Jorge Viana Santos
(UESB/PPGLin/FAPESB)³

1 Introdução

A partir do século XVI, devido às chamadas expansões marítimas, chegaram à porção de terra, hoje denominada Brasil, entre outros povos europeus, os portugueses. Até então essas terras eram habitadas somente por nativos indígenas. Os portugueses se instalaram na nova terra e a colonizaram, criando-se, assim, ao molde português, uma nova estrutura na vida cotidiana, tanto no modo de pensar e agir de todos aqueles que compunham a sociedade brasileira da época, quanto na sua estrutura física. Assim, tanto o autóctone quanto o africano sofreram as durezas do processo de colonização. A tentativa de escravizar o primeiro – indígena – fracassou; ainda assim, além do genocídio de seu povo, houve intervenção direta na sua fé e nos seus costumes. Quanto ao segundo – o africano –, este trazido de diversas partes do continente africano, foi o elemento crucial para o êxito no processo de colonização.

Iniciou-se, assim, no Brasil, o sistema escravista, sustentado pela mão de obra de homens, mulheres e crianças negras, advindos, como escravos, da África. O regime escravista se manteve, neste país, por quase quatro séculos.

¹Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. (UESB/CAPES/Brasil). Bolsista CAPES (Código de Financiamento 001). E-mail: graciethe@live.com

² Mestranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. (UESB/CAPES/Brasil). Bolsista CAPES (Código de Financiamento 001). E-mail: jaque.cunha.13@hotmail.com

³ Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Titular do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin-UESB), campus de Vitória da Conquista (UESB/PPGLin/DELL/Brasil). E-mail: viana.jorge.viana@gmail.com

Gradativamente, devido à pressão internacional pelo fim da escravidão, algumas leis foram propostas ao longo do século XIX, visando o fim do regime. Contudo, o fim legal desse sistema é marcado pela assinatura de uma Lei Imperial, a Lei Áurea (Lei nº3.353), em 13 de maio de 1888.

Em pesquisas cujo tema é a escravidão, geralmente as abordagens tendem a priorizar narrativas sobre os escravos de forma genérica, inseridos em categoria única, sem distinção de gênero, conforme aponta Machado (2018):

Nas pesquisas sobre a escravidão, ainda é comum notar que especialistas se referem aos escravos de forma geral, como se estes fossem isentos de gênero e sexo, e pudessem ser inseridos numa categoria única. Condições de vida, trabalho, saúde, relações sociais e comunitárias são frequentemente descritas como características de um modo de vida do escravo, sem que em nenhum momento se mencionem as diferenças de homens e mulheres –sejam eles/elas africanos/as ou crioulos/as - no sistema de trabalho escravo ou na comunidade de senzala (MACHADO, 2018, p. 353).

A historiografia mais tradicional parece reconhecer apenas a figura genérica do escravo, sem que haja diferenciação entre homens e mulheres. Porém, é preciso considerar o fato de que homens e mulheres escravizados experienciaram o sistema escravista a partir de diferentes lugares, e, conseqüentemente, os níveis de opressão a que foram submetidos foram diferentes (MACHADO, 2018, p. 354).

O corpo da mulher escrava, segundo Machado (2018, p. 356), revelou-se como principal *locus* da escravidão; configurando-se, portanto, a mulher escrava como produtora da riqueza escravista, pois, cabia ao senhor de engenho decidir de que maneira lucraria com esta mulher, se pela estimulação à reprodução ou pela sua proibição. Em ambos os casos se mantinha o objetivo do sistema: a exploração por meio do trabalho.

É considerando este cenário que se faz necessário estudar, por meio de pontos de vistas teóricos diversos, a historiografia da escravidão brasileira, especificamente no que diz respeito à figura feminina. É nesse sentido que esta pesquisa⁴ é justificada. Aqui, este estudo se dá por meio do recorte de uma

⁴Este trabalho se vincula à pesquisa de doutorado em andamento, intitulada “Nem senzala nem casa grande: sentidos de *mulher negra* no Brasil pós-abolição”, cujo objetivo é analisar sentidos de *mulher negra* circulantes no Brasil contemporâneo. Tal pesquisa, por sua vez, se vincula ao

ciência que estuda a língua, a Linguística e, dentro dessa ciência faremos um recorte mais específico: mobilizaremos a teoria da Semântica do Acontecimento, especificamente os mecanismos de análise, reescritura e articulação (GUIMARÃES, 2002, 2011). Nosso objetivo é investigar sentidos de *mulher negra* em funcionamento no poema “Vozes-Mulheres”, de Conceição Evaristo (1990). Para isso, consideramos, aqui, a poesia enquanto acontecimento de linguagem, o qual se dá pelo funcionamento da língua (GUIMARÃES, 1995, 2002, 2011).

Para tanto, este artigo se encontra dividido da seguinte forma: na seção 2, foi realizada uma abordagem teórica em torno dos principais conceitos que serão mobilizados na análise: reescrituração e articulação, memorável e o Domínio Semântico de Determinação; e, ao final dessa seção, apresentamos os passos metodológicos seguidos na análise. Na seção 3, apresentamos o *corpus* e empreendemos uma análise e discussão dos resultados; e, ao final, fizemos uma seção de considerações finais.

2 Pressupostos teórico-metodológicos

Neste trabalho, serão mobilizados, para análise, os pressupostos teórico-metodológicos da Semântica do Acontecimento, teoria desenvolvida por Guimarães (1995, 2002, 2011, 2018). Para Guimarães (2002), o semanticista precisa considerar no seu objeto duas faces da linguagem, a saber: a linguagem fala de algo, e o que se diz é por ela construído. Assim, colocando-se na posição de semanticista que entende essas duas necessidades da linguagem, ele define a Semântica do Acontecimento como “[...] uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 9).

Na Semântica do Acontecimento, “[...] o sentido deve ser considerado a partir do funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação” (GUIMARÃES, 1995, p. 11). Para construir a base para um estudo enunciativo da significação, o autor se apoia em três elementos, quais sejam: a Linguística, a História e o sujeito.

Para tanto, a Semântica do Acontecimento se estabelece a partir do diálogo com a Semântica Enunciativa, a Semântica Argumentativa e a Análise de Discurso. As análises semânticas das práticas de linguagem devem estar ancoradas, nesta teoria, na enunciação, isto é, no acontecimento do dizer. O acontecimento da enunciação se dá pelo funcionamento da língua em determinado espaço de enunciação; esse acontecimento agencia o falante como lugar de enunciação, um agenciamento político, o qual divide esses lugares de enunciação. O espaço de enunciação é, desse modo, um espaço político, assim como o é o agenciamento dos falantes pela língua, pois é desigual (GUIMARÃES, 2018, p. 24). O político afeta materialmente um acontecimento de enunciação, na medida em que é

[...] caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo, o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (GUIMARÃES, 2002, p. 22).

Assim, enunciar é uma prática política, de modo que a organização da sociedade pelas instituições são significadas pela linguagem, logo, mesmo que todos tenham direito à palavra, nem todos a possuem igualmente, pois o político instaura em si um conflito no centro do dizer, ele é “[...] a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todo” (GUIMARÃES, 2002 p. 23). Desse modo, as expressões linguísticas funcionam tanto pela relação do locutor com o que fala e com o acontecimento, quanto pela relação com os elementos linguísticos. Contudo, o locutor é determinado pelo espaço político de dizer: não é ele que “[...] escolhe uma forma para dizer algo, mas ele é agenciado a dizer pelo modo como o espaço de enunciação distribui as línguas” (GUIMARÃES, 2009, p. 50). Dessa forma, os textos integram enunciados por meio do agenciamento enunciativo. Nesse sentido, os enunciados significam, justamente, por esta relação de integração ao texto: “trata-se de poder, a partir da análise de enunciados

específicos, poder formular o modo como funcionam expressões em línguas diversas quando enunciadas” (GUIMARÃES, 2018, p. 75).

Dentre os conceitos postulados pela Semântica do Acontecimento, destacam-se para este trabalho os seguintes: os procedimentos enunciativos de produção de sentido: reescrituração e articulação, o memorável e o Domínio Semântico de Determinação.

Primeiro, os procedimentos enunciativos de produção de sentido se estabelecem por dois modos de relação: o modo de reescrituração e o modo de articulação. Quanto ao modo de integração por reescrituração, segundo Guimarães (2009), “é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito” (GUIMARÃES, 2018, p. 85). Ou seja, “uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão” (GUIMARÃES, 2009, p.53). A reescrituração se dá por cinco modos, quais sejam: repetição, substituição, elipse, expansão e condensação. Esses modos de reescrituração produzem sentidos de seis maneiras diferentes, a saber: sinonímia, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização e definição (GUIMARÃES, 2018).

Já o modo de integração por articulação, “é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade” (GUIMARÃES, 2009, p.51). Desse modo, as relações de articulação se configuram como “uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento” (GUIMARÃES, 2018, p. 80). Essa relação de contiguidade é significada pela enunciação e envolve não somente a relação entre elementos linguísticos, mas também a relação do locutor com aquilo que fala. A articulação funciona por três modos diferentes, quais sejam: dependência, coordenação e incidência.

Segundo, o conceito de memorável pode ser explicado a partir da noção de temporalidade, a qual, para Guimarães (2002), é um elemento que está em relação com o acontecimento:

[...] o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

A temporalidade de que trata Guimarães (2002), caracteriza-se tanto por um presente, o qual projeta uma futuridade; quanto por um passado que o faz significar. Assim, “[...] esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável” (GUIMARÃES, 2002, p. 16). O memorável, nesse sentido, é formado pela temporalidade própria do acontecimento, isto é, pelo presente e passado do acontecimento e não pelo tempo cronológico (GUIMARÃES, 2002). A temporalidade do acontecimento do dizer, segundo o autor,

Constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nessa medida que o acontecimento é diferente na sua própria ordem: acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentidos, não há acontecimentos de linguagem, não há enunciação (GUIMARÃES, 2002, p. 17).

Por fim, o terceiro conceito a ser considerado é o de Domínio Semântico de Determinação (doravante, DSD), que é, segundo Guimarães (2007), “aquilo que acontece” no enunciado ou no texto. Assim, o DSD⁵ é feito a partir do funcionamento das palavras no enunciado: uma palavra específica é tomada como ponto de partida para, a partir daí, “relacioná-la a outras no corpus buscando as relações de determinação que organizam as relações” (GUIMARÃES, 2007, p. 95). Na elaboração do DSD é necessário, também, considerar as relações de sinonímia, homonímia, antonímia, hiperonímia, bem como, a polissemia e a ambiguidade. O DSD, então, “representa uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento do sentido da palavra no *corpus* especificado (um texto, um conjunto de texto, etc)” (GUIMARÃES, 2007, p. 81).

⁵ As notações utilizadas no DSD são “ \vdash ou \dashv ou \perp ou \top (que significam determina, por exemplo, $y \vdash x$ significa x determina y , ou $x \dashv y$ significa igualmente x determina y); que significa sinonímia; e um traço como _____, dividindo um domínio, significa antonímia (GUIMARÃES, 2007, p. 81). Assim, as relações de sentido do enunciado são representadas pelos símbolos de determinação e pelas relações de sentido de sinonímia, utilizando-se os traços -----; e de oposição, utilizando-se o traço contínuo _____.

No que diz respeito à metodologia para a análise, adotamos os seguintes passos: primeiro, empreendemos uma leitura analítica do poema “Vozes-mulheres”, de Conceição Evaristo, observando os seguintes critérios: a) enunciados em que, por reescrituração, se encontrasse sentido(s) de *mulher negra*; b) enunciados em que, por articulação, se encontrasse sentido(s) de *mulher negra* e c) enunciados em que a expressão *mulher negra* não aparece, mas é possível recuperá-la a partir de relações de linguagem que se apresentam relacionadas a memoráveis de enunciações. Seguindo tais critérios, empreendemos uma nova leitura analítica, observando, dessa vez, o termo *voz* ao longo das estrofes do poema. Tomamos como ponto de partida, portanto, o termo *voz*, pois, no poema, por meio de suas reescrituras e articulações foi possível analisar o funcionamento de memoráveis de *mulher negra* em tempos e lugares específicos.

Feitas essas considerações teórico-metodológicas, passemos, agora, à análise.

3 Sentidos de *mulher negra* em “Vozes-mulheres”

A série *Cadernos Negros*, criada em 1978 e editada anualmente pelo Grupo Quilombhoje, de São Paulo, consiste em uma das principais veiculações, no Brasil, da produção literária afro-brasileira. Desde a primeira edição, suas publicações objetivam a inclusão, representação e divulgação de escritores e poetas negros de diferentes gerações e regiões do Brasil. Conforme aponta Pereira (2016), uma das características significativas relativas a esse periódico é a considerável participação de autoria feminina, já nas primeiras edições. Entre as autoras mais representativas da referida publicação, destaca-se Conceição Evaristo, que passou a integrar a série, com sua produção poética, no ano de 1990. Posto isso, selecionamos, para este trabalho, o poema *Vozes-mulheres* de Conceição Evaristo, publicado no décimo terceiro volume da série *Cadernos Negros*, em 1990. Este texto é tomado, aqui, como materialidade enunciativa, enquanto acontecimento de linguagem (GUIMARÃES, 2011). O poema possui cinco estrofes; cada uma delas, tomada como excerto, foi analisada com base nos mecanismos enunciativos de produção de sentidos da Semântica do Acontecimento, especificamente as noções de reescritura, articulação e memorável. Ao final de cada estrofe, encontra-se um DSD, e ao final da análise

um DSD mais geral, mostrando as relações de sentido e determinação encontrados no poema. Vejamos, agora, o poema:

Vozes-Mulheres

*A voz de minha bisavó
Ecoou criança
Nos porões do navio.
Ecoou lamentos
De uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
Ecoou obediência
Aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
Ecoou baixinho revolta
No fundo das cozinhas alheias
Debaixo das trouxas
Roupagens sujas dos brancos
Pelo caminho empoeirado
Rumo à favela.*

*A minha voz ainda
Ecoa versos perplexos
Com rimas de sangue
e fome.*

*A voz de minha filha
Recolhe todas as nossas vozes
Recolhe em si
As vozes mudas caladas
Engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
Recolhe em si a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
Se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade*

(EVARISTO, 1990, p. 32)

Nota-se, ao longo dos versos de “Vozes-mulheres”, que existe uma cadeia de reescrituras que é, no poema, fundamental: trata-se da cadeia de voz. É, portanto, a partir dessa cadeia que se produzem sentidos variados de *mulher*, especificamente o de *mulher negra*, objeto de nossa análise. Assim, em todas as estrofes ocorre um funcionamento similar com relação à reescritura de voz, que é, nesse caso, um modo de reescritura por expansão do título: *Vozes-mulheres*. As relações de contiguidade entre o núcleo, voz, e seus adjuntos/ou determinantes (*de minha bisavó, de minha avó, de minha mãe, minha voz, voz de minha filha*) produzem sentido por definição, ao passo que cada estrofe

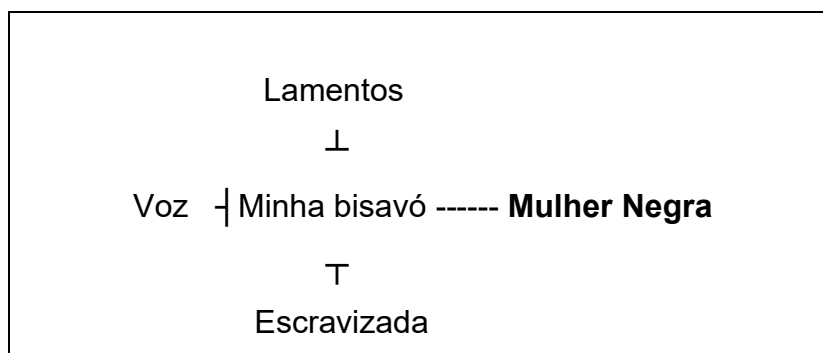
estabelece, define e constrói, pelo memorável de voz, sentidos diferentes de *mulher negra*. A rigor, não se trata apenas de uma reescritura do título: é mais que isso, é uma reescritura da voz da estrofe anterior. Cada estrofe, a partir da segunda, reescritura a voz da estrofe anterior, sem deixar de ser, cada uma em particular, também, reescrituras por expansão do título. Feitas essas considerações, iniciemos, assim, a análise da estrofe (1):

(1) *A voz de minha bisavó*
Ecoou criança
Nos porões do navio.
Ecoou lamentos
De uma infância perdida.

Na estrofe (1), voz, no singular, define uma das vozes possíveis do título, *minha bisavó*, voz esta que *ecoou criança nos porões do navio, ecoou lamentos de uma infância perdida*. Por meio dessa reescritura específica de voz e da articulação entre os termos contíguos, faz-se funcionar, aqui, um memorável de mulher africana negra escravizada. Assim, em uma relação de articulação por incidência entre o termo reescriturado, voz, com *nos porões do navio*, produz-se o sentido de que, ainda criança, mulheres africanas negras foram retiradas do seu espaço original, a África, para outro, neste caso, o Brasil. É possível chegar a estas relações de sentido por meio do memorável do processo de diáspora⁶, uma vez que o memorável, conforme Guimarães (2002, p. 38) atribui ao reescriturado àquilo que é recortado pela reescrituração como passado, como memorável. As articulações entre *ecoou lamentos* e *de uma infância perdida* acentuam uma distinção entre a possibilidade de uma infância livre, na África, e a realidade de uma infância em cativo, no Brasil. Enfim, a voz, pelo memorável de mulher africana escravizada/escrava, aponta, nesta estrofe, para o sentido de uma mulher (negra) de um tempo, início do processo de escravização legalizada; e de um lugar, África.

A partir da análise realizada neste excerto, é possível a construção do seguinte DSD:

⁶Segundo Santos (2008, p. 181), “a diáspora traz em si a ideia do deslocamento que pode ser forçado como na condição de escravo, resultado de guerras, perseguições políticas, religiosas ou desastres naturais. Também pode ser uma dispersão incentivada ou espontânea de grandes massas populacionais em busca de trabalho ou melhores condições de vida”. A diáspora referida neste texto é a diáspora negra, um fenômeno histórico que aconteceu em países da África, entre os séculos XVI e XIX. No processo de diáspora, muitos africanos foram submetidos à imigração forçada para fins escravagistas.



DSD (1): *Bisavó: mulher negra africana escravizada*

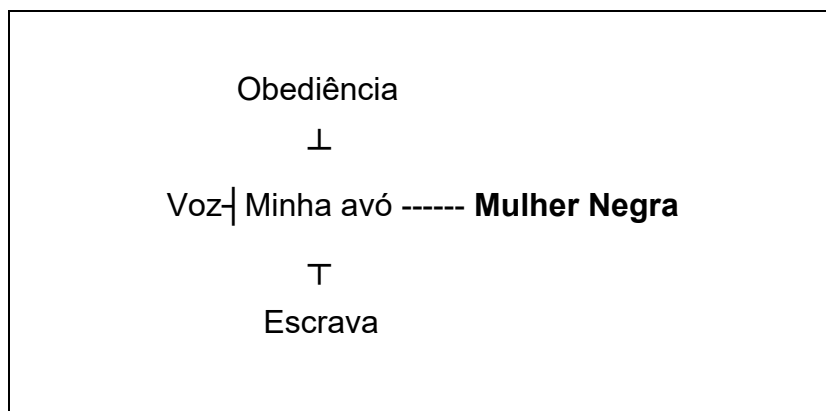
Desse modo, conforme o DSD, *voz* determina *minha bisavó*, a qual está em uma relação de sinonímia com *mulher negra* e sendo, simultaneamente, determinada por *lamentos*, por ter sido retirada de seu espaço de enunciação original de liberdade, na África; e por mulher *africana negra/escravizada*, cuja liberdade é cerceada, noutra espaço histórico, e de enunciação, Brasil.

Passemos, agora, à análise da estrofe (2):

(2) *A voz de minha avó*
Ecoou obediência
Aos brancos-donos de tudo

Na estrofe (2), no enunciado *A voz de minha avó*, *voz* é definida como *minha avó*. Pelo memorável de *voz*, temos, nessa estrofe, a construção de um sentido de mulher que, como a mãe (ou seja, a *bisavó* da primeira estrofe), era, ainda, uma mulher escrava/escravizada em um regime legal/oficial, pois, note-se, ela possui *dono*, a quem deve *obediência*. Desse modo, *a voz de minha avó*, ao apresentar-se articulada com *ecoou obediência aos brancos-donos de tudo*, traz, o sentido de manutenção do sistema escravista. Assim, *obediência* se articula tanto à *minha avó* quanto a *brancos-donos de tudo*, o que determina a estratificação social e dominação de um ser, enunciativamente construído enquanto homem branco, em coação a outro ser, a *avó*, que, numa relação de sinonímia, pode ser interpretada por *mulher negra*, ao passo que o enunciado recorta o memorável da relação entre senhores de escravos e escravos.

A partir das relações de reescritura, articulação e memorável produzidas neste excerto, é possível a construção do seguinte DSD:



DSD (2): Avó: *mulher negra escrava*

Temos, assim, conforme o DSD, que *voz* determina *minha avó*, a qual, pelo memorável de *voz*, está em uma relação de sinonímia com *mulher negra* e sendo determinada, simultaneamente, por *obediência*, em um sistema de escravidão oficial; e por *escrava*, configurando-se, enquanto mulher escrava, um dos principais elementos do sistema escravocrata.

Vejamos, agora, a análise do excerto (3), correspondente à estrofe (3):

(3) *A voz de minha mãe*
Ecoou baixinho revolta
No fundo das cozinhas alheias
Debaixo das trouxas
Roupagens sujas dos brancos
Pelo caminho empoeirado
Rumo à favela.

Na estrofe (3), o modo de significar a reescrituração de *voz*, por expansão do título, *Vozes-mulheres*, no enunciado *A voz de minha mãe*, se dá pela definição de *voz* por *de minha mãe*. As articulações seguintes à *voz de minha mãe*, quais sejam: *Ecoou baixinho revolta / No fundo das cozinhas alheias / Debaixo das trouxas / Roupagens sujas dos brancos / Pelo caminho empoeirado / Rumo à favela*, recortam, pelo memorável de *voz*, o memorável de *mulher negra*. Conforme postula Guimarães (2018), “cabe ao semanticista analisar em que medida estes modos de relação, nos mais diversos casos, faz parte, e como, da produção de sentido” (GUIMARÃES, 2018, p. 84), ressalte-se, que não há uma correlação direta entre os modos de relação e seu sentido. Neste caso, as relações de sentido estabelecidas pelas reescrituras de *voz*, pela articulação entre os elementos contíguos e os memoráveis recortados, apontam para sentidos de mulher negra que vive não mais sob um regime de escravidão oficial, mas ainda sob um regime de escravidão: uma escravidão contemporânea, ou

melhor, atemporal, pois não depende de legalização jurídica, mas se realiza. Nota-se, aqui, o memorável da doméstica, que traz o outro memorável da “escrava doméstica”. Mudou-se a época, mudou-se o regime, mas as “cozinhas”, e os “brancos” são os mesmos, embora não mais chamados, juridicamente, de “donos” (senhores).

A partir das relações de sentidos produzidas neste excerto, construímos o seguinte DSD:



DSD (3): Mãe: mulher negra doméstica

Temos, assim, conforme o DSD, que *voz* determina *minha mãe*, a qual, pelo memorável de *voz*, está em uma relação de sinonímia com *mulher negra* e sendo determinada, simultaneamente, por *revolta*, em um espaço de enunciação Brasil pós-abolição, onde a escravidão foi oficialmente abolida; e por *doméstica*, configurando-se em um novo modo de manter a mulher negra ocupando espaços similares aos do contexto da escravidão brasileira oficial.

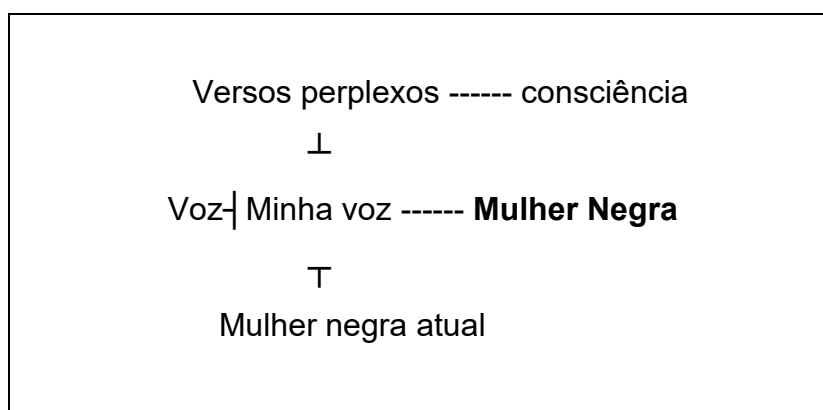
Vejamos, agora, a análise do excerto (4), correspondente à estrofe (4):

(4) A minha voz ainda
 Ecoa versos perplexos
 Com rimas de sangue
 e fome.

Na estrofe (4), *voz* é definida por *minha*, no enunciado *a minha voz*. Pela primeira vez, o tempo de enunciação presente (o agora) aparece na voz do Locutor, quando este enuncia o pronome possessivo *minha*, articulado ao advérbio de tempo, *ainda*. O advérbio *ainda*, ao se articular com *minha* e com a expressão adjetiva *versos perplexos*, marca a continuidade de uma revolta, iniciada na estrofe anterior. Na estrofe (3) esta revolta ecoou *baixinho* na voz de *minha mãe*; nesta estrofe (4), ela representa uma continuidade, porém como um

processo crescente: aqui, a revolta se dá por meio de *versos perplexos*, que, ao estar articulado com *rimas de sangue* e com *fome*, marca o descontentamento com a manutenção da estrutura social atual, produzindo uma relação de sentido de intensificação desta revolta. Embora diferentes, as vozes das estrofes (2), passível de obediência, e (3), passível de revolta, se apresentam, ainda, uníssonas, ou seja, continuam equiparadas à condição da voz da sua bisavó (metáfora da estrofe (1)), voz inconsciente, passível de lamento. É esta voz do agora (estrofe (4)), consciente, e por isso *perplexa* com o passado, que representa a voz da geração de mulheres negras atual.

Com base nas relações de sentidos produzidas neste excerto, construímos o seguinte DSD:



DSD (4): *Minha voz: mulher negra atual*

Temos, assim, conforme o DSD, que voz determina *minha mãe*, a qual, pelo memorável de voz, está em uma relação de sinonímia com *mulher negra* e sendo determinada, simultaneamente, por *versos perplexos*, indicando, sobretudo, uma indignação com o passado, ao mesmo tempo em que este precisa se manter presente na memória; e por *mulher negra atual*, configurando-se, assim, na mulher negra atual, consciente de sua situação, de seu passado, que, embora não tenha sido a mesma do passado, do contexto de escravidão, vive, no agora, as marcas desse passado.

Por fim, vejamos a análise do excerto (5), correspondente à estrofe (5):

(5) *A voz de minha filha*
Recolhe todas as nossas vozes
Recolhe em si
As vozes mudas caladas
Engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
Recolhe em si a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.

*Na voz de minha filha
Se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

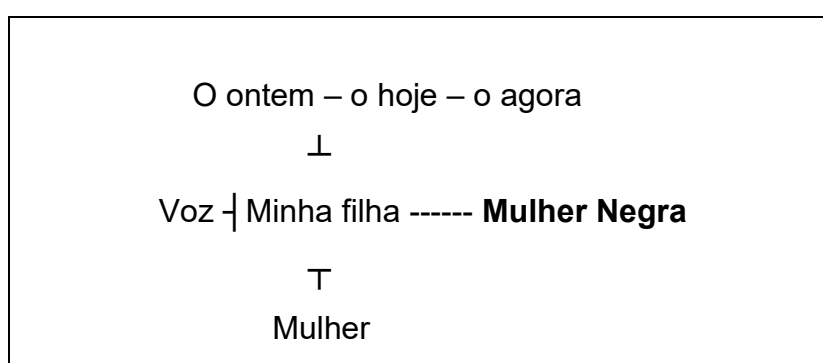
Por fim, na estrofe (5), a reescrituração de voz é definida por *minha filha* no primeiro, sexto e nono versos. Quanto à reescritura de voz no primeiro verso, nota-se que, no enunciado *Recolhe todas as nossas vozes*, o verbo *recolhe* ao se articular com *minha filha* e com *todas as nossas vozes*, constrói um sentido de ancestralidade ao retomar a voz de *minha bisavó*, na primeira estrofe; e a voz de *minha avó*, na segunda. Esse sentido é ratificado pela articulação entre *mudas caladas e engasgadas nas gargantas*, presentes no enunciado *Recolhe em si/As vozes mudas caladas/Engasgadas nas gargantas*, isto é, até a segunda estrofe eram possíveis apenas os ecos, por meio dos *lamentos* ou da *obediência*. Assim, na primeira estrofe, os lamentos não eram ditos, eram sentidos somente, restava apenas o sentir; na segunda, estrofe a obediência era um estado, e não poderia ser outra coisa, pois o momento social da época não permitia uma ação.

Quanto à reescritura de voz no sexto verso, nota-se que o verbo *recolhe* ao se articular com *minha filha, a fala e o ato* e com *O ontem – o hoje – o agora*, no enunciado *A voz de minha filha/Recolhe em si a fala e o ato./O ontem – o hoje – o agora*, retoma e constrói um diálogo com a voz de *minha mãe*, na terceira estrofe e a *minha voz*, na quarta estrofe, construindo o sentido de revolta, no passado do tempo de enunciação, expresso nas vozes de *minha bisavó, minha avó e minha mãe (o ontem)*; e de perplexidade, no presente, *o hoje – o agora*, do tempo de enunciação, expresso na *minha voz*, respectivamente. Nesse sentido, no sexto e sétimo versos, o verbo *recolhe* se articula com *minha filha*, com *fala* e com *ato*. Aqui, os indícios de ação já são possíveis, construindo, desse modo, um sentido de revolta como um processo crescente e contínuo, iniciada na terceira e quarta estrofes.

Quanto à reescritura de voz no nono verso, última estrofe, no enunciado *Na voz de minha filha/Se fará ouvir a ressonância/O eco da vida-liberdade*, nota-se que o termo voz se associa ao sentido do título, *Vozes-mulheres*, isto é, tanto o título quanto a última estrofe apontam não mais para uma mulher específica, mas para todas as mulheres de uma geração futura. Projeta-se, a partir da voz da filha, um lugar de fala diferente, como a que poderá falar/ecoar diferente da voz de todas essas mulheres anteriores (*bisavó, avó, mãe, minha voz*). Projeta-

se, aqui, uma geração de mulher(es) negra(s), que, sendo plurais (*vozes mudas caladas/engasgadas nas gargantas*), unidas, deixarão ou poderão deixar de sofrer sozinhas, como as vozes (mulheres negras) das estrofes (1) a (4). Portanto, a voz da *minha filha* marca, ao mesmo tempo, todas as vozes anteriores – *mudas, caladas e engasgadas nas gargantas* –, e a esperança de que um dia, no futuro, se *fará* ouvir a ressonância do eco da *vida-liberdade*, onde *vida e liberdade* são, ao serem marcadas por um hífen, indissociáveis.

Segundo as relações de sentidos produzidas neste excerto, construímos o seguinte DSD:



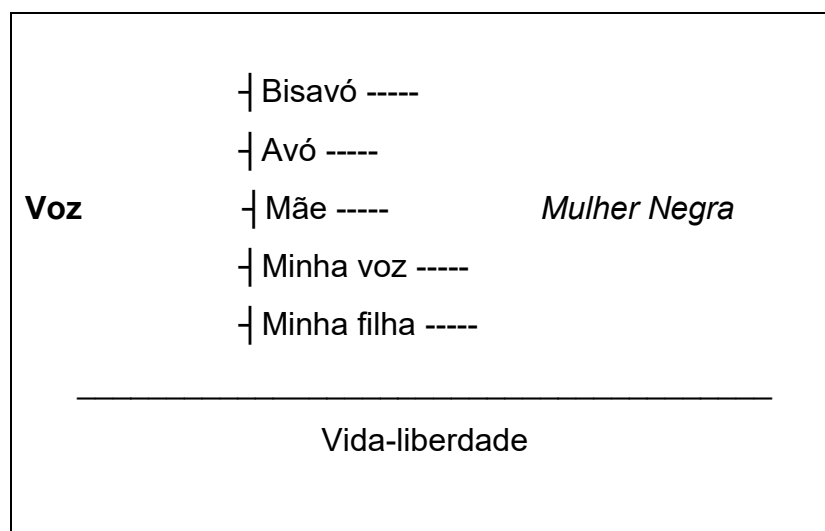
DSD (5): *Filha: mulher*

Conforme mostra o DSD, voz determina *minha filha*, a qual, pelo memorável de voz, está em uma relação de sinonímia com *mulher negra* e sendo determinada, simultaneamente, por *o ontem – o hoje – o agora*, projetando-se, assim, na voz da futura geração a esperança da liberdade; e por *mulher*, configurando-se, assim, na esperança de uma vida em liberdade, sem o estigma da raça, far-se-á ouvir, neste tempo, *a ressonância, o eco da vida-liberdade*.

A partir dos procedimentos enunciativos de produção de sentido, articulação e reescrituração e da noção de memorável, as análises mostraram que, no poema, o sentido de *mulher negra* é determinado por especificidades de momentos distintos: o ontem, o hoje (o agora) e o futuro, quando se *fará ouvir a ressonância, o eco da vida-liberdade*, marcando, assim, a condensação do título, *Vozes-mulheres*, o qual se configura como a soma de todas as vozes reescrituradas no texto. Nota-se que todo o poema tem o sentido montado a partir de voz e suas reescrituras: cada reescritura se associa a uma construção de sentido de mulher, nesse caso, negra, visto que a mulher matriarca é a bisavó (estrofe (1)), essa determinação se dá pelos *lamentos de uma infância perdida*, devido ao processo de diáspora. Na estrofe (2), pelo memorável da voz, temos

a mulher ainda escrava (*avó*), sendo determinada por *obediência*, em um regime legal, oficial, pois ela possui "dono", o senhor branco. Na estrofe (3), funciona o memorável de mulher negra livre, sendo determinada por *revolta* mesmo após abolido o sistema legal de escravidão, para a mulher negra resta uma vida ainda distante das condições mínimas de dignidade. Na estrofe (4), intensifica-se, assim, o sentimento de revolta, pois, agora, essa revolta é verbalizada com *rimas de sangue e fome*, nesse sentido, pelo memorável de voz, *mulher negra* é determinada por *Versos perplexos*. Por último, na estrofe (5), *mulher negra* é determinada por *o ontem – o hoje – o agora*, isto é, pelas vozes do passado (*lamentos, obediência, revolta, versos perplexos*) e pela voz do presente, a voz do ato, da luta por liberdade. Toda essa construção de uma linhagem em torno de *mulher negra*, a partir do memorável de voz, estabelece o sentido de mulher negra brasileira, que está em uma relação de oposição com *vida-liberdade*, e é por/para alcançar essa liberdade que as vozes repercutem.

Desse modo, chegamos à construção do DSD (6), o qual resume, a partir das relações de sentido e determinação, o funcionamento dos sentidos de mulher negra ao longo dos versos de “Vozes-mulheres”, de Conceição Evaristo:



DSD (6): *Vozes-mulheres*

Conforme mostra o DSD (6), voz determina, respectivamente, *bisavó*, *avó*, *mãe*, *minha voz* e *minha filha*. Pelo memorável de voz, estabelece-se uma relação de sinonímia entre todas essas vozes e *mulher negra*. Contudo, todas essas relações de sentido são permeadas pela oposição de *vida-liberdade* de uma linhagem de mulheres negras, que, marcada pela metáfora da primeira voz

(*bisavó*), uma mulher africana negra que sofreu o processo de diáspora negra para ser escravizada no Brasil, permite-nos afirmar que a neta (*avó*), a bisneta (*mãe*), a tataraneta (*minha voz*) e a última geração (*minha filha*) são *mulheres negras* que, de um modo ou de outro, viveram/vivem essa realidade da escravidão, legalizada num momento, não legalizada, noutra, da falta de liberdade.

Considerações Finais

Neste artigo, procuramos analisar sentidos de *mulher negra* em funcionamento nos versos do poema “Vozes-mulheres”, de Conceição Evaristo. Por se configurar um acontecimento de linguagem, o poema foi tomado, aqui, enquanto material de análise. A análise foi empreendida a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 1995, 2002, 2011, 2018), mobilizando, sobretudo os procedimentos enunciativos de produção dos sentidos, a reescrituração e articulação, o memorável e o DSD. Ressalte-se que o poema é um texto de construção de sentido complexo, de sentidos metafóricos, não “palpáveis”. Portanto, consideramos o fato de que o texto é artístico e que a autora, como literata, não busca o sentido transparente. Nosso papel como analista, então, foi, dentro dos limites da teoria e do texto, construir os sentidos de *mulher negra* possíveis, a partir da descrição de reescrituras e articulações.

Assim, conforme estabelecemos os passos metodológicos, o sentido de *mulher negra*, no poema, pode ser construído a partir da cadeia de reescrituras de *voz*, as quais, quando analisadas são produtoras de sentido. As análises mostraram que, devido às relações de sentidos estabelecidas (reescrituras e articulações), cada estrofe do poema remete a uma geração de mulher; cada geração, por sua vez, recorta um memorável de sentidos de mulher negra, diferente no tempo e no espaço da escravidão/liberdade. Por fim, representamos através do DSD o que a expressão *mulher negra* significa, conforme as relações de determinação constituídas no acontecimento enunciativo.

Referências

- EVARISTO, Conceição. Vozes-mulheres. In: **Cadernos Negros 13**. São Paulo: Quilombhoje, 1990. p. 32-33.
- GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 2002. Edição original: 1995.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2017. Edição original 2002.
- GUIMARÃES, E. Domínio Semântico de Determinação. In: MOLLICA, Maria Cecília; GUIMARÃES, Eduardo. (Orgs.). **A palavra**: forma e sentido. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007, p. 79 – 96.
- GUIMARÃES, E. **A enumeração funcionamento enunciativo e sentido**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 51, n. 1, p.49-68, 2009.
- GUIMARÃES, E. **Análise de Texto**: Procedimentos, Análises, Ensino. Campinas, SP: Editora RG, 2011.
- GUIMARÃES, E. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas, OS: Pontes Editores, 2018.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). **Dicionário da escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 353 – 360.
- PEREIRA, Rodrigo da Rosa. **Perspectivas femininas afro-brasileiras em cadernos negros (contos)**: Conceição Evaristo, Esmeralda Ribeiro e Miriam Alves, 2016. Tese (Doutorado em História da Literatura) – Universidade Federal do Rio Grande (UFRG) - Instituto de Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio Grande, 2016.
- SANTOS, JÁ. **Diáspora africana**: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 181-194.

O ÍNDIO (NEGRO DA TERRA¹): DE ESCRAVO À FRONTEIRA VIVA NO ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO DO BRASIL

Jane Josefa da Silva Camilo²

Taisir M. Karim³
(UNEMAT/PPGL)

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, vamos analisar, na perspectiva da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), a designação de índio, nas cenas de enunciação em que foram ditas, procurando compreender a história de sentidos dessas designações. Ao analisar o espaço de enunciação do/no Brasil, no período da colonização de Mato Grosso, é possível fazer um deslocamento a partir de documentos e textos que comprovam que houve resistência em relação à civilização por parte dos índios que já habitavam os sertões mato-grossenses.

Na história de Mato Grosso o índio aparece como ‘gentio, bárbaro, bravio’ que ocupava espaços ‘vazios’ nos sertões e precisava ser ‘civilizado’.

Para Monteiro (2005, p.166), enquadrar a população cativa numa categoria étnica padronizada – silvícolas, gentios, mestiços, negros, mulatos, ouro vermelho “representava muito mais do que uma política expressa da camada senhorial ou simples exercício semântico; tratava-se, antes, de todo um processo histórico envolvendo a transformação de índios em escravos”. Ainda, de acordo com o historiador, “para a maioria dos paulistas, os índios constituíam a verdadeira riqueza a ser extraída do interior - o ‘ouro vermelho’ ”.

1 De acordo com Monteiro (2005, p. 165), os colonos evitavam usar termos como *escravo* ou *cativo*, preferindo usar o termo *negro*, com o aumento dos negros africanos surgiram expressões para se referir aos índios: “gentio do cabelo corredio, administrados (em deferência à carta régia de 1696), servos, pardos e finalmente carijós (índios subordinados) ”.

2 Doutoranda em Linguística pelo PPGL/UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso. janejcamilo@hotmail.com

3 Professor Dr. do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da UNEMAT/Cáceres-MT.

ALGUMAS DESIGNAÇÕES DE ÍNDIO

Para Guimarães (2018, p.154), “a designação, de alguma maneira, constitui uma relação entre a linguagem e o mundo. O mundo tomado não enquanto existente, mas enquanto significado pela linguagem”. Os nomes que designam uma categoria étnica (silvícolas, gentios, mestiços, negros, mulatos, ouro vermelho), não só referem, mas significam ‘enquanto uma relação simbólica exposta ao real, enquanto uma relação tomada na história’, visto que, esse confronto enunciativo recorta um memorável diferente na medida que se dá como um confronto de lugares enunciativos. De modo que para analisar ‘mulato, silvícolas, mestiços, ouro vermelho’, devemos tratar “as palavras nas relações que suas enunciações constroem. E assim se pode observar a designação enquanto modo de significar o que aparece mostrado como existente”. (IDEM, p. 156).

Conforme Guimarães (2014, p.51), “o político é a contradição que instala o conflito no centro do dizer”, ou seja, ao designar os nativos como índios e como ‘ouro vermelho’, coloca-os como ‘mercadoria’, como um ser inferior, o que justifica a escravidão, transformando os ‘nativos da terra’ em escravos.

As primeiras manifestações de resistência física indígena aparecem nos relatos sobre as monções⁴, que eram as expedições fluviais e/ou terrestres que abasteciam a capitania de Mato Grosso, bem como levava as mercadorias (‘índio’ e ouro). O cronista José Barbosa de Sá, em 1725, relata o confronto entre os colonizadores e os índios:

Ano de mil setecentos e vinte cinco. Neste ano uma conserva de canoas de Povoador (São Paulo) para estas conquistas capitaneada por Diego de Souza que trazia bastante canoas suas com **muitos escravos e fazendas para negócio** foi acometida do **gentio Paiaguá** junto a barra do rio **Xarés** aonde **acabaram as vidas** todos os que vinham na conserva, escapando um só branco e **um negro** que foram

4 “Quando os bandeirantes paulistas atingiram o rio Coxipó, implementando guerra aos índios Coxiponés, chegaram a pé ou através de pequenas embarcações, utilizando-se da imensa rede hidroviária que drena o centro do continente. No momento em que a mineração floresceu, às margens do rio Cuiabá, nasceu ali um arraial onde foram construídas casas, igrejas, estabelecido pequeno comércio, tornando-se necessário regularizar o abastecimento, pois seus habitantes estavam ocupados somente com a mineração (...) a esse sistema abastecedor e de transporte de pessoas, implementando exclusivamente através dos rios, deu-se o nome de monções”. (SIQUEIRA, 2002, p. 34).

tomados de outras canoas que vinham atrás. (SÁ, 1725, *apud* SIQUEIRA, 1990, p. 272, grifo nosso).

Os enunciados⁵ que integram o texto⁶, expõem elementos de uma outra língua, tanto a nomeação da nação *Paiaguá* quanto a do rio *Xarés*, trazem marcas da língua indígena e, embora seja um documento escrito na língua oficial do Império português, pode-se observar uma diversidade de línguas, funcionando politicamente no espaço de enunciação. Conforme Guimarães (2018, p. 34), “não há espaço de enunciação que não seja múltiplo, pois, mesmo que nele haja ‘só uma língua’, ela não é uma só, ela se divide”, quer seja, ao trazer nomeações na língua indígena aparece o funcionamento da língua “exposto a algo externo, pois os falantes são determinados pelas condições históricas de existência.” Ou seja, a presença dos nomes de outras línguas significa a relação das línguas e a dominância do português.

É possível observar no recorte, “Diego de Souza que trazia bastante canoas suas com muitos escravos e fazendas para negócio”, que ‘escravos e fazendas’ funcionam semanticamente como objetos/mercadorias comercializáveis. E o enunciado pode ser parafraseado por:

(1) Escravos negros e fazendas (tecidos) eram trazidos para serem comercializados.

(2) Os índios mataram os ocupantes das canoas, entre eles os negros, só se salvou um negro.

Podemos constatar aqui registrado a presença do escravo negro desde 1725, o início da colonização de Mato Grosso.

Conforme Siqueira (1990), os indígenas presavam pela liberdade e atacavam aqueles que ‘invadiam seu território’, uma vez que enfrentavam três frentes de batalhas distintas:

-de Oeste para Leste: os espanhóis que, tradicionalmente utilizavam os índios nos trabalhos agrícolas e minerais; **-de Leste para Oeste:** os portugueses, através dos bandeirantes, ávidos na busca de índios e descoberta de minérios; **- de Sul para Norte:** os jesuítas que obstinadamente, perseguiram os índios para aldeá-los, através de Missões ou Reduções (...) era-lhes ensinada a religião católica, os usos

5 Enunciado é uma unidade de significação do recorte; elemento de uma prática social.

6 Estamos considerando texto conforme Guimarães (2011, p. 19), “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento da enunciação”, quer seja, o texto é integrado por enunciados, de modo que o texto não é uno porque é atravessado por vários enunciados.

costumes ocidentais e a **língua portuguesa**⁷. (SIQUEIRA, 1990, p. 271. Grifo nosso.)

Nesse texto, observa-se que os indígenas eram perseguidos pelos colonizadores que os encurralavam de todos os lados, buscando impor a cultura europeia. Dessa forma, o silêncio dos 'índios' e a imposição da língua eram justificados em nome da civilização e da religião.

Para Guimarães (2000), Portugal desenvolveu ações específicas para impor o português como a língua dominante no Brasil, o processo de colonização e ações normativas estabeleceram determinadas proibições, através do Diretório dos Índios (1757), dentre elas o uso de línguas indígenas, ou seja, das línguas gerais. Ao tratar das políticas de línguas no Brasil, Guimarães (2000) reflete historicamente sobre a política de línguas no espaço brasileiro. Para ele, as línguas são afetadas, no seu funcionamento, por condições históricas específicas e são elementos fortes no processo de identificação social dos grupos humanos. Desse modo, há uma divisão política na divisão de línguas no espaço de enunciação brasileiro, nessa divisão é dada a característica de língua civilizada para o português em oposição as línguas indígenas, consideradas língua de cultura, ou seja,

[...] as línguas indígenas aparecem, nesta divisão, como línguas de cultura, ou seja, línguas que fazem parte do que caracteriza as culturas dos povos que as praticam, sendo estes, então, caracterizados, entre outras coisas, por suas línguas. O português, por outro lado, aparece como língua civilizada que, por esta razão, ou nesta medida, suplantou estas línguas no processo histórico. (GUIMARÃES, 2003, p. 49).

Os índios utilizavam várias estratégias de resistência, empregando a migração como tática de fuga⁸ e o enfrentamento aos colonizadores. A política indigenista portuguesa no Brasil procurou usar os nativos convertidos na

7 Vale ressaltar que houve resistência em relação à língua portuguesa. De e acordo com Cruz (2010, p.01): Atualmente “em todo Mato Grosso estão distribuídos cerca de 38 povos indígenas, falando em torno de 34 línguas, além de indícios de 9 etnias ainda não contactadas”.

8 Para Monteiro (2005, p. 181) “a fuga e o absentismo dos cativos manifestaram-se com grande frequência ao longo do período em que vigorava a escravidão indígena (...). Maus-tratos, o desejo de se reunir a parentes que viviam numa outra fazenda ou mesmo o anseio de ser livre, todos surgiam como motivos para o abandono do senhor.”

proteção do território contra os ataques estrangeiros. Conforme o Conselho Ultramarino, de 20 de dezembro de 1695, os índios eram considerados os “guardiões da fronteira⁹”, as “muralhas do sertão”. Nesse enunciado é possível analisar a política de línguas instalada no espaço de enunciação do Brasil colônia, que procurava civilizar/colonizar explorando tanto como fronteiras vivas, assegurando com isso a posse das terras; como instrumento de trabalho.

Ao serem designados no acontecimento de enunciação do Conselho Ultramarino, pelas determinações de sentido que produzem, o sentido de índios faz funcionar um memorável de enunciações que semantizam outras enunciações, ou seja, outras designações que significam na linguagem na medida em que o dizer identifica essa apreensão do real para os sujeitos.

A designação *guardiões da fronteira* traz um memorável de vigilantes, funcionando o sentido de defesa militar, de guardar as fronteiras, como se estivessem autorizados a usar a força para proteger suas terras. No entanto, na segunda designação *muralhas do sertão* o sentido da palavra índios passa a funcionar como sinonímia de *guardiões da fronteira*, a nomeação anaforizada constrói sentidos para determinar índios.

Pelo que dissemos até aqui, podemos considerar o seguinte DSD -1¹⁰:

Guardiões da fronteira † índios † muralhas do sertão

A CENA ENUNCIATIVA

Tomamos o movimento de civilizar/colonizar os índios nos sertões de Mato Grosso, em um aspecto completamente oposto ao que aconteceu nas

9 Rodrigues (2015, p.89), enfatiza que “duas autoras exploram tal perspectiva, do indígena enquanto ‘muralha’ ou ‘Guardião da Fronteira’ da coroa portuguesa: Denise Mald Meireles (1989) e Nadia Farage (1991). Contudo, é preciso atentar para o “perigo” de não se considerar a atuação de indígenas junto a esse processo histórico, sob pena de interpretá-los enquanto ‘agentes passivos’, restritamente usados pela coroa a partir de uma leitura ‘eurocêntrica’ que não percebe as estratégias levadas a cabo por distintos povos indígenas”.

10 O Domínio Semântico de Determinação (DSD), definido por Guimarães (2007, p. 81) como “uma análise de uma palavra, que representa uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento do sentido da palavra no corpus especificado”. Utilizamos aqui: os sinais gráficos: †, † e † que significam determina, podem ainda aparecer os sinais — (significando sinonímia) e _____ (significando antonímia).

demais capitanias. O ¹¹Diretório dos Índios, que vigorou de 1757 a 1798, e previa a retirada dos índios da tutela religiosa, redistribuindo-os em povoações, sob o comando de um administrador para zelar pelos interesses da Coroa Portuguesa. Rolim de Moura, então governador, preferiu **não** publicar a lei de liberdade dos índios, como se pode observar na carta enviada a Tomé Joaquim da Costa Corte Real em 1759:

[...] **não me tenho resolvido publicar ainda** as leis da liberdade dos índios, porque esta gente, por liberdade, entende uma liberdade **licenciosa, sem gênero nenhum de sujeição**, tal como acostumam ter nas suas terras, em que não conhecem outra lei mais que o seu apetite. Pelo que **receei**, que das ditas leis tomassem motivo para se alvoroçarem ainda mais, e assim **me reservo a dita publicação para depois** que me constar estão todos sossegados, e a autoridade do novo pároco bem estabelecida. **Somente** os Paiaguás são reputados por **cativos** por provisões antigas, e como tais pagam capitação, e como esta nação nos tem feito sempre e está fazendo guerra, **fico em dúvida se a liberdade se deve também estender a eles**¹², se há de ter sido em guerra justa e com faculdade real, e debaixo dessa fé terem passado alguns a terceiros possuidores (MOURA¹³, carta 129, *apud* BLAU, 2007, p. 54, grifo nosso).

Se considerarmos o modo de constituição da cena enunciativa, a língua é distribuída desigualmente para seus falantes pois, conforme Guimarães (2018, p. 53), “o falante é agenciado politicamente e assim constitui a *cena enunciativa*: o acontecimento da enunciação produz sentidos ao constituí-la”.

Se tomarmos a cena enunciativa, tal qual a configura Guimarães (2018, p. 61), teremos:

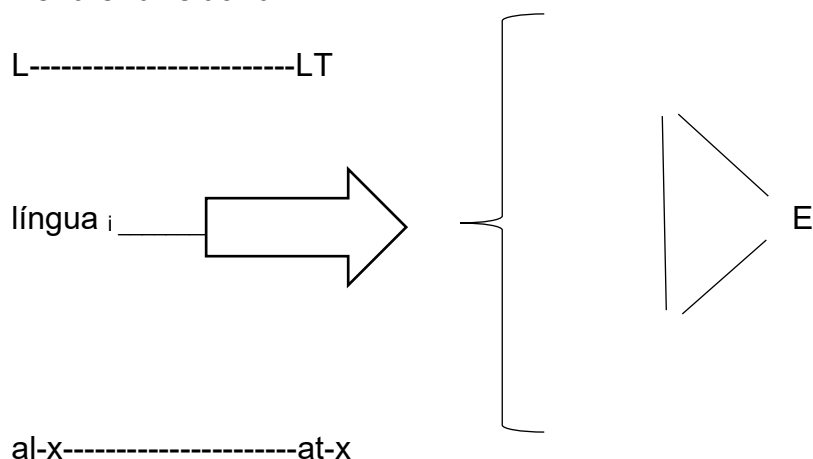
11 Conforme Coelho (2016), no período Pombalino (Marquês de Pombal), foi instituída a lei do Diretório do Índios, lei caracterizada por uma série de diretrizes a serem seguidas nas colônias portuguesas. Propunha a normatização de diversas práticas coloniais, estabelecendo critérios educacionais (somente o ensino da língua portuguesa), administração da força de trabalho e relações entre indígenas e colonos (miscigenação).

12Para Marcis (2013), esse decreto real, complexo, incorporou todas as leis e políticas que haviam sido decretadas nas capitanias do Norte, desde 1755. E a partir de 1758 essas leis foram convertidas em gerais e estendidas a todo o Estado do Brasil. Possivelmente, nos bastidores, os personagens deviam comentar e até emitir opiniões, mas toda precaução era necessária para evitar se tornarem públicas e utilizadas como evidências de infidelidade

13 MOURA, Antonio Rolim de. *Correspondências*. Vol. 4, Carta 129 *In*: BLAU, 2007.

ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO

Cena enunciativa



Na representação acima, podemos dizer que “o falante é agenciado e dividido como Locutor (L), alocutor (al-x) e enunciador; vemos também como esta divisão agencia uma configuração de alocação: um Locutário correlato do Locutor e um alocutário (-x) correlato do alocutor (at-x)” (GUIMARÃES, 2018, p.99).

Na cena enunciativa, do acontecimento de enunciação da Carta do governador Rolim de Moura, há um alocutor (al-x) alocutor-governador, que enuncia a um alocutário (at-x) representante da Coroa portuguesa. O lugar social de locutor aparece significando na relação dos lugares com as condições históricas do acontecimento enunciativo, quer seja, o alocutor-governador do Mato Grosso argumenta pela manutenção da escravidão indígena para o alocutário-representante da Coroa. A sustentação da relação de argumentação se faz a partir do lugar social de governador que não publica a lei deixando de cumprir as ordens do Rei.

No enunciado “não me tenho resolvido publicar **ainda** as leis da liberdade dos índios”, o al-gov, enuncia do lugar social de governador, argumenta sobre ‘suas razões’ em não se fazer cumprir a lei e ainda assegura: “me reservo a dita publicação para depois”. O lugar social de governador sustenta tanto o adiamento da lei quanto o não cumprimento dela.

O falante é tomado pelas sistematicidades linguísticas, quer seja, pelas marcas linguísticas. Ao enunciar os advérbios *ainda*, *depois* e *somente*, o falante se apresenta, pelo sentido destas articulações, agenciado em Locutor (aquele

que diz), sustentando a argumentação do alocutor-governador (lugar social de dizer) que diz para seu alocutário (at-rep) os motivos para o não cumprimento do Diretório dos Índios, após dois anos de vigor da lei no Brasil, o que significa que os índios mato-grossenses continuavam escravos, (embora *somente* os Paiaguás fossem ‘legitimados’ como cativos), quer seja, embora não fossem ‘legitimados’ como cativos, os demais índios ‘eram escravos’, diferenciando a própria escravidão indígena no sertão de Mato Grosso.

No espaço de enunciação mato-grossense, no qual se constitui a cena enunciativa, o sentido produzido por essa sequência faz significar uma enunciação política, em conflito com as ordens do rei, uma vez que o alocutor-governador/colonizador sustenta o não cumprimento da lei, ‘culpando o próprio índio’: “essa gente entende por liberdade uma liberdade licenciosa, sem gênero nenhum de sujeição. ” O funcionamento da argumentação exclui os indígenas do lugar social de alocutário e sustenta a manutenção da escravidão, levando a uma conclusão direcionando o sentido de que os índios não conseguiriam conviver em liberdade.

No espaço de enunciação da Província de Mato Grosso, no período da colonização no Brasil, havia falantes do português (Fi), falantes da língua indígena (Fa) e falantes da língua africanas (Fe), embora apenas a língua portuguesa fosse a língua oficial, “a língua que se apresenta como língua das práticas de ‘gestão’ da sociedade do império”. (GUIMARÃES, 2018, p.29). O que nos faz analisar que os falantes indígenas e africanos foram excluídos, interditados de dizer e apenas os falantes da língua portuguesa (al-gov.) estavam autorizados a fazer e a cumprir as leis nesse espaço de enunciação do Brasil colônia, em que o (al-gov) de Mato Grosso não cumpria as leis e fazia as adaptações ‘necessárias’, de acordo com suas vontades falantes da língua portuguesa (al-gov), estava autorizado a fazer e cumprir as leis, nesse espaço de enunciação do Brasil colônia, em que o al-gov, de Mato Grosso não cumpria as leis e fazia as adaptações ‘necessárias’, de acordo com suas vontades.

Esta sustentação produz uma partilha do real¹⁴ pois, “aquilo de que se fala só é um referente enquanto uma construção cuja historicidade tem a ver com a

14 Guimarães, ao tratar da partilha do real se ancora no conceito da partilha do sensível, desenvolvido por Rancière (2005, p. 15), “denomino partilha do sensível o sistema de evidências

partilha do real que a enunciação produz, enquanto significada e não simplesmente enquanto existente” (GUIMARÃES, 2018, p.108), sustentando o movimento de sentido de que a escravidão em Mato Grosso foi uma escravidão diferenciada, em que negros e índios lutaram juntos, resistiram juntos, como veremos nas formações dos quilombos.

Mato Grosso, sendo região fronteira e de difícil acesso, fez com que os colonizadores utilizassem os indígenas como povoadores de várias cidades/fronteiras, desempenhando a função de ‘muralhas do sertão’. Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres foi um dos governadores que mais se ‘beneficiou dos indígenas’, tanto que em 1772, obedecendo às Instruções Régias¹⁵, determinou que um terço das milícias seriam índios *Bororos*, pois eram considerados fundamentais na defesa da Capitania. O capitão-general ainda criou importantes povoados em posições estratégicas, povoando com índios, o que pode ser observado no trecho da carta de 20 de novembro de 1778, em que o governador de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, encaminha o termo de fundação da Villa Maria do Paraguay (atual cidade de Cáceres - MT) à rainha de Portugal:

Faço a Sua magestade presente o Termo da Nova Fundação denominada Villa Maria do Paraguay(...) tendo-me valido assim de **povoàla**, alem de outros cazaes dispersos que pude congregar demais de sessenta **Índios Castelhanos** de ambos os Sexos que haverá tres mezes desertaram da **Missaõ de Saõ Joãõ de Chiquitos**, persuadidos de **Pessoas** que neste mesmo objeto se fez penetrar ao dito estabelecimento”. (In: Fundação de Vila Maria: Cáceres, 1778, grifo nosso).

É possível observar no acontecimento enunciativo da carta a preocupação do governante em ‘povoar’ com os indígenas desertores das missões (castelhanas), instalando o paradoxo de liberdade/escravidão, visto que

sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. ”

15 Tomamos as Instruções Régias como um acontecimento enunciativo. O acontecimento enunciativo “é um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes, mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como uma latência de futuro”. (GUIMARÃES, 2017, p. 20).

ao desertarem das missões civilizadoras/jesuíticas espanholas tornavam-se ‘escravos’ nas vilas que iam sendo fundadas, em uma perspectiva de colonização/dominação das terras fronteiriças. Nas palavras de Monteiro (2005):

[...] terras em abundância, necessidade de escravos (...) a gênese da escravidão no Brasil - tanto indígena quanto africana – encontrava-se na articulação de um sistema colonial que buscava criar excedentes agrícolas e extrativistas, transformando-os em riqueza comercial, e **apropriar-se deles**. (MONTEIRO, 2005, p. 129, grifo nosso).

Ainda na carta da fundação da *Villa Maria do Paraguay* (1778), é possível verificar que as outras três povoações fundadas por Luiz de Albuquerque¹⁶ também precisavam ser povoadas, mas por pessoas ‘brancas civilizadas’ e não pelos índios que podiam se emprenhar na mata/desertos, ou seja, resistiam à colonização, contrariando a posição do Conselho Ultramarino, que os consideram como ‘muralhas’:

[...] ficando alem disto bem nas vizinhanças da **Fronteira**; porem necessitará de bastante tempo e despeza (...) e o mesmo repito tambem a V Ex.c^a que socede a respeito dos **outros tres novos Estabelecimentos** ou Povoações a que da mesma sorte principio nesta Capitania [...] pela notoria falta de habitantes, pois que a huma taõ remota parte do Mundo como esta e taõ pouco sadia, saõ com efeito raríssimas as **Pessoas** que voluntariamente se transportam (...) Pelo que tudo de sua Magestade fosse servida demandar conduzir hum certo numero que parecesse de **famílias brancas** [...] na certeza em que se pode convir de ser como baldado todo maior fundo que se fizer na **civilização** e prestimo **destes Indios selvagens quazi sempre inconstantíssimos, ferozes e indovamaveis ou d’huma endolencia e preguiça** sem exemplo que vagando pelos matos por efeitos da própria inclinação [...] **se internam novamente** sempre que podem conseguillo por **estes imensos dezertos** que a tudo preferem, dispois de executarem as suas costumadas rapinas, mortes, e outros dânos; [...]. (*In*: Fundação de Vila Maria: Cáceres, 1778, grifo nosso).

O desejo de civilização é marcado no funcionamento do enunciado “demandar conduzir hum certo numero que parecesse de famílias brancas”, no qual o alocutor (al-x) alocutor-governador (al-gov), enuncia a um alocutário (at-

16 O quarto-capitão general construiu vários fortes e fundou cidades e povoados: Forte Coimbra (1775), Forte Príncipe da Beira (1783), Presídio de Albuquerque (Corumbá -1778), Vila Maria do Paraguai (Cáceres -1788), São Pedro D’El Rey (Poconé -1782) e Cocais (Livramento). (PÓVOAS, 1985).

rei). Estabelece nessa cena enunciativa um enunciado imperativo¹⁷, em que as marcas linguísticas dos verbos (locução verbal) reivindicam e indicam uma diretividade ao alocutário-rei não só quanto ao auxílio financeiro como também a presença de ‘famílias brancas’, estabelecendo na cena enunciativa¹⁸ um movimento semântico que funciona a partir da relação línguas/sujeitos colonizador/colonizado em que “a convivência de pessoas brancas com os ‘índios’ ferozes e indomáveis os tornariam mais civilizados, e os brancos os manteriam sob constante vigilância, visto que os índios realizavam ações repetidas de evasão ‘internando novamente’ na mata, em que o advérbio de tempo ‘novamente’ rediz a ação de fuga dos índios.

Quais os sentidos de “civilização” e “índios” nessa cena enunciativa? Se partimos do conceito de designação desenvolvido por Guimarães (2002, p.9), a designação de uma palavra “é sua significação enquanto algo próprio das relações de linguagem e também, e por isso mesmo, enquanto uma relação simbólica exposta ao real, enquanto uma relação tomada na história”. “Civilização” pode ser interpretada em antonímia com “índios”. Podendo ser parafraseada por:

(1’) As pessoas¹⁹ brancas, [que são civilizadas e são pessoas] ensinarão civilização aos índios selvagens.

(1’’) Os índios [essa gente] são selvagens, fogem para o mato [porque não são civilizados].

17 De acordo com Guimarães (2011, p.64), “a enunciação imperativa traz uma diretividade a respeito de uma ação futura em virtude de alguma razão”. Para saber mais ver o capítulo: “Desordem” no Congresso.

18 Para Guimarães (2014, p. 58), a cena enunciativa ‘se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas’. Nessa medida, as cenas enunciativas ‘são especificações locais nos espaços de enunciação’ e são um espaço particularizado de agenciamento do falante em locutor que distribui os lugares de enunciação no acontecimento”.

19 Nas correspondências de Luiz de Albuquerque (1778), a palavra **pessoa** aparece quando se referem aos brancos, mas também encontramos em relação aos escravos: “80 Pessoas de vários sexos e idades quazi todas ellas sugeitas a Escravidão”. Quando se refere ao índio encontramos *espécies e indivíduos*: “pelo menos tres quartas partes do referido número de **habitantes** são negros, mulatos, ou outros **mestiços** das muytas e **diferentes espécies** que há neste Paiz”. “A povoação desta vila começou com casais de **índios** castelhanos desertados de Chiquitos -78 **indivíduos** de ambos os sexos, e **outras pessoas** num total de 161.” O que nos dá sustentação para afirmarmos que Pessoas configurava o sentido antônimo de índios.

(1^o) Os índios selvagens [precisam virar pessoas civilizadas] convivendo com pessoas brancas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomamos esses exemplos para demonstrar que o processo enunciativo de designação significa na medida em que se dá como um confronto de lugares enunciativos pela própria temporalidade do acontecimento. Pois se mudam os lugares enunciativos em confronto recorta-se um outro memorável. Dito de outro modo, no espaço de enunciação do Brasil colônia, enquanto espaço político, portanto ‘um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas’ (GUIMARÃES, 2017, p.24), os sentidos de “índio” trazem um memorável de adjetivos ‘pejorativos’: selvagem (essa gente), indolente, preguiçoso; enquanto as “famílias brancas” trazem um memorável de ser humano (pessoa) e de civilizado.

Se levamos em consideração o funcionamento desse espaço de enunciação como constitutivo do início da consolidação da urbanização das cidades de Mato Grosso, observa-se que a política indigenista portuguesa procurou usar os índios dos sertões, convertidos, na proteção do território contra os ataques estrangeiros, bem como ocupantes dos territórios a serem ‘colonizados’. Nos dizeres de Silva (2005, p.95), os índios foram “transformados em ‘fronteiras vivas’ e como mão-de-obra na lavoura dos brancos. ” Não se possa negar a resistência à colonização/civilização, bem como a relação da língua portuguesa com a língua indígena, nesse espaço político do primeiro momento da colonização no sertão mato-grossense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” do século XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

BLAU. Alessandra Resende Dias. *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso (1752-1798)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Cuiabá/MT: UNEMAT, 2007, 149 f.

CANOVA, Loiva. *Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)* / Loiva Canova. – Curitiba, 2011. 319f.

CARRIL, Lourdes. *Terras de Negros: herança de quilombos*. São Paulo: Scipione, 1997.

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. Língua de civilização e língua de cultura. *IN: BARROS, Diana Luz de. Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2000

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. In: *Letras nº 26 - Língua e literatura: Limites e fronteiras*. Jun. 2003. Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UFMS.

GUIMARÃES, Eduardo. (1995). *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas. Pontes, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. *Análise de texto*. Procedimentos, análises e ensino. Campinas, Editora RG, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. (2002) *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, Pontes, 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP, Pontes Editores, 2018.

MARCIS, Teresinha. *A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822*. Salvador, 2013. 309f.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NEVES, Gabriel Novis (org.) *Fundação de Vila Maria: Cáceres, 1778*. UFMT/ Cuiabá, 1977.

PÓVOAS, Lenine C. *História de Mato Grosso*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Academia Mato-grossense de Letras. Cuiabá/MT. 1985.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo EXO experimental org., 2005.

SIQUEIRA, E. M. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, 1990.

SIQUEIRA, E. M. *História de Mato Grosso. Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SENTIDOS DE ARQUIVO E ESCRAVIDÃO NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO

Jaqueline Cunha Ribeiro
(UESB/PPGLin/CAPES)¹

Graciete da Silva de Souza
(UESB/PPGLin/CAPES)²

Jorge Viana Santos
(UESB/PPGLin/FAPESB)³

1 Introdução

A escravidão, em linhas gerais, caracterizada pela assunção do direito de propriedade de um homem sobre o outro, é marcada por diversas ocorrências e formas ao longo da história. Na história do Brasil, esse sistema se estabeleceu a partir do século XVI com as primeiras medidas efetivas adotadas por Portugal para a manutenção e continuada exploração do vasto território sob seu domínio, como forma de atender à necessidade de produção em larga escala para obtenção de lucros com a nova terra conquistada. Embora, a princípio, esse processo tenha sido marcado pelas tentativas de escravização dos povos indígenas que ali viviam, a escravidão na colônia portuguesa, posteriormente Brasil, caracterizou-se, sobretudo, pela importação de escravos “[...] africanos que foram trazidos do ‘continente negro’ para o Brasil em um fluxo de intensidade variável” (FAUSTO, 1994, p. 51), em um sistema que esteve legalmente em vigor, por quase quatro séculos.

No decorrer do século XIX, com os avanços do abolicionismo no Atlântico e da construção do Estado Nacional Brasileiro, o país se viu frente a um lento e

¹Mestranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista CAPES (Código de Financiamento 001). E-mail: jaque.cunha.13@hotmail.com

²Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista CAPES (Código de Financiamento 001). E-mail: graciete@live.com

³Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Titular do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin-UESB), campus de Vitória da Conquista (UESB/PPGLin/DELL/Brasil). E-mail: viana.jorge.viana@gmail.com.

gradual processo de implantação de leis de cunho abolicionista, as quais culminaram na assinatura da Lei Áurea (Lei n°3.353) que, promulgada em 13 de maio de 1888, propôs a extinção da escravidão. No imediato pós-abolição, em 14 de dezembro de 1890, foi requisitada por Rui Barbosa, então Vice-Chefe do Governo Provisório e Ministro da Fazenda, a incineração dos papéis, livros e documentos concernentes à escravidão. Conforme Slenes (1985), a autorização desse ato de destruição de parte dos registros de tal sistema teve por intento, provavelmente, a tentativa de evitar possíveis pedidos de indenização por parte dos senhores destituídos, desde a abolição, dos seus direitos de propriedade sobre os ex-escravos já que “de 1872 em diante, as matrículas e o registro de mudanças na população constituíam a única base legal para a propriedade em escravos (SLENES, 1985, p. 4).

A matrícula dos escravos, determinada pela Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 (Lei n° 2040) e executada em 1872, conforme aponta Mamigonian (2011) ao acompanhar discussões políticas relativas aos registros de propriedades de escravos, funcionou como instrumento legalizador do direito de propriedade dos senhores sobre os escravos contrabandeados ilegalmente⁴ e que deveriam ser considerados livres⁵ em conformidade com a lei Diogo Feijó de 7 de novembro de 1831 e posteriormente pela vigência da lei Eusébio de Queiroz de 4 de setembro de 1850 (Lei n°581).

Desse modo, a destruição de certos documentos concernentes à escravidão, entre eles, as matrículas de escravos que anteriormente à Lei Áurea garantiam o direito de propriedade de um senhor sobre o escravo, inviabilizaria

⁴ No Brasil, durante o século XIX, foram sancionadas as seguintes leis brasileiras antitráfico: Lei Diogo Feijó, de 7 de novembro de 1831, a qual declara livres os escravos vindos de fora do império; Decreto de 19 de novembro de 1835, o qual regula a arrematação de serviços dos africanos livres; Lei Eusébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850, a qual reforça a proibição da entrada de africanos escravos no Brasil, retificando a Lei Diogo Feijó de 1831; Decreto 3310 de 24 de setembro de 1864, o qual concede emancipação aos africanos livres. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 26 de março de 2020.

⁵ À respeito da liberdade no contexto da escravidão brasileira, Santos (2008), em sua tese de doutorado intitulada *Liberdade na escravidão: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria*, argumenta que tanto as cartas de alforria (Direito Costumeiro) quanto as leis positivas (Direito Positivo), ditas abolicionistas da época, complementares uma à outra, funcionavam como instrumentos de manutenção do sistema escravista e indicam a coexistência de sentidos de liberdade distintos. Conforme Santos (2008, p.84-85), no Brasil do século XIX havia simultaneamente um conceito de liberdade válido para o senhor branco, cidadão de nascimento livre, cuja liberdade não carecia de complemento (*liberdade SC*) portanto, *intransitiva*; e um conceito de liberdade direcionada ao escravo que se tornava livre de algo, (*liberdade CC*), portanto *transitiva*.

quaisquer tentativas de apelo a ressarcimento por parte dos senhores direcionadas ao governo. Por outro lado, acerca da eventual queima dos documentos referentes à escravidão, foram registrados, nos jornais em circulação no período, posicionamentos adversos e favoráveis, uma vez que ao tentar apagar as marcas da escravidão essa determinação subtrairia, dada a eliminação de algumas fontes, a possibilidade de maior compreensão acerca da história do país.

Assim, tendo em vista que o século XIX marcou o surgimento e circulação de diversos periódicos, entre os quais, o *Diário de Notícias do Rio de Janeiro* (1885-1895)⁶, que noticiou os acontecimentos cotidianos da época, de forma a contribuir posteriormente como fonte relevante de estudos sobre a história política e cultural da nação, este trabalho toma por objetivo analisar sentidos de *escravidão* e *arquivo* em funcionamento no *Diário de Notícias do Rio de Janeiro* em dezembro de 1890, ocasião da chamada *queima dos arquivos da escravidão*. Tomamos como *corpus* especificamente as matérias intituladas *Arquivo da escravidão*, publicada em 20 de dezembro, referindo-se à realização da primeira queima dos arquivos concernentes à escravidão; e *Bello Exemplo*, publicada em 22 de dezembro, referindo-se à Moção posta em discussão em uma sessão do Congresso Nacional a respeito da autorização da queima de tais arquivos. Para alcançar o objetivo proposto, utilizamos como aporte teórico metodológico os pressupostos da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 1995, 2002, 2007, 2009, 2011, 2018) mobilizando, sobretudo, os mecanismos de reescrituração e articulação na temporalidade do acontecimento enunciativo.

Este trabalho se justifica, portanto, por apresentar um viés histórico-linguístico que contribui para ambas as áreas, pois, por um viés histórico, toma os periódicos enquanto fontes históricas do contexto supracitado e, por um viés linguístico, toma os periódicos como materialidade considerável para análises dos acontecimentos enunciativos, corroborando, assim, por meio da análise linguística desse documento histórico, o entendimento de que a base da formação e do desenvolvimento da sociedade brasileira se deu através do

⁶ As edições utilizadas do jornal *Diário de Notícias do Rio de Janeiro* (1885-1895) encontram-se disponíveis em versão digital no site da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/explore/acervos/hemeroteca-digital>. Acesso em: 26 de março de 2020.

sistema escravista, que vigorou durante séculos e se perpetuou nas relações sociais mesmo após a abolição. Eleva-se, ainda, a necessidade de estudos⁷ que busquem contribuir com reflexões acerca desse sistema no Brasil, país esse, cuja escravidão não apenas faz parte da história, mas se configura como a própria história. É, portanto, nesse escopo, que esse trabalho se insere.

Posto isto, o texto se organiza, além desta seção, em mais três seções, quais sejam: **Pressupostos teórico-metodológicos**, onde apresentamos os fundamentos da Semântica do acontecimento; **Caracterização do corpus e procedimentos metodológicos**, onde caracterizamos o *corpus* e apresentamos os procedimentos metodológicos empreendidos na análise; **Análise e discussão**, onde apresentamos a análise empreendida para chegar à compreensão da construção de sentidos de *arquivo* e *escravidão* em duas matérias do periódico *Diário de notícias do Rio de Janeiro* (1885-1895), quais sejam: *Arquivo da escravidão* e *Bello Exemplo*; e por fim, **Considerações Finais**, onde apresentamos os resultados da análise e, por conseguinte, das relações estabelecidas entre *arquivo* e *escravidão* no imediato pós-abolição.

2 Pressupostos teórico-metodológicos

A Semântica do Acontecimento, definida como uma semântica “[...] que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 7), ao se filiar às abordagens argumentativas de Ducrot (1984) e às abordagens enunciativas de Benveniste (1966), propõe-se a tratar a significação em sua relação com o exterior marcado pelo corte saussureano⁸, ou seja, propõe-se a tratar a linguagem em sua relação com a história e com o sujeito que enuncia

⁷Na área da Semântica, destacam-se os seguintes estudos que contribuem para o tema da escravidão no Brasil a partir de um ponto de vista linguístico, entre os quais: Santos (2008), cuja pesquisa analisa o conceito de *liberdade* em cartas de alforria do Brasil escravagista; Zattar (2000), que tomou como objeto, em pesquisa de mestrado, a mudança da condição jurídica do escravo de objeto de direito à pessoa livre; Ferraz (2012), em pesquisa na qual analisa o termo *senhor* no senhorio brasileiro no contexto da escravidão e do pós-abolição; Couto (2017), em pesquisa na qual analisa sentidos de *liberdade* no acontecimento do 13 de maio; Santos (2013) em estudo sob a tutela de filhos de ex-escravas no Brasil pós-abolição; Carvalho (2016) em pesquisa a respeito do termo *mãe* em documentos do período escravagista e do pós-abolição, entre outros.

⁸ Ferdinand de Saussure em *Cours de Linguistique Générale* (1916), institui o “corte saussuriano”.

(GUIMARÃES, 1995). Para tanto, a princípio, dialogando com conceitos da Análise de Discurso, de linha francesa, conclui que

“[...] é decisivo [...] o tratamento da enunciação como a língua posta em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento. O acontecimento é constituído do sentido, mas enquanto configurado pela relação do presente com a memória do interdiscurso e as regularidades da língua que, como vimos, são regularidades históricas e assim sua autonomia é relativa: a sua interioridade tem as marcas de sua exterioridade” (GUIMARÃES, 1995, p. 86).

Nessa perspectiva, o sentido é histórico, pois se configura não apenas linguisticamente, mas também a partir das circunstâncias sociais de sua existência. Dessa forma, explica o semanticista, para compreender a constituição de um sentido, deve-se partir do entendimento acerca de seu funcionamento no acontecimento de linguagem, enquanto enunciado de um texto. Esse acontecimento, ao instaurar sua própria temporalidade, faz significar. Assim,

“[...] o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido no tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença” (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

Desse modo, “[...] as expressões lingüísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam” (GUIMARÃES, 2002, p.5). Esse acontecimento se estabelece em consonância com a relação entre o sujeito que enuncia, a língua e a história, instituindo sua própria temporalidade. A temporalidade do acontecimento enunciativo, por sua vez, constitui-se pelo presente, ato de enunciar; pelo passado, recortado por memoráveis que fazem essa enunciação significar; e pelo futuro, enquanto possibilidades de projeções de sentido de determinada enunciação. Assim, “[...] o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação” (GUIMARÃES, 2002, p. 12). Dessa forma, a Semântica do Acontecimento propõe que o sentido não é fixo e circula na contradição e conflito dos espaços de enunciação, marcados pela divisão própria do político, o qual se constitui

como parte do funcionamento linguístico e da produção de sentidos no acontecimento do dizer:

Esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto. A língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

De acordo com Guimarães (2002), o funcionamento linguístico é político, uma vez que distribui nos espaços de enunciação diferentes lugares de dizer, constituindo “[...] modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, 2002, p. 23). Assim, na Semântica do Acontecimento, as figuras da enunciação⁹, marcadas pela temporalidade própria do acontecimento, dividem-se em: Locutor, aquele que se considera origem do dizer e que ao dizer desconhece que fala a partir de um lugar social; locutor-x, que representa o lugar social de que se fala; e o enunciador, que representa o lugar de dizer produzido pela e na enunciação. Conforme Guimarães (2002), o enunciador se apresenta de três modos diferentes, quais sejam: enunciador individual, enunciador genérico e enunciador universal. Esse funcionamento linguístico, ao marcar os lugares de dizer no acontecimento enunciativo, indicam a multiplicidade de sentidos que se constitui da relação da língua com o político.

Assim, consideramos, neste trabalho, a concepção da Semântica do Acontecimento, conforme a qual, a enunciação, enquanto acontecimento do dizer, instaura a própria temporalidade. Dessa forma, levando em conta a constituição da operação enunciativa, utilizaremos nas análises propostas os pressupostos de tal Semântica, mobilizando, sobretudo, dois mecanismos enunciativos de produção de sentido: a reescrituração e a articulação.

O mecanismo de reescrituração consiste em redizer o dito, atribuindo algo ao reescriturado, “ou seja, uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão” (GUIMARÃES, 2009, p. 5). Esse procedimento possibilita

⁹Nota-se, aqui, a filiação da Semântica do Acontecimento, postulada por Guimarães, à noção de polifonia de Ducrot (1984).

analisar as relações de sentido que um termo pode assumir em um texto. Conforme Guimarães (2009), o procedimento de reescrituração se dá de cinco modos, a saber: repetição, substituição, elipse, expansão e condensação. Os modos de reescrituração produzem sentidos de sete maneiras, quais sejam: sinonímia, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização, enumeração e definição (GUIMARÃES, 2009).

O mecanismo de articulação, por sua vez, consiste em estabelecer relações de sentido por meio da forma como uma palavra se associa contiguamente à outra em dado enunciado, ou seja, trata-se do “[...] procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos lingüísticos significam sua contigüidade” (GUIMARÃES, 2009, p. 3). Conforme Guimarães (2009), o procedimento de articulação se dá de três formas diferentes: por dependência, por coordenação e por incidência.

Segundo Guimarães (2007), levando-se em consideração esses dois procedimentos enunciativos de produção de sentidos, é possível se chegar à construção de um DSD (Domínio Semântico de Determinação), representação da determinação de uma palavra conforme as relações de reescrituração e articulação dela com outras em determinado texto. Guimarães (2007) indica a utilização de alguns símbolos na construção do DSD, os quais representam as determinações de sentido das palavras no texto, são eles: \top \perp \dashv \vdash . Além disso, para representar relações de sinonímia, faz-se uso do seguinte símbolo: ----- e para representar relações de oposição, utiliza-se este símbolo: _____. Dessa forma, é possível através dos DSDs esquematizar as relações de sentido constitutivas de determinado enunciado.

Passemos, agora, para a caracterização do *corpus* e dos procedimentos metodológicos empreendidos para a análise.

3 Caracterização do *corpus* e procedimentos metodológicos

O século XIX marcou o surgimento de diversos periódicos no Brasil. Segundo Ferraz (2014), esses periódicos tinham por objetivo participar dos

debates políticos e reverberar os acontecimentos da época, contribuindo, assim, não somente com a difusão das notícias, como também, com a difusão de ideias. Para este trabalho, levando em consideração o objetivo proposto, qual seja: analisar sentidos de *arquivo* e *escravidão* no imediato pós-abolição na ocasião da chamada *queima dos arquivos da escravidão*, selecionamos no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira¹⁰ periódicos que estiveram em circulação no Rio de Janeiro, capital do Brasil no período. A partir dessa especificação, selecionamos o periódico *Diário de Notícias do Rio de Janeiro (1885-1895)*, disponível em formato digital.

Conforme informações que constam na plataforma da Hemeroteca Digital, disponível no site da Biblioteca Nacional, o periódico *Diário de Notícias do Rio de Janeiro* foi fundado em 1885 e mantido em circulação até 1895. Esse periódico, de publicação diária, tinha suas edições impressas na Tipografia na Rua do Rosário, nº 121 e tinha o escritório na Rua do Ouvidor, nº 118, sob propriedade de Carneiro, Senna e Comp. O periódico trazia em seu conteúdo, reportagens voltadas para o interesse público, informações relacionadas aos debates políticos do período e acontecimentos diários da sociedade brasileira. Quanto à estrutura, o *Diário de Notícias do Rio de Janeiro*, estendia-se em edições de quatro a seis páginas e não apresentava seções fixas, o conteúdo das seções variava entre folhetins, atos oficiais, avisos, artigos, anúncios e matérias sobre os acontecimentos cotidianos da sociedade.

Posto isso, o *corpus* desse trabalho compõe-se das matérias *Archivo da escravidão*, do dia 20 de dezembro de 1890 e *Bello exemplo*, do dia 22 de dezembro de 1890, publicadas originalmente no jornal *Diário de Notícias do Rio de Janeiro (1885-1895)*.

Metodologicamente, adotamos os seguintes passos: primeiro, fizemos a transcrição do texto original mantendo a grafia da época; segundo, empreendemos uma leitura analítica observando os seguintes critérios: a) enunciados em que os termos *archivo* e *escravidão* aparecem reescriturados; e

¹⁰ Conforme Couto (2017), o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, portal de periódicos nacionais em funcionamento desde 2012, integrante do portal a Biblioteca Nacional, constitui-se de documentos digitalizados, entre os quais, jornais brasileiros do século XIX e XX. A Hemeroteca Digital, permite o acesso aos arquivos digitalizados e possibilita ampla consulta ao pesquisador, pela internet.

b) enunciados em que os termos *archivo* e *escravidão* aparecem articulados a outros elementos linguísticos. Após a leitura analítica empreendida, seguindo os critérios (a) e (b), foram encontrados um total de 20 excertos, reunidos da seguinte maneira: 10 excertos na matéria *Archivo da escravidão* e 10 excertos na matéria *Bello exemplo*. Dentre esse total, dada a extensão do presente trabalho, recortamos para análise 2 excertos da matéria intitulada *Archivo da escravidão* e 2 excertos da matéria intitulada *Bello exemplo*. Por uma questão metodológica, a análise foi dividida em dois subitens, sendo o primeiro intitulado **Sentidos de *arquivo* e *escravidão* no texto da matéria *Archivo da escravidão*** e o segundo intitulado **Sentidos de *arquivo* e *escravidão* no texto da matéria *Bello exemplo***. Passemos, agora, à análise.

4 Análise e discussão

4.1 Sentidos de *arquivo* e *escravidão* no texto da matéria *Archivo da escravidão*

O primeiro texto¹¹ selecionado para a análise se refere à uma matéria retirada da primeira página do jornal *Diário de notícias do Rio de Janeiro*, edição de 20 de dezembro de 1890, intitulada *Archivo da escravidão*; essa matéria diz respeito à realização da primeira queima dos documentos concernentes à escravidão, autorizada pelo então ministro da fazenda, Rui Barbosa, no dia 20 de dezembro de 1890. Além de trazer a notícia da queima de documentos, elenca a relação de nomes daqueles que se encontravam presentes assistindo à realização de tal ato. Dito isso, passemos, então, à análise do excerto (1) retirado da matéria em questão:

¹¹ Tomamos, aqui, a atribuição de Guimarães (2011), conforme o qual, texto “[...] é uma unidade de sentidos que integra enunciados no acontecimento de enunciação” (GUIMARÃES, 2011, p. 19).

Excerto (1)¹²

ARCHIVO DA ESCRAVIDÃO

[...]

O mestre carpinteiro, José Francisco da Costa no acto da queima, apresentou á comissão **o africano Custodio**, de 108 annos de idade, operario da alfandega, pedindo que consentisse **ter ele a satisfação de assistir tambem á destruição completa dos attestados de martyrio e de opprobrio da sua raça** (DIÁRIO DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, edição 2000, p. 01, 20 de dezembro de 1890 – Hemeroteca Digital).

Observa-se, nesse excerto, que o termo *archivo*, reescrito por elipse, por *acto da queima*, vem articulada à expressão definida *O mestre carpinteiro, José Francisco da Costa*. A sequência, *pedindo que consentisse ter ele a satisfação de assistir tambem á destruição completa dos attestados de martyrio e de opprobrio da sua raça* possui duas reescrituras de *o africano Custódio*. A primeira reescritura se dá por *ele*, em *ter ele a satisfação*; e a segunda por *sua*, em *attestados de martyrio e de opprobrio da sua raça*. Ambas as reescrituras se dão por substituição e se articulam a *attestados de martyrio e de opprobrio*. Essa cadeia de reescrituras e articulações produzem o sentido de que a raça é determinante da condição de escravo, nesse caso, ser africano, no sistema escravista, foi condição para ser considerado escravo e, por conseguinte, no pós-abolição ser africano é sinônimo de ser ex-escravo. Vê-se aqui o funcionamento descrito por Santos (2008, p. 238), o autor comprova semanticamente que a escravidão brasileira foi explicitamente étnica/racial, portanto, de fato e pelo direito, ser africano na sociedade brasileira escravagista correspondia a ser escravo. Ressalta-se que a africanidade, nesse contexto, não é indicada somente pelo local de origem, mas, sobretudo, pela cor da pele.

Vejamos, ainda, que em *ter ele a satisfação de assistir tambem á destruição completa dos attestados de martyrio e de opprobrio da sua raça* há uma articulação entre os termos *attestados* e *de martyrio e de opprobrio da sua raça*. Essa sequência enunciativa reescritura, por substituição, *archivo* como *attestados* e reescritura também, por substituição, *escravidão* na articulação, por coordenação, *de martyrio e de opprobrio da sua raça*. Ambas reescrituras, articulam-se, por dependência, com *destruição completa* que é, por sua vez, uma

¹² Este excerto e os demais analisados mantêm a grafia original; todos os grifos são nossos.

reescritura, por substituição, de *acto da queima*. Ainda nessa sequência, a reescritura, por substituição, de *o africano Custódio* por *ele* se encontra articulada a *a satisfação de assistir também á destruição completa*. Essas reescrituras e articulações trazem um sentido de escravidão enquanto sofrimento e vergonha não para quem a instituiu, mas para quem sofreu, nesse caso, *o africano Custódio*. Além disso, produzem o sentido de que os documentos não somente atestam a escravidão enquanto sistema, mas também enquanto memória, ou seja, destruindo esses *atestados*, destruir-se-ia também o atestado, entenda-se, a memória, *de martyrio e de opróbrío da sua raça*. A partir das análises empreendidas nesse excerto, chegamos à construção do DSD (1):

<p>Martýrio e oppobrio ----- Escravidão Archivo ----- atestados memória T raça O africano Custódio ----- ex-escravo</p>
--

DSD (1): Escravidão por raça

É possível ler o DSD acima da seguinte maneira: *escravidão*, em uma relação de sinonímia com *martyrio* e *oppobrio*, é determinada por *raça*. *Raça*, por sua vez, é determinada por *o africano Custódio*, expressão sinônima de *ex-escravo*. *Escravidão* determina *archivo*, que, por estar em uma relação de sinonímia com *atestados* também determina *memória*.

Vejamos, agora, o excerto (2):

Excerto (2)

ARCHIVO DA ESCRAVIDÃO

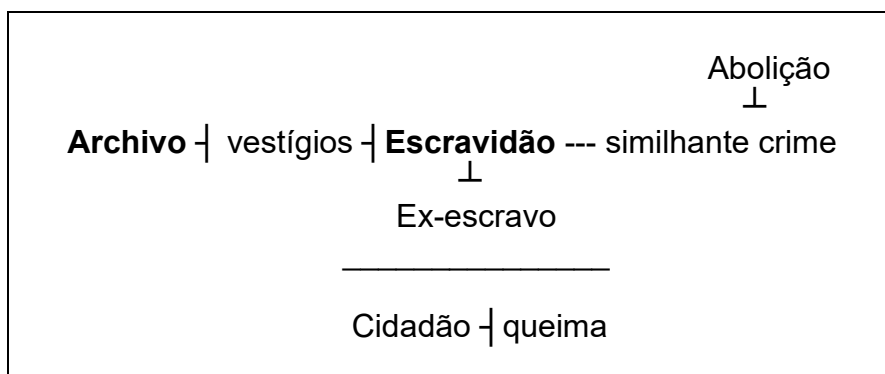
[...]

O cidadão Clapp, abraçando-o disse-lhe que podia morrer em paz, porque na Republica Brasileira ninguem mais poderia continuar a infamar os seus irmãos, fazendo bandeira política especulações mercantis de **similhante crime, porque o fogo estava encarregado de apagar para sempre os seus vestígios dos archivos publicos** (DIÁRIO DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, edição 2000, p. 01, 20 de dezembro de 1890 – Hemeroteca Digital).

Na sequência enunciativa *O cidadão Clapp, abraçando-o disse-lhe que podia morrer em paz, porque na Republica Brasileira, ninguem mais poderia continuar a infamar os seus irmãos, fazendo bandeira politica especulações mercantis de semelhante crime, escravidão* está reescriturada, por substituição, por *semelhante crime*, produzindo o sentido de ilegalidade do sistema escravista. Na sequência, *porque o fogo estava encarregado de apagar para sempre os seus vestígios dos arquivos públicos, escravidão* está reescriturada, por substituição, por *seus*. A reescritura *seus*, articula-se, por dependência, a *vestígios*, estando este último, articulado a *dos arquivos publicos*. Observa-se que, *apagar* articulado a *fogo* funciona como uma reescritura de *queima*. Essas reescrituras e articulações produzem o sentido de que a queima dos documentos da escravidão representou uma tentativa de apagar as suas marcas, reiterando, assim, uma relação de sentido na qual os documentos continuaram a reforçar a escravidão mesmo após a abolição. Esse funcionamento pode ser ratificado na sequência enunciativa *O cidadão Clapp, abraçando-o disse-lhe que podia morrer em paz, porque na Republica Brasileira ninguém mais poderia continuar a infamar os seus irmãos*. Nessa sequência, há três reescrituras de *ex-escravo*: primeiro, por *o* em *abraçando-o*; segundo, por *lhe* em *disse-lhe*; e terceiro, por *seus irmãos*. As três reescrituras se dão por substituição e se referem a *africano Custódio* sendo que a reescritura de *ex-escravo* por *seus irmãos* se articula à sequência *ninguém mais poderia continuar a infamar*, produzindo o sentido de que, mesmo após a abolição houve a continuidade da infamação antes sofrida pelos escravos e, agora, pelos ex-escravos, ou seja, a distinção entre os ex-escravos e outras parcelas da população continuou reforçada pelos arquivos: vestígios da escravidão que a atestavam. Dessa forma, ao queimar esses vestígios, a ação de infamar os ex-escravos cessaria.

É possível observar, nos excertos (1) e (2), distinções quanto às nomeações e formas de tratamento, tais como: *mestre carpinteiro, cidadão e africano*, por exemplo, marcando, assim, uma relação de oposição entre africanos (ex-escravos) e não-africanos no espaço de enunciação Brasil, no imediato pós-abolição. Nesse sentido, o excerto (2) traz a queima dos arquivos como algo patriótico para os cidadãos. Entretanto, o africano é posto em diferenciação; logo, ser africano (ex-escravo) é ser não-cidadão.

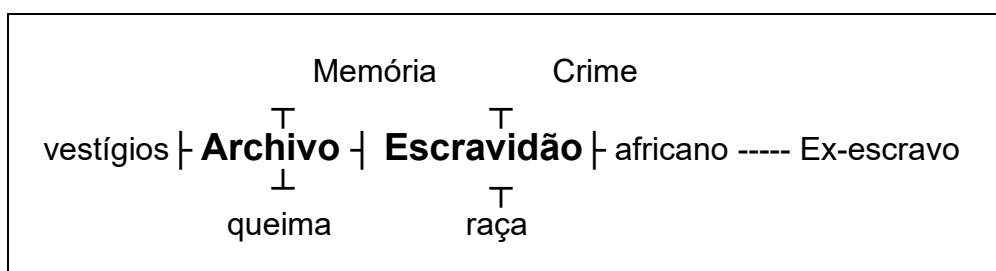
A partir das análises empreendidas nesse excerto, chegamos à construção do seguinte DSD:



DSD (2): Vestígios da escravidão

É possível observar no DSD apresentado que *arquivo* determina *vestígios* que, por sua vez, determina *escravidão*. *Escravidão*, está em uma relação de sinonímia com *similhante crime* que, por sua vez, é determinado por *abolição*. *Ex-escravo* é determinado por *escravidão* e se encontra em uma relação de oposição com *cidadão* que, por sua vez, determina *queima*.

Essas análises dos excertos (1) e (2), embasadas em pressupostos da Semântica do Acontecimento (1995, 2002, 2007, 2009, 2011, 2018), apontaram relações de sentido entre *arquivo* e *escravidão*, que possibilitaram a construção do seguinte DSD:



DSD (3): Sentidos de *arquivo* e *escravidão* na matéria *Arquivo da escravidão*

O DSD acima pode ser lido da seguinte maneira: *Arquivo* determina *escravidão*, *memória*, *queima* e *vestígios*. *Escravidão* determina *crime*, ao passo que é determinada por *raça*, *arquivo* e *africano*. Este último, *africano*, possui uma relação de sinonímia com *ex-escravo*.

Passemos, agora, à próxima seção.

4.2 Sentidos de *arquivo* e *escravidão* no texto da matéria *Bello exemplo*

O segundo texto selecionado para a análise se refere a uma matéria retirada da primeira página do jornal *Diário de notícias do Rio de Janeiro*, edição de 22 de dezembro de 1890, intitulada *Bello exemplo*. Essa matéria se trata da moção lida e posta em discussão em uma sessão do Congresso Nacional no dia 20 de dezembro de 1890 a propósito do ato do ministro da fazenda, Rui Barbosa, que nessa data, autorizou a primeira queima de documentos referentes à escravidão. A matéria traz posicionamentos favoráveis e adversos à continuação da queima de tais documentos. Dito isso, passemos, então, à análise do excerto (4) extraído da matéria em questão:

Excerto (4)

BELLO EXEMPLO

[...]

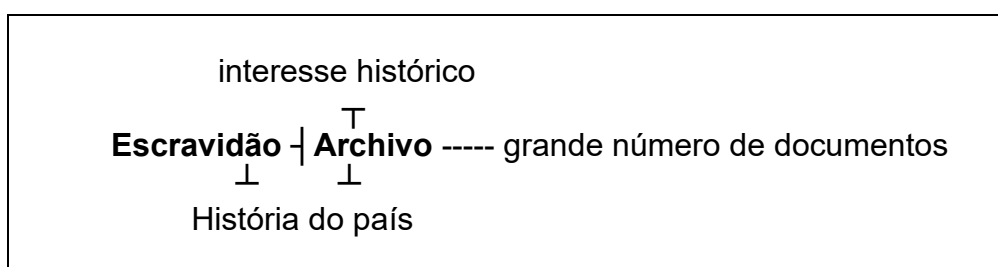
O SR. Badaró. “– SR. Presidente, não quero que ninguém entenda que, ao levantar-me para pronunciar-me contra esta moção, eu pretenda **condemnar a obra meritoria dos abolicionistas. O que faço é protestar contra o acto de cremação de todo o archivo da escravidão no Brazil, porque envolve interesse histórico. Nós, em vez de procurarmos destruir, o que é uma obra de verdadeiros iconoclastas**, devíamos ter a nossa Torre do Tombo, um edificio destinado a recolher os papeis de todos os archivos do paiz. Somos um povo novo, que corremos o risco de ter dificuldades para escrever a nossa historia, porque é deploravel o que se observa em todas as municipalidades e nas repartições das antigas provincias: por toda a parte o mesmo abandono, o mesmo descuido, **e por ultimo o facto de mandar-se queimar grande numero de documentos que podiam servir para se escrever com exactidão a historia do Brazil no futuro** (DIÁRIO DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, edição 2002, p. 01, 22 de dezembro de 1890 – Hemeroteca Digital).

O excerto (4) refere-se à primeira justificativa adversa à queima dos arquivos concernentes à escravidão. Na sequência enunciativa *eu pretenda condemnar a obra meritoria dos abolicionistas. O que faço é protestar contra o acto de cremação de todo o archivo da escravidão no Brazil*, há uma reescritura de *obra meritória dos abolicionistas* por *acto de cremação de todo o archivo da escravidão no Brasil*. Tal expressão está articulada, por dependência, aos verbos *condemnar* e *protestar*, respectivamente, produzindo o sentido de que, opor-se à eliminação dos arquivos da escravidão não é se colocar a favor da escravidão, mas sim, se colocar contra a eliminação desses arquivos enquanto história do

país, isto é, o arquivo não determina a escravidão, mas a escravidão, enquanto história do país, determina o arquivo.

Na sequência, no trecho *O que faço é protestar contra o acto de cremação de todo o arquivo da escravidão no Brazil, porque envolve interesse histórico. Nós, em vez de procurarmos destruir, o que é uma obra de verdadeiros iconoclastas*, há uma reescritura, por substituição, de *acto de cremação* por *destruir*. Essa reescritura, articula-se a *arquivo da escravidão no Brazil* e *interesse histórico*, produzindo o sentido de que a destruição dos arquivos da escravidão dificultará os estudos e a compreensão acerca da história do país.

Na última sequência do excerto, *e por ultimo o facto de mandar-se queimar grande numero de documentos que podiam servir para se escrever com exactidão a historia do Brazil no futuro*, há uma reescritura, por substituição, de *destruir* por *queimar*. *Queimar* está articulado a uma reescritura, também por substituição, de *arquivo da escravidão no Brasil* por *grande número de documentos*. Essas reescrituras se articulam a *que podiam servir para se escrever com exactidão a historia do Brazil no futuro*, produzindo o sentido de que os documentos referentes à escravidão compõem uma grande e considerável parte dos documentos acerca da história do país. Esse funcionamento corrobora um sentido de escravidão enquanto história do país resguardada pelos documentos, documentos esses que não a determinam, mas são por ela determinados. A partir das análises empreendidas nesse excerto, chegamos à construção do DSD (4):



DSD (4): Arquivo da escravidão no Brasil

É possível ler o DSD acima da seguinte maneira: *escravidão* determina *arquivo* e *história do país*. *Archivo*, em uma relação de sinonímia com *grande número de documentos*, é determinado por *escravidão* e determina *história do país* e *interesse histórico*.

Vejam, agora, o excerto (5):

Excerto (5)

BELLO EXEMPLO

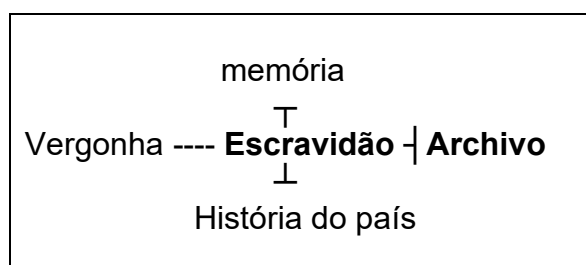
[...]

O sr. LAMOUNIER GODOFREDO. – **A vergonha nunca ha de deixar de existir; não é a cremação que a fará desaparecer** (DIÁRIO DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, edição 2002, p. 01, 22 de dezembro de 1890 – Hemeroteca Digital).

Em *A vergonha nunca ha de deixar de existir*, *Vergonha* é uma reescritura, por substituição, de *escravidão*. Essa reescritura se articula a *nunca há de deixar de existir*, produzindo o sentido de que as consequências da escravidão permanecerão independente das medidas tomadas para que desapareçam. Na sequência, *não é a cremação que a fará desaparecer*, o *a* articulado a *fará desaparecer* é uma reescritura, por substituição, de *vergonha*. Há uma reescritura, por elipse, de *arquivo* logo após cremação. Essas reescrituras e articulações produzem o sentido de que a queima dos arquivos da escravidão representou uma tentativa de apagar da memória do país o sistema que o fundou e por meio do qual se manteve ao longo de quase quatro séculos, penetrando “[...] toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar” (FAUSTO, 1994, p. 69). Conforme Mattoso (1982), o trabalho escravo, movimentado pela sistematização do tráfico negreiro, foi responsável pela realização das mais diversas atividades, tanto urbanas quanto rurais, de forma que “[...] entre 1502 e 1860 [...] o Brasil figura como maior importador de homens pretos” (MATTOSO, 1982, p.19). Assim, a mão de obra escrava difundiu-se de forma dinâmica e variada por toda a vida das cidades em um sistema que vigorou durante a maior parte da história do país. Note-se que, queimar os arquivos, naquele contexto, tinha literalmente o sentido de queimar essa parte da (nossa) história.

Na sequência, *não é a cremação que a fará desaparecer*, o Locutor (GUIMARÃES, 2002) se apresenta como fonte do dizer assumindo a palavra e, se colocando no lugar que enuncia, questiona a ideia de que o arquivo determina a escravidão, e que, destruindo-o, destrói-se também a sua memória. Esse funcionamento produz o sentido de que a cremação dos arquivos da escravidão não seria capaz de apagar tudo o que foi produzido a partir desse sistema, ou seja, a cremação dos arquivos da escravidão não seria capaz de destruir dos

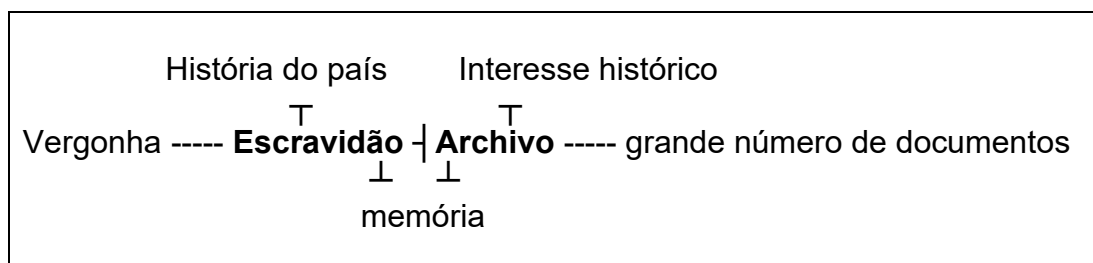
arquivos públicos todos os seus documentos, tampouco as marcas e consequências deixadas por esse sistema na sociedade. Nesse sentido, o arquivo não determina escravidão, mas é por ela determinado. Conforme Slenes (1985), a execução da ordem de Rui Barbosa “[...] não teve a eficácia que a historiografia lhe concede; se provocou a destruição sistemática de certos tipos de documentos [...] não alcançou as cópias de um grande número desses documentos, que foram arquivadas nos cartórios” (SLENES, 1985, p. 167). A partir das análises empreendidas desse excerto, chegamos à construção do DSD (5):



DSD (5): Memória da escravidão

É possível observar no DSD apresentado que *arquivo* é determinado por *escravidão*. *Escravidão*, em uma relação de sinonímia com *vergonha*, determina *arquivo*, *memória* e *história do país*.

Enfim, como se vê, as análises dos excertos (4) e (5), tomadas em conjunto, apontam para relações de sentido entre *arquivo* e *escravidão*, que possibilitaram a construção do seguinte DSD:



DSD (6): Sentidos de *arquivo* e *escravidão* na matéria Bello Exemplo

O DSD (6) pode ser lido da seguinte maneira: *Escravidão*, sinônimo de *vergonha*, determina *história do país*, *memória* e *arquivo*. *Arquivo*, sinônimo de *grande número de documentos*, determina *memória* e *interesse histórico*.

5 Considerações Finais

Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 1995, 2002, 2007, 2009, 2011, 2018), mobilizando, sobretudo, os procedimentos de articulação e reescrituração na temporalidade do acontecimento enunciativo, as análises indicaram que os sentidos dos termos *archivo* e *escravidão*, em circulação no jornal *Diário de Notícias de Rio de Janeiro*, em 1890, estão articulados entre si determinando um ao outro ao passo em que são, simultaneamente, determinados pelo ato da queima dos arquivos concernentes à escravidão. Assim, no texto da primeira matéria, intitulada *Archivo da escravidão*, do dia 20 de dezembro de 1890, o sentido de *archivo* determina o sentido de *escravidão*, enquanto que, no texto da segunda matéria, intitulada *Bello exemplo*, do dia 22 de dezembro de 1890, o sentido de *escravidão* determina o sentido de *archivo*. As análises mostraram que o ato da queima representou uma tentativa de eliminar vestígios da escravidão, apagando, dessa forma, esta parte da história do país. Entretanto, o jornal enquanto materialidade que, à época dos fatos, noticiava o cotidiano e as formas de sociabilidade da sociedade brasileira, não só registrou esse fato histórico (a queima), mas, ao fazê-lo, apresenta-se como um arquivo que traz, em seus enunciados, distinções sociais características do período escravagista. Ou seja, o próprio jornal, enquanto materialidade linguístico-histórica, configura-se como um arquivo da escravidão.

6 Referências Bibliográficas

ARCHIVO da escravidão. **Diário de Notícias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1890. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 26 de março de 2020.

BELLO exemplo. **Diário de Notícias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1890. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 26 de março de 2020.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Editora Pontes, 1991. Edição original: 1966.

BRASIL. **Decreto de 19 de novembro de 1835**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. **Decreto nº. 3310 de 24 de setembro de 1864**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 26 de março de 2020.

BRASIL. Lei de 7 de novembro de 1831. **Lei Diogo Feijó**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-7-11-1831.htm. Acesso em: 22 de março de 2020.

BRASIL. Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850. **Lei Eusébio de Queirós**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm. Acesso em: 22 de março de 2020.

BRASIL. Lei nº. 2040 de 28 de setembro de 1871. **Lei Rio Branco**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 22 de março de 2020.

BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. **Lei Áurea**. Rio de Janeiro, RJ, mai. 1888. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

CARVALHO, Israela Geraldo Viana de. **Mãe (ex) escrava**: análise semântica de mãe em documentos da escravidão e do período pós – abolição, 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2016. Orientador: Jorge Viana Santos.

COUTO, Ana Paula dos Reis. **Os sentidos de liberdade no acontecimento do 13 maio de 1888**: uma análise de jornais brasileiros do século XIX à luz da Semântica do Acontecimento, 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2017. Orientador: Jorge Viana Santos.

DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, Oswald. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1988. p. 161-218. Edição original: 1984.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Edusp, 2006. Edição original: 1994.

FERRAZ, Liliana de Almeida Nascimento. **A designação da palavra senhor**: uma análise semântica do senhorio brasileiro na escravidão e sua continuidade no pós-abolição / Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de pós-graduação em Linguística- PPGLIN, UESB. Vitória da conquista, 2014. Orientador: Jorge Viana Santos.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 2002. Edição original: 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio Semântico. In **A palavra Forma e Sentido**. Campinas, SP: Editora RG, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **A enumeração funcionamento enunciativo e sentido**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 51, n. 1, p.49-68, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de Texto**: Procedimentos, Análises, Ensino. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica, enunciação e sentido**. 1 ed. Campinas – SP: Pontes, 2018.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava**: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. Almanack. Guarulhos, n.02, p.20-37, 2º semestre de 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332011000200020. Acesso em: 22 de março de 2020.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SANTOS, Dilma Marta. **Da liberdade à tutela**: uma análise semântica do caminho jurídico percorrido por filhos de ex-escravos no Brasil pós-abolição. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2013.

SANTOS, Jorge Viana (2008). **Liberdade na escravidão**: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2008.

SLENES, Robert Wayne Andrew. **Escravos, cartórios e desburocratização**: O que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? Revista Brasileira de História. São Paulo, V 5, n° 10, 166-196, março/agosto. 1985. Disponível em: https://www.anoreg.org.br/images/stories/012013/escravos_cartorios_desburocratizacao.pdf. Acesso em: 22 de março de 2020.

ZATTAR, Neuza Benedita da Silva. **Os sentidos de liberdade dos escravos na constituição do sujeito de enunciação sustentada pelo instrumento da alforria**. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2000.

**“NÃO PODEMOS ESPERAR”:
NÓSCAPTAÇÕES ENUNCIATIVAS NO DISCURSO POLÍTICO**

Jaqueline Batista Soares (Poslin/NAD/UFMG - Capes)

Maíra Ferreira Sant’Ana (Poslin/NAD/UFMG - Fapemig)

Mariana Pinter Chaves (Poslin/NAD/UFMG - Capes)

eu é quem diz eu
quando conversam eu e tu se tornam
alternadamente tu e eu
no silêncio a primeira pessoa é a que cala
a segunda pessoa é aquela para quem se cala
a terceira pessoa é aquela sobre quem se cala [...]

Ana Martins Marques¹

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com as mudanças climáticas fomenta o debate mundial sobre a relação entre preservação ambiental e a sobrevivência das gerações futuras. Nesse cenário, circulam nas mídias diversos discursos sobre esta temática, além de ser notória a emergência de lideranças e de uma militância juvenil em busca do fortalecimento de políticas públicas de enfrentamento à considerada crise climática global crescente.

Apontada pelas mídias jornalísticas como símbolo do movimento juvenil de luta contra a mudança climática², Greta Thunberg é uma estudante secundarista que liderou o movimento *Greve escolar pelo clima (Skolstrejk for Klimatet)*, iniciado em Estocolmo, na Suécia, em agosto de 2018. Designado de *Sextas para o futuro*, os protestos de Thunberg foram amplamente difundidos pelas redes sociais, por meio da *hashtag #FridayForFuture*. Tais protestos convocaram estudantes dispostos a paralisar as atividades escolares todas as

¹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/nocoos-de-linguistica/?fbclid=IwAR0ZB6BMWeKfytS7DspaMnpXTI1kpbVk3pGcvM-Q9i6NBv78IUWwzu3HAgc>. Acesso em: 30. jul. 2019

² PAONE, M. **Greta Thunberg**: não deveríamos ter de faltar à aula para lutar contra a mudança climática. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/09/actualidad/1552146532_090042.html> Acesso em: 12 de junho de 2019.

sextas-feiras a fim de chamar a atenção do parlamento Sueco para a preocupação da nova geração com as mudanças climáticas.

Inicialmente, o objetivo de Thunberg era o de forçar o parlamento sueco a assinar um importante tratado internacional, o Acordo de Paris³, no qual alguns países se comprometeriam a desenvolver políticas de preservação ambiental. No entanto, o discurso de Greta alcançou proporções mundiais, inspirando e mobilizando outras lideranças juvenis ao redor do mundo. Com isso, ela se engajou em um ativismo que busca pressionar líderes mundiais a adotarem medidas que estimulem novos hábitos de consumo e de alimentação, a preservação ambiental e a redução da emissão de poluentes. Além disso, Greta e seus seguidores alertam a comunidade internacional sobre os riscos da sobrevivência na terra diante da ameaça do aquecimento global. Thunberg se tornou, destarte, a mais significativa voz da nova geração na luta contra as mudanças climáticas, frequentando, por exemplo, encontros de líderes da economia global, como a Cúpula do Clima, realizada na Polônia, e o Fórum de Davos, na Suíça⁴.

Diante do exposto, nossa pesquisa visa a analisar, no discurso político de Greta Thunberg e dos demais ativistas secundaristas como ela, a construção de comunidades enunciativas em torno da temática sobre a crise climática mundial. Especificamente, nosso intuito é o de explicitar o jogo de formas que constrói a figura do sujeito da enunciação, como essa figura organiza sua simbolização e as representações comunitárias que este pretende validar. Para tanto, analisaremos o artigo publicado pelo jornal *El País*, em março de 2019, intitulado *Não podemos esperar* (vide anexo), no qual vislumbramos a existência de uma variada atribuição subjetiva revelada nas diferentes funções enunciativas, bem como uma heterogeneidade abarcada pelo pronome *nós*. Esses traços enunciativos da marca pronominal apontam para a construção de uma comunidade de resistência, por meio do valor de coletividade referenciado por três distintos empregos do *nós*, isto é, três *nóscaptações*.

³**Acordo de Paris** foi assinado por 195 países parte da UNFCCC que se comprometeram a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a buscar alternativas para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: < [//www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris](http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris) >. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

⁴BRUM, E. **As crianças tomam conta do mundo**. Disponível em:< https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/27/opinion/1551290093_277722.html>. Acesso em 12 de junho de 2019.

Este trabalho é relevante na medida em que, primeiramente, se debruça sobre o discurso de ativistas jovens, o qual adquiriu grande proporção internacional. Neste sentido, tais dizeres constituem-se como um fenômeno discursivo e podem ser considerados como incentivadores/motivadores não só para o surgimento de outros discursos, ocupados em discutir as mudanças climáticas e os efeitos do aquecimento global, mas também para a revelação de outras lideranças mundiais, sejam de jovens, adultos ou idosos.

Outro aspecto que configura importância à análise proposta é que, como fenômeno discursivo, o discurso de Thunberg também têm pautado a agenda política e midiática mundial. Por isso, trata-se de uma temática de relevância global - tendo em vista que a vida das pessoas depende diretamente da preservação ambiental -, e atual, já que muito tem-se discutido sobre questões relativas a este tema. Ademais, diante da notória ascensão de lideranças e da emergência de discursos que relativizam dados científicos sobre a crise climática, nosso *corpus* testemunha uma resistência política capaz de suscitar diversas e diferentes vozes para debater sobre as polêmicas questões climáticas, sendo, assim, essencial para o exercício da democracia cidadã.

2 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

É de praxe depararmo-nos com a afirmação que os estudos sobre enunciação consideram as relações de um indivíduo com o outro, de um indivíduo com a língua e de um indivíduo com o mundo via língua. De maneira mais aprofundada, Flores e Teixeira (2017) caracterizam a linguística da enunciação (doravante LE) como a abordagem do fenômeno enunciativo na linguagem desde um ponto de vista que considere o sujeito que enuncia.

A esse respeito, porém, os autores advertem que é preciso esclarecer que o sujeito não é propriamente o objeto de estudo de uma teoria linguística, mas sim a representação que a enunciação oferece dele. Nesse sentido, são analisadas, na LE, marcas subjetivas em um dado enunciado, buscando evidenciar as relações da língua como linguagem assumida por um sujeito numa ocorrência contextual. Dito de outra forma, as marcas da enunciação no enunciado têm a especificidade de remeter à instância em que tais enunciados são produzidos, fazendo irromper o sujeito da enunciação, isto é, o sujeito da

linguagem, que não é o mesmo que um indivíduo empírico, um ator social, um “ser de carne e osso” de determinado discurso.

Devido a isso, os pesquisadores explicam que o objeto desta linguística é heterogeneamente constituído, pois ele atém-se a todo mecanismo linguístico cuja realização integra o seu próprio sentido e se autorreferencia no uso. Ademais, a enunciação é sempre única e irrepetível, porque a cada vez que a língua é enunciada tem-se condições de tempo (*agora*), espaço (*aqui*) e pessoa (*eu/tu*) únicos. Assim, cada análise da linguagem é única também, sendo da ordem do repetível apenas a organização do sistema da língua. Desse modo, a enunciação apresenta-se como uma reflexão sobre o dizer e não propriamente sobre o dito. Conforme elucidam Flores e Teixeira (2017), o estudo do dito é relevante para que, por intermédio dele, se chegue ao dizer, à enunciação.

Flores (2001) sistematiza a LE distinguindo *campo* de estudos, no qual coexistem teorias, das *teorias* da enunciação. De acordo com ele, o *campo* da linguística da enunciação apresenta como traços comuns: a problematização *langue/parole* para a formulação de suas teorias; a tentativa de definir um domínio conceitual que inclua o termo enunciação; e a instauração das relações da linguística com a filosofia da ciência, devido à discussão em torno da subjetividade na linguagem. Já como *teorias*, o autor cita as abordagens de Benveniste, Ducrot ou Jakobson, por exemplo. Como o interesse deste estudo recai sobre a atividade enunciativa do *nós*, ancoramo-nos na teorização de Dahlet (2016) acerca da *nóscaptação*. A respeito do método de análise da LE, Flores e Teixeira (2017) explicam que ele pertence a cada teoria em particular, pois o método é o ponto de vista com base no qual o objeto será examinado, e isso depende das relações epistemológicas que cada teoria instaura com: as demais teorias de seu campo, com os outros campos da linguística e mesmo com outras áreas do conhecimento.

Dahlet (2016), na esteira de Benveniste, defende que a realidade do termo *nós* está longe de remeter a uma simples combinação ou a uma comunhão fusional de indivíduos distintos, porque a *realidade* a qual ele refere, assim como ocorre com os outros marcadores pessoais, não é extralinguística, mas unicamente uma realidade de discurso. O senso comum, ajudado pela denominação gramatical *primeira pessoa do plural*, compreende, contrariamente, que o *nós* realiza a fusão de uma coleção de sujeitos distintos

em uma comunidade única de reflexão e de ação, ligando-o à idealização de um sujeito coletivo.

Sendo assim, Dahlet (2016) defende que o sujeito coletivo fomentado pelo *nós* é, antes de tudo, uma agregação efêmera e provisória de sujeitos, isto é, uma forma discursiva de captura circunstancial e ilusória da singularidade, a qual impõe um sentimento de identidades coletivas e oculta as diferenças geradas pela aparente transparência da sua autossuficiência e completude relacional.

De acordo com o pesquisador, a constituição enunciativa da *nóscaptação* pode ser observada majoritariamente no discurso político, pois este visa, principalmente, à sua acreditação. Segundo Dahlet (2016), a condição de funcionamento do discurso político é constituinte da encenação de um sujeito coletivo, uma vez que

[...] a construção desse sujeito pode ser entendida como o resultado de um processo enunciativo no qual as relações do locutor com seus(s) interlocutor(es) estão integradas a uma comunidade de interesses e projetos, revelando que para cada um(a) são a vontade e as necessidades de todos que valem (DAHLET, 2016, p. 214).

O autor aborda o caráter operatório da atividade de enunciar *nós* como criador de múltiplos regimes de inter(in)dependência, pois defende que este bifurca-se, no circuito subjetivo, entre os seus valores e as suas referências. Para tanto, Dahlet (2016) traça quatro propriedades fundamentais do *nós* enquanto categoria enunciativa, a saber:

I) Princípio constitutivo de encarnação do *nós*: de acordo com o pesquisador, qualquer enunciação do *nós* pressupõe a presença do *eu* como constitutiva, uma vez que “é sempre aquele *eu* que fala, que fala o *nós*, apesar da dissimulação enunciativa do *eu* que autoriza o *nós*.” (DAHLET, 2016, p. 217, grifos do autor). Isso ocorre, pois, apesar de o *nós* marcar a agregação de outros sujeitos presentes ou ausentes, somente o *eu* pode pronunciar a aparição de um *nós*. Portanto, o *nós* não é um *eu* quantificado ou multiplicado, mas sim um *eu* dilatado; ao mesmo tempo aumentado e de contornos vagos. Segundo o autor, ao contrário do que induz a nomenclatura gramatical tradicional, o *nós* é justamente a forma de um *eu* que não pode ser pluralizado.

II) *Modus operandi* do *nós*: embasado em Benveniste, Dahlet (2016) explicita que o *nós* opera uma junção entre o *eu* e o *não eu*, qualquer que seja o

conteúdo desse *não eu*. De tal junção, emerge uma totalidade nova, inédita, que pode gerar um leque de valores referenciais diferentes, mas não necessariamente diferenciáveis, “dependendo da maneira, inclusiva ou exclusiva do(s) interlocutor(es), segundo a qual o outro ou os outros da zona do *não eu* estão absorvidos sob a preeminência, mais ou menos implícita, do ‘eu’” (DAHLET, 2016, p. 217, grifos do autor). Com função inclusiva, o *nós* significará *eu + você(s)* e, com função exclusiva, *eu + eles*. Há, ainda, de acordo com o pesquisador, o *nós* majestático (de autor), definido como a amplificação do *eu* por *nós* em uma pessoa mais massiva, solene e menos definida, sendo que seu emprego amenizaria a forte afirmação do *eu*.

III) Inserção discursiva e espaço de indeterminação: essa propriedade trata da anexação do *eu* ao *nós* por uma globalidade indistinta de outras pessoas, pois, assim como nos verbos, nos pronomes, o plural é fator de ilimitação e não de multiplicação. Isso permite imaginar que dessa própria indeterminação possam existir comunidades que não sejam fechadas sobre elas mesmas, justamente por não serem determinadas, o que, no dizer de Dahlet (2016, p. 218) “não é pouca coisa em uma época (como a nossa) onde, a qualquer momento, brotam iniciativas de blindagem identitária”.

IV) A enunciação do *nós* não deixa de definir uma dupla estrutura de incerteza que aceita incontáveis variações. Para o autor, a indeterminação do *nós* pode ser qualitativa - não só oscilando entre inclusão e exclusão do(s) interlocutor(es), mas também entre inclusão restrita ao binômio *eu/você(s)* ou ampliada à coabitação do *ele(s)* no binômio - e também pode ser quantitativa - uma vez que basta juntar uma única outra pessoa ao *eu*, ou apenas expandir retoricamente a figura do *eu*, para que já possa surgir um *nós*.

3 ANÁLISE

O artigo *Não podemos esperar*, publicado no caderno *Opinião* do jornal *El País*, pode ser considerado um *discurso político* (CHARAUDEAU, 2012), pois está ligado à organização da vida social governamentada e é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação do seu posicionamento e de influência do outro. Nele, o engajamento pela causa climática visa a persuadir o interlocutor a aderir ao movimento.

Percebemos, no artigo em questão, atribuições subjetivas variadas, atreladas principalmente ao pronome *nós*, enunciado diversas vezes. Isso ocorre

pois a realidade à qual esse termo se refere, em consonância com os postulados benvenistianos, não é extralinguística, mas uma realidade de discurso. Partindo dessa hipótese, observamos que, no discurso político analisado, o *nós* assume atividade enunciativa coletiva, sendo, inclusive, assinado por oito locutores de diferentes países, fato que reforça a argumentatividade desta demanda ser global: “Assinam este artigo: Greta Thunberg (Suécia), Anna Taylor (reino Unido), Holly Gillibrand (Reino Unido), Luisa Neubauer (Alemanha), Kyra Gantois (Bélgica), Anuna de Wever (Bélgica), Adelaide Charlier (Bélgica) e Alexandria Villasenor (Estados Unidos)” (THUNBERG, *et al.*, 2019). Porém, tal marca pronominal possui distintas referências, representando diferentes agregações.

O funcionamento do *nós*, consoante Dahlet (2016), encena um sujeito que busca a deliberação conjunta da vida comum como forma de conferir aos debates ou aos temas da vida pública uma maior visibilidade e instaurar a possibilidade de maior adesão a determinado ponto de vista, que seria, neste caso, “salvar o planeta” (THUNBERG *et al.*, 2019). Neste sentido, o sujeito dessa enunciação evidencia a necessidade do outro para realizar esta ação, evocando, qualitativa e quantitativamente, uma comunidade.

Podemos dizer que, ao assumir a atividade coletiva, o *nós* de nosso *corpus* apresenta, ao menos, três *nóscaptações*, cada qual com seu valor referencial e sua função, conforme o quadro metodológico elaborado a seguir:

Figura 1: Categorias de *nóscaptações* do *corpus*

1. Eu amplificado (de autor) = jovens de todo o mundo grevistas pelo clima, com função majestática;
2. Eu + Vocês = geração de não votantes; com função inclusiva;
3. Eu + Vocês = leitores do artigo, com função inclusiva.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Logo no título da publicação jornalística *Não podemos esperar*, identificamos a categorização [3], pois o verbo flexionado na primeira pessoa do plural abarca aqueles que leem o artigo, convocando-os a aderirem à asserção que, na esteira de Benveniste (2006), afirma negativamente uma proposição por meio do uso do advérbio *não*. Entendemos que a função equivalente ao valor referencial dos *leitores do artigo* é inclusiva, pois abrange o *eu* que fala -

presença constitutiva do *nós*—somada a um número indefinido de *vocês*, uma vez que os interlocutores do jornal, aqueles que devem ser convencidos de não poder mais esperar, serem incontáveis leitores. Neste viés, este título possui um caráter apelativo, já que, ao incluir o leitor, interpela-o a agir.

Diferentemente, no subtítulo “*Nós, jovens de todo o mundo, não iremos à escola hoje para exigir dos adultos a responsabilidade por deter a mudança climática*”, o valor referencial deste termo aparece entre vírgulas, sendo delimitado pela hipérbole e mudando, dessa forma, sua *nóscaptação* equivalendo ao [1]: *eu amplificado, majestático*. Em nosso *corpus*, a categorização [1] remete a um *eu* que se dilata ao conter os oito jovens que assinam propriamente o artigo de opinião juntamente com “os outros, muitos de nós, que pegaram o bastão, os *jovens de todo o mundo, grevistas pelo clima, jovens de mais de 90 países*” (THUNBERG *et al.*, 2019, grifos nossos). Dessa forma, nesta categorização, o sujeito coletivo do *nós* possui a propriedade de aceitar, conforme afirma Dahlet (2016), uma relação inclusiva anterior à atividade discursiva e naturalmente incorporada ao *eu*: *são grevistas organizados com representantes de todo o mundo, em um movimento que varreu o planeta*. Advém daí seu posicionamento soberano. Ademais, essa *nóscaptação* possibilita uma dilatação de caráter qualitativo desses grevistas; *que são jovens e que fazem greve pelo clima*

No primeiro parágrafo da publicação, os verbos flexionados na primeira pessoa do plural prosseguem correspondendo à categorização [1], pois abarcam uma pluralidade indeterminada:

Sabíamos[1] que havia uma crise climática. Não apenas porque as florestas da Suécia ou dos Estados Unidos queimaram, ou por causa das bruscas mudanças entre inundações e secas na Alemanha e na Austrália. Sabíamos disso porque tudo o que *líamos*[1] e *víamos*[1] gritava que algo estava muito errado (THUNBERG *et al.*, 2019, grifos nossos).

A respeito da indeterminação, Dahlet (2016) afirma que a ilimitação das construções coletivas possibilitadas pelo *nós* é muito produtiva para a abordagem dos jogos enunciativos no discurso político, não só porque ele destaca a indeterminação do espaço comum que essa ilimitação faz, mas também porque ela se apresenta como uma condição do dinamismo criativo do *nós*.

No segundo parágrafo, os verbos flexionados na primeira pessoa do plural revelam o pertencimento da enunciação do *nós* a categorias distintas. A referência a *enfrentamos* é a [3], *eu + vocês leitores*, pois adverte que, somado ao *eu* que enuncia, todos os leitores também estão ameaçados. Em seguida, as duas *nóscaptações* vão referir-se ao [1], *eu amplificado*, uma vez que quem está realizando as paralisações são os *jovens grevistas* como consequência da decepção que os políticos causaram-lhe: “[...] exigir medidas em face da maior ameaça que *enfrentamos* [3]. Hoje *fazemos*[1] greve de Londres a Kampala, de Varsóvia a Bangcoc, porque os políticos nos *decepcionaram*. [1]” (THUNBERG *et al.*, 2019).

Na sequência, as duas simbolizações enunciativas do *nós* vão prosseguir referindo-se aos leitores do artigo, incluindo-os na ação de presenciar acordos e negociações, bem como na posse à terra. No entanto, mesmo contendo o mesmo valor de posse, ao enunciar os tempos vindouros, a *nóscaptação* de “nosso”, que antecede a palavra “futuro”, passa a referir-se ao *eu + à geração de não votantes*, também jovens, que devem exigir que os adultos votantes tomem providências. “*Presenciamos* [3] anos de negociações, acordos lamentáveis sobre a mudança climática, empresas de combustíveis fósseis com carta branca para abrir e perfurar *nossas* [3] terras e queimar *nosso* [2] futuro em benefício próprio.” (THUNBERG *et al.*, 2019).

Por fim, o segundo parágrafo encerra com duas distintas *nóscaptações*: *eu + vocês, leitores*, que “*Vimos*” [3] as fraturas, as perfurações e extrações e que, por conta disso, teríamos a existência em perigo, seguida pela categorização *eu + vocês, geração de não votantes* que teria o futuro ameaçado:

Vimos [3] que as fraturas hídricas, a perfuração em águas profundas e as extrações de carvão continuam. Os políticos sabem a verdade sobre a mudança climática e entregaram voluntariamente o *nosso* [2] futuro a especuladores cuja ânsia por dinheiro rápido põe em perigo a *nossa*[3] existência. (THUNBERG *et al.*, 2019, grifos nossos).

O terceiro parágrafo inicia com o valor referencial de *eu + vocês, leitores* por meio do verbo *quisermos* aderido à condicional *se*. Porém, em seguida, presenciamos a modificação valorativa do *nós* para a categoria[2] em “*tivermos, possamos, nossa, nós e teremos*” (THUNBERG *et al.*, 2019), pois ele passa a

agregar “Aqueles [...] que têm menos de 20 anos hoje” (THUNBERG *et al.*, 2019):

Se *quisermos*[3] evitar isso, as emissões devem diminuir a toda velocidade, para que, quando *tivermos*[2] entre 20 e 30 anos, *possamos*[2] viver em um mundo transformado. Se aqueles que agora ocupam o poder não agirem, será a *nossa*[2] geração que sofrerá as consequências. Aqueles de *nós*[2] que têm menos de 20 anos hoje talvez estejam vivos em 2080, e *teremos*[2] de enfrentar um mundo que aqueceu 4 graus. (THUNBERG *et al.*, 2019, grifos nossos).

Vale destacar que a atividade enunciativa da categorização 2 opera um *eu* e um *vocês* relacionado aos jovens não votantes do presente da enunciação (o artigo é publicado em 15 de março de 2019), justamente por conter, no bojo da sua subjetividade, tal geração que ainda não pode exercer sua decisão cidadã através do voto e que ainda não aderiu ao movimento dos grevistas pelo clima.

O quarto parágrafo, no entanto, retoma a *nóscaptação* 3, pois o valor referencial de “vimos, necessitamos e precisamos” (THUNBERG *et al.*, 2019) volta a conclamar os interlocutores, principalmente por meio da intimação concebida pelos imperativos. O sujeito da enunciação, aqui, aponta o responsável pela crise climática; o sistema, além de nomear o que incentiva sua luta; a justiça.

No quinto parágrafo, a atividade enunciativa do *nós* volta a abranger a *nóscaptação*[1], pois assume novamente o valor referencial de um *eu* amplificado, uma das formas agregadora de coletividades construída pelo sujeito da enunciação. Este *nós*, em especial, traz para seu discurso um sentido de urgência ao classificar o movimento como inevitável. É importante destacar o jogo enunciativo que ocorre entre este enunciado e o seu sucessor imediato: o sujeito, logo após proferir a justificativa de sua escolha, aplica um distanciamento desse valor de referência e passa a enunciar como “a imensa maioria”(THUNBERG *et al.*, 2019) – outra hipérbole de inserção discursiva indeterminada – para prosseguir com a mesma argumentação de comprovação da reação, da resistência contra o avanço da crise climática: “Este movimento era inevitável, não *tínhamos*[1] outra escolha. A imensa maioria dos que fazem greve hoje pelo clima ainda não pode votar.” (THUNBERG *et al.*, 2019, grifos nossos)

Prosseguindo a argumentatividade acerca da proibição do voto, a próxima *nóscaptação* passa a referir-se a [2] e retoma a referir-se a [1], logo em seguida,

por serem os grevistas que estão abandonando as salas de aula e indo para as ruas:

Apesar de ver a crise climática, apesar de conhecer a realidade, não *estamos*[2] autorizados a escolher quem tomará as decisões a respeito. Faça a você mesmo esta pergunta: também não faria greve se pensasse que poderia ajudá-lo a garantir o seu futuro? É por isso que hoje *vamos*[1] abandonar as salas de aula, esquecer as lições e sair às ruas para gritar “Basta!” (THUNBERG, *et al.*, 2019, grifos nossos)

O quinto parágrafo possui, ainda, interpelação manifestada por meio de uma interrogação em conjunto com uma intimidação: “*Faça a você mesmo* essa pergunta: [você] também não faria greve se pensasse que poderia ajudá-lo a garantir o seu futuro?” (THUNBERG *et al.*, 2019). A interpelação assume força de injunção metaenunciativa já que obriga o interlocutor a pensar sobre a questão levantada, suscitando uma resposta. Além disso, o termo imperativo “faça” reforça a mesma ideia de imposição, comunicada com autoridade. Neste caso, entendemos que o ponto de vista do enunciador é inculcado ao interlocutor como uma estratégia de captação com vistas a alcançar a adesão do leitor do artigo ao movimento de greve/(re)ação sobre as mudanças climáticas.

Ademais, podemos perceber uma particularidade na enunciação do *nós* por meio do verbo ter aspeado: “Os adultos não param de dizer: ‘Temos a obrigação de dar esperança aos jovens’”(THUNBERG *et al.*, 2019). Neste caso, o locutor traz ao seu dizer o dito dos adultos, isto é, dá voz à enunciação deles. Por isso, este seria um caso em que a *nóscaptação* teria uma função exclusiva, pois está simbolizando, qualitativamente, *eu + eles*, não incluindo nem os jovens – tanto os grevistas quanto os não votantes – nem os leitores. Dessa forma, essa categorização não faz parte de nosso levantamento analítico-metodológico, pois entendemos que, justamente por estar entre aspas, convoca um dizer outro que serve apenas como contraposição ao argumento que está sendo construído, o que pode ser comprovado pelas sucessivas *nóscaptações* majestáticas que prosseguem na enunciação: “Mas *nós*[1] não *queremos*[1] a esperança deles. Não *queremos*[1] que tenham esperança. *Queremos*[1] que sintam pânico e façam algo.” (THUNBERG *et al.*, 2019).

Até o final do parágrafo podemos observar a presença das três categorizações, uma vez que a crença relacionada aos adultos refere-se aos

jovens não votantes [2]; as respostas, o saber e o precisar referem-se ao *eu majestático*[1] e a estruturação das economias refere-se a todos os leitores [3], conforme pode ser observado a seguir:

Acreditamos[2] que os adultos tomariam as decisões apropriadas para garantir o futuro da próxima geração. É claro que não *temos*[1] todas as respostas. Mas o que *sabemos*[2] é que *precisamos*[1] manter os combustíveis fósseis no subsolo, eliminar gradualmente os subsídios à produção de energias sujas, investir seriamente nas renováveis e começar a fazer perguntas desconfortáveis sobre como *estruturamos*nossas[3] economias, quem sai ganhando e quem sai perdendo. (THUNBERG, *et al.*, 2019, grifos nossos)

No último parágrafo, o verbo fazer tem referência valorativa [3], inclusive porque pode ser retomado pela expressão “todo mundo” (THUNBERG *et al.*, 2019). A mesma referência é também encontrada em “temos, nossa e podemos”, porém, com relação à crença de poder salvar o planeta, a simbolização do *nós* passa a ser do eu dilatado [1], enquanto a necessidade da responsabilização dos adultos passa a ser referenciada pelos jovens não votantes [2]:

É muito importante que *façamos*[3] tudo isso já. As mudanças necessárias exigem que todo mundo esteja consciente de que isto é uma crise e se comprometa a fazer transformações radicais. *Acreditamos*[1] firmemente que podemos salvar o planeta, mas *temos*[3] de agir agora. Quando a *nossa*[3] casa está em chamas, não *podemos*[3] deixar que sejam as crianças que as apaguem; *precisamos*[2] que os adultos se responsabilizem. (THUNBERG, *et al.*, 2019, grifos nossos).

O sexto parágrafo possui, ainda, mais simbolizações majestáticas [1] em “pedimos”, pois são “os jovens que fazem greve em todos os cantos do mundo” (THUNBERG *et al.*, 2019) que conclamam tal ação e em “nós”, pois são eles que “estão nas ruas” THUNBERG *et al.*, 2019). Por fim, há mais um imperativo na argumentação de “peçamos”, referenciando, agora, aos jovens não votantes [2] que exigem que os adultos sigam seu exemplo e a conclusão do artigo vai possuir a valorização de [3]: *eu + vocês, leitores*, que são aqueles que, por meio da interpelação, são conclamados a agir.

Não há zonas cinzentas quando a sobrevivência está em jogo. Não existe mal menor. É por isso que hoje os jovens fazem greve em todos os cantos do mundo, e é por isso que *pedimos*[1] aos mais velhos que se juntem a *nós*[1] nas ruas. [...]. Assim, por uma vez, *peçamos*[2] aos adultos que sigam nosso exemplo: não *podemos*[3] continuar esperando (THUNBERG, *et al.*, 2019, grifos nossos)

Finalizado o mapeamento das *nóscaptações* do artigo, podemos concluir, consoante Dahlet (2016, p. 219), que essa inconstante indeterminação do *nós* obriga sempre uma operação de conversão da relação da marca *nós* com a situação de enunciação. Por isso que “esta operação de conversão pode ser considerada como um componente chave da consolidação do sujeito coletivo requerido pelo discurso político”. (DAHLET, 2016, p. 219).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto analisado, há a existência de um jogo enunciativo estabelecido pela multiplicidade de valores de referência para a marca pronominal *nós*, que constrói, conseqüentemente, uma comunidade na enunciação. De acordo com Dahlet (2016), as comunidades marcadas pelo *nós* podem até chegar a se confundir com a totalidade da massa falante humana, mas, na verdade, devido ao fluxo ininterrupto delas e da reiteração das conversões que localizam, aglutinam e/ou separam, a maioria dessas comunidades, qualquer que seja sua dimensão, são ilhadas e transitórias, temporariamente determinadas pelas necessidades enunciativas do eu político, e destinadas a ser reformuladas e/ou trocadas pelo contingenciamento de todas as outras no discurso.

Nesse sentido, podemos depreender que tal jogo culmina na construção da *comunidade de desobediência*, uma vez que, em nosso *corpus*, as formas de construção de coletividades feitas pelo sujeito da enunciação agregam interlocutores (*não eus* aos *eus* do *nós*) de maneira amplificada ou inclusiva. Para Dahlet (2016), o *nós*, ao operar a dissimulação de uma multiplicidade fantasmagórica, estabelece uma relação de forçado locutor, uma vez que quem fala não é uma coletividade nem o co-enunciador, mas um *eu* enunciador dilatado que fabrica outros índices com vistas a alcançar maior adesão de seu discurso e a agregação de outros sujeitos ao seu ponto de vista.

Em outras palavras, podemos concluir que a comunidade formada por tal coletividade é uma *comunidade de resistência*, visto que as *nóscaptações* enunciativas são todas simbolizadas, qualitativa e quantitativamente, com a finalidade de inserção discursiva de uma reação que leve os interlocutores e os co-enunciadores a juntarem-se à tal comunidade de existência subjetiva. Dessa forma, o discurso político analisado evidencia a

relevância do exercício da democracia cidadã, por meio da formação de uma comunidade enunciativa que debate sobre as questões climáticas mundiais.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução de Fabiana Komesu. 3. Ed. Editora Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2015.

DAHLET, P.A. Seminário de Tópicos Variáveis em Análise do Discurso - Métodos em Análise do Discurso: **O sujeito e sua enunciação**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2019. Notas de aula.

DAHLET, P.A. Exclusão e (re)construção identitária na areia. In: LARA, G. & LIMBERTINI, R. (Orgs.). **Representações do outro: discurso, (des)igualdade e exclusão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DAHLET, P.A. O discurso político e o sujeito coletivo: fachadas do *nós*. In: EMEDIATO, W. (Orgs.). **O discurso político**. Belo Horizonte: FALE/UFMG/NAD, 2016.

FLORES, V. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 7-67, dez. 2001. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14418/9604>. Acesso em: 03. jun. 2019

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2017.

ANEXO

Não podemos esperar

Nós, jovens de todo o mundo, não iremos à escola hoje para exigir dos adultos a responsabilidade por deter a mudança climática

Começou em frente ao parlamento sueco em 27 de agosto, um dia de aula como outro qualquer. **Greta** sentou-se com o cartaz e os panfletos que havia feito em sua casa. Foi a primeira greve escolar. Desde então, as sextas-feiras deixaram de ser dias letivos normais. Os outros, muitos de nós, pegaram o bastão na Austrália, Alemanha, Bélgica e, logo, em todo o mundo. Sabíamos que havia uma crise climática. Não apenas porque as florestas da Suécia ou dos Estados Unidos queimaram, ou por causa das bruscas mudanças entre inundações e secas na Alemanha e na Austrália. Sabíamos disso porque tudo o que líamos e víamos gritava que algo estava muito errado.

Aquele primeiro dia de se recusar a ir à escola foi um dia de solidão, mas desde então o movimento dos grevistas pelo clima varreu o planeta. Hoje, jovens de mais de 90 países deixam suas salas de aula para exigir medidas em face da maior ameaça que enfrentamos. Hoje fazemos greve de Londres a Kampala, de Varsóvia a Bangcoc, porque os políticos nos decepcionaram. Presenciamos anos de negociações, acordos lamentáveis sobre a mudança climática, empresas de combustíveis fósseis com carta branca para abrir e perfurar nossas terras e queimar nosso futuro em benefício próprio. Vimos que as fraturas hídricas, a perfuração em águas profundas e as extrações de carvão continuam. Os políticos sabem a verdade sobre a mudança climática e entregaram voluntariamente o nosso futuro a especuladores cuja ânsia por dinheiro rápido põe em perigo a nossa existência.

O Painel Intergovernamental da ONU sobre a Mudança Climática do ano passado deixou muito claro os enormes perigos caso o aquecimento global ultrapasse 1,5°C. Se quisermos evitar isso, as emissões devem diminuir a toda velocidade, para que, quando tivermos entre 20 e 30 anos, possamos viver em um mundo transformado. Se aqueles que agora ocupam o poder não agirem, será a nossa geração que sofrerá as consequências. Aqueles de nós que têm menos de 20 anos hoje talvez estejam vivos em 2080, e teremos de enfrentar um mundo que aqueceu 4 graus. Os efeitos desse aquecimento seriam desastrosos.

Não se trata apenas de reduzir emissões, mas de justiça; o sistema atual não funciona, porque só beneficia os ricos. O luxo desfrutado por alguns poucos no norte do planeta depende do sofrimento das pessoas que vivem no sul. Vimos políticos hesitarem e se dedicarem a jogos políticos em vez de reconhecerem que as soluções de que necessitamos não podem ser encontradas no sistema atual. Não querem encarar os fatos: para tentar fazer algo diante da crise climática precisamos mudar o sistema.

Este movimento era inevitável, não tínhamos outra escolha. A imensa maioria dos que fazem greve hoje pelo clima ainda não pode votar. Apesar de ver a crise climática, apesar de conhecer a realidade, não estamos autorizados a escolher quem tomará as decisões a respeito. Faça a você mesmo esta pergunta: também não faria greve se pensasse que poderia ajudá-lo a garantir o seu futuro? É por isso que hoje vamos abandonar as salas de aula, esquecer as lições e sair às ruas para gritar “Basta!”. Os adultos não param de dizer: “Temos a obrigação de dar esperança aos jovens”. Mas nós não queremos a esperança deles. Não queremos que tenham esperança. Queremos que sintam pânico e façam algo. Acreditamos que os adultos tomariam as decisões apropriadas para garantir o futuro da próxima geração. É claro que não temos todas as respostas. Mas o que sabemos é que precisamos manter os combustíveis fósseis no subsolo, eliminar gradualmente os subsídios à produção de energias sujas, investir seriamente nas renováveis e começar a fazer perguntas desconfortáveis sobre como estruturamos nossas economias, quem sai ganhando e quem sai perdendo.

É muito importante que façamos tudo isso já. As mudanças necessárias exigem que todo mundo esteja consciente de que isto é uma crise e se comprometa a fazer transformações radicais. Acreditamos firmemente que podemos salvar o planeta, mas temos de agir agora.

Quando a nossa casa está em chamas, não podemos deixar que sejam as crianças que as apaguem; precisamos que os adultos se responsabilizem. Não há zonas cinzentas quando a sobrevivência está em jogo. Não existe mal menor. É por isso que hoje os jovens fazem greve em todos os cantos do mundo, e é por isso que pedimos aos mais velhos que se juntem a nós nas ruas. Quando a nossa casa está em chamas, não podemos deixar que sejam as crianças que as apaguem; precisamos que os adultos se responsabilizem por terem acendido a faísca. Assim, por uma vez, peçamos aos adultos que sigam nosso exemplo: não podemos continuar esperando.

Assinam este artigo: Greta Thunberg (Suécia), Anna Taylor (reino Unido), Holly Gillibrand (Reino Unido), Luisa Neubauer (Alemanha), Kyra Gantois (Bélgica), Anuna de Wever (Bélgica), Adelaide Charlier (Bélgica) e Alexandria Villasenor (Estados Unidos).

**50 RECEITAS DE BOULOS PARA MUDAR O BRASIL:
A CONSTRUÇÃO DA CENA ENUNCIATIVA EM UM PROGRAMA DE GOVERNO**

Jefferson Vieira Góes - UFMG

Mariza Gabriela de Lacerda - UFMG/NAD/CAPES

Introdução

Em 2018, o candidato à Presidência da República Guilherme Boulos e a sua vice Sonia Guajajara (PSOL) lançaram seu Programa de Governo no formato de um livro culinário. O programa em questão integrou a campanha “*Sem Medo De Mudar o Brasil, com Boulos e Sonia!*”. Com o nome “*50 Receitas de Boulos para Mudar o Brasil*”, a publicação apresentou as propostas dos candidatos aos eleitores brasileiros. A partir desse acontecimento, levando em conta as funções sociodiscursivas do referido texto no cenário político brasileiro e pelo fato dele ter sido destinado a um determinado público-alvo, consideramos relevante investigar as estratégias enunciativas mobilizadas em sua construção assim como os seus possíveis efeitos de sentido. Para tanto, no intento de analisar a construção das cenas da enunciação e os comportamentos enunciativos, recorreremos à noção de Cenografia, conforme Maingueneau (2010; 2011), e ao Modo Enunciativo de Organização do Discurso, proposto por Charaudeau (2014), além de outros pressupostos teóricos utilizados na análise do *corpus*.

1 A Cena Enunciativa

A dimensão de uso da língua incorporou aos estudos linguísticos a relação entre categorias formais e sua transformação em significados pelo sujeito da enunciação, que se constitui como tal por meio do emprego contextualizado dessas categorias e na sua conversão em discurso (BENVENISTE, 2006). Tomando como base esse pressuposto, observamos que a dimensão

enunciativa da língua relaciona-se intimamente às ações humanas, as quais conferem ao seu estudo uma dimensão subjetiva.

De modo complementar, no âmbito da Análise do Discurso, a *situação de enunciação* diz respeito a um conjunto de posições abstratas linguísticas de orientação dêitica cujo funcionamento é perpassado por uma *situação de locução* que determina o lugar do locutor (aquele que fala), o lugar do alocutário (aquele a quem a fala é dirigida) e o lugar do delocutado (aquele de quem/do que se fala). Consequentemente, a interpretação de enunciados torna-se indissociável da reflexividade subjacente ao processo de semantização da língua e às posições enunciativas e locutivas relacionadas aos sujeitos da linguagem. (MAINGUENEAU, 2010). Por isso,

apreender uma situação de discurso como cena da enunciação é considerá-la “do interior”, através da situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no sentido pragmático) no movimento mesmo de seu desdobramento. Um texto é, na verdade, rastro de um discurso no qual a fala é encenada.” (MAINGUENEAU, 2010, p.205)

Nessa perspectiva, é preciso distinguir, na cena enunciativa, três planos complementares, denominados pelo autor como *cena englobante*, *cena genérica* e *cenografia*. O primeiro diz respeito ao tipo de discurso, o qual deve ser identificável por coenunciadores situados em um quadro espaço-temporal que orienta a sua interpretação. O segundo relaciona-se aos gêneros do discurso socialmente instituídos cujas finalidades também são reconhecidas pelos coenunciadores. Tanto o primeiro quanto o segundo definem o *quadro cênico* dos textos, no qual os enunciados produzirão sentido em um espaço interno estável. Já o terceiro institui a cena da enunciação que a legitima e caracteriza-se, ao mesmo tempo, como a fonte do discurso e o que permite o seu funcionamento, levando o quadro cênico para o segundo plano e controlando o seu próprio desenvolvimento.

2 O Modo Enunciativo de Organização do Discurso

Ainda no que tange à organização interna dos textos, pontuamos que os protagonistas da enunciação são seres de fala definidos por papéis languageiros. O sujeito enunciador¹ é um desses protagonistas e pode se construir na cena enunciativa intervindo e/ou se apagando dela. O sujeito destinatário é o outro protagonista, ao qual o enunciador atribui um lugar determinado em seu fazer enunciativo. Sendo assim, o texto resulta da materialidade linguística dessa encenação, em uma determinada situação de comunicação, para servir ao projeto de fala do sujeito enunciador. Para produzir efeitos de sentido, esse sujeito que enuncia utiliza categorias da língua ordenadas em um *Modo de Organização do Discurso*, sendo o Modo Enunciativo uma categoria que nos permite identificar e analisar comportamentos enunciativos na encenação languageira e também o funcionamento de elementos linguísticos que integram a composição das produções textuais. Essa categoria também apresenta em seu funcionamento os planos *elocutivo*, *alocutivo* e *delocutivo*, os quais funcionam como estratégias que permitem a modalização do dizer, a partir de posicionamentos adotados pelo sujeito enunciador, na configuração de uma encenação languageira inserida em um *Ato de Linguagem*, instância que combina o dizer, espaço da instância discursiva e o fazer, lugar da situação de comunicação, fazendo com que sua totalidade seja composta por um circuito interno e um externo em seu engendramento. (CHARAUDEAU, 2001, 2014). Logo, essa dupla dimensão do ato de linguagem torna-se essencial para o desenvolvimento das análises textuais, não só no que diz respeito ao emprego de formas linguísticas na construção de papéis encenados por seres languageiros, mas também para compreender, de forma ampla, o seu funcionamento a partir de um quadro situacional específico.

3 Considerações acerca do discurso político

¹ Para os fins deste trabalho, não distinguiremos os pares sujeito enunciador e coenunciador; locutor e interlocutor, as quais serão empregadas de forma equivalente.

A possibilidade de que o discurso possa se manifestar de várias formas é indissociável das forças reguladoras que compõem o interior dos domínios sociais em que os textos são produzidos. Por isso,

Este aspecto primeiro da produção discursiva nos remete ao fenômeno da *ancoragem social* do discurso, o que justifica dizer que não há produção de texto que não se encontre mais ou menos refém das determinações impostas pelo domínio social onde ela se processa. O domínio de prática social surge assim como um determinante maior da natureza comunicacional do discurso. (EMEDIATO, 2003, p. 65)

Tendo como base que a natureza comunicativa do discurso integra a sua produção, o discurso político apresenta, portanto, uma orientação ideológica relacionada à sua lógica simbólica, em que os princípios da vida política fundam a própria idealidade de uma determinada sociedade, e uma lógica pragmática, que permite a proposição de projetos voltados para o bem-estar social e para determinados valores tidos como coletivos. Com essa finalidade, o discurso político encontra-se entre uma instância de poder, que permite um agir sobre o outro, e uma instância cidadã, que possui a capacidade de legitimar esse agir, materializado pelo intermédio de ações que, *a priori*, deveriam se voltar para a coletividade do corpo social. Dessa maneira, é por meio da encenação discursiva e das suas condições de enunciação que se constrói a dramaturgia política (CHARAUDEAU, 2016).

Ademais, cabe acrescentar que

Na linguagem política quase nunca se transmitem informações neutras, já que dizer algo implica sempre algum tipo de avaliação e de atuação. Por isso a política é sempre um espaço de promessas, aspirações, apostas, no qual se faz avaliações ou se mobiliza, operações que vão muito além da mera descrição de realidades objetivas. (INNERARITY, 2017, p.99)

Dito isso, por ser no terreno da linguagem que a fala política se consolida, é necessário indagar em que medida a encenação desse discurso é moldada

estrategicamente pelos sujeitos da enunciação e dos efeitos de sentido que esses almejam produzir em seus coenunciadores.

4 Análise do *corpus*

Percebe-se, inicialmente, que o Programa de Governo é apresentado aos seus coenunciadores por meio da cenografia de um livro culinário, um gênero textual amplamente conhecido no Brasil e que permite o deslocamento do domínio social político para o domínio social gastronômico, como podemos observar na figura abaixo:

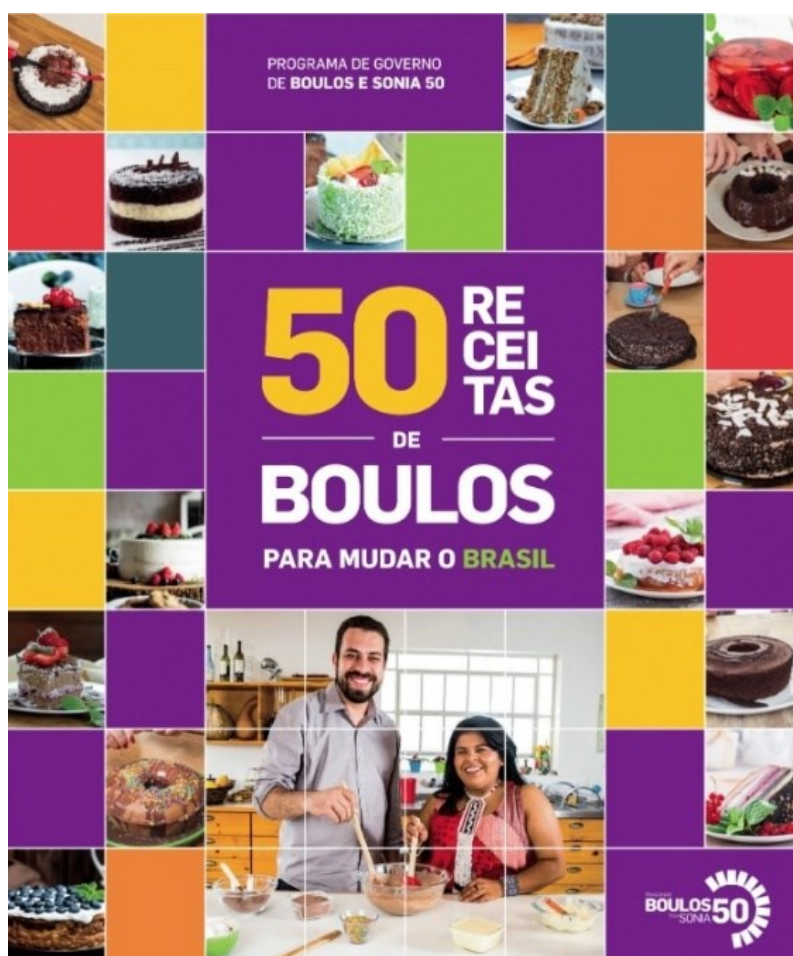


Figura 1: (BOULOS; GUAJAJARA, 2018, capa)

Nessa ilustração, observa-se que a cenografia se dá por meio da construção imagética da capa de um livro de receitas, nomeado como “50 receitas de Boulos para mudar o Brasil”. Já no título, identificamos o uso da paronomásia, figura de estilo que permite a aproximação de palavras distintas, no caso Boulos e bolos, vocábulos que apresentam uma pronúncia similar. Tal recurso confere ao “livro de receitas” um tom lúdico, por meio de um jogo de palavras que se vale de substantivos de naturezas distintas, um simples (bolos) e um próprio (Boulos), o que é reforçado pela configuração da capa, composta de uma variedade de bolos que circulam os candidatos presidenciais, os quais são apresentados de forma centralizada por meio de uma fotografia representativa, na qual ambos estão com “a mão na massa”. É o conjunto desses traços que consolida a cenografia mobilizada como um componente que integra e orienta o desenvolvimento da sua própria enunciação.

Partindo da encenação desse gênero, tem-se a adaptação da configuração textual de uma situação de comunicação específica que transgride o seu domínio social de origem ao romper com as suas determinações, uma vez que a cenografia mobilizada camufla a natureza do discurso político ao invocar o *saber-fazer* de um livro culinário, no qual o ato de cozinhar é reconhecido como uma arte dotada de segredos e medidas que permitem executar ações com sucesso, já que ninguém recorre a esse gênero para realizar uma receita “errada”.

Outra estratégia funcional, permitida pela cenografia em questão, é a estruturação do livro em etapas, tais como ingredientes, modo de preparo e rendimento, por meio do uso de frases curtas e objetivas e do predomínio de verbos empregados no modo imperativo, os quais, no funcionamento enunciativo do texto, consolidam-no como um Programa de Governo inovador e acessível à linguagem popular do grande público, fazendo, assim, com que a cenografia possa mudar o seu caráter formal ao alterar o quadro cênico esperado: a cena englobante do discurso político técnico-administrativo e o gênero textual Programa de Governo, comumente associado à rigidez e normatividade dos textos oficiais. Concomitantemente, em relação à cena genérica, vemos que, ainda que existam certas regularidades formais, uma mesma forma pode servir de suporte para a construção de diferentes efeitos de sentido e de uma significação plural (Emediato, 2003, p. 68).

A encenação cenográfica busca, ainda, atribuir identidades entre os enunciadores e os coenunciadores. Os primeiros são aquele que detém saberes e habilidades específicos voltados à execução de ações de sucesso; os segundos são aqueles que precisam aprender as receitas, compartilhadas, intimamente, como se fossem infalíveis aos sucessos das ações propostas. Para aprofundarmos essa questão, analisaremos a organização e o funcionamento do Modo Enunciativo, a fim de compreender os comportamentos enunciativos na realização do ato linguageiro. Vejamos, de início, um trecho extraído da seção “Apresentação”, que integra o livro de receitas:

[1] “**Seja bem-vinda** ou **bem-vindo!** Se **você** chegou até aqui é um bom sinal! Acaba de sair do forno e já está em **suas mãos** o **nosso programa**. Sim, esse é o programa da campanha Sem Medo De Mudar o Brasil, com Boulos e Sonia!” (BOULOS; GUAJAJARA, 2018, p.04) [grifos nossos]

É possível observar, nesse excerto, que há o predomínio dos modos elocutivo e alocutivo, os quais permitem que o comportamento enunciativo se baseie na relação dos locutores com o seu alocutário e na relação dos locutores com eles mesmos e que a mistura dos dois modos permite que ambos sejam implicados na cena enunciativa, protagonizando-a. No comportamento alocutivo, destaca-se a interpelação, estratégia enunciativa que permite aos locutores se colocarem num lugar de superioridade em relação ao alocutário, atribuindo a si não só o papel de interpelar mas também de designar o ser interpelado de forma genérica (você): “*Seja bem-vinda ou bem-vindo! Se você chegou até aqui é um bom sinal!*”. Consequentemente, cabe, ao interlocutor, o papel de reagir ao apelo dos locutores e validar a sua presença na encenação do dizer.

No comportamento elocutivo, vemos o engajamento dos locutores em declarar um saber-fazer no âmbito da revelação, já que o livro é apresentado como uma novidade: “*Acaba de sair do forno e já está em suas mãos o nosso programa.*” Estratégia que visa aguçar a curiosidade do interlocutor no sentido de captá-lo como leitor do Programa de Governo. Além disso, o uso do possessivo “nosso”, empregado na 1ª pessoa do plural, pode se referir tanto aos proponentes quanto ao seu eleitorado, permitindo o seu funcionamento como

uma marca de *nóscaptações* (Dahlet, 2016), categoria enunciativa que possibilita a integração do individual e do coletivo (Nós=eu+vocês), o que nos permite destacar que, no discurso político,

o funcionamento do nós é um comportamento radicalmente flutuante, na medida em que, ao impor o sentimento de identidades coletivas estabilizadas, ele oculta os tipos de desconhecimentos e exclusões gerados pela aparente transparência da autossuficiência e da completeza relacional do nós. (DAHLET, 2016, p. 215)

A construção de imagens dos sujeitos enunciadores reforça essa integração no comportamento elocutivo, como pode ser observado a seguir:

[2] **“Somos uma aliança que acredita e se atreve a vencer o medo, formada com partidos, movimentos, coletivos de juventude, LGBT, Negro, Sindical, intelectuais e artistas. Nos juntamos para fazer diferente, não queremos apenas vencer as eleições, queremos mudar a política, a vida das pessoas. Transformar uma geração. Nas ruas, nas redes e nas urnas, com diversidade e esperança!”** (BOULOS; GUAJAJARA, 2018, p.04) [grifos nossos]

Nesse trecho, nota-se que os locutores tentam construir um *ethos* a partir de uma essência destemida, que os impulsiona a agregar a coletividade como uma aliança que agrega “*partidos, movimentos, coletivos de juventude, LGBT, Negro, Sindical, intelectuais e artistas*”, propiciando a ampliação do público-alvo na tentativa de representar discursivamente um ideal de sociedade que integra a sua diversidade. Como resultado, esse *ethos* funciona como uma espécie de fiador ao qual os coenunciadores atribuem uma espécie de caráter relacionado a traços psicológicos voltados para comportamentos globais valorizados no domínio do discurso político, no qual “A qualidade do *ethos* remete, com efeito, à imagem desse fiador que, por meio de sua fala confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado.” (MAINGUENEAU, 2004, p.99).

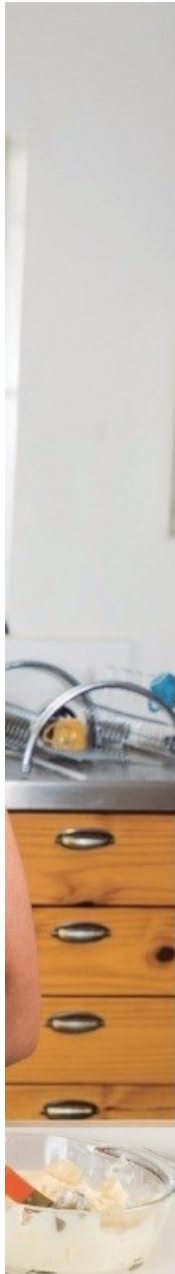
Além disso, destaca-se o engajamento dos locutores ao apresentarem declarações e promessas. A declaração tem como visada um fazer-saber que permite a revelação dos seus “princípios” por meio de afirmações. Declaram ter qualidades e características específicas, as quais lhes permitem criar imagens

que construam sua credibilidade aos olhos dos interlocutores, no intuito de captá-los. Já a promessa tem como finalidade estabelecer ações que deverão ser executadas futuramente pelos locutores. Tendo em vista que o ato de declarar relaciona-se com a detenção de um saber, a suposição da ignorância desse saber e esse saber possui uma verdade variável em relação ao locutor e ao interlocutor (CHARAUDEAU, 2014), é necessário considerar que

No domínio político, as bases são *ideológicas*, o que torna as verdades discursivas e retóricas. Elas dizem respeito, por um lado, às condições do assujeitamento ideológico dos indivíduos (discurso), e, de outro, às condições de eficácia e de pertinência da relação entre a “palavra” política e a “ação” (retórica). Por isso, mais do que em outros domínios, a “verdade” política é construída na interseção entre as razões, ou racionalidade, da argumentação política (*logos*), a credibilidade do homem político (*ethos*) e a relação e o efeito dessas duas dimensões nos eleitores e cidadãos, recrutando-os ideologicamente e provocando as suas paixões e expectativas (*pathos*). (EMEDIATO, 2016, p. 17-18).

Ainda no que tange à retórica do agir político, destaca-se que, ao suporem que suas propostas podem gerar dúvidas, os sujeitos enunciadores comprometem-se em realizá-las, tentando, inclusive, se antecipar a possíveis desconfiâncias por parte dos seus interlocutores. Esse posicionamento é feito por meio de uma negação polêmica (DUCROT, 1987) que traz à tona o caráter polifônico da enunciação e mobiliza o pressuposto de que todo político quer apenas ganhar alguma eleição. Ponto de vista cujo sentido negativo, ao ser refutado, não é endossado pelos sujeitos enunciadores, que negam possuir tal conduta, comumente associada à memória discursiva de um país com alto índice de corrupção e desonestidade.

Analisemos, agora, uma das receitas que compõem o *corpus*:



REVOGAR AS MEDIDAS DO GOVERNO TEMER

- Pegue um governo que não foi eleito, mas resultado de um golpe.
- Adicione a pior aprovação de um presidente da história: 97%
 - > Temer congelou investimentos em saúde e educação por 20 anos com a Emenda Constitucional 95.
 - > E desmontou todos os direitos dos trabalhadores garantidos pela CLT há quase 70 anos com a reforma trabalhista.
- Acrescente vários escândalos de corrupção.
- Misture tudo isso para formar a pior crise do Brasil nas últimas décadas.
- Use a vontade popular para jogar isso tudo fora.
- Comece descongelando os investimento sociais e recuperando os direitos trabalhistas que foram jogados no lixo.
 - > Isso significa revogar a Emenda 95 e a Reforma Trabalhista.
- E devolva para o povo brasileiro as principais riquezas do país (petróleo, energia elétrica, etc) que estão sendo entregues a preço de banana para empresas estrangeiras.

Modo de preparo

O povo decidindo através de um plebiscito para revogar todas as medidas do governo Temer.

Rendimento

Com o povo sendo consultado, você conseguirá desfazer esses desmontes e começar as outras receitas.

Figura 2: (BOULOS; GUAJAJARA, 2018, p.09)

Na receita “*Revogar as medidas do governo Temer*”, observa-se o predomínio do comportamento alocutivo. A partir desse modo de dizer, os locutores se dirigem ao seu interlocutor atribuindo-lhe papéis na cena enunciativa, por meio do uso recorrente de verbos no imperativo, modo verbal característico de receitas culinárias, como, por exemplo, nas passagens: “*Pegue um governo que não foi eleito.*”, “*Acrescente vários escândalos de corrupção.*”, “*Use a vontade popular para jogar isso tudo fora.*”, dentre outras. Essa estratégia permite a “sugestão” de ações específicas para a receita proposta, no caso uma

possível ação governamental de grande impacto, criando certa relação de influência sobre o interlocutor, uma vez que é delegado a esse, por meio de injunções, o papel de executar tais ações, apresentadas como sendo essenciais à realização da receita. Para confirmar a sua condição de sujeito competente, a alternativa do interlocutor é executar as ações estabelecidas de acordo com as regras impostas pelos locutores.

O uso da interpelação caracteriza-se, também, como outro recurso eficiente na modalidade alocutiva, o que pode ser observado no ícone “rendimento”, apresentado como uma espécie de resultado substancial da receita. Esse recurso permite novamente que os locutores se coloquem em um lugar de superioridade em relação ao alocutário, atribuindo-lhe o papel de se reconhecer como essencial a execução de uma totalidade de ações, as quais, por serem retomadas anaforicamente pela passagem “esses desmontes”, assumem um sentido negativo, reforçando um dever-fazer não só imprescindível ao combate de um cenário político em crise como também necessário ao começo de novas receitas.

Ainda no que tange à inserção de referentes de forma avaliativa, como podemos observar em “*governo que não foi eleito*”; “*escândalos de corrupção*”, “*a pior crise do Brasil nas últimas décadas*”, observa-se a intenção recorrente de persuadir o interlocutor em relação ao estatuto dos elementos delocutados, isto é, os objetos de discurso que, apesar de serem apresentados de forma objetiva, são dotados de uma dimensão axiológica de natureza subjetiva, ainda que os sujeitos enunciadores tentem se apagar da cena enunciativa. Essa dimensão também confere ao texto um tom de discurso populista, que exalta a situação de crise e vitimização, encarna discursivamente a fonte do mal ao “delatar” os culpados e recorre a valores idealizados (CHARAUDEAU, 2016), como, por exemplo, o nacionalismo de um país em crise, o que nos permite observar como o discurso político se constrói de forma maleável ao tentar envolver o seu eleitorado no intuito de obter o seu assentimento.

Considerações Finais

Após a análise do *corpus*, concluímos que a cenografia mobilizada pelos locutores mostrou-se uma estratégia eficiente na popularização do Programa de Governo analisado, ao se destacar em meio à confluência de uma cena englobante e de uma cena genérica. A escolha dessa cenografia permitiu maior proximidade com o eleitorado, integrando-o numa encenação linguageira didática e ilustrativa, que soube subverter as determinações sociais que ancoram a produção do discurso político tanto no que diz respeito às ações de um saber-fazer específico quanto em relação às imagens dos sujeitos enunciativos, criados discursivamente como detentores desse saber necessário à proposição de mudanças no contexto de uma candidatura presidencial. De forma integrada, o modo enunciativo permitiu identificar, no funcionamento discursivo da língua, diferentes comportamentos enunciativos por parte dos locutores. A atribuição de diferentes papéis entre os locutores e os interlocutores, além da relação estabelecida com o referente, demonstrou como a modalização resultou de uma encenação linguageira organizada estrategicamente na realização de um ato de linguagem situado no domínio do discurso político, o qual, por sua vez, moldou-se para camuflar as regras do jogo discursivo.

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BOULOS, Guilherme; GUAJAJARA Sonia. 50 receitas de Boulos para mudar o Brasil. PCB/PSOL/VAMOS, 2018. Disponível em: <https://vamoscomboulozesonia.com.br/programa-de-governo-de-boulos-e-sonia-50/>. Acesso em 31/03/2020.

CHARAUDEAU, Patrick. *Uma teoria dos sujeitos da linguagem*. In: MARI, Hugo;

MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de (Orgs). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Poslin/Fale/UFMG, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e Discurso: Modos de Organização*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. *A Conquista da Opinião Pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. *Reflexões para a análise do discurso populista*. In: EMEDIATO, Wander (Org). *Análises do discurso político*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Poslin/Fale/UFMG, 2016.

DAHLET, Patrick. *O discurso político e o sujeito coletivo: fachadas do nós*. In: EMEDIATO, Wander (Org). *Análises do discurso político*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Poslin/Fale/UFMG, 2016.

DUCROT, Oswald. *O Dizer e o Dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

EMEDIATO, Wander. *Os gêneros discursivos como tipos situacionais*. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de (Orgs). *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Poslin, Fale, UFMG, 2003.

EMEDIATO, Wander. *Dimensões e faces da mentira no discurso político*. EMEDIATO, Wander (Org). *Análises do discurso político*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Poslin/Fale/UFMG, 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

INNERARITY, Daniel. *A política em tempos de indignação: a frustração popular e os riscos para a democracia*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

A TELENOVELA DONA BEIJA: PERSPECTIVAS DE LEITURA, ANÁLISE E ENSINO

Jocyare Souza
UninCor

Das páginas do livro para as telas da TV

As obras literárias “Dona Beja a Feiticeira do Araxá” de Thomas Othon Leonardos e “A Vida em Flor de Dona Bêja” de Agripa Vasconcelos foram lançadas em 1957 e, posteriormente, reeditadas; em 1986 os romances biográficos que protagonizaram Anna Jacintha de São José – Da. Bêja são revisitados e, como gênero telenovela, ganham as telas da TV: a trama de Wilson Aguiar Filho, dirigida por Herval Rossano, é exibida pela primeira vez em 1986, na Rede Manchete, sendo exportada para 15 outros países e reprisada, no Brasil, pelo sistema Brasileiro de Televisão - SBT em 2009. Em 2012, o portal Terra, versão peruana, elegeu ‘Dona Beija’ como uma das melhores telenovelas de todos os tempos e muitos atribuíram seu estrondoso sucesso ao caráter de obra de época, para isso “A Manchete investiu 20 milhões de cruzados na produção de Dona Beija para fazer com que a novela tivesse cenários e figurinos condizentes com a paisagem brasileira do século passado” (ALMEIDA, 2005, online). O relevante papel da memória e a respectiva identificação do senso comum justificam o despertar do interesse televisivo por uma história de época, apresentando sua protagonista como produto da indústria cultural a ser disseminado e consumido pela audiência. A telenovela ‘Dona Beija’, tomada pela magia dos romances-folhetim, proporciona ao público televisivo (...) “os mitos messiânicos que mantêm a esperança numa idade maravilhosa onde todas as contradições e todas as misérias presentes acharão sua solução e seu remédio” (HAMGURGER, 2005, p. 22)

Do século XIX, resgatou-se a memória oral que corresponde ao tempo e espaço de vida e morte de Anna Jacintha de São José – Da. Bêja. A literatura do século XX marca o tempo de renascimento dessa personagem que ressurgue das narrativas orais do século XIX, materializa-se e ganha destaque na TV; sua forma física, sua moral e costumes retomam o imaginário coletivo com riqueza de detalhes em um relato que combina estórias e histórias. Assim, enquanto memória, a entrada de Da. Bêja - ora mártir, ora algoz, ora sedutora, ora heroína

- para a linguagem escrita conferiu-lhe nuances da prostituta literária do século XVIII, cuja gênese se dá na literatura pornográfica do século XVII. O perfil biográfico de nossa ilustre personagem emerge dessa mistura de ficção e realidade, sendo uma transcrição das duas obras (op. cit) nas quais a telenovela 'Dona Beija' foi inspirada.

uma TN (telenovela) é entretenimento. Tem como *mainstream* (sua linha mestra) narrar a crônica do cotidiano. Engendra-se a partir de seres de papel, saídos do reino da ficção, que de repente saltam para a vida real e, por seu alto poder de influência, invadem a privacidade do telespectador, na situação mais desprotegida: relaxada, no recesso do seu lar. O processo chega a ser catártico, terapêutico: o telespectador quer se envolver, quer se deixar seduzir, quer ver reconhecida sua própria existência e experiência do dia-a-dia, ali, na tela da televisão. Ele quer se exaurir em emoções e sobressaltos (CALZA, 1996, p. 14).

“Eterna, porque D. Bêja vence as eras pela coragem de suas atitudes indomáveis e pela graça quase divina de sua beleza” (VASCONCELOS, 1985, p. 08). A história de Anna Jacintha de São José é ressignificada pelo viés do gênero telenovela, sendo pela dramaturgia uma releitura do que se apresentou, durante dois séculos, pela memória oral e história literária. Mantendo o caráter biográfico e o constante diálogo entre a história oral/textual/visual, 'Dona Beija', enquanto gênero telenovela, constitui-se de linguagem própria e especificidades características para a produção televisiva, populariza-se amplamente, seduz o público televisivo.

Nosso olhar paira sobre a telenovela 'Dona Beija e sobre como a TV, enquanto suporte desse gênero textual, ressignifica essa história e mobiliza o estudo a que nos propomos: elucidar por meio de uma análise semântico-enunciativa do processo designativo que se apresenta na telenovela 'Dona Beija' o quanto D. Bêja (especificamente sobre as relações de amor e sexo) transcende seu tempo e constitui lugar singular. Portanto, apresentaremos, a seguir, sinopse (de nossa autoria) da reprise da trama apresentada em 77 capítulos (AGUIAR Filho, 1986, online); os grifos (nossos) correspondem a reescrituras do nome Anna Jacintha de São José garimpadas dos capítulos reprisados e constituirão nosso *corpus* de análise.

No século XIX, na cidade mineira de Araxá, viveu Anna Jacintha de São José, afilhada de Nossa Senhora (cap¹. 01). Nascida a 02 de janeiro de 1800, era filha de Maria Alves de São José e pai desconhecido. Considerada anfitriã dos doentes e necessitados, uma santa, sobretudo para os pobres (cap.66), a mais virtuosa das mulheres(cap. 08) por uns, , e encarnação do mal (cap. 31) por outros, tornou-se instrumento de beleza e sensações abismais (cap. 04). A comparação que dela faziam ora com a flor beijo, ora com o pássaro beija-flor teria inspirado seu avô paterno, quando ela era ainda uma criança, a apelidá-la Bêja (cap. 01). Opondo-se aos costumes das jovens casadoiras, tornou-se noiva do seu primeiro e grande amor, Antônio Fernandes de Sampaio, com quem pretendia, virgem, se casar (cap. 01). Dele foi covardemente separada por Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ouvidor da corte_(cap. 01) que, enfeitiçado por sua beleza, ordenou seu rapto (cap. 01). Em Paracatu, o ouvidor instalou Bêja, tão angelical quanto diabólica (cap. 10), como sua amante de luxo (cap. 03). Diamante de carne e osso (cap. 05), lapidou-a: cobriu-a de joias, de sedas e veludos; educou-a como uma dama e a treinou conforme os costumes da corte. Quando abandonada por Mota, foi vítima da incompreensão e intolerância do povo, sobretudo das damas da sociedade do Arraial de São Domingos dos Araxás que se opuseram ao seu retorno, considerando-a indesejada (cap. 14), fato que marcou profundamente seu caráter e determinou o rumo que sua vida tomaria a partir de então. De noiva do ouvidor (cap. 03) passou a rapariga de luxo (cap. 13). Assumiu seus encantos como sendo beleza do demônio (cap. 15); decidiu por prostituir-se. Dali em diante, ela se tornaria Dona Bêja, a mulher-dama (cap. 29) que povoaria os

¹ Cap. – abreviatura de capítulo.

sonhos de homens ricos e poderosos. Construiu um suntuoso palacete (cap. 18), na Praça da Matriz, e nele se instalou como uma mulher honesta (cap. 31) e consultora de negócios (cap. 34). Construiu uma esplendorosa casa de campo, seu luxuoso bordel, conhecido como a Chácara do Jatobá (cap. 18), e nela se instalou como mulher-dama (cap.31). Feiticeira (cap. 26), pecadora pública (cap. 40), ousada por ir para a cama sem o lençol - ah! o gineceu de Dona Bêja...(cap.25) extasiou homens das regiões mais remotas. Grávida e mãe (cap. 36) por duas vezes, deu à luz Thereza Tomázia de Jesus, fruto de seu amor adúltero com Antônio e Joana de Deus de São José (cap. 52), fruto de seu amor livre com João José Carneiro de Mendonça, membro de uma distinta família e recém-chegado da corte onde se formara em direito. Com João Mendonça, seu amante oficial (cap.43), viveu uma relação estável no palacete; para ele, Bêja é mãe magnificat (cap. 49) e Joana, filha de esplêndida mulher (cap. 43). Exímia educadora das filhas (cap. 67), casou Thereza com um Botelho (cap. 53), sobrenome mais importante do sertão e Joana com um fazendeiro de Bagagem, para onde também se mudou. Tão inteligente quanto linda (cap. 40), tornou-se o maior diamante das Gerais (cap.43). Despudorada afrontou, certa noite, os moradores ao desfilar nua em pelo, a cavalo, pelo Arraial (cap.49). Sua beleza natural tornou-se um chamariz... sua nudez era frequentemente admirada por olhares furtivos (ou não) durante os costumeiros banhos na Fonte da Jumenta (cap. 55). A regeneração chegou-lhe com a idade e com os netos (cap. 72).

O DSD: um percurso enunciativo das reescrituras do nome Anna Jacintha de São José

Tomaremos como modo de descrição e observação dos sentidos o Domínio Semântico de Determinação (DSD), dispositivo que possibilita representar, no enunciado, o sentido das palavras. Nessa direção, a determinação não é algo que funciona na relação entre determinante e determinado, mas sim, por uma relação de predicação, uma relação construída enunciativamente. Nesse sentido, “A determinação é a relação fundamental para o sentido das expressões linguísticas” (GUIMARÃES, 2007, p. 79). O autor assim define o DSD:

Deste modo, então, dizer qual é o sentido de uma palavra é poder estabelecer seu DSD. E isto só pode ser feito a partir do funcionamento da palavra nos textos em que aparece. Outra coisa importante, um DSD é construído pela análise das relações de uma palavra com as outras que a determinam em textos em que funciona. Deste modo podemos dizer o que significa uma palavra num certo texto, num conjunto de textos relacionados por algum critério que os reúna [...]. (GUIMARÃES, 2007, p. 80).

Para entendermos especificamente sobre as relações de amor e sexo que envolvem nossa personagem – Da. Bêja, questão que buscaremos evidenciar no DSD analisado, assim como sobre os costumes da sociedade brasileira no período que contempla o século XIX, século em que nasceu/viveu Ana Jacinta de São José, abordaremos, principalmente, os estudos realizados e/ou organizados por Del Priori (1993, 2005, 2008, 2008a, 2011).

A necessidade de amor nas relações entre casais é uma particularidade do século XX. Na passagem do século XIX para o XX, ocorrem mudanças comportamentais e o casamento não poderia ficar imune a elas.

Os casais começam a se escolher porque as relações matrimoniais tinham sido fundadas no sentimento recíproco. O casamento de conveniência passa a ser vergonhoso e o amor... bem, o amor não é mais uma idéia romântica, mas o cimento de uma relação (DEL PRIORI, 2005. p. 231).

É importante situarmos que essas relações, no Sertão das Minas Gerais, ainda no século XIX, estão sob fortes influências do período que compreende os séculos XVI a XVIII. Período em que o amor é um sentimento dedicado

exclusivamente a Deus; é, portanto, domínio da igreja e do Estado que seguem o rigor imposto ao Brasil enquanto condição de colônia de Portugal.

Interessa-nos, portanto, entender, a partir do *corpus* constituído (designações que reescreveram o nome Anna Jacintha de São José que foram extraídas dos 77 capítulos da reprise da telenovela ‘Dona Beija’), o que a nomeação/renomeações recortam como memorável, uma vez que consideramos que no funcionamento semântico-enunciativo do nome Anna Jacintha de São José há uma especificidade que se constitui sempre a partir da “história em que o nome se dá como nome” (GUIMARÃES, 1992, p.16). O DSD possibilita observar o que uma palavra significa em seu funcionamento e em sua relação com outras palavras que a determinam num determinado texto. Consideraremos, portanto, o funcionamento enunciativo e as relações que se estabelecem por meio desse dispositivo, objetivando evidenciar nas reescrituras do nome Anna Jacintha de São José o sentido que se recorta como memorável.

Passemos à representação do DSD - reescrituras de Anna Jacintha de São José enunciam ‘Dona Bêja’ enquanto sujeito de subversão:

feiticeira [φ]

⊥

rapariga [de luxo]

⊥

pecadora [pública]

⊥

ousada [por ir para a cama sem o lençol]

⊥

instrumento de beleza e sensações [abismais]:

(“ah! o gineceu de D. Bêja...”.)

⊥

Anna Jacintha de São José ⊥ Bêja

Consideremos enquanto leitura do DSD - reescrituras de Anna Jacintha de São José enunciam 'Dona Bêja' enquanto sujeito de subversão - o símbolo ϕ , em qualquer direção, significa determina: feiticeira determina rapariga de luxo determina pecadora pública determina ousada por ir para a cama sem o lençol determina instrumento de beleza e sensações abismais determina Bêja determina **Anna Jacintha de São José**. O nome **Anna Jacintha de São José** articula, pelo recurso de substituição, com todas as reescrituras do DSD [feiticeira, rapariga de luxo, pecadora pública, ousada por ir para a cama sem o lençol, instrumento de beleza e sensações abismais, Bêja]. As reescrituras do nome **Anna Jacintha de São José** estabelecem com o nome **Anna Jacintha de São José** uma relação de sinonímia. Importante observar nas anáforas que reescreveram o nome **Anna Jacintha de São José** a presença do recurso de definição [rapariga [de luxo], pecadora [pública], ousada [por ir para a cama sem o lençol], instrumento de beleza e sensações [abismais]] ou do recurso de elipse [feiticeira [ϕ]]. O símbolo ϕ marca uma omissão.

Consideremos enquanto ambientação – séc. XIX, Sertão das Minas Gerais, mais especificamente, Arraial de São Domingos dos Araxás -: Em Portugal, ainda como medida normatizadora dessas relações sexuais, ritualizou-se o Sacramento da Confissão com a criação do Confessionário e do Manual do Confessor.

No Confessionário, uma lista de questionamentos era utilizada pela Igreja a fim de conduzir a confissão, “se falou palavras torpes com ânimo lascivo. Se se ornou com ânimo de provocar a outrem a luxúria em comum ou particular. Se fez jogos de abraços e outros semelhantes” (ARAÚJO, 2008, p. 51).

O Manual do Confessor, formulado com a intenção de orientar os casais casados em como se portar maritalmente, tratava, eficazmente, de anular qualquer procedimento erótico entre marido e esposa. Nele, regras rígidas proibiam o controle das famílias por meio do coito interrompido, o toque entre os corpos, ressaltando a ausência total de carícias, inclusive o beijo. A paixão estava relacionada à proliferação das doenças. O século XIX se sustenta hierarquicamente pelo culto aos valores da Igreja e depois aos da Ciência que determinavam comportamentos ora a favor dos bons costumes, ora a favor do higienismo. Só o casamento poderia ser receptor do sexo higiênico e decoroso. A medicina e a Igreja se uniam em favor da manutenção de normas moralizantes em contenção à aclamação corporal, enaltecendo um discurso de censura com

o qual se pretendia doutrinar todo o comportamento de homens e mulheres: todo excesso amoroso faz mal à saúde, sobretudo à do homem; a mulher deve desconhecer sua sexualidade, entender que sua função é a de mera reprodutora e a que carregava o estigma de ser estéril vivia sob a condição da maldição que pairara sobre sua família. Desconhecia-se o fato de que o homem também pode ser estéril. Para Del Priore (2008a), sob à luz da ciência e da religião, a condição inferior das mulheres cuja função dentro do casamento privilegiava a procriação era enaltecida pelos médicos da época - a medicina sucumbia-se à concepção aristotélica em que as questões relacionadas à anatomia da mulher não se atinham aos estudos científicos, mas a um caráter moral e metafísico. A igreja católica consegue impor esse projeto de casamento, principalmente, nas regiões de colônia.

Controlando o prazer, o sexo no casamento virava débito conjugal e obrigação recíproca entre os cônjuges. Negá-lo era pecado, a não ser que a solicitação fosse feita nos já mencionados dias proibidos, ou se a mulher estivesse muito doente. Dor de cabeça não valia. O que se procurava é cercear a sexualidade, reduzindo ao mínimo as situações de prazer (DEL PRIORE, 2011, p. 43).

No DSD - reescrituras de Anna Jacintha de São José enunciam 'Dona Bêja' enquanto sujeito de subversão, as definições que aparecem no interior das anáforas (sintagmas nominais) - [rapariga [de luxo], pecadora [pública], ousada [por ir para a cama sem o lençol], instrumento de beleza e sensações [abismais]] - que reescrevem o nome **Anna Jacintha de São José** marcam sentido e ressignificam: [rapariga [de luxo]] - Bêja não é qualquer rapariga, mas rapariga de luxo, considerada o maior diamante das Gerais; [pecadora [pública]] – Bêja peca publicamente, torna-se (in)desejável por não omitir seu prazer pelas práticas sexuais livres; [ousada [por ir para a cama sem o lençol]] – Bêja ousa ao desconsiderar as normas do Manual do Confessor e ao erotizar suas relações; [instrumento de beleza e sensações [abismais]] – Bêja comunga seu erotismo, negligencia as normas moralizantes. A elipse que determina a anáfora [feiticeira [φ] – feiticeira [do sexo]] também enuncia um deslocamento de sentido importante – em tempos de 'caça às bruxas'², Bêja deixa transbordar sua

² “Entre os séculos XV e XVIII, a Europa (e também algumas colônias na América) testemunhou uma série de atos punitivos de cunho religioso que ficaram conhecidos como 'caça às bruxas'. Trata-se de perseguições motivadas pela crença geral do povo, que entendia ser necessário

sexualidade, povoa os sonhos de homens ricos e poderosos e os enfeitiça com seus encantos eróticos (“ah! o gineceu de Dona Bêja...”).

No DSD - reescrituras de Anna Jacintha de São José enunciam ‘Dona Bêja’ enquanto sujeito de subversão, as anáforas que reescrituram o nome **Anna Jacintha de São José** instituem Bêja enquanto sujeito de subversão. Afrontando os olhares coercitivos da Igreja, Bêja subverte o que determina o Manual do Confessor ao viver uma união conjugal libidinosa: vive com João Mendonça, no Palacete, um casamento livre (o que, hoje, designaríamos, relacionamento aberto) erotizado, não nos moldes do casamento burguês, mas nos moldes do que só aconteceria, segundo Del Priore (2005) com o advento da industrialização e com a importação da indústria cinematográfica de Hollywood, em que valores da cultura norte-americana e seus personagens trazem a noção do chamado amor autônomo. Bêja, no século XIX, vive com João Mendonça, no Palacete, uma vida conjugal, tem com ele sua segunda filha, Joana de Deus de São José, e continua a receber outros homens na Chácara do Jatobá; com seu amante oficial vive, publicamente, um relacionamento em que os amantes dispensam opiniões da sociedade e não escondem o prazer por práticas sexuais ousadas.

As noites ora no Palacete com João Mendonça ora na Chácara do Jatobá com quaisquer homens são enfeitiçadas pelo erotismo e sexualidade aflorados de Bêja. Voluptuosamente, a cortesã de luxo com fama que avançou o sertão e chegou à corte seduzia homens simples e anônimos/nobres e poderosos.

O erotismo torna-se a grande estratégia para Bêja impor sua docilidade, sua lascividade, arquitetar seu jogo de sedução, provocar ‘sensações abismais’. Bêja preconiza a ‘revolução sexual’ que só seria conhecida nos anos 60 e 70 do século XX. O que só seria possível à mulher com a descoberta da pílula anticoncepcional, Bêja já oferecia, no século XIX, aos escolhidos da Chácara do Jatobá: “ah!, o gineceu de Dona Bêja...”

Considerações Finais

Comumente, deparamo-nos com dados estatísticos depreciativos que revelam a problemática social em relação à alfabetização e letramento; “a

localizar e punir bruxas que praticavam ou supostamente praticavam rituais exotéricos.” (BOTELHO, 2007, online)

porcentagem de adultos no nível proficiente – apenas 12% -, e isso não mudou ao longo deste século, apesar do aumento da taxa de escolaridade” (OLIVEIRA, 2018, *online*). Dados do último Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) revelou que “o desempenho médio dos estudantes brasileiros na avaliação de leitura foi de 407 pontos, valor significativamente inferior à média dos estudantes dos países membros da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): 493” (BRASIL, 2015, *online*).

Nossa proposta é de que o método de leitura e análise apresentado – Domínio Semântico de Determinação (DSD) –, considerando o gênero telenovela ‘Dona Beija’, possa ser efetivado, em sala de aula, como método eficaz no ensino de leitura, análise de texto e, conseqüentemente, de escrita de quaisquer gêneros textuais.

Ao decidirmos pela análise do gênero telenovela, buscamos evidenciar, conforme Freire (2008), que, antes mesmo do contato com o mundo grafocêntrico, o leitor já preconiza uma leitura do mundo, com sua experiência de vida. Cada um tem uma maneira subjetiva de interpretar e ver as coisas que o rodeiam, por isso a leitura do mundo é sempre de fundamental importância nas práticas de leitura, análise, (re)escrita, escuta e oralidade. A tese de Freire (2008) sustenta a premissa de que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente” (FREIRE, 2008, p. 11). O gênero telenovela equivale à realidade cotidiana do leitor-aprendiz; realidade que está diretamente refletida no processo de conhecimento e interpretação da língua – nos seus registros orais e escritos. O método de leitura e análise apresentado – Domínio Semântico de Determinação (DSD) se apresenta, portanto, como procedimento eficaz de atribuição contínua de significados que podem ser continuamente ressignificados; porque pensar o DSD, segundo Guimarães (2007), é considerar o sentido construído na enunciação, historicamente; porque as palavras significam de acordo com as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo, pelo modo como se relacionam com outras no texto.

Para Marcuschi (2008), os gêneros textuais são resultantes de enunciados, produzidos em sociedade, que nos constituem enquanto seres

sociais. Dentro dessa concepção, a inclusão social nos obriga a sermos locutores e interlocutores capazes de usar a língua materna para compreender o que ouvimos, lemos e para nos expressarmos em variedades e registros de linguagem coerentes com diferentes situações comunicativas. Torna-se imprescindível, portanto, compreender a linguagem como atividade interativa em que nos estabelecemos como sujeitos sociais. Os gêneros textuais são formas verbais escritas e orais encontrados na rotina social, dotados de padrões característicos, em termos sociais e comunicativos, definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas. Quando se trabalha com a noção de gêneros textuais, dentre eles a telenovela, é possível abordar diferentes aspectos e usos da língua.

Ao propormos que o método de leitura e análise apresentado – Domínio Semântico de Determinação (DSD) - seja trabalhado em sala de aula em caráter interdisciplinar e multidisciplinar, objetivamos estimular o aluno a ampliar sua capacidade de uso da língua, motivando o domínio de habilidades de leitura, análise e escrita que contemplem a comunicação em diferentes gêneros textuais, sobretudo, os de domínio público.

O método de leitura e análise apresentado – Domínio Semântico de Determinação (DSD) constitui-se posição mais ampla sobre o lugar do texto no ensino: “analisar textos é um caminho para se pensar sobre as questões que nos interessam” (Guimarães, 2011, p.145). Mobiliza, conforme foi possível verificar na seção - **O DSD: um percurso enunciativo das reescrituras do nome Anna Jacintha de São José** - a amplitude e complexidade da prática de leitura e análise em diferentes possibilidades no ensino, sendo importante reflexão teórica e metodológica sobre a relação entre língua e linguagem, entre língua e texto, entre língua e subjetividade. Viabiliza ao leitor, enquanto locutor e interlocutor, posicionar-se mediante o texto: alterando, comparando, confrontando, posicionando criticamente, ressignificando.

Acreditamos ser esse o trabalho da escola na formação do sujeito social que lê, que analisa, que escreve.

Referências

ARAÚJO, Emanuel. **A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia**. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

AGUIAR FILHO, Wilson. **Telenovela Dona Beija**. Rede Manchete de Televisão, 1986. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XL_xL6GG6_U Acesso em: 01.09.2018 a 19.12.2019

ALMEIDA, Ricardo Santos de. 2005. **Dona Beija: A Feiticeira do Araxá que conquistou o Brasil**. Revista Veja, São Paulo, abril 1986. Disponível em: [http://redemanchete.net/artigos/artigo.asp?id=95&t=Dona-Beija-A-Feiticeira-do-Araxa-que-conquistou-o-Brasil--\(Revista-Veja\)](http://redemanchete.net/artigos/artigo.asp?id=95&t=Dona-Beija-A-Feiticeira-do-Araxa-que-conquistou-o-Brasil--(Revista-Veja)) Acesso em: 12.01.2019

BOTELHO, José Francisco. **Bruzas por trás da caça**. Super Interessante. 2007. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/bruxas-por-tras-da-caca/> Acesso em: 09.02.2019

BRASIL. Ministério da Educação – PISA. **Desempenho em leitura no Pisa ficou 80 pontos abaixo da média**. 2015 Disponível: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33571> Acesso em 23.02.2019

CALZA, R. **O que é telenovela**. São Paulo: Brasiliense, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v15n2/1518-7632-ld-15-02-00207.pdf> Acesso em: 21.12.2018

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **Magia e medicina na colônia: o corpo feminino**. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008a.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: três artigos que se completam**. 49 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. **Terra de Vera Cruz, Brasil**. Rio de Janeiro: Cultura Vozes – 4, 1992.

GUIMARÃES, Eduardo. **Domínio Semântico de Determinação**. In: Guimarães, E. e Mollica, C. (Orgs.). A palavra: forma e sentido. Campinas: Pontes, RG Editores, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de Texto**: procedimentos, análises e ensino. Campinas: RG Editores, 2011.

HAMBURGER, Esther. **O Brasil antenado**: a sociedade da novela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LEONARDOS, Thomas. **Dona Beija a Feiticeira do Araxá**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. Parábola, São Paulo, 2008

OLIVEIRA, João Batista. **Analfabetismo funcional**: novos dados, velhas realidades. Veja Online, 2018. Disponível em: www.veja.abril.com.br/blog/educacao-em-evidencia/analfabetismo-funcional-novos-dados-velhas-realidades Acesso em 23.02.2019

VASCONCELOS, Agripa. **A Vida em Flor de Dona Bêja**. Romance do ciclo de povoamento das Gerais. 2. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1985.

ESTUDO DO MARCADOR 'PUTA': UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA NA PERSPECTIVA DA TOPE

Joseléia Graciano da Silva (PPGL/UNEMAT)¹

Marcos Luiz Cumpri (UNEMAT)²

INTRODUÇÃO

Este texto é um recorte de nosso trabalho de mestrado finalizado em 2020. A reflexão, aqui proposta, consiste na investigação do deslizamento semântico do marcador 'puta', que vai de uma propriedade pejorativa consagrada, em que temos <puta - ser - prostituta> até uma propriedade oriunda de ocorrências, razoavelmente estabilizadas, dentro do domínio daquilo que pode ser hiperbolizante, em que temos <puta - ser - algo muito bom>. Prontamente, tivemos a pretensão de mostrar como se organiza o domínio nocional do marcador 'puta', no português do Brasil, a partir da criação de um campo metalinguístico de análise, sob a égide da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE).

O referencial teórico mais robusto encontra-se nos três tomos de Culioli (1990, 1999a, 1999b), que endossam os conceitos (i) de operações como invariantes que regulam a atividade de linguagem, (ii) de noção como o feixe de propriedades híbridas, por dependerem do cultural, do psíquico e do material e (iii) de enunciado como o espaço genuíno da articulação entre línguas e linguagem, das operações cognitivas do homem e da estabilização temporária do sentido.

Enquanto uma unidade da língua, 'puta' tanto define (substantivo) quanto funciona como um qualificador (um adjetivo). Porém, entre uma variação e outra, há um invariante (relação primitiva) que sustenta cada particularidade de ocorrência. O material de análise é composto por enunciados coletados no site

¹Mestra em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Cáceres-MT. Contato: leia.23@hotmail.com

² Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp/ Araraquara. Departamento de Letras – Universidade de Santa Cruz do Sul. Contato: marcoscumpri@yahoo.com.br

Corpus do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/hist-gen/>). Como critério de seleção, recorreremos aos enunciados em que ‘puta’ já está estabilizado ou como substantivo pejorativo e como adjetivo hiperbolizante. Assim, além de percebermos que o valor de puta, obviamente, depende do cotexto e do contexto, notamos que ele é constantemente (re)construído pela enunciação e pelo empírico com uma orientação, mais ou menos fixa de sentido, que até então nos parece estar ligada ao estatuto de excessividade.

1 LÍNGUAS, LINGUAGEM E A CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS NA TOPE

O conceito de linguagem que aqui trazemos é revelador para a Semântica, porque a entende como atividade de constituição do homem, portanto, sempre em movimento. A construção dos sentidos é estabelecida na articulação da linguagem com as línguas naturais, de modo plástico e dinâmico, ou seja, partimos do princípio da construção representativa da atividade languageira, tal como propõe Culioli (1999a). Desse modo, os sentidos das unidades lexicais não seriam dados, mas construídos, a partir dos seus agenciamentos textuais, que, por sua vez, trazem à tona as operações subjetivas constitutivas dos sentidos.

Analisar a unidade ‘puta’, enquanto marcador, significa admitir que as unidades da língua, independentemente de suas categorias gramaticais, deixam marcas, nos textos, das operações de linguagem, sendo que os sentidos dessas marcas são construídos pelo enunciado. Conforme Rezende (2014), trabalhamos com o conceito de linguagem enquanto trabalho ou atividade que garante aos sujeitos a liberdade de que necessitam, tanto para se expressar e se significar como para a reconstrução do mundo que os envolvem. Portanto, refletir sobre a linguagem requer propor uma dimensão teórica e invisível que trabalha com hipóteses e experimentação. Contudo, para experimentar e vivenciar essa dimensão, é preciso o contato, a experiência dos sujeitos com a língua. Culioli (1990, 1999a, 1999b) institui que os sentidos são construídos a partir de capacidades constitutivas da linguagem, que são inatas a todos os sujeitos, sendo manifestadas por três competências cognitivas, também inatas ao homem: a capacidade de representar; a capacidade de referenciar; e a capacidade de regular. Dessa maneira, a atividade de linguagem se constitui a partir da interatividade, do movimento, no processo constante de orientação e

reorientação das noções. Daí a relação intrínseca entre linguagem, pensamento e o empírico, como ressalta Rezende (2014, p. 89):

Defendemos um conceito de linguagem como interação verbal, que é isomórfico aos problemas de construção de identidade e que traz no seu âmago o diálogo entre a psicologia e a sociologia. Nesta última acepção defendida, as relações entre linguagem e pensamento e linguagem e empírico são assumidas e não se questiona, como se faz na filosofia e também na psicologia, as suas naturezas e relações. É por isso que se diz que Culioli faz uma filosofia da linguística, porque nem escamoteia essas relações fundamentais (como faz a maioria das vertentes em linguística) e nem as apresenta como um conjunto de alternativas possíveis como faz a filosofia da linguagem.

A capacidade de representar está no nível psicológico; a capacidade de referenciar no nível sociológico; a capacidade de regular no nível sócio-psicológico, de maneira que aqui é o diálogo o responsável pela alternância e reversibilidade de papéis entre enunciador e coenunciador, que, num processo intersubjetivo, busca regular esse diálogo, pois, a TOPE é uma teoria construtivista (porque constrói e busca estabilizar sentidos a partir das modalizações dos sujeitos), logo, podemos conjecturar que, nessa perspectiva o outro é sempre o obstáculo para a estabilização de uma determinada noção, portanto, os sentidos dos textos não são exteriores à língua e se constituem através de reformulações, deformações e circulação, sendo a alteração a responsável por lhe dar contorno.

No processo de interação, a cada forma de expressão constroem-se novas experiências. Daí, inserem-se os conceitos de “glosa” e “paráfrase”. As glosas, grosso modo, são reformulações espontâneas, enquanto as paráfrases são modulações feitas e controladas pelo linguista. Portanto, tomamos a enunciação enquanto a maneira pela qual um enunciado ganha forma e se estabelece numa relação espaço-temporal, por meio de um plano experiencial dos sujeitos enunciadorees que constroem os sentidos da língua, num movimento de diálogo intrassubjetivo, anterior à exteriorização das formas, haja vista que na TOPE o sujeito é operatório, porque é ele quem relaciona unidades, e, com isso, não só as unidades, mas também os sujeitos se transformam.

Noutras palavras, a linguagem é “atividade de representação de significação,” (CULIOLI, 1999a), nesse sentido, para Culioli, as línguas relacionam-se diretamente com a linguagem, logo, “a linguagem, entendida

como uma atividade que constrói a significação” (CULIOLI, 1976, p. 07)³, e, em sua relação com as línguas naturais, permite a construção de significação por meio das línguas, uma vez que os sentidos só podem ser acessados por meio dos textos, os quais, por sua vez, são constituídos de marcadores, haja vista que,

A linguagem é uma atividade que pressupõe, ela mesma, uma eterna atividade epilinguística (definida como “atividade metalingüística não consciente”) assim como uma relação entre um molde (*a competência* tomada como, a apropriação e a propriedade obtidas a partir de um sistema de regras sobre as unidades) e sua efetivação (*a performance*) da qual temos rastros fônicos ou gráficos, os textos. (CULIOLI, 1999a, p. 19)⁴

O primeiro objetivo da Teoria das Operações Predicativas Enunciativas culioliana, segundo Zavaglia (2016, p. 36), “é construir representações metalinguísticas que representem de alguma forma a atividade languageira. O modo pelo qual as línguas são adquiridas [...]”. Dessa maneira, compreendemos que a linguagem só pode ser acessada por meio de organizações textuais estabelecidas por marcadores que não se manifestam claramente, mas se apresentam de modo implícito, subjacentes.

A maneira inovadora como Culioli buscou tratar as línguas e a linguagem resulta numa nova forma de fazer Linguística. Por esse viés, a Linguística não é apenas a ciência que visa ao “estudo da linguagem” (LYONS, 2010, p. 24.), mas a ciência que busca estudar/apreender “a linguagem através da diversidade das línguas naturais” (CULIOLI, 1999a, p. 128), de modo que a construção de sentidos se dá nos textos, nas organizações textuais, sejam elas orais ou escritas,

A atividade de linguagem é o que possibilita ao sujeito tanto a produção quanto o reconhecimento de representações lingüísticas providas de significação. Essas representações são, ao mesmo tempo, produto da atividade de linguagem e caminho de acesso às operações dessa atividade. (PRIA, 2009, p. 28).

A linguagem é uma atividade que busca significar por meio da produção e do reconhecimento de formas. Estas não podem ser estudadas independentes

³No original: L' activité de language dans son rapport à la linguistique est cett activité qui construit la significacion. (CULIOLI, 1976, p.7).

⁴No original: “Le langage est une activité qui suppose, elle-même, une perpétuelle activité épilinguistique (défini comme « activité métalinguistique non consciente »), ainsi qu' une relation entre um modele (*la compétence*, c'est-à-dire l' appropriation et la maîtrise acquise d'un système de règles sur des unités) et as réalisation (*la performance* don't nous avons la trace phonique ou graphique, des texts.)” (CULIOLI, 1999a, p.19).

dos textos, pois se assim fizermos, estaremos enquadrando-as em categorias fixas.

O processo de reconhecimento de formas pode, de certa forma, ser resumido a uma situação de diálogo, de enunciação, em que há a interação pela linguagem, seja com outro, seja consigo mesmo, pois, “concordamos, nos ajustamos ao outro, para que nossas representações estejam acessíveis ao outro”⁵ (CULIOLI, p. 92. T3). Tal processo, Culioli denomina “atividade epilinguística”⁶.

Na “atividade epilinguística”, a representação é constituída pelo léxico e pela sintaxe de uma língua, a partir dos conhecimentos de mundo do enunciador e do coenunciador, que, ao receber a enunciação atribui sentido/significados às formas. Dessa relação entre formas abstratas e formas morfológicas é construído pelo sujeito, de modo plástico e dinâmico, através da atividade metalinguística, o processo de “reconhecimento das formas” (entendido como significativo e investido de significação) à qual se refere Culioli. Sob esse ponto de vista, a língua não é estática.

2 NOÇÃO E DOMÍNIO NOCIONAL

Os conceitos de “noção” e de “domínio nocional” são centrais para a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas.

Entendemos a noção quando nos remetemos ao universo das propriedades e dos fenômenos, haja vista que se dizem da noção todos os domínios linguísticos que perpassam os estudos empíricos e formais da linguagem. Trata-se de uma teoria que vislumbra o trabalho de significação, pois se trata de uma teoria enunciativa. Assim, há uma relação direta do sujeito com o enunciado, de modo que o sujeito produz enunciados através da orientação e reorientação da noção, na sua constante busca por significar. O enunciado é constituído na relação com o sujeito que fala, que produz e regula o discurso. Assim sendo, é importante que se estabeleça o conceito de representação mental, a capacidade que Culioli chamou de “noção”.

⁵No original: “Cela signifie que nous accordons, nous ajustons les un aux autres, de sorte que nos représentations subjectives soient à portée d’autrui” (CULIOLI, p.92. T3).

⁶É o termo que Culioli usa para designar o saber inconsciente que todo sujeito falante possui.

As noções são sistemas de representações complexos de propriedades físico-culturais, isto é, de propriedades de objetos resultantes de manipulações necessariamente tomados no interior das culturas e, dessa maneira, falar de noção é falar de problemas que são de domínio de disciplinas que não podem se limitar só e unicamente à Linguística. (CULIOLI, 1990, p. 50)⁷

Através do conceito de noção e domínio nocional estruturamos todas outras operações para as construções linguísticas como, por exemplo, os trabalhos de manipulações, dos quais resultam enunciados bem formados e que também permitem ao linguista o acesso aos outros conhecimentos que servem como centro organizador e ponto de referência para os demais.

As noções se organizam em domínios que ora são de ordem cultural, ora experiencial, ora cognitivo e esses domínios são as fontes que caracterizam os objetos e os fenômenos do mundo e se organizam em torno do que está dentro (no interior), fora (no exterior) e o que está na fronteira da noção. Nesse sentido, a fronteira é o intervalo ou mesmo o campo vazio entre duas propriedades (não verdadeiramente p ou não verdadeiramente p'). Nesse sentido, enquanto o interior é tudo aquilo que é construído ao redor do alto grau da noção (o verdadeiramente p, o verdadeiramente p'), o exterior é um domínio cujo centro é tudo aquilo que o interior não é (o verdadeiramente não-p ou o verdadeiramente não-p'). (CUMPRI, 2014, p. 104)

O domínio nocional é organizado a partir das ocorrências abstratas de uma noção, ou seja, as ocorrências sobrevêm sobre as noções e constroem um domínio nocional. A classe dessas ocorrências quantifica e insere as noções num espaço topológico, possibilitando a observação do que seja interior, exterior ou o que se encontra na fronteira desse domínio. Em síntese, “[...] um domínio nocional é um domínio de ocorrências de uma noção; esses domínios não são apreensíveis apenas por meio de ocorrências que permitem sua constituição.” (CULIOLI, 1990, p.53.)⁸

As representações mentais, as noções, de todos os sujeitos, são organizadas com relação a um centro organizador, ao qual chamamos de polo de referência. Esse centro organizador dá sustentação aos processos de

⁷ No original: Les notions, de leur cote, sont des systèmes de representation complexes de propriétés physico-culturelles, c'est-a-dire des propriétés d'objet issues de manipulations necessairement prises à l'intérieur de cultures et, de ce point de vue parle de notion c'est problèmes qui sont du ressort de disciplines qui ne pas peuvent pas être ramenées uniquement à lalinguistique. (CULIOLI, 1990, p.50)

⁸ No original: “A ces domaine, pusant dans la notion, est associée une classe d' occurrences; ces domaine ne sont appréhendables qui à travers les occurrences qu permettent leur constitution.” (CULIOLI, 1990, p.53).

construção de sentido às unidades da língua, que são denominados de: tipo, atrator, gradiente e alto grau.

O tipo constrói-se pelas operações de identificação e diferenciação em que uma determinada ocorrência nocional pode identificar-se ou diferenciar-se de uma ocorrência privilegiada (polo de referência) podendo ser quantificada.

O atrator constrói-se a partir do próprio predicado, havendo apenas a construção de zonas, de núcleos: interior (está no mesmo domínio do que está sendo predicado), exterior (está fora do domínio do que está sendo predicado) e fronteira (não está nem fora, mas também não está dentro do domínio que se está predicando), permitindo apenas uma ocorrência abstrata, a partir do polo referencial, resultando em operações qualitativas.

O gradiente e alto grau estão relacionados ao modo organizacional do domínio nocional pelo atrator. Noutras palavras, trata-se do predomínio de qualificação (restringe por ser uma operação compacta) sobre quantificação (discretização, extensão por se tratar de uma operação discreta reduz a qualidade e realça quantidade), ou seja, “a noção qualifica a ocorrência abstrata representada pela unidade linguística e, ao materializar-se na unidade, atribui-lhe propriedades específicas.” (ZAVAGLIA, 2016, p.127.)

Já o alto grau é a representação da intensidade de uma ocorrência de uma noção, ou seja, quando uma noção atinge o alto grau significa que não se admite mais diferenciações, comparações, não podendo mais ser qualificada, pois já superou toda qualificação que poderia existir. Assim,

O domínio nocional evoca a **idéia de conteúdo de pensamento**, por um lado, reunindo objetos de conhecimento, e por outro, colocando-os em relação para efetivamente representar uma certa relação entre escolhidos, propriedades lhes são atribuídas, e finalmente o conjunto é composto, organizado, estruturado. O resultado vai se traduzindo segundo uma certa composição de significações delimitadas em relação a outras (não delimitadas). Podemos então, falar em fronteira, interior e exterior de um domínio. Tudo isso, é focalizado em direção a um ponto de vista cognitivo, em direção a uma espécie de *centro do domínio*, que será o alto grau da noção. (REZENDE, 2010, p. 8, grifo nosso).

Nas palavras de Pria (2013, p. 45), o domínio nocional “compreende um domínio abstrato, não de representações cognitivas, mas de representações metalinguísticas que estruturam ocorrências da noção.” Este é manifestado “através da manipulação dessas representações segundo expedientes teóricos

explícitos”, sendo que, por meio dessas manipulações das representações, são instituídas as manifestações metalinguísticas, constituídas na articulação das línguas naturais com a linguagem, como propõe Culioli.

3 SUJEITO, ENUNCIADO E ENUNCIÇÃO NA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA CULIOLIANA

O que propusemos aqui foi um breve esboço de determinadas acepções à luz da TOPE, considerando conceitos indispensáveis, para empreendimento da análise que esboçamos nesse artigo.

Começamos pela ideia de sujeito. Aqui, ele não constitui uma instância pré-construída, mas emerge da problemática que articula linguagem e línguas, assim como a relação predicativa e enunciativa. Sob esse enfoque, o sujeito é o parâmetro operatório para a construção do enunciado, o mediador do processo de apropriação, interferindo diretamente na construção de representações, constituídas a partir de sua percepção.

O sujeito, segundo Fuchs (1984, p. 78), “está fundamentalmente inscrito tanto no objeto de estudo quanto no tipo de dados linguísticos que estão vinculados à teoria de Culioli”, uma vez que os sentidos na língua só são possíveis por causa das modulações realizadas pelo sujeito (processo que o introduz na teoria). O sujeito e o momento de ocorrência da enunciação são elementos indispensáveis na situação enunciativa e permitem a construção do processo metalinguístico, evidenciando as operações que se encontram em funcionamento num determinado momento discursivo. O sujeito, por estar inscrito no âmago da TOPE, realiza a articulação entre o estável e o variável por meio de da sua relação dialógica.

O enunciado é o fruto da enunciação, encontra-se nas línguas e é o resultado de um intenso trabalho de correção e reorientação de trajetórias, constituído pelo agenciamento de marcadores. O enunciado é o próprio agenciamento de marcadores. E, mais que isso, o enunciado, para Culioli, segundo Pria (2009), “é um constructo teórico”. Para além disso, enunciado e frase constituem coisas distintas: a frase relaciona-se diretamente às descrições sintáticas, que dizem respeito às classes de palavras com regras específicas ou generalizáveis.

Nessa perspectiva, o enunciado não é uma categoria dada, mas é apreendido em seu valor singular, de modo que a subjetividade é estabelecida por meio das formas. As formas, por sua vez, constituem o enunciado, que deve ser apreendido como “[...] um arranjo de formas a partir das quais os mecanismos que o constituem como tal podem ser analisados no âmbito de um sistema de representação formalizável, como um encadeamento de operações do qual é vestígio” (FRANCKEL, 2011, p. 44).

Do mesmo modo, podemos tomar a enunciação como algo, também construído, por ser um processo que se dá a partir dos enunciados, de modo que a forma é a responsável pela produção da enunciação, a qual, por sua vez, “é entendida como um conjunto de parâmetros externos ao enunciado e à própria atividade de linguagem” (PRIA, 2009, p. 37).

A enunciação, então,

[...] é vista como o modo de constituição de sentido no enunciado, cujas formas remetem à produção de valores referenciais. Ela permite perceber que os mecanismos enunciativos devem ser analisados no arranjo de formas expressas no *enunciado* e que este objeto de análise é que possibilita reconstruir a enunciação. (FLORES, 2011, p. 211, grifo do autor).

Na teoria culioliana, o significado/sentido dos enunciados é também um constructo teórico. A significação é constitutiva das formas, e:

[...] o enunciado traz consigo um potencial interpretativo, mas isso não implica afirmar que o significado de um enunciado é definido *a priori*, exteriormente à sua localização em relação a uma situação particular. Se, por um lado, o enunciado traz um potencial interpretativo que seleciona seus contextos de ocorrência, por outro lado, será uma seqüência interpretável quando da sua ocorrência em seus contextos possíveis [...]. O significado será contemplado não como um dado, mas como um construído. (PRIA, 2009, p.38).

Sob esse enfoque, a significação pode ser definida como um jogo entre a plasticidade e estabilidade, de modo que a linguagem opera de maneira dinâmica e processual. A significação depende das experiências dos sujeitos envolvidos no processo enunciativo. As interações languageiras vão adquirindo sentidos à medida em que os sujeitos, através do processo de regulação, reorientam o valor da formalização, perpassa pelo plano experiencial, atravessando o processo de abstração e retornando ao plano experiencial com um novo valor. Com efeito,

A significação não existe *a priori*; está sempre sendo construída e reconstruída no momento único de cada enunciação manifestando-se nos jogos de variância e invariância dos fenômenos linguísticos, ou seja, na articulação entre linguagem (entendida como processo) e línguas naturais (produto linguístico). (BIASOTTO, 2014, p. 99).

4 A ANÁLISE

A TOPE opera com base numa abordagem dinâmica, portanto não se atém pelo estudo com base em categorias gramaticais construídas; pelo contrário, busca questionar como determinadas unidades linguísticas adquirem, modificam ou estabilizam os sentidos, ou porque este e não aquele sentido. O foco de estudo na teoria de Culioli é a gramática de produção.

Entendemos a Gramática de Produção como o estudo da linguagem enquanto atividade questionadora da estabilidade das representações, considerando os sentidos compartilhados, procurando sempre investigar como os significados chegam a ser o que são, como se estabilizam. Trata-se de uma busca por meio da relação dialógica, da interação verbal que possui como função regular as representações dos sujeitos que, na troca com o outro, chegam a um consenso ou criam outros significados, levando, assim, a unidade a outros domínios nocionais, além daqueles que, a princípio, se conheciam ou se deduziam.

De modo geral, na teoria culioliana a linguagem é sempre intermediada por marcadores, traços de operações, que constroem relações e categorias gramaticais a partir do processo de ajustamentos da linguagem. Os marcadores não podem ser reduzidos a etiquetas, dada a variação e a invariação da linguagem, considerando os processos referenciais constituintes da linguagem: representação, referenciação e regulação.

Sendo assim,

As marcas, enquanto traços de tais operações, não podem ser reduzidas a simples etiquetas, ou seja, a um único valor. Tudo depende da interação dos fatores locais (o contexto), os fatores globais, a situação, os fenômenos lexicais, entre outros, em torno de um núcleo invariante. Isso tudo permite-nos produzir um texto que é interpretado a partir das marcas as quais produzem operações na mente de outrem. As relações vêm das representações que construímos a partir de nossa experiência de mundo, de nossas representações, de nossas regulações em relação à alteridade.

Assim, ao invés de dar uma gramática, a linha culioliana de pesquisa quer dar-nos as operações de colocar em relação (as invariantes). (GONÇALVES, 2008. p. 69)

Dito isso, procuramos realizar uma atividade de individualização e distinção do marcador ‘puta’ de maneira singular, não cabendo neste estudo, ressaltar os motivos ou características que os acoplam a uma classe ou categoria, ou seja, trabalho de análise dos dados aqui propostos não visa paralisar as variações, a fim de instaurar uma simetria. Pelo contrário, por meio das variações constitutivas do marcador ‘puta’, procuraremos apreender o que especifica cada ocorrência. Concordamos que:

O que nos interessa é o sentido construído pelos enunciados, nossa análise parte das formas linguísticas e apenas delas para considerar que o sentido aí elaborado não é um sentido dado de modo independente, mas, pelo contrário, é desconhecido e a ser descoberto, sendo necessário desvendá-lo. (DE VOGÜE, 2011, p. 278)⁹

Propomos analisar os dados, não de um ponto de vista formalista externo, tradicional, mas embasados por um viés de construção desse formalismo, de modo a observarmos as disparidades de construções em que se encontram esse marcador e alguns de seus sentidos possíveis e provisórios. Isso porque “são os dados em sua variação intrínseca que constituem o empírico do qual é preciso dar conta, sendo, portanto, este empírico que deve ser simultaneamente explorado, mensurado e explicado” (DE VOGÜE, 2011. p. 279).

Nas análises, tivemos, como intenção, o redimensionamento do marcador que propomos estudar. De modo dinâmico, valendo-nos da plasticidade que perpassa o campo da linguagem, modalizamos e reorientamos o marcador, aproveitando a variação da linguagem que possibilita a instabilidade, para que, partir daí, seja estabelecido um jogo de “diferenciações que não tem fim” (DE VOGÜE. 2011, p. 280). A investigação parte do pressuposto de que as formas trazem consigo uma pluralidade de sentidos e operações de linguagem, e que a linguagem, por si só, é uma atividade de reconstrução e reconhecimento.

Trouxemos para compor o *corpus* da pesquisa aqui apresentada, quatro enunciados, coletados no site *Corpus do Português* que continham o marcador ‘puta’, com função substantivo e adjetivo, e o método adotado na análise tem como instrumento a própria atividade de metalinguagem.

³⁰ No original: DE VOGÜÉ. *Les principes organisateurs de lavariété des constructions*. Tradução de Márcia Romero e Helena Valentim. In: DE VOGÜÉ. *Os Princípios Organizadores da Variedade das Construções Verbais*. ReVEL, 2011.

Como última consideração, também lembramos que, apesar de termos feito a análise com um marcador específico, estamos cientes de que os sentidos que são proliferados nos enunciados são instituídos pela interação entre os diferentes marcadores que se fazem presentes no mesmo e na relação intersubjetiva, que constituem, cada um, operações díspares. Cabe então esclarecermos que a análise do marcador ‘puta’ se dá dentro de enunciados, logo, nosso objeto de análise não é apenas o marcador, mas o enunciado em que o marcador se faça presente, ou seja, o contexto explícito.

Apresentamos, a seguir, o primeiro enunciado em análise.

(1) Vi, bem quietinho bebendo com uma puta loira! — Você disse puta loira? — Não, loira puta.

Vejam os a partir desse enunciado, as possíveis estabilizações de sentido que se colocam a partir do marcador ‘puta’ e que estabelece a invariância:

(1.a.) Te vi bem quietinho bebendo.

(1.b.) Te vi bem quietinho bebendo com uma puta loira!

Na paráfrase 1.a, notamos que a ausência do sintagma preposicional “com uma puta loira” focaliza o ato de beber, se embriagar (te vi bem quietinho “enchendo a cara, consumindo bebidas, sendo cachaceiro, etc.”). Ou seja, o enunciado (1.a) evidencia, como intuição de conteúdo estabilizado, a ideia de alguém que frequenta boteco, bares, alguém boêmio. Contudo, quando se introduz o sintagma preposicional “com uma puta loira” ocorre um deslocamento na produção dos sentidos do ato de beber em si para o “ato de beber acompanhado”.

Percebe-se que no enunciado (1.b) é focalizado e colocado em evidência o “estar acompanhado bebendo”, ou seja, o ato de se estar acompanhado só é possível porque se introduz “uma puta loira” ao conteúdo intuído como estabilizado, alterando-o. Logo, notamos que o enunciado é ambíguo, pois, temos (1) ‘puta’ qualificado por “loira”, que, no caso, trata-se de uma puta, de uma prostituta, mulher da vida, e ela tem como característica ser loira; e temos também (2) “loira” utilizado como intensificador para o marcador ‘puta’, elevando a loira a uma categoria de super loira, um mulherão, de uma loira que é demais. Nesse caso, podemos ter paráfrases como: “Puxa, ele estava bebendo com uma

puta loira, isso que é beber bem bebido.”ou “Aquilo que é beber, até eu beberia, ainda mais com uma loira daquela!”.

Ressalte-se que, dentro do enunciado (1), há três enunciados que se complementam e alteram o sentido da ocorrência. Caso o coenunciador não esteja ciente dessa alteração, o enunciador a introduz, ajustando a representação, do ponto de vista intrassubjetivo. Por essa razão, podemos ter um esquema A B A ou A B B (nesse último caso, o mesmo sujeito fala e corrige o que disse) e, de um certo modo, é “loira puta” que estabiliza a significação. Porém, ‘puta’ em ‘puta loira’ eleva essa ocorrência ‘loira’ ao alto grau da noção <ser loira>. É como se ela fosse o exemplar do que é ser loira e, por extensão, bonita, pois na cultura ocidental, a propriedade física <ser loira> pode estar no mesmo domínio de <ser bonita>.

Em síntese, o enunciado (1) revela as diferenciações qualitativas sobre ‘puta’ evidenciando que o marcador estabiliza a significação com o sentido pejorativo, mas, em certo momento, também o estabiliza como qualitativo hiperbólico, de modo que no momento em que o marcador ‘puta’ é colocado como qualitativo hiperbólico o mesmo atinge o alto grau da noção <ser puta> não sendo possíveis outras qualificações.

(2) Puta também vota, o senhor sabe. Pode não ser de qualidade, mas é voto.

Nesse enunciado, em princípio, temos a intuição de que não há uma relação determinista entre “alguém” e “fazer voto”. No entanto, quando “alguém é puta”, identificamos que ‘puta’ não é “alguém dentre outros” a quem se espera atribuir a propriedade de fazer voto. O marcador ‘puta’, por conta do Sintagma Preposicional “de qualidade”, traz a intuição de alguém que não tem instrução, porque age segundo seus interesses, porque é um voto de alguém visto à margem [da sociedade, dos valores morais, etc.].

A base predicativa encontra empecilhos para se predicar com a base argumental, bem como também ajusta a relação entre as bases. Esperava-se uma relação não determinista, porém se observa um determinismo, dado que ‘puta’ parece não se encontrar entre os “os outros” a quem se espera atribuir a predicação de “fazer voto”.

Isso coloca 'puta' (eleitor) em: ser "eleitor" (puta) relacionado a "eleitor" (outro que não é puta), ou seja, do ponto de vista da função social, 'puta' é um eleitor como qualquer outro; do ponto de vista do voto dado, há o que se questionar (o "de qualidade", como vimos, faz com que o voto seja desqualificado), e é isso que a diferencia de cada um que ocupa o lugar de "eleitor".

Nesse sentido, teríamos para ilustrar o domínio de eleitor que não vota com qualidade paráfrases como: "Putá só vota, porque o voto não é consciente," "Putá também vota, embora o voto não seja bom". Ou seja, não se encontram em "puta" as propriedades esperadas para fazer voto; então dadas as circunstâncias do enunciado (2) e suas respectivas paráfrases, puta é aquela que faz algo que ninguém quer fazendo, pois a existência de alguém que vota é impedida, encontra obstáculos quando se enuncia que o eleitor é puta. Embora o fato de puta fazer voto encontre-se inserido no enunciado, passando-nos a intuição de existência de voto, esse voto deixa de ser voto quando se conclui que o eleitor é puta.

(3) Tito era um puta marido.

Vemos a partir desse enunciado que o marcador 'puta' atinge o alto grau, ou seja, o adjetivo marca o ponto em que "marido" já superou toda qualificação possível.

'Putá', aqui, é caracterizado como 'verdadeiramente marido', atingindo-se o alto grau, e nenhuma outra qualificação é mais viável. Não há mais como realizar considerações, comparações entre quaisquer outras ocorrências de 'marido', pois 'puta' o coloca numa posição em que avaliações não são mais possíveis. Ficam superadas (bloqueadas), nesse caso, todas outras hipóteses de qualificação.

(4) Má sorte ter sido puta.

Vemos a partir desse enunciado que "má sorte" focaliza o evento ser azarado, sem sorte, logo, o enunciado (4) traz como intuição o conteúdo estabilizado de alguém que não teve muitas oportunidades na vida, alguém que convive com constante azar.

Nesse sentido, “má sorte” coloca em relação alguém com sorte (todo aquele que não é puta) e alguém sem sorte (todos aqueles que são putas). Portanto, o sujeito enunciador ao inserir a qualificação “má sorte” ao marcador ‘puta’ o estabiliza.

A partir dessa estabilização, podemos ter:

(4.a.) Culpa do azar ter sido puta.

(4.b.) Falta de sorte não ter deixado de ser puta.

Percebe-se que em todas as ocorrências (4, 4.a, 4.b) o marcador ‘puta’ se estabiliza por causa da articulação com “má sorte” que qualifica a ocorrência de puta como azar, azar demais, pois todo aquele que desfruta de sorte, a partir das intuições de sentidos proliferadas do enunciado, não é puta. O valor detrimental intuído através de “má sorte”, que vem do centro organizador do domínio de puta, é desfavorável ao evento “não ser puta”.

Em síntese, o enunciado 4 e suas paráfrases revelam as diferenciações qualitativas sobre ‘puta’, evidenciando que “má sorte” estabiliza a significação com o sentido pejorativo. E, também, a partir da marca aspectual, “ter sido”, apresentada na sequência enunciativa um evento já concretizado no passado. Ou seja, evidencia a intuição de existência de representação que, na retomada está sendo reorientada, confirmando a intuição de existência de representação.

Uma primeira conclusão:

Visando explicitar as possíveis estabilizações a que chegamos, trouxemos um breve esboço de leitura a partir das análises trazidas para o marcador ‘puta’ nos enunciados estudados e chegamos a:

As ocorrências analisadas do marcador ‘puta’ nos induzem a intuirmos ou atribuímos que os sentidos de ‘puta’, relacionados à propriedade de mulher da vida, têm em seu centro atrator, ocorrências de ‘puta’ estabilizadas com a noção <prostituta>. Porém, o marcador ‘puta’ não necessariamente qualifica o sujeito a que ele se articula no enunciado.

Do ponto de vista das significações, o marcador ‘puta’ sobrevém em função predicativa e atribui sentidos estando posicionado tanto à direita quanto à esquerda. Logo, o marcador ‘puta’ permite a evocação de cenários, pois percebemos no desenrolar das análises que o marcador pode qualificar positiva

ou negativamente outro marcador, a depender da posição que ocupa no enunciado, ou seja, quando anteposto ou posposto. Nesse modelo, são as possibilidades de articulação, as diferenciações ou as não-diferenciações que determinam sua estabilização de sentido.

A partir das análises, podemos afirmar que o marcador 'puta' adquire diferentes sentidos em função das circunstâncias em que a sequência interpretável (o texto) o estabiliza. Desse modo, a propriedade que o marcador 'puta' estabiliza é construída na enunciação, de acordo com as modalizações e regulações do sujeito enunciador em relação ao que está sendo qualificado, pois se fundamenta no plano enunciativo e não apenas no marcador. A identificação dos sentidos ocorre por meio das representações semânticas, das diferenciações, que perpassam o marcador no texto em que se faz presente.

O estudo do marcador 'puta' aponta para dois caminhos distintos de estabilização:

- (i) O qualitativo pejorativo (determinista, portanto) que sempre carrega propriedades que remetem à prostituição e que se confirmam pela experiência de mundo e de língua dos sujeitos. Logicamente, a estabilização de sentido também depende do contexto cultural e das representações do sujeito enunciador. Os enunciados (2) e (4) seguem nesse caminho.
- (ii) O hiperbólico (não qualificador, portanto), que rompe com a ideia de que o adjetivo atribui qualidade. Isso se confirma quando observamos que nem toda ocorrência de 'puta' permite a diferenciação qualitativa, principalmente quando se eleva o termo localizado ao status de uma ocorrência próxima ou igual ao alto grau (valor absoluto ou central da noção) que ele, abstratamente, representa. É o caso dos enunciados: (1) e (3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos estudar o marcador 'puta' e a organização do seu domínio nocional e buscamos estabelecer análises metalinguísticas que vão além da categorização de substantivo e de adjetivo. Buscamos investigar os agenciamentos que levam o marcador 'puta' a estabilizar ou não os sentidos das unidades linguísticas articuladas a ele, por meio de operações de identificação e diferenciação em enunciados de Língua Portuguesa.

De imediato, observamos que os conceitos encapsulados, no que se entende por substantivo e adjetivo, não são suficientes para explicitar as alterações de funções ou sentidos do marcador.

Para escaparmos do reducionismo conceitual do que é dito substantivo e do que é dito adjetivo, proliferamos o conceito de linguagem entendido como revelador para a Semântica: o de que a linguagem é uma atividade inevitavelmente articulada às línguas naturais e, por assim dizer, constitutiva do homem, tal qual propõe Culioli em seus três tomos.

Na análise do marcador 'puta', partimos da tese de que as unidades da língua só adquirem sentidos nos textos, por conta do sujeito tido como operatório, responsável pela transformação das unidades. Por essa razão, analisamos enunciados que continham o marcador 'puta' para extrairmos/obtermos propriedades que explicassem o seu comportamento semântico-enunciativo para além das definições de substantivo e adjetivo.

Embasados por uma concepção dinâmica das línguas concebemos o marcador 'puta' como responsável e gerador de valores e também como localizador abstrato de um conteúdo predicativo em relação a uma dada situação enunciativa estabelecida no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS

BIASSOTO, M. *Para uma abordagem enunciativa no ensino de língua estrangeira: paráfrase e atividade epilingüística*. 126 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara: SP, 2008.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Paris: Ophrys, 1999b. Tomo 3.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999a. Tomo 2.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*. Paris: Ophrys, 1990. Tomo 1.

CULIOLI, A. *Transcription du séminaire de D.E.A. de M. A. Culioli*. "Recherche em linguistique: theorie des operations enonciatives". Paris: Departement de Recherches Linguistiques, Universite Paris VII, 1976.

CUMPRI, M. L. Algumas reflexões sobre léxico e gramática. In: *Entrepalavras*. n.1. vol.2. Fortaleza: CE. 2012. p. 41-50.

DE VOGÜÉ, S. Les principes organisateurs de la variété des constructions. Tradução de Márcia Romero e Helena Valentim. In: DE VOGÜÉ, S. Os Princípios Organizadores da Variedade das Construções Verbais. *ReVEL*, 2011.

FRANCKEL, J. J, PAILLARD, D. Referência, referenciação e valores referenciais. In: DE VOGÜÉ, S. et al. *Linguagem e enunciação*: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

FLORES, Valdir. Posfácio. In: DE VOGÜÉ, S. et al. *Linguagem e enunciação*: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

FUCHS, C. O sujeito na teoria enunciativa de A. Culioli: algumas referências. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 7, p. 77-85, 1984.

GONÇALVES, Paula de Souza. *A preposição "para" e o processo de construção referencial*. 114 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara: SP, 2008.

LYONS, John. *Linguagem e lingüística*: uma introdução. Trad. De Marilda W. Aveburg e Clarisse S.de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

PRIA, Albano. D. *Para um redimensionamento do estudo do adjetivo: os processos enunciativos de variação semântica de "falso"*. 124 f. Doutorado (Tese em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara: SP, 2009.

PRIA, Albano. D. O diálogo, a significação e a enunciação na articulação da linguagem com as línguas naturais. In: PRIA, A. D. et al (Org.) *Linguagem escrita e tecnologia*. Campinas: Pontes, 2013.

REZENDE, L. M. Uma questão pedagógica: superar ou anular a contradição na produção textual de alunos? In: PERNAMBUCO, J.; FIGUEIREDO, M. F.; SALVIATO-SILVA, A. C. (Orgs.) *Nas trilhas do texto*. Franca: UNIFRAN, 2010. v. 5, p. 75-89.

REZENDE, L.M. Variação e invariância na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. In: Pria, A. D. et al. (Org.) *Linguagem e língua: invariância e variação*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2014.

ULLMAN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

ZAVAGLIA, A. *Pequena introdução à teoria das operações enunciativas*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2016.

UM ESTUDO ENUNCIATIVO SOBRE A FORMAÇÃO NOMINAL *FAKE NEWS* EM TEXTOS VIRTUAIS E NÃO VIRTUAIS¹

Jucineia Seraglio²
Neuza Zattar³

1 INTRODUÇÃO

Como educadoras da rede de ensino público estadual, o mundo tecnológico faz parte das nossas práticas pedagógicas e se constitui numa ferramenta nas relações com professores e alunos. As escolas têm discutido o papel da instituição de ensino ao combate das fake news, nas diversas atividades vivenciadas pelo aluno tanto em sala de aula como em outros espaços, no sentido de discernir o falso do verdadeiro. Desse modo, esse tema torna-se atualmente indispensável à formação de uma sociedade crítica e democrática na era das redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas.

Nessa posição, observamos o avanço da tecnologia e a velocidade com que as informações/notícias postadas simultaneamente aos acontecimentos do dizer chegam aos quatro cantos do mundo, e deixam nos leitores a sensação de que nem tudo o que é noticiado nos meios virtuais é crível. Por que estamos dizendo isso? Dada a engenhosidade do aparelho celular, torna-se possível não só registrar ao vivo o ponto de vista sobre o que acontece como também fotografar o ângulo da imagem que vai causar maior impacto, tudo rapidamente, resultando dessa engenharia de informações nem sempre verdadeiras, que não têm origem neste século, mas apareceram atualmente com muita força e se espalham rapidamente não só no mundo virtual, através das redes sociais, como no mundo real, sob a roupagem americana de fake news.

¹ Este trabalho é uma apresentação introdutória e preliminar, do meu projeto de pesquisa do doutorado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da UNEMAT/MT, turma 2019, sob a orientação da Professora Dra. Neuza Zattar.

² Doutoranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL-UNEMAT). E-mail: jucineiaseraglio@gmail.com

³ Doutora em Linguística no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL-UNEMAT). E-mail: neuza.zattar@gmail.com

Nesse interim, os meios de comunicação virtual, vistos como símbolos de sociabilidade humana, lugar de trocas de informações, tornando “pontes” entre pessoas distantes, é também, um espaço de enunciação numa relação entre falantes e as línguas.

Desse modo, propomos realizar um estudo enunciativo sobre a formação nominal fake news, conceituada por alguns estudiosos como notícia falsa, que circula não só no mundo eletrônico das redes sociais, como em revistas e jornais no país, bem como observar como a formação nominal fake news é construída, a partir dos elementos que a agregam, além de examinar nos enunciados/textos os sentidos que as disciplinam, na perspectiva da Semântica da Enunciação (GUIMARÃES, 2002, 2017, 2018) e nos construtos teóricos desenvolvidos por Dias (2009, 2013, 2015).

2 A MATERIALIDADE FAKE NEWS

Alexandre Gonçalves⁴, em seu texto ‘O fantasma das fake news: objetivo, motivação e prejuízos das notícias falsas’, diz que o produtor de notícias falsas ou fake news “tem como objetivo convencer o usuário a replicar a publicação, mesmo que não tenha certeza de sua veracidade”. O autor traz ainda a posição do advogado José Vitor Lopes em relação ao criador de fake news: “Quem cria fake news tem plena consciência da inveracidade dos fatos, dados, números e situações que descreve”. Nesses termos, poderia dizer que a fake news metaforiza uma bola de neve que, à medida que se avoluma, a notícia falaciosa só tende a piorar.

Para D’Ancona (2018, p. 56), em *Pós- verdade: A nova guerra contra a verdade e como reagir*, por mais tentador que seja não levar a sério as notícias falsas, elas possuem consumidores entusiásticos no próprio ápice do poder”. O autor destaca, ainda, que “tudo o que importa é que as histórias *pareçam* verdadeiras, que elas repercutam”. (Idem).

Martha Gabriel, na apresentação da obra *Como sair das bolhas* (2018), salienta que a facilidade na disseminação de informações nas plataformas

⁴ Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/o-fantasma-das-fake-news-objetivo-motivacao-e-prejuizos-das-noticias-falsas>. Acesso em: set.2018.

digitais dissociada da criticidade agravou o fenômeno fake news, pois elas geram “bolhas”⁵ de percepções com equívocos e perigos que tendem para o comprometimento da saúde social (de forma individual e coletiva), conduzindo os sujeitos à prática deliberada de fake news.

Nesse cenário de proliferação de fake news, a imprensa jornalística procura aprimorar os métodos de filtragem das informações, com vistas a trazer a sua própria credibilidade, hoje em risco mais uma vez. Conforme Souza (2017, p.01)⁶:

Ao longo de sua história, o jornalismo sempre conviveu em menor ou maior grau com notícias falsas. Boatos publicados sem apuração, notícias pagas para favorecer alguém, notícias simplesmente inventadas em veículos sensacionalistas – tudo isso não vem de hoje e foi algo com que a imprensa sempre buscou lidar. No entanto, com a internet, a proliferação das notícias falsas aumentou exponencialmente. Um fenômeno que vem pondo em risco a própria profissão de jornalista, que vê agora, em plena era digital, sua credibilidade novamente em jogo.

Assim, com o grande número de disseminação de mensagens falsas, além das grandes empresas de jornalismo do Brasil que fazem parte do projeto “Fato ou Fake”, outros meios de comunicação também colocaram à disposição do público mecanismos de checagem para desmentir boatos.

Em todas as partes, a preocupação é averiguar dados, desmentir falsas declarações através do rigor na apuração, verificação e metodologia que qualifiquem as notícias numa relação de natureza histórica.

Quanto ao atual movimento do fenômeno fake news, o Congresso Nacional coloca em discussão novos projetos de leis com vistas ao combate da divulgação de notícias falsas. Um dos exemplos de projetos apresentados é o

⁵ Para Beslay e Hakala (*Apud* Ferrari 2018, p. 18) bolha era descrita como “uma membrana semitransparente que pode ser sintonizada para funcionar de modo diferente dependendo do movimento e direção dos dados”. Segundo Santaella (*Idem*, p19) o conceito de bolhas gradativamente se modificou com o advento das redes sociais para a detecção da “*forma mentis* do usuário” – que vasculham o histórico de buscas do usuário, comprometendo assim a sua privacidade.

⁶ SOUZA, Rogério Martins de. Investigando as fake news: análise das agências fiscalizadoras de notícias falsas no Brasil. 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2017/resumos/R58-0343-1.pdf>. Acesso em: ago.2018.

do senador Ciro Nogueira (PP), que pretende alterar o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de divulgação de notícia falsa”⁷.

Art. 287-A - Divulgar notícia que sabe ser falsa e que possa distorcer, alterar ou corromper a verdade sobre informações relacionadas à saúde, à segurança pública, à economia nacional, ao processo eleitoral ou que afetem interesse público relevante.

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º Se o agente pratica a conduta prevista no caput valendo-se da internet ou de outro meio que facilite a divulgação da notícia falsa:

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 2º A pena aumenta-se de um a dois terços, se o agente divulga a notícia falsa visando a obtenção de vantagem para si ou para outrem.

Essa alteração, uma vez aprovada, deverá produzir deslocamento de sentidos no que se refere ao modo de punir o responsável pela divulgação da falsa notícia, visto que os sentidos podem ser outros, mas não qualquer um. É possível observar que a proposta do senador não define o que poderá ser tratado como notícia falsa, mas busca punir àqueles que divulgarem notícias falsas.

Alessandra Monnerat, Caio Sartori e Guilherme Guerra⁸, no texto “Projetos de lei contra notícias falsas atropelam liberdade de expressão”, afirmam que os projetos de leis apresentados na Câmara e no Senado “são genéricos e, de acordo com especialistas, chegam a dar abertura para o cerceamento à liberdade de expressão”.

Destacamos que as fake news não estão só ligadas à problemática do jornalismo e dos meios de comunicação, sua capacidade de interferir na vida das pessoas, como propagação de falsas verdades, também pode ferir os direitos fundamentais da privacidade e da honra. Conforme Carolina Pina (2017, p.41)⁹, “em termos legais, o problema das fake news se dá quando ocorre um conflito de direitos. Tais conflitos são produzidos entre a informação transmitida e os

⁷ Ver <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131758>. Acesso em: set.2018.

⁸ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/projetos-de-lei-contra-noticias-falsas-atropelam-liberdade-de-expressao/>. Acesso em: set.2018.

⁹ A era da pós-verdade: realidade versus percepção. *Revista Uno*, São Paulo, v. 27, n. 1, p.17-19, mar. 2017. Disponível em: https://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf. Acesso em: out.2018.

direitos fundamentais das pessoas afetadas por dita informação, principalmente a honra e a intimidade”.

Dentre as várias definições de fake news, nas quais não faltam a significação literal notícias falsas, apresentamos a do dicionário Collins¹⁰: “falso, muitas vezes sensacionalista, informação disseminada sob o pretexto de notícias”. Carvalho e Kanfler¹¹ conceituam fake news com base no dicionário *Cambridge*: ‘histórias falsas’, mantendo a aparência de notícias jornalísticas ao serem disseminadas na *internet* ou em outras mídias, normalmente, “criadas para influenciar posições políticas, ou como piadas”.

De acordo com estudiosos/ pesquisadores fake news não é um fenômeno novo, pois existe desde sempre. Na Grécia Antiga, por exemplo, tinha um termo chamado revendedores de rumores¹², em que os comerciantes espalhavam rumores sobre tempestades, naufrágios, na intenção de que a população saísse correndo para os supermercados comprarem grãos.

Conforme Ferrari (2018, p. 76), na política durante a Idade Média as fake news faziam sucesso. Como exemplo a autora cita Pietro Aretino, que

tentou manipular a eleição pontifícia de 1522, escrevendo sonetos perversos sobre todos os candidatos (exceto o favorito de seus patronos Medici) e colando-os para o público admirar no busto de uma figura conhecida como Pasquino, perto da Piazza Navona em Roma. O “pasquinade” então se transformou em um gênero comum de difundir notícias desagradáveis, a maioria delas falsas sobre figuras públicas.

No Brasil Colônia¹³, as chamadas fake news eram nomeadas como ‘futrica, maledicência, fofoca ou, simplesmente, notícia falsa’. Segundo o autor da publicação, personagens como Dom João VI, Carlota Joaquina e os imperadores

¹⁰ Tradução nossa - fake news: “*false, often sensational, information disseminated under the guise of news reporting*”. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/fake-news>. Acesso em: set.2018.

¹¹ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/tratamento-juridico-noticias-falsas.pdf>. Acesso em: set.2018.

¹² Cf.: <https://epocanegocios.globo.com/colunas/noticia/2018/03/fake-news-revendedores-de-realidade-e-noticias-falsas.html>. Acesso em: set.2018.

¹³ Pesquisadores já colocam até em xeque a fama Dom João VI, de comedor de coxinhas de galinha, pois não haveria a comprovação. Carlota Joaquina, sua esposa, também não teria se envolvido em tantas aventuras extraconjugais como a história conta. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/fake-news>. Acesso em set.2018.

Pedro I e Pedro II foram envolvidos em alguns comentários maldosos de adversários, colocados na época como inverídicos.

Destacamos que o fenômeno “fake news” viralizou nas redes sociais a partir do seu emprego pelo presidente Trump que, ao se dirigir aos jornalistas credenciados, no espaço da Casa Branca, na cidade de Washington, disse: “You are fake news”, propagando-se em todos os espaços midiáticos possíveis.

Nesses dizeres, a história reclama sentidos e, se por um lado a linguagem fala de alguma coisa, por outro, temos a incompletude da linguagem. Pois, o que se diz é incontornavelmente construído na linguagem, visto que os sentidos não são fechados, podem ser outros.

3 O QUADRO TEÓRICO

À luz das teorias Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2017) e da Semântica da Enunciação desenvolvida por Dias (2009, 2013, 2015), a questão que deverá nortear esta pesquisa é a de que, independente da linguagem empregada nas notícias, descrever/questionar um acontecimento falso ou um acontecimento ocorrido, a formação nominal fake news deverá evocar o memorável ao atual acontecimento do dizer, que tem sua significação submetida aos domínios referenciais que se constituem nas enunciações.

Na perspectiva de que o acontecimento do dizer se dá pelo funcionamento da língua, afetada pelo memorável, a operação de descrição e interpretação de um texto deve evitar a noção de unidade homogênea ou de decodificação apenas, e buscar, ao mesmo tempo, “elementos específicos no texto e acompanhar seu funcionamento pensando-os enquanto integrados no texto, e assim reportados a tudo que está no texto”. (GUIMARÃES 2011, p.44).

Nesse sentido, o texto não pode ser pensado linearmente, numa relação de integração segmental, mas como unidade integrada por enunciados numa relação transversal. “Por uma relação com a exterioridade, por uma relação com um lugar social de locutor (o lugar do autor)”. (IDEM, P.26).

A enunciação, para Guimarães (2002, p. 8), é “um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua”. Para ele não há qualquer possibilidade do sentido fora do caráter relacional da linguagem, dito de outra forma, a linguagem faz sentido em relação com outros elementos e nas suas relações

com o sujeito. É interessante salientar que para Guimarães (2002), a enunciação é o acontecimento de produção do enunciado.

No âmbito dos estudos de Ducrot (1984) e Guimarães (2002), Dias (2018, p.13) reformula o conceito de enunciação como “acontecimento da produção do enunciado, o qual se constitui na relação entre uma memória de natureza histórica, configurada por enunciados outros, produzidos em outros tempos e lugares, e uma atualidade do dizer”.

Do conceito de enunciação, conforme Dias (2018), nascem duas concepções derivadas, indispensáveis para a análise das formações nominais: referencial histórico e pertinência enunciativa. Para o autor (Idem, p.13), o referencial histórico é definido “como o domínio de ancoragem da significação na língua, a partir do funcionamento das relações sociais. Trata-se da filiação institucional dos nossos dizeres, quando a enunciação adquire suporte na constituição histórica da sociedade”. Quanto ao conceito de pertinência enunciativa ele diz que:

O espaço de enunciação é um lugar de identificação dos enunciados, no qual os falantes enunciam tendo em vista uma pertinência na relação com enunciados de outros falantes. [...]. Estamos denominando pertinência enunciativa a essa relação que um enunciado mantém os determinantes da enunciação, incluindo-se outros enunciados, no presente do enunciar. A significação de um enunciado tem um duplo caráter. De um lado, advém da pertinência enunciativa, isto é, de uma motivação do presente do enunciar. De outro lado, constitui-se pelos referenciais que proporcionam as balizas históricas para significar esse presente contraído pelas pertinências da enunciação. (DIAS, 2016, p.195).

Para Dias (Idem, p.194), o dizer só se torna pertinente nas práticas de linguagem do dia a dia, a partir do momento em que uma demanda do presente produz relação com outros memoráveis já ditos. As demandas de hoje se configuram como necessidade de engajamento cotidiano, seja no modo de informar, responder, interpretar, inferir.

Nesse viés, Dias (2009, 2013, 2015) desenvolve o conceito de formação nominal. Para o autor a formação nominal “guarda uma potencialidade de observação da realidade, não a partir das eventuais propriedades informativas dos elementos discretos dessa realidade, mas a partir dos traços em função dos quais elementos do real adquirem pertinência para a realidade enunciada. ” (DIAS 2016, p.196).

Conforme Dias (2018, p.25),

Formação nominal não designa nem o *produto* da constituição morfológica de nomes compostos, como nos estudos morfológicos estruturalistas, e nem o produto de um corte sintagmático, propulsor do nome sintagma. Ao contrário, designa o *processo de* constituição dos nomes e seus articuladores do ponto de vista da enunciação. O foco dessa abordagem tem sido, até o presente, o desenvolvimento das razões enunciativas que explicam a articulação do nome aos seus determinantes, na perspectiva do processo, e não do produto, numa abordagem de ordem explicativa e não simplesmente descritiva.

Um procedimento possível para observar a enunciação incide na elaboração de redes enunciativas. Nas palavras de Dias (Idem, p.35), uma rede enunciativa “se presta a estabelecer pontos de observação enunciativa, tendo em vistas as dimensões do sentido. Dessa maneira, ela permite demonstrar que uma estruturação formal pode ser enunciativamente permeada por dimensões diferentes da significação”.

4 REDES ENUNCIATIVAS

Trazemos dois enunciados/textos veiculados na mídia:

Figura 1: Materialidade digital¹⁴



¹⁴ Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/pipocando/boato-sobre-caso-entre-paolla-oliveira-e-sergio-guize-para-na-justica>. Acesso em outubro/2019.

No texto da Figura 1, o caso entre Paola Oliveira e Sérgio Guizé é considerado boato, **falso (FAKE)**, tendo em vista o desmentido pelo ator que afirmou na íntegra, em “Colunas e blogs Pipocando”, ter ido à justiça após ter surgido fofocas, rumores de que ele e a atriz Paola Oliveira, com quem contracena na novela “A Dona do Pedaço”, estavam tendo um relacionamento amoroso.

Boato	sobre caso	entre Paolla Oliveira e Sergio Guizé	para na justiça.
Mentira	sobre romance	entre Felipe Titto e produtora de malhação	para nas revistas.
Inverdade	sobre relação	entre açúcar refinado e câncer	para na internet.

A partir da rede de enunciados acima, podemos dizer ancorados em Dias (2018, p.35) que a rede enunciativa “envolve a formação de contrastes entre a construção linguística em estudo e outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção dos domínios de mobilização¹⁵ que a enunciação sustenta”.

Figura 2: Materialidade digital¹⁶



¹⁵ Ver Dias 2018.

¹⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/rondonia-tv/videos/t/edicoes/v/e-fake-news-rio-madeira-nao-esta-com-a-cor-verde/7988871/>. Acesso em outubro/2019.

O texto da figura 2 diz o seguinte: É Fake News: Rio Madeira não está com a cor verde.

Diante dessa notícia, o Jornal *JRO G1* nega a existência da cor verde do Rio Madeira, caracterizando-a como fake news. Em seguida o jornal explica que a mudança da cor do Rio Madeira esverdeada é referente ao fenômeno denominado vazante (seca), período em que o rio fica abaixo do nível e com o acúmulo de madeira encalhada na margem altera a sua tonalidade.

Para compreendermos melhor as relações entre as formas linguísticas, configuradas como lugares de informação, construímos uma rede enunciativa:

É Fake News:	Rio Madeira	não está com a cor verde.
Não é verdade:	Nova dipirona importada da Venezuela	não contém vírus mortal.
É falso:	o coronavírus	não é transmitido em locais com temperaturas acima de 20 °C.
É informação mentirosa:	Surto de HN1 em 2009	não foi mais intenso que o coronavírus

Observamos que a palavra fake news está atualmente circulando em enunciados do dia a dia de nossa sociedade, com outros nomes que produzem sentidos de não verdadeiro, adquirindo assim pertinência no uso da língua. Dito de outro modo, os enunciados com o nome fake news em articulação retomam e atualizam os sentidos sociais.

Desse modo, podemos dizer que os nomes “adquirem existência social quando passam a fazer parte de temas que significam à sociedade, adquirindo pertinência enunciativa nos enunciados que produzimos no cotidiano” (DIAS, p.03)¹⁷. Ou seja, o nome passa a ter existência da relação do referencial histórico e da pertinência enunciativa.

Assim, fake news deixa de ser vista como palavra isolada, passando a ser concebida como formação nominal, formadora do enunciado em que ela se

¹⁷ In: O português brasileiro no cotidiano: enunciação e ensino. 2021 (no prelo).

encontra. Como afirma Dias (Idem, p.04), “a formação nominal é o processo de entrada do nome no enunciado, participando assim do acontecimento da enunciação”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As chamadas fake news, que circulam nos espaços virtuais numa velocidade surpreendente a cada atualização, impossibilitando a absorção completa dos conteúdos propagados, nos levam a observar que “as relações que se constituem entre discursos movimentam o funcionamento da língua pela enunciação, moldando esse sistema de regularidades”, conforme defende Dias (2015). Ideia compartilhada com Guimarães (2002, p. 5), quando diz que: “as expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam”.

Destacamos então, que as construções nominais, segundo Dias (2018), tomam o nome (o substantivo) isoladamente na constituição da unidade nominal, bem como as construções em que o substantivo aparece determinado pelos convergentes (adjetivos, oração adjetivas, pronomes adjetivos, pronomes substantivos, sintagmas preposicionais com valor sintático de adjunto adnominal e complemento nominal). Desse modo, é válido dizer que a formação nominal na perspectiva de Dias (2018, p.25), “designa o processo de constituição dos nomes e seus articuladores do ponto de vista da enunciação”. Dito de outro modo, a formação nominal passa a ter um caráter explicativo e não somente estrutural.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade*. Tradução Carlos Szlak. 1ed. Barueri: Faro, 2018.

DIAS, Luiz Francisco. Enunciação e regularidade sintática. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (UNICAMP), Campinas, v.51, p.7-30, 2009.

Luiz Francisco Dias. Enunciação e forma linguística. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v.21, n.1, jan-jun, p.223-238, 2013.

Luiz Francisco Dias. Acontecimento enunciativo e formação sintática. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*, vol.35, jan-jun, p. 99-138, 2015.

Luiz Francisco Dias. Os espaços de trabalho com a língua na pesquisa científica e no ensino: as hashtags em pauta. In: *Ciência, Língua e Ensino*. (Orgs). Di Renzo, Ana; Motta, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

Luiz Francisco Dias. Nomes de cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: KARIM, T.M.; KARIM, DI RENZO, A.M.; BRESSANIN, J.A.; KARIM, J.M. (Orgs.). Atlas dos nomes que dizem histórias das Cidades Brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I). Campinas: Pontes, p. 33-49,2016.

Luiz Francisco Dias. Da composição Nominal a Formação Nominal: Forma Linguística e enunciação. In: AGUSTINI, C. *Homenagem a Benveniste*. Uberlândia: Editora da UFU, 2018. (no prelo)

Luiz Francisco Dias. Identificação do Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: GUIMARÃES, E.; DIAS, L.F; KARIM, T.M; DALA PRIA, A. (orgs) Atlas dos nomes que dizem histórias das Cidades Brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 2). Campinas: Pontes, p.23-45, 2018. Luiz Francisco Dias. Enunciação e Relações linguísticas. Campinas. S: Pontes Editores,2018.

FERRARI, Polyana. *Como sair das bolhas*. Fortaleza: Armazém de cultura, 2018.

FILHO, Otávio Frias. O que é falso sobre fake news. In: *Revista USP*. São Paulo. Nº 116, p.39-44. Janeiro/fevereiro/março 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas. Pontes,2002.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: RG, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. *Ler um texto uma perspectiva enunciativa*. In: *Revista da Abralin*. Volume XII, n. 2 (jul. /dez. 2013), Semestral. São Carlos, SP: UFSCar, 2013.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento: Um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 4. ed., 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.

OS SENTIDOS DE MULHER NEGRA NA REVISTA CLÁUDIA

Júlia Bomfim Costa
(UESB/PPGLin/GEPES)

Lívia Cristina de Souza Sigliani
(UESB/PPGLin/CAPES/GEPES)

Adilson Ventura
(UESB/PPGLin/ProfLetras/GEPES)

Introdução

Durante muito tempo, a diferença entre homens e mulheres serviu de justificativa para marginalizar os abusos sofridos especificamente pelo segundo grupo em questão. Nesse sentido, embora as práticas universais dos direitos humanos excluíssem a distinção entre gêneros ou garantissem a não-discriminação, subentendia-se, no entanto, que a formulação dessas premissas firmava-se nas experiências dos homens, assim, quando as mulheres eram estupradas ou sofriam violações diferentes das situações vivenciadas pelos homens, não relacionadas aos seus direitos civis e políticos, por exemplo, as instituições em prol dos direitos humanos tinham dificuldade em lidar com uma abordagem que abrangesse o gênero feminino.

Essa mesma lógica foi percebida também quando se considerou as diferenças entre as próprias mulheres. Sob essa perspectiva, nas últimas décadas do século XX, conforme esta problemática passou a ser incluída em uma série de conferências mundiais, o princípio de igualdade de gênero foi ganhando detalhamentos importantes para se entender a desigualdade que atinge mulheres de todo o mundo. Parte de tais detalhamentos foi explicitada na Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contrás as Mulheres¹ (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against

¹Cedaw, 1979. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf. Acesso em: out. de 2019.

Women, CEDAW) na qual, além de ampliar os direitos humanos das mulheres, permitiu-se um entendimento mais profundo acerca das diferentes formas de opressão experienciadas no contexto da análise do gênero feminino, considerando raça, classe, orientação sexual, etc.

Sob a perspectiva gênero/raça observou-se um mecanismo semelhante. Quando a discussão estava centrada no princípio da não-discriminação, a diferença entre os homens negros e as mulheres negras obscurecia ou negava parte dos direitos das mulheres pertencentes a esse grupo racial. E, embora a Declaração Universal viesse a reprimir quaisquer formas de intolerância relacionadas às identidades de cor, certos problemas de gênero, encarados do ângulo racial ou étnico e identificados como improváveis de atingir os homens desse mesmo grupo, eram tomados por um grau de invisibilidade que marginaliza tais situações enquanto uma questão de raça, tanto quanto a exclusão vivenciada pelas mulheres negras no âmbito do gênero.

Nesse entremeio que caracteriza o espaço de gênero e raça, portanto, se constitui uma problemática que envolve as mulheres negras e configuram, nesse contexto, um apagamento de vozes que a exclui enquanto sujeito político. Grada Kilomba (apud. RIBEIRO, 2019) aborda essa questão afirmando que a mulher negra, por não ser branca nem homem, tem a sua realidade deturpada pelos discursos de ambos os grupos, onde se sobrepõe a branquitude pelas vias do racismo e a masculinidade por meio do sexismo, constituindo uma espécie de carência dupla. O conceito de interseccionalidade surge então a partir dessa problemática a fim de analisar o que configura o caso de “mulheres racionalizadas” (CRENSHAW, 2002).

Kimbérle Crenshaw utiliza o conceito de interseccionalidade “para denotar as várias maneiras pelas quais raça e gênero interagem para moldar as múltiplas dimensões das experiências de empregação das mulheres negras” (1991, p. 1244). A interseccionalidade, ao considerar essas questões, busca compreender como o racismo e outras discriminações, como o sexismo ou a opressão de classes, quando somadas reagem de modo a posicionar socialmente as mulheres negras e condicionam suas condições de atuação na sociedade e, por vezes, invisibilizando suas experiências. (CRENSHAW, 2002).

Esta invisibilidade que acomete as mulheres negras se apresenta de diversas formas, seja na negação de direitos ou oportunidades, seja na perpetuação de um discurso excludente que prioriza a representação da categoria mulher de forma universal, sem considerar as diferenças que as distanciam. Este imaginário é perpetuado pelo senso comum a partir de um pensamento hegemônico e racista no qual a sociedade está inserida, onde são constituídos sentidos que estão incutidos em determinados modos de representação. Sob essa perspectiva, bell hooks² (2019, p. 89) chama a atenção para o fato de que as mulheres brancas crescem enxergando apenas a si mesmas na televisão ou nas páginas das revistas, enquanto há um apagamento da representação das mulheres negras.

Ao considerar essa problemática pela perspectiva da mídia, visto o potencial dos veículos de comunicação em disseminarem representações, ideias e sentidos, este trabalho tem por objetivo analisar como a expressão linguística “mulher negra” significa na Revista Cláudia, o maior e mais antigo periódico feminino do Brasil, ainda em circulação. A edição a ser analisada, retrata um novo posicionamento da Revista pela defesa dos direitos das mulheres a partir da campanha “#eutenhodireito”, onde o veículo afirma o seu compromisso em dar visibilidade à diversidade da mulher brasileira, bem como a multiplicidade de papéis que estas mulheres ocupam na sociedade, destacando, inclusive, o direito de não serem discriminadas racialmente. Para tanto, partimos da hipótese de que os sentidos de mulher negra, constituídos na Revista, constroem um duplo lugar de exclusão, onde essa mulher sofre duas opressões: de gênero e de raça. Como resultado, podemos observar a confirmação da nossa hipótese a partir do conflito constante de sentidos em nossas análises.

Para análise, partimos da perspectiva de que os sentidos se constituem na enunciação, no acontecimento do dizer, tomado na história, mobilizando os pressupostos teóricos e metodológicos da teoria enunciativa da Semântica do Acontecimento, desenvolvidos por Eduardo Guimarães.

²Pseudônimo utilizado por Gloria Jean Watkins. Segundo a autora, é grafado em letras minúsculas a fim de deslocar o foco da figura autoral para suas ideias.

1 Semântica do Acontecimento

A Semântica do Acontecimento, teoria semântica enunciativa proposta pelo professor da Unicamp Eduardo Guimarães (2002, 2007, 2009, 2018), considera o texto como uma dispersão de sentidos, sendo que é na enunciação que os sentidos são constituídos em uma relação da língua com a própria língua, sendo tal relação tomada na história. Importa ressaltar que a Semântica do Acontecimento parte dos pressupostos da opacidade da língua e do sujeito, isto é, a língua não é transparente e sua relação com o real é histórica. O sujeito também não é transparente e não controla os sentidos, sendo agenciado a dizer o que diz pelo espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2009, p.50).

Como já dito, a enunciação é uma prática política, pois instaura o conflito no centro do dizer. Para compreendermos o funcionamento do político como conflito nas relações entre língua e sujeito, é importante observarmos que o acontecimento se dá no espaço de enunciação, conceituado por Guimarães como: “[...] um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político” (GUIMARÃES, 2002, p. 18), ou seja, consiste em um espaço de relação entre línguas e falantes, visto que esse espaço tem como característica uma disputa incessante pela língua numa relação de inclusão/exclusão. Essa divisão política não cessa, pois há uma busca constante pelo direito de falar. Dessa forma, o falante tomado pelo espaço de enunciação é agenciado a falar. Esse agenciamento corresponde à cena enunciativa (GUIMARÃES, 2018, p.45).

A cena enunciativa corresponde a um espaço de divisão dos lugares de enunciação no acontecimento. Esses lugares se caracterizam pelas relações entre as formas linguísticas e as figuras da enunciação:

[...] temos as figuras da cena enunciativa: o Locutor (L), enquanto figura que se representa como responsável pelo dizer; o locutor-x, enquanto lugar social do dizer; e o enunciador, enquanto lugar de dizer, o lugar de onde se diz. E é nessa medida que, do ponto de vista semântico, podemos dizer que o funcionamento das expressões linguísticas são lugares de produção de sentido (GUIMARÃES, 2009, p.50).

O enunciador enquanto lugar do dizer apaga para o locutor que ele fala de um lugar social e se apresenta de três maneiras: 1) Enunciador universal, que se caracteriza por um dizer que se apresenta como válido para todos e para qualquer situação; 2) Enunciador individual, que se caracteriza como o falante responsável pelo próprio dizer; 3) Enunciador genérico, que se caracteriza como aquilo que é dito por todos (GUIMARÃES, 2002, p.38-41).

Conforme já discutimos, o sentido se dá no acontecimento da linguagem e, para que isso se dê, a enunciação instaura sua própria temporalidade. Todavia é importante ter em mente que essa temporalidade não é cronológica, tampouco instaurada pelo sujeito. A enunciação instaura um presente e, para constituir sentido, remete a um memorável que não é formado por lembranças pessoais, mas por enunciações passadas que são projetadas para o futuro, ou seja, para possíveis interpretações.

Para empreendermos as análises aqui propostas, além de mobilizarmos os conceitos até aqui discutidos, utilizaremos os procedimentos enunciativos próprios da teoria. Para isto, a Semântica do Acontecimento faz um deslocamento do conceito de integratividade de Benveniste e analisa o sentido de uma expressão linguística de forma não segmental. O sentido de uma expressão é analisado enquanto integrado a um enunciado e o enunciado enquanto parte de um texto: “[...] consideramos que o sentido de um enunciado é sua relação de integração ao texto em que está” (GUIMARÃES, 2018, p.42). Longe se ser tomado isoladamente, ou como processo somatório, o enunciado é lugar de observação da palavra em relação ao texto. Para analisarmos os sentidos de forma integrativa a teoria propõe dois procedimentos enunciativos: a articulação e a reescritura.

A articulação e reescrituração são dois procedimentos enunciativos de análise da constituição de sentidos. A articulação corresponde a “[...] uma relação de contiguidade significada pela enunciação” (GUIMARÃES, 2009, p. 51). Na articulação são percebidas relações de predicação e complementação – relação determinante/determinado (GUIMARÃES, 2018, p. 80). As relações de reescrituração são definidas pela maneira como um termo é redito insistentemente em um texto de forma diferente de si. Contudo, diferentemente

das relações de articulação, as relações de reescritura não necessariamente são de contiguidade, podendo acontecer entre elementos a distância dentro do texto.

Para representar a análise das relações de reescritura e articulação que acabamos de explicar, temos o DSD (Domínio Semântico de Determinação) que é caracterizado por “[...] uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento do sentido da palavra no corpus especificado” (GUIMARÃES, 2007, p. 81). Essas relações de sentido são demonstradas por meio de representações gráficas, por sinais específicos, como veremos nas análises a seguir.

2 Análise

Para as análises, destacamos 4 recortes (R1, R2, R3 e R4), retirados do Especial #EUTENHODIREITO, enunciados na matéria intitulada “...de não sofrer preconceito racial”, a partir do depoimento apresentado para embasar a experiência de uma mulher que enfrenta o racismo.

R1 - Nasci numa comunidade quilombola no interior do Pará. Só me mudei para Belém depois dos 20 anos, quando perdi minha avó e quis viver algo diferente. Cursei história e hoje faço mestrado. Mesmo depois de tantos anos, a sensação de não pertencimento continua e às vezes fica aflorada, dependendo do que encaro no dia a dia.

Em R1, a expressão *mulher negra*, mesmo não estando explícita no texto, encontra-se presente em outros aspectos em que, por meio do elemento imagético de composição da matéria, percebemos a representação do Locutor que dá voz a enunciação, assim como o título da matéria - “...de não sofrer preconceito racial” - também nos propõe compreender. Neste caso, *mulher negra* reescritura-se por elipse a partir da colocação dos verbos *nasci*, *quis*, *encaro*, etc. e do pronome *me*, a qual permite-nos a identificação do sujeito em um “Eu”. Essa expressão da primeira pessoa parece-nos dizer que o Locutor possui o controle daquilo que enuncia em um gesto consciente, no entanto, esta representação de origem do dizer marca o apagamento para o Locutor de que ele está enunciando de um lugar social; este lugar, por sua vez, é velado por um lugar de dizer de um enunciador-individual, uma vez que o Locutor enuncia a partir de sua individualidade.

Nesta cena enunciativa, *mulher negra* articula-se inicialmente a *comunidade quilombola*. Esta expressão significa, desde o período colonial no Brasil, como um espaço de refúgio para os negros africanos e afrodescendentes que conseguiam fugir do regime de escravidão e formar comunidades capazes de resgatar a cultura, os sincretismos e tradições da África. A existência dos quilombos ainda se associa ao passado e hoje configura um modo de vida que luta pela proteção cultural e liberdade de viver de acordo com seus costumes. Deste modo, os sentidos de resistência, liberdade e cultura africana que constituem essa definição projetam o interpretável de que, por ter nascido numa comunidade quilombola, o Locutor se sente pertencente a este local pelo respeito e apropriação de suas raízes.

Também articulada a *mulher negra*, a expressão *mudei para Belém* marca na enunciação uma oposição a *comunidade quilombola*. Mudar-se para Belém, nesse contexto, representa mudança, ao modo que também significa a partir da articulação com *viver uma vida diferente*. Para o Locutor, querer viver uma vida diferente daquela que vivia na comunidade quilombola relaciona-se com a oportunidade de estudar e ingressar na universidade, por outro lado, a cidade grande também faz com que o Locutor encare situações diversas que marcam a sensação de não pertencimento associado a Belém em oposição ao pertencimento que atribui ao quilombo, como representado no DSD abaixo.

DSD 1:

pertencimento | **quilombo** | raízes

estudos | Belém | mudança

No **DSD 1**, o termo *quilombo* é determinado por *pertencimento* e por *raízes* e mantém uma relação de oposição com *Belém* que, por sua vez, é determinado por *estudos* e *mudança*. Este acontecimento nos permite interpretar que, motivada em viver uma vida diferente, ela decidiu sair do quilombo.

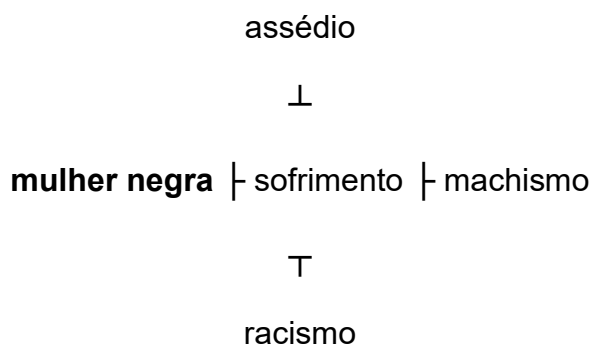
R2 - Em geral, ser mulher no Brasil, viajar sozinha, sentar a mesa de um bar sem homens é difícil. Mas em Belém o assédio é assustador.

Eu tenho um agravante, sou negra. O olhar preconceituoso da sociedade faz com que eu tenha de viver situações constrangedoras.

No segundo recorte, o enunciado nos apresenta as situações que condicionam a sensação de não pertencimento do Locutor em morar na cidade de Belém. Desta forma, a expressão *difícil* estabelece uma relação de sentidos com as expressões *ser mulher no Brasil*, *viajar sozinha* e *sentar a mesa de um bar sem homens*, considerando as situações em que as mulheres estão vulneráveis ao assédio sexual e a dificuldade em enfrentar momentos como esses no dia a dia. Sequencialmente, a expressão linguística *mas* constitui uma ressalva, deslocando os sentidos constituídos pela projeção das dificuldades de ser mulher no Brasil, destacando Belém neste cenário, ao modo que a expressão *assédio* articula-se a *Belém* e a *assustador*. Os sentidos que se constituem nessas relações são de que ser mulher no Brasil é difícil por sofrer situações de assédio, em especial na cidade de Belém.

Nesta cena enunciativa, a expressão *negra* funciona como reescritura de *mulher negra* por substituição que está articulada com *agravante* e que, por sua vez, também se articula a *difícil*. A expressão *agravante* ao designar as *situações constrangedoras* que o Locutor relata, atrela as dificuldades sofridas pelas mulheres negras para além do assédio, somando o *olhar preconceituoso da sociedade* como um aspecto que aumenta a gravidade da situação. Assim, neste acontecimento, os sentidos constituídos demonstram que ser mulher no Brasil é difícil por sofrer assédio, no entanto, ser mulher e ser negra no Brasil é uma situação ainda mais difícil porque, além de sofrer assédio, ela sofre diariamente situações constrangedoras por conta do racismo, como apresentado no DSD 2.

DSD 2:



No **DSD 2**, *mulher negra* é determinado por *sofrimento* que, por sua vez, é determinado por *racismo*, *assédio* e *machismo*, recortando o memorável de

situações preconceituosas sustentadas pela sociedade e que são perpetuadas no cotidiano. O preconceito, nesse sentido, configura o comportamento de quem reproduz um sentimento hostil ou de intolerância com um grupo social e que tem como motivação um conceito ou opinião pré-concebida³. Estes atos afetam a sociedade porque condicionam tais sistemas opressores. Nesse acontecimento, os sentidos que determinam o sofrimento condicionado pelas situações preconceituosas instauram uma futuridade que nos possibilita interpretar que a mulher negra sofre uma dupla opressão: por ser mulher, devido às situações de assédio; e por ser negra, por conta dos episódios de racismo vivenciados cotidianamente.

R3 - Na academia, o preconceito é sutil, velado. Sou negra, de comunidade quilombola e, normalmente, vista como objeto de pesquisa. Ao me tornar pesquisadora e produtora de conhecimento, me posiciono politicamente, quebro um paradigma. Estudo escravidão e coloco os negros como protagonistas da história, falo de uma perspectiva diferente. Isso também é um enfrentamento.

Em R3, o Locutor assume dois posicionamentos diferentes associados aos sentidos constituídos no espaço acadêmico. Nesta cena enunciativa, os sentidos de *preconceito* estão atrelados aos termos *sutil* e *velado* ao estabelecerem uma relação linguística com a expressão *academia*. Desta forma, é possível considerarmos a definição de preconceito delimitada anteriormente para marcar que, ainda que na academia o conhecimento se sobressaia indo de encontro aos julgamentos sem fundamentos ou opiniões pré-concebidas de maneira parcial, os sentidos que determinam o *preconceito* estão incutidos no imaginário coletivo e, mesmo que não se revele explicitamente, encontram-se camuflados nas situações do dia a dia. Assim, neste acontecimento, *mulher negra* é reescriturada novamente por *negra* e articula-se a *objeto de pesquisa* e *comunidade quilombola*. Nesta relação linguística, mulher negra passa a significar pela constituição de um recorte temático.

³O que é preconceito? Disponível em: <https://www.significados.com.br/preconceito/> Março de 2020.

No recorte acima, há ainda uma segunda configuração atribuída a mulher negra na academia. *Mulher negra*, reescriturado pelo pronome *me* por substituição, neste acontecimento, se articula a *pesquisadora*, ao mesmo tempo que tem seu sentido expandido pela expressão *produtora de conhecimento*. Assim, em oposição aos sentidos que a colocam como objeto de pesquisa, o espaço da academia também constitui sentidos que promovem a mulher negra ao lugar de destaque de sujeito atuante na produção de conhecimento.

O dizer do Locutor, ao significar a mulher negra como pesquisadora atribui esta ação a uma forma de enfrentamento diante das situações preconceituosas que encara. Nessa perspectiva, *mulher negra*, reescriturada pela elipse do pronome *me*, se articula também a expressão *posiciono politicamente e quebro um paradigma*. Desta forma, para romper com o padrão epistemológico proposto pelo espaço da universidade, a expressão *estudo escravidão e coloco os negros como protagonistas da história* significam reafirmando o potencial de empoderamento da mulher negra na academia.

As relações enunciativas desse acontecimento instauram sentidos de que na academia ela sofre um preconceito velado sendo considerada, inclusive, como objeto de pesquisa, no entanto, ela se posiciona politicamente apresentando uma nova abordagem sobre a história dos negros, uma perspectiva de protagonismo e enfrentamento. Representaremos essas relações de sentido pelos seguintes DSDs:

DSD 3.1

academia ⊣ preconceito

⊥

comunidade quilombola ⊣ mulher negra ⊣ **objeto de pesquisa**

Neste DSD, o termo *mulher negra* é determinado por *objeto de pesquisa* e *comunidade quilombola* e por *preconceito* que, por sua vez, é determinado por *academia*.

DSD 3.2

pesquisadora | mulher negra | enfrentamento

T

Protagonismo

No DSD 3.2, o termo *mulher negra* é determinado por *pesquisadora*, *enfrentamento* e *protagonismo*. Este acontecimento recorta um memorável da academia como um espaço de exclusão na medida em que ela é tratada como objeto de pesquisa. Entretanto, a futuridade instaurada por este acontecimento nos permite interpretar que através da pesquisa ela assume uma posição de protagonismo e enfrentamento. Sendo assim, podemos observar um embate de sentidos.

R4 - Aqui, acredita-se que as meninas do interior, indígenas ou negras, quando chegam à cidade devem assumir trabalhos de serviçais. Elas exercem atividades análogas à escravidão e ficam disponíveis para o patrão até sexualmente. Mas não fomos criadas para isso. Queremos estudar, fazer arte, ser relevantes.

No último recorte, o enunciado salienta ainda mais dois aspectos de vulnerabilidade que expõe a mulher negra enquanto condicionados por fatores de gênero e raça. Dando continuidade à análise, destacamos que a expressão *meninas do interior* é uma reescritura por substituição de *indígenas e negras*, o que produz uma especificação de sentidos. *Meninas do interior* também é reescriturado pelo termo *chegam* e se articula à expressão *assumir trabalhos de serviçais* que, por sua vez, é reescriturada pelas expressões *atividades análogas à escravidão e ficam disponíveis para o patrão até sexualmente*.

A partir dessas relações linguísticas, é possível interpretar a constituição de uma configuração da sociedade que discrimina e determina que meninas negras e indígenas que chegam à cidade grande estão destinadas a exercerem atividades domésticas e as colocam numa posição social em que são negadas oportunidades melhores, oferecendo-lhes péssimas condições de trabalho e, por vezes, submetendo-as à situações de abuso. Esse recorte aponta para um memorável que chama atenção para a presença de um pensamento hegemônico e colonizador de supremacia branca, motivada ainda pelos efeitos da

escravidão, que perpetuam os sentidos de racismo e submissão. Nesse acontecimento, a dupla opressão se constitui, enquanto categoria de gênero, pela vulnerabilidade de ser assediada sexualmente no trabalho e, enquanto raça, por exercer atividades que pode ser comparada às condições do trabalho escravo.

No segundo momento desta sequência enunciativa, temos a conjunção *mas* articulada à expressão *não fomos criadas para isso*, o que produz uma ressalva e repudia as situações de assédio e racismo as quais as meninas do interior são submetidas, ao modo que a expressão *isso* se constitui como uma reescritura de *assumir trabalhos de serviços*. Com isso, o termo *queremos*, reescrevendo por elipse *meninas do interior*, articula-se às expressões *estudar*, *fazer arte*, *ser relevantes* e projeta uma nova constituição de sentidos atribuída às mulheres negras, conferindo-lhes o desejo de ganharem protagonismo e fazerem coisas expressivas. Dessa forma, essas relações enunciativas produzem sentido de que, embora a sociedade acredite que as meninas que saem do interior (dentre elas a mulher negra) devam assumir péssimas condições de trabalho ou permitam que elas vivenciem situações de abuso, elas foram criadas para resistir a esta imposição e querem, sobretudo, estudar, fazer arte e serem relevantes. Vejamos abaixo o próximo DSD.

DSD 4:

abuso | mulher negra | condições análogas à escravidão

ser relevante | mulher negra | estudar

T

fazer arte

No DSD 4, o termo *mulher negra* é determinado por *condições análogas à escravidão* e por *abuso* e mantém uma relação de oposição com *mulher negra* sendo determinada por *ser relevante*, *estudar* e *fazer arte*. Este acontecimento recorta o memorável das situações de abuso, exploração e racismo vivenciadas pelas empregadas domésticas, ao mesmo tempo em que recorta um memorável de resistência, na medida em que elas buscam uma posição relevante na sociedade.

Considerações Finais

A partir das análises da expressão *mulher negra* na Revista Cláudia, enunciada na matéria intitulada “... de não sofrer preconceito racial”, retirada do Especial #EUTENHODIREITO, pudemos observar que os sentidos constituídos nesse acontecimento associam a mulher negra a aspectos de uma dupla opressão.

A corroborar com nossa hipótese, por exemplo, em R1, *mulher negra*, enquanto nascida numa comunidade quilombola, constitui uma relação de não pertencimento com o espaço da cidade por conta das situações constrangedoras que encara. Em R2, *mulher negra* encontra-se determinada por *assédio*, *racismo* e *machismo*; enquanto que, em R3, estabelece-se um conflito de sentidos na medida em que, na academia, determinada por *objeto de pesquisa*, ela sofre um preconceito velado, mas também é onde ela se posiciona politicamente frente ao racismo e se empodera, sendo determinada também por *pesquisadora*. No recorte 4, as análises reafirmam uma dupla opressão e novamente um conflito de sentidos: em R4, *mulher negra* é determinada por *abuso*, que aponta para uma opressão de gênero, e por *condições análogas à escravidão* que constitui sentidos de uma opressão por raça. Esses sentidos encontram-se em oposição nesta análise a *mulher negra* sendo determinada por *ser relevante*, *estudar* e *fazer arte*, constituindo sentidos de resistência.

Contudo, por meio das relações enunciativas da Semântica do Acontecimento, a expressão *mulher negra* na Revista Cláudia projeta um conflito de sentidos, pois as análises apontam para uma dupla opressão: além de sofrer o assédio por ser mulher, ela sofre situações de racismo por ser negra. Os sentidos constituídos nesse acontecimento, portanto, apontam para o olhar preconceituoso da sociedade e afirmam como estes sentidos interferem na determinação de representação da mulher negra.

Referências Bibliográficas

CRENSHAW, Kimberlé. (2004). **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da**

discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v.10, nº 1, 2002,

p.171-189.

CRENSHAW, Kimberlé. **MappingtheMargins: Intersectionality, IdentityPolitics, and**

ViolenceagainstWomenof Color. Stanford Law Review, 1991, vol. 43, nº 6, p. 1241-1299.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **A Enumeração: funcionamento enunciativo e sentido**. Cadernos de estudos linguísticos, Campinas, 51 (1): 49-68, Jan./Jun. 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas-SP: Pontes, 2018.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Bhuvilíbânio. - 6ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

A TEMPORALIDADE E A CONSTRUÇÃO DOS EFEITOS DE SENTIDO DOS MEMES

Juliemerson José da Silva
Universidade Federal de São João del-Rei

Luciani Dalmaschio
Universidade Federal de São João del-Rei

Introdução

“Adorei esse meme”; “Mas já virou meme?”; “Vou compartilhar esse meme”; “Você viu o meme que te enviei?”. Esses são alguns dos dizeres que nos instigaram a examinar essa emergente manifestação discursiva digital: o meme. Tais expressões nos levaram a questionamentos sobre o que é um meme, como ele se constitui enquanto material linguístico e de que maneira ele é produzido e reconhecido pelos usuários da internet. Nessa direção, o uso bastante regular dos memes nas redes digitais justifica nosso interesse em compreender esse novo fenômeno que se consolida cada vez mais no nosso meio, seja como forma de interação pessoal e produção de humor, seja para reivindicações ou até mesmo para fins publicitários. Dessa maneira, por se tratar de um fenômeno relativamente novo e próprio desse ambiente, nossa pesquisa elege os memes como objeto de estudo, no intuito de compreender essa manifestação linguística nas redes digitais sob a perspectiva da Semântica da Enunciação. Assim, o objetivo deste artigo é analisar como a temporalidade se manifesta na construção dos efeitos de sentido do meme enquanto acontecimento enunciativo. Por conseguinte, procuramos identificar como se realiza o movimento de (re)significação do meme, considerando-o um enunciado que guarda relações de pertinência com outros enunciados; e explicitar em que medida os aspectos sócio-históricos influenciam na constituição da significação desse fenômeno linguístico.

No que tange ao tema e à delimitação do objeto de estudo, procuramos abordar o meme denominado “Tchau, Querida” relacionado à ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff. O recorte temático foi realizado tendo em vista duas grandes variáveis. A primeira se refere ao nível de produtividade de memes

desenvolvidos sobre o tema em questão e a segunda tem ligação direta com linha de pesquisa à qual se vinculou a proposta de trabalho que deu origem a este artigo: discurso e representação social. Para realização da pesquisa, os memes foram coletados da internet por meio do mecanismo de busca do *Google* e da rede social *Twitter* e tiveram como entrada de busca a expressão “Tchau, Querida”, utilizando o processo metodológico das redes enunciativas (DIAS, 2018). O conceito de rede enunciativa foi desenvolvido por Dias (2018) “como um procedimento de demonstração das relações entre unidades articuladas, por meio de semelhanças e diferenças entre construções linguísticas” (DIAS, 2018, p. 36). Para o autor, esse procedimento possibilita observar o funcionamento da língua mediante a viabilidade da produção de enunciados que são entrelaçados por uma relação de compatibilidade e de contrastes.

Em relação à composição estrutural do artigo, primeiramente apresentaremos a construção conceitual do termo “meme”. Em seguida, discutiremos os pressupostos da Semântica da Enunciação no que diz respeito ao processo de temporalidade, a fim de analisarmos o meme enquanto acontecimento enunciativo que produz efeitos de sentido em um processo contínuo de (re)significação.

1 O que são os memes?

O termo meme – que, originalmente, tem sua premissa em uma acepção biológica - foi criado pelo etólogo Richard Dawkins (1976), cuja pretensão era elaborar uma palavra que, em analogia aos genes, pudesse representar uma unidade de transmissão cultural. Tendo como base os estudos a respeito do comportamento animal, teoria da evolução e seleção natural, Dawkins (2007 [1976]) elaborou novas convicções que transcendem as questões biológicas, mas que, ao mesmo tempo, utilizam essas questões como referência para questionamentos culturais. Dessa forma, associando transmissão genética à transmissão cultural, Dawkins (2007) defende a ideia de que o gene não é a única entidade replicadora do nosso planeta. Decorre desse fato a proposta do autor para a criação do termo meme como novos replicadores capazes de criar cópias de si mesmos. Cópias, por vezes imprecisas, demonstrando certa variedade no processo de replicação.

Dentre as possibilidades de replicação de um meme, Dawkins (2007) relaciona a linguagem a um processo intensamente mutacional, sustentando a ideia de que “a linguagem parece 'evoluir' por meios não genéticos, a uma velocidade que é várias ordens de grandeza superior à velocidade da evolução genética” (DAWKINS, 2007, p. 326). Sob esse viés, apresentamos uma das delimitações de nosso trabalho: o meme como linguagem.

Dawkins (2007) exemplifica a questão da evolução da linguagem a partir de uma pesquisa entre animais realizada por P. F. Jenkins, que observou o canto dos pássaros nas ilhas da Nova Zelândia. Jenkins trabalhava com um repertório de nove diferentes canções no qual cada macho cantava apenas uma delas. A partir disso, era feita uma classificação em grupos de dialetos. Os padrões melódicos não eram herdados geneticamente, uma vez que cada jovem macho adotava, por imitação, canções do território vizinho. Logo, foi possível “testemunhar a 'invenção' de uma canção nova, que ocorria através de um erro na imitação de uma canção antiga” (DAWKINS, 2007, p. 326).

De forma análoga com a linguagem humana, percebemos no exemplo do canto dos pássaros a evolução da linguagem através de um “erro” capaz de ressignificar o já existente, o já estabelecido. Assim é possível entender as mutações culturais ou mutações na linguagem como um aspecto cultural que se modifica pelo uso e por reelaborações, configurando o “erro” na imitação como um fator de atualização.

Nesse âmbito, ao tratar do meme inserido na cultura digital, a pesquisadora das mídias digitais e cultura popular, Limor Shifman, propõe definir o que são os memes da internet e como eles se manifestam dentro desse ambiente. De acordo com Shifman (2014), os memes da internet se configuram como entidades de conteúdos variados propagados de pessoa para pessoa e que, através do ambiente digital, “moldam e refletem as mentalidades sociais gerais” (SHIFMAN, 2014, p. 4)¹. Filiamo-nos a ideia de que, por meio de relações interdiscursivas, os memes estabelecem vínculos entre si e não podem ser tratados como “unidades isoladas e discretas, mas como blocos de construção de culturas complexas, entrelaçadas e interagindo umas com as outras”

¹ Tradução livre de: “shape and reflect social mindsets” (SHIFMAN, 2014, p. 4).

(SHIFMAN, 2012, p. 189)². Desse modo, é imprescindível ao meme estabelecer relações em rede, sustentando a ideia de que “o meme não é um fim em si mesmo, mas um meio” (CHAGAS; TOTH, 2016, p. 231), não apresentando, assim, significado intrínseco. O meme é produtivo enunciativamente e só pode ser examinado em conjunto através de relações que são estabelecidas “a partir de seus elementos discursivo e associativo” (CHAGAS; TOTH, 2016, p. 215). Ou seja, os memes só podem ser considerados memes se examinados em redes enunciativas, demonstrando um variado repertório linguístico.

Ao tratar da capacidade de proliferação do meme, bem como sua capacidade de produzir derivações em rede, Shifman (2014) propõe a diferença entre memes e virais na internet. A ideia de transmissão pode sugerir que os memes se proliferam, assim como o vírus, de forma homogênea. Todavia, enquanto os virais apenas se espalham e se propagam como cópias, os memes se difundem através da variabilidade e modificação textual, como uma coleção de textos que faz referência a algo em uma espécie de versão modificada (SHIFMAN, 2014). Desse modo, a principal diferença entre memes e virais se resume na capacidade de mutabilidade. E, mediante um movimento intenso de replicação e imitação, semelhante ao vírus, o meme se constitui a partir de uma manifestação de um grupo de textos e se modifica, reconstruindo dizeres e estabelecendo novos sentidos.

Tendo em vista esses aspectos, Dawkins (2007) estabelece três propriedades para os memes: longevidade, fecundidade e fidelidade de cópia. A fecundidade é constituída através da propagação e da produtividade de um meme das mais diferentes maneiras, ou seja, aquele que destoa do modelo matriz enquanto novo elemento. A fidelidade está associada à capacidade de estabilidade que permite o meme ser reconhecido na rede de modificações. Já a longevidade está ligada ao tempo que o meme perdura em determinado espaço, tornando-se veículo que se preserva no entremeio da regularidade e da diferença, uma vez que não repetimos ideias de formas fixas, mas reformulamos e nos reapropriamos de propósitos. Sendo assim, o meme é configurado por

² Tradução livre de: "memes are not treated here as isolated, discreet units, but as the building blocks of complex cultures, intertwining and interacting with each other" (SHIFMAN, 2012, p. 189).

regularidades que o inserem em uma espécie de rede e diferenças que o reconfiguram.

Passaremos, agora, a discutir a temporalidade como fator importante na construção de sentidos a partir dos pressupostos da Semântica da Enunciação.

2 Enunciação e temporalidade do sentido

Nossa proposta de trabalho se filia ao pressuposto de que “a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua” (GUIMARÃES, 2017, p. 15). Ou seja, é a partir do uso que a linguagem se constrói enquanto prática social, produzindo e ressignificando sentidos. Por conseguinte, Guimarães (2017) desenvolve o conceito de enunciação enquanto acontecimento que não se configura cronologicamente como algo linear, em uma relação polarizada por um antes e um depois, nem como algo pontual e efêmero. Assim, percebemos o acontecimento “como um construto histórico que, por meio de inúmeros entrecruzamentos, é capaz de construir um estado de coisas. Trata-se, portanto, de algo relacional, mas que, ao surgir, é capaz de originar alterações no já posto, no já estabelecido” (DALMASCHIO, 2015, p. 241-242). Desse modo, conforme Guimarães (2017), entendemos que o acontecimento agencia o sujeito e instaura sua própria temporalidade: passado, presente e futuro. Logo,

a temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre lugar dos sentidos e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2017, p.17).

Com efeito, é possível afirmarmos que no acontecimento há uma ancoragem no passado representado por rememorações dos sentidos de enunciações por ele recortadas e um futuro responsável pela projeção de sentidos que se desdobrarão em outras enunciações (GUIMARÃES, 2017). Assim, se estabelece uma rede de enunciações de caráter inerentemente histórico, uma vez que a língua carrega marcas do passado, o que evidencia a impossibilidade de pensar a linguagem fora de um aspecto relacional. Logo,

associar a ideia de rede a de acontecimento corresponde a entendê-lo como algo fluido, sem marcações precisas, que não segue uma linha de sucessividade entre passado, presente e futuro. Significar, por essa via, efetiva-se em um entrecruzamento de enunciações que, mobilizadas pelo acontecimento, temporalizam: resgatam, presentificam e projetam dizeres (GUIMARÃES, 2017).

Sendo assim, no intuito de descrever o acontecimento e o processo de significação, apresentaremos os elementos que constituem a temporalidade do acontecimento (passado, presente e futuro), essenciais para a (re)construção dos efeitos de sentido: memória, referencial histórico e pertinência enunciativa.

Levando em conta o caráter temporal da linguagem, consideramos a memória um elemento do discurso fundamental para a produção dos efeitos de sentido, visto que, por ela, o passado é resgatado para ser atualizado no acontecimento enunciativo. Para Guimarães (1996), a memória é latente, oculta, contida e invisível, se configurando em uma potência à espera do acontecimento enunciativo, uma vez que a língua carrega, em sua estrutura, marcas de seu passado. Nessa direção, para a Semântica da Enunciação, memória não significa reservatório de lembranças, armazenamento de informações e “sede” de conhecimentos psicológicos (DALMASCHIO, 2016). Dessa forma, “todo acontecimento é captado por uma memória de dizer e esse dizer, que já vinha passado por um processo de discursivização, produz efeitos de sentido e também provoca outras discursividades” (DALMASCHIO, 2016, p. 2826).

Conforme Dias (2018), a enunciação coloca a língua em funcionamento, mobilizando, assim, a dimensão da memória. Dessa forma, Dias (2018, p. 90) sustenta a ideia de que a “identidade do linguístico é produzida em relação com o discursivo”, na medida em que não trabalhamos com a ideia de contexto, de ordem pragmática, uma vez que buscamos associar forma linguística e dimensão enunciativa. Nessa direção, em nosso olhar teórico, a exterioridade apresenta “caráter de memória (de ordem social e histórica)” (DIAS, 2018, p. 90) e é constitutiva do linguístico. Sendo assim, memória se caracteriza como “instância daquilo que já significou em outros campos de enunciação” (DIAS, 2018, p. 93).

Com efeito, na temporalidade do acontecimento enunciativo, presente e futuro funcionam por meio de um passado que os faz projetar sentidos (GUIMARÃES, 2017). Dessa forma, a latência do futuro, que projeta sentidos na temporalidade do acontecimento, “significa porque o acontecimento recorta um

passado como memorável” (GUIMARÃES, 2017, p. 16). Guimarães (2017) ressalta que não se deve confundir a memória de sentidos, discursiva (interdiscurso) com o memorável enquanto passado recortado pela temporalização do acontecimento. Por conseguinte, podemos entender a memória como uma dimensão discursiva, a partir de uma noção mais abrangente caracterizada pela atividade dinâmica de ressignificação e conflito. Enquanto o memorável pode ser compreendido a partir da dimensão da temporalidade do acontecimento representado pelo passado que é resgatado/recortado pela enunciação. Ou seja, o presente produz relação com o memorável de outros dizeres, visto que a rememoração de enunciações anteriores se presentifica, a fim de projetar enunciações futuras, futuridade (GUIMARÃES, 2018).

Aliado aos pressupostos da Semântica da Enunciação, Dias (2013; 2015; 2018) desenvolve os conceitos de referencial histórico e pertinência enunciativa, a fim de explicar o processo de temporalidade do acontecimento na construção da significação.

Para Dias (2018), somos afetados, historicamente, em função de nossos diversos papéis sociais e, por isso, assumimos identidades heterogêneas. Tais identidades sociais reverberam nos dizeres, determinando o que deve ser dito e a maneira como se diz. Logo, tendo em vista o lado discursivo da enunciação e a constituição social do dizer, Dias (2013; 2015; 2018), influenciado pela perspectiva de Foucault (2008, [1969]), desenvolve o termo referencial histórico que não se define como algo fixo e estático, mas sim organizado por possibilidades e delimitações em um campo de circunstâncias que traz significação ao enunciado (DIAS, 2013; 2015; 2018). E, por meio da relação entre linguagem e exterioridade do ponto de vista enunciativo, o enunciado se investe dos domínios referenciais que não são “dados” na natureza, mas construídos “a partir dos lugares de enunciador e das perspectivas de enunciação” (DIAS, 2018, p. 99). Face a isso, no plano da anterioridade enunciativa se localiza o referencial histórico que sustenta as condições de um dizer. Dessa forma, o referencial se caracteriza como pontos de vistas sociais, ou seja, como efeito de sentido construído e regularizado socialmente por meio de relações conflituosas que eclodem, delimitam, excluem e incluem inscrições históricas de dizer.

Desse modo, o enunciado coloca em jogo um espaço de correlações (FOUCAULT, 2008) reguladas por um referencial que agrega condições de enunciabilidade - dispostas em uma rede fluida de sentidos – a esse enunciado. Segundo Dias (2018), o memorável é parte do referencial histórico, uma vez que somos afetados pelo que já significou, pelos referenciais que sustentam o dizer enquanto sentidos sociais evocados pela temporalidade do acontecimento. Assim, os enunciados se ancoram em seu funcionamento histórico-social.

Já no nível da atualidade e posteridade da temporalidade, está o conceito de pertinência enunciativa que é “relativo à agregação de um enunciado no espaço de enunciação, submetido a um referencial” (DIAS, 2015, p. 243). Vale ressaltar que pertinência não significa, conforme sentido dicionarizado, apropriado ou relevante, por isso, “não tem relação com a qualidade da relação do enunciado” (DIAS, 2015, p. 243) no espaço de enunciação, mas sim corresponde à ideia de aderência ao que está sendo dito. Ou seja, um dizer assume uma relação de aderência a outros dizeres em uma espécie de rede. Por meio desse processo de adesão, o enunciado é afetado por um conjunto de outros enunciados em um dado espaço, sendo regulado de acordo com as demandas do presente no qual ele se localiza. Assim, “é a 'demanda do presente' que estamos denominando pertinência enunciativa. As respostas, as interpretações, as interferências que se efetivam na enunciação, isto é, as repostas às demandas do presente são constitutivas do acontecimento enunciativo” (DIAS, 2018, p. 103). Dessa forma, configurada na história, a pertinência, “concebida na relação entre recortes de memória de significação e a demanda de um presente pelos referenciais, movimenta as formações articulatórias que constituem a sintaxe do enunciado, a sua constituição formal” (DIAS, 2015, p. 245).

Fundamentada na relação entre a presentificação do dizer e a memória, a pertinência é configurada na história que baliza a significação. A relação de pertença se dá pela adesão e ligação de enunciados à temporalidade. Dito de outra forma: sustentados pelo passado (referencial histórico), enunciados são presentificados (ganham pertinência) e projetam enunciações futuras, ou seja: enunciados movimentam-se no tempo em formato de rede. Sendo assim, conforme Dias (2018), somos instigados a interferir enunciativamente nas situações, a projetar sentidos devido a nossa constituição histórica. Dessa maneira, tudo “o que dizemos mantém relação com um conjunto de outros

dizeres com os quais estamos em contato. Nós somos afetados por tudo aquilo que nos rodeia” (DIAS, 2018, p. 103). Logo, na temporalidade de sentidos presente na enunciação “há uma relação tensa entre o que 'já fez sentido' em referenciais históricos e um 'a fazer sentido', tendo em vista as pertinências que o enunciado contrai no presente do enunciar” (DIAS, 2018, p. 254).

Nessa teia de relações, o acontecimento é balizado sócio-historicamente por referenciais que, no processo de (re)construção de efeitos de sentido, contraem relações de pertinência com outros enunciados em uma associação entre linguagem e sociedade. Essa teia de significação se constitui por um horizonte de intervenção em relação àquilo que antecede e/ou sucede um enunciado. A ideia de teia, similar à concepção de rede, se distancia de uma sucessão cronológica, fixa e linear da anterioridade e posterioridade, uma vez que “é nos espaços de enunciação que os enunciados adquirem pertinência uns em relação aos outros, tendo em vista um referencial” (DIAS, 2015, p. 243). Essa relação entre referenciais históricos e pertinências enunciativas faz da enunciação um acontecimento social” (DIAS, 2018, p. 97).

Para ilustrar com um fato linguístico as ideias de referencial e pertinência, trazemos uma análise realizada por Igor Guimarães (2015) que questiona os conceitos de bases tradicionais relacionados ao substantivo, oferecendo à classe gramatical um olhar enunciativo, uma vez que, para o autor, “o substantivo evidencia um recorte referencial do mundo, por meio da enunciação” (GUIMARÃES, 2015, p. 33). Desse modo, Guimarães (2015) apresenta a concepção de referência não como algo externo desvinculado da linguagem, tampouco dependente da ideia de verdade. Pelo contrário, ele traz a concepção de referência como algo constituído na/pela língua, se distanciando da ideia tradicional de referência como procedimento de etiquetar as coisas em relação ao mundo. Logo, “a constituição de referência depende diretamente das condições de enunciação em que é produzida, e não exatamente da ligação com o mundo” (GUIMARÃES, 2015, p. 25). A partir dessas reflexões, Guimarães (2015) sustenta a ideia de que os substantivos, atrelados à ideia de nomeação, congregam potenciais de referência alimentados pela produtividade de usos no processo enunciativo. Dessa maneira, os substantivos são formas linguísticas atualizadas no acontecimento por meio do encapsulamento que “sugere um

processo de 'condensação de informação' (GUIMARÃES, 2015, p. 32). Portanto, os substantivos se caracterizam como encapsuladores discursivos, demonstrando, assim, uma capacidade de síntese. Nessa direção, conforme o autor, "o substantivo evidencia um recorte referencial do mundo, por meio da enunciação. Isso significa que dado acontecimento, ao ser enunciado, adquire pertinência." (GUIMARÃES, 2015, p. 33). Ou ainda que a língua, balizada por um referencial, é capaz de, por meio do nome (substantivo), sintetizar "as informações pertinentes ao enunciado." (GUIMARÃES, 2015, p. 33).

Baseados nessa ideia de encapsulamento trazida por Guimarães (2015), defendemos a tese de que, no acontecimento enunciativo, os memes se configuram como **enunciados de materialidade condensada**, uma vez que apresentam um **potencial de referência** diversificado na medida em que sintetizam significações. Com efeito, os memes, enquanto enunciados de materialidade condensada, são densos em rememorações enunciativas que se atualizam, a fim de estabelecer uma futuridade para outras enunciações. A partir da instauração da temporalidade, tais enunciados, próprios do meio digital, estabelecem uma relação de dependência interna em função de sua composição material e de uma independência relativa (GUIMARÃES, 2018), tendo em vista as condições de produção que os circundam. Sendo assim, o meme encapsula, em um mesmo objeto linguístico, recortes do memorável e da atualidade, se transformando em um intenso projetor de efeitos de sentido. Logo, a propagabilidade, a reprodutibilidade e a adequabilidade configuram os memes como enunciados de grande potencial referencial, uma vez que se caracterizam por aquilo que decidimos nomear como **susceptibilidade enunciativa**, que corresponde à produtiva capacidade mutacional de atualização e produção de pertinência.

Após abordar o processo de significação por meio da associação em rede entre anterioridade, presentificação e posterioridade temporalizadas pelo acontecimento, trataremos dos direcionamentos que o dizer possibilita ao ser posto em acontecimento.

3 Ancoragem referencial e demanda de presentificação dos memes

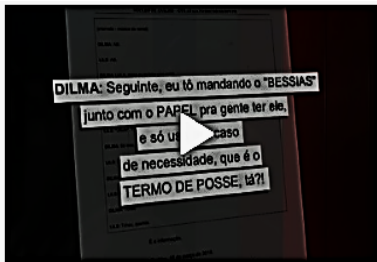
Tratar o meme enquanto acontecimento enunciativo nos impulsiona a voltar nosso olhar para a construção da significação do enunciado. Nessa

direção, entendemos que os efeitos de sentido são produzidos pela temporalidade própria do acontecimento por meio da relação histórica entre passado, presente e futuro. Desse modo, analisaremos os memes a sob o viés da temporalização, no intuito de (i) identificar como se realiza o movimento de (re)significação do meme, considerando-o um enunciado que guarda relações de pertinência com outros enunciados; e (ii) explicitar em que medida os aspectos sócio-históricos influenciam na constituição da significação dos memes. Logo, a fim de examinarmos em que medida os conceitos de referencial histórico e pertinência enunciativa se aplicam à constituição dos efeitos de sentido dos memes, vejamos os exemplos a seguir:

No dia 16 de março de 2016, o juiz Sérgio Moro autorizou a divulgação de um grampo telefônico contendo uma conversa (1) entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, a então presidente na época, Dilma Rousseff. Lula estava sendo investigado pela Operação Lava Jato, e Dilma o nomeou como ministro chefe da Casa Civil. Segundo Sérgio Moro, Lula já sabia ou pelo menos desconfiava de estar sendo investigado pela Polícia Federal. Assim, essa nomeação seria uma estratégia de retardar as investigações contra o ex-presidente. No final da conversa divulgada, Lula se despediu de Dilma utilizando a expressão “Tchau, querida”, que acabou se propagando por toda a internet.

(1)

Figura 1 – Transcrição da conversa entre Lula e Dilma



Conversa com Dilma
 Dilma: "Alô."
 Lula: "Alô."
 Dilma: "Lula, deixa eu te falar uma coisa."
 Lula: "Fala, querida. Ahn?"
 Dilma: "Seguinte, eu tô mandando o 'Bessias' junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?"
 Lula: "Uhum. Tá bom, tá bom."
 Dilma: "Só isso, você espera aí que ele tá indo aí."
 Lula: "Tá bom, eu tô aqui, fico aguardando."
 Dilma: "Tá?!"
 Lula: "Tá bom."
 Dilma: "Tchau."
 Lula: "Tchau, querida."

Fonte: G1 Notícias³

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

A expressão “Tchau querida” não apenas se tornou um viral na internet, mas um meme devido a suas constantes remodelagens e (re)apropriações que projetaram uma gama variada de efeitos de sentido. O meme em questão ganhou uma proporção ainda maior em função da votação na câmara dos deputados que decidiu dar prosseguimento ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, no dia 17 de abril de 2016⁴. Após a votação na câmara, o meme “Tchau, Querida” começou a se replicar na internet repercutindo na deposição de Dilma e, posteriormente, se ancorando em outros referenciais.

(2)

Figura 2 – Meme “Tchau, querida” associado a músicas



Fonte: Ubaitaba.com⁵

O meme (2) apresenta elementos que evidenciam características situadas entre a estabilidade e a mudança. A fidelidade se manifesta na expressão “Tchau, querida!” permitindo, assim, estabelecer um vínculo com a conversa telefônica que originou o meme. Já o processo de fecundidade se dá pela presença do enunciado “No dia em que eu sai de casa minha mãe me disse...” associado à expressão “Tchau, Querida” que assume a função de objeto do verbo “disse”. O enunciado da parte superior do meme representa um trecho da

⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

⁵ Disponível em: <http://ubaitaba.com/tchau-querida-assunto-comentado-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 19 de jul. 2019.

música “No dia em que eu saí de casa” da dupla sertaneja Zezé Di Camargo e Luciano que, originalmente, se completa com o predicado: “disse filho vem cá”. Desse modo, o caráter de irrepetibilidade se dá justamente pela presença do trecho da música que é associado à expressão “Tchau, Querida”. Tal enunciado (2), no processo de constituição da significação, realiza um resgate e uma atualização linguística na produção de efeitos de sentido. Desse modo, o meme (2) se ancora em referenciais ligados ao trecho da música (separação) e à expressão utilizada por Lula à Dilma (despedida) que é resgatada pelos deputados favoráveis ao *impeachment* de Dilma (afastamento) na votação da câmara. Logo, os referenciais, que pertencem ao mesmo campo semântico (separação, despedida e afastamento), se caracterizam como anterioridade do dizer, contraem pertinência e se presentificam, sendo fundamentais para a atualização dos efeitos de sentido que possibilitam a ancoragem do “mesmo” na constituição da “diferença”. A partir do processo de temporalidade, o meme (2) resgata a expressão “Tchau, Querida” se distanciando da mensagem carinhosa de Lula a Dilma e se aproxima da ideia de despedida irônica. Trata-se, portanto, do mesmo e do diferente atuando, juntos, na atualização do sentido. A imagem da ex-presidente com o semblante triste segurando as malas reforça a ideia de despedida por meio do tom humorístico, o que evidencia o caráter multimodal desse fenômeno linguístico.

(3)

Figura 3 – Meme “Tchau, querida” relacionado a Eduardo Cunha



Fonte: Gazeta do Povo⁶

⁶ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/tchauquerido-afastamento-de-eduardo-cunha-vira-meme-e-e-um-dos-assuntos-mais-comentados-nas-redes-sociais-5dqqx5t6myz0rjedh1lay6p94/>. Acesso em: 19 de jul. 2019.

Percebemos nesse meme (Figura 3) a presença da forma linguística “Tchau, Querido” associada à imagem de Eduardo Cunha, ex-presidente da câmara dos deputados. Enquanto presidente da câmara, Cunha foi o responsável por autorizar o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Contudo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki determinou o afastamento de Eduardo Cunha do mandato de deputado federal e da presidência da câmara⁷ alguns dias após a votação do afastamento de Dilma. Assim, o meme da Figura (3) mantém fidelidade com “Tchau, Querida” por meio da expressão “Tchau, Querido”, na medida em que a mudança da desinência “a” para a vogal temática “o”, fazendo referência à figura de Eduardo Cunha, representa uma forma de tornar fecunda a expressão inicial sem, contudo, repeti-la de forma idêntica. A legitimação dessa troca envolve, dentre outros aspectos, o caráter multimodal que se manifesta pela imagem presente no meme. Ademais, a fecundidade também está presente no referencial em que se situa o meme, uma vez que não é mais Dilma a figura ironizada pelo afastamento do cargo, e, sim, Cunha. Dessa forma, a fecundidade faz com que o meme assuma uma susceptibilidade enunciativa, evidenciando, dessa maneira, uma propensão a entrelaçamentos contínuos e transformações de sentidos.

Logo, o meme expresso na Figura (3) trata, ironicamente, da saída de outra figura política e também se ancora em referenciais políticos. Entretanto, representa um grupo cujas acepções político-partidárias são “adversárias” daquelas que sustentam o sentido inicial da expressão “Tchau, querida”. Ou seja, o movimento de inversão de crítica partidária, que se marca linguisticamente pela mudança do gênero na palavra “querido” e pela imagem de Cunha, sugere o sentido de revanche, que, por meio da materialidade linguística, se atualiza e se torna pertinente, fortalecendo o caráter de fecundidade do meme. Desse modo, o meme (3) altera o já estabelecido se ancorando nas possibilidades de um domínio referencial já delimitado e amplia o fluxo de enunciados dentro desse domínio para a criação de novos dizeres e reconstrução de novos sentidos. Assim, o meme presente na Figura (3) é legitimado pelas demandas do presente

⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/teori-determina-afastamento-de-cunha-do-mandato.html>. Acesso em 30 de jan. 2019.

- ao tratar da figura política de Eduardo Cunha - que se ancoram em movimentos enunciativos regularizados pelo memorável.

(4)

Figura 4 – Meme “Tchau, Querida” relativo a Jean Wyllys



Fonte: RAZAO17, @ Razo17. *Twitter*. 25 de janeiro de 2019⁸.

No meme (4), coletado no *Twitter*, podemos perceber que a expressão “Tchau, Querida” foi associada à imagem do ex-deputado federal Jean Wyllys, demonstrando o caráter de fecundidade do meme. O meme da Figura (4) não trata da questão do *impeachment* de Dilma, mas ironiza a decisão de Jean Wyllys, em janeiro de 2019, de não tomar posse do seu novo mandato em função de ameaças que vinha sofrendo⁹. Sendo assim, enquanto a fidelidade permite que “Tchau, Querida” seja associada a uma rede de enunciações, identificando relações com suas replicações, a fecundidade se constitui pela difusão e produtividade do meme, principalmente no que se refere à mudança na dimensão referencial em que ele se assenta. Desse modo, considerando que o meme “Tchau, Querida” teve sua origem em 2016, podemos dizer, ao observar

⁸ Disponível em: <https://twitter.com/Razo17/status/1088784588913156101>. Acesso em 30 de jan. 2019.

⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-medo-de-ameacas-jean-wyllys-do-psol-desiste-de-mandato-e-deixa-o-brasil.shtml>. Acesso em 30 de jan. 2019.

o meme (4), divulgado em 2019, que a longevidade é determinada pela regularidade de uso que o meme assume entre a estabilidade e a mudança. Ou seja, são as replicações, reproduções e remodelagens discursivas que contribuem para a preservação e continuidade de um meme, como no exemplo (4) que mantém a expressão “Tchau, Querida” e a ressignifica em outra enunciação. Logo, a longevidade marca a relação entre a preservação e a transformação na medida em que cria possibilidades de combinações por meio da susceptibilidade enunciativa, a fim de ultrapassar o “modelo matriz”, mesmo após um tempo relativamente longo em relação a sua origem.

Concomitantemente, o meme da Figura (4) instaura sua própria temporalidade na medida em que resgata uma anterioridade do dizer carregada de sentidos através da expressão “Tchau, Querida” e a atualiza projetando outros efeitos de sentido ancorados em outras referências. Assim, o meme (4) presentifica a saída de Jean Wyllys do cenário político brasileiro ao resgatar um passado de enunciações evocados por “Tchau, Querida”. Vale acrescentar que ao referencial da crítica política é associado outro, o da crítica à homossexualidade. Afinal, se assim não fosse, por que não se materializa em (4), como recurso linguístico de despedida, a saudação “Tchau, Querido”, conforme ocorre com o meme direcionado a Eduardo Cunha (3)? O investimento na repetição da expressão feminina não representa, nesse caso, o mesmo. Representa o diferente que só ganha pertinência por sua agregação a outro referencial, o referencial do preconceito.

Ainda para ilustrar a relação entre a estabilidade e a diferença no processo de temporalização, vejamos o meme a seguir (5):

(5)

Figura 5 - Meme “Tchau, Querida” relativo à derrota de Dilma no senado



Fonte: WALTER SAMUEL, @ walterSamuel300. **Twitter**. 7 de outubro de 2018¹⁰.

Notamos que o meme (5) atualiza a expressão “Tchau, Querida” entre estabilidades e diferenças. Percebemos que o termo é, assim como no processo de *impeachment*, associado à Dilma, o que mantém um caráter de repetibilidade. Contudo, a atualização do meme se dá pela sustentação em outros referenciais, uma vez que o meme (5) se refere à derrota de Dilma nas eleições ao senado de Minas Gerais em 2018. A locução adverbial “de novo” reforça esse plano da anterioridade relativo ao passado de enunciações e, pela demanda de presentificação, participa do processo de atualização da expressão “Tchau, querida”, que adquire pertinência submetida aos referenciais de insucessos políticos de Dilma. Ou seja, “de novo” representa o que foi e o que, em certa medida, ainda é. É dessa maneira que o meme se inscreve na historicidade, assumindo um caráter relacional e coletivo por meio de entrecruzamentos de dizeres de ordem histórica e social.

Ao tratar das tensões e conflitos no processo de construção e reconstrução dos efeitos de sentido, observemos o meme a seguir:

¹⁰ Disponível em: <https://twitter.com/WalterSamuel300/status/1049078726707871745>. Acesso em: 25 de jul. 2019.

(6)

Figura 6 - Meme “Tchau, Querida” relativo a direitos e benefícios governamentais



Fonte: KAUÃ MIRANDA, @KauaMiranda. *Twitter*. 23 de março de 2017¹¹.

No meme (6), “Tchau, Querida” se presentifica a partir de um movimento de (re)construção dos efeitos de sentido, visto que a expressão não está mais ancorada em pessoas, mas sim em direitos e benefícios. Sendo assim, por meio de uma configuração *política* - própria do linguístico - o deslocamento, o conflito de sentidos, instalados pelo meme (6) atualizam a palavra “querida” que, agora, passa a significar “democracia”, “saúde e educação”, “CLT” (Consolidação das Leis do Trabalho) e “previdência”. Desse modo, (6) se ancora no referencial do *impeachment* de Dilma e na ideia de despedida que esse processo traz, para construir uma interface entre em uma rede de enunciados outros, a fim de projetar efeitos de sentido relacionados à perda de serviços e de direitos políticos. Despedir-se de Dilma corresponde, dessa forma, a despedir-se, também, de ações que o governo por ela administrado realizava/realizaria. Logo, o meme significa por meio da reconstrução, da retomada e do deslocamento, ou seja, pelo confronto que resgata/recorta um passado e o reconfigura, sustentado por diferentes referenciais históricos postos em conflito através de um investimento linguístico. Ainda relativo ao corte de direitos, vejamos o meme a seguir:

¹¹ Disponível em: <https://twitter.com/KauaMiranda/status/845036570960973824>. Acesso em: 25 de jul. 2019.

(7)

Figura 7 - Meme “Tchau, Querida” relativo à carteira de trabalho



Fonte: LULA1313, @ lula13133. **Twitter**. 10 de julho de 2019¹².

O meme (7), enquanto acontecimento enunciativo, instaura sua própria temporalidade ao recortar um passado (memorável), que é atualizado por meio de uma construção multimodal, projetando sentidos. É dentro desse movimento em rede, que a expressão “Tchau, Querida”, presente no meme (7), reconfigura o já estabelecido ao ser associado à imagem da carteira de trabalho sendo rasgada. Sendo assim, para a construção de aderência ao presente, o meme (7) se ancora em referenciais históricos relacionados à ideia de “despedida” e “perda” dos direitos trabalhistas, representados pelo elemento não verbal. Logo, vimos, mais uma vez, a importância do caráter multimodal na construção de significação de um meme que é uma das marcas do hibridismo linguístico que o ciberespaço oferece.

Segundo Chagas e Toth (2016), o meme é um gerador de variações. Por isso, precisa ser avaliado em conjunto com/em correspondência a. É nesse elo de enunciados que o meme é capaz de (re)construir inúmeros efeitos de sentido em diversas situações. Dessa forma, esse potencial de mutabilidade é que faz com que o meme se ancore nos mais diferentes referenciais históricos.

Com o intuito de examinar a suscetibilidade enunciativa e o potencial de condensação dos memes, observemos os exemplos (8), (9), (10) e (11) que se

¹² Disponível em: <https://twitter.com/lula13133/status/1149101583273213953>. Acesso em: 25 de jul. 2019.

distanciam de abordagens políticas e são ressignificados em outras instâncias de dizer.

(8)

Figura 8 – Meme “Tchau, Querida” relativo ao ambiente escolar



Fonte: Não Entre Aki¹³

Notamos no meme (8) que a expressão “Tchau, Querida”, presente no cartaz que os deputados carregam, se baseia no referencial da relação aluno/professor em sala de aula. Assim, o ambiente escolar e a expressão “Tchau, Querida” como despedida servem de ancoragem para a produção do efeito de sentido associado à figura do professor que estende a aula além do tempo pré-determinado.

(9)

Figura 9 - Meme “Tchau, Querida” relativo ao futebol



Fonte: R7 Esportes¹⁴

¹³ Disponível em: <http://www.naoentreaki.com.br/users/Tiosinho/posts/top/>. Acesso em: 25 de jul. 2019.

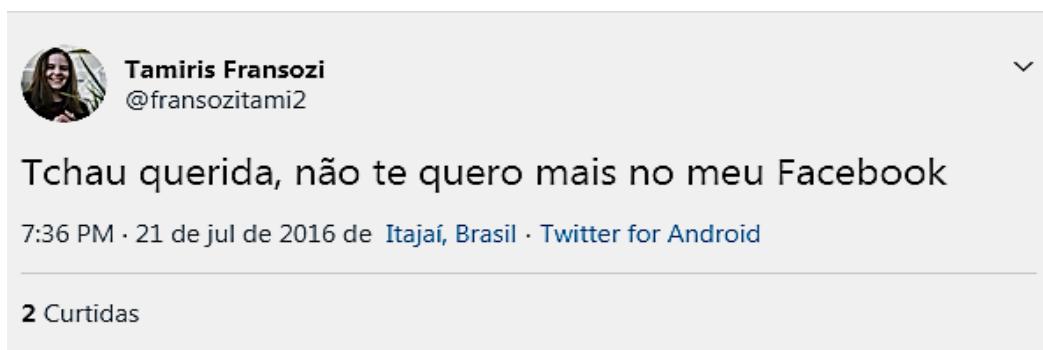
¹⁴ Disponível em: <https://esportes.r7.com/futebol/fotos/vexame-do-sao-paulo-no-paulistao-e->

Já o meme (9) utiliza também da mesma imagem dos deputados, presente em (8), mas com montagens, uma vez que os rostos dos políticos são substituídos por escudos de times paulistas de futebol. Assim, o meme (9) está ancorado em referenciais ligados ao futebol e a expressão “Tchau, Querida” é (re)significada e refere-se à eliminação de um clube de futebol (“São Paulo”) da competição. Na verdade, o que notamos é uma provocação característica de torcidas que, para exaltar o time preferido, desfazem do adversário. Assim, a partir dessa relação entre o memorável (despedida irônica – no campo político) e a demanda de presentificação (despedida irônica – no campo esportivo) a pertinência se estabelece.

Vejamos, agora, mais um exemplo da dispersão do referencial político, em outro uso da expressão “Tchau Querida”.

(10)

Figura 10 - Meme “Tchau, Querida” relativo a desfazer amizades nas redes sociais



Fonte: TAMIRIS FRANOZI, @fransozitami2. *Twitter*. 21 de julho de 2016¹⁵.

O meme (10) reconfigura a expressão “Tchau, Querida” para o sentido de desfazer a amizade (“não te quero mais”) em uma rede social (“Facebook”). Sendo assim, é sustentado por referenciais ligados a uma despedida irônica e ao rompimento de “amigos”, prática comum nas relações dentro no ambiente digital.

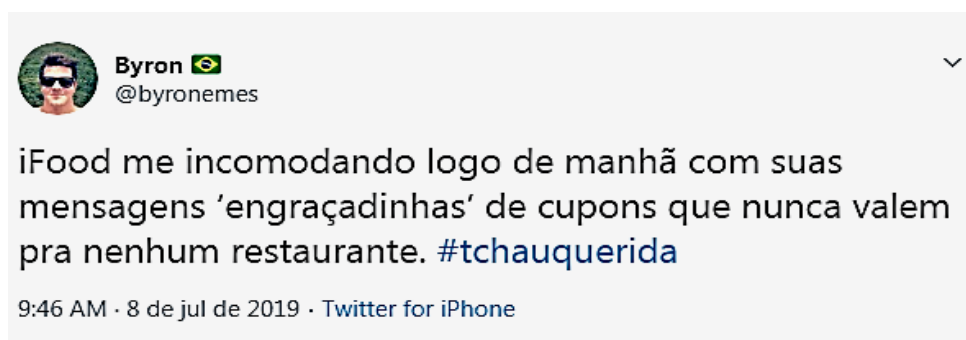
prato-cheio-para-os-memes-na-web-18042016#!/foto/6. Acesso em: 25 de jul. 2019.

¹⁵ Disponível em: <https://twitter.com/fransozitami2/status/756256531830767617>. Acesso em: 25 de jul. 2019.

Observemos, desta vez, o que ocorre em (11)

(11)

Figura 11 - Meme “Tchau, Querida” relativo à desinstalação de aplicativos



Fonte: BYRON, @ byronmes. *Twitter*. 8 de julho de 2019¹⁶.

Na Figura (11), a expressão “#tchauquerida” aparece por meio de uma *hashtag* e, assim como os memes (8), (9) e (10), se ancora em outros domínios referenciais que não o político. Desse modo, utiliza a expressão “Tchau, Querida” associada à ideia de remover um aplicativo de celular (“*iFood*”) em uma espécie de “despedida” em razão de sua pouca eficiência.

Com efeito, o que percebemos é um movimento de atualização que situa esses memes (8) (9) (10) (11) em referenciais históricos diferentes uns dos outros e que faz com que ganhem pertinências enunciativas diferentes, principalmente, em relação aos memes anteriores que são sustentados por domínios de sentidos políticos. Portanto, conforme vimos defendendo até aqui, é na relação entre o repetível e o irrepitível que o meme constrói sua significação e adquire pertinência enunciativa na busca pela aderência ao que está sendo dito a partir da temporalidade instaurada pelo processo enunciativo.

Nessa direção, a análise que trazemos até aqui demonstra que os memes condensam efeitos de sentido em função do grande potencial de ancoragem referencial que apresentam (escola, futebol, amizades e aplicativos) e da susceptibilidade enunciativa que manifestam. Esses dois aspectos fazem com que tais fenômenos digitais se tornem aderentes aos mais diversos acontecimentos enunciativos. Logo, o meme produz significação enquanto enunciado em rede, sumarizando, em um mesmo objeto linguístico, diferentes

¹⁶ Disponível em: <https://twitter.com/byronemes/status/1148211675365089280>. Acesso em 25 de jul. 2019.

domínios referenciais. Além disso, devido a sua adequabilidade, é capaz de agenciar falantes que são instigados a interferir enunciativamente nas situações, a fim de projetar sentidos (DIAS, 2018).

Considerações Finais

Considerando as discussões realizadas neste artigo, procuramos mostrar a importância da temporalidade na constituição de sentidos de um meme. A (re)significação de um meme se dá por meio da relação entre o nível da anterioridade - ancoragens e sustentações históricas - e o nível da atualidade e posteridade - pertinência e projeção de sentidos - em uma rede de entrecruzamentos que retomam, deslocam, contradizem e complementam dizeres. Face a isso, tomando o meme como enunciado, é possível perceber sua temporalidade que recorta memoráveis e os atualiza por meio da regularização e reestruturação de referenciais. Assim, o meme é um enunciado na medida em que a materialidade linguística evoca uma exterioridade compostas de referenciais históricos e memoráveis, ou seja, uma dimensão enunciativa conjurada no/pelo acontecimento. Vale ressaltar que tal exterioridade não pode ser dissociada da estrutura, do sistema. Não se trata, portanto, de algo que é acrescentado à língua, mas de algo que constitui a arquitetura linguística mantendo com ela um movimento de interface.

Com efeito, tentamos demonstrar, também, que a historicidade é essencial na construção da significação dos memes, uma vez que o componente linguístico, seja verbal ou não verbal, provoca, retoma e modifica discursividades que se movimentam descontinuamente por meio de tensões entre aquilo que já significou em outras instâncias e aquilo que pode vir a significar no processo enunciativo em ato. Decorre desse fato entendermos que os aspectos sócio-históricos, constitutivos da língua, são resgatados/recortados pelo meme que cria sua própria temporalidade.

Assim, devido a essa pluralidade referencial, os memes se configuram como enunciados de materialidade condensada, visto que são capazes de encapsular sentidos e rememorar enunciações em uma “mesma” forma linguística. Em virtude de seu denso potencial de referência, tais fenômenos linguísticos agenciam falantes mediante a relação entre possibilidades e

cerceamentos, uma vez que são susceptíveis enunciativamente a atualizações, projetando, assim, uma futuridade de efeitos de sentidos e sendo concebidos por uma relação conjunta de enunciados. Logo, nossa análise permitiu identificar que o processo de (re)construção da significação do meme “Tchau, Querida” se dá por meio da relação entre passado, presente e futuro. Tal temporalidade se sustenta em referenciais diversificados (Político; Musical; Sexual; Legal (direitos e deveres); Escolar; Esportivo; Pessoal - amigos; Profissional e Tecnológico), condensando efeitos de sentido e se constituindo enquanto enunciados em rede por meio da susceptibilidade enunciativa.

Dessa maneira, é na correlação com a história de suas enunciações e com outros discursos que o meme é capaz de resgatar o passado, uma vez que sua pertinência está associada a uma susceptibilidade enunciativa na medida em que o falante é agenciado a utilizar determinado meme seguindo certas regularidades e as modificando em algum grau. Situado nesse entrecruzamento discursivo, o meme se investe de um potencial de referência de tal ordem que a cada enunciação reconstrói e atualiza enunciados por meio de uma configuração condensativa. Ou seja, nesse processo de retomada e reintegração, o meme resgata o memorável em um movimento que transforma, cria, adapta, afirma e/ou contradiz o dizer anterior, a partir de um mesmo enunciado, evidenciando, assim, sua capacidade adaptativa, seu potencial referencial e sua materialidade condensada. Os memes, ao mesmo tempo em que possuem características de imitação e replicação, também são capazes de modificar e reapropriar em uma relação complexa de descontinuidades e rupturas. Constituem-se, assim, em uma nova forma de participação nas redes digitais, transcendendo os aspectos de uma simples viralização.

Referências

CHAGAS, V.; TOTH, J. P. Monitorando memes em mídias sociais. *In*: SILVA, Tarcízio; STABILE, Max (orgs.) **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações**. São Paulo: Uva Limão, 2016. p. 211-233.

DALMASCHIO, L. Uma semântica de base enunciativa x A construção histórico-político-social do sentido. *In*: ASSUNÇÃO, Antônio Luiz (Org.) *et. al.* **As letras da política**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 241-255.

DALMASCHIO, L. Memória Enunciativa: caminhos, movimento, orientações de sentido. *In*: III SEDIAR 2016 - Seminário Int. de Estudos sobre Discurso e Argumentação, 2016, Aracaju. **Anais do III Seminário Internacional de**

Estudos sobre Discurso e Argumentação (III SEDiAr). Ilhéus: Editus - Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, p. 2817-2827, 2016.

DAWKINS, R. **O Gene egoísta**. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1976].

DIAS, L. F. Pertinência enunciativa e sustentação referencial: nos limites do sintático e do semântico. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 9, n. 2, p. 389-398, 2013.

DIAS, L. F. Sentido e enunciação: a atualidade do conceito de acontecimento na Semântica. **Revista Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 229-248, junho de 2015.

DIAS, L. F. **Enunciação e Relações linguísticas**. Campinas: Pontes, 2018.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].

GUIMARÃES, I. C. T. O conceito de substantivo em uma perspectiva enunciativa. In: DIAS, L. F.; LACERDA, P. B. G.; DALMASCHIO, L. (Orgs.). **Enunciação e materialidade linguística**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2015. p. 19-37.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação, língua, memória. **Revista da Anpoll**, nº 2, p.27-33, 1996.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 4. ed. Campinas: Pontes, 2017 [2002].

GUIMARÃES, E. **Semântica**: Enunciação e sentido. Campinas: Pontes, 2018.

SHIFMAN, L. An anatomy of a YouTube meme. **New Media & Society**, v. 14, n. 2, p. 187-203, 2012.

SHIFMAN, L. **Memes in a Digital Culture**. Cambridge: MIT, 2014.

UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DOS SENTIDOS DE SÍMBOLO NO LIVRO *MENSAGEM*

Marcelle Bittencourt Xavier
(GEPES/GEPPEN/UESB)

Priscila Taylana Carvalho de Souza
(GEPES/LAPELINC/UESB)

Adilson Ventura da Silva
(DELL/PPGLIN/LAPELINC/UESB/PROFLETRAS/GEPES)

“Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, 2017, p. 15).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo é parte do estudo que desenvolvemos no projeto de pesquisa intitulado *A Constituição Enunciativa do Sentido*. No referido estudo fizemos uma reflexão acerca de como se dá a construção dos sentidos na enunciação.

Ao tomarmos a Semântica da Enunciação, partimos para uma análise de formas linguísticas enquanto presente em enunciados, pensando-as como se dando na enunciação, enquanto acontecimento de linguagem. Pautaremos essa discussão na linha teórica do pesquisador Eduardo Guimarães (2017), o qual estabelece quatro elementos como determinantes na conceituação desse acontecimento de linguagem: a língua; o sujeito que é constituído pelo funcionamento da língua na enunciação de algo; a temporalidade na constituição do acontecimento; e, o que o dizer expõe ao falar dele, isto é, a materialidade histórica do real, a qual é diferente do contexto - abarcado pela pragmática.

Para *corpus* da nossa pesquisa, selecionamos como recorte a *Nota Preliminar* do livro *Mensagem*, do escritor português Fernando Pessoa (2002), devido ao interesse por expressões que remetem à língua e linguagem. Esperamos, pois, partindo da análise dos sentidos de um termo linguístico específico, observar seu modo de funcionamento, a partir de dois procedimentos fundamentais: o de reescrituração e o de articulação.

Dedicamo-nos a tal escolha, porque embora, ao longo do cotidiano, repetidamente, nos deparamos com a nomeação disso ou daquilo, fazendo uso e observando o que chamamos de “texto”, os estudos da linguagem nem sempre apresentaram um modo de análise desses textos que se interessem especificamente pelos sentidos, especialmente quando se trata de uma obra literária. Tendo como questão central desse texto de Fernando Pessoa os símbolos, esperamos que, além de observarmos o funcionamento da palavra *símbolo* neste texto, possamos contribuir para questões relativas à própria interpretação de texto.

Para constituir o desenvolvimento, dividimos este trabalho em duas subseções que mediarão e subsidiarão nossa análise enunciativa.

Na primeira parte, diante dos estudos enunciativos, mobilizamos algumas noções fundamentais e suas relações para o entendimento da análise que propusemos fazer, objetivando, portanto, examinar o processo de significação da palavra *símbolo*, na *Nota Preliminar* do livro *Mensagem*, de Fernando Pessoa (2002), pautando-nos teórico e metodologicamente na Semântica do Acontecimento.

E, na segunda parte, após a seleção do material e da palavra, localizamos as ocorrências do termo analisado, para assim, identificarmos as palavras que o reescreveram e que a ele se articulam. Na sequência, analisamos as determinações semânticas, para, em seguida, produzirmos o DSD de *símbolo*.

1 ORDENAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Tal como colocamos na introdução, nessa análise adotamos como escopo teórico-metodológico a Semântica do Acontecimento (SA), proposta pelo pesquisador Eduardo Guimarães (2002, 2007, 2009, 2012, 2017, 2018), a qual contempla a significação sob uma perspectiva enunciativa.

Nesta posição, faz-se necessário explicar como são compreendidas as relações entre língua e mundo, língua e sujeito, e língua e história. No que tange à relação entre língua e mundo, Guimarães assinala que:

Do nosso ponto de vista, uma semântica não pode deixar de tomar como elemento fundamental de suas considerações e análises a referência, ou seja, a relação das palavras com algo que está fora delas. No entanto, ao contrário de uma posição referencialista... a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem. Ou seja, só é possível pensar na relação entre uma palavra e o que ocorre em virtude da relação de uma palavra com outra palavra (GUIMARÃES, 2007, p. 77).

Sendo assim, a significação se dá na medida em que a relação entre as palavras aponta para algo exterior à própria linguagem, ou seja, numa relação com o real tomada na história. Compreendemos, ainda, que a referência não deve ser desvinculada do caráter simbólico da linguagem, haja vista que, ao lidar com a linguagem, estamos lidando com a referência.

Dessa forma, Guimarães (2017) posiciona-se contrário à ideia de sentido referencial, postulada por Frege (1978), que analisa as condições de verdade, uma vez que o primeiro parte da premissa de que a relação da linguagem com o mundo é construída historicamente, ou seja, não há uma relação direta entre a língua e o mundo, o que configura uma posição epistemológica importante, que é a não transparência da língua.

Na tentativa de explicar seu lugar de observação dos sentidos, Guimarães (2017) reformula a questão da relação integrativa, postulada por Émile Benveniste (1989), de acordo com a qual a forma como uma palavra está integrada a uma unidade maior (enunciado) constitui os sentidos de tal termo. Diferentemente da perspectiva benvenistiana, Guimarães defende que a relação integrativa se estende para o texto, uma vez que os sentidos estão dispersos nele. Assim, segundo a SA, entender os sentidos de um termo linguístico está relacionado a analisar seu funcionamento em um enunciado, sendo este integrado a um texto.

Na linha teórica da SA, “[...] a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2017, p. 9), sendo a enunciação entendida como “[...] um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua” (GUIMARÃES, 2017, p. 10). Pode-se notar que a Semântica do Acontecimento mantém aproximações com os postulados de Émile Benveniste (1989) na medida em que considera que os sentidos se constituem na enunciação, porém com uma diferença fundamental, não há um domínio do sujeito sobre a linguagem, o sujeito não é o início da

enunciação, pois, para Guimarães, a enunciação é uma relação do sujeito com a língua.

Em outro ponto importante da teoria, a SA se afasta da perspectiva *benvenistiana* ao pensar a temporalidade de modo diferente. De acordo com Guimarães (2002), deve-se levar em conta a constituição história do sentido, e ao fazer isso, assinala que o acontecimento do dizer constitui sua própria temporalidade:

Temporalidade essa que não ocorre em uma linha cronológica e cuja origem não se encontra no sujeito que enuncia, e sim, instalada pela enunciação, que se configura em um presente e, ao fazer isso, recorta um memorável – aqui entendido como enunciações passadas – e projeta uma futuridade, isto é, cria possibilidades de sentidos (GUIMARÃES, 2002 *apud* XAVIER et al, 2019, p. 2861).

Assim, o acontecimento do dizer não está numa sequência de fatos dentro de uma linha cronológica, por isso, Guimarães (2017) se contrapõe à proposta benvenistiana de que o sujeito é a origem do tempo da linguagem, a partir do qual se instala uma linha de sucessividade. O tempo do acontecimento é, segundo a SA, diferente da representação da temporalidade pelo sujeito.

1.1 Procedimentos de Análise: Reescrituração, Articulação e Domínio Semântico de Determinação (DSD)

Como foi dito anteriormente, interessa à Semântica do Acontecimento conhecer o modo de funcionamento de um termo linguístico em enunciados, levando em conta que os enunciados são integrados a um texto. De outra maneira, as relações de determinação semântica são construídas pelo modo como a enunciação integra e articula as palavras em um texto, e isso se dá por meio dos procedimentos de agenciamento enunciativo, a saber: reescrituração e articulação (GUIMARÃES, 2009).

A reescrituração “consiste em redizer o que já foi dito” (GUIMARÃES, p. 53, 2009) e ela “atribui (predica) algo ao reescriturado” (GUIMARÃES, p. 84, 2007). Em outras palavras, esse procedimento diz respeito ao modo como uma palavra é redita em um texto, considerando que, ao passo que é redita, é também ressignificada.

Uma característica essencial da reescrituração é o fato dela não ser caracterizada por relações segmentais, de contiguidade, como observamos nos modos de relação por articulação, é o que explica Guimarães (2018). Ela pode ocorrer por alguns modos:

(i) Por repetição: ocorrência das mesmas expressões linguísticas em um texto (GUIMARÃES, 2018);

(ii) Por substituição: retomada de um termo por outro elemento linguístico, “entre os modos de substituição há um muito comum que é a anáfora” (GUIMARÃES, 2007, p. 85);

(iii) Por expansão: ampliação de uma expressão já dita (GUIMARÃES, 2007);

(iv) Por elipse: omissão da palavra reescriturada (GUIMARÃES, 2007);

(v) Por condensação: retomada de um elemento linguístico ou enunciado por uma expressão curta (GUIMARÃES, 2007).

Os diferentes modos de reescrituração acima apresentados podem produzir diversas relações de sentido, como destaca Guimarães (2018), alguns deles são por sinonímia, desenvolvimento, especificação, globalização ou totalização, definição, dentre outros.

As relações entre os modos de reescrituração e seus sentidos são diversos, como por exemplo, numa reescrituração por substituição, ela poderia vir a ser por sinonímia. Já em outra situação, numa reescrituração por expansão, poderia vir a ser por desenvolvimento ou por generalização, e, assim, por diante. À vista disso, ilustramos tais relações no *Quadro 1 - Modos e sentidos da reescrituração*:

Quadro 1: Modos e sentidos da reescrituração

<i>Modo da reescrituração</i>	<i>Sentido</i>
Repetição	sinonímia/hiperonímia
Substituição Elipse	especificação/definição
Expansão	desenvolvimento/generalização/enumeração
Condensação	totalização/generalização

Fonte: GUIMARÃES, 2018, p. 93.

Para aprofundarmos nessas inúmeras relações de sentido que são produzidas pelas reescriturações, propomo-nos a trazer alguns conceitos básicos, dentre eles:

1. Sinonímia: ocorre quando na reescrituração uma palavra ou expressão tem o mesmo sentido que a outra à qual está ligada (GUIMARÃES, 2018);

2. Especificação: neste modo de relação “[...] a reescrituração claramente atribui sentido ao reescriturado pela expressão que o reescritura” (GUIMARÃES, 2018, p. 90);

3. Desenvolvimento: nesta relação por reescrituração ocorre o desenvolvimento do sentido da palavra ou expressão reescriturada (GUIMARÃES, 2018);

4. Totalização ou globalização: determina as partes do texto totalizadas pelo globalizador/totalizador (GUIMARÃES, 2018);

5. Definição: esta reescrituração apresenta um modo de definição do que está dito (GUIMARÃES, 2017);

6. Enumeração: “lista os termos, os enumera - o que não significa uma somatória” (GUIMARÃES, 2017 *apud* SOUZA; VENTURA, 2019, p. 179).

Quanto à articulação é o procedimento de análise “[...] pelo qual se estabelecem as relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos significam sua contiguidade” (GUIMARÃES, 2012, p. 60), ou seja, é a relação de um termo com outros contíguos a ele, significada pela enunciação. Ela pode ocorrer de três formas - por coordenação, por dependência e por incidência, como afirma Guimarães (2009):

I - Por coordenação: trata-se da união de elementos da mesma natureza, os quais são dispostos como se fossem um só, ou, de natureza igual de cada um dos constituintes (GUIMARÃES, 2009);

II - Por dependência: a relação entre elementos contíguos forma um só elemento (GUIMARÃES, 2009);

III - Por incidência: relação de dois elementos de naturezas diferentes que resulta na formação de um novo elemento do tipo do segundo (GUIMARÃES, 2009).

Pautamos nossa análise, portanto, em tais procedimentos, para, a partir deles, elaborarmos o Domínio Semântico de Determinação (DSD) de *símbolo*, a

representação gráfica das relações de sentido desse termo. O DSD mostra, então, quais elementos linguísticos estão construindo o sentido de determinada palavra num *corpus* específico.

Nesse viés, “um DSD é uma análise de uma palavra. Ele representa uma interpretação do próprio processo de análise [...]” (GUIMARÃES, 2007, p. 81). Por ser representado graficamente, o DSD possui uma escrita específica: os sinais \vdash ou \perp ou \dashv ou \top significam determina; o tracejado ----- significa que os termos estão numa relação de sinonímia; e o traço _____ significa oposição.

Quadro 2: Legendas para leitura de DSD

$x \vdash y$ (x é determinado por y)
$x \dashv y$ (x determina y)
$x-----y$ (x tem relação de sinonímia com y)
$x_____y$ (x tem relação de oposição com y)

Fonte: SOUZA; VENTURA, 2019, p. 179.

A leitura do DSD pode ser feita da forma apresentada no *Quadro 2: Legendas para leitura de DSD*.

2 ANÁLISES E DISCUSSÃO DE DADOS

Após a explanação das considerações iniciais e desse ordenamento teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento, para alcançar o intento apresentado, tomaremos como base o seguinte texto:

Mensagem

Benedictus Dominus Deus noster qui dedit nobis signum

Nota Preliminar

O entendimento dos símbolos e dos rituais (simbólicos) exige do intérprete que possua cinco qualidades ou condições, sem as quais os símbolos serão para ele mortos, e ele um morto para eles.

A primeira é a simpatia; não direi a primeira em tempo, mas a primeira conforme vou citando, e cito por graus de simplicidade. Tem o intérprete que sentir simpatia pelo símbolo que se propõe interpretar.

A segunda é a intuição. A simpatia pode auxiliá-la, se ela já existe, porém não criá-la. Por intuição se entende aquela espécie de entendimento com que se sente o que está além do símbolo, sem que se veja.

A terceira é a inteligência. A inteligência analisa, decompõe, reconstrói noutro nível o símbolo; tem, porém, que fazê-lo depois que, no fundo, é tudo o mesmo. Não direi erudição, como poderia no exame dos símbolos, é o de relacionar no alto o que está de acordo com a relação que está embaixo. Não poderá fazer isto se a simpatia não tiver lembrado essa relação, se a intuição a não tiver estabelecido. Então a inteligência, de discursiva que naturalmente é, se tornará analógica, e o símbolo poderá ser interpretado.

A quarta é a compreensão, entendendo por esta palavra o conhecimento de outras matérias, que permitam que o símbolo seja iluminado por várias luzes, relacionado com vários outros símbolos, pois que, no fundo, é tudo o mesmo. Não direi erudição, como poderia ter dito, pois a erudição é uma soma; nem direi cultura, pois a cultura é uma síntese; e a compreensão é uma vida. Assim certos símbolos não podem ser bem entendidos se não houver antes, ou no mesmo tempo, o entendimento de símbolos diferentes.

A quinta é a menos definível. Direi talvez, falando a uns, que é a graça, falando a outros, que é a mão do Superior Incógnito, falando a terceiros, que é o Conhecimento e a Conversação do Santo Anjo da Guarda, entendendo cada uma destas coisas, que são a mesma da maneira como as entendem aqueles que delas usam, falando ou escrevendo (PESSOA, 2002, p. 15-16)

No *corpus* deste estudo, observamos várias questões envolvidas à constituição semântica de *símbolo*, não obstante, para este trabalho, deter-nos-emos a algumas delas. A seguir, expomos os recortes (R1; R2) do material de análise que contemplamos neste artigo:

Quadro 3: Recorte 1 (R1)

Mensagem
<i>Benedictus Dominus Deus noster qui dedit nobis signum</i> ¹
Nota Preliminar
O entendimento dos símbolos e dos rituais (simbólicos) exige do intérprete que possua cinco qualidades ou condições, sem as quais os símbolos serão para ele mortos, e ele um morto para eles.
(PESSOA, 2002, p.15)

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Fazendo uma leitura do recorte 1, notamos que a palavra que elegemos para análise, *símbolo*, aparece no primeiro parágrafo da Nota Preliminar.

Permanecendo a sondagem no R1, constatamos que ocorre uma reescrituração, por substituição, de *Mensagem* pelo termo *signum* (sinal). Vejamos:

(a') *Mensagem*

(b') *Benedictus Dominus Deus noster qui dedit nobis signum*

Neste caso, há uma reescrituração quando o elemento Y (*signum*) do texto retoma um outro elemento X (*Mensagem*) do texto. De outro modo, Y reescritura X, em que *signum* significa na medida em que rediz (reescritura) o dito no enunciado anterior.

Destarte, esse processo resultou em uma sinonímia entre esses elementos linguísticos (*Mensagem* e *signum*).

Observamos, também, que, em (b'), *signum* encontra-se em uma relação de articulação, por dependência, com *dedit nobis* (nos deu), que, por sua vez, articula-se a *Deus*. Nesse enunciado, os elementos contíguos estão organizados numa relação na qual *sinal* (*signum*) vincula-se a *Deus* e a *nos deu* (*dedit nobis*) constituindo uma só unidade. Essas articulações resultam na determinação semântica da palavra *signum* por *Deus*.

¹ Bendito Deus Nosso Senhor que nos deu o sinal (Tradução feita pelos autores, 2020).

No próximo excerto (c'), notamos que o termo *símbolos* aparece como reescritura, por substituição, de *signum*, que acaba por colocá-las como sinônimas.

(c') *O entendimento dos símbolos e dos rituais (simbólicos) exige do intérprete que possua cinco qualidades ou condições*

É importante destacar que devido à relação de sinonímia entre *símbolos* e *signum* e à relação de determinação semântica desta última com *Deus*, esta palavra acaba constituindo os sentidos de *símbolos*. Com isso, podemos compreender que os símbolos são de origem divina.

Permanecendo a análise no fragmento (c'), encontramos relações de articulação de *símbolos* com *entendimento* e *intérprete*, ambas por dependência. O último termo, por sua vez, está articulado semanticamente a *cinco qualidades ou condições*, também por dependência.

Assim, concluímos que o termo *intérprete* é semanticamente determinado por *símbolos* e por *cinco qualidades ou condições*, uma vez que, para entendê-los, ele depende dessas condições.

Com a finalidade de proporcionar uma melhor ilustração dessas articulações, montamos o *Quadro 4 - Modos e sentidos da articulação*:

Quadro 4: Modos e sentidos da articulação

<i>Modo da articulação</i>	<i>Sentido</i>
Dependência	<ul style="list-style-type: none"> • Referência: <i>Benedictus Dominus Deus noster qui dedit nobis signum</i>; • Caracterização: <i>signum</i> (sinal) vincula-se com <i>dedit nobis</i> (nos deu), que, por sua vez, articula-se a <i>Deus</i>.
	<ul style="list-style-type: none"> • Referência: <i>O entendimento dos símbolos e dos rituais (simbólicos) exige do intérprete que possua cinco qualidades ou condições</i>; • Caracterização: o termo <i>símbolos</i> está articulado a <i>entendimento</i> e <i>intérprete</i>.
	<ul style="list-style-type: none"> • Referência: <i>O entendimento dos símbolos e dos rituais (simbólicos) exige do intérprete que possua cinco qualidades ou condições</i>; • Caracterização: <i>intérprete</i> vincula-se a <i>cinco qualidades ou condições</i>

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Ao final do primeiro parágrafo da Nota Preliminar, aparece:

(d') *sem as quais os símbolos serão para ele mortos, e ele um morto para eles.*

Para explicarmos as relações semânticas em (d'), vamos nos atentar inicialmente às reescrituras, listadas a seguir:

(d'1) *as quais*: reescritura por substituição de *cinco qualidades ou condições*;

(d'2) *símbolos*: reescritura por repetição de *símbolos*;

(d'3) *ele/ele*: reescrituras por substituição de *intérprete*;

(d'4) *eles*: reescritura por substituição de *símbolos*.

Quanto às articulações, notamos que:

(d'5) *sem* articula-se por incidência a *as quais*, que, por sua vez, está articulada a *símbolos*;

(d'6) *símbolos* articula-se por dependência a *as quais*, *ele* e *mortos*;

(d'7) *eles* encontra-se articulado a *ele* e *morto*.

A partir disso, pudemos constatar que não há entendimento dos símbolos sem intérprete e não há intérprete sem que ocorra o entendimento dos símbolos. Sendo assim, concluímos que *símbolos* determina e é determinado semanticamente por *intérprete*. Notamos também que *intérprete* é determinado por *cinco qualidades ou condições*, o que nos leva a compreender que sem elas não há interpretação.

No decorrer do texto, vimos a expressão:

(e') *cinco qualidades ou condições*

Ela é reescriturada de outro modo, no R2, por *primeira, segunda, terceira, quarta e quinta*, isto é, por uma não repetição, caracterizando-se pelo modo de reescrituração por elipse.

Quadro 5: Recorte 2 (R2)

“A primeira é a simpatia; não direi a primeira em tempo, mas a primeira conforme vou citando, e cito por graus de simplicidade [...]

A segunda é a intuição [...]

A terceira é a inteligência [...]

A quarta é a compreensão [...].

A quinta é a menos definível. Direi talvez, falando a uns, que é a graça, falando a outros, que é a mão do Superior Incógnito, falando a terceiros, que é o Conhecimento e a Conversação do Santo Anjo da Guarda, entendendo cada uma destas coisas, que são a mesma da maneira como as entendem aqueles que delas usam, falando ou escrevendo” (PESSOA, 2002, p. 15-16).

Fonte: Elaboração própria, 2020.

No recorte 2 encontramos, do primeiro ao quinto enunciado da sequência:

(f') *primeira*

(g') *segunda*

(h') *terceira*

(i') *quarta*

(j') *quinta*

Saber o que significa aqui *primeira*, *segunda*, *terceira*, *quarta* e *quinta* envolve saber que essas palavras são reescrituradas, por substituição, por *simpatia*, *intuição*, *inteligência*, *compreensão* e *menos definível*, respectivamente. Com isso, conseguimos observar que tais reescrituras determinam os sentidos de *cinco qualidades ou condições*.

Em tempo, notamos que as reescrituras de *cinco qualidades ou condições* produzem uma enumeração por *graus de simplicidade*, conforme é enunciado em:

(k') *Não direi a primeira em tempo, mas a primeira conforme vou citando, e cito por graus de simplicidade*

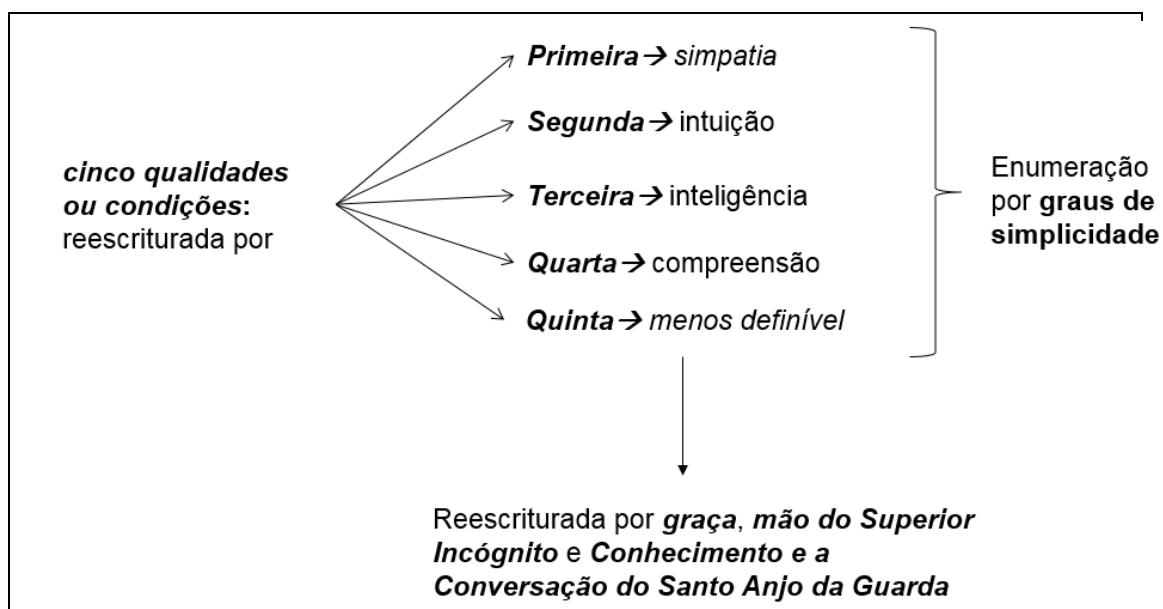
Isso leva-nos a refletir que a ordem de citação das qualidades ocorreu de acordo com seus níveis de complexidade. E tal complexidade é ilustrada e atestada pela tentativa de nomear a última qualidade com diferentes expressões, a saber, as seguintes reescrituras:

(l') *menos definível*; *graça* - reescrituras por substituição;

(m') *mão do Superior Incógnito e Conhecimento e a Conversação do Santo Anjo da Guarda* - reescrituras por expansão.

É o que aqui expomos:

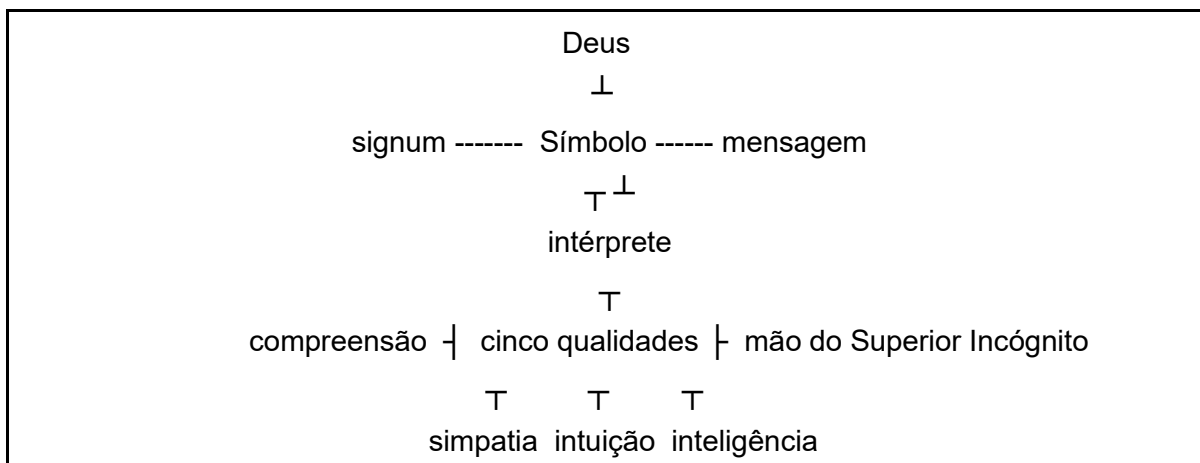
Quadro 6: Reescriturações no Recorte 2



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Para finalizar, partimos para a análise do termo *símbolo*, sendo possível compreender as relações de sentido constituídas na enunciação, as quais estão representadas no *Quadro 7: DSD da palavra símbolo*:

Quadro 7: DSD da palavra *símbolo*



Fonte: Elaboração própria, 2020.

A palavra *símbolo*, sinônima de *signum* e *mensagem*, é de ordem divina. Isso se sustenta através da determinação semântica do termo *Deus* sobre *símbolo* e através da quinta qualidade (*graça, Mão do Superior Incógnito e Conhecimento e a Conversação do Santo Anjo da Guarda*) ser um fator determinante para o exercício do intérprete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas análises enunciativas levam-nos a compreender o modo como a enunciação integra as palavras no texto e produz as relações de determinação de sentido de um termo. Ou seja, os sentidos de um elemento linguístico constituem-se na sua relação com uma unidade maior, o texto. E são os procedimentos de agenciamento enunciativo, a saber, as reescrituras e articulações, que estabelecem essa relação.

Em conformidade com os recortes que selecionamos para compor o *corpus* da nossa pesquisa, vimos que esses procedimentos enunciativos nos permitiram observar que *signum*, *mensagem* e *símbolo* apresentam o mesmo sentido. Essa equivalência semântica se deve ao modo como um elemento reportou-se a outro.

Considerando que esses elementos linguísticos são sinônimos, as palavras que a eles se articulam constroem os sentidos dos três termos. Por isso, *Deus* determina semanticamente a palavra *símbolos*.

Ao avançarmos na análise dos recortes, pudemos ver como a enumeração, produzida por reescriturações, coloca o aspecto divino como a condição mais complexa para a interpretação dos *símbolos*. Complexidade essa que pudemos notar com as diferentes reescrituras (*graça, Mão do Superior Incógnito e Conhecimento e a Conversação do Santo Anjo da Guarda*) da última qualidade (*menos definível*).

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. (1970). O aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

FREGE, Gottlob. (1892). Sobre sentido e referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.

GUIMARÃES, Eduardo. (1995). *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. In: Guimarães, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília (Orgs). *A palavra*. Forma e sentido. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007, pp. 77-96.

GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 51, n. 1, pp. 49-68, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. *Análise de Texto: procedimentos, análises, ensino*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica, enunciação e sentido*. 1. ed. Campinas – SP: Pontes, 2018.

PESSOA, Fernando. *Mensagem*. São Paulo, SP: Martin Claret, 2002.

SOUZA, Danilo Sobral de; VENTURA, Adilson. Sentidos de Impeachment em Denúncias contra Dilma Rousseff: Uma Análise a partir da Semântica do Acontecimento. *Id on Line Rev. Mult. Psic*, 2019, vol.13, n. 43, pp. 175-186.

XAVIER, Marcelle Bittencourt; SOUZA, Priscila Taylana Carvalho de; VENTURA, Adilson. *Uma análise dos sentidos de ser mulher em enunciações dos séculos XX e XXI*. In: XIII Colóquio Nacional, VI Colóquio Internacional do Museu Pedagógico - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA. Anais (*on-line*). Vitória da Conquista: UESB, 2019, n. 1, vol. 13, pp. 2859-2864. Disponível em: <<http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/view/9125/8790>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

A REPRESENTAÇÃO DA “MULHER PARA CASAR” EM LETRAS DE CANÇÕES BRASILEIRAS: UM ESTUDO SOB O VIÉS SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO

Nádia Dolores Fernandes Biavati - Orientadora (PROMEL/UFSJ)*

Carla Cassiano de Almeida - Mestranda (PROMEL/UFSJ-FAUF)**

Dulcinéa Silva Jerônimo - Mestranda (PROMEL/UFSJ)***

Introdução

Se considerarmos originalmente a noção de forma linguística segundo Benveniste (1989) em *O aparelho formal da enunciação*, perceberemos a diferenciação entre forma e sentido, carregada de nuances e complexidades a ser desvendadas. O ato de produzir enunciado chama atenção, pois “[...] a relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 83). E se concomitante à enunciação, objeto de Benveniste (1989, p. 83), “[...] a língua é efetuada em uma instância de discurso”, para nós, enunciado, enunciação e discurso se imbricam para compreendermos o instituído.

Tomamos a formação nominal (FN) com base nos estudos enunciativos. Como bem lembram os trabalhos de Dias (2013), uma FN se fundamenta não na descrição do sintagma nominal, mas no modo como os referenciais de sua produção se dão diante das articulações interna e externa.

O presente texto pretende responder como a formação nominal “mulher para casar” e os usos correlatos a essa construção se dão culturalmente, a partir da ideia da mulher ideal para o casamento, uma vez que em seu aporte essa ocorrência reflete discursivamente um modelo construído e apoiado em regramentos sociais sobre as instituições família e casamento em resposta aos valores vigentes.

A partir dos estudos da semântica da enunciação, mais especificamente os trabalhos de Benveniste (1989), Dias (2011; 2013) e Dalmaschio (2015), em consonância com os estudos discursivos, pode-se inferir que algumas formações

* nadiabiavati@ufsj.edu.br

** carla-cassiano2012@hotmail.com

*** dulcisj@gmail.com

discursivas atravessam as práticas culturais e por elas são enviesadas. Sendo assim, entende-se que a produção musical em análise é influenciada pelas condições histórico-culturais de determinada época, refletindo valores relacionados a casamento e comportamento feminino.

Entre as formulações da semântica da enunciação, cuja inflexão teórica é pautada na análise da construção de sentidos, busca-se destacar o modo como se dão as FN nas letras das canções indicando implicações discursivas e relacionando-as à representação de feminino disseminada, que se faz subjacente aos valores da sociedade machista.

Este trabalho analisa a FN “mulher para casar” e seus usos correlatos tomando a representação feminina em duas letras de canções dos séculos XIX e XX, em comparação com duas canções do século XXI. A representação evidencia um modo de ser e de ver o mundo, refletindo discursos que atravessam os dizeres.

Tomamos as letras das seguintes canções populares brasileiras: (a) *Conselho*, do compositor de ópera Carlos Gomes, concebida no final do século XIX; (b) *Ai, que saudade da Amélia*, composta por Mário Lago (letra) e Ataulfo Alves (revisão e melodia), lançada em 1942; (c) *Desconstruindo Amélia*, da cantora de *rock* brasileira Pitty, lançada em 2009; e (d) *Mulher pra casar*, do cantor sertanejo Denner Ferrari, lançada em 2016.

Concentramo-nos nas FN “mulher para casar” e nos termos correlatos, como “menina”, “prendada”, “educada para servir”, observando como se constituem enunciativa e historicamente através das letras das canções.

Nosso objetivo é analisar como o processo de construção nominal se dá discursivamente com base na ideia da mulher para o casamento, no modo como se apreende a “mulher ideal para o casamento”, considerando-o como uma instituição passível de avaliação por uma rede de valores que podem se ligar ou não a outros, como o machismo face ao feminino nas canções em análise.

1 O olhar para a análise de discurso francesa e a convergência com a proposta da semântica da enunciação

Os estudos da linguagem se projetam, se filiam cada vez mais a caminhos diferentes e convergem para dar conta dos variados domínios do sentido. Destacamos como um mote para o trabalho os estudos da análise de discurso francesa (ADF), quando Pêcheux (1990) busca se contrapor ao conceito de língua enquanto mero instrumento de comunicação para abarcar a concepção de discurso como efeito de sentido entre locutores.

Essa visão se fortalece em duas frentes: a ideia de que a proposta de língua se constitui pelo sistema; mas e ao mesmo tempo, esse fundamento não é suficiente, pois o dizer se mostra um modo de manifestação de ideologias que estão acima de uma mera transmissão ou troca pura e simples de informações.

A nosso ver, ainda que parcialmente, prevalece, para a leitura atenta do presente *corpus*, a ideia da primeira e da segunda época dos estudos pecheutianos de pautar o sujeito que (re)produz o já dito, o pré-construído que, no presente caso, associa-se ao olhar patriarcal, machista, muitas vezes entronizado e pouco questionado, se observarmos a passagem de tempo em que determinados já ditos se manifestam historicamente.

Também na mesma direção, tomamos Bourdieu (2002, p. 6), que alerta sobre o poder da linguagem de fazer com que acionemos “[...] esquemas inconscientes de percepção e de apreciação às estruturas históricas da ordem masculina”. É pelas representações que vislumbramos tais esquemas.

Assim, as letras das canções aqui discutidas carregam valores que traduzem o que acreditamos ser efeitos de sentido sobre uma enunciação que mostra formas de significar a mulher e mobiliza articulações históricas sobre o feminino.

Em estudo da semântica do acontecimento, Guimarães (2005) lembra que a significação é construída historicamente, portanto ela se dá marcada pelo acontecimento de linguagem como material significativo nessa construção, apontando sentidos possíveis assumidos e construídos a partir da rede de relações. Assim, o autor trata o sentido em seu aporte discursivo definido “[...] a partir do acontecimento de linguagem”, o que ele—associa à “nova temporalização” (GUIMARÃES, 2005, p. 12), que se dá entre a latência e a rememoração de enunciações.

Em outras palavras, como postula Dalmaschio (2015, p. 242), “[...] o acontecimento pode ser entendido como um ato de construção e reconstrução processadas concomitantemente”. Sendo assim, as discursividades ancoradas para se materializar operam tanto na resistência quanto na mudança.

2 As formações nominais e as redes enunciativas para o desenvolvimento da pesquisa

Nos estudos enunciativos, o termo “formação nominal” (FN) compreende os modos de construção do sintagma nominal e não apenas as articulações que se constituem internamente nesse processo, uma vez que, para a perspectiva dos estudos da semântica da enunciação, tudo se define no acontecimento enunciativo, ou seja, nada existe *a priori*, tendo em vista que as coisas são construídas pela enunciação. Nesse sentido, compreendemos “[...] a enunciação enquanto acontecimento de linguagem que se faz pelo funcionamento da língua” (GUIMARÃES, 2002, p. 11).

Nessa perspectiva, as FN são constituídas a partir de um olhar para o sintagma nominal. Contudo, esse olhar está para além do processo postulado por Chierchia (2003), que compreende o sintagma como a composição de um nome núcleo que recebe determinação para formar novos sintagmas, a fim de identificar referentes, eventos ou situações do mundo extralinguístico.

Conforme o conceito desenvolvido por Dias (2013), a FN é constituída a partir da percepção da forma linguística já no processo de enunciação; em outras palavras, não apenas considera as determinações internas à sua formação, mas também a sua constituição enquanto parte do enunciado.

Dessa maneira, o processo enunciativo e as possibilidades históricas podem refletir estereótipos, marcas de valores que circulam socialmente, atravessando as FN.

O compromisso de uma FN não é com a entidade em si, mesmo porque ela não existiria nessa condição, mas com o campo de emergência de entidades recortado da exterioridade. Trata-se de um recorte enunciativo, porque essas entidades não se encontram discriminadas e delimitadas na natureza. A enunciação irá torná-las pertinentes aos acontecimentos linguísticos, tendo em vista as possibilidades históricas que as fazem emergir (DIAS, 2013, p. 15).

Compreendemos que as FN são assimiladas a partir do recorte com a exterioridade e não são estanques, mas integrantes de um processo que se constitui enquanto parte do enunciado.

Considerando o aspecto dinâmico desses sintagmas, é comum constatar o surgimento de outras FN a partir de uma já estabelecida enquanto “centro da articulação temática”, segundo corrobora Dias (2011, p. 275):

Na medida em que constituímos um tema, ou um foco de interesse na enunciação, estamos trazendo a memória de sentidos que se agregam aos nomes. As determinações contraídas pelos nomes, constituindo um grupo ou sintagma nominal, apresentam as condições de recebimento dos traços de atualidade advindos da construção temática na sua relação com o mundo contemporâneo.

Desse modo, percebemos que outras construções se agregam à FN “mulher para casar” e dialogam com o contexto sócio-histórico em que se insere a composição, por isso os dizeres refletem marcas do social atravessado pelo masculino dominante e pelo machismo.

Assim, encontramos nas canções outras perspetivações ao núcleo dessa FN, tais como “mulher formada”, “mulher cuidada” e “mulher de verdade”. Temos, nesses casos, uma espécie de rede que se constrói a partir de adjuntos adnominais acrescidos ao núcleo “mulher”, considerando-se os traços de um perfil esperado de uma mulher “ideal para o casamento” (ou não) ao longo do tempo.

Sendo assim, as FN relativas ao modo como se caracteriza e se nomeia a mulher se dão como partes significativas das formas do dizer que nos ajudam a desvelar os discursos que reivindicam a “mulher para casar”, ressignificando elementos de menção à mulher em redes enunciativas que caminham na direção de reafirmar ou contestar, por vezes, tais valores sobre a mulher por meio do dizer.

A partir desse olhar, observa-se o processo de produção do dizer em que a autoria se dá com a interpelação ideológica do feminino recatado, associado aos valores servis, aos desígnios da chancela masculina que conduzem o feminino, destacando “o bem comportado” como o ideal, atravessado pela voz inaudível, pela subserviência da mulher que em muito (não) se fez (e faz) ouvir.

Nesse viés, para o presente trabalho, nos filiamos à ideia de que a língua está para além da comunicação de modo que o discurso pressupõe o funcionamento da linguagem a partir da relação entre sujeitos afetados pela língua, pela enunciação e pela história.

Vejamos a primeira canção, *Conselhos*, do século XIX, que é dirigida à mulher, em FN “menina”, na condição de querer se casar, ou “se por seu gosto o casamento quer”. O sujeito interlocutor aconselha à mulher atitudes práticas de como “agradar sem contrariar”, “sempre obedecer”, cuidar “com amor”, não “ter ciúmes”. Chama a atenção o modo como se aconselham as ações, pois, caso elas sejam descumpridas, o provedor, que “dá o pão” (mencionado na canção), pode gerar conflitos, ou seja, “pode dar pau”, conforme se observa no final da canção.

Conselhos

Carlos Gomes

Menina venha cá deixe o que faz
Se por seu gosto o casamento quer
A vontade ao marido há de fazer
Que este dever o casamento traz
Se o homem velho for, ou se ainda rapaz
Tome, tome a lição que ele quiser lhe dar
Se poções e contradanças não quiser
Também não queira que é melhor pra não brigar
Menina venha cá, veja o que faz

Procure de agradar, sem contrariar
Procure sempre obedecer
Tenha dele cuidados com amor
E quanto ao resto, deixe lá correr

Se ainda muito moço e arrebatado for
Nada, nada de ciúmes que seria pior
O’ menina venha cá veja o que faz
A mulher só faz o homem bom e mal
Que assim como dá pão, pode dar pau

Nessa primeira canção, destaca-se a mulher nomeada como menina. À medida que constituímos um tema ou um foco de interesse na enunciação, estamos trazendo à memória sentidos que se agregam às ações desejáveis à mulher, “menina”: obedecer, cuidar, não brigar. As determinações contraídas

pelos nomes “menina”, constituem um grupo de ações que podem se fazer na seguinte rede enunciativa:

- | |
|--|
| a. Menina para agradar |
| b. Menina para fazer as vontades do moço |
| c. Menina para tomar a lição que ele quiser lhe dar |

A interpelação “menina” na letra da canção mostra os conselhos de como ser ou agir reconhecidos na rede enunciativa acima e construída com as FN. Tais sintagmas nominais, que trazem características desejáveis à mulher que deseja casar, apresentam as condições de recebimento dos traços de atualidade da canção advindos da construção temática na sua relação com o mundo naquele momento (século XIX).

Nesse contexto, a mulher, “menina que deseja casar”, se mostra passível de obediência, pois a perspectivação em FN se dá: “A constituição desse centro de referência pode ser captado pela língua em formato concêntrico, tendo um substantivo na nucleação, de forma a encapsular um conceito historicamente constituído [...]” (DIAS, 2011, p. 275).

Dessa maneira, poderíamos associar “menina que deseja casar” a “menina agradável”, “menina obediente”, “menina que cuida”, como traços ideais, tornando-a responsável pelo casamento em “veja o que faz/A mulher só faz o homem bom e mal (*sic*)”. Percebe-se que as FN que caracterizam e atribuem ações “aconselháveis” à “menina que quer casar” atravessam as práticas culturais e as escolhas políticas dos sujeitos ao nomear e nomear-se.

E entende-se que a letra dessa canção é influenciada pelas condições histórico-culturais machistas em que se atribui à mulher o papel submisso, de aceitação e obediência colocados pelo interlocutor no aconselhamento para o casamento e o “bom andamento do lar”.

Na mesma direção, tomamos a segunda canção.

Ai, que saudades da Amélia

Mário Lago e Ataulfo Alves

Nunca vi fazer tanta exigência
Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
Não vê que eu sou um pobre rapaz
Você só pensa em luxo e riqueza

Tudo o que você vê, você quer
Ai, meu Deus, que saudade da Amélia
Aquilo sim é que era mulher

Às vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
Quando me via contrariado
Dizia: Meu filho, o que se há de fazer!
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade

Essa canção relata comparativamente duas mulheres – você e Amélia –, tomando a segunda mulher, a submissa, da qual o interlocutor manifesta saudades. Então, com traços da letra da canção podemos construir estas perspetivações dadas às duas em redes enunciativas:

- | |
|--|
| a. Você: mulher que reclama |
| b. Você: mulher sem consciência |
| c. Você: mulher exigente |

- | |
|--|
| a. Amélia: mulher sem vaidade |
| b. Amélia: mulher que não reclama |
| c. Amélia: mulher de verdade |

É possível construir as redes enunciativas a partir das FN na letra da canção, possibilitando-nos visualizar como as personagens se constituem enunciativamente, destacando, de um lado, a mulher avaliada pelo olhar masculino machista como “de verdade”, a mulher “ideal”, pois é ela que “não reclama” e “não tem vaidade”.

Para Dias (2013), as FN podem ser compreendidas a partir da sua apreensão enquanto parte constituinte do enunciado. E o compromisso de uma FN se volta para o campo de emergência de entidades a partir do recorte da exterioridade e para a FN em si.

Os trabalhos de Dias (2012; 2013) revelam o que, para nós, parece ser uma grande contribuição dos estudos enunciativos ao tomar as FN: elas se baseiam não somente no processo de descrição de um sintagma nominal, mas também no modo como os referenciais de sua produção são construídos pertinentes às articulações, no caso, pelas óticas patriarcal e não patriarcal, que se constituem de forma interna e externa em relação a essa construção.

Desse modo, é possível construir redes enunciativas com FN que, segundo o olhar machista, refletem ideologias sobre a mulher e o feminino em formações que interpelam os sujeitos, o que para nós é ponto passível de análise. Discursivamente, compreendemos que a canção *Ai, que saudades da Amélia* se dá pela articulação de temas em torno de ações bem-vistas ou não pela rede de valores difundidos para o feminino.

Amélia, que ainda hoje é cantada tanto por idosos quanto por jovens, se dá como simbólica para o discurso machista, em detrimento do discurso feminino de independência, caro aos dias de hoje (a princípio, pois veremos semelhanças entre os discursos machistas do passado com os discursos que circulam nas canções da atualidade).

Nessa canção prevalece o discurso machista do interlocutor, que tece elogios a Amélia, ícone da mulher que é “mais fácil” de conduzir, pois não tem aspirações e não é exigente.

3 Desconstruindo a Amélia?

Em resposta à letra de *Amélia*, apresentamos *Desconstruindo Amélia*, versos escritos por uma mulher, a cantora e compositora Pitty, que nos anos 2000 se coloca em um discurso de reação ao dizer machista, além de confrontá-lo, descrever e caracterizar a realidade de uma mulher/mãe, que trabalha dentro e fora de casa.

Desconstruindo Amélia

Pitty

Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar

O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume, esquecia-se dela
Sempre a última a sair

Disfarça e segue em frente
Todo dia até cansar (Uhu!)

E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo
Faz questão de se cuidar (Uhu!)
Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o outro
Hoje ela é um também

A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado
E não entende por que
Tem talento de equilibrista
Ela é muita, se você quer saber

Hoje aos 30 é melhor que aos 18
Nem Balzac poderia prever
Depois do lar, do trabalho e dos filhos
Ainda vai pra *night* ferver

Disfarça e segue em frente
Todo dia até cansar (Uhu!)
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo
Faz questão de se cuidar (Uhu!)
Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o outro
Hoje ela é um também

Uhu, uhu, uhu
Uhu, uhu, uhu

Disfarça e segue em frente
Todo dia até cansar (Uhu!)
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo
Faz questão de se cuidar (Uhu!)
Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o outro
Hoje ela é um também

Essa canção retrata a mulher que se assume sujeito das próprias ações, em postura ativa: “arruma o uniforme”, “é a última a sair”, “vira a mesa”, “assume o jogo”. Essa postura é ainda consolidada, conforme o interlocutor descreve na canção, com ações de “se cuidar”, de estar junto do outro (“ser um também”). Desse modo, a mulher, em sua autoria, se mostra como alguém que “segue em frente”, ainda que não seja valorizada pela formação, conforme se vê em “a despeito do mestrado”. A interlocutora mulher, em autoria, destaca ainda que, apesar da reação da mulher, sua condição de ser menos valorizada continua a mesma, ao “ganhar menos que o namorado”.

Assim, essa mulher assume as características expressas em FN da tradição, ainda que reaja à condição servil, conforme se vê nas redes enunciativas que confrontam a *Amélia desconstruída*. De um lado, vê-se a mulher que estuda, percebe-se que a mulher ganha menos que o homem; de outro lado, ela se mostra prendada, ainda que prevaleça sua característica “equilibrista” de ser e tornar-se muitas e múltiplas discursivamente, conforme explicita a canção, ao enfatizar a mulher independente.

- | |
|------------------------------------|
| a. Mulher formada |
| b. Mulher melhor que aos 18 |
| c. Mulher cuidada, “muita” |

Apesar de traçar sua condição de independente (que “vira a mesa”, que sai à noite), em outros trechos a interlocutora traz à lembrança que a mulher assume, por vezes, características da sua condição servil:

- | |
|---|
| a. Mulher prendada e esquecida de si |
| b. Mulher educada para servir e pior remunerada que o namorado |
| c. Mulher equilibrista |

A mulher “equilibrista” se dá em FN como a mulher desejável, pois embora reaja nos tempos atuais, com formação, ainda é a “educada para servir e cuidar”, aos moldes do estereótipo que se acredita socialmente como “mulher para casar”, proposta como a *Amélia desconstruída*.

Assim sendo, tal mulher não abandona os preceitos tradicionais que caracterizam a FN que compõe o termo “mulher” na canção: ela é aquela que cuida e aquela que também se cuida, expressa pelo discurso de não abandono às características tradicionais da mulher, mas sua ressignificação no mundo atual, o que indica, conforme a canção, a “desconstrução” da Amélia.

4 O caso da canção sertaneja *Mulher pra casar*

Escrita em 2016 por Denner Ferrari, a canção *Mulher pra casar* traz como título e em sua letra o acontecimento de linguagem importante para esta pesquisa, porque carrega a representação feminina que pouco difere da mulher

ora servil, ora reativa, registrada nas canções dos séculos XIX e XX, que analisamos.

Considerada uma canção sertaneja, tem sua origem nas primeiras décadas do século XX, mas em sua formulação atual passou por uma transição, ao se tornar o gênero sertanejo moderno (GUTEMBERG, 2011; ULHÔA, 1999; ZAN, 2008). Nesse sentido, Ulhôa (1999, p. 2) atenta para adaptações do conteúdo, mas se consolida como gênero de massa produzido e consumido em terras tupiniquins.

O caráter “romântico”, conforme Ulhôa (1999, p. 5), originalmente famoso por duplas como Leandro e Leonardo, Chitãozinho e Xororó, Zezé di Camargo e Luciano, despontou principalmente nos anos 1980, nas chamadas ‘baladas’, “[...] uma canção sentimental-erótica, disseminada pela indústria cultural, cujo intérprete internacional mais famoso no Brasil é Júlio Iglesias” (ULHÔA, 1999, p. 5).

Essa concepção de que expressões culturais são capazes de se reformular em vista das novas condições de existência de seus agentes, que a reconstituem de diversas formas, pode ser percebida nas canções analisadas, especialmente na canção a seguir, pois ela ainda se fundamenta no discurso masculino, por vezes machista.

No *corpus*, prevalecem letras que tratam de relacionamentos com base no ponto de vista masculino. Ainda que as condições de desigualdade e de valores emitidos pelo ponto de vista masculino sejam reproduzidas, a questão da inserção da mulher como temática nesse gênero ganha relevância, conforme notamos na letra da canção a seguir.

Mulher pra casar

Denner Ferrari

Eu achei a mulher pra casar
Deixei me apaixonar
Ela é do jeito que eu gosto
Do jeito que eu queria

Ela sabe se comportar
Uma coisa de impressionar
Quando ela atravessa a rua
Todo carro para

A história só muda quando a gente chega em casa
Me joga na cama, algema meu braço
Ela só gosta do amor do jeito que eu faço

Tranca a porta e ela já tá em cima de mim
Diz coisas no meu ouvido me deixa doidim
Ela já tá sabendo a manha pra me conquistar
1, 2, 3 da manhã ela me diz que não vai mais parar

Tranca a porta e ela já tá em cima de mim
Diz coisas no meu ouvido me deixar doidim
Ela já tá sabendo a manha pra me conquistar
Toma, toma, 3 da manhã ela me diz que não vai mais parar

Nessa canção, a mulher para casar apresenta duas facetas. Em primeiro lugar, o interlocutor apresenta as características atribuídas pela FN “mulher para casar”, o que corresponde às expectativas do homem: ela é do jeito que ele gosta, do jeito que ele quer e ainda sabe se comportar na rua.

Nessa faceta, a mulher apresenta algumas características que nos permitem retomar o que foi dito na canção *Conselhos*, de Carlos Gomes, ou seja, a ideia de que a mulher ideal para o casamento precisa ter um bom comportamento diante da sociedade. Vejamos as redes enunciativas:

a. Mulher: do jeito que ele gosta - Mulher comportada na rua

b. Mulher: do jeito que ele queria

c. Mulher: que sabe se comportar na cama

a. Mulher: Joga-o na cama - Mulher não comportada em casa

b. Mulher: o deixa “doidim”

c. Mulher: que diz coisas no ouvido dele

Em segundo lugar, o interlocutor aponta na canção a mulher que, ao chegar em casa, se comporta de outra maneira. Nessa faceta, a mulher que se destaca é a que o satisfaz nos prazeres sexuais e se impõe no jogo de sedução, pois ela o deixa “doidim” e o “joga na cama”.

Nessa canção prevalece a visão masculina por vezes machista ao trazer esses ditames à mulher, pois o interlocutor descreve como deve ser essa mulher que ele achou “pra casar”, detalhada em perspetivações nas redes enunciativas acima. A representação da mulher acontece com a mulher apresentável (comportada) aos olhos da sociedade, mas é “a que conquista” e “joga o homem na cama”, enfim, desejável e dócil aos desejos do homem no ambiente privado.

Considerações finais

Levando-se em conta o conjunto de observações às canções analisadas, acreditamos que ficam relativamente claros os modos como a historicidade atua na construção de “a mulher para casar” e dos termos correlatos no *corpus* escolhido, já que não perdemos de vista o que Guimarães (2005, p. 12) afirma sobre a significação ao tomá-la como construída historicamente e que o sentido se constitui “a partir do acontecimento de linguagem”.

As FN e as redes enunciativas nos ajudam a observar as partes significativas das formas do dizer, tornando possível desvelar os discursos machistas e do feminino, que reivindicam a “mulher para casar” e seus correlatos. Tais dizeres nos ajudam a perceber como se constitui a mulher que se produz ora pelos valores da subalternidade, ora pela independência.

Ao tomar como base os estudos enunciativos sobre formação nominal, analisamos as quatro canções compostas em épocas distintas, indicando formações correlatas à FN “mulher para casar”: “menina”, “Amélia”, “independente”, “mulher de verdade”, em uso nas canções em estudo.

Vale ressaltar que, das quatro canções analisadas, apenas uma retrata a visão feminina que, embora traga a voz da mulher independente, relata as condições de submissão da mulher nos dias atuais.

As outras três canções (*Conselhos, Ai, que saudade da Amélia e Mulher pra casar*) reforçaram o estereótipo masculino e por vezes machista da “mulher pra casar”, a mulher que tem de ser obediente, que precisa saber se comportar, que precisa ser bela, recatada e do lar aos olhos da sociedade, embora trabalhe e seja dona do seu destino, como se vê na canção *Amélia desconstruída*.

Percebemos ainda a pertinência enunciativa na construção do referencial em torno do núcleo “mulher”, de modo que o adjunto adnominal “pra casar” pudesse ser substituído por outras perspectivas que refletissem o contexto sócio-histórico vivenciado, conforme observado nos adjuntos “de verdade”, “prendada”, “formada”, entre outros.

Tais construções corroboram a ideia de que um “[...] centro de referência pode ser captado pela língua em formato concêntrico, tendo um substantivo na

nucleação, de forma a encapsular um conceito historicamente constituído” (DIAS, 2011, p. 275), deixando à mostra as facetas da mulher representada no *corpus* analisado.

As FN “mulher pra casar”, “mulher prendada”, “mulher de verdade”, “mulher que agrada”, “mulher que sabe se comportar” reforçam a ideia de mulher ideal para o casamento através de uma ancoragem histórica – a da mulher servil.

As redes enunciativas confirmam formações correlatas às de “mulher pra casar” ainda carregam os estereótipos construídos socialmente ao longo dos anos. A despeito do olhar feminino atual voltado para a mulher que é independente, a *Amélia desconstruída* se mostra como mulher “equilibrada”, “educada para servir e cuidar”, aos moldes do estereótipo do que se acredita socialmente como “mulher para casar”.

Referências

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

DALMASCHIO, L. Uma semântica de base enunciativa X a construção histórico-político-social do sentido. In: ASSUNÇÃO, A. L. *et al. As letras da política*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 241-256.

DIAS, L. F. “Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa”. *Letras*. Santa Maria (RS), v. 23, n. 46, p. 11-22, jan./jun. 2013.

DIAS, L. F. Os sentidos da liberdade no mundo wiki. In: SCHONS, C. R.; CAZARIN, E. A. (Orgs.). *Língua, escola e mídia - en(tre)laçando teorias, conceitos*

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Pontes, 2002.

GUTEMBERG, J. Souza. No limiar entre a música sertaneja e a música caipira: o perfil da dupla Zé Fortuna e Pitangueira na vertente moderna da música sertaneja. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH. *Anais...* São Paulo, jul. 2011.

PÊCHEUX, M. *et al.* Análise automática do discurso. In: _____. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, v. 3, 1990.

ULHÔA, M. T. “Música sertaneja e globalização”. *Música popular en América Latina: actas del II CONGRESO LATINOAMERICANO IASPM* (International Association for the Study of Popular Music). Santiago do Chile: Dolmen Ediciones, 1999.

Canções analisadas

Ai que saudade da Amélia. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mario-lago/377002>. Acesso em: 30 de set. 2019.

Conselhos. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/carlos-gomes/conselhos>. Acesso em: 30 de set. 2019.

Desconstruindo Amélia. <https://www.letras.mus.br/pitty/1524312>. Acesso em: 30 de set. 2019.

Mulher pra casar. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/dener-ferrari/mulher-pra-casar>. Acesso em: 30 de set. 2019.

ASPECTOS ENUNCIATIVOS NO DISCURSO DE POSSE DA MINISTRA DAMARES ALVES

Natália Silva Giarola de Resende (UFMG/Fapemig)¹

Thiago Fernandes Peixoto (UFMG/Fapemig)²

Considerações iniciais

“Nos chamaram de loucos, deputados. Nos chamaram de malucos algumas vezes. Disseram que a gente vivia de utopia, de sonhos. Mas olha aonde o nosso sonho nos trouxe: num Brasil novo, num momento novo para esta nação”. Essas estão entre as primeiras palavras que Damares Alves profere em seu discurso de posse como ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. Não se tratam de simples proferimentos realizados ao acaso, mas de enunciados que estabelecem um grito de vitória, do adentramento ao novo, de uma conquista realizada.

As palavras utilizadas pela ministra, em seu discurso de posse, não foram um relato de ações concretizadas, mas um programa visando ao vindouro, um modo de agir que apresentou o que se pretendia realizar, do momento de sua posse em diante.

Em sua função enquanto locutora, a ministra intentava abrir espaço para que enunciados relacionados à sua visão de mundo e compartilhados com seus interlocutores pudessem ser ditos ou recriados a partir de sua própria fala, bem como reformulados de outras enunciações concordantes. Os efeitos de sentido pretendidos no discurso de posse almejavam entrar em concordância ou discordância com a criação, pela locutora, de um mundo discursivo permeado pelo imaginário sociodiscursivo da *tradição*.

Quaisquer que fossem as ações realizadas a partir da fala da ministra, sabe-se que a linguagem somente pode ser uma forma de ação devido à existência da pluralidade humana, já que qualquer forma de ação ou dirá respeito

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: nati.giarola@gmail.com.

² Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: thfpeixoto@gmail.com.

ao *outro* ou a *si* mesmo em relação ao *outro*³. Desse modo, a linguagem entrelaça-se com a política, na medida em que a pluralidade é a condição para a existência de ambas⁴.

A necessidade de organização dos seres humanos vivendo juntos é o princípio da política, um domínio frutífero para a construção de discurso dos mais diferentes tipos, pois se para haver política é necessário haver pluralidade (ARENDR, 2010)⁵, esta é a mesma regra básica necessária para que haja discurso: a existência do *eu* e do *outro*.

Pensar quem seriam esses dois seres, o *eu* e o *outro* não é tarefa fácil, principalmente pela dificuldade existente em nos desvencilharmos de nós próprios, a fim de conseguir perceber algo que não seja somente o *eu*, assim como quem está implicado quando me refiro ao *outro*, o qual está junto ao *eu*, quando digo *nós*. Assim, cremos que é somente na esfera do discurso que se abre a possibilidade para uma verificação a esse respeito, mais particularmente na esfera da enunciação e dos imaginários sociodiscursivos.

Diante disso, pretendemos, neste artigo, apontar alguns elementos discursivos que configuram tomadas de posição da ministra Damares Alves, relacionadas à sua visão sobre a política, em seu proferimento de posse como ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. Cremos que o modo como uma ministra de Estado compreende a política é relevante para que todos nós, cidadãos e cidadãs, compreendamos a maneira desta gerir o Ministério.

Para compreendermos o posicionamento de Damares frente ao mundo representado no discurso e de sua relação com o *outro*, concentraremos nosso trabalho em alguns aspectos enunciativos observados no discurso de posse da ministra. Deteremo-nos sobretudo na utilização que a locutora faz dos marcadores de pessoa, tempo e espaço, bem como do que pudemos observar,

³ Tanto o *si* quanto o *outro*, em Análise do Discurso, são tomados como seres sociais e como seres de palavra, criados no discurso a partir de suas funções enunciativas e de sua dimensão psico-sócio-histórica. O sujeito não é o indivíduo, mas uma função (Cf. CHARAUDEAU, 2001).

⁴ O que é ressaltado tanto por estudiosos da Política (ARENDR, 2010), quanto por estudiosos do discurso (CHARAUDEAU, 2006; BENVENISTE, 2005).

⁵ O que não se deve confundir com quantidade.

após análise, ser um imaginário sociodiscursivo da tradição, o qual se sobrepõem aos demais no discurso da ministra.

1 A eleição de 2018 e a posse da ministra Damares

Como os aspectos enunciativos do discurso de Damares são os pilares maiores de nossa análise, é preciso que se faça uma contextualização do discurso de posse da ministra. Trata-se de algo necessário, já que as referências relacionadas a quem enuncia somente existem por contraste dentro do plano da enunciação, ou seja, o *eu* somente existe em contraposição a um *tu*. Ambos são criações discursivas contextualizadas, internas ao discurso, mas que necessitam também de uma contextualização externa, caso se queira apreender os aparatos sociais do discurso, fazendo, desse modo, uma análise não somente linguística.

Ora, os aspectos discursivos são sociais, históricos e psicológicos (não do indivíduo, mas do sujeito), mas principalmente linguísticos, já que é a fala o que, para nós, concede significado ao mundo, que para nós confere existência ao *outro*. Devido a esse modo de pensar: "Eu significa 'a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém eu'", além disso "eu só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí. Não tem valor a não ser na instância na qual é produzido" (BENVENISTE, 2005, p. 278-279).

Percebe-se, pelo explicado acima, que para compreender o que motivou a escolha da temática abordada neste artigo é preciso entender o momento político que o Brasil vivenciava no período das eleições presidenciais de 2018. Nele, o pleito foi marcado pela ascensão do conservadorismo no país, de acordo com Cioccarri e Persichetti (2018, p. 02). Segundo os autores, o fato pode ser observado desde as eleições de 2014, nas quais o Congresso eleito era formado por parlamentares ligados, em sua maioria, a segmentos como militares, policiais, religiosos e ruralistas.

Entre 2016 e 2018, é enaltecida a figura do então deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Cristão (PSC). Conforme salienta Cioccarri e Persichetti (2018), sua ascensão se dá junto com seus ideais sobre o conservadorismo político e o fundamentalismo religioso. Para os autores, Bolsonaro pauta-se em valores morais, baseando-se no discurso do *medo* e da *incitação ao ódio*.

Cioccari e Persichetti (2018) compreendem que a ascensão da onda conservadora no Brasil, a polarização entre esquerda e direita, o antipetismo⁶, o discurso de salvação do país - mesmo utilizando discursos contra as minorias (mulheres, negros, homossexuais) e os nordestinos -, culminou na vitória de Jair Bolsonaro como presidente, em 2018, naquele momento filiado ao Partido Social Liberal (PSL), sobre o candidato petista Fernando Haddad (PT).

Após a eleição, o candidato eleito nomeou Damares Regina Alves como ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, cujas responsabilidades referiam-se, principalmente, a gerir a Fundação Nacional do Índio (Funai), os assuntos relacionados a políticas da infância, das mulheres e dos indígenas.

Para que haja compreensão da fala da ministra Damares em sua posse, é necessário adentrarmos rapidamente em sua biografia, começando por situar seu nascimento no ano de 1964, no Estado do Paraná. Posteriormente, Damares mudou-se, aos seis anos de idade, para a região Nordeste, morando nos estados da Bahia e de Alagoas. A ministra é formada em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos, e em Pedagogia, pela Faculdade Pio Décimo⁷. Ela também cumpriu função eclesial com pastora, ligada à Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte (MG). Atuou ainda, por mais de 20 anos, como assessora parlamentar de deputados e senadores, tais como Magno Malta e Arolde de Oliveira.

Marcada por discursos polêmicos⁸, Damares realizou, no dia 02 de janeiro de 2019, seu pronunciamento de posse. Em trinta minutos a ministra traçou um panorama histórico sobre a criação do Ministério e rebateu as críticas feitas a ela

⁶ É um sentimento que mescla valores difusos desde a postura de intolerância e aversão a programas sociais e de inclusão social e a regiões ou culturas mais alinhadas com o PT (os nordestinos, por exemplo), aversão à classe C emergente e ao seu poder de compra por parte de segmentos mais elitizados (classe alta e média alta), até posicionamentos supostamente críticos contra os escândalos de corrupção, o aparelhamento do Estado” (OLIVEIRA, 2016, p. 195).

⁷Damares Alves toma posse como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro. 2019. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/janeiro/damares-alves-toma-posse-como-ministra-da-mulher-da-familia-e-dos-direitos-humanos-do-governo-bolsonaro>>. Acesso em: 19 set. 2019.

⁸ Relembre as polêmicas envolvendo Damares Alves em um mês de gestão. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/relembre-as-polemicas-envolvendo-damares-alves-em-um-mes-de-gestao-23416699>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

pela imprensa e pelos opositores ao governo Bolsonaro. O discurso também foi caracterizado por citações bíblicas e pela promessa da ministra de que geriria o cargo com “princípios cristãos”, sempre priorizando seu modelo de família.

2 “Um retorno às raízes”

A fala da ministra teve diversos pontos relacionados aos direitos humanos e à inclusão social de grupos menos favorecidos, tais como: a classe LGBTI, o foco em políticas acerca da violência contra as mulheres, no qual defendeu um tratamento igualitário para estas, bem como enunciou o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, afirmando que o governo será “implacável” contra pedófilos e contra o “turismo sexual” no país.

Os indígenas também tiveram destaque no discurso, evidenciando o que ela classificou como infanticídio indígena, afirmando que as mães indígenas clamam por socorro, uma vez que têm seus filhos mortos por questões culturais das tribos. “Nosso silêncio soa como hipocrisia do branco dominante. As mulheres indígenas estão pedindo socorro no Brasil”, disse.

Ao final de sua fala, Damares relembra que foi violentada ainda criança e que na ocasião teria visto Jesus Cristo em um pé de goiaba. Seu discurso termina com a ministra criticando a imprensa e os opositores ao governo vigente.

Entretanto, mesmo com destaque aparentemente inclusivo, o todo do discurso da ministra é coeso com uma espécie de conservadorismo⁹ ligado ao imaginário da *tradição* (CHARAUDEAU, 2006), já que, mesmo afirmando que irá realizar inclusão, o que é exigido de seu Ministério, os exemplos e o tom do seu discurso apresentam princípios de restrição ao que considera “natural”. Vejamos essa questão mais pormenorizadamente a seguir.

Quando tratamos dos imaginários sociodiscursivos, tal como compreendidos por Charaudeau (2006), entendemo-los como representações de mundo e de ideias existentes de modo maleável, pois sempre passíveis de

⁹ Compreendemos que o termo “conservador” possui uma multiplicidade de sentidos, mas aqui consideramos o sentido trazido pelo Dicionário Eletrônico Houaiss, que o compreende como “que ou o que, em princípio, é contrário a mudanças ou adaptações de caráter moral, social, político, religioso etc.”. Consideramos também a aplicação que Bonazzi (1998, p. 242-246) concede ao termo, o qual o compreende não como uma negação da mudança, mas uma insegurança à diversidade de mudanças, sendo preciso que ocorram lentamente e sem multiplicidade.

mudança, nos diferentes discursos. Um mesmo imaginário pode existir em discursos distintos, não sendo exclusivo de um único discurso, assim como um discurso pode ser permeado por imaginários diferentes, mas com a sobreposição de um imaginário sobre os demais.

O imaginário da tradição aparece na fala de Damares sob formas diversificadas, seja pela visão de *vida*, tal como compreendida pelo discurso religioso, ou pela visão política de *mudança lenta*, como é possível observar no trecho abaixo:

(Excerto 01):

Temos que avançar na construção e efetivação de políticas públicas que sejam duradouras, estruturais e promovam ao nosso povo melhores condições de vida plena em todas as suas vertentes. E por falar em vida, eu falo em vida desde a concepção. Eu queria até que meu Ministério, que este nosso Ministério fosse chamado “Ministério da Vida e da Alegria”, mas não pode.

Merece também destaque, nesse íterim, a nomenclatura do Ministério, o qual obteve diversos nomes ao longo do tempo, mas fora criado em 1997 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com o nome de “Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República”. Em todas as suas nomenclaturas os termos “humano” ou “igualdade racial” estavam presentes, mas em 2018 foi pela primeira vez incluído o termo específico “família”, uma limitação que não havia ocorrido antes.

O que destaca para nós esse termo é a restrição do conceito de “família” apresentado por Damares em seu proferimento de posse, o qual se refere à “família tradicional” (pai, mãe e filhos). A ministra chega a considerar existirem diferentes configurações de família (desde que sejam homem e mulher), exemplificando isso com sua própria figura. Damares apresenta-se como mãe adotiva, solteira:

(Excerto 02):

Agora eu quero falar de mim. Quero falar um pouco de mim e meu sonho para esse Ministério. Sou mulher, nasci mulher, sou mãe adotiva, sou cristã.

No excerto acima, a ministra faz questão de destacar que “nasceu mulher”, apresentando em sua fala uma diferenciação entre os gêneros sexuais,

sobre os quais ela compreende que “No Brasil tem meninos e meninas”, bem como “Ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipe”. Toda sua fala adquire um tom de distinção entre o que é “biologicamente” do sexo masculino e do sexo feminino, bem como as “funções familiares” executadas pelas mulheres, as quais a ministra lembra, em sua fala, existirem.

(Excerto 03):

Mas as mulheres terão prioridade nesse Ministério. Nossas avós, mães, meninas, enfim, nossas brasileiras terão o respeito que merecem. E lutaremos para que não sejam mais tratadas como massa de manobra.

(Excerto 04):

Ninguém vai nos impedir... Deixa eu dar mais um recado. Ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipe.

(Excerto 05):

Nossas avós, mães, meninas, enfim, nossas brasileiras terão o respeito que merecem.

Em sua fala, a ministra não generaliza o termo “mulher” ou “ser humano”, mas destaca um lugar social ao qual, tradicionalmente, a mulher pertenceria. Igualmente, o termo LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais) é utilizado uma vez em sua fala, mas em seguida substituído pela diferenciação biológico dos sexos. Tal postura, ligada a uma visão que negligencia mudanças relacionadas às diversas diferenciações não relacionadas à visão progressista de mundo (o que não equivale à mudança essencialmente positiva), configura o que denominamos de *imaginário da tradição*. Sendo este um dos elementos que caracterizam o discurso da ministra Damares.

Poderíamos abordar pormenorizadamente este imaginário na fala da ministra, mas é necessário que a partir de agora se considere os aspectos enunciativos do proferimento. Este passo se faz necessário para que sejam observados mais pormenorizadamente o modo como a ministra concebe a si própria e ao(s) outro(s) em sua fala.

3 Enunciação e categorias enunciativas

Na presente seção, abordaremos o arcabouço teórico-metodológico com o qual trabalharemos, juntamente com o desenvolvimento das análises do texto que compõem nosso *corpus*, constituído pelo pronunciamento de posse da ministra Damarens Alves, realizado no dia 02 de janeiro de 2019, na cidade de Brasília. A coleta do *corpus* se deu por meio de transcrição do vídeo¹⁰ de posse da ministra, que, ao longo de quase trinta minutos, apresentou-se como nova gestora do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Durante esta seção, buscaremos descrever brevemente a teoria enunciativa a partir de Benveniste (2005) e examinar os aspectos enunciativos de pessoa, tempo e espaço no discurso com base em Fiorin (2016).

A enunciação é, conforme demonstra Benveniste (2005, p. 82), “colocar a língua em funcionamento, por meio de um ato individual”. Segundo o autor, o ser humano coloca-se em relação com um outro no mundo por meio da língua. Desse modo, é na língua em uso que encontramos a existência do signo. Logo, a apropriação da língua é a necessidade fundamental para que o indivíduo se constitua enquanto sujeito

Em vista disso, a enunciação é um processo de semantização da língua. Nessa perspectiva, as instâncias enunciativas são as projeções da enunciação (pessoa, espaço e tempo) no enunciado, recobertas do que Benveniste (2005) intitulou de *aparelho formal da enunciação*. Por meio desse aparelho, a partir do qual é possível engendrar o funcionamento da língua, estabelece-se uma situação de enunciação como caminho possível para a produção de sentido:

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação (BENVENISTE, 2005, p. 84).

¹⁰ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg, Acesso em 08/10/2019.

Desse modo, o locutor, ao se propor como sujeito e estabelecer uma comunicação, apropria-se do aparelho formal da língua, constituindo a si próprio como um *eu* e constituindo o *outro* (*tu* ou *ele(s)*). Somente assim o sujeito é capaz de enunciar.

Como explica Benveniste (2005, p. 84), o aparelho *formal da enunciação* é constituído por meio da língua e de seus arranjos. Para sua realização, temos a presença de quatro componentes: (1) o falante, que no lugar do locutor assume a língua; (2) o locutor, que se apropria e coloca em ação o aparelho formal da língua; (3) que institui um *outro* (*tu*), implantando a configuração enunciativa (*eu-tu*); (4) e que, ainda, se utiliza da língua para colocar-se em relação com o mundo, posicionando-se, então, como sujeito.

Dessa forma, o locutor, ao apoderar-se da língua, enuncia o seu próprio tempo, e, ao instaurar um *tu*, divide com ele sua temporalidade e sua espacialidade na enunciação. À vista disso, para Benveniste (2005), a enunciação é a instância do *ego-hic-nunc* (pessoa-espaço-tempo) e é por meio dela que se opera a passagem da língua ao discurso. São justamente essas categorias enunciativas que buscaremos, nas próximas páginas, identificar no discurso da ministra Damares Alves. Para isso, utilizaremos como metodologia os postulados de Fiorin (2016), no livro “As astúcias da enunciação”.

3.1 A categoria de pessoa

De acordo com Fiorin (2014, p. 37), os mecanismos de instauração de pessoas, espaços e tempo no enunciado ocorrem por meio de dois processos: a *debreagem* e a *embreagem* e, como a enunciação é a instância da pessoa, do espaço e do tempo, há uma *debreagem* e uma *embreagem actanciais, espaciais* e uma *temporais*. Mas, o que seriam esses dispositivos?

A *debreagem* é “a operação em que a instância de enunciação distingue de si e projeta para fora de si, no momento da discursivização, certos termos ligados a sua estrutura de base” (FORIN, 2016, p. 37), ou seja, a *debreagem* é a instauração das categorias de pessoa, espaço e tempo no discurso. Quando ocorre a projeção do *eu-aqui- agora* no discurso temos uma *debreagem* enunciativa.

Por outro lado, quando os discursos são marcados pelas categorias do *ele* (não-pessoa), do *então* (tempo/ não-agora) e de algum lugar (*alhures* –

espaço), há o que o autor chama de *debreagem* enunciativa, havendo o ocultamento dos actantes, do espaço e do tempo da enunciação. Já a *embreagem* é a neutralização das categorias enunciativas. Elas são responsáveis pela suspensão das oposições de pessoa, de tempo e de espaço, propiciando um efeito de retorno à enunciação.

Nossa análise começa com a categoria de pessoa. Para Fiorin (2016), o *eu* é a categoria de pessoa, que instaura um *tu*. Ambos são considerados participantes da ação enunciativa, são sujeitos da enunciação, uma vez que o primeiro é responsável pelo enunciado e o segundo é a quem o *eu* se dirige, sendo actantes da enunciação, por meio de uma correlação de pessoalidade. Já a terceira pessoa, o *ele*, representa qualquer sujeito ou nenhum, não sendo considerado como actante da enunciação, a não pessoa.

Dessa forma, ao analisarmos o discurso da ministra Damares, constatamos que o mesmo é marcado pelo uso da primeira pessoa, como podemos ver no enunciado abaixo:

(Excerto 06):

Eu queria cumprimentar todos vocês: as autoridades, os parlamentares que aqui estão. Eu estou vendo tanto parlamentar aqui. Eu não posso nem nomear, porque eu vou ficar assim com vergonha de dizer que eu amo um mais do que o outro.

Nele, é possível notar que o *eu* é quem diz *eu* e instaura um *tu*, que é aquele com quem se fala, o interlocutor. Damares se posiciona enquanto *eu*, trazendo o interlocutor, composto por autoridades e parlamentares, como o *tu*, que interage por meio de aplausos e risos.

O *eu* demarcado no discurso também é reforçado principalmente pelos adjetivos possessivo, *meu* e *nosso*, como, por exemplo, no excerto:

(Excerto 07):

Eu queria até que meu Ministério, que este nosso Ministério fosse chamado “Ministério da Vida e da Alegria”.

Nesse excerto, ao utilizar-se dos adjetivos possessivos, a ministra cria o efeito de sentido de apropriação. Colocando-se enquanto a possuidora de algo, no caso, do Governo, do Ministério, marcando e reforçando a pertença daquele objeto a ela.

O uso do pronome pessoal *nós*, muito enfatizado por Benveniste (2005) e por Fiorin (2016), também sinaliza a demarcação de pessoa.

Está claro, de fato, que a unicidade e a subjetividade inerentes a “eu” contradizem a possibilidade de uma pluralização. Se não pode haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos mas uma *junção* entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu”. essa junção forma uma totalidade nova e de um tipo totalmente particular, no qual os componentes não se equivalem: em “nós” é sempre “eu” que predomina, uma vez que só há “nós” a partir de “eu” e esse “eu” sujeita o elemento “não-eu” pela sua qualidade transcendente. A presença do “eu” é constitutiva de “nós”. (BENVENISTE, 2005, p. 256)

Para Fiorin (2016, p. 52), retomando os estudos de Benveniste, o *nós* “não é a multiplicidade de objetos idênticos, mas a junção de um *eu* com um *não eu*”. Há, de acordo com o autor, duas possibilidades para o *nós*, o *inclusivo*, formado pela *eu + tu*, e o *exclusivo*, advindo do *eu + ele*. Assim, verificamos que o “nós” não é um “eu” multiplicado, mas um “eu” dilatado.

No discurso de Damares, o *nós* é enunciado de formas diversificadas, nas quais ora ao *eu* inclui-se um *tu* (*nós* inclusivo), ora um *ele/eles* (*nós* exclusivo). Assim, pode-se ver no excerto abaixo:

(Excerto 08):

Nos chamaram de loucos, deputados. *Nos* chamaram de malucos algumas vezes. *Disseram* que a gente vivia de utopia, de sonhos.

No excerto acima, o “a gente” simboliza um *nós* inclusivo, no qual Damares, enquanto sujeito do *eu*, integra-se aos ouvintes (os parlamentares presentes em sua posse) para colocar-se no discurso, já que ambos compartilham do mesmo imaginário sociodiscursivo da *tradição*. O efeito de sentido gerado é o de “proximidade”, de diminuir a assimetria interacional, aproximando Damares dos seus ouvintes.

Além disso, o *nós* inclusivo procura criar uma relação emocional subjetiva entre o *eu* e o *tu*. O sujeito enunciatório tenta levar o enunciatário ali presente a refletir acerca das críticas que a imprensa realiza sobre eles. Assim, o “a gente” é inclusivo, pois o “eu” chama os ouvintes para tomar consciência de todos aqueles que não apoiam o modelo de governo que ela e os parlamentares ali presentes apoiam.

Já nos excertos abaixo notamos o predomínio do *nós exclusivo*.

(Excerto 09):

Mas nós não podemos mais pensar política pública que não fortaleça o vínculo familiar. E é nesse sentido que o governo Bolsonaro vem. Toda política pública antes vai pensar: isso aqui vai estar ou não fortalecendo o vínculo familiar.

(Excerto 10):

Elas estão em profundo sofrimento. Isso é um fenômeno que nós vamos aprender a lidar com ele, e nós vamos aprender isso juntos: Ministério, pais, famílias, todos juntos no combate ao suicídio e à automutilação.

Vale ressaltar que no desenvolvimento de seu discurso, a ministra Damares não cessará de utilizar o “*nós inclusivo*”, incluindo em algumas ocasiões somente aqueles que compartilham do seu projeto de governo:

(Excerto 11):

Nos chamaram de loucos, deputados. Nos chamaram de malucos algumas vezes. Disseram que a gente vivia de utopia, de sonhos. Mas olha aonde o nosso sonho nos trouxe: num Brasil novo, num momento novo para esta nação. Obrigado, parlamentares. Obrigado a todos vocês. Cumprimento a todos vocês.

(Excerto 12):

Temos muito a comemorar. No entanto, ainda temos muito no que avançar. Avançar no cuidado integral, na construção e implementação de políticas públicas que não sirvam mais para fins eleitoreiros e enriquecimento ilícito. Temos que avançar na construção e efetivação de políticas públicas que sejam duradouras, estruturais e promovam ao nosso povo melhores condições de vida plena em todas as suas vertentes.

Contudo, nunca deixando que se esqueçam sobre quem está no comando:

(Excerto 13):

Eu queria até que meu Ministério, que este nosso Ministério.

Ressaltamos, ainda, o uso do *nós exclusivo*, que, ao deixar de fora da enunciação o *tu*, inclui o *ele* (a “*não pessoa*”). Neste caso, o governo Bolsonaro,

bem como os ministérios, os pais e as famílias. A ministra Damares, enquanto sujeito discursivo em análise, fala como porta-voz desse grupo, identificando-se com ele¹¹.

Assim, ainda que o *outro* possa ser inclusivo ou exclusivo, será sempre o *eu* aquele que enuncia aquilo que ele, em sua condição de detentor da palavra, quer enunciar. Ao enunciar *nós*, ainda que se presuma a presença do *tu* e/ou de um *ele*, nem sempre estes se fazem presentes. Por vezes, é um “não-eu” que se junta ao *eu* que profere “*nós*”.

A ministra Damares, ao usar o *nós*, evidencia que não é um indivíduo que fala em seu próprio nome, mas que possui toda um aporte político advindo do Governo Federal, o que pode ser visto nos exemplo dados em relação ao *nós* exclusivo. Além disso, o *nós*, em cada uma de suas manifestações, é apenas uma fachada para o locutor apresentar o seu próprio ponto de vista ao outro, sem que, com isso, crie uma imagem ruim de si.

A categoria de pessoa também envolve o terceiro não incluso ao *eu*, ou seja, o *ele*. Segundo Fiorin (2016, p. 52), na instância da enunciação, o *ele* – não pessoa – é “substituto pronominal de um grupo nominal, de que tira a referência, actante do enunciado, aquele de que *eu* e *tu* falamos”. Assim, encontramos nos discursos de Damares o *ele* expresso em dois grupos. O primeiro é o *ele* a quem o Ministério se dedicará: a família, a mulher, o indígena, as crianças, os idosos”.

(Excerto 14):

Mas este Ministério também é da pessoa idosa. Nossos idosos e idosas contribuíram muito com a nossa nação e serão honrados por isso. Além de tudo, boa parte deles está no mercado de trabalho, alguns por opção, mas muitos por necessidade econômica. Muitos, no momento em que deveriam receber cuidados, ainda são arrimos de família. Lutaremos com os idosos, por meio da secretaria do idoso, para que o estatuto do idoso seja respeitado integralmente nessa nação.

Já o segundo, pode ser notado nos excertos abaixo:

(Excerto 15):

Fui acusada, a imprensa fala que eu sou sequestradora, rãh [riso de deboche]. Sou perigosa! [Risos ao fundo]. A imprensa fala que eu sou uma espécie de sequestro, porque quando eu ouço o choro de uma mãe e busco essa mãe para vir para a cidade, ter seu bebezinho, nós temos etnias ainda, pouquinho assim, mas não aceitam as crianças gêmeas.

¹¹ Ver excerto 10 para identificar a inserção do sujeito Damares aos grupos nomeados.

(Excerto 16):

Minha história não foi respeitada, e por muitos meios de comunicação. Como vocês sabem senti na pele o abuso físico, sexual, psíquico. E nos últimos dias também o abuso moral, foram implacáveis comigo. Minha crença virou chacota e motivos de risadas, tanto nas redes sociais como pessoalmente, inclusive por grandes intelectuais, parlamentares, líderes de partidos.

Nesses dois casos, o *e/le* é expresso na imagem dos opositores e da mídia, ambos com conotação negativa. Na concepção da ministra, é contra esse *e/le* que o Governo irá se opor.

A última categoria de análise da pessoa refere-se à embreagem actancial.

(Excerto 17):

Queriam nos matar, disseram que iam nos matar. Mas é difícil matar essa Ministra. Mas, por recomendação minha filha não está em Brasília.

No excerto acima, encontramos, um exemplo de pessoa subvertida, formada a partir de uma embreagem, que consiste na neutralização de oposições no interior da categoria de pessoa. Nesse caso, temos a terceira pessoa (*e/la* - “essa ministra”) substituída pela primeira do singular. Damares toma a palavra, referindo a si própria, não como a primeira pessoa do singular, mas como a terceira. A ministra utiliza dessa estratégia para neutralizar a primeira pessoa do singular. Tal utilização, faz com que Damares esvazie toda e qualquer subjetividade e se apresente como papel social, o de ministra, e não como um ser individual.

3.2A categoria de tempo

Ao adentrarmos na análise do tempo, deve-se salientar que, para Fiorin (2016), a construção do tempo linguístico¹² é delineada a partir do momento da enunciação (agora). E, a partir disso, são traçadas as categorias de

¹² Para Fiorin o tempo linguístico é diferente do tempo crônico, a sucessão de acontecimentos e sua duração e o tempo físico, aquele registrado no calendário. Para o autor, o tempo linguístico é “organicamente ligado ao exercício da fala, que ele se define e se ordena como função do discurso. Esse tempo tem seu centro no presente da instância da fala” (FIORIN, 2016, p. 126).

/concomitância/ *versus* /não concomitância/, essa última ainda se subdivide em /anterioridade/ *versus* não /anterioridade/.

Feitas essas projeções criam-se três momentos de referência: um concomitante ao agora (presente); um anterior ao agora (pretérito) e um posterior ao agora (futuro). Aplica-se a categoria /concomitância/ *versus* /não concomitância/ a cada um desses momentos de referência (FIORIN, 2014, p. 59).

O autor explica que o momento de referência (devorante MR) liga-se ao momento da enunciação, já que este é o eixo que organiza o tempo na língua. Desse modo, no discurso de posse da ministra Damares, o MR é o presente, correspondendo ao dia da posse, 02 de janeiro de 2019.

Em relação à categoria de concomitância, destacamos o presente pontual, expresso, por exemplo, em verbos como “ser”, “posso”, “temos”, “falo” bem como em outros, do modo que se nota abaixo:

(Excerto 18):
Bolsonaro é presidente do Brasil.

(Excerto 19):
Quando digo vida, eu também falo vida em abundância. Mas esse também é o Ministério da mulher.

Esses verbos expressam estados ou transformações que ocorrem no momento de referência presente, ou seja, um *agora* que se passa no dia 02 de janeiro de 2019, há, portanto, coincidência entre o momento da fala e o momento da enunciação. Chamamos atenção para a repetição, durante o discurso, do verbo “ir”, conjugado em primeira pessoa do singular do presente do indicativo: “vou”.

(Excerto 20):
Eu vou encerrar dizendo uma coisa para vocês: quando se enterra uma criança viva, as mães que estão comigo hoje em Brasília e que foram obrigadas a enterrar uma criança viva, elas contam que quando se enterram uma criança viva, ela não morra na hora.

Ele também sinaliza um presente que marca uma coincidência entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente. Podemos

confirmar tal pressuposição pelo uso da ancoragem *hoje*, um advérbio de tempo que sinaliza o momento de referência: “02 de janeiro de 2019”.

Devemos salientar, ainda, o uso do pretérito perfeito 1 (FIORIN, 2016, p. 135), no qual marca uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento de referência, ou seja, o presente, designado pelo *agora*, ocorrido no dia *02 de janeiro*.

(Excerto 21):

Fui serva desses parlamentares por 20 anos, mas *fui* parceira, *fui* companheira. E vou dizer uma coisa, posso falar: *fui* pastora de alguns também. O estado é laico, mas sou terrivelmente cristã. *Fui* pastora de alguns, amigas.

(Excerto 22):

Um dos desafios desse atual governo é acabar... Uau! Com o abuso da doutrinação ideológica. Trabalharemos junto com o poder público para construir um Brasil em que nossas crianças tenha acesso à verdade e sejam livres para pensar. Acabou a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes no Brasil.

Nos dois excertos acima, o momento dos acontecimentos, expresso pelos verbos *fui* e *acabou*, conjugados no pretérito perfeito do indicativo, são anteriores ao momento de referência. Contudo, é importante ressaltar o efeito de sentido do uso dos verbos no passado. No excerto 13, assim como em outras passagens do texto, o uso de *fui* é utilizado para indicar algo relacionado à narrativa de vida da ministra Damares. Ela sempre utiliza o verbo *fui* para remeter a algo de sua formação familiar ou religiosa. Os demais verbos localizados no passado, como no excerto 14, remetem a ações ou políticas dos governos anteriores, principalmente ligados à “era PT” (2002 – 2016).

Destacamos ainda o uso do futuro do presente, que, aqui, indica uma posterioridade ao “momento do acontecimento em relação a um momento de referência presente” (FIORIN, 2016, p. 136).

(Excerto 23):

Seremos proativos para evitar a gravidez inesperada, que alcança meninas cada vez mais novas.

(Excerto 24):

*Somos o pior país da América do Sul para ser menina, mas os governos Bolsonaro se propõem que em pouco tempo *seremos* o melhor país do mundo para se criar menina.*

Em relação ao momento de referência presente, o *seremos* indica uma posterioridade do momento do acontecimento. Não obstante, observamos que todos os verbos utilizados no futuro remetem a promessas relacionadas ao governo Bolsonaro, todos com conotações positivas.

3.3A categoria de espaço

De acordo com Fiorin (2016, p. 229), “das três categorias da enunciação, a menos estudada é o espaço”, uma vez que ela possui menor relevância no processo de discursivização. Desse modo, temos, nos comentários, um espaço demarcado pelo *aqui*, caracterizando uma debragem espacial enunciativa.

(Excerto 25):
Eu estou vendo tanto parlamentar aqui.

(Excerto 26):
E aqui eu quero fazer justiça a uma voluntária linda e incrível: a Desirré.

(Excerto 27):
E aqui eu quero mandar um recado para os pedófilos de plantão e para os abusadores de plantão e para os exploradores de criança e adolescente.

(Excerto 28):
E aqui eu quero lembrar, Sérgio Moro é ministro do governo Bolsonaro.

(Excerto 29):
A mais linda indígena do mundo é minha filha. Que não teve a alegria de estar aqui, porque foi ameaçada junto com a mãe.

O uso do *aqui* no discurso de Damares simboliza um espaço demarcado, gerando um efeito de sentido de aproximação da origem da fala com o lugar. Além disso, nota-se que o uso da *aqui* remete, principalmente, ao “aqui” do governo Bolsonaro e não apenas ao espaço do qual está sendo proferido o discurso.

O uso dos pronomes demonstrativos *este* e *esse* também são recorrentes na fala da ministra. Como notamos nos excertos abaixo:

(Excerto 30):
Este novo tempo para o Brasil. (...) Mas olha aonde o nosso sonho nos trouxe: num Brasil novo, num momento novo para esta nação.

(Excerto 31):

A vida, nosso bem maior, é o ponto de partida. Esse Ministério foi pensado, estruturado a partir dela, de sua proteção e seu cuidado. No que depender deste governo e desta equipe, sangue inocente não será mais derramado em nosso país. Esse é o Ministério da vida. Quando digo vida, eu também falo vida em abundância. Mas esse também é o Ministério da mulher.

O uso desses pronomes atualiza o ser no discurso, situando-o no espaço, com a função de designar, mostrar e marcar a singularidade do objeto a que se refere. De acordo com Fiorin (2016, p. 237), “todas essas funções são faces de um mesmo papel desempenhado pelos demonstrativos: designar seres singulares que estão presentes para os actantes da enunciação seja na cena enunciativa, seja no contexto”.

Desse modo, há uma demarcação do *este* e do *esse* no discurso, remetendo novamente às promessas do governo Bolsonaro. Os pronomes são usados como um argumento legitimador do novo governo, */este é o novo tempo/, /esse é o Ministério da vida/, inserindo o novo governo em uma posição oposta aos governos anteriores.*

Considerações finais

Benveniste (2005) ensina-nos que a língua funciona como processo de inter-relação entre os homens no mundo. Em se tratando disso, a análise enunciativa torna-se cada vez mais uma categoria importante para compreendermos a relação entre o *eu* e o *outro* na linguagem.

Desse modo, ao nos depararmos com os apontamentos realizados no decorrer do artigo, verificamos que, durante o desenvolvimento de sua fala, a locutora apresenta um ponto de vista sobre os assuntos mencionados em seu proferimento, implicando-os ao que Charaudeau (2006) denominou de imaginário sociodiscursivo da tradição.

O fato de a locutora “ministra Damares Alves” haver posto este imaginário em sua fala relaciona-se à impossibilidade de um discurso desvencilhar-se de outro, uma vez que ele é permeado pela interdiscursividade. Sendo assim, o imaginário da tradição é consequência não de uma visão pessoal de Damares Alves, enquanto ser humano de carne e osso, mas da ministra Damares, ser de linguagem, a qual analisamos, e que inter-relaciona em sua fala

elementos, principalmente, do discurso familiar e do religioso, interligando-os ao discurso político. Esses constituem discursos mais tradicionais do que outros, os quais, por isso, mesclam-se em uma visão também tradicional da gestão política.

No proferimento analisado, Damares propaga um *status* de liderança, o qual se passa por seu modo de ser. Por meio dele, a locutora apresenta-se como “pastora”, “ministra”, “mãe”, “salvadora”. Bem como coloca-se como alguém que não se abate pelas críticas ou ofensas recebidas, nem mesmo pela daqueles que a chamam de “louca”.

A locutora procura estabelecer com seus pares uma relação de confiança recíproca mediante categorias de pessoa que excluem alguns sujeitos e integram outros à sua fala. Um dos meios que foram utilizados para isso constitui a utilização do pronome pessoal da primeira pessoa do plural (“nós”). Este pronome domina o desenvolvimento do discurso de Damares, junto ao pronome pessoal de primeira pessoa do singular (“eu”) e do pronome possessivo de primeira pessoa do singular (“meu”).

No que se refere ao tempo, notamos haver o predomínio do presente pontual e do pretérito perfeito 1. Ao utilizar destes mecanismos, cria-se o imaginário de um passado tenebroso em oposição a um futuro promissor, futuro do qual ela se vê fazendo parte. Já na análise da espacialidade, o *aqui* torna-se evidente, ao demarcar o espaço em que Damares encontra-se inserida, o qual consiste em fazer parte da equipe política do presidente Jair Bolsonaro.

Em vista disso, a locutora usa de categorias enunciativas (pessoa, espaço e tempo) para criar um efeito de aproximação e de identificação com o interlocutor do seu discurso. O *eu*, tematizado na figura de Damares, apresenta um imaginário de tradição, com um discurso de “retorno às fontes”, no qual o locutor procura colocar-se como exemplo de “fidelidade” e de “responsabilidade” em relação ao outro.

O que pudemos constatar ao realizar uma análise enunciativa, juntamente com uma análise do imaginário sociodiscursivo de tradição, é que no “fazer político” da ministra há uma cisão entre o privado (as narrativas pessoais) e o público (congruente ao institucional, exigido pelo cargo). Não obstante, destacamos que a fala de Damares representa o insurgir do “fazer político”, apresentado durante a campanha de Jair Bolsonaro à presidência, insurgir regido por discursos polêmicos, que enfatizam o *modus operandi* de uma política do *nós* contra o *eles*.

Bibliografia

ARENDETT, H. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDETT, H. **Sobre a revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. Vol. 1. Tradução Maria de Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes 2005.

BONAZZI, T. Conservadorismo In.: BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Coordenação da tradução João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHARAUDEAU, P. “Uma teoria dos sujeitos da linguagem”. In: MARI, H. et al(org). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: NAD/FALE-UFMG, 2001.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. A política e o espetáculo em Jair Bolsonaro, João Doria e Nelson Marchezan. **Revista Alterjor**, ano 9, vol. 2, ed. 18, jul.-dez. São Paulo, 2018, p. 177-200.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, L. A. de. Disputa Eleitoral de 2014: As velhas práticas políticas num contexto de novas configurações midiáticas. In: ASSUNÇÃO, Antônio Luiz et al (Org.). **As letras da política**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 185-201.

RELAÇÕES SEMÂNTICAS ENTRE A DESIGNAÇÃO APOSITIVA E A FORMAÇÃO NOMINAL DE NOME PRÓPRIO

Neuza Zattar
UNEMAT/PPGL

Introdução

A estrutura morfossintática das formações nominais, constituída de nome (um substantivo), de nome + adjetivo, de pronomes substantivo e adjetivo, oração subordinada adjetiva e sintagmas preposicionais, com valor sintático de adjunto adnominal e complemento nominal, agrega, pelo procedimento de aposição, termos sintáticos como adjunto adnominal, aposto e orações, e conceitos teóricos da Semântica da Enunciação como predicação (DIAS, 2015), reescrituração apositiva (GUIMARÃES, 2018) e estrutura nominal de inserção. (LADEIRA, 2018). Os próprios campos teóricos a que pertencem esses termos já se encarregam de torná-los independentes, uma vez que na gramática a significação dos termos sintáticos se dá pela relação entre os elementos linguísticos dispostos na oração; e os sentidos das noções teóricas se constroem no acontecimento de linguagem na sua relação com outros campos teóricos.

Pensando a multiface das relações apositivas, propomos neste trabalho analisar, em textos recortados de jornais eletrônicos, como se constituem as relações semânticas entre o aposto na condição de designação apositiva (DA) e a formação nominal (FN) constituída de nome próprio de pessoa, examinando como a (DA) significa e identifica réu em processos que têm como litígio a soltura desse réu pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Inicialmente, abordaremos a designação sob o aspecto enunciativo e, na sequência, os conceitos teóricos que fundamentam a Semântica da Enunciação desenvolvida por Dias (2015, 2017, 2018a, 2018b), como formação nominal, pertinência enunciativa e referenciais históricos, e um estudo sobre as construções apositivas.

A designação sob o aspecto enunciativo

Nas gramáticas normativas do português do Brasil, o substantivo é conceituado, de modo geral, sob o ponto de vista semântico como a classe que

nomeia ou designa seres, coisas e ideias. Por esse critério, identifica-se inicialmente o ser para considerar como substantivo a palavra que o representa, ou seja, para estabelecer uma relação entre o nome (a linguagem) e o objeto ou coisa a que se refere (o mundo).

Segundo Monteiro (1991), a questão do conhecimento do ser é problemática, considerando que muitos nomes não designam seres e, por outro lado, qualquer vocábulo ou expressão pode assumir a função de substantivo, como “o sim”, “o viver”, “o aqui” e “o agora” etc.

Ao contrário de nomes que, em geral, estabelecem com os objetos uma relação de referência, em que para cada nome deve-se corresponder um objeto no mundo, conforme os postulados de Frege, ou de semântica que se utiliza de referenciais, como os dêiticos de Benveniste, para referir ou apontar os objetos no mundo, numa determinada situação de linguagem, Guimarães (2002, 2017) defende que enunciativamente os nomes, de acordo com a classe de palavras a que pertencem, designam e se constituem na enunciação em que se dão esses nomes, ou seja, a nomeação constitui a designação de algo por estar afetada por outro nome com o qual estabelece relação, ao mesmo tempo, linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia.

Vejamos nas obras de Guimarães e no artigo de Dias e Silva como se dá a construção do conceito de designação.

Em *Os Limites do Sentido*, “a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, mas exposto à diferença”. (GUIMARÃES, 2005, p. 74). Nessa mesma direção, Zoppi-Fontana (1999, p. 203), em “É o nome que faz fronteiras”, caracteriza as designações “como relações semânticas instáveis produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito, a partir das quais instala-se um sentido, apagando outros possíveis, dizíveis.”

Em *Semântica do Acontecimento*, Guimarães (2002, p. 9) assinala que a designação de uma palavra, de um nome,

é sua significação, enquanto algo próprio das relações de linguagem e também, por isso mesmo, enquanto uma relação simbólica exposta ao real, enquanto uma relação tomada na história. Deste modo, a designação identifica objetos, tal como diria Rancière.

No texto 'Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano', a designação é definida como "a significação de um nome na relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo homem" (Idem, 2003, p. 54), ou seja, a designação é uma relação ao mesmo tempo linguística e histórica.

No texto 'Relações apositivas: dinâmica dos lugares de enunciação nas relações de designação', Guimarães (2018a, p. 83), além de manter a posição que considera a designação "como uma relação com as coisas como produzidas pela significação da linguagem", acrescenta que "a produção da designação se dá pelo modo como se constitui a alocação no acontecimento de enunciação".

Em *Semântica: Enunciação e Sentido*, Guimarães (2018b, p. 151) diz que a designação, para a semântica da enunciação que desenvolve, "não é sinônimo de referência ou denotação", para ele, a designação, enquanto categoria de nível metodológico, "configura o sentido de um nome, estabelecendo a relação deste nome com as coisas tomadas como existentes". Continuando diz o autor, "trata-se de um processo pelo qual os nomes identificam aquilo sobre o qual falam. (Idem, p. 165-166).

Nessa linha, Dias e Silva (2015, p. 153), no texto "Formas nominais designativas na constituição do perfil feminino: uma abordagem enunciativa", concebem o processo designativo "como histórico, em que o sentido é determinado pelas condições sociais de sua existência", tendo em vista o funcionamento da língua afetado pela memória do dizível no acontecimento da enunciação.

As definições de designação apresentadas têm em comum as relações de sentido de um nome com outros nomes, em que esses nomes não só identificam como dizem algo sobre o que é colocado como existente no acontecimento de enunciação. E esse acontecimento, tomado pelo político, funciona como o fundamento das relações sociais, de modo que um determinado nome recebe uma designação não pelo significado denotativo ou literal de que é constituído, mas pela relação de sentidos que estabelece com outros nomes enunciados expostos ao que lhes é exterior. (ZATTAR, 2012). Como o processo de designação se movimenta com o funcionamento da língua no acontecimento do dizer, podemos dizer que as designações dadas pelos nomes mudam à medida que os nomes vão constituindo novos significados, pois, designar "é constituir significação como uma apreensão do real, que significa na linguagem

na medida em que o dizer identifica este real para os sujeitos”. (GUIMARÃES, 2005, p. 91). Esse real, descrito como “a que o dizer se expõe ao falar dele” (Idem, p. 12), não é representável no seu todo e pode ser distinto para outros sujeitos, o que torna instável o processo de designação.

A Semântica da Enunciação e a Formação Nominal (FN)

Para o propósito deste trabalho, revisitaremos a definição de Semântica da Enunciação e o conceito de enunciação e, em seguida, passaremos a apresentar os conceitos teóricos desenvolvidos por Dias (2015, 2017, 2018a, 2018b), que deverão fundamentar a nossa análise sobre a designação, uma das formas apositivas da formação nominal.

A Semântica da Enunciação é definida por Guimarães (2018c, p. 22) como “uma disciplina que analisa os sentidos dos enunciados que integram textos nos acontecimentos que os produzem”. Essa integração é fundamental, segundo o autor, para que ocorra a constituição do sentido dos enunciados e das expressões que o integram.

Dias (2018a), filiado aos estudos enunciativos de Ducrot (1984) e Guimarães (2005), conceitua a enunciação como

o acontecimento da produção do enunciado, o qual se constitui na relação entre uma memória de natureza histórica, configurada por enunciados outros, produzidos em outros tempos e lugares, e uma atualidade do dizer. (DIAS, 2018b, p. 24).

Ou seja, algo é enunciável quando o dizer é atualizado a partir de um memorável (um conjunto de enunciações, de natureza histórica, realizadas em outros tempos e lugares), projetando novas enunciações, novas interpretações, novos desdobramentos de sentidos. E é essa relação com o que lhe é exterior que se presentifica na enunciação e constrói sentidos para o que se diz.

Antes de adentrarmos o conceito de formação nominal (FN), consideramos importante apresentar a diferença entre o sintagma nominal (SN), cujas propriedades dos nomes que o constituem descrevem linguisticamente a sua construção morfossintática; e a formação nominal (FN), que significa por sua abordagem enunciativa e o seu conceito aparece como alternativa ao conceito do sintagma nominal.

Passamos a discutir os conceitos formulados por Dias (2015, 2017, 2018a) que serão mobilizados nas análises.

Formação Nominal

A formação nominal, segundo Dias (2018c, p. 12),

não designa nem o *produto* da constituição morfológica de nomes compostos, como nos estudos estruturalistas, e nem o *produto* de um corte sintagmático propulsor do nome sintagma. Ao contrário, designa o *processo* de constituição dos nomes e de seus articuladores do ponto de vista da enunciação. O foco dessa abordagem tem sido, até o presente, o desenvolvimento das razões enunciativas que explicam a articulação do nome aos seus determinantes, na perspectiva do processo, e não do produto, numa abordagem de ordem explicativa e não simplesmente descritiva.

A partir dessa citação, podemos dizer que a formação nominal, enquanto categoria enunciativa, significa além da perspectiva de sua constituição morfossintática e sintagmática, por designar o processo de constituição dos nomes e de seus articuladores no acontecimento da enunciação. Nesse processo são cruciais as razões enunciativas pelas quais se dá a articulação entre o nome e seus determinantes, e para que essa relação articulatória ocorra, segundo Dias (2018b), são fundamentais os conceitos de referencial histórico e pertinência enunciativa numa perspectiva de ordem explicativa. Esses conceitos, imbricados sócio-historicamente, fazem da enunciação um acontecimento social.

Referencial histórico

Dias (2018a, p. 142) desenvolve o conceito de *referencial*, inspirado em Foucault (1969), como “o domínio de ancoragem da significação na língua, a partir do funcionamento das relações sociais”. Desse modo, as relações sociais tratadas por Dias (2015) têm origem na relação do indivíduo com o(s) outro(s) indivíduo(s) no meio familiar, social, educacional, religioso, político e cultural, que marcam individualmente o discurso de cada sujeito, identificando-o, situando-o historicamente no meio em que vive a partir do lugar social que constrói nessas instituições.

A partir do conceito de *referencial* calcado no “suporte institucional” dos nossos dizeres, Dias (2018a, p. 101) sustenta que é o referencial histórico que

“vai sustentar a qualificação enunciativa das formas linguísticas”, por entender como Guimarães (2017) que “o dizer se torna pertinente nas práticas de linguagem cotidianas quando uma demanda do presente produz relação com memoráveis de outros dizeres”. (DIAS, 101-102). Assim, “o memorável de outros dizeres, constituídos na instância do “já enunciado”, são parte desse referencial histórico, ou dos domínios de ancoragem do enunciado, tendo em vista o funcionamento histórico social da língua”. (DIAS, 2018a, p. 101). É pertinente destacar que o memorável não constitui os referenciais históricos, ao contrário, são os referenciais históricos que o constituem à medida que são evocados no acontecimento do dizer.

Com esse entendimento, vamos mostrar como se dá a construção de possíveis referenciais históricos que adquirem pertinência para a unidade nominal “Réu”¹: aquele que é apontado como mandante do crime; que se apresenta espontaneamente, impedindo prisão em flagrante; que tem culpa(s); autor ou coautor de crime ou delito; que confessa, judicial ou extrajudicialmente; que não conta com a defesa de um advogado; aquele que é preventivamente preso mas é solto por determinação de ministro do STF. Estes domínios de ancoragem, conforme Dias (2015, p. 120), “não são excludentes na relação uns com os outros, mas podem ser evocados separadamente na enunciação.”

Pertinência enunciativa

O termo *pertinência*, segundo Dias (2018a), se constitui a partir da noção de pertencimento ou pertença e o conceito de pertinência enunciativa se fundamenta na ideia de adesão. Numa cena enunciativa, por exemplo, a adesão ou a não adesão dos alocutários x e y à proposta do locutor-x em relação à soltura dos réus produz reações distintas, e essas reações dos alocutários x e y passam a fazer parte do domínio do enunciado do locutor-x. Ou seja, adquirem pertinência com o que disse o locutor-x por serem afetados pelo dizer desse locutor. Independente de um dos alocutários achar não pertinente, ou não

¹ Palavra inscrita nos enunciados que serão analisados.

adequada a proposta do locutor-x, essa posição não apaga e/ou não desfaz a sua relação de pertencimento ao que disse o locutor-x².

Essas relações enunciativas ocorrem pelo fato de os sujeitos da linguagem serem “constitutivamente históricos, instados a responder, a interpretar, a interferir enunciativamente nas situações que se lhes apresenta”. (DIAS, 2018a, p. 103). Ou seja,

As respostas, as interpretações, as interferências que se efetivam na enunciação, isto é, as respostas às demandas do presente são constitutivas do acontecimento enunciativo. Ou seja, é a “demanda do presente” que estamos denominando pertinência enunciativa. (Idem).

Nesse quadro, a pertinência do enunciado ou respostas às demandas do presente se realiza no espaço de enunciação toda vez que o sujeito da linguagem é instado a dizer algo, seja por meio de uma pergunta, interpretação e/ou interferência. Essa relação, conforme Dias (2018b, p. 25), “se dá por meio do acionamento da língua, estabelecendo para o sujeito a necessidade de significar pela linguagem”.

A pertinência enunciativa, por ocorrer em um espaço de enunciação, é concebida na relação entre recortes de memória e da demanda de um presente que se presentifica pelos referenciais, movimentando as formações articulatórias que constituem a sintaxe do enunciado, a sua constituição formal.

Ou seja, a pertinência enunciativa se dá como ponto de encontro entre uma atualidade do dizer (demanda do presente) e recortes de um passado (referenciais históricos), movimentando a articulação entre o nome e seus determinantes que constituem a unidade da formação nominal. Assim, a significação das formações nominais é constituída pela relação entre os referenciais históricos e as pertinências enunciativas.

Nesta pesquisa, as formações nominais extraídas de textos que circulam em jornais eletrônicos são constituídas de nome próprio de pessoa e agregam, pelo procedimento de aposição, as construções apositivas que serão analisadas na condição de designação apositiva, numa abordagem enunciativa.

² Parafraseando o exemplo apresentado por Dias (2015, p. 120).

As construções apositivas

O termo *aposição* se funda no quadro das figuras de construção e o seu lugar é marcado no discurso linguístico medieval. Segundo Franck Neveu (2000, p. 4), a noção dessa palavra

aparece nas gramáticas latinas dos séculos IV e V, descrita como uma construção epítética, sob as nomenclaturas *d'adjuncta, d' apposita ou sequentia*, formada de uma frase em apoio a um nome, cujo significado é completado ou determinado, e cuja estrutura pode ser também designada como explicação adicionada³.

A partir do século V, as gramáticas latinas, entre outras denominações possíveis, qualificam as construções epítéticas de apositivas. Por muito tempo, os estudos da aposição foram negligenciados, e como suas definições, segundo Neveu (Idem), “não variaram significativamente nas gramáticas do Latim do final do século XV, reaparecem nas análises com a função semântica de atribuir uma propriedade ao nome, por exemplo, “César, homem de grande espírito”.⁴

Joanna Górniewicz (2016), antes de destacar a noção de *aposição* na gramática francesa, apresenta essa noção sob a visão da gramática latina: “a aposição designa um caso particular de complementação nominal, realizada por um nome flexionado no mesmo caso que o nome-suporte e o seu correferencial”⁵. Essa definição agrega dois tipos de aposição:

- (1) aposição relativa⁶ ou afixação por determinação ou qualificação⁷ que expande a extensão da noção à qual se aplica. Ex.: *Dionísio, servo meu. Dionísio, meu escravo*. Um nome sem expansão também pode ser interpretado como uma aposição. Ex.: *Cícero cônsul, Temístocles imperador*;
- (2) aposição circunstancial⁸ ou aposição predicativa⁹ que, ao completar o nome de acordo com o assunto, fornece informações sobre o

³ Tradução nossa.

⁴ Tradução nossa.

⁵ GÓRNIKIEWICZ (2016) apud LONGRÉ, 1990, p. 8; NEVEU, 2000, p. 5; SAMOLEWICZ e SOŁTYSIK, (2000, p. 19).

⁶ Idem (2016) apud SAMOLEWICZ e SOŁTYSIK (2000, p. 19).

⁷ Idem (2016) apud LAVENCY (1997, p. 120).

⁸ Idem (2016) apud SAMOLEWICZ e SOŁTYSIK (2000, p. 20-21). Tradução nossa.

⁹ Idem (2016) apud LAVENCY (1997, p.120).

estado do referente desse nome em relação à predicação principal:
*Furius, uma criança, aprendeu o que deveria aprender*¹⁰.

Segundo Joanna Górniewicz (2016), há autores para os quais a aposição também se aplica a estruturas do tipo *Roma de urbs (cidade de Roma)*, *flumen Rhodanus* (rio Rodes), e para os que a rejeitam, as construções encontram lugar entre os epítetos¹¹, nomes próprios que asseguram a identificação do nome, completam e o trocam por um adjetivo.

No Brasil, no início da segunda metade do século XX, o documento Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), criado pela Portaria nº 36/MEC, de 28 de janeiro de 1959, institucionaliza gramaticalmente o aposto como termo acessório da oração, que passa a ser adotado pelas gramáticas de língua portuguesa tradicionais posteriores a esse advento.

Para a definição do aposto e suas possíveis variações, escolhemos três gramáticas tradicionais recém-publicadas após a adoção da NGB (1959) e uma que trata do aposto na categoria de sintagma nominal. Vejamos.

Na *Gramática da Língua Portuguesa - Para o Ensino Médio*, de Carlos Goes e Herbert Palhano (4. ed. 1961), o aposto é descrito como uma expressão de caráter explicativo, em referência a um termo anterior. Para os gramáticos, o termo modificado pelo aposto é chamado de fundamental.

Na *Gramática de Língua Portuguesa* (5. ed. 1979), de Celso Ferreira da Cunha, o aposto “é o termo de caráter nominal que se junta a um substantivo, a um pronome ou a um equivalente destes, a título de explicação ou de apreciação”. (Idem, p. 162). Os autores estabelecem duas funções para o aposto: enumerativo ou recapitulativo.

Na *Moderna Gramática Portuguesa – Cursos de 1º e 2º graus*¹², de Evanildo Bechara, (15. ed. 1980), o aposto é definido como “um termo oracional de natureza substantiva ou pronominal que se refere a uma expressão de natureza substantiva ou pronominal para melhor explicá-la ou para servir-lhe de equivalente, resumo ou identificação”. (BECHARA, 1980, p. 213).

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem apud LONGRÉE (1990); LAVENCY (1997, p. 119), SAMOLEWICZ e SOŁTYSIK (2000), para algumas construções.

¹² A primeira edição dessa gramática ocorreu em 1961.

Bechara (idem, p. 212) subdivide o aposto em várias funções: enumerativo, explicativo, recapitulativo, distributivo, especificativo, circunstancial e em referência a uma oração inteira.

Nessas gramáticas, observamos duas questões que consideramos importantes destacar: as definições do aposto têm em comum o caráter explicativo do termo nominal e a variação dos traços morfossintáticos e semânticos. Em relação a estes traços, a constituição do aposto não é exclusiva do substantivo e/ou pronome, e concordamos com a análise de Moraes (2000) quando diz que o aposto “pode ser representado por outras classes gramaticais e por unidades maiores; sintaticamente, se “o aposto repete a mesma função sintática do termo que o antecede ou precede, não poderia ao mesmo tempo especificá-lo ou explicá-lo, pois a função de modificador já o colocaria em outro nível de construção”; e, semanticamente, “se o ser designado pelo nome e pelo aposto pode ser um só e o mesmo na realidade extralinguística, a cada designação pode corresponder um referente diverso”. (MORAES, 2000, p. 249). Este último aspecto é corroborado por Brito (2003, p. 366) em Teixeira e Mello (2003, p. 5), ao afirmar que “Os apositivos modificadores constituem um comentário avaliativo do locutor sobre uma entidade denotada pela expressão nominal”, expressando outros valores semânticos, o que significa dizer que os sentidos dos apositivos modificadores mudam à medida que os lugares sociais dos interlocutores no acontecimento da enunciação também mudam.

Na *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, José Carlos de Azeredo (2. ed. 2008) inclui o aposto entre os termos do sintagma nominal (SN) e explica por meio do exemplo “O romance *Vidas Secas*” que a aposição é um processo por meio do qual o núcleo fundamental do SN (romance) vem acompanhado de um segundo SN, seu núcleo secundário (*Vidas Secas*), que particulariza a referência classificatória do primeiro. Nessa definição, o aposto pode dispensar o núcleo primário e constituir por si só o SN, ou seja, o aposto pode ser suprimido sem prejuízo à compreensão da oração.

Azeredo (2008), nessa definição, destaca a natureza referencial do aposto, mas não menciona a natureza sintática e nem o valor semântico do sintagma. E, ao apresentar funções para o aposto, segue a mesma tipologia descrita nas gramáticas tradicionais, divergindo da ideia de que as diversas

funções agregadas ao aposto produzem sentidos outros e de que esse termo é visto como desnecessário para a compreensão do enunciado.

No entanto, nos enunciados abaixo:

(a) O pedido vale para processos que envolvem o empresário Orlando Diniz, **ex-presidente da Fecomércio, réu em processos da força-tarefa da Lava Jato no RJ por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa**; (Grifo nosso)

(b) O pedido vale para processos que envolvem o empresário Orlando Diniz.

observamos que o exemplo em (b) se tornaria incompreensível sem a presença dos apostos *ex-presidente da Fecomércio* e *réu em processos da força-tarefa da Lava Jato no RJ por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa*, que identificam o empresário e a sua condição de *réu* no processo da força-tarefa da Lava-Jato.

Análise

Retomando o nosso objetivo, passaremos a analisar as relações semânticas entre o aposto na condição de designação apositiva (DA) e a formação nominal (FN) constituída de nome próprio de pessoa, examinando como a (DA) significa e identifica réu nos processos que têm como litígio a soltura desse réu pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Vamos aos recortes.

(R1) RIO - Os procuradores da força-tarefa da Lava-Jato no Rio pediram à Procuradoria-Geral da República para requerer ao STF a suspeição ou impedimento do ministro Gilmar Mendes nos casos que envolvam o **ex-presidente da Fecomércio, Orlando Diniz. Um dos 20 presos preventivamente por determinação da Justiça Federal do Rio no âmbito da Lava-Jato** a quem Gilmar concedeu liberdade no último mês

O pedido da Lava-Jato no Rio se baseia na relação comercial da Fecomércio com o Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), "instituição que é hoje controlada exclusivamente" pela família de Gilmar, como apontam os procuradores no documento.
[...]

Em março, o empresário foi **denunciado por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa**. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), **ele** teria sido **o responsável pelo desvio de pelo menos R\$ 10 milhões dos cofres públicos**.¹³

A enunciação do texto jornalístico acima é um acontecimento de produção de enunciados que dizem sobre a deflagração da operação Lava-Jato no Rio de Janeiro, envolvendo autoridades jurídicas e o ex-presidente da Fecomércio, e se constitui pelo cruzamento entre referenciais históricos e pertinências enunciativas dos enunciados, que se atualizam no espaço de enunciação. Ou seja, o que dizem sobre o ex-presidente da Fecomércio adquire relação de pertinência com memoráveis de outros dizeres já enunciados.

A textualidade desse recorte é integrada de enunciados que constroem linguística e semanticamente o envolvimento judicial de Orlandi Diniz no comando da Fecomércio do Rio de Janeiro, a partir do litígio criado pelo pedido de suspeição do ministro Gilmar Mendes pelos procuradores da Lava-Jato, por conceder liberdade ao ex-presidente da Fecomércio.

Na primeira ocorrência do R1, a designação apositiva “o ex-presidente da Fecomércio” estabelece relações de sentido com a formação nominal “Orlando Diniz”, que, constituído de um nome próprio de pessoa, significa a identificação social e jurídica do presidente afastado da Federação Comercial do Rio. A formação nominal, conforme Dias (2015a, p. 120), “privilegia o processo de formação dos nomes, isto é, o jogo de referenciais que sustentam um nome enquanto unidade de designação.”

A designação “o ex-presidente da Fecomércio”, produzida nas relações de linguagem no acontecimento do dizer jornalístico, diz sobre o afastamento do presidente da Fecomércio do Rio e significa, pelo funcionamento do prefixo latino “ex-”, a alteração no referencial de poder de Orlando Diniz que se desloca na direção do desprestígio social e político. E é nesse confronto de dois domínios

¹³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-gilmar-mendes-soltar-presos-da-lava-jato-mpf-do-rio-entra-com-novo-pedido-de-suspeicao-22751181>. Acesso em: out. 2018.

de mobilização, segundo Dias (2018a), que “as articulações de sentido formam divisões sociais”. E nesse espaço de diferença, de conflito, que se constituem os dizíveis que afastaram Orlando Diniz da presidência da Fecomércio.

É interessante observar que mesmo na condição de ex-presidente da Fecomércio, o nome “Orlando Diniz” não é associado a nenhuma ocorrência judicial que justifique o seu afastamento e, da mesma forma, o emprego da expressão “casos que o envolvam” também não o vincula judicialmente a nenhum delito. Esse modo de escolher certas palavras e não outras para traduzir a perda de poder do ex-presidente estabelece relações políticas e comerciais com outros dizeres que circulam enunciativamente dentro e fora da Fecomércio. Ou seja, são dizeres regulados por determinadas formas de dizer e modos de se fazer reconhecer pela linguagem. (DIAS, 2018a).

A designação “o ex-presidente da Fecomércio” também é uma formação nominal que traz como referencial histórico a instituição Fecomércio, uma federação que reúne sindicatos patronais dos setores de comércio e serviço do estado do Rio de Janeiro, e preside os Conselhos Regionais do SESC (Serviço Social do Comércio) e do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio). Esse memorável “constituído de outros dizeres, na instância do “já enunciado”, são parte desse referencial histórico, isto é, desses domínios de ancoragem do enunciado, tendo em vista o funcionamento histórico-social.” (DIAS, 2018a, p. 101).

Ainda na ocorrência do R1, a designação apositiva “um dos 20 presos preventivamente [...] no âmbito da Lava-Jato” mantém com a mesma formação nominal relações semânticas”, por significar a intervenção judicial na Fecomércio que resultou na prisão preventiva do ex-presidente. Essa designação evoca uma modalidade de prisão – prisão preventiva – que é determinada pela Justiça para impedir que o acusado atrapalhe a investigação, a ordem pública ou econômica e a aplicação da lei.¹⁴

Destacamos que, nessa ocorrência, a formação nominal “Orlando Diniz” passa a ser significada pela condição judicial de preso, ainda que nessa sequência se mantenha em suspenso o delito que causou a sua prisão preventiva. Esse mecanismo da linguagem na escolha de certas palavras e não

¹⁴ Disponível em: <http://www.turminha.mpf.mp.br/honestidade/corruptao/caso-arruda/voce-sabe-o-que-significa-prisao-preventiva> Acesso em: jun. 2019.

de outras para não caracterizar judicialmente a prisão ocorrida, remete a Orlandi (1995, p. 12) quando diz sobre a incompletude da linguagem, em que “todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”.

A designação “um dos 20 presos preventivamente por determinação da Justiça Federal do Rio [...]” é construída pela significação de um nome na relação com outros nomes expostos ao real, pois designar “é constituir significação como uma apreensão do real, que significa na linguagem na medida em que o dizer identifica este real para sujeitos”. (GUIMARÃES, 2017, p. 121). Essa designação evoca a memória de algo que não está dito, visto que no seu funcionamento enunciativo “o dizível da intertextualidade (re)significa o dito, o explícito, como também o não dito, o silenciado”. (DIAS e SILVA, 2015, p. 158).

Na última ocorrência do R1, temos duas designações que estabelecem relações de sentidos com as formações nominais “empresário” e “ele” nos enunciados que integram o R1, e se atualizam pela relação com os referenciais históricos na enunciação do texto. A primeira designação “denunciado por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa” diz sobre a posição judicial do “empresário” na condição de denunciado por corrupção e outros delitos, cujo referencial histórico é a própria designação apositiva que adquire pertinência enunciativa na medida em que estabelece relação com os dizeres na instância do já-dito sobre Orlando Diniz, e que circulam nos espaços de enunciação. Ou seja, esse já dito “Ao mesmo tempo que adquire relação com os referenciais históricos da enunciação, ele também adquire relação com a sua ocorrência no presente do enunciar.” (DIAS, 2018a, p. 142).

Essa designação, ao contrário das anteriores, significa os ilícitos cometidos pelo empresário que determinaram a passagem de sua condição de “preso preventivamente” para a de “denunciado”, uma posição judicial que se assenta no referencial histórico do direito penal brasileiro de que uma vez denunciado e já tendo ultrapassado a fase da investigação policial, caberá ao Ministério Público Federal oferecer denúncia baseada em provas e indícios suficientes da materialidade e autoria.

Nesse embate judicial, o processo de designação, para Guimarães (2001, p. 47),

significa na medida em que se dá como confronto de lugares enunciativos que movimentam a língua. Um lugar enunciativo recorta e assim constitui um campo de 'objetos'. Se se mudam os lugares enunciativos em confronto, recorta-se outro campo de 'objetos' relativos ao dizer.

Na formação nominal “empresário” ocorre alteração do referencial de Orlando Diniz, de importante gestor político de empresas do Rio de Janeiro, que tinha sob seu controle o Sistema Fecomércio-RJ, formado pela própria Fecomércio, pelo Sesc e pelo Senac do estado, à condição de denunciado por ilícitos cometidos durante a sua gestão. O que significa dizer que “faz parte do sentido não somente aquilo a que o enunciado remete, mas também aquilo que já se falou, a que o enunciado se filia”. (DIAS; ZATTAR, 2018b, p. 27).

A designação apositiva “o responsável pelo desvio de pelo menos R\$ 10 milhões dos cofres públicos” diz sobre a origem e o montante desviado pela sua relação com o enunciado e com os recortes que integram o texto. Essa designação significa a revelação da causa que deu origem à denuncia, ao expor o ilícito e o seu responsável, e se constrói na linguagem pelo modo como se constitui a alocação no acontecimento da matéria jornalística. A formação nominal representada pelo pronome reto “ele”, reescritura/anaforiza a expressão “empresário” e significa, na temporalidade desse acontecimento, o responsável pelo desvio de recursos públicos.

A pertinência do dizer das designações apositivas que aparecem na enunciação do R1 é constituída pelo cruzamento da memória do dizível com a demanda do presente no acontecimento da notícia, legitimando juridicamente a condição de denunciado de “Orlando Diniz”. Queremos destacar que a constituição da significação nas FNs, no recorte (1)

é realizada pela relação entre os referenciais históricos e as pertinências enunciativas. Essas são especificamente as condições que fundam a articulação entre os termos nas FNs, isto é, que fundam os diferentes procedimentos de agregação. (DIAS, 2018b, p. 28).

Ou seja, é fundamental o cruzamento entre os referenciais históricos e as pertinências enunciativas para que ocorram as condições de articulação entre as formações nominais e o procedimento de agregação do aposto, na condição de designação apositiva.

Passamos ao segundo recorte.

(R2) O pedido vale para processos que envolvem o empresário Orlando Diniz, **ex-presidente da Fecomércio, réu em processos da força-tarefa da Lava Jato no RJ por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa;**

[...]

Para os procuradores da força-tarefa e do Núcleo Criminal de Combate à Corrupção do MPF na 2ª Região (Rio e Espírito Santo), as investigações sobre Diniz revelaram fatos que evidenciam a eventual suspeição ou impedimento do ministro do STF.¹⁵

Na primeira ocorrência do R2, a designação apositiva “o ex-presidente da Fecomércio” repete a designação do R1. No entanto, entre as duas designações, a construção sintática muda, alternando a disposição da designação à direita da formação nominal em (R2) e à esquerda em (R1), e enunciativamente os sentidos também mudam por ocorrerem em espaços de enunciação distintos, reforçando os sentidos da identificação do empresário pelo procedimento de repetição em (R2).

A segunda designação apositiva “réu em processos da força-tarefa da Lava Jato no RJ [...]” diz sobre o empresário Orlando Diniz na condição de réu e significa pela sua relação com os processos investigados pela força-tarefa da Lava Jato no RJ. Essa designação traz como memorável a junção de todos os fatos anteriores que significam as condições pelas quais passou o empresário nos processos: “ex-presidente da Fecomércio”, “um dos 20 presos”, “denunciado por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa”, “o responsável pelo desvio de pelo menos R\$ 10 milhões dos cofres públicos” até “réu”. Essas designações apositivas fazem parte de um processo social e histórico pelo qual os nomes identificam aquilo sobre o qual falam nas relações de linguagem no acontecimento da matéria jornalística. (GUIMARÃES, 2018b).

A designação “réu em processos da força-tarefa da Lava Jato no RJ [...]” evoca o memorável do processo da denúncia encaminhado ao juiz, que determina a abertura de um processo criminal no qual o acusado passa à condição de réu,

¹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/lava-jatorj-quer-impedimento-de-ministro-gilmar-mendes-para-julgar-acoes-contra-o-empresario-orlando-diniz.ghtml>. Acesso em: jun. 2019.

produzindo na temporalidade do processo novos desdobramentos de sentidos. Ou seja, à medida que os sentidos do processo se movimentam no acontecimento da enunciação, novos nomes vão sendo construídos no processo de designação. A pertinência desse dizer, no espaço de enunciação do R2, se dá na relação entre os recortes de memória e a demanda de um presente, pois, conforme Dias (2018a, p. 102), “enquanto seres constitutivamente históricos, somos instados a responder, a interpretar, a interferir enunciativamente nas situações que se nos apresentam”.

As formações nominais “Orlando Diniz”, “empresário”, “ele” e “O empresário Orlandi Diniz” se equivalem semanticamente e significam sócio-juridicamente o cidadão “Orlando Diniz”. Ou seja, as formações nominais são “uma articulação que agrega o memorável ao atual do acontecimento linguístico, que tem sua significação submetida aos domínios referenciais que se constituem nas enunciações”. (DIAS, 2016, p. 196).

As designações analisadas estabelecem relação de sentidos entre si e rememoram os crimes de colarinho branco¹⁶, geralmente praticados por empresários e políticos que detinham altos cargos no governo ou possuíam influência política, e eram associados àqueles que vestiam terno e camisa social, uma caracterização atípica do que se tem de um criminoso comum¹⁷. E são estas características ligadas às aparências que distinguiam socialmente o criminoso do colarinho branco do criminoso comum.

A expressão “crime do colarinho branco” foi criada no século passado pelo sociólogo americano Edwin Sutherland, e aquele que cometesse esse crime tinha o nome vinculado à designação “criminoso de colarinho branco” em matérias de jornais que denunciavam escândalos financeiros e organização criminosa. Essa designação, no entanto, não é retomada nos recortes 01 e 02 e aparece substituída atualmente por outros nomes que circulam nas redes sociais, principalmente na *Wats’up*, como “ladrão”, “fraudador”, “corrupto”,

¹⁶ O estudo sobre crime de colarinho branco (*White Collar Crime*) foi desenvolvido pelo sociólogo Edwin Sutherland, em 1950, que o define como delito praticado por uma pessoa respeitada e com alto status social em ocupação. Disponível em:

http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18954&revista_caderno=3

Acesso em: jun. 2019.

¹⁷ Disponível em: <https://sergiozoghbi.jusbrasil.com.br/artigos/111908115/crime-do-colarinho-branco> Acesso em: jun. 2019.

“bandido”, “usurpador” e outros nomes não publicáveis, tendo em vista as relações semânticas instáveis do processo de designação. Esses nomes produzidas nos acontecimentos das redes sociais estabelecem relações com determinados nomes de empresários e políticos envolvidos em escândalos de corrupção no Brasil, corroborados pela não regulação das formas da língua e dos modos de dizer do(s) sujeito(s) virtuais.

Algumas considerações

Considerando que a língua funciona afetada pela memória do dizível, podemos afirmar, então, que a língua tem uma mobilidade por se tratar de “uma latência à espera do acontecimento enunciativo, onde o presente e o interdiscurso a fazem significar”. (GUIMARÃES, 1996, p. 32 em DIAS, 2018, p. 37). Desse modo, os dizeres que circulam socialmente “são heterogêneos e marcados pela inquietação própria do dissenso constitutivo nas relações sociais”. (DIAS, 2018, p. 37). Essa heterogeneidade tem a ver com o processo histórico e social da língua, visto que as designações atribuídas pelos nomes mudam à medida que os nomes vão constituindo novos significados, o que dá à designação o seu caráter instável.

É pertinente dizer que o conjunto das designações – “ex-presidente da Fecomércio”, “um dos 20 presos”, “denunciado por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa”, “o responsável pelo desvio de pelo menos R\$ 10 milhões dos cofres públicos” e “réu” – construído nas ocorrências dos recortes (1) e (2) não se estabilizam, tendo em vista que o acontecimento da enunciação é também uma temporalidade de sentidos: um passado, um presente, um futuro. Ou seja, o passado (o memorável) é o sentido das enunciações já-realizadas que se apresenta como sentido no processo da Lava-Jato que investiga o empresário Orlando Diniz; o presente é aquilo que se articula como próprio da relação do processo com a enunciação dos procuradores e dos jornalistas; e o futuro representa os sentidos que o processo

projeta, e que fazem parte daquilo que se projeta como sentidos que se desdobrarão e estarão em outras enunciações¹⁸.

Vimos que as relações semânticas entre as designações apositivas e as formações nominais são produzidas no acontecimento do dizer do R1 e R2 e esses acontecimentos “ao adquirirem pertinência, tornam-se um fato de linguagem, na medida em que a dimensão da memória (o referencial histórico) entra em relação com a atualidade do dizer, isto é, com o ato mesmo que enuncia”. (DIAS, 2018a, p. 83). E é essa relação/articulação que garante a constituição da significação nas formações nominais.

Referências

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. (1961) *Moderna gramática portuguesa* (Cursos de 1º e 2º graus). Com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira e no último acordo ortográfico. 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática de língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: FENAME/ MEC, 1979.

DIAS, Luiz Francisco. Acontecimento enunciativo e formação sintática. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. HIL N. 35, jan./jun., 2015.

DIAS, Luiz Francisco. Os espaços de trabalho com a língua na pesquisa científica e no ensino: as *hashtags* em pauta. In: DI RENZO, Ana Maria MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues. (Org.). *Ciência, língua e ensino*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

DIAS, Luiz Francisco. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018a.

DIAS, Luiz Francisco. Identificações do Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. GUIMARÃES, Eduardo; DIAS, Luiz Francisco; KARIM, Taisir M.; PRIA, Albano Dalla. (Org.). *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo de Mato Grosso (Fase II)*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018b.

DIAS, Luiz Francisco. Da composição nominal à formação nominal: Forma linguística e enunciação. In: AGOSTINI, C. (Org.). *Homenagem a Benveniste*. Uberlândia: Editora da UFU, 2018c.

¹⁸ Parafraseando a análise de Guimarães, 2018a.

DIAS, Luiz Francisco; ZATTAR, Neuza. O funcionamento da linguagem: uma abordagem enunciativa. *Domínios de Linguagem*. Revista do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. V.11, n. 4, p. 1136-1151, 2017.

DIAS, Luiz Francisco; SILVA, Eloisa Elena Resende Ramos da. Formas nominais designativas na constituição do perfil feminino: uma abordagem enunciativa. Revista *(Con)Textos Linguísticos* do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo. V. 9, n. 12, 2015.

GÓRNIKIEWICZ, Joanna. Qual a abordagem de aposição nas aulas de gramática descritiva na universidade? Disponível em: https://ruj.uj.edu.pl/xmlui/bitstream/handle/item/36658/gornikiewicz_quelle_aproche_de_l%27aposition_en_classe_2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Acesso em: mar. 2019.

GOES, Carlos; PALHANO, Herbert. *Gramática da língua portuguesa* - Para o Ensino Médio. 4. ed. Rio de Janeiro. Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1961.

GUIMARÃES, Eduardo. Relações apositivas: dinâmica dos lugares de enunciação nas relações de designação. *Traços de Linguagem*. Revista eletrônica do PPGL/UNEMAT. V. 2, nº 1, p. 83-94, 2018a.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes, 2018b.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. *Língua e Literatura: limites e fronteiras*, PPGL, UFSM, nº 26, Junho. 2003.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Um mapa e suas ruas. In: ORLANDI, Eni. *Cidade atravessada: os sentidos públicos urbanos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001.

LADEIRA, Emiliana da Consolação. *A aposição e a determinação/especificação como estruturas nominais de inserção sob a perspectiva da Semântica Enunciativa*. Doutorado (Tese em Linguística). UFMG, Belo Horizonte, 2018.

MONTEIRO, José Lemos. (1944). *Morfologia portuguesa*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

MORAES, Lygia Corrêa Dias de. Da conversação à gramática: a natureza do aposto. *Alfa*, São Paulo, 44: 247-260, 2000. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/4208/3803> Acesso em: mar. 2019.

NEVEU, Franck. A aposição: conceitos, níveis, domínios.

Apresentação. [artigo]. In:

Língua Francesa, nº 125, Ano 2000, pp. 3-17. Disponível em:

https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_2000_num_125_1_6387 Acesso em: abr. 2019.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: SP, Editora da Unicamp, 1995. (Coleção Repertórios)

TEIXEIRA, Marlene. O aposto como marca de intersubjetividade: uma análise enunciativa. In: *Letras & Letras*, revista online do Departamento de Letras da Universidade Federal de Uberlândia, v. 29, nº 1, 2003.

ZATTAR, Neuza. A corte portuguesa mudou-se ou fugiu para o Brasil? In: *web revista discursividade*. Vinculada ao Curso de Letras e ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 9. ed. Campo Grande - MS, Janeiro/2012 - Maio/2012.

O ESTUDO DA GRAMÁTICA NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTA DE INTERFACE COM A LÍNGUA EM USO

Rosália Pricila Guimarães (Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP)
Priscila Brasil Gonçalves Lacerda (Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG)

Introdução

O ensino de Língua Portuguesa, ao longo do tempo, sofreu modificações, com tentativas mais recentes de levar o estudante ao centro do processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, de um viés mais tradicional, centrado em habilidades de memorização metalinguística, passou-se à necessidade de desenvolvimento de capacidades comunicativas e interativas pelo discente.

Por essa nova perspectiva, o texto tornou-se o centro das atividades didáticas, tendo em vista a sua funcionalidade social, como instrumento de comunicação e interação, capacidades a serem trabalhadas a partir da leitura e escrita, análise e reflexão linguísticas. Tal orientação está presente nos documentos oficiais que regem o ensino básico brasileiro, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+) Ensino Médio e a recente Base Nacional Curricular Comum (BNCC), visto que, em ambos, está retratada a necessidade de dar ao estudante condições para o desenvolvimento de letramentos múltiplos. Nesse sentido, os PCN + recomendam:

Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser mobilizadas nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara, na família, entre amigos, na escola, no mundo do trabalho. (BRASIL, 2002, p. 55).

Essa orientação é vista também, de forma ainda mais intensa, na BNCC, documento orientador da educação básica mais recente:

Cabe ao Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos. (BRASIL, 2017, p. 490).

Os conteúdos gramaticais, por extensão, devem acompanhar a nova dinâmica da disciplina e propiciar ao discente a possibilidade de atuação social

efetiva a partir da comunicação. Conforme Antunes (2011), o ensino de palavras ou frases fora de um contexto reduz a relevância da linguagem, contribuindo para o insucesso escolar, o que evidencia a necessidade de distanciamento de uma instrução gramatical tradicional e ligada à simples memorização ou localização geográfica de itens na sentença, com a prática de atividades pouco desafiadoras.

O presente trabalho se empenhou em pensar sobre essa nova modalidade de ensino de língua portuguesa, buscando verificar se e como é feita a relação entre a extensão orgânica ou gramatical da língua e sua extensão enunciativa ou interativa. Em outras palavras, visou-se, com a pesquisa empreendida, analisar como algumas coleções didáticas do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018 expõem o conteúdo gramatical, a saber, se pautadas por um viés tradicional ou se relacionadas à interação linguística, como prescrito pelos documentos oficiais.

Com esse propósito, procedeu-se com o exame de seis das onze coleções de Língua Portuguesa do PNLD 2018, com foco nos fenômenos sintáticos da transitividade verbal e da adjunção adverbial, além de serem também avaliados o verbo em suas relações morfossintáticas, a classe morfológica dos advérbios, bem como o tipo de gramática convocada por cada material, seguindo as definições de Possenti (1996) e de Antunes (2007). Neste texto, será apresentado um recorte, com a discussão a respeito das abordagens encontradas em duas coleções.

As análises efetivadas ancoraram-se nas teorias advindas de uma abordagem dos fatos sintáticos pensada na interface com uma semântica de bases enunciativas (DIAS, 2009, 2018; LACERDA, 2013; PENA, 2015), da semântica da enunciação (GUIMARÃES, 2018), do epilinguismo (WANSER e REZENDE, 2013) e da concepção de “gramática contextualizada”, proposta por Antunes (2014), que prezam pela comunhão entre a materialidade da língua e a produção de sentido. Dessa forma, buscaram-se nos livros didáticos tratamentos gramaticais significativos, como a produção de referência ou a possibilidade de entrada do locutor na língua a partir dos advérbios e adjuntos adverbiais, além dos efeitos de sentido ocasionados pela variação da transitividade de um verbo, por exemplo.

Os resultados encontrados, entretanto, foram dispares às expectativas suscitadas pelas diretrizes mais contemporâneas, pois ficou evidente um ensino

gramatical ainda preso à metalinguagem. A partir das informações coletadas, evidenciou-se que a gramática contextualizada, ligada às necessidades comunicativas dos falantes, ainda não está materializada nas coleções didáticas, embora a sua determinação já esteja vigente há cerca de 20 anos.

Em virtude desse resultado e considerando as abordagens teóricas mencionadas, passou-se a um segundo momento da pesquisa, que correspondeu à elaboração de algumas sequências de exercícios com o propósito de promover a associação não encontrada nas abordagens desenvolvidas nos materiais analisados.

Essa elaboração das sequências pautou-se pela tentativa de produção de atividades epilinguísticas, que buscam perceber e valorizar o caminho percorrido pelos estudantes para o desenvolvimento de uma resposta, não se prendendo à ideia de um estudante ideal, com domínio de regras e nomenclaturas. Na realidade, nosso interesse foi norteado pelo incentivo às habilidades textuais e interativas, buscando, a partir do enfoque no adjunto adverbial e na transitividade verbal, fazer com que os estudantes adquirissem maior consciência da real função dos elementos gramaticais em estudo para a produção de sentido.

Entre os três protótipos de sequências desenvolvidas, foi escolhida uma para ser aplicada entre os estudantes do segundo ano do Ensino Médio Técnico Integrado do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto, sendo esta a que contemplou de forma mais ampla a abordagem dos fenômenos gramaticais da transitividade verbal e da adjunção adverbial.

A partir da análise das respostas apresentadas às questões da atividade, foi possível detectar que os estudantes compreendem bem os efeitos de sentido construídos pelo emprego dos itens gramaticais em foco, sem a necessidade de recorrer à metalinguagem, com finalidade em si mesma. Contudo, também é preciso salientar que a sequência produzida não atendeu a todas as expectativas, muito em virtude de problemas e inadequações técnicas em sua aplicação, o que salienta a necessidade de revisões e aprimoramentos.

1 Pressupostos e demandas do ensino gramatical

A proficiência linguístico-interacional é uma das mais necessárias habilidades do mundo contemporâneo, que, devido à dinamicidade das relações,

demanda que os indivíduos atuem com desenvoltura em diferentes situações comunicativas. Essa premência foi transferida para as aulas de língua portuguesa, que tiveram que adequar seus conteúdos à nova dinâmica social.

As abordagens gramaticais, no entanto, parecem ainda não estar alinhadas com essa necessidade comunicativa, visto que ainda são comuns enfoques pautados apenas em nomenclaturas, com atividades de identificação de classes gramaticais ou funções sintáticas, por exemplo. Segundo Possenti (1996, p.60), a gramática é geralmente ensinada a partir do “estudo de regras mais ou menos explícitas de construção de estruturas” e da “análise mais ou menos explícita de determinadas construções”. Esse tipo de trabalho não promove uma relação com as outras áreas linguísticas para a reflexão e produção de sentido, o que contribui muito pouco para a formação linguística dos alunos.

Antunes (2007), a partir da análise de algumas atividades didáticas, evidencia esse tratamento superficial da língua, com uso de textos apenas como pretexto para o tratamento gramatical, sem grandes reflexões por parte do discente. Por esse motivo, a autora chama atenção para a necessidade do uso produtivo do texto entendido como um todo (que pode ser chamado de unidade macro), constituído por partes menores (unidades micro), sendo que é a partir da união delas que se constitui a significação. Fazendo o caminho inverso, das unidades micro para a macro, as palavras adquirem sentido e pertinência quando se relacionam a outras compondo uma produção textual, o que indica a ineficácia de análises de itens gramaticais desconectados do seu emprego textual.

Ainda conforme Possenti (1996), embora a gramática comumente possa ser entendida como a prescrição de regras destinadas à escrita e a um falar supostamente correto, esse conteúdo vai muito além disso. Para o autor, o termo gramática poderia ser realmente entendido como um conjunto de regras, havendo, dessa forma, três tipos distintos: 1) *regras que devem ser seguidas*; 2) *regras que são seguidas* e 3) *regras que o falante domina*¹, estando cada um desses conjuntos ligados a um tipo de gramática com características bem específicas.

¹ Grifo nosso.

A gramática normativa, referente às regras que devem ser seguidas, foi por bastante tempo a mais presente nos ambientes de ensino, ditando as formas de bem falar e bem escrever a partir de normas que pretendem ser o caminho para o domínio da variedade padrão da língua portuguesa, seja em sua forma escrita ou oral. A gramática descritiva, por sua vez, como o próprio nome sugere, é a abordagem das descrições dos usos reais da língua, sem qualquer viés impositivo ou depreciativo. Dessa forma, é referente às regras que são seguidas, ou seja, aquelas regularidades que os falantes utilizam em seu cotidiano, diferentemente da normativa, que se apoia em um padrão linguístico que se encaminha para o desuso, muitas vezes só encontrado em textos jurídicos e legislativos ou em clássicos da literatura de autores suficientemente preciosistas.

Para as regras que o falante domina, tem-se a gramática internalizada, que pode ser entendida como um conjunto de características presentes na mente do falante de uma língua que permitem a identificação de traços que distinguem as línguas entre si. Essas características ou conhecimentos são estáveis, haja vista serem regularmente utilizadas pelas pessoas. Tais saberes, na abordagem de Possenti (1996) são lexicais, os quais permitem a adequação das palavras às situações de forma coerente, e sintático-semânticos, que dizem respeito à organização das palavras ao longo das sentenças de maneira que sejam adequadas e façam sentido na língua utilizada. Esses dois tipos de conhecimento não são estanques, mas se relacionam, ou seja, o léxico apresenta reivindicações ao outro nível mencionado

Tanto Antunes (2007) quanto Possenti (1996) denunciam, nas reflexões que fizeram próximo à virada do século, mas ainda muito atuais, que o ensino gramatical estava ainda muito voltado à gramática normativa, com exemplos desconectados da língua em uso, o que certamente não proporciona a formação de falantes autônomos, que interpretem e produzam a riqueza de efeitos de sentidos que a língua permite. Na contramão dessa ótica comum aos ambientes de ensino, o presente trabalho se filia à perspectiva da semântica da enunciação, à sintaxe de bases enunciativas e às noções de epilinguismo e de gramática contextualizada, buscando analisar principalmente a transitividade verbal e o lugar de adjunto adverbial nas sentenças.

Para a semântica da enunciação, conforme Guimarães (2018), a partir da enunciação, entendida como o ato de colocar a língua em funcionamento, as formas linguísticas adquirem significado, havendo, nessa significação, a mobilização histórica dessa forma e, ao mesmo tempo, a abertura de possibilidades de sentido, isto é, de uma futuridade.

Em Dias (2009), percebe-se que uma sentença é formada por lugares sintáticos definidos. Nesse sentido, existem os lugares sintáticos de sujeito, complemento do verbo, adjunto adverbial, entre outros, os quais são ocupados em virtude da conformação de uma memória de dizeres na atualidade, segundo o que Dias (2018) chama de pertinência enunciativa. Ou seja, cada lugar sintático é preenchido de acordo com a relação que estabelece com ocupações anteriores, estabelecendo, no presente, uma relação de pertinência com esse passado.

A partir dessa abordagem, verifica-se que a completude dos termos de uma sentença depende da enunciação, ou seja, da mobilização da língua em uma determinada situação de interação. Em outras palavras, pode-se dizer que enunciação e gramática são faces de uma mesma moeda, estando em ampla relação para a produção de sentido. Essa íntima associação, por si só, destaca a relevância de que as abordagens gramaticais empreendidas não tenham fim em si mesmas, mas que, de forma mais produtiva, considerem a dimensão interativa da língua.

É importante, então, distinguir que lugares sintáticos não dizem respeito à posição geográfica de uma forma linguística na sentença. Essa abordagem é feita por Lacerda (2013), evidenciando que o lugar existe na estrutura da sentença mesmo que não haja a sua ocupação efetiva por uma forma linguística. Além disso, a existência desses lugares não impõe uma estrutura fixa, com uma ordem rígida, ou seja, os lugares têm ampla mobilidade dentro de uma sentença.

O adjunto adverbial, por exemplo, um dos focos do presente trabalho, revela justamente essa possibilidade de deslocamento de um elemento sintático, visto ser um lugar que claramente pode ter sua posição alterada nos enunciados. No entanto, apesar dessa não rigidez, como já afirmado, existe o lugar de adjunto adverbial ainda que ele não apareça fisicamente na sentença.

Essa constatação vai na contramão das orientações tradicionais do ensino gramatical, que consideram os adjuntos adverbiais como dispensáveis à completude de um enunciado, elementos acessórios, usados “como termos não

argumentais, vale dizer, fora do âmbito da regência do verbo da oração, isto é, não pedidos por ele” (BECHARA, 2009, p. 360). Contudo, conforme Lacerda (2013), o adjunto adverbial não incide apenas sobre o verbo, mas pode afetar até mesmo toda a extensão da sentença, com grande mobilidade em seu interior, o que se contrasta com a ideia de que só podem se manifestar quando reclamados pela forma verbal.

Além disso, podem indicar a entrada do locutor na língua, denotando seus posicionamentos em relação ao conteúdo em questão, aspecto que permite entrever uma maior funcionalidade dos adjuntos adverbiais do que indica a gramática tradicional. Por esse viés, o termo sintático mencionado contribui grandemente para a associação entre as dimensões orgânica e enunciativa da língua, sendo de grande relevância a sua consideração nos enunciados.

Também Antunes (2014), com sua abordagem pautada por uma gramática contextualizada, considera os advérbios e, por extensão, os adjuntos adverbiais, como itens de extrema relevância para a sentença, estando, a sua mobilidade ligada a diferentes efeitos de sentido produzidos. Para a autora, é fundamental a consideração das necessidades comunicativas e, conseqüentemente, do seu contexto, não tendo valor o item gramatical de forma isolada.

A análise das coleções didáticas realizadas no âmbito da presente pesquisa, como já mencionado, buscou se pautar por essa associação entre as dimensões linguísticas citadas, entendendo que o material analisado, por ser um conteúdo aprovado pelo PNLD 2018, deveria comungar da busca por um ensino gramatical mais significativo. Dessa forma, a observação das coleções, que se deu tanto na abordagem teórica gramatical quanto nos exercícios apresentados, ancorou-se também na noção de atividade epilinguística ou atividade de linguagem, isto é, no estudo da língua que procura o sentido vinculado à conformação gramatical, proporcionando autonomia ao discente no uso da língua, como salientam Wanser & Rezende (2013, p.5):

Trazendo a atividade de linguagem para a sala de aula, é possível, a partir do material construído pelas línguas, abrir espaço para diversas formas de expressão linguística. Além de, validando as experiências e as contribuições dos alunos, conduzi-los a uma diferente visão do significado posto em contexto.

Tal abordagem se pauta pela utilização de exercícios que promovam raciocínios linguísticos reais, ou seja, que levem os estudantes a pensarem sobre a língua e sobre os componentes que a formam em situações concretas de uso. Nesse sentido, há uma aproximação entre essas atividades e a noção de gramática contextualizada, que, conforme as definições de Antunes (2014, p.46), pode ser entendida como a análise dos itens gramaticais presentes no texto “tomando, como referência de *seus valores e funções*, os efeitos² que esses fenômenos provocam nos diversos usos da fala e da escrita”. Nessa toada, a autora reforça:

Insisto, pois, adotar uma *gramática contextualizada* é explorar os possíveis resultados dos usos, das escolhas, das substituições que fazemos. Quase sempre, o morfossintático, apenas, é insuficiente para a avaliação desses resultados. (ANTUNES, 2014, p. 141).

Dessa forma, considerando as teorias mencionadas, também as atividades realizadas e testadas nessa pesquisa buscaram se ancorar nessa concepção, com exercícios que visaram a despertar nos discentes raciocínios a respeito da influência do locutor sobre o conteúdo asseverado, bem como as diferenças de sentido ocasionadas a partir da ocupação ou não ocupação do lugar de adjunto verbal na sentença, por exemplo, como ficará exposto a seguir.

Vale salientar que, para a elaboração das sequências de exercícios, utilizou-se, como metodologia, a noção de exemplo-colmeia ou rede enunciativa. Isto é, semelhante ao trabalho desempenhado por Pena (2015), buscou-se contrastar um mesmo item sintático em diferentes sentenças, de modo a evitar a utilização de exemplos únicos e a levar o aluno a pensar sobre a gama de possibilidades que um mesmo item pode apresentar e o sentido decorrente desses diferentes usos. Trata-se de uma abordagem que coloca em prática direcionamentos trazidos, já em suas indicações para o Ensino Fundamental, pela BNCC, que sugere o trabalho com a “comparação de diferentes formas de dizer ‘a mesma coisa’ e análise dos efeitos de sentido que essas formas podem trazer/ suscitar” (BRASIL, 2017, p.81)

Pena (2015) cita as contribuições teóricas de Dias (2006), que afirma que os exemplos únicos, ou “exemplos-ilha”, nas palavras do próprio autor, são bastante úteis para as explicações didáticas em sala de aula, visto serem fáceis tanto de serem trabalhados quanto de serem entendidos pelo aluno. Contudo, a

² Grifos da autora.

sua utilização não contribui para a visualização discursiva, impedindo a efetiva identificação entre a materialidade linguística e o uso. Dessa forma, de modo a aproximar tais níveis, optou-se por utilizar as redes enunciativas nas atividades elaboradas. Entende-se por “rede enunciativa como um procedimento de demonstração das relações entre unidades articuladas, por meio de semelhanças e diferenças entre construções linguísticas.” (DIAS, 2018, p.36)

2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa empreendida se debruçou sobre seis das onze coleções didáticas de língua portuguesa do PNLD 2018. Aqui, entretanto, serão apresentadas amostras de apenas duas coleções. Buscou-se captar nelas uma possível concordância ou divergência em relação ao ensino gramatical indicado pelos documentos oficiais, como os PCNEM+ e a BNCC. Por essa lógica, foram analisados o fenômeno da transitividade verbal e a categoria de adjunto adverbial, além de serem examinadas também a gramática utilizada por cada exemplar e as categorias de verbo e advérbio em suas relações morfossintáticas, de forma a ter uma amostra mais expressiva sobre a abordagem de cada coleção didática.

É importante mencionar que, a princípio, o escopo do trabalho se daria apenas sobre o fenômeno da transitividade verbal e sobre a categoria dos adjuntos adverbiais, observando, dessa forma, todas as onze coleções aprovadas pelo plano mencionado. Como, entretanto, ao longo dos processos de observação, houve a necessidade de ampliar também para a análise da abordagem gramatical – descritiva, explicativa ou normativa – de cada um dos materiais, bem como as categorias morfossintáticas de verbo e advérbio, optou-se por condensar o número de coleções, incidindo a pesquisa sobre as seguintes produções:

1. *Português* - contexto, interlocução e sentido (Editora Moderna), de Maria Luiza M. Abaurre, Marcela Pontara e Maria Bernadete M. Abaurre;
2. *Novas palavras* (Editora FTD), de Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio;
3. *Português: trilhas e tramas* (Editora Leya), de Graça Sette, Ivone Ribeiro, Márcia Travalha e Rozário Starling;
4. *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso* (Saraiva Editora), de Carolina Dias Vianna, Christiane

Damien e Willian Cereja; 5. *Língua portuguesa: linguagem e interação* (Editora Ática), de Faraco, Maruxo Jr. e Moura; e 6. *Ser protagonista – língua portuguesa* (Editora SM), de Ana Elisa de Arruda Penteado et. al.

Após a análise dos fenômenos gramaticais nas coleções, foram feitas planilhas padronizadas para cada um dos itens (verbo, advérbio e adjunto adverbial). Constou, em cada uma delas, a identificação do material, a conceituação do item e o local em que aparecia no interior da coleção, além da abordagem gramatical empreendida e um exemplo de exercício apresentado, visando a verificar como era efetivado esse tratamento em termos práticos.

Na sequência desse exame, procedeu-se à elaboração de algumas atividades didáticas, considerando os mesmos itens gramaticais verificados nas coleções analisadas. Para empreender essa tarefa, foram utilizadas as contribuições teóricas da semântica da enunciação, da sintaxe de bases enunciativas e das concepções de atividade epilinguística e de gramática contextualizada, que foram levadas a efeito por meio do uso de redes enunciativas, ou seja, de conjuntos de exemplos de sentenças com ocupações semelhantes de lugares sintáticos, visando a produzir contrastes que colocassem em evidência nuances da produção de sentido, conforme constam nas orientações dos documentos oficiais voltados à educação.

Foram elaboradas três sequências de atividades, entre as quais foi escolhida a que contemplou, de uma só vez, as habilidades enunciativas das categorias da adjunção adverbial e da transitividade verbal para ser utilizada. Dessa forma, a sequência proposta, que contou com sete questões, foi aplicada em seis turmas de segundo ano do Ensino Médio Técnico Integrado do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto, totalizando 66 alunos. Os segundos anos foram escolhidos por ser esse o segmento que já havia tido algum contato sistematizado com os itens gramaticais trabalhados.

As respostas apresentadas pelos discentes foram colocadas em planilhas para a averiguação de cada questão, as quais poderiam ganhar distintos *status* – correto, incorreto ou parcialmente correto. Além disso, para as parcialmente corretas, foi introduzido um comentário a fim de explicar os aspectos que as levaram a receber essa condição. Com esse procedimento, buscou-se perceber a real compreensão dos alunos em relação aos exercícios propostos, indo além da dicotomia certo-errado, passando-se a investigar traços da resposta que permitiam entrever diferentes níveis de entendimento das atividades.

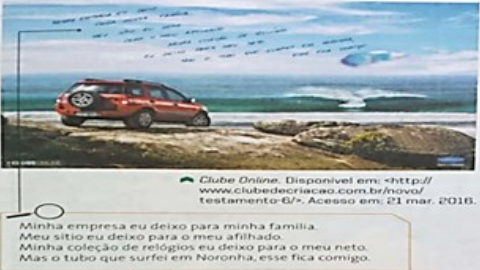
3 Esboço de uma abordagem enunciativa no ensino de gramática

Como explanado anteriormente, as análises das categorias morfossintáticas nas coleções didáticas se deram visando a verificação da existência de abordagens gramaticais interativas e textuais nos materiais analisados, voltadas à produção de sentido, de forma condizente com a proposta epilinguística e com as diretrizes dos documentos oficiais da educação.

Ao longo do processo de análise, a fim de compreender a proposta de cada coleção para a gramática, buscou-se relacionar as definições de cada categoria (verbo, advérbio e adjunto adverbial) ao tratamento dado às questões enunciativas, como a marcação da perspectiva do locutor no enunciado feito, ou a constituição de referência por meio dos enunciados, por exemplo, e os exercícios propostos. Neste trabalho, intencionou-se verificar em que medida os exercícios, entendidos como trabalho com a gramática levado a efeito, estariam em consonância ou não com a teorização apresentada pela coleção.

Pôde ser percebido, nesse processo de análise, que todas as coleções, na grande maioria dos aspectos analisados, apresentaram um viés descritivo, ou seja, mostraram os fatos linguísticos tal como eles ocorrem, sem o “peso” das prescrições, com a ideia de certo e errado. Contudo, os exercícios propostos em alguns dos materiais evidenciaram que ainda são comuns proposições de atividades gramaticais bastante tradicionais, com a função de apenas identificar termos em um texto, sem que o aluno possa ser levado a pensar sobre questões mais relevantes, como aspectos da função social de um gênero textual e suas especificidades relacionadas ao emprego de um elemento sintático, ou como esse elemento pode atuar para construir diferentes sentidos em um texto.

O exemplo da coleção “Português - Contexto, interlocução e sentido” destacado a seguir demonstra justamente esse tipo de trabalho.

Coleção	Conceito	Local	Tipo de Gramática	Exercício
Português - Contexto, interlocução e sentido.	Verbo é a palavra que pode variar em número, pessoa, modo, tempo, voz e aspecto, indicando ações, processos, estados, mudanças de estado e manifestação de fenômenos da natureza.	Apresentado em um capítulo exclusivo para a abordagem verbal, dentro da seção de gramática (classes de palavras) da coleção. Além disso, o verbo volta a ser tratado na seção de sintaxe.	Descritiva e normativa	 <p>Clube Online. Disponível em: <http://www.clubedecriacao.com.br/novo/testamento-6?>. Acesso em: 21 mar. 2016.</p> <p>Minha empresa eu deixo para minha família. Meu sítio eu deixo para o meu afilhado. Minha coleção de relógios eu deixo para o meu neto. Mas o tubo que surfei em Noronha, esse fica comigo.</p> <p>2. Os três primeiros períodos do texto apresentado no anúncio utilizam a mesma estrutura sintática. Do ponto de vista da transitividade verbal, como se classifica o verbo utilizado nesses períodos?</p> <p>➤ Considerando essa transitividade verbal, transcreva no caderno o(s) complemento(s) desse verbo em cada um desses períodos.</p>

Com uma conceituação da classe morfológica dos “verbos” pautada em um viés descritivo, evidencia-se apenas um aspecto do fenômeno verbal na língua. Quando se considera o exercício proposto, verifica-se que não é feita uma exploração das potencialidades textuais e argumentativas do emprego da forma verbal. Na realidade, visa-se somente à simples identificação dos complementos verbais, havendo também uma desconsideração do texto como produto social e cultural. Por esse tipo de trabalho, percebe-se que gramática e enunciação não são contempladas de modo associado e que, conforme Antunes (2007), ainda se utiliza o texto como pretexto para o trabalho com itens gramaticais.

Convém ainda destacar que a definição do tipo de gramática efetivado foi feita não apenas a partir da análise da conceituação do item gramatical e dos exercícios propostos sobre ele, mas também considerando diversas partes da coleção, como boxes explicativos, por exemplo. Isto é, pequenas caixas de texto apresentadas pela grande maioria dos materiais com a finalidade de adicionar trechos explicativos ou curiosidades sobre determinado tema, como se observa

De olho na fala

Quantas vezes você já ouviu alguém dizer “Estou *meio* triste hoje”? Embora seja muito grande o número de falantes que dizem algo assim, devemos lembrar que, em contextos como esse, *meio* é um advérbio, porque modifica um adjetivo (*triste*). Como advérbios são palavras invariáveis, a gramática normativa não admite a flexão de gênero (feminino/masculino) desse termo. De agora em diante, portanto, lembre-se de que o correto seria dizer “Estou *meio* (um pouco) triste”.

a seguir.

Esse box também foi extraído da coleção didática “Português - Contexto, interlocução e sentido” e é justamente uma exemplificação do tipo de abordagem realizada a partir dos boxes mencionados, considerando agora a classe

morfológica dos “advérbios”. A informação apresentada é relevante, pois evidencia um uso frequente na língua portuguesa, contudo, ela se atém a um viés prescritivo sobre o em prego dos advérbios, o que fica evidente no último período, que destaca o é o que prescreve a gramática normativa, rechaçando, por analogia, as variações de menos prestígio na língua portuguesa. O boxe perde a oportunidade de fazer um adendo sobre o uso do “meia” como uma variação linguística socioeconômica, como sugere a BNCC, já para o Ensino Fundamental:

Cabem [no eixo da análise linguística/semiótica] também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (BRASIL, 2017, p.81)

Esse tipo de abordagem, que ignora a variação na classe dos advérbios como um fato linguístico notório, foi determinante para que a coleção analisada fosse classificada como tendo indícios de uma gramática normativa.

O contraste entre as definições apresentadas nas coleções e as atividades propostas se deu também em outros exemplares, como pode ser visto na tabela a seguir.

Coleção	Conceito	Local
Língua Portuguesa: linguagem e interação	Todos os advérbios e as locuções adverbiais que funcionam como advérbio exercem a função de adjunto adverbial. Os adjuntos adverbiais têm classificação semelhante à dos advérbios, de acordo com a circunstância que expressam.	Está inserido no capítulo “Romance II”, na seção “Língua – análise e reflexão”, sendo considerado como um elemento que gira em torno do verbo.
Tipo Gramática de	Exercício	
Descritiva.	<p>6 Em seu caderno, classifique os adjuntos adverbiais em destaque nas frases a seguir, extraídas dos textos 1 e 2.</p> <p>a) “O Cubano [...] descrevia tudo com entusiasmo.” (texto 1, linhas 11-13) <small>6. a) adj. adv. de modo</small></p> <p>b) “Sai da estação na companhia do novo amigo [...]” (texto 1, linhas 2-3) <small>b) adj. adv. de lugar</small></p> <p>c) “Era uma pobre família que a miséria envolvia e pouco a pouco apertava em seus braços.” (texto 2, linhas 56-57) <small>adj. adv. de tempo/adj. adv. de lugar</small></p> <p>d) “Sua mãe morreu de uma febre de leite malcuidada.” (texto 2, linhas 13-14) <small>adj. adv. de causa</small></p> <p>e) “Isabeau saiu a toda pressa [...]” (texto 2, linha 69) <small>adj. adv. de modo</small></p> <p>f) “[...] eu deixara Satolep ainda criança [...]” (texto 1, linha 7) <small>adj. adv. de tempo</small></p> <p>g) “As pessoas lá fora abriam caminho no resto de luz avermelhada do fim de tarde.” (texto 1, linhas 29-31) <small>adj. adv. de lugar/adj. adv. de lugar</small></p>	

Esse exemplo foi retirado da coleção “Língua Portuguesa: Linguagem e interação” e versa sobre o “adjunto adverbial”. Nele, explana-se, dentro de um

capítulo sobre literatura, uma conceituação descritiva do componente sintático em questão. Essa interseção com uma abordagem literária é relevante e desejável para um ensino gramatical relacionado às habilidades interativas.

A atividade proposta, entretanto, caminha na direção contrária, estimulando apenas as capacidades de classificação e memorização de nomenclaturas sintáticas, o que, mais uma vez, contribui pouco para a efetivação de um ensino gramatical interativo. Mais uma vez, tem-se o que Antunes (2014) afirma ser o mais comum nas aulas de língua portuguesa, o que é danoso ao estudante, pois, ainda conforme a autora, são enunciados que simplesmente desconsideram o contexto, “que inclui interlocutores, intenções, pressupostos, modalidade de interação, por exemplo.” (p.81).

Ao longo das análises, contudo, também foram encontrados tratamentos gramaticais mais associados à língua em uso, com tentativas de colocar a gramática a serviço da produção de sentido, trabalhando-a de forma mais significativa para os discentes. Esse tipo de abordagem pôde ser observada na mesma coleção mencionada anteriormente, “Língua Portuguesa: Linguagem e interação”, deixando claro que não há um tratamento único efetivado pelos materiais analisados e que alguns itens gramaticais já se apresentam como mais relevantes para as necessidades de letramento da atualidade.

<p>Língua Portuguesa: linguagem e interação</p>	<p>[...] talvez a melhor forma de entender o advérbio seja relacionando-o às ideias e noções que ele pode expressar nos textos: além da modalização, podem exprimir circunstâncias (tempo, lugar, modo, etc.), servem para indicar intensidade, podem ter a função de qualificar de várias maneiras diferentes uma ação expressa por um verbo.</p>	<p>Presente no capítulo “Relato de viagem”, na seção “Língua – análise e reflexão”.</p>	<p>Descritiva</p>	<div style="border: 1px solid gray; padding: 5px;"> <p>2 Os advérbios e locuções adverbiais têm papel fundamental nos relatos de viagem, como você já deve ter notado, pois, além da modalização, essas palavras e locuções são responsáveis pela expressão das circunstâncias. Releia o texto 3, <i>Viagem à roda do meu quarto</i>, e analise as marcas de modalização e os advérbios e locuções adverbiais ligados à expressão das circunstâncias. Socialize suas respostas com seus colegas, com a ajuda do professor. Tentem identificar o sentido dos advérbios e locuções encontrados.</p> <p>3 Retome o esboço do relato que você começou a elaborar ao realizar a questão 6 da seção “Linguagem e texto”.</p> <p>a) Tente localizar advérbios e locuções adverbiais que você tenha empregado para traduzir a modalização e para expressar circunstâncias.</p> <p>b) Reformule seu relato, usando agora advérbios para produzir efeitos de sentido semelhantes aos encontrados no texto 3 (dúvida, insistência, intensificação, possibilidade, ressalva, etc.).</p> </div>
--	--	---	-------------------	--

Mais uma vez, a coleção apresenta uma conceituação descritiva do elemento gramatical em questão, o advérbio, a qual está inserida, desta vez, em um capítulo dedicado à produção textual. Isso se dá, porém, de forma distinta do exemplo anterior, pois o exercício apresentado em relação aos advérbios busca associá-los às modalizações, ou seja, à entrada no locutor na língua, evidenciando que a gramática não deve ser trabalhada com fim em si mesma,

mas que, de forma mais relevante, deve ser entendida como uma gama de recursos da língua que sustentam a produção de sentidos.

4 Proposta: por um ensino de gramática em interface com a enunciação

Conforme se buscou explicitar na seção anterior, as abordagens gramaticais empreendidas pelas coleções didáticas de Língua Portuguesa do PNLD 2018 revelaram diferentes aspectos. Apesar de disporem de exemplos que se voltam ao uso contextualizado da língua, à dinamicidade e à interatividade da língua em funcionamento, ainda foram verificadas propostas de um ensino gramatical com traços tradicionais.

Esse ensino mais tradicional poderia causar, em alguma medida, certa surpresa, pois, como os documentos oficiais, sobretudo os PCNs, já circulam há duas décadas, seria de se esperar maior adesão de suas orientações a respeito de um ensino voltado ao texto e às habilidades comunicativas. Como foi atestado, essa adesão existe, mas ainda há um distanciamento entre o que é determinado pelos documentos em relação ao ensino de língua e as práticas concretas nos ambientes formais de ensino, sobretudo porque o texto, como indicou Antunes (2014), não raro é associado ao tópico gramatical meramente como pretexto. Com o intuito de contribuir com essa tarefa nada banal de elaborar instrumentos para dar visibilidade didática à relação entre configuração gramatical e relevância de uso, ou seja, entre materialidade linguística e enunciação, foram elaboradas três sequências de exercícios.

Apenas uma dessas sequência foi escolhida para ser aplicada, visto ser a que melhor contemplou de modo articulado tanto o trabalho com os verbos quanto o com os adjuntos adverbiais. Consoante à teoria a que se filia este trabalho, buscou-se promover o desenvolvimento de habilidades interativas a partir de recursos gramaticais. A sequência utilizada está reproduzida a seguir:

Leia os textos a seguir:

Fragmento 1



(Fonte: “Caneta Desmanipuladora.”. Disponível em <https://www.facebook.com/canetadesmanipuladora/>. Acesso em 21/09/2018.)

Fragmento 2



Fonte: (<http://www.mabnacional.org.br/noticia/crime-da-samarco-22-meses-impunidade-do-rompimento-da-barragem-em-mariana-mg-0>. Acesso em 6/10/2018.)

1. Quem são os locutores do **Fragmento 1** e do **Fragmento 2**?

2. As palavras que escolhemos para usar em um texto dizem muito sobre nosso posicionamento argumentativo em relação ao tema abordado. Dessa forma, estabeleça uma **comparação** entre o sujeito gramatical “Tragédia de Mariana” (Fragmento 1) e a expressão “crime da Samarco” (Fragmento 2), destacando os possíveis posicionamentos do locutor de cada um dos enunciados.
3. Na manchete apresentada pela Folha de São Paulo (Fragmento 1), vemos as expressões “só”, “já” e “até agora”. Essas expressões são classificadas pela gramática tradicional como **adjuntos adverbiais**. Examine-as nas sentenças abaixo:
 - (1) A paixão **só** existe nos folhetins!
 - (2) A paixão existe nos folhetins.
 - (3) Segundo Gilberto Belleza, 35, vice-presidente do IAB-SP, estão inscritos 90 trabalhos **até agora**.
 - (4) Segundo Gilberto Belleza, 35, vice-presidente do IAB-SP, estão inscritos 90 trabalhos.
 - (5) Curso de Mestrado **já** formou até 1991 224 mestres.
 - (6) Curso de Mestrado formou até 1991 224 mestres.
 - a) Quais sentidos os adjuntos adicionaram às sentenças nas quais que eles estão presentes?
 - b) Considerando as reflexões feitas acima, diga qual o sentido de colocar os adjuntos “já”, “só” e “até agora” na sentença presente no **fragmento 1**?
4. Analise os grupos de sentenças:
 - (4a) A aprovação **custou** 1 bilhão de dólares ao governo.
 - (4b) O governo **investiu** 1 bilhão de dólares na aprovação.
 - (4c) O governo **gastou** 1 bilhão de dólares na aprovação

➤ Qual a diferença de sentido decorrente do emprego desses três verbos nas sentenças?
5. Para responder as demais questões considere a seguinte rede enunciativa:
 - (5a) Ele **investiu** R\$ 450 e conquistou cem novos clientes.
 - (5b) Ele **investiu** R\$ 450 e **já** conquistou cem novos clientes.
 - (6a) Ele **gastou** R\$ 450 e conquistou cem novos clientes.
 - (6b) Ele **gastou** R\$ 450 e **já** conquistou cem novos clientes.
6. Retornando à manchete do Jornal Folha de São Paulo, o verbo “custar” se aproxima mais do direcionamento argumentativo de “investir” ou de “gastar”? Explique.

7. Por meio da resposta dada na questão anterior, informe se o posicionamento da Caneta Desmanipuladora se alinha mais à manchete apresentada pela Folha de São Paulo ou ao fragmento da Reportagem feita pelo MAB.

Esse conjunto de exercícios foi apresentado a 6 turmas de 2º ano do Ensino Médio do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto para que pudessem ser respondidos, sem grandes intervenções do aplicador tampouco do professor, apenas com orientações gerais sobre a atividade. Era importante captar a compreensão intuitiva dos estudantes, já que o tema do texto trazido para dar suporte ao elemento gramatical favorecia isso, pois era bastante familiar para os estudantes.

As respostas elaboradas por eles foram dispostas em planilhas, uma para cada questão. A partir disso, pôde-se separá-las em três categorias, as corretas, as incorretas e as parcialmente corretas. Essas últimas, em muitas situações, ganharam esse *status* em virtude da falta de precisão terminológica, o que levou à não compreensão total das respostas, levando-as a serem definidas da forma mencionada.

A partir das respostas, foi elaborada a planilha a seguir, em que é possível visualizar a porcentagem de erros e acertos por questão, num somatório de todas as turmas nas quais a atividade foi aplicada.

	Correta	Incorreta	Parcialmente correta
Questão 1	9,1%	6,1%	84,8%
Questão 2	59,1%	27,3%	13,6%
Questão 3A	6%	47%	47%
Questão 3B	15,2%	60,6%	24,2%
Questão 4	35%	62%	3%
Questão 5	39,4%	39,4%	21,2%
Questão 6	39,4%	39,4%	21,2%
Questão 7	42,4%	13,6%	44%

Pela análise dos resultados, pautando-nos pelas questões que obtiveram maior porcentagem de acertos, evidencia-se que os alunos conseguiram, de

forma satisfatória, identificar investimentos enunciativos, posicionamentos argumentativos, nas formações linguísticas destacadas em cada um dos textos.

Tanto na questão 2 quanto na questão de número 7, por exemplo, era solicitado aos discentes atentarem-se para o alinhamento argumentativo de cada um dos locutores expressos nos dois textos, sendo eles a Folha de São Paulo, a página da web Caneta Desmanipuladora – que reformula o título de matérias de jornais e revistas virtuais, estabelecendo um confronto entre as versões originais e modificadas – e o blog Movimento dos atingidos por barragens (MAB), já que a notícia trazida pela Folha versa sobre a evasão da barragem do Fundão, da Samarco. Para tal, os estudantes deveriam focalizar as formações nominais “Tragédia de Mariana” e “crime da Samarco”, ambas, como já dito, referentes ao rompimento das barragens de rejeito da mineradora Samarco, na cidade de Mariana – MG, em novembro de 2015, bem como a influência dos adjuntos adverbiais “já”, “só” e “até agora”, presentes no fragmento do jornal. Vale salientar que, para o melhor entendimento, era fundamental, ainda, que notassem que os dois últimos adjuntos mencionados foram intervenções feitas pela Caneta Desmanipuladora e não uma escrita do próprio jornal Folha de São Paulo.

Considerando-se os *scores* alcançados, como já afirmado, confirma-se que os alunos captaram as diferenças argumentativas sutis existentes a partir da escolha de formações linguísticas feita por cada um dos locutores. Dessa forma, conforme Antunes (2014), verifica-se que, realmente, a atividade de linguagem não tem finalidade apenas de possibilitar a comunicação, mas, na realidade, relaciona-se intimamente aos mais variados propósitos do locutor, “propósitos que podem ser mais ou menos explícitos, diretos, expressos com ‘todas as letras’ ou ‘em meias palavras’.” (p. 20). Nesse sentido, os alunos nada mais fizeram que captar, de forma muito pertinente, os propósitos comunicativos presentes em cada fragmento de texto.

Ainda com relação aos resultados alcançados, pôde-se verificar uma elevada porcentagem de questões incorretas, ficando esse número, em alguns casos, acima dos 50%. Dessa forma, empreendendo-se novamente uma análise das atividades, verificou-se que os alunos apresentaram maiores dificuldades naquelas que dispunham de redes enunciativas (DIAS, 2018), isto é, conjuntos

de enunciados comparativos com estruturas semelhantes que visavam a permitir a visualização do comportamento semântico de uma mesma forma linguística em usos distintos. Fazendo uma avaliação a posteriori, pôde-se chegar a hipótese de que os estudantes não lidaram bem com a rede enunciativa na medida em que ela foi utilizada como recurso autônomo, sem a intervenção do professor ou do aplicador para percorrer o caminho da percepção de variáveis tão tênues. Esse resultado diz, portanto, que a rede enunciativa é um recurso valioso, mas de modo algum dispensaria a intervenção do professor.

Quanto a esse aspecto, pode-se concluir que nas questões 3A, 3B e 4, apesar de ter sido feito o uso de redes enunciativas, o fato de não ter havido um trabalho de costura que auxiliasse os estudantes a identificar questões da argumentatividade. Na realidade, as sentenças usadas, ainda que estivessem em rede, foram apresentadas isoladas, sem que fosse possível, segundo Antunes (2014), conectá-las a um texto, com seus interlocutores, sua possível intencionalidade e os pressupostos existentes na interação, por exemplo. Isso certamente dificultou, em grande medida, o trabalho interpretativo por parte dos estudantes.

Dessa forma, há de se reconhecer que, ainda que houvesse a real intenção de levar os discentes a pensarem os elementos linguísticos para além de uma estrutura rígida, ainda que houvesse o desejo de fazê-los ponderar a respeito do modo como o componente gramatical afeta a sentença de diferentes formas a partir das redes enunciativas, a falta de contexto e de intermediação foi decisivo para que os alunos não obtivessem êxito interpretativo nas questões. Tal realidade configura-se como um ponto a ser revisto e, para além disso, evidencia que o contexto e o trabalho do professor de esmiuçar os sentidos até se chegar aos efeitos de sentido são artefatos fundamentais para o trabalho com análise linguística em sala de aula.

O número de questões que ganharam o *status* de parcialmente corretas também foi alto, principalmente a primeira, que solicitava aos alunos que identificassem os locutores de cada um dos fragmentos apresentados. Grande parte identificou tanto a Folha de São Paulo quanto o MAB como locutores, mas essa facilidade de identificação não se deu tão facilmente em relação à Caneta Desmanipuladora. Acredita-se que tal dificuldade se deveu, em grande parte, a questões de ordem técnica. Visto que a folha impressa entregue aos alunos era uma cópia em preto e branco, aliado ao fato de a Caneta provavelmente não ser

uma página conhecida pelos estudantes, parece ter havido dificuldade para que os estudantes percebessem as interferências em vermelho feitas pela Caneta Desmanipuladora no enunciado da Folha de São Paulo. Essa dificuldade, no entanto, só foi percebida quando a sequência foi aplicada, uma vez que, ao serem produzidas e analisadas, as atividades dispunham dos textos em sua cor original.

Essas observações podem, assim, mensurar os pontos em que deve haver o aperfeiçoamento das atividades elaboradas a fim de realmente concretizar o objetivo de levar aos alunos exercícios que promovam a reflexão acerca da produção de sentido tendo em vista a mobilização de recursos gramaticais, aproximando esses dois elementos que integram a constituição da língua.

Considerações finais

O ensino de gramática durante muito tempo se pautou por uma abordagem bastante técnica, visando ao desenvolvimento de indivíduos conhecedores das regras gramaticais. No entanto, ainda que esse objetivo de memorizar regras fosse alcançado com êxito, ele não levaria necessariamente o estudante ao bom desempenho textual e comunicativo, habilidades cada vez mais necessárias no mundo contemporâneo. A contemporaneidade demanda letramentos múltiplos, e isso evidencia que esse ensino tradicional já não supre as carências de manejo linguístico atuais. Por isso, uma abordagem epiliguística, que tenha como foco o trabalho com atividade de linguagem para levar o estudante a desenvolver autonomia, parece tão adequada.

A gramática, por esse raciocínio, de acordo com Antunes (2014), deve ser trabalhada de maneira contextualizada, em favor da interação e da produção de sentido. Dessa forma, parece incoerente que ainda hoje a abordagem gramatical promovida pelas coleções didáticas de Língua Portuguesa seja em grande parte destinada a um ensino sistêmico e fechado em si mesmo. Mais relevante seria um trabalho que busque relacionar as dimensões material e interativa da língua, almejando um ensino gramatical mais palpável e significativo.

O trabalho desenvolvido buscou relacionar essas duas dimensões linguísticas e, a partir das categorias gramaticais de verbo e adjunto adverbial,

conseguiu atestar um bom domínio dos alunos em relação à gramática e à produção de sentido, com desprendimento de nomenclaturas e saberes apenas técnicos. Para tanto, foi proposta uma reflexão sobre a língua, conforme as perspectivas do epilinguismo e da gramática contextualizada. Contudo, o anseio de levar essas duas perspectivas a cabo fez com que este projeto se equivocasse, em algum ponto, pelo exagero. Foi feita uma coleta de dados – com as respostas dadas pelos alunos – cujo mecanismo preconizava a autonomia: era desejável que as demandas dos exercícios falassem por si, mas a autonomia seria o ponto de chegada, não o de partida. A dificuldade dos estudantes deixou evidente que a figura do professor, sensível às nuances enunciativas, seria essencial para conduzir o processo. Tanto se tentou evitar o uso do texto como pretexto que as redes enunciativas careceram, em alguma medida, do contexto necessário para que os estudantes notassem as marcas enunciativas na materialidade do dizer. Esse balanço mostra que a formação do professor-pesquisador é continuada e que a tentativa e o erro fazem parte da prática da docência e da pesquisa.

Como procedimento de análise, mais importante do que as terminologias ou as noções de certo e errado, procurou-se pautar pelas tentativas, investigando o que os alunos desejavam falar, ainda que, por vezes, alguns termos não se encaixassem com rigor na natureza das questões propostas. Nesse sentido, o ideal de conduzi-los à reflexão sobre a língua pelo uso, relacionando os saberes gramaticais ou orgânicos aos enunciativos e interativos, foi alcançado com sucesso.

Referências

ABAURRE, Maria Luiza M; ABAURRE, M^a Bernadete M; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

ANTUNES, Irandé. Uma análise muito aquém do texto. In: _____. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpado “o pó das ideias simples”**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BRASIL. **PCN+ Ensino Médio**: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, DF: MEC/SENTEC, 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

DIAS, Luiz Francisco. Enunciação e regularidade sintática. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v.1, n.1, 2009, p.7-30.

DIAS, Luiz Francisco. **Enunciação e relações linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de; MARUXO JÚNIOR, José Hamilton. **Língua portuguesa**: linguagem e interação. São Paulo: Editora Ática, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2018.

LACERDA, Priscila Brasil Gonçalves. **Bases Sintáticas da Enunciação em Português**: uma proposta sobre o adjunto adverbial. Minas Gerais: UFMG, 2013.

PENA, Elke Beatriz Felix. **Enunciação e Regularidades Gramaticais**: apontamentos para o ensino de língua portuguesa para o ensino médio. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2015. (Manuscrito)

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

WAMSER, Camila Arndt; REZENDE, Letícia Marcondes. Atividade epilinguística e o ensino de língua materna: um exercício com a conjunção *mas*. *Signo*, v. 38, n. 64, p. 2-20, jan./jun. 2013.

PLANTA/TEXTO: UM ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO DA CATEDRAL DE SÃO LUIZ NO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES- MT ¹

Solange Moreira dos Santos Velozo (UNEMAT)²

Taisir Mahmudo Karim (UNEMAT)³

Introdução

O presente texto propõe desenvolver um estudo enunciativo do acontecimento de linguagem (Planta Arquitetônica) da igreja matriz de Cáceres — MT, a Catedral de São Luiz de Cáceres, com objetivo de sondar e analisar os enunciados que a integra. Mais especificamente trata-se de sondar enunciados na relação integrativa com outros termos no funcionamento do texto, ou seja, no acontecimento enunciativo da Planta da Catedral de São Luiz.

Nosso interesse é saber como e quais unidades de linguagem estão integrada a Planta, e como tais enunciados constituem sentidos e significam no movimento de linguagem do acontecimento, cuja especificidade se dá pela temporalidade própria da (Planta/Texto), ao historicizar acontecimentos como: **a construção, a ruína/queda, e reconstrução da igreja matriz** no processo de significação que a constitui, na cidade de Cáceres-MT. Essas observações colocam-se como importantes para analisar e compreender enunciados, os quais são tomados na perspectiva da relação integrativa de enunciados a Planta da Catedral.

Além disso, dizemos que, produzir análises do ponto de vista dos estudos enunciativos possibilita-nos compreender o que se enuncia, como se enuncia e como estão sendo constituídos os sentidos de **construção, da ruína, da queda, e da reconstrução da igreja matriz** no/do centro histórico do Município de Cáceres — MT, desde antes de sua fundação, com vista a contribuir significativamente considerando que a língua — sujeito — história e cultura

¹Este texto é um recorte que integra o “Projeto de Doutorado” e a “Tese”, em andamento intitulado: “Planta/Texto: um acontecimento enunciativo da Catedral de São Luiz no Centro Histórico de Cáceres- MT”, submetido/aprovado/protocolado junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística - PPGL/UNEMAT 2019/1, e também foi apresentado no “III Seminário: Enunciação e Materialidade Linguística a 10 de outubro de 2019. FALE – Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte – MG.”.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística - PPGL/UNEMAT - 2019/1.

³Professor Doutor, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística - PPGL/UNEMAT

cacerense significam no espaço político de enunciação. Com isso, faz-se necessário o seguinte questionamento, como esses enunciados ao articularem com outros textos que dizem sobre a Catedral constroem sentidos que fazem significar a importante obra da Igreja Católica, construída no centro histórico da cidade de Cáceres no Estado de Mato Grosso?

Nosso *corpus* se constituirá de memoriais escritos (documentos diversos), incluindo a Planta da Catedral de São Luiz de Cáceres, que de forma muito específica vamos toma-la como *Planta/Texto*, a exemplo de como foi tomado o mapa nos trabalhos desenvolvidos por Eduardo Guimarães (2002 e 2005). Pois, a saber, as igrejas construídas a partir da segunda metade do século XVII, e até a primeira metade do século XVIII, apresentavam construções tanto de aspectos rudimentares, austeras, com soluções arcaicas, como também de aspecto monumental e com certo refinamento nas plantas, fachadas e volumetrias (MAYER, 2003, p.146).

Constituído o *corpus*, as análises serão conduzidas na perspectiva teórico-metodológica da Semântica do Acontecimento/Enunciação, a partir dos estudos produzidos por Guimarães desde (2002, 2005, 2011, 2012, 2018). Assim, de acordo com este autor, o procedimento “deve ser apropriado”, deste ponto de vista, tomaremos a “realização de Sondagem”, ou, “procedimento de Sondagem” considerado “como procedimento geral de análise” (GUIMARÃES, 2018, p. 18), configurados fundamentalmente nos modos de relação de *articulação e reescrituração*.

Eduardo Guimarães (2002) no estudo da “Semântica do Acontecimento”, definiu o mapa como texto, e ao “tomar o mapa como *corpus* permite tomar, também, a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano” (GUIMARÃES, 2017, p.58). À vista disso, o estudo enunciativo que propomos é de outro acontecimento. Ou seja, é um estudo enunciativo da Planta da Igreja Matriz de Cáceres, da Planta da *Catedral de São Luiz de Cáceres*. Importante observar que, tomamos a Planta como um acontecimento por considerar que ela traz uma relação com um memorável que marca uma temporalidade específica e fundamental para a construção identitária da cidade.

Neste ponto, é importante destacar que, este texto é um fragmento enunciativo que integra o “Projeto de Doutorado” e conseqüentemente a “Tese”

em andamento intitulado. Planta/Texto: um acontecimento enunciativo da Catedral de São Luiz no Centro Histórico de Cáceres — MT, submetido/aprovado/protocolado junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística — PPGL/UNEMAT 2019/1. Este texto foi apresentado pela primeira vez, no III Seminário: Enunciação e Materialidade Linguística a 10 de outubro de 2019. FALE — Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte — MG.

Em um primeiro momento, o texto está organizado em Introdução, e quatro tópicos intitulados: Planta da Catedral de São Luiz: relação de um memorável marcado por uma temporalidade. Plano do terreno da dita Villa: acontecimento que especifica locais determinados para a igreja. Primeira pedra fundamental (1886) e a obra da nova igreja matriz: a Catedral de São Luiz em construção, e. Considerações — parte de uma nova temporalidade, uma latência de futuro para 2023.

1. Planta da *Catedral de São Luiz*: relação de um memorável marcado por uma temporalidade

Neste tópico, iniciemos atentos a nossa posição teórica, a qual considera que “a enunciação diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo [...] trata-se de um acontecimento, o acontecimento do dizer, que se apresenta como um acontecimento de linguagem (GUIMARÃES, 2018, p.17-18). Por certo, é desta posição que propomos o desafio de desenvolver este estudo enunciativo, considerando a Planta como Planta/Texto, por acreditar que ela é um acontecimento específico por constituir sua temporalidade própria.

Para prosseguirmos, consideremos o acontecimento de linguagem enunciado por Leite (1977, 127), que diz que a Planta da nova matriz é:

[...] um excelente risco tendo 20 metros de largura sobre 80 de comprimento. As paredes serão construídas com pedra e tijolo e o interior dividido em três naves por duas ordens de colunas também de tijolos, sendo cinco de cada lado. Essa planta foi organizada, se não me engano, pelo hábil artista francês Sr. Bossay Feliz, e se for executada com exatidão, dará em resultado possuir aquela Freguesia um dos mais bem acabados templos da Diocese. (LEITE, 1977, 127).

O acontecimento recortado e citado, traz especificidades no fragmento de enunciação, que mostra a diferença especificada pela sua temporalidade, constituída pelo próprio acontecimento a “Planta da nova matriz”, ou seja, a

Planta é um acontecimento enunciativo “que faz a diferença na sua própria ordem. E o que a especifica é a temporalidade que ela constitui” (GUIMARÃES, 2012, p. 19 - 20). É importante dizer que, “o que especifica um acontecimento é a temporalidade que ele constitui: um passado, um presente e um futuro”. (Ibidem). Portanto, conforme Guimarães (2017):

[...] A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalidade, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivibilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (GUIMARÃES, 2017, p. 17).

Por conseguinte, a temporalidade do dizer de Leite (1977) constitui no presente do enunciar “o lugar dos sentidos, um passado”. Visto que, “o passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalidade, tal como a latência de futuro” (GUIMARÃES, 2017, p. 17). Assim, no acontecimento “Planta da nova matriz é um excelente risco tendo 20 metros de largura sobre 80 de comprimento” e “As paredes serão construídas com pedra e tijolo e o interior dividido em três naves por duas ordens de colunas também de tijolos, sendo cinco de cada lado”, são rememorações de enunciações que constitui os sentidos do modo como a planta foi organizada. Além disso, esses acontecimentos apresentam-se como parte de uma nova temporalidade, ou, uma latência de futuridade, uma expectativa de novos sentidos trazidos pela temporalidade do acontecimento “e se for executada com exatidão, dará em resultado possuir aquela Freguesia um dos mais bem acabados templos da Diocese” (LEITE, 1977, 127).

Neste sentido, cabe observar, como as unidades de linguagem que integram a Planta/Texto constituem sentidos no movimento de linguagem deste próprio acontecimento, que o especifica e historicizam enunciados como: **a construção, a ruína/queda, e reconstrução** da monumental *Catedral de São Luiz de Cáceres*.

No tópicos seguintes, veremos ainda que brevemente, como o acontecimento enunciativo “Plano do terreno da dita Villa”, específica e determina os locais para construção da Igreja.

2. Plano do terreno da dita Villa: acontecimento que especifica locais determinados para a igreja

Neste tópico, veremos de modo breve, como o acontecimento enunciativo “Plano do terreno da dita Villa” específica e determina os locais para construção da Igreja, temporalizados no “Termo de fundação do novo Estabelecimento, de Villa Maria do Paraguay”.

Podemos constatar que antes da fundação de Vila Maria do Paraguai (atual Cáceres-MT), verificamos a existência de documentos do século XVIII, nos quais apresentam projetos e mapas da organização do território central da cidade de “*S. Luiz de Cáceres*” (sic). A Carta⁴ datada de 25 de Novembro de 1778, do 4º Governador da capitania de Mato Grosso⁵, de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, a Martinho de Mello e Castro⁶, encaminhando o “adjunto Mapa da Povoação desta Capitania, respeitante ao ano de 1777”, diz que Luís de Albuquerque deseja que, o Mapa forneça todas as notícias para o cálculo político, dizendo: “dezejarey que o referido Mapa forneça todas aquellas notícias, que se precisam para o calculo Politico a que ellas se destinam⁷”. Este acontecimento enunciativo indubitavelmente expõe como um Mapa, uma Planta, um Inventário etc, consiste em um acontecimento importante na formação,

⁴ DE SOUSA, Maria Cecília Guerreiro. **Inventário de documentos históricos sobre o centro-oeste: Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos 1**. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Documento original do Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa. Fundo: Docs. Avulsos sobre Mato Grosso - Caixa nº 1164. FUFMT/NDIHR. Microficha 274.

⁵ Governador desde de (1772 a 1789).

⁶ Secretário do Estado (representante do Reino de Portugal).

⁷ Dito e assinado por, (Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Villa Bella de 25 de novembro de 1778). Fragmento enunciativo da (Carta, redigida em Vila Bela, 25/11/1778), Carta disponível. In: **Inventário de documentos históricos sobre o centro-oeste: Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos 1**. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (DE SOUSA, 1978).

construção e organização social, histórico, político, econômico e cultural, temporalizando a realidade de uma cidade.

De acordo com Mendes (2010, p. 4), “Cáceres faz parte do processo histórico que se inicia no período dos bandeirantes, em pleno ciclo do ouro, que resultou a conquista dos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso”. Além da conquista desses Estados, ocorreram também processos de fundação de povoações erigida em vila, a exemplo do Termo de Fundação do novo estabelecimento de “Villa Maria do Paraguay”, datado de 6 de outubro de 1778. Segundo este “Termo”, Luís de Albuquerque determinou ao Tenente de Dragões Antônio Pinto do Rego e Carvalho, a “fundar, erigir e consolidar uma povoação civilizada, com condições de futuro desenvolvimento”. Mas para o cumprimento das determinações, o Tenente de Dragões deve “fazer observar rigorosamente a demarcação do risco (projeto) de arruamento, casas, praça e travessa, e **locais determinados para a igreja**, quartéis, casas do Concelho e cadeia (DE SOUSA, 1978).

Conforme enunciado no documento, as demarcações são “Rituais religiosos”, segundo os quais estão “descritos no projeto estabelecido para a construção de casas, de ruas, praça e travessas”.⁸ Como disse Guimarães (2017, p.58), “o espaço do homem só é espaço enquanto historicamente determinado, e a linguagem o designa neste processo histórico”. Ou seja, a Planta de *S. Luiz de Cáceres*, ou, ainda conforme descrito no Termo de Fundação, “o Plano do terreno para a dita Villa”, apresentam as determinações que “se acha com alguma disposição para continuar a fundar-se com regularidade”. Observemos, então, a Planta que segue:

⁸ Segundo descrição, da “Cópia ampliada da microficha de um documento original do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa. Fundo: Documentos Avulsos sobre Mato Grosso – Caixa 18, nº 1162. FUFMT/NDIHR. Microficha 273.

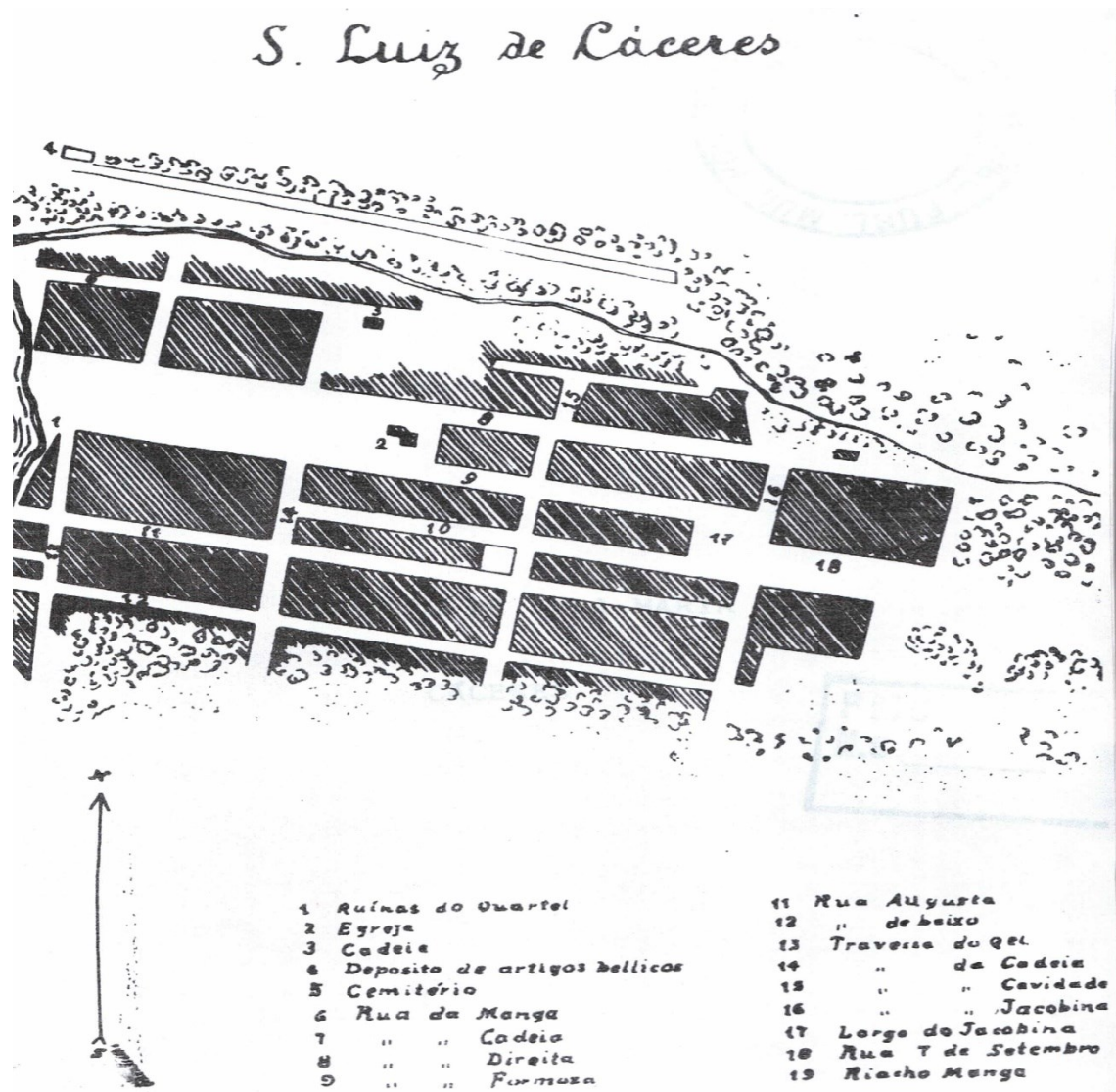


Figura 1: Capa do livro **Inventário de documentos históricos sobre o centro-oeste: Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos 1**. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (DE SOUSA, 1978).

Para o que nos interessa, neste texto, faz-se necessário observar o Termo de fundação do novo Estabelecimento, de Villa Maria do Paraguay. Conforme teor desse documento, enunciado por Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres em 1778, pinçamos um recorte que traz os “locais determinados para a igreja”, com todas explicações e exigências de demarcação do terreno:

Termo de fundação do novo Estabelecimento a que mandou proceder o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General desta Capitania de Mato Groço denominada Villa Maria do Paraguay.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1778 aos 6 dias do Mez de Outubro do dito anno, neste Destrito do Rio Paraguay,

e margem Oriental dele no Lugar aonde presentemente se dirige a estrada que segue no Cuyabá desde Villa Bella;
Sendo presente o Thenente de Dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho, por ele foy dito que tinha passado a este dito Lugar, por ordem do o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres; Governador e Capitão General desta Capitania de Mato Groço para com efeito fundar, erigir e consolidar huma Povoação civilizada aonde se congregarem todo o mayor numero de moradores possível compreendidos todos os cazaes de Indios Castelhanos proximadamente dezertados para estes Dominios Portuguezes da Provincia de Chiquitos que fazem o numero de 78 individuos de ambos os sexos a que juntando-se todo o outro numero das mais Pessoas congregadas para o dito fim faz o total de 161 individuos de ambos os sexos; cuja Povoação segundo as ordens do dito Senhor sedenominará de hoje em diante=Villa Maria do Paraguay = esperando-se que se semelhante Estabelecimento haja de resultar grande utilidade ao Real Serviço e comodidade Publica;
e porque suposto o Plano do terreno para a dita Villa se acha com alguma dispozição para continuar a fundar-se com regularidade; comtudo como alguns dos alinhamentos não estavam conformes ao projecto da boa Politica como deveriaõ ser detrerminou ele dito Thenente a todos os moradores em nome de Sua Exelencia, que deixando de fazer mais algu beneficio a varias Cabanas existentes, so nellas assistissem em quanto se fabricavam cazas no novo arruamento que lhe fica prescrito, e batizado por ele Thenente com Marcos sólidos de pau de Ley; sendo obrigados a não excederem nem deminuirem a dita construção na altura de 14 palmos de pé direito na frente de todas as cazas que se levantarem e 24 palmos de altura no Cume: Outro sim detrerminou que precisamente chamariam para regular os ditos pes direitos ao Carpinteiro Joaõ Martins Dias, e na falta deste, outro algum inteligente no Ofício afim de conservar sem discrepância segundo orisco a largura de 60 palmos de ruas que estão assinadas por ele dito Thenente; cujas actualmente demarcadas, e balizadas teraõ os seguintes nomes a saber a primeira contando do Norte = Rua d'Albuquerque = a imediata para o Sul = Rua de Mello = as quaes ambas vão desembocar na Praça e cada huma delas fas face amesma do Norte e do Sul; assim como tambem as traveças de 30 palmos que devidem os quarteis das ditas ruas, e se denominaraõ estas travessas = A primeira contando do Poente para o Nacente = Traveça do Pinto = e a que se segue contando tambem para o Nacente = Traveça do Prego = **e no alto da Praça da mesma banda do Nacente cuja frente fica riscada entre as ruas e traveças com 360 palmos cujo numero tem tambem as mais quadras poderaõ os moradores erigir sua igreja por ficar a Porta principal della para o Poente como detreminam os Rituais; e o terreno desta frente da Praça por agora não ocuparaõ em cazas, deixando-o livre para as do Conselho, e Cadea quando se deverem fabricar.** Cada moradora dos ditos povoadores não terá mais de cem palmos de comprimento para quintal que lhes ficam determinados para o centro de cada hum dos quarteis. [...] (ass) Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.

Consideramos aqui, a definição de *texto* desenvolvida por Guimarães (2017):

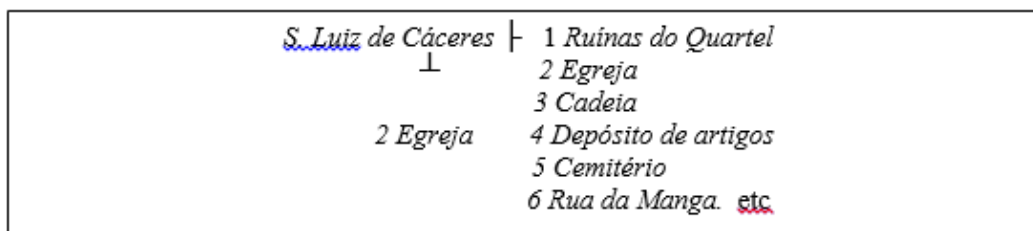
[...] O texto é uma unidade no sentido de algo finito e que se caracteriza por integrar, anunciados. Ou seja, o texto se caracteriza por ter uma relação com outras unidades de linguagem, os enunciados, que são

enunciados e que significam em virtude desta relação. O texto, é nesta medida, uma unidade que se apresenta entre outras da mesma natureza. No entanto, o texto não tem unidade, o texto é uma unidade, mas não tem unidade no sentido homogêneo, porque, o texto não é uno (GUIMARÃES, 2017, p, 27).

A planta designada de “*S. Luiz de Cáceres*”, se apresenta como “uma unidade complexa de significação”, ou seja, como o que chamamos de Planta/Texto, por ser uma unidade no sentido, de integrar enunciados, que se relacionam com outros elementos que a integram, por exemplo, expressões, enunciados como: “*S. Luiz de Cáceres, 1 Ruínas do Quartel, 2 Igreja, 3 Cadeia, 4 Depósito de artigos ballísticos, 5 Cemitério, 6 Rua da Manga etc.*”. Além disso, os números de 1 a 19, também dispostos na Planta, são enunciados que significam em virtude de sua relação com outras unidades de linguagem, que funcionam na transversalidade do texto. Ou dizendo de outro modo, as expressões e enunciados que integram a planta especificam e designam sentidos as demarcações de cada elemento. Uma vez que, esses enunciados significam por participar da relação de integração no acontecimento de linguagem Planta/Texto.

Podemos considerar também, que há nesta Planta/texto um conjunto de elementos que determinam e reescrevem o sentido do nome dado à planta – *S. Luiz de Cáceres*. Assim, quando o alocutor-engenheiro enumera os lugares determinados para construções na Planta, ele reescreve por enumeração o que está enunciado. Nesse sentido, temos uma relação de determinação que constituem *S. Luiz de Cáceres*, em *1 Ruínas do Quartel, 2 Igreja, 3 Cadeia, 4 Depósito de artigos ballísticos, 5 Cemitério, 6 Rua da Manga etc* determina *S. Luiz de Cáceres*. Vejamos que neste processo de determinação temos também uma relação inversa, podendo dizer que *S. Luiz de Cáceres* também determina *Igreja*.

DSD



Onde se lê: 1 *Ruínas do Quartel*, 2 *Egreja*, 3 *Cadeia*, 4 *Depósito de artigos* ballísticos, 5 *Cemitério*, 6 *Rua da Manga etc.* determinam *S. Luiz de Cáceres* que por sua vez determina *Egreja*.

Neste direcionamento, dizemos que, Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, constituiu um modo de articulação e projeção da organização do centro histórico de Cáceres-MT. Pois, de acordo com suas determinações as “demarcações de arruamento, casas, praça, travessa, **locais determinados para a igreja**⁹, quartéis, casas do Concelho e cadeia”, constituem sentidos que caracterizam o território central da cidade de Cáceres-MT, pelo modo como se deu a articulação e projeção de organização política do centro urbano desta cidade.

O que nos interessa observar nesse sentido é que, a Igreja não é erigida de modo aleatório. Como vimos, o enunciado “2” que se encontra integrado a planta, significa o Local determinado para erigir a Igreja, isso significa na relação de articulação com o enunciado “2 *Egreja*”.

Ao observarmos a fixação do enunciado “2” na Planta, vimos que ele especifica o Local de construção da majestosa e monumental Catedral São Luiz de Cáceres.

Na obra “Vila Maria dos Meus Maiores”, que apresenta a elaboração de uma trilogia cacerense, encontramos outra Planta de Cáceres, datada de 1876, uma Planta que representa os traços e riscos da Vila, correspondente ao início do século XIX.

Segue, portanto, uma interessante planta da cidade de Cáceres, ela apresenta traços e riscos da Vila, quando esta contava 100 anos da sua fundação.

⁹ Grifo nosso.

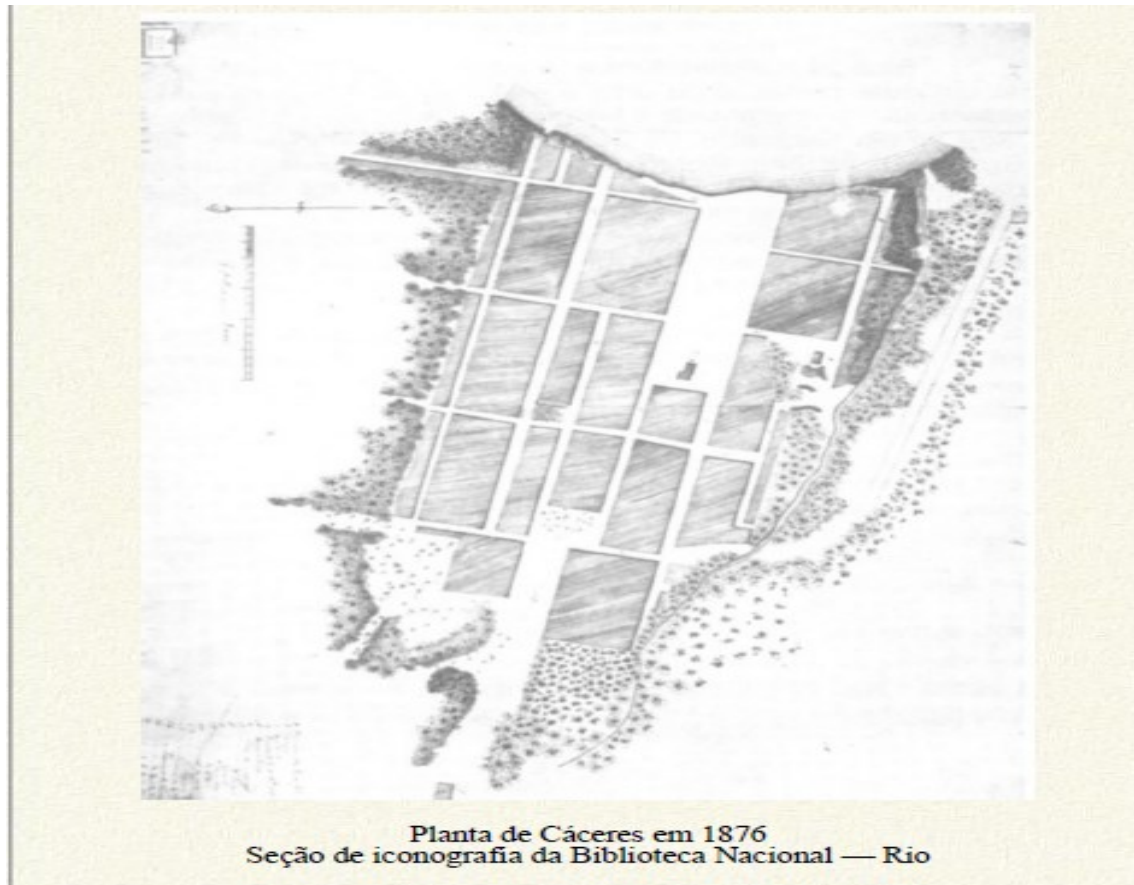


Figura II - Planta de Cáceres em 1876, quando esta contava 100 anos da sua fundação – Seção de iconografia da Biblioteca Nacional - Rio: In: (LEITE, 1977, p. 19).

Conforme Leite (1977, p. 18-19), no item RETRATO DA VILA, ele diz que:

[...] O parente e amigo Sebastião Frederico Teixeira, bisneto de Luís Benedito Pereira Leite e que muito me tem ajudaria na elaboração da trilogia cacerense, obteve na seção de iconografia da Biblioteca Nacional uma interessante **planta da cidade de Cáceres quando esta contava 100 anos da sua fundação**¹⁰, documento que inserimos neste trabalho para o estudo comparativo do seu progresso e do seu desenvolvimento. (LEITE, 1977, p. 18-19).

Sobretudo, a planta, tomada por Leite, faz parte do processo histórico, do progresso e desenvolvimento de São Luiz de Cáceres, atual Cáceres. Neste processo de significação destacamos que a cidade de Cáceres fundada em 6 de outubro de 1778, por Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, e por ele denominada Villa Maria do Paraguay, em homenagem à rainha reinante de

¹⁰ Grifo nosso.

Portugal, D. Maria I. A divisão territorial do município faz fronteira com a República da Bolívia, e tem sua sede urbana edificada à margem esquerda do rio Paraguai e encontra-se localizado a 215 km da capital Cuiabá.

Para Fanaia (2011, p.81), “A povoação de Vila Maria do Paraguai foi fundada, [...] como parte da política da Coroa Metropolitana portuguesa de defesa de fronteira, contra a invasão dos espanhóis”. Além dessa afirmação, a autora diz ser “importância lembrar que, “embora a povoação tivesse sido fundada e designada na ata de fundação com a categoria de “vila”, fora apenas uma questão nominal, pois até então, era apenas “freguesia” e só adquiriu a categoria de vila em 1859, recebendo oficialmente o status de “vila” (IBIDEM).

Como já observamos, “Cáceres faz parte do processo histórico que se iniciou no período dos bandeirantes, em pleno ciclo do ouro (MENDES, 2010, p. 4). Ao mesmo período, outras cidades estavam sendo colonizadas e fundadas em Mato Grosso, assim, logo são criados os bispados de Mato Grosso e Goiás.

Segundo o jornal “ARGOS”¹¹, de número cento e quanta e oito de dezenove de julho de mil e novecentos e quatorze, informa-nos na seção “Datos e Factos Mez de Julho”, a data que se comemora o octogésimo oitavo aniversário da criação dos bispados de Mato Grosso e Goiás, pela *Solicita Catholica gregis* de 15 de julho de 1826. Conforme está enunciado, “DIA 15 - 1826 – Pela bula *Solicita Catholica gregis*, expedida pelo papa Leão XII, são creados os bispados de Matto Grosso e Goyaz¹²”. (ARGOS, 1914, p. 1).

No âmbito dos acontecimentos da história da Igreja Matriz, devemos destacar que as “Visitas Pastorais” empreendidas pelo Exmo. e Revmo. Sr. Dom Carlos Luiz d’ Amour, chegaram a Vila de *São Luiz de Cáceres* em 1886, cujo objetivo das visitas era de conhecer as necessidades das Dioceses do Brasil. De acordo com Leite (1977, p.108), a chegada do discípulo na cidade, foi um acontecimento memorável. Assim, enuncia o autor:

[...] chegamos à **praça Jacobina** na entrada da cidade, onde um espetáculo de grandeza nos esperava [...] ver passar pelas ruas dessa leal cidade, abençoando seus generosos habitantes, um dos discípulos mais distintos de Jesus Cristo, um dos Prelados que mais bem tem

¹¹ Acervo do “Arquivo Municipal”, de Cáceres Mato Grosso.

¹² (Sic).

sabido compreender seus altos deveres – o prudente, justo e caritativo Bispo da Igreja de Cuiabana, Sr. Dom Carlos Luiz d' Amour. (LEITE, 1977, p.108). (Grifos nossos).

A praça da Jacobina citada no recorte acima, é a atual Praça Major João Carlos. De acordo com Dom Máximo Biennès (1987, p. 26), no:

Dia 22 de julho de 1886, vários grupos de cavaleiros, no meio dos quais encontrava-se o Pe. Casimiro Ponce Martins, vigário, foram ao encontro do Sr. Bispo, D. Carlos, e o acompanharam até **a praça da Jacobina (atual praça Major João Carlos)** onde foi a solenemente recebido pelo povo de São Luiz de Cáceres. (BIENNÈS, 1987, p. 26). (Grifos nossos).

Por certo, “Vila de São Luiz do Paraguai, promovida à cidade em 1876”, já era uma cidade populosa, e apresentavam-se ricas e elegantes casas, cujos proprietários também mostravam sua opulência com tais arquiteturas. Mas como disse Leite (1977):

[...] não tem um templo digno dela: o que existe é muito ordinário, mal construído, e está em mau estado, principalmente o corpo da Igreja, cujas paredes ameaçam ruína. Só por muito favor se pode dar esse nome. (LEITE, 1977, p. 110).

Conforme veremos no item seguinte, as obras de uma nona igreja matriz que se encontrava em construção já em 1911.

3. Primeira pedra fundamental (1886) e as obras da nova igreja matriz a em construção: *Catedral de São Luiz*

Em harmonia com o dizer do Bispo Biennès (1987, p. 47), ao registrar-se que “em 20 de julho de 1911, Dom Carlos Luiz d' Amour, escrevia a D. Modesto Vieira dizendo que:

[...]. As obras da nova igreja matriz em construção, cuja primeira pedra coloquei em 1886, por ocasião da Visita Pastoral, estão interrompidas por falta de reservas pecuniárias; as paredes laterais elevaram-se até a altura designada, mas faltam as torres e tudo o mais indispensável para nela se fazer funcionar. (BIENNÈS, 1987, p. 47).

Este acontecimento de linguagem, leva-nos a compreender ainda que hipoteticamente, a existência de uma primeira Igreja Matriz, onde foi colocada a primeira Pedra Fundamental, o que a caracteriza como a primeira Matriz que não

se erigiu em Catedral. O que acabamos de dizer, pode ser consultado em duas importantíssimas atas de sessões extraordinárias de 1886, que registraram acordos e desacordos para o Planejamento da construção de uma nova matriz. Portanto, estas atas são indispensáveis no desenvolvimento nosso texto.

Desse modo, a Igreja Catedral de São Luiz de Cáceres, possivelmente é a “Nova Igreja Matriz”, que se encontrava em construção no ano de mil novecentos e onze. Vejamos, por exemplo, uma foto de 1955, que mostra a **Catedral de São Luiz, ainda em construção.**



Figura III – A Construção da Catedral de São Luiz de Cáceres. In: Dom Máximo Biennès: Bispo Missionário (SILVA e Nascimento, 2004, p.157).

Conforme descrição do historiador Leite (1977, p. 124-125), o dia seis de julho de 1886, é um dia memorável historicizado na História da Catedral de São Luiz de Cáceres. Como disse o autor:

[...]. Foi um verdadeiro triunfo, cuja memorável data 6 de julho de 1886 – foi já escrita em letras de ouro nos fastos da leal cidade de Cáceres. [...] **A obra desse templo, que figura de quase impossível realização**, atenta a sua magnitude, chegará sem dúvida a feliz termo, porque os Cacerenses estão verdadeira e seriamente empenhados nessa empresa e é muito notável entre eles o espírito de mobilidade da sociedade moderna, que faz hoje em cinco anos o que em outras eras fazia-se num século. (LEITE, 1977, p. 124-125)

Desse modo, o que propomos se justifica pela necessidade de visibilizar, historicizar, os sentidos outros que a Catedral São Luís de Cáceres

constitui/constituiu entrelaçando sujeito-língua-história no centro histórico de Cáceres.

A planta da Catedral será tomada como Planta/texto, “como uma unidade complexa de significação”, ela pode mostrar como enunciados existente, na relação com outras unidades linguísticas que integradas na transversalidade da Planta/Texto, significam e constitui sentidos à construção da Catedral, no funcionamento do acontecimento de linguagem, que se dá pelo funcionamento da língua na configuração do *espaço de enunciação*, a partir da segunda metade do século XVII até século XXI. Sendo que, não é o falante que toma o acontecimento, mas é o acontecimento que toma o falante agenciando-o como lugar de enunciação num espaço político que se divide entre línguas e falantes. Dessa perspectiva, se propor a pesquisar é se propor a dizer de algo, dizer-lo nos seus diferentes modos de significar, compreendendo especificamente como consideramos no espaço de enunciação.

Por *espaço de enunciação*, consideremos primordialmente o conceito que vem sendo estabelecido por Guimarães desde (2002, p. 18), para o linguista esse conceito é fundamental no conjunto de relações de línguas e falantes, porque, é, no espaço de enunciação, e não outro lugar, que estão conformados os aspectos decisivos para a formulação do conceito de língua. Na 4ª Edição Revista intitulada de “*Semântica do Acontecimento: Um estudo enunciativo da designação*” de Eduardo Guimarães (2017), segundo o autor o *espaço de enunciação*:

[...] são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos as dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia¹³ que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide a sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político¹⁴. GUIMARÃES, 2017, p. 25).

¹³ Esta noção Guimarães (2017, p. 25), toma a partir de Ducrot (1972) em *Dire et ne pas Dire*.

¹⁴ O político aqui interessa conforme Guimarães (2017, p. 24), a relação entre falantes e línguas enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político.

Sendo assim, no espaço de enunciação que se apresenta, possibilita-nos dizer, redizer, falando de algo, ou seja, falando da Planta, significando-a, resignificando-a, na/pela linguagem, ao tomarmos especificamente a Planta da Catedral como *Planta/Texto*, como um acontecimento de linguagem de circulação colonial mato-grossense, constituído no espaço político de Cáceres. Certamente, esse estudo nos permitirá contribuir de modo significativo com a sociedade cacerense, com os acervos de pesquisa que tratam sobre questões da históricas de Mato Grosso, e a outros estudiosos que possivelmente venham interessar-se por pesquisar na perspectiva dos semânticos enunciativos. Esse ponto de vista, nos permite dizer que a Planta, o Mapa, o Plano do terreno, os Projetos etc. produzem sentidos no espaço da cidade de Cáceres, considerando o enunciado que:

Os sentidos do espaço da cidade são sentidos de uma divisão e redivisão constante do social. Redivisão que se expande e se resignifica. E isto é significado tanto pelos nomes comuns quanto pelos nomes próprios [...] A significação desta divisão constante do social se faz pelo funcionamento da língua nos acontecimentos de enunciação. (GUIMARÃES, 2002, p. 83).

Em consonância com o artigo “A constituição do Centro Histórico de Cáceres – MT: um acontecimento construído a partir de nomes de ruas”, dos pesquisadores Dos Reis e Karim (2018), que na perspectiva da Semântica do Acontecimento analisam “o funcionamento de sentidos produzidos pela enunciação que nomeia as ruas do Centro Histórico de Cáceres”, e dizem dos imóveis que possuem estilos arquitetônicos ecléticos, e neogóticos, segundo destaca-se a **Catedral São Luís**, importante construção que compõem o centro histórico de Cáceres. De acordo com Dos Reis e Karim (2018):

[...] A grande maioria dos imóveis que compõem o Centro Histórico possui uma arquitetura eclética. Em outras palavras, Cáceres abriga, nos espaços públicos urbanos do Centro Histórico, “exemplares únicos de estilo arquitetônico em Mato Grosso” (ARAÚJO, 2006, p.12-13). Dentre eles, destacam-se [...] **a Catedral São Luís em estilo neogótico (uma réplica da Catedral de Notre Dame**¹⁵, de Paris/França). (DOS REIS; KARIM, 2018, 142).

¹⁵ Grifo nosso.

Conforme segue as imagens abaixo:



Figura V: Catedral São Luiz de Cáceres
[Iconográfico]



Figura VI: Notre Dame de Paris

4. Considerações - parte de uma nova temporalidade, uma latência de futuro para 2023

Indubitavelmente, propor o estudo enunciativo da Planta da Catedral de São Luiz de Cáceres, trata de dizer de algo que ocorre quando se diz dela. Nesse sentido, formulamos algumas questões a saber: Como no acontecimento de linguagem Planta/Texto da Diocese de São Luiz de Cáceres, no presente de sua enunciação traz sentidos, que seu passado de rememorações enunciativas, projetam latência de futuridade ao integrar e ser integrada por enunciados como: *História de Fundação de Vila Maria, território onde se erigiu a imponente igreja, lançamento da Pedra Fundamental, construção, ruína/queda, e reconstrução da Catedral de São Luís?*.

Diante da importância de dizer de algo que ocorre quando se diz da Planta do monumento da Catedral São Luiz de Cáceres, se faz necessário dizer também da arquitetura exercida sobre essa construção, cujos elementos ao se relacionarem designam sentidos no processo de significação constituído no espaço de enunciação, ou seja, lugar de disputa entre língua-sujeito-história. Desse modo, sentidos de questões sócio cultural do povo mato-grossense, pode ser designado a partir das análises dos documentos recortados para o corpus deste trabalho.

Portanto, a relevância deste estudo, que se encontra no prelo, contribuirá não só para da história local, social, mas também para compreendermos como a Catedral está significada no conjunto de documentos que a constitui materialmente no centro histórico de Cáceres-MT, especificamente no acontecimento da própria planta, que na sua temporalidade do acontecimento, no funcionamento de linguagem traz no seu presente, e no seu passado, a sua latência de futuro. Nesta direção, vamos dizer da Planta da Catedral de São Luiz, procurando mostrar que o acontecimento enunciativo Planta/Texto, é “o que faz a diferença na sua própria ordem” (GUIMARÃES, 2017, p. 17), e, nessa ordem “o acontecimento é sempre uma nova temporalização”, ou ainda, “um novo espaço de convivialidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação” (Ibidem, 2017, p. 17).

Então, tomar a Planta enquanto Planta/Texto, permite-nos diz muito sobre o processo de criação de um dos polos urbanos mais importantes de Mato Grosso. Deste modo, nosso interesse não termina aqui, porque tomar a teoria da Semântica do Acontecimento como uma teoria analítica, nos direciona e nos encaminha a produção do conhecimento como “uma prática histórica, materialmente determinada” (GUIMARÃES, 2004, p.16), acreditamos que na história do Brasil, em particular na Região Centro Oeste de Mato Grosso, há elementos importantes que determinam condições históricas específicas, pelos modos de articulação e reescrituração que reditas determinam novos sentidos no espaço político de relação de línguas, no acontecimento de linguagem no domínio do saber matogrossense.

Referências

- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2006.
- BIENNÈS, Máximo. **Uma igreja na fronteira**. Edições Loyola, 1987.
- DA SILVA, Marta Maria e NASCIMENTO, Eliane Soares. **Dom Máximo Biennès: Bispo Missionário**. TOR. Terceira Ordem Regular de São Francisco. São Pulo, 2004.
- DE LOURDES FANAIA, Maria. O OLHAR DOS VEREADORES SOBRE A CIDADE DE VILA MARIA DO PARAGUAI NOS ANOS DE 1859-1880. In: RIBEIRO CHAVES, O.; ARRUDA, Elmar Figueiredo de. **História e memória Cáceres**. 2011.
- DE SOUSA, Maria Cecília Guerreiro. **Inventário de documentos históricos sobre o centro-oeste: Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos 1**. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Documento original do Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa. Fundo: Docs. Avulsos sobre Mato Grosso - Caixa nº 1164. FUFMT/NDIHR. Microficha 274.
- DOS REIS, Mirami Gonçalves Sá; KARIM, Taisir Mahmudo. **A CONSTITUIÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES-MT: UM ACONTECIMENTO CONSTRUÍDO A PARTIR DE NOMES DE RUAS**. Todos os direitos reservados. p. 138, 2018.
- GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. **Textos e argumentação: um estudo de conjunções do Português**. Campinas-SP: Pontes, 1987.
- _____. **Semântica do Acontecimento**. Campinas-SP: Pontes, 2002.
- _____. **História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Pontes, 2004.
- _____. **Análise de texto: procedimentos, análises, ensino**. Campinas: Editora RG, 2011.
- _____. **Análise de texto: procedimentos, análises, ensino**. Campinas: Editora RG, 2017, 2017.
- _____. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas-SP: Pontes, 2018.
- LEITE, Luis – Philippe Pereira. **Bispo do Império**. Editora Resenha Tributária, 1977.
- LEITE, Luís Philippe Pereira. **Vila Maria dos Meus Maiores**. 1978.

MAYER, Vilmar Francisco. **Aspectos Gerais da Arquitetura Religiosa Colonial Baiana**. 2003.

MENDES, Natalino Ferreira. **Memória Cacerense**. Cáceres: Carlini e Carniato, 1998.

MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres: origem, evolução, presença das forças armadas**. Tomo II. UNEMAT, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **O dissenso**. A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras, p. 367-382, 1996.

PERSPECTIVAS DA PREDICAÇÃO

Thalita Nogueira Dias
(POSLIN-UFMG)

Este ensaio tem o objetivo de apresentar uma visão contrastiva de abordagens correntes da predicação do ponto de vista da constituição da significação. Para isso, vamos observar as construções “José é prudente” e “bons estudantes passam no vestibular”. Nesse sentido, as mesmas construções serão situadas no crivo das seguintes perspectivas:

- (1) Pragmática de Searle (1981);
- (2) Gramática cognitiva de Langacker (2008),
- (3) Gramática funcionalista” de Halliday (2004);
- (4) Semântica da enunciação, com base na TBS de Carel (2005), na cena enunciativa de Guimarães (2018), e na articulação predicativa de Dias (2009, 2015, 2016).

Após essa análise contrastiva, vamos destacar aspectos da predicação que contribuem para a diversidade das abordagens teóricas em Semântica.

(1) Predicação e funcionalidade pragmática

Com fundamentos na teoria dos atos de fala, **Searle** (1981, p.163) considera que a predicação apresenta um conteúdo proposicional realizado por meio de um ato ilocutório. Nessa concepção, a predicação é constituída a partir de uma inflexão sobre o sujeito, não sendo, portanto, um ato de fala independente. A proposta do autor é a de que o ato ilocutório é responsável por concretizar a predicação.

Para explicar essa proposta, Searle (1981, p.163,164) apresenta os exemplos: Você vai sair (Saia!) Quer sair? (Sugiro que saia). Nessas frases, “sair” é predicado de “você”, obedecendo a seguinte constante: F (R-P). Nessa constante, temos Força ilocutória (Referência-predicado):

O termo F opera sobre o termo predicado de forma a determinar o modo no qual ele se relaciona ao objeto referido pelo termo referencial: se a frase é interrogativa, o seu caráter interrogativo (termo F) determina que a força da emissão consiste em perguntar se o predicado (termo P) é verdadeiro do objeto referido pelo sujeito (termo R). Se a frase é imperativa,

dispositivo indicador de sua força ilocucionária imperativa (termo F) determina que o objeto referido pelo termo R deve executar o ato especificado pelo termo P; e assim por diante para os outros exemplos.

Desse modo, podemos compreender que frases como “José é prudente” e “bons estudantes passam no vestibular” podem se tornar diferentes atos de fala, por meio da força ilocutória, como é possível observar no quadro abaixo:

Atos de fala		Força ilocucionária		
a.	José é prudente.	a.	Bons estudantes passam no vestibular.	afirmar
b.	José é prudente?	b.	Bons estudantes passam no vestibular?	interrogar
c.	José, seja prudente!	c.	Bons estudantes, passem no vestibular!	determinar

Conforme a visão de Searle (1981, p. 164), a força ilocutória age sobre uma expressão neutra (*José e bons estudantes*) com o objetivo de levantar a verdade da expressão predicativa do objeto referido pela expressão-sujeito, seja afirmando, seja interrogando, seja determinando a verdade da aplicação do “predicado é prudente” e “passam no vestibular”. A força ilocutória não atua sobre a referência, mas sim sobre o seu predicado. Nesse sentido, o autor diz que a predicação “jamais se apresenta sob forma neutra, mas sempre sob um determinado modo ilocutório, seja ele qual for”.

Portanto, para Searle, a condição essencial de realização da predicação, por meio do ato ilocutório, está no desdobramento de um conteúdo sobre a referência, o qual se coloca como possibilidade de verdade. Conforme as palavras de Searle (1981, p. 165), “Predicar uma expressão «P» de um objeto R é levantar a questão da verdade da expressão predicativa com respeito ao objeto referido”.

Como visto, a perspectiva de predicação de Searle se ancora num ato ilocutório voltado para o sujeito, a partir das condições de verdade do ato de fala. Na sequência, observaremos com a gramática cognitiva de Langacker (2008) concebe a predicação.

(2) Predicação pela Gramática cognitiva

Seguindo o modelo de gramática cognitiva praticada por **Langacker** (2008), a predicação pode ser concebida tomando como ponto de partida o verbo. Na visão do autor, o verbo é uma expressão que exprime um processo, sendo o motivador da origem da oração, isto é, o responsável por estruturar o discurso. Por conseguinte, o processo se refere ao modo de organizar a relação entre os referentes nominais e o verbo. Nessa direção, essas entidades linguísticas são determinadas pelos papéis semânticos (agente, paciente, instrumento, etc.) e gramaticais (sujeito e objeto) que desempenham na organização da oração.

Em relação aos papéis gramaticais de sujeito e objeto, Langacker (2008, p.363-366) explica que, em relação ao sujeito, a gramática cognitiva apresenta uma visão diferenciada da perspectiva tradicional, na qual o sujeito é definido por meio de características gramaticais comuns a algumas línguas como, por exemplo, a concordância entre verbo e sujeito, pronomes pessoais com função de sujeito, entre outras. Nessa direção, a visão tradicional não consideraria os aspectos semânticos das construções gramaticais. Por isso, o autor afirma que a gramática cognitiva se propõe a explicar o sujeito e o objeto não apenas em termos semânticos de agente e paciente, mas considerando os aspectos de alinhamento cognitivo das expressões linguísticas em termos de “trajetor” e “marco”.

Em decorrência disso, o sujeito se constitui como “um nominal que codifica a relação perfilada do trajetor”, e o objeto como “codificador do marco”¹. Nesse sentido, o trajetor é considerado como entidade avaliada, destacada ou descrita, sendo o foco da relação perfilada, já o marco se constitui como uma entidade que possui foco secundário.

Para explicar as noções de “trajetor” e “marco”, Langacker (2008, p. 71) apresenta o seguinte exemplo:

¹ “subject is a nominal that codes the trajector of a profiled relationship; an object is one that codes the landmark”.

(P)	Onde está a lâmpada?
R.	A lâmpada (trajetor) está acima da mesa (marco).
R.*	A mesa (trajetor) está abaixo da lâmpada (marco).

Nesse quadro, a primeira resposta é considerada “feliz”, isto é, adequada, pois produz foco para o objeto que está sendo localizado (lâmpada), destacando, portanto, o trajetor. O autor considera ainda que ocorrências com apenas um participante focal, como em “eles finalmente chegaram”, a entidade “eles” corresponde ao trajetor. O verbo “chegar” apresenta um status de movimento espacial, o qual é deixado em segundo plano, pois o que interessa é a entidade focalizada “eles”. A noção de movimento espacial não produz foco, isto é, não produz um marco de referência. Sendo assim, não se faz necessário, para a interpretação, identificar o local de chegada.

Contudo, Langacker (2008, p. 72) afirma que as noções de trajetor e marco não são aplicadas apenas a verbos de movimento,

trajetor e o marco são definidos em termos de proeminência focal (pesquisar) primária e secundária, não em termos de qualquer função semântica específica ou conteúdo conceitual. As noções são, portanto, aplicáveis a qualquer tipo de domínio cognitivo.

Sobre a proeminência focal, o autor mostra que ela não está no mundo exterior, além disso, as coisas não estão pré-determinadas a serem trajecto ou marco. Conforme Langacker (2008, p.73) “a proeminência é um fenômeno conceitual, inerente à nossa apreensão do mundo, não ao mundo em si”. Ela depende, portanto, da interpretação semântica e da organização estrutural das entidades linguísticas empreendida pelo falante.

Desse modo, considerando as cenas em que as construções “José é prudente” e “bons estudantes passam no vestibular” são interpretadas, é possível compreender que “José” (nome próprio humano) e “bons estudantes” (frequentador regular, que se destaca em algum curso) são expressões conceituais sobre as quais se produz foco, correspondendo assim ao trajetor. No caso do trajetor “José é prudente”, há uma predicação nominal na qual o verbo “ser” realiza uma avaliação pela transmissão de um estado permanente, ao conduzir um elo que parte do trajetor “Jose” em direção ao adjetivo ‘prudente’,

meta referencial. Por outro lado, em “bons estudantes passam no vestibular”, o verbo ‘passar’ descreve uma especificidade do movimento virtual que conduz o trajetor “bons estudantes” à meta referencial “no vestibular”.

A relação entre trajetor e marco organizada pelo verbo pode ser expressa da seguinte forma:

José	é	prudente
trajetor	Predicação nominal (Verbo de transmissão de estado permanente)	marco referencial

bons estudantes	passam	no vestibular
trajetor	predicação verbal (Verbo de movimento virtual)	meta referencial

Conforme a visão de Langacker, a predicação se dá na relação entre trajetor e marco, cuja origem está centrada no verbo. A seguir, analisamos como Halliday (2004) compreende o funcionamento da predicação.

3. Predicação pela gramática funcionalista

Conforme a visão da gramática funcionalista de **Halliday** (2004, p. 116, 119, 121), a predicação é “uma relação interpessoal, encenada na relação orador e ouvinte”. Nesse sentido, a predicação se constitui num movimento de interação MODO, estabelecido pela relação entre “sujeito gramatical” e “operador finito”.

Apesar de apenas o sujeito gramatical participar da concepção de predicação, Halliday explica que o conceito de sujeito se fundamenta em três funções: “tema”, “sujeito” e “ator”. Essas funções permitem, conforme o autor, estabelecer diferentes padrões de oração. Nesse sentido, o “tema” corresponde ao sujeito psicológico, “assunto da mensagem”. O “sujeito” coincide com o sujeito gramatical “alvo do predicado”. E o “ator” se refere ao sujeito lógico “executor da ação”.

Nos exemplos abaixo (HALLIDAY, 2004, p.57, 58), é possível visualizar como essas três funções se distinguem:

Frase	tema	sujeito	ator
O duque deu a minha tia este bule	Duque		
Este bule de chá foi dado a minha tia pelo duque	Bule de chá	Minha tia	Duque

De acordo com Halliday, a dinamicidade da linguagem faz com que essas funções, muitas vezes, não coincidam num mesmo elemento, dependendo de como a frase é organizada. Por isso, o autor afirma que, apesar de relacionadas, essas funções devem ser compreendidas de maneira distinta, uma vez que não há um conceito unificado de sujeito.

A justificativa para a apreciação dessas três funções está no fato de que cada uma desempenha uma “configuração funcional” distinta, agregando três significados à estrutura da oração. O tema se constitui como mensagem da oração, é aquilo sobre o qual falante desenvolve a mensagem. O sujeito (gramatical) representa uma “troca”, por ser “o elemento que o orador responsabiliza pela validade do que ele está dizendo”. O ator funciona como uma representação, isto é, configura “o elemento que o orador retrata como aquele que faz a ação”. Desse modo, é a união dessas três funções que constitui o significado da oração. (HALLIDAY, 2004, p. 58,59),

Retomando a concepção de predicação, Halliday (2004, p. 113, 116, 119, 121) explica que “sujeito” e “operador finito” conjugam o que o autor chama de “Modo”. Dessa maneira, o sujeito gramatical, substantivo ou pronome, que mantém concordância com verbo em número e pessoa, é o “responsável pelo funcionamento da oração como um evento interativo”, ou seja, pela predicação, visto que o sujeito se constitui como um parâmetro sobre o qual algo pode ser afirmado ou negado. Já o “operador finito” se apresenta como o verbo que constitui um ponto de orientação temporal no contexto da atividade comunicativa. Assim, é possível observar, segundo a visão de Halliday, que o “Modo” é o motivador do movimento interativo da predicação.

A relação de predicação pode ser, portanto, representada da seguinte forma:

sujeito gramatical	operador finito	predicador, complementos e adjuntos
(parâmetro sobre o qual algo pode ser afirmado ou negado)	(verbo: orientação temporal)	
Modo		Resíduo

Com base no quadro acima, Halliday (2004, p. 121) considera como “resíduo” as demais partes da oração, quais sejam o predicador, os complementos e adjuntos. Para explicar a composição do resíduo, o autor apresenta o exemplo “Sister Susie’s sewing shirts for soldiers”, no qual o elemento predicador é representado pelo verbo principal da oração, conforme o quadro abaixo:

Sister Susie	’s	sewing	shirts	for soldiers
Sujeito	finito	predicador	complemento	adjunto
modo		resíduo		

Por outro lado, sentenças com apenas um verbo consubstanciam “finito” e “predicador”. Em português, por exemplo, “operador finito” e “predicador” costumam estar unificados no mesmo verbo, como em (a) “José é prudente” e (b) “bons estudantes passam no vestibular”, excetuando-se ocorrências compostas por dois verbos como (c) “Nós estamos bebendo café”

Essa compreensão está demonstrada nas sentenças abaixo:

(a)	José	é	prudente
	sujeito gramatical	operador finito e predicador	complemento nominal
modo			resíduo

(b)	bons estudantes	passam	no vestibular
	sujeito gramatical	operador finito e predicador	complemento verbal
modo			resíduo

(c)	Nós	estamos	bebendo	café
	sujeito gramatical	operador finito	predicador	complemento verbal
modo			resíduo	

Em Halliday (2004) vimos que a predicação se fundamenta no evento comunicativo, sendo sujeito e operador finito os responsáveis pelo movimento interativo entre orador e ouvinte. A seguir, veremos com Ducrot e Carel (2005) concebem a predicação do ponto de vista argumentativo.

4. Semântica da enunciação

4.1 Predicação e argumentação

Na obra *La semántica argumentativa*, de **Ducrot e Carel** (2005), Carel apresenta uma concepção de predicação fundamentada no preceito da argumentação, a partir dos capítulos *La concepción clásica de la predicación*, *La predicación centrada* e *La predicación conectiva*.

Nesse texto, Carel (2005) desenvolve um ponto de vista sobre a predicação dissociando-a de uma visão referencialista. A autora explica o significado das sentenças, isto é, a relação de significação entre sujeito e predicado através do que ela chama de “operação de predicação”. Para Carel, é possível afirmar que há diferentes operações de predicação, o que distingue sua posição da concepção clássica. Nessa direção, a autora apresenta duas abordagens: a predicação centrada e a predicação conectiva.

A predicação centrada ocorre quando o bloco semântico² expresso na predicação advém de apenas um dos grupos que a constitui, seja o grupo sujeito ou grupo verbal. Nesse sentido, no exemplo “José é prudente” temos uma predicação centrada no verbo:

José	é prudente	
	AI (argumentação interna)	perigo PT precaução
	AE (argumentação externa)	prudente PT possibilidade de viver muito

²**Bloco semântico** relação de significação fundamentada numa argumentação do tipo DC portanto (normativo) e PT no entanto (transgressivo) ou seja, o bloco semântico comporta dois segmentos que têm sua relação expressa por um conector) X CON Y (portanto)/ X CON' Y (no entanto), em que X=suporte Y=aporte. (CAREL, 2005).

Ou seja, esses encadeamentos da argumentação AI e AE se aplicam à José. Por isso, a predicação está centrada no verbo+apensos, tendo em vista que não há indicação de que o fato de ser José leva a ser prudente. Nesse sentido, há uma relação de inserção de José na classe dos prudentes.

Para mostrar a argumentação da predicação centrada no grupo sujeito, tomamos o exemplo de Carel (2005) “A melhora é leve”, conforme o quadro abaixo:

A melhora		é leve	
AI	Estava mal NT está bem	AI	Estava mal PT NEG está bem
AE	melhora PT NEG preocupado	AE	NEG melhora PT preocupado

Conforme a autora, esse enunciado apresenta uma controvérsia sobre a intensidade da “melhora”, mas não a alteração do seu sentido. O predicado participa apenas da aplicação parcial da melhora em dada situação. Por isso, a predicação está centrada no grupo sujeito, que é o lugar em que se define o sentido de “melhora”.

Sobre a configuração da predicação conectiva, Carel (2005) explica que a AI (argumentação interna) do enunciado se dá por uma relação de dependência entre os elementos do grupo sujeito com o grupo verbal. Desse modo, considerando o exemplo: abaixo:

bons estudantes		passam no vestibular	
AI	qualidade positiva PT sucesso		
AE	ser bom estudante PT passar no vestibular		

É possível entender que os sentidos constitutivos do sujeito “bom estudante” participam dos encadeamentos argumentativos. Portanto, há uma relação de conexão entre ser “bom estudante” e “passar no vestibular”, na qual a predicação conecta o significado do sujeito com o significado do verbo+apensos.

Assim, para Carel (2005), a predicação, enquanto operação de predicação, é orientada pela argumentação externa (AE) e argumentação interna (AI), estabelecida na relação sujeito e predicado. Em seguida, vamos observar como Guimarães (2018) explica a predicação a partir da cena enunciativa.

4.2 predicação e cena enunciativa

Fundamentado na semântica na enunciação, Guimarães (2018, p.129) toma o enunciado como “unidade de linguagem que apresenta uma consistência interna no seu funcionamento, aliada a uma dependência relativa”, como ponto de partida para explicar as noções de sujeito e predicado. Nessa direção, o autor considera o enunciado como parte constitutiva do acontecimento de enunciação, o qual se constitui como acontecimento de produção do enunciado tendo em vista uma temporalidade (passado, presente e futuro) enunciativa de sentidos que produz significação.

Guimarães (2018) mostra que há diversos tipos de enunciados, como por exemplo: João-3222 5040, nome acompanhado de um número, se constitui como um enunciado que integra o texto lista telefônica. Itens como leite, carne, banana podem integrar o texto lista de compras, entre outros. Dentre os mais variados tipos de enunciados, existem os que possuem consistência interna e independência relativa por apresentarem uma relação de predicação marcada pelas entidades denominadas sujeito e predicado.

Nesse sentido, Guimarães (2018, p. 140) defini a predicação como uma relação de “conexão” entre sujeito e predicado, caracterizando-os como

elementos que se equiparam quanto ao nível em que estão, nenhum se subordina ao outro, e não estão coordenados, os dois elementos constituem uma unidade sintático-semântica, a do enunciado.

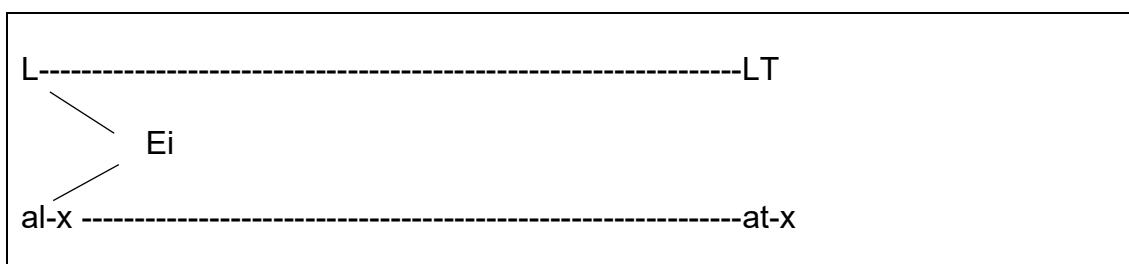
Considerando o ponto de vista semântico, o autor explica que essa conexão se dá por uma relação de “interconstituição” entre sujeito e predicado. Assim, não há entre o sujeito e o predicado uma relação de coordenação, dependência ou subordinação.

A fim de mostrar a diferença entre sujeito e predicado, conforme a perspectiva do acontecimento de enunciação, Guimarães (2018, p. 53-65) toma como base o funcionamento do que ele chama de “cena enunciativa”, a qual se configura por apresentar as figuras enunciativas e suas respectivas contrapartes:

(L)	Locutor = Fonte do dizer	→	(LT)	Locutário =Alvo do dizer
(al-x)	alocutor = lugar social do dizer	→	(at-x)	alocutário=alvo social do dizer

Desse modo, o agenciamento do falante em Locutor só é possível a partir de um lugar social de alocutor-x dirigindo-se respectivamente aos lugares enunciativos de Locutário e alocutário-x. Além disso, aquilo que é dito pelo alocutor pode assumir diferentes perspectivas enunciativas, qual seja, de enunciador (Ei) universal, individual, genérico, coletivo entre outros.

A cena enunciativa³ pode, portanto, ser representada da seguinte forma (GUIMARÃES, 2018, p.61):



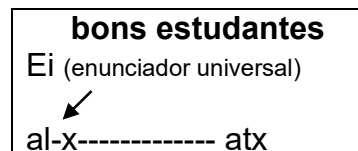
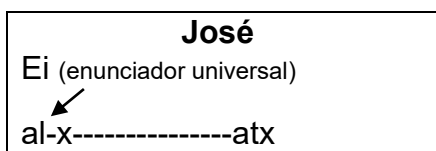
Conforme Guimarães (2018, p.142-144), a constituição da cena enunciativa é fundamental para explicar o funcionamento da predicação. Assim, considerando uma hipotética cena enunciativa, na qual seja enunciado, do lugar de alocutor-x (lugar social) para um alocutário-x, “José é prudente” e “bons estudantes passam no vestibular”, as expressões “José” e “bons estudantes” [sujeitos] irão remeter “a algo que está fora da relação sujeito/predicado”, pois referem-se à relação do dizer de Ei (enunciador) com “algo de que se fala”. Nesse sentido, a enunciação de “José” e “bons estudantes” é atualizada a partir de uma anterioridade enunciativa perspectivada pelo ponto de vista universal, enquanto um fato indiscutível.

Desse modo, a perspectiva enunciativa universal das expressões “José” e “bons estudantes” pode ser visualizada por meio das seguintes paráfrases:

- (a) sabe-se que o substantivo José se constitui como nome próprio.
- (b) Sabe-se que o substantivo estudante nomeia todo aquele que frequenta regularmente algum curso. E ainda que o substantivo estudante pode ser adjetivado.

³ Uma visão mais ampla da configuração da cena enunciativa pode ser encontrada em Guimarães (2018).

Dessa forma, Guimarães (2018, p. 142) afirma: “o sujeito significa algo como uma relação com as coisas, como se fosse independente da predicação [...] como algo que se significa como se fosse independente do enunciado.” Portanto, é possível compreender que as expressões “José” e “bons estudantes” é afetada no dizer de alocutor-x pela perspectiva de enunciador universal:



Quanto à relação de predicação, isto é, a conexão que se estabelece entre os predicados “é prudente” e “passam no vestibular” com os sujeitos “José” e “bons estudantes”, é possível observar, na perspectiva de Guimarães (2018, p. 144), que o predicado está significado na relação de alocação entre alocutor-x e alocutário-x na cena enunciativa, ou seja,

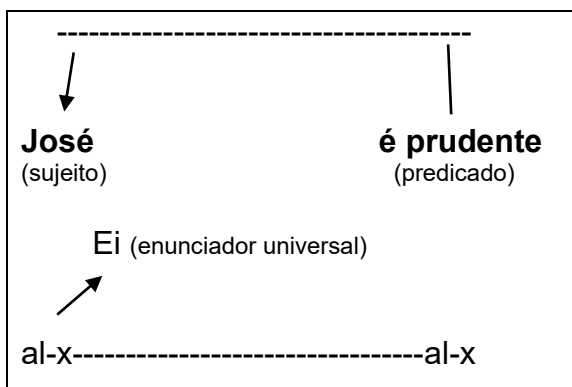
o predicado se caracteriza pela mesma relação de alocação do enunciado. Não há neste caso uma disparidade entre o predicado e o enunciado em que está integrado, [...]O predicado se integra ao texto pelo modo de integração no próprio enunciado.

Assim, a relação entre alocutor-x e o enunciado se caracteriza pelo fato de a “predicação significar uma avaliação”. Nesse sentido, Guimarães (2018, p. 145, 146) diz ainda que “esta “avaliação” do al-x é significada pela apresentação que o alocutor faz do lugar de dizer (o enunciador); com esta apresentação significa-se que o alocutor-x (enquanto lugar social do dizer) “assume o enunciador”. Ao assumir o enunciador, é possível compreender, conforme o autor, que

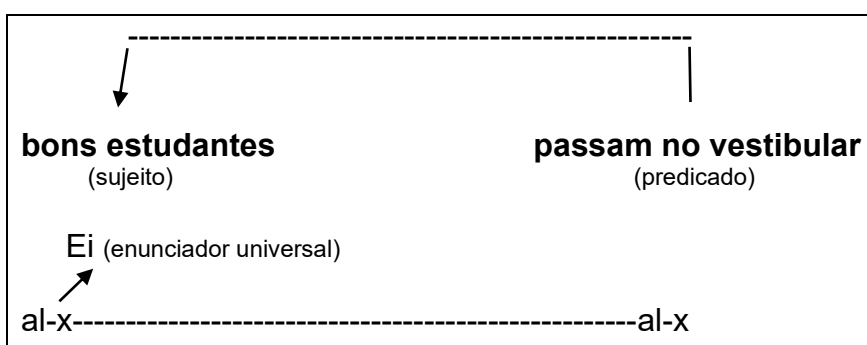
o lugar social de dizer marca o engajamento do al-x no acontecimento, diferentemente de como se dá este engajamento na expressão sujeito, onde o que se tem é a alusão que o lugar de dizer, cujo foco é relação com as coisas, faz do dizer do alocutor.(GUIMARÃES, 2018, p. 146).

Nesse sentido, a relação de predicação dos enunciados (a) “José é prudente” e (b) “bons estudantes passam no vestibular” pode ser representada pela seguinte a cena enunciativa:

a)



b)



Considerando que a constituição da predicação se relaciona com a configuração da cena enunciativa no acontecimento de enunciação, Guimarães (2018) mostra que, embora sujeito e predicado sejam semelhantes, tendo em vista a conexão enunciativa que essas entidades estabelecem no enunciado, eles funcionam de forma díspar em relação à configuração da cena enunciativa, pois enquanto o sujeito se constitui como algo fora da enunciação, a constituição do predicado é relativa à própria constituição do enunciado.

Em Guimarães (2018) vimos que a predicação ocorre pela conexão entre sujeito/predicado determinada pela cena enunciativa. No próximo item, vamos examinar como Dias (2009-2018) explica a predicação, considerando uma articulação predicativa.

4.3 Predicação e articulação predicativa

Dias (2009-2018) também desenvolve uma perspectiva enunciativa para a análise das relações gramaticais, em especial da relação de predicação. Com

base na semântica da enunciação, Dias (2009) propõe o funcionamento sintático da língua fundamentado em duas instâncias do acontecimento de enunciação. De um lado, há uma anterioridade enunciativa, constituída de um conjunto de diferentes dizeres e, por outro, o presente da enunciação que remete a essa anterioridade.

A concepção de predicação de Dias (2009, p.11, 20) se ancora no deslocamento do verbo do estado infinitivo, tendo em vista uma anterioridade de predicação, isto é, a “instalação da perspectiva de enunciação [a base predicativa=sujeito] que afeta o verbo retirando-o do infinitivo”. Nesse sentido, o autor diz que os verbos em estado infinitivo são afetados pela articulação sintática, isto é, ganham finitude na constituição de um predicado.

Para que o verbo saia da condição de virtualidade, é necessário que ele se atualize no dizer, recebendo o que o autor chama de “coordenadas flexionais”, tradicionalmente identificadas pelas desinências de pessoa, tempo e modo e pelas formas nominais do gerúndio, particípio e infinitivo. Essa atualização se dá no acontecimento de produção do enunciado captado pela sentença, tendo em vista um referencial histórico, isto é, um conjunto de dizeres já enunciados, e uma pertinência enunciativa, “relação que um enunciado mantém com os determinantes da enunciação em atualidade”. (DIAS, 2016, p.37).

Desse modo, a predicação nasce da convocação de um verbo do estado infinitivo pelo lugar sintático que tradicionalmente é classificado com sujeito. Para Dias (2009, 2019), o sujeito tem como fundamento toda e qualquer formação nominal⁴ que retire o verbo do infinitivo constituindo-se em base predicativa ao integrar um lugar sintático na sentença.

Sobre o lugar sintático, Dias (2009, p. 15) explica, com base em Milner (1989), que diz respeito a um lugar qualificado na sentença, um *site*. Conforme essa perspectiva, o lugar sintático qualifica os termos lexicais para contraírem

⁴ [...] dizemos que os nomes se formam socialmente, e quando participam de um enunciado são atualizados nas construções desse enunciado em processo de articulação. Por isso, abordamos o nome como formação nominal (FN). Buscamos, portanto, explicar a sua entrada no enunciado pelo exercício da língua. O conceito de formação nominal expressa a integração do nome e da nominalidade em geral como componente do enunciado em articulação. Assim, temos uma FN quando os nomes deixam de ser concebidos como palavras isoladas para serem vistos como formadores do enunciado. Daí a palavra formação. Efetivamente, os nomes se formam em unidades para participar da enunciação. A formação nominal é o processo de entrada do nome no enunciado, participando assim do acontecimento da enunciação. (DIAS, 2020, p. 3,4).

funções [gramaticais]”. Por outro lado, a sentença também apresenta um lugar não qualificado relativo ao local [*place*] que abriga os lugares sintáticos nas sentenças.

Para esclarecer a diferença entre lugar qualificado e não qualificado, na terminologia de Milner (1989) *site* e *place*, Dias (2009, p.14) analisa os seguintes exemplos:

1)

a)	Bela marquesa , seus belos olhos me fazem morrer de amor
b)	De amor morrer me fazem, bela marquesa , seus belos olhos.
c)	Seus belos olhos de amor me fazem, bela marquesa , morrer.

2)

a)	Sílvia ama Bruno
b)	Bruno ama Sílvia

Em (1) é possível perceber que o lugar qualificado (*site*), isto é, o lugar sintático de sujeito “bela marquesa” muda de local (*place*) no arranjo da sentença sem sofrer mudança na sua função gramatical. Já em (2) a mudança de lugar não qualificado modifica o lugar sintático de sujeito da sentença, pois em (a) o lugar sintático de sujeito é ocupado por Sílvia e em (b) por Bruno.

Sobre o *place*, Dias (2009, 2015) afirma que há sentenças nas quais o *place* (local) não se atualiza, ou seja, há um lugar sintático que não se materializa na sentença, tradicionalmente conhecidos como sujeito oculto e oração sem sujeito:

a)	(...) Passei o dia todo estudando.
b)	(...) Nevou em Belo Horizonte.

Considerando essa distinção, a predicação se fundamenta pelo lugar sintático de sujeito. Conforme Dias (2015, p. 121), para que o dizer se atualize na sentença, como já dito, é preciso que a língua seja mobilizada em acontecimento enunciativo, considerando um referencial histórico e uma pertinência enunciativa que consubstanciam a anterioridade de predicação captada pelo verbo. Desse modo, o acontecimento enunciativo se materializa na

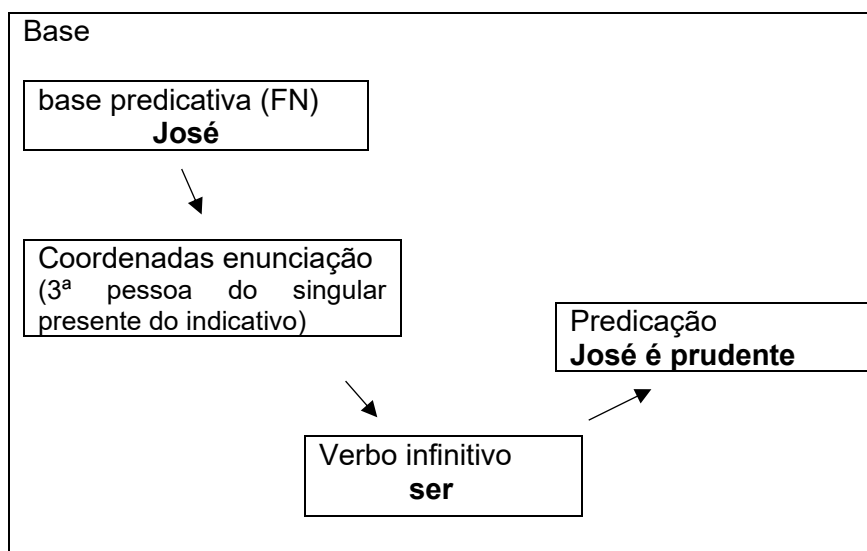
sentença em conformação nominal, isto é, em formações nominais [base predicativa] nos lugares sintáticos da sentença pela força do sistema de regularidades da língua.

Assim, a formação nominal está apta a se tornar um lugar sintático que abriga uma base predicativa. Ou seja, no acontecimento de enunciação materializado numa sentença, o verbo sai do estado infinitivo tendo em conta um referencial que produz pertinência enunciativa em relação à base predicativa, pertinência essa articulada pelas coordenadas enunciativas.

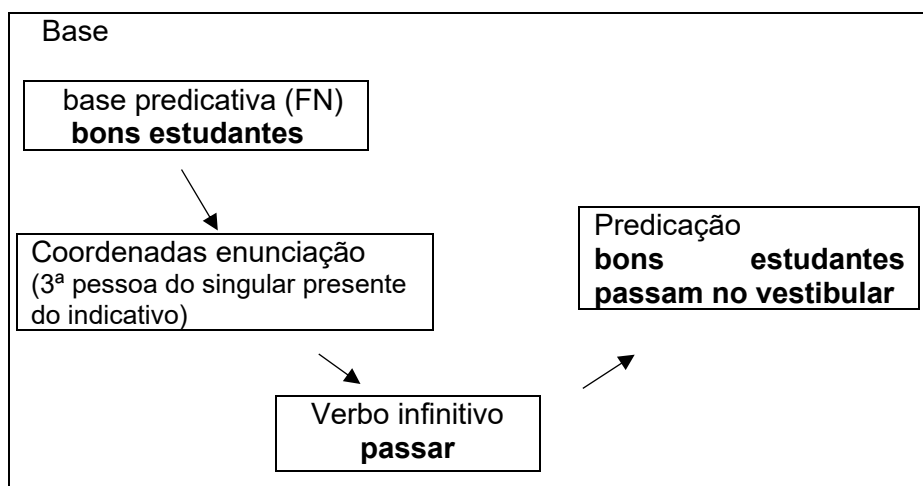
Considerando o modo como Dias explica a constituição da predicação, podemos compreender que a predicação dos enunciados “José é prudente” e “bons estudantes passam no vestibular” pode ser explicada da seguinte forma: os verbos “ser” e “passar” saem do estado infinitivo acionados pelas bases predicativas (sujeito) FNs “José” e “bons estudantes”. Essas bases predicativas, por sua vez, ocupam um lugar sintático na sentença tendo em vista uma anterioridade de predicação orientada pelo referencial histórico do verbo. Isto é, pelo conjunto de enunciações que constituem o sentido de “ser” e “passar”. Nessa direção, o referencial histórico desses verbos contrai pertinência enunciativa no presente da enunciação.

Abaixo, os quadros (1) e (2) demonstram como ocorre a relação de predicação das sentenças “José é prudente” e “bons estudantes passam no vestibular”:

(1)



(2)



Assim, a anterioridade de predicação é o motivo pelo qual as bases predicativas “José” e “bons estudantes” levam as coordenadas enunciativas para os verbos “ser” e “passar” retirando-os do infinito. Isso mostra que a predicação não se dá nela mesma, ela precisa de algo que a faça existir. Nesse sentido, a formação nominal (base predicativa) é a responsável pela predicação, visto que ela faz com que os referenciais históricos dos verbos “ser” e “passar” sejam pertinentes nos enunciados.

Desse modo, a concepção de predicação de Dias envolve quatro pontos descritos a seguir:

- (a) verbo em estado finito= ter predicação, ou seja, ter FN como base dessa predicação.
- (b) anterioridade de predicação= instalação de uma FN como base da predicação.
- (c) referencial histórico= historicidade enunciativa do verbo
- (d) pertinência enunciativa= relação de sentidos, com base no referencial histórico, estabelecida entre sujeito e predicado no presente da enunciação.

Considerações finais

Neste texto, buscamos mostrar os fundamentos da concepção da predicação sob o ponto de vista de quatro perspectivas teóricas. Na primeira abordagem, vimos que a posição de Searle (1981), inserida na pragmática dos atos de fala, concebe a predicação como “um conteúdo que se realiza por meio do ato de fala”. Por sua vez, na visão cognitivista de Langacker (2008), a predicação é fundamentada na relação entre trajetor e marco. E, na perspectiva funcionalista, compreendemos que Halliday (2004) trata a predicação como um movimento interativo entre orador e ouvinte.

Do ponto de vista semântico, observamos os modelos de Carel (2005), Guimarães (2018) e Dias (2015; 2018). Nesse sentido, para Carel (2005), a predicação pode ser explicada pelo encadeamento argumentativo estabelecido por dois tipos de predicação, a “predicação centrada” e a “predicação conectiva”. Carel defende que a relação de significação, de natureza argumentativa, é a responsável por sustentar a conexão entre sujeito e predicado. De outro modo, Guimarães (2018) trata a predicação com base na constituição de uma cena enunciativa, instalada pelo acontecimento de enunciação. O autor propõe que a predicação é definida por uma relação de interconstituição desencadeada pela “conexão” entre sujeito e predicado. Dias (2015, 2018), por sua vez, argumenta que a predicação se sustenta na relação entre o referencial histórico e a pertinência enunciativa. No âmbito dessa abordagem, defende-se uma “anterioridade de predicação” ligada à base predicativa (sujeito), a qual retira o verbo do infinitivo ao instalar as coordenadas enunciativas de pessoa, tempo e modo.

De modo abrangente, observamos que a perspectiva de predicação de Dias apresenta pontos em comum com a de Guimarães, pois ambos concebem a predicação pelo acontecimento de enunciação. Notamos ainda que a tese de Dias sobre a condição de finitude do verbo dada pelas coordenadas enunciativas, indicadoras da predicação, também está presente na abordagem de Halliday, uma vez que o MODO (sujeito+ operador finito), enquanto motivador do movimento interativo da predicação, carrega as marcas da orientação temporal, pessoal e de modo.

Considerando esse quadro teórico, durante o percurso desse trabalho, pudemos compreender que a concepção de predicação se constitui de forma múltipla, variada e heterogênea, conforme diferentes visões teóricas. Além disso, o fato de termos produzido foco nas sentenças “José é prudente” e “bons estudantes passam no vestibular” nos permitiu apresentar uma perspectiva didática dos aspectos sintáticos e semânticos da predicação.

Referências

CAREL, M.; DUCROT, O. *La semántica argumentativa*. Buenos Aires: Colihue, 2005.

DIAS, L, F. Enunciação e regularidade sintática. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.1, n.1, 2009, p. 7-30.

_____. Nomes de cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: KARIM, T. M.; DI RENZO, A. M.; BRESSANIN, J. A.; KARIM, J. M. (org.) *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I)*. Campinas: Pontes, 2016, p. 33-49.

_____. Acontecimento enunciativo e formação sintática. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v.35, 2015, p. 99- 38.

_____. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, E. *Semântica; enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.

HALLIDAY, M, A, K. *An introduction to functional grammar*. London: Hodder Arnold, 2004.

LANGACKER, R, W. *Cognitive grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SEARLE, J, R. *Os actos de fala*. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

AS RELAÇÕES DE PREDICAÇÃO NO ENUNCIADO “É VERDADE ESSE BILETE”: UM OLHAR SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO

Vic Stussi de Mello Martins (UFSJ)
Laura Dela-Sávia Braga e Castro (UFSJ)

Introdução

Neste trabalho, lançaremos um olhar sobre o enunciado “é verdade esse bilete”. Na verdade, nossa hipótese se sustenta no fato de que o nosso objeto de estudo tem apresentado uma ascensão na regularidade de uso, uma vez que trabalhamos com a perspectiva de que o enunciado tende a adquirir maior pertinência enunciativa, de acordo com os exemplos que nos propusemos a analisar.

Para a constituição de nossa pesquisa, trabalhamos com os pressupostos teóricos da semântica da enunciação que é definida por Guimarães (2002, p.11), como “acontecimento de linguagem, que se faz pelo funcionamento da língua.” Assim, consideramos que a enunciação é um acontecimento enunciativo de natureza histórico-social.

Além disso, para lidarmos com a noção de “avaliação”, trataremos do conceito de referencial histórico, desenvolvido por Dias (2015) conforme Foucault (1986, p.104). Por fim, ao analisarmos os exemplos que constituem nosso trabalho, faremos uma abordagem observando a pertinência enunciativa (constituída a partir da noção de pertencimento) que, segundo Dias (2016), é a relação que um enunciado estabelece com seus determinantes da enunciação, sejam eles outros enunciados, seja o referencial histórico. “É relativa à agregação de um enunciado no espaço da enunciação submetido a um referencial.” (DIAS, 2015, p.243), nas ocorrências que encontramos. Após apresentarmos o caminho teórico que adotamos, partiremos para o trabalho de análise dos dados, cuja coleta foi realizada no site de pesquisas Google, tendo como palavras-chave, escritas entre aspas, o enunciado “é verdade esse bilete”. Vale ressaltar que realizamos a seleção e análises das ocorrências, procurando compreender, sobretudo, como se organizam os feixes de sentido arregimentados pelo enunciado pesquisado, de modo a atingirmos o objetivo proposto nesta pesquisa, a saber: demonstrar que a conexão entre sujeito e

predicado se caracteriza semanticamente como uma “relação de interconstituição” (GUIMARÃES, 2018) e demonstrar os diferentes referenciais em que se ancora a relação predicativa alvo de nossas análises.

Em análise: “É verdade esse bilete”

Pautadas na perspectiva de que a enunciação é concebida entre o cruzamento de uma memória com uma atualidade, analisaremos a pertinência enunciativa constitutiva do enunciado “é verdade esse bilete” e a relação de predicação aí existente. Além disso, objetivamos construir um *continuum* de sentidos desse enunciado, em relação às ocorrências analisadas, tendo como aporte teórico o conceito de referencial histórico, proposto por Foucault (1986, p.104) e retomado por Dias (2015). Assim, entendemos que:

[...] um “referencial” que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que se dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível enunciativo da formulação, por oposição ao seu nível gramatical e seu nível lógico. (FOUCAULT, 1986, p.104)

Sob essa afirmação, lidaremos com a “noção” de “avaliação” significada no predicado “é verdade”, com o intuito de elaborar um *continuum* que demonstre os diferentes referenciais em que se ancora a relação predicativa alvo de nossas análises.

O primeiro ponto de nosso *continuum* se pauta no acontecimento enunciativo que marca a emergência de um bilhete deixado por Gabriel Lucca, um menino de cinco anos, da cidade de Bocaina (SP), para sua mãe; passando-se pela professora da escola, avisando que, devido à possibilidade de ser feriado no outro dia, não haveria aula.

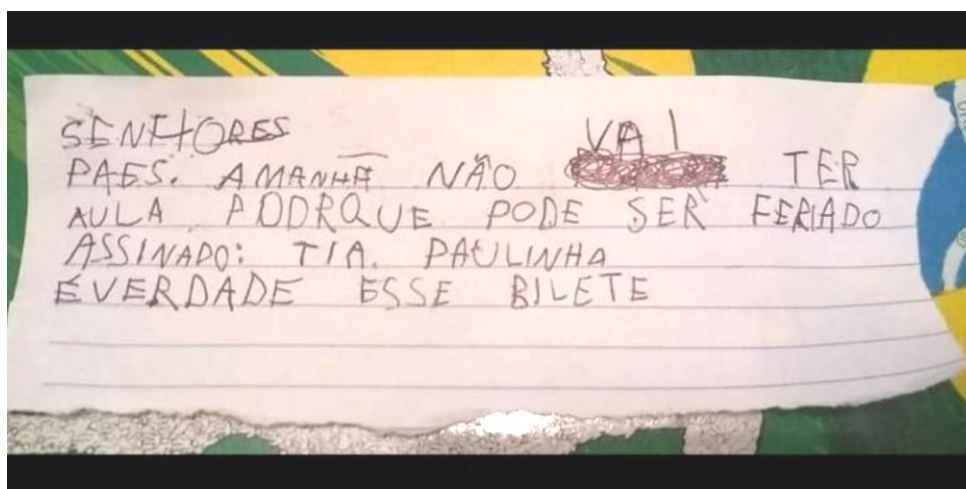
A notícia foi veiculada pelo site G1 e, rapidamente, ganhou visibilidade; o que despertou nossa atenção para, por meio de um olhar sobre a pertinência enunciativa, analisar a recorrência deste enunciado e a relação de predicação que nele se estabelece.

Entendendo por enunciado o que Guimarães (2018) postula como “a unidade de linguagem que apresenta uma consistência interna no seu funcionamento, aliada a uma independência relativa” (p.129), acreditamos ser possível, sob o olhar da semântica da enunciação, analisar o enunciado “é verdade esse bilete”, considerando suas relações interna e externa, visando, principalmente, à sua relação de predicação nas ocorrências encontradas.

Consideraremos como o marco inicial de nossas análises para o *continuum* a primeira ocorrência aqui postulada: o bilhete original (como mostra a Figura 1). Antes, porém, de observamos sua constituição diante do referencial de “avaliação”, é necessário voltar o nosso olhar para a materialidade linguística desse enunciado, a fim de analisar os aspectos – consistência interna e independência relativa – que ancoram o nosso trabalho.

(1)

FIGURA 1 – Bilhete de Gabriel Lucca para seus pais



Fonte: Imagem retirada do Google¹

Nos dizeres de Guimarães (2018), neste enunciado, “a independência relativa se mostra pelo fato de que esta unidade, consistente enquanto forma, tem independência porque é suficiente enquanto unidade de sentido, entretanto, em um processo de integração textual participa de efeitos de sentido outros, que passam a acontecer de forma global e não apenas de maneira localizada e

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2018/08/29/billete-feito-por-menino-para-faltar-a-escola-vira-meme-e-ganha-versoes-feitas-por-bichos-e-famosos.ghtml>
Acesso em: 03/12/2018

autossuficiente. Ou seja, dizer “é verdade esse bilete” é enunciar uma forma consistente que se dilata em sentido ao se integrar a um texto, constituindo, então, sua independência relativa a um agrupamento linguístico maior de que faz parte.

Por consistência interna, podemos concluir que o enunciado não é dependente de outras articulações para sua significação; pelo contrário, é por ter tal consistência interna específica, que, segundo Guimarães (2018), ele significa.

Após delimitar esses dois aspectos do enunciado, é necessário afirmar que, diante dos estudos a que estamos nos filiando para nossas análises, “a consistência interna e a independência relativa devem ser consideradas em relação ao todo de que o enunciado faz parte num acontecimento de enunciação.” (GUIMARÃES, 2018, p. 129). Sendo assim, nosso objetivo é observar o funcionamento do enunciado proposto, tendo em vista esse postulado.

Além disso, pretendemos demonstrar que relação a enunciação estabelece ao ligar o predicado ao sujeito. Para Guimarães, conexão é “a relação de significação produzida pela justaposição de dois elementos distintos que constroem uma unidade de sentido de nível superior de que fazem parte, constitutivamente, estes elementos.” (2018, p.140).

Por acontecimento de enunciação, estamos lidando com a concepção de que não se trata de algo que simplesmente ocorre no tempo e no espaço; pelo contrário, a diferença que constitui um acontecimento enunciativo “é uma temporalidade de sentidos: um passado, um presente e um futuro. Nesta medida, o acontecimento não está no tempo, o acontecimento constitui sua temporalidade.” (GUIMARÃES, 2018, p. 38).

Diante dessas considerações, sob a ótica da semântica da enunciação, é que buscamos, neste trabalho, investigar o enunciado “é verdade esse bilete” como uma unidade específica que, integrada ao todo de um acontecimento enunciativo, demonstra independência relativa e consistência interna, de modo que nos parece possível observar sua pertinência enunciativa em outras ocorrências, a partir da “original” (o primeiro bilhete), salientando o referencial que ancora esses acontecimentos.

Voltando-nos, novamente, para a nossa proposta de análise, temos o seguinte enunciado, considerando o todo do texto: “ Senhores paes, amanhã

não vai ter aula porque pode ser feriado. Assinado: tia Paulinha. É verdade esse bilhete.”

Tomaremos como aporte para as nossas observações a última parte desse texto - “é verdade esse bilhete” -, a fim de verificarmos a relação de predicação que existe entre o sujeito “esse bilhete” e seu predicado “é verdade”.

Aqui, fica marcada a afirmação de Guimarães, como citamos acima, de que é a enunciação que conecta esses dois termos, articulando-os constitutivamente, como uma unidade de sentido, no acontecimento enunciativo: o bilhete de Lucca para seus pais.

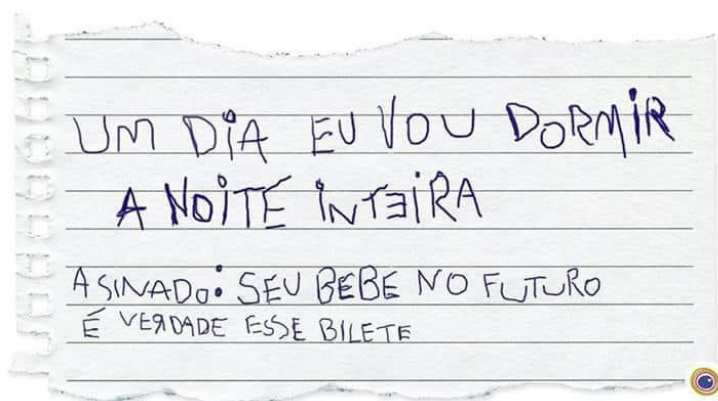
Diante dessa justaposição de sujeito e predicado, buscamos a noção de “avaliação”, sob a ótica do referencial histórico que ancora esse enunciado, direcionando sua significação. Examinando a cena enunciativa, podemos dizer que nossa primeira ocorrência se ancora no referencial de uma mentira que quer se tornar verdade. O desejo do menino é ficar em casa. Dessa forma, mente uma possível verdade e percebe a necessidade de legitimá-la, afirmando-a como verdadeira e é exatamente essa ênfase na suposta “verdade”, por meio da mentira, que nos permite fazer esta avaliação.

A partir desse bilhete, procuramos, então, analisar outras ocorrências, observando o funcionamento do enunciado, diante da conexão feita, pela enunciação, de sujeito e predicado; além de considerar os diferentes efeitos de sentido, por meio do referencial histórico, para a constituição de nosso *continuum* de sentido.

Seguindo a concepção de “verdade” manifesta no enunciado, encontramos o seguinte exemplo:

(2)

FIGURA 2 – Bilhete de um bebê no futuro



Fonte: Imagem retirada do Google²

Trata-se de um suposto bilhete escrito por um bebê para a sua mãe, alegando que, no futuro, ele a deixaria dormir uma noite inteira.

Aqui, o referencial histórico, que ancora esse acontecimento enunciativo, é o da noção de “verdade”. Diferente de nossa primeira análise, não temos, nesse caso, uma mentira que quer ser verdade; pelo contrário, estamos diante de uma afirmação verdadeira, pensando que, com o passar dos anos, esse bebê irá crescer e os cuidados noturnos específicos, que agora são necessários, deixarão de ser.

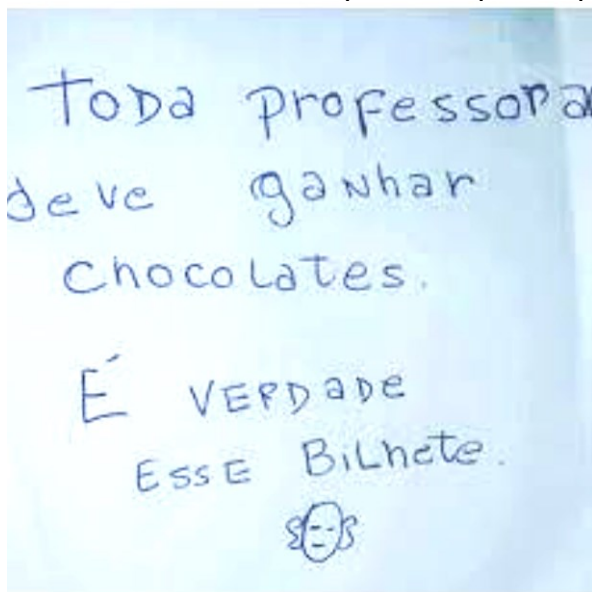
Além disso, vemos, mais uma vez, a relação de predicação do enunciado em funcionamento, ao analisarmos o todo do texto. É possível afirmar que, somente diante da relação de predicação, feita pela enunciação, podemos construir o significado do enunciado “é verdade esse bilete”, no todo do acontecimento enunciativo que estamos investigando.

Encontramos mais uma ocorrência em que a relação de predicação, constitutiva do enunciado que estamos analisando, pauta-se sobre o referencial da noção de “verdade”:

² Disponível em: <http://www.museudememes.com.br/sermons/e-verdade-esse-bilete/> Acesso em: 04/12/2018

(3)

FIGURA 3 – Bilhete do presente para a professora



Fonte: Imagem retirada do Google³

Nesse exemplo, a conexão entre sujeito - “esse bilhete” - e predicado - “é verdade” - ancoram a significação de uma verdade fundamentada no carinho e encanto pela pessoa da professora. Enunciar “é verdade esse bilhete”, diante do acontecimento enunciativo em questão, é tomar como verdade que uma pessoa que dedica parte do seu tempo ensinando aos outros é merecedora de um agrado constante: ganhar chocolates.

Na busca por outros exemplos, encontramos alguns que acreditamos marcar um ponto crucial no nosso *continuum* por constituírem uma oscilação entre as noções de “verdade” e “mentira”, ou seja, uma dúvida em relação às afirmações enunciadas. Nesses casos, a relação de predicação entre sujeito e predicado nesse enunciado, quando articulado ao restante do texto, deixa dúvidas quanto ao de processo de avaliação mentira x verdade.

Nosso primeiro exemplo trata-se de uma publicação feita no *Facebook*.

³ Disponível em: <https://www.webstagram.one/tag/chocolatefazbem> Acesso em: 04/12/2018

(4)

FIGURA 4 – Bilhete sobre a privatização do Museu Nacional



Fonte: Imagem retirada do Google⁴

Aqui, inicialmente, vemos uma afirmação sobre a privatização do museu nacional, como prevenção para o incêndio ocorrido no ano de 2018; em contraste com a tragédia ocorrida em Mariana – MG, com o rompimento da barragem (2015). É possível afirmar então que estamos diante de uma denúncia sobre o embate existente entre os prós e contras das privatizações.

Embora a breve explicação, o que chama a nossa atenção nesse texto, que está circulando nas redes sociais, é o enunciado acima “é verdade esse bilhete!”. A relação de predicação aqui estabelecida pela enunciação, entre sujeito e predicado, ancorada no referencial histórico descrito, produz uma oscilação no que diz respeito à noção de “verdade” e/ou “mentira”.

Como já afirmamos, existe um embate entre um lado que é a favor das privatizações e o outro lado que não é. Sendo assim, analisar o enunciado “é verdade esse bilhete!” nessa publicação, especificamente, não nos permite colocá-lo fixamente em um referencial de “verdade” ou “mentira”.

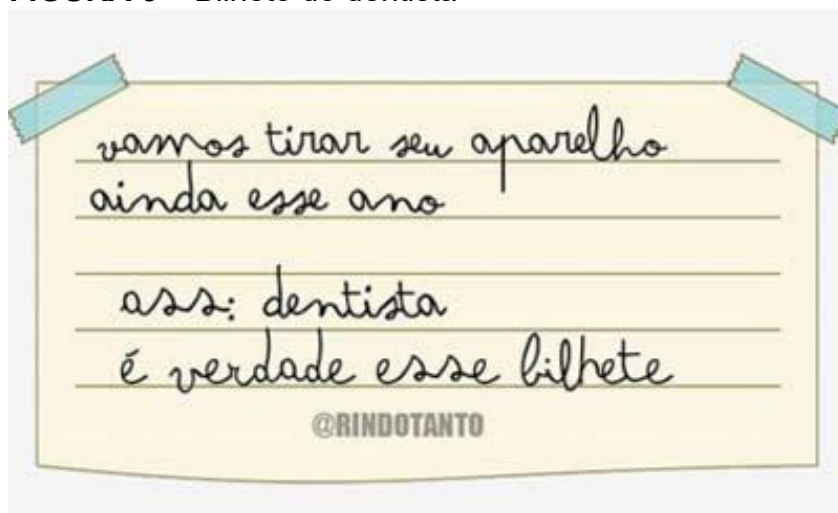
⁴ Disponível em: https://www.facebook.com/analise.dasilva?ref=br_rs Acesso em: 21/11/2018

Há uma denúncia sendo feita, isso é certo. Mas o funcionamento do enunciado permite um transitar de sentidos que, diante de uma suposta afirmação “Se o Museu Nacional fosse privatizado, o incêndio não aconteceria.”, põe em causa uma dúvida, pois a denúncia feita afirma que a barragem era de uma empresa privatizada e mesmo assim se rompeu. Então, acreditamos ter, nesse caso, um movimento de sentidos constituído pelo enunciado “é verdade esse bilhete!” que se ancora em uma oscilação entre os efeitos de “verdade” e “mentira”.

Ainda nessa mesma linha de análise, encontramos mais exemplos que evocam dúvida, diante da relação de predicação constituída no enunciado “é verdade esse bilhete”.

(5)

FIGURA 5 – Bilhete do dentista



Fonte: Imagem retirada do Google⁵

Nesse caso, temos um recado escrito por um suposto dentista para o seu paciente e uma afirmação que soa bem corriqueira. Porém, considerando o acontecimento enunciativo e a necessidade de enfatizar a verdade com o enunciado “é verdade esse bilhete. ”, parece-nos que há, mais uma vez, uma oscilação entre a noção de “verdade” e “mentira”.

O tratamento dentário, por aparelho ortodôntico, é geralmente considerado, pelos pacientes como demorado; parece haver, diante disso,

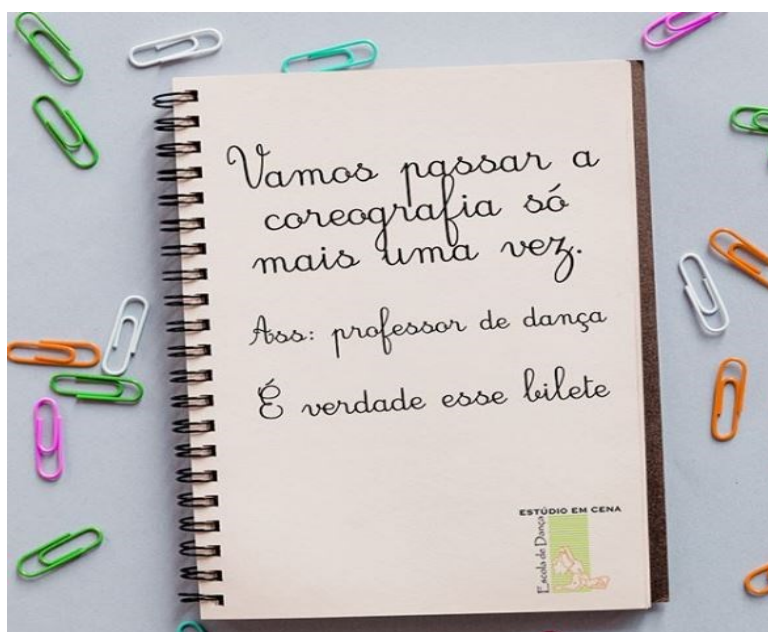
⁵ Disponível em: <http://www.statusimagens.com/listings/e-verdade-esse-bilhete/> Acesso em: 04/12/2018

então, uma expectativa muito grande para a sua retirada. Porém, analisando a relação de predicação estabelecida pela enunciação, não consideramos adequado ancorar, em apenas um referencial (de verdade ou mentira), a significação dada pelo acontecimento enunciativo que estamos verificando. Ao mesmo tempo em que pode ser verdade, podem também ocorrer imprevistos nos prazos e tratamento, e a retirada do aparelho ser adiada, então, a mentira também circunda os efeitos de sentido desse enunciado. Além disso, não raramente, circulam na sociedade depoimentos de pacientes que esperam a retirada do aparelho com muito mais agilidade do que realmente acontece. O que enfatiza o teor irônico dessa verdade, transformando-a em mentira.

Vejamos agora o que ocorre em (6).

(6)

FIGURA 6 - Bilhete de uma professora de dança sobre o ensaio



Fonte: Imagem retirada do Google⁶

Por fim, a Figura 6 ilustra um bilhete escrito por um suposto professor de dança e se destina a alunos que estão ensaiando uma determinada coreografia. No exemplo em questão, assim como nas Figuras 4 e 5, o enunciado “é verdade

⁶ Disponível em: <https://www.revistadavila.com.br/memes-nao-servem-para-nada-e-verdade-esse-bilhete/> Acesso em: 04/10/2019

esse bilete” ancora o referencial de dúvida; isto se dá pelo fato de que há a necessidade de reafirmar essa verdade, no enunciado em foco.

A preparação para determinadas apresentações artísticas – no caso do enunciado, um possível espetáculo de dança – requer, dos dançarinos, horas de prática e muitas repetições de uma mesma coreografia. No entanto, diante da relação de predicação estabelecida entre os enunciados, estabelecer um único referencial de “verdade” ou de “mentira” parece-nos algo improvável.

Tal incerteza pode ser delineada da seguinte forma: se partirmos do pressuposto de que os dançarinos já ensaiaram o suficiente a mesma coreografia, e estão, de fato, preparados para o espetáculo, o enunciado “vamos passar a coreografia só mais uma vez” torna-se verdade; porém, caso o suposto professor esteja fazendo o uso da figura de linguagem “ironia”, o que significa que seus alunos ainda precisam de um certo tempo, o referencial passa a ser o da mentira.

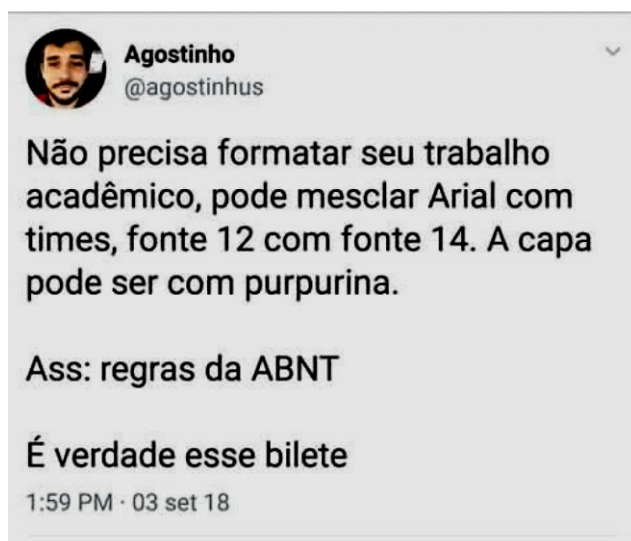
Com a continuidade de nossas buscas, encontramos alguns exemplos que encerram (pelo menos neste trabalho) o que chamamos aqui de oscilação/dúvida. Começamos com exemplos que, através da significação constituída pela relação de predicação, estão ancorados no referencial de verdade. Em seguida, encontramos exemplos em que o funcionamento do enunciado “é verdade esse bilete” marca uma dúvida e constitui sua significação através de uma oscilação de sentidos (verdade/mentira).

Agora, construindo o nosso *continuum*, trataremos de acontecimentos enunciativos em que o enunciado analisado não deixa dúvidas: ancora a significação no referencial da “noção” de mentira.

O primeiro exemplo, embora encontrado em nossas pesquisas no site Google, trata-se de uma publicação feita no *Twitter* e compartilhada, muitas vezes, nas redes sociais.

(7)

FIGURA 7 – Bilhete sobre as normas da ABNT



Fonte: Imagem retirada do Google⁷

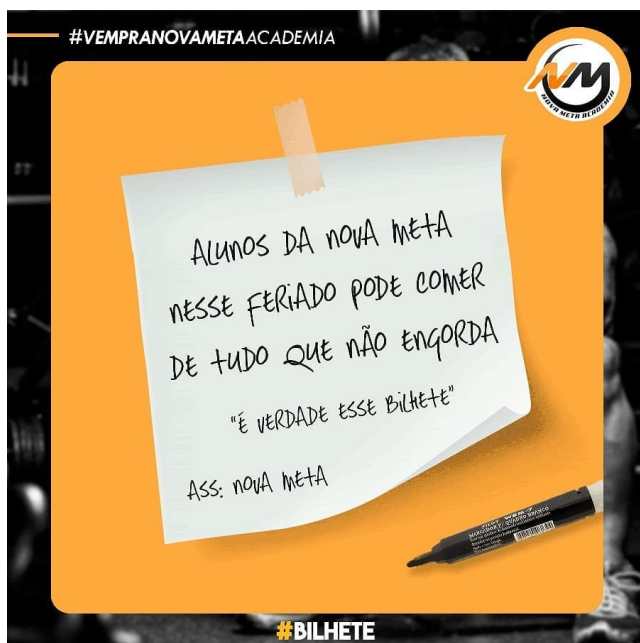
Aqui, há uma afirmação, que baseada no humor, ancora-se, através da relação de predicação, no referencial histórico da “noção” de “mentira”. Conhecidas, majoritariamente, pelo meio acadêmico, as regras da ABNT são parte fundamental da composição dos trabalhos desenvolvidos. Então, afirmar que elas não são mais necessárias, constituiria uma grande mudança no contexto acadêmico.

Porém, como afirmamos acima, a enunciação é concebida no cruzamento de uma memória com uma atualidade; então, sob a perspectiva do nosso primeiro exemplo (o bilhete de Lucca), o funcionamento do enunciado “é verdade esse bilhete”, nessa publicação, constitui sua significação sob o referencial da “noção” de mentira. O mesmo corre no exemplo (8).

⁷ Disponível em: <http://www.museudememes.com.br/sermons/e-verdade-esse-billete/> Acesso em: 04/12/2018

(8)

FIGURA 8 – Bilhete da academia Nova Meta



Fonte: Imagem retirada do Google⁸

Da mesma forma, o exemplo acima trata-se de uma publicação retirada da página oficial da academia “Nova Meta”, veiculada na rede social *Facebook*. Nesse caso, a relação de predicação entre sujeito e predicado, se ancora no referencial da mentira.

Tal concepção se faz pertinente diante do fato de que as pessoas, de maneira geral, recorrem a academias com objetivos específicos. Dito de outra maneira, estabelecem uma meta – a fim de adquirirem hábitos saudáveis – e procuram seguir determinadas dietas, que se tornam indispensáveis para que alcancem ao corpo “ideal”.

Logo, afirmar que “pode comer de tudo que não engorda”, constituiria um novo paradigma nos enunciados presentes nas academias, bem como na maneira de se pensar os hábitos alimentares.

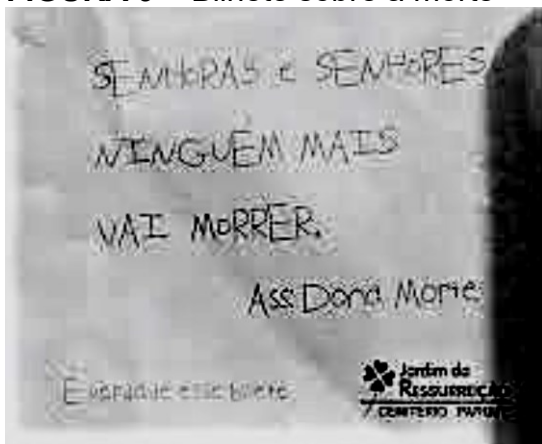
O outro exemplo que encontramos refere-se a uma publicidade de um cemitério nomeado como “Jardim da Ressurreição”.

⁸ Disponível em:

<https://www.facebook.com/NovaMetaAcademia/photos/a.238890156280406/1081945381974875/?type=1&theater> Acesso em: 04/10/2019

(9)

FIGURA 9 – Bilhete sobre a morte



Fonte: Imagem retirada do Google⁹

Nele, há a personificação da morte que é a “autora” desse bilhete; por isso, diante da afirmação feita “senhoras e senhores, ninguém mais vai morrer” parece óbvio para nós entender esse recado ancorado no referencial da mentira. Mas a sua composição, diante do funcionamento do enunciado “é verdade esse bilhete”, chamou a nossa atenção.

É exatamente essa obviedade da afirmação que cumpre o objetivo de uma publicidade: chamar a atenção de seus leitores e/ou ouvintes. Todas as pessoas sabem que um dia vão morrer, fato. Mas, personificar a morte e fazê-la afirmar que ninguém mais vai morrer, faz-nos olhar para a dimensão da pertinência enunciativa do enunciado “é verdade esse bilhete”. Expliquemos melhor: nesse caso, a relação de predicação entre sujeito e predicado, por meio de uma mentira, nesse anúncio publicitário, produz o seguinte efeito de sentido: “ Vocês sabem que todos vão morrer. Isso é certo. Por isso, contrate o serviço do cemitério ‘Jardim da Ressurreição’ e não se preocupe mais com a morte”.

Nesse exemplo, então, temos a significação concebida pelo funcionamento do enunciado “é verdade esse bilhete” ancorado na ironia, para divulgar o trabalho do cemitério em questão. A pertinência de sentido desse anúncio só se manifesta porque está sustentada pelo referencial da mentira.

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/jardimdaressurreicao/posts/boa-not%C3%ADcia-para-voc%C3%AAs-m%C3%A1-not%C3%ADcia-para-mim-cemi/1800308456732425/> Acesso em: 04/12/2018

Até aqui, construímos um *continuum* constituído por “noções” de verdade e mentira, sendo possível também analisar uma oscilação de sentido nesses “conceitos”, o que põe em cena também o efeito da dúvida que a relação de predicação do enunciado “é verdade esse bilhete” produz na significação dos exemplos analisados.

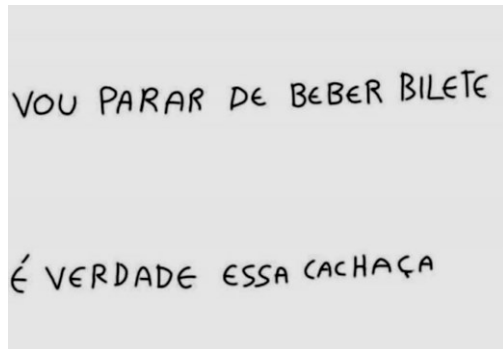
Porém, mais duas ocorrências chamaram a nossa atenção. Através delas, é possível perceber outras pertinências enunciativas do enunciado que nos propomos a analisar, neste trabalho. Para tanto, precisamos, mais do que nunca, lançar mão da premissa de que a enunciação corresponde ao cruzamento de uma memória com uma atualidade, temporalizadas pelo próprio acontecimento do dizer.

Os exemplos que escolhemos, ao nos deter na relação de predicação do enunciado “é verdade esse bilhete”, expressam um deslocamento na materialização linguística de tal enunciado e, portanto, um deslocamento, também, no *continuum* que estamos propondo. Não é nosso objetivo delimitar onde começa ou termina a pertinência do enunciado em questão; por isso, acreditamos que os exemplos que seguem não correspondem ao polo de fechamento de nosso contínuo, apenas delimitam, por questões de análise, um ponto maior de distanciamento do enunciado que descrevemos em (1).

O primeiro exemplo, além de situar o acontecimento enunciativo em um referencial de dúvida, entre as “noções” de verdade e/ou mentira; evoca outro efeito de sentido para o texto. Vejamos.

(10)

FIGURA 10 - Bilhete da troca entre os sujeitos “bilhete” e “cachaça”



Fonte: Imagem do Google ¹⁰

¹⁰ Disponível em: <https://pt.dopl3r.com/memes/engra%C3%A7ado/vou-parar-de-be-ber-billete-e-verdade-ssa-cachaca/422569> Acesso em: 04/12/2018

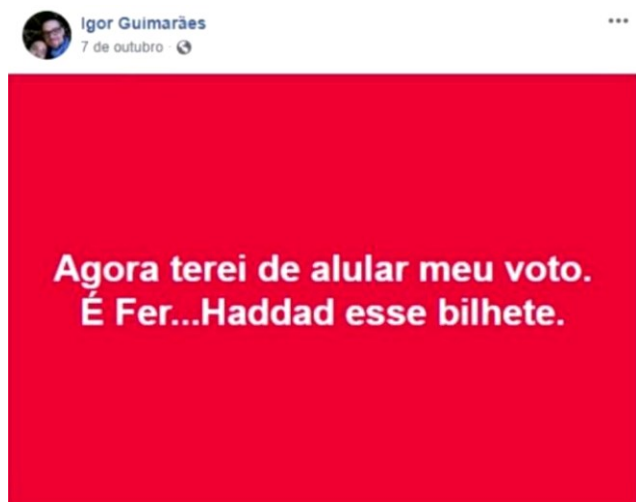
Aqui, há uma troca entre a articulação de sujeito e predicado, frente ao que estamos analisando, desde o início desse trabalho. No enunciado “é verdade essa cachaça”, a relação de predicação, constituída a partir da conexão de termos dispostos no texto, modifica sua forma invertendo o papel do sujeito. Antes o predicado “é verdade” tinha sua conexão estabelecida com o sujeito “esse bilhete”; no exemplo que analisamos agora, o sujeito passa a ser “essa cachaça”.

Essa troca, constitutiva do acontecimento enunciativo, nos permite, além de observar a pertinência enunciativa da relação de predicação e sob qual referencial ela se coloca (verdade e/ou mentira), explorar o funcionamento do enunciado considerando suas relações internas e externas e como, em função disso, os efeitos de sentido se alteram, se refazem, se atualizam nas afirmações: parei de beber ou nunca mais vou beber.

Por fim, nosso último exemplo, neste âmbito, trata-se, mais uma vez, de uma publicação feita nas redes sociais.

(11)

FIGURA 11 - Bilhete sobre a decisão de votos nas eleições



Fonte: Imagem retirada do Google¹¹

Aqui, fica ainda mais perceptível como as relações linguísticas, em suas formas materiais e simbólicas, constituem a significação no acontecimento enunciativo. O que difere esse exemplo dos outros é que, além de poder ser

¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/igor.guimaraes.775> Acesso em: 04/12/2018

analisado sob a perspectiva de um referencial histórico (noção de verdade, nesse caso), é a alteração material do enunciado que o faz significar desta forma.

Antes, porém, de voltarmos o nosso olhar para a mudança que ocorre, estruturalmente, no enunciado “é verdade esse bilhete” e, sob a perspectiva dos estudos enunciativos, verificar o funcionamento do enunciado em questão, julgamos ser necessário enfatizar como o todo do texto, neste exemplo, é determinante para a produção do sentido. Existe, também, nesta publicação, uma troca na estrutura do verbo “anular” para “alular”. Não há, explicitamente, o enunciado “é verdade esse bilhete”, mas a relação de predicação entre sujeito e predicado permanece constituída em sentido. Afirmar “é Fer...Haddad esse bilhete.” nos mostra, mais uma vez, como o funcionamento do enunciado se manifesta em um acontecimento temporalizado enunciativamente.

Sendo assim, é possível afirmar que, mesmo com a alteração de sua estrutura, a relação de predicação permanece, significando o exemplo que estamos analisando e tornando-o pertinente sob o referencial histórico da noção de verdade.

A título de reafirmação das reflexões que vimos propondo até aqui, trazemos para análise outra formação nominal (FN): “só que não” – que, na internet, é amplamente utilizada como “#sqn”.

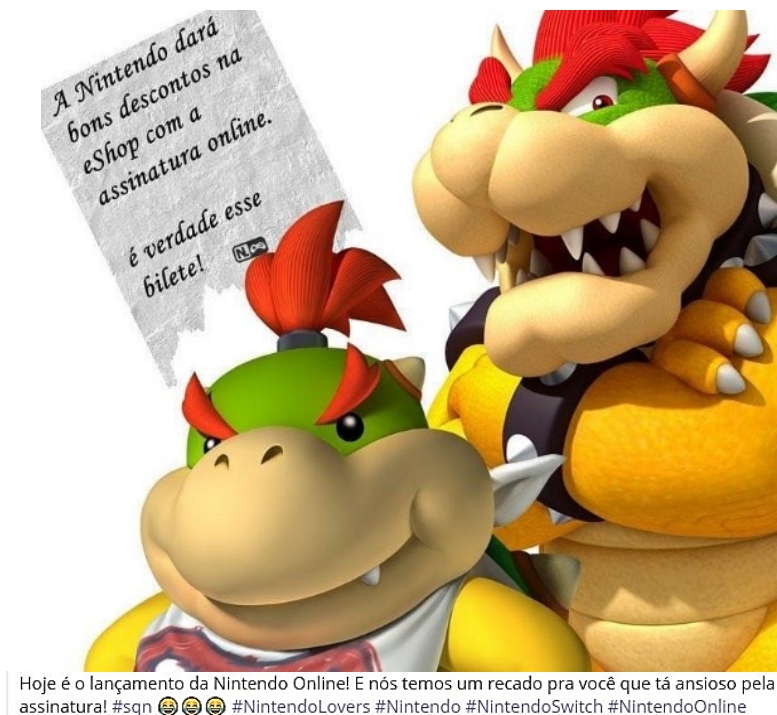
No que tange o termo “#sqn”, achamos necessário explicitar a acepção da FN em foco para demonstrar de que forma ela corrobora com as nossas análises, uma vez que vem sendo tomada como uma gíria, que, em sua essência, aparece ao final de diferentes enunciados e indica um tom de ironia ou sarcasmo.

Nesse âmbito, é notória a noção de “avaliação” que essa FN traz, pois diante de sua ocorrência é possível perceber a instauração dos referenciais de “dúvida” ou de “mentira”, quando analisada junto à FN “é verdade esse bilhete”.

Neste primeiro exemplo, a ocorrência da formação “#sqn” aparece ao final de um anúncio da empresa de jogos “Nintendo”, que divulga descontos para uma possível assinatura *on-line* (“A Nintendo dará bons descontos na eShop com a assinatura online. É verdade esse bilhete! ”), como mostra a Figura 12:

(12)

FIGURA 12 – Bilhete sobre a assinatura online



Fonte: Imagem retirada do Google¹²

Se analisarmos, então, a relação existente entre as duas FNs em pauta, é possível verificar que o referencial que ancora essas ocorrências se estabelece na/pela “noção” de dúvida. Visto que tal posicionamento deriva da ideia de que a empresa atribui valores altos a seus produtos e, por esse motivo, o desconto pode ser vantajoso ao cliente, ou não.

Por outro lado, a Figura 13 tem seu referencial ancorado na noção de mentira, pois se trata de um enunciado redigido por uma suposta fã do personagem de desenho animado “Mickey Mouse”. Na ocasião, ela afirma não comprar mais nada relacionado ao personagem. Porém, ao verificarmos a relação entre as duas formações nominais, é possível conceber que se trata de uma ironia, posto que, com a afirmação de ser fã, ela tende a adquirir cada vez mais produtos da figura do Mickey.

¹² Disponível em: <https://www.picbear.org/media/Bn3qa7oBdw8> Acesso em: 23/03/2020

(13)

FIGURA 13 – Bilhete de uma fã do *Mickey Mouse*

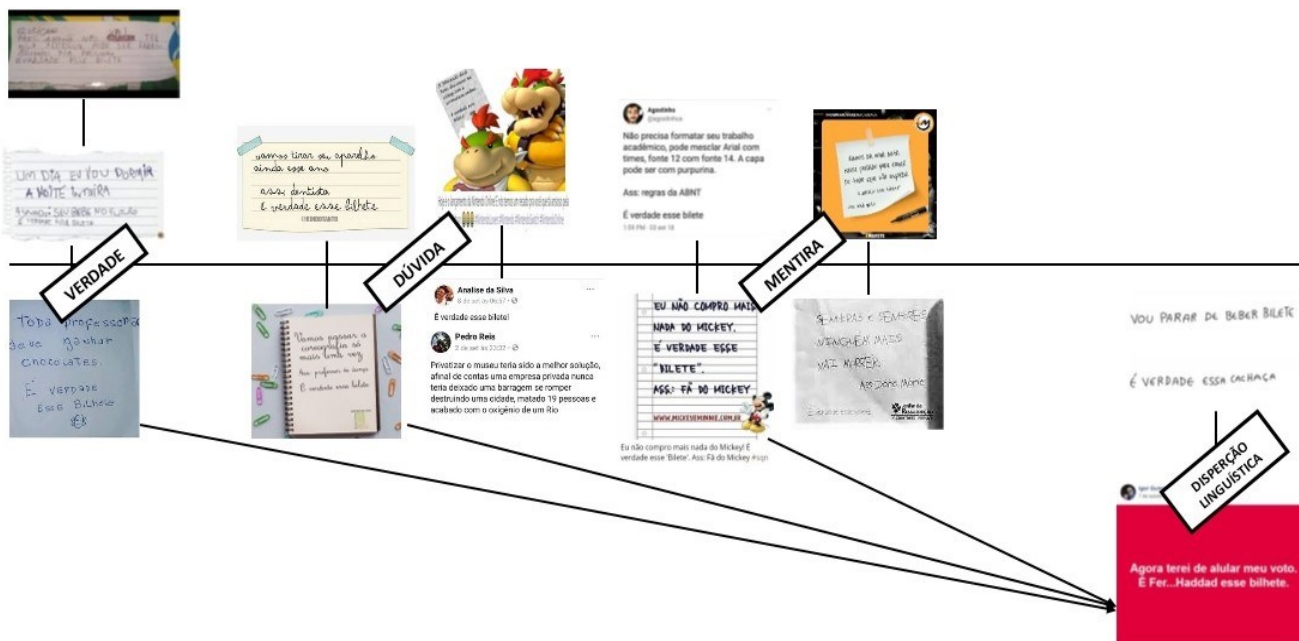


Fonte: Imagem retirada do Google¹³

Sendo assim, diante das análises realizadas, elaboramos um *continuum* dos efeitos de sentido produzidos pela predicação construída no enunciado “é verdade esse bilhete”, que se apresenta, em nossa análise, da seguinte forma:

¹³ Disponível em:

<https://www.picbear.org/tag/Bilete/QVFEV3dZbXQxWkZxbkRvcGFrMIVMdf93LX12em85bENPcjgwd293WGVQVTd2X2xpVFUxcFctT2k2RWhGQmpNSnlYcnE0TE9IcmQ4X2JTMmNxMm1WRnV5VA=>
= Acesso em: 23/03/2020



Fonte: Elaborado pelas autoras

Considerações Finais

Pelo exposto neste trabalho, percebemos que o funcionamento predicativo do enunciado “é verdade esse bilhete” se baliza em diferentes referenciais históricos, sob a perspectiva da noção de avaliação (verdade/dúvida/mentira) observada nas ocorrências desta pesquisa. Sendo assim, nos filiamos à teoria de que embora os efeitos de sentido estejam regularizados sócio historicamente, há forças enunciativas que os deslocam e os orientam para caminhos diversos, por exigência da demanda de pertinência que cada acontecimento produz.

Referências

DALMASCHIO, L.; LACERDA, P. B. G.; DIAS, L. F. Nomeações da Copa do Mundo no Brasil: enunciação e direções argumentativas. *Revista Anpoll*, nº39, p.49-61, Florianópolis, jul./ago. 2015.

DIAS, L.F. Sentido e enunciação: a atualidade do conceito de acontecimento na Semântica. *Revista Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 229- 248, jun. 2015.

DIAS, L. F. Os sentidos da liberdade no mundo wiki. In: SCHONS, C. R.; CAZARIN, E. A. (orgs.) *Língua escola e mídia – en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias*. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, p. 272-287, 2011.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1986.

GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

A NOMINALIZAÇÃO E O LUGAR DE SUJEITO: ESPAÇO DE PROJEÇÃO PARA MEMORÁVEIS

Waldemar Duarte de Alencar Neto
UFMG / IFPI

Introdução

Neste trabalho, empreendemos uma análise de aspectos sintáticos orientados por uma semântica da enunciação, no âmbito de uma perspectiva, com base em Dias (2009a), que produz um olhar para a língua que resulta em diferenças significativas no conceito de forma linguística e, conseqüentemente, na abordagem das unidades articulatórias.

Expliquemos, inicialmente, sobre a semântica da enunciação a qual estamos vinculados. A enunciação é aqui concebida como um acontecimento sócio histórico da produção do enunciado (Guimarães, 2005). É sócio histórico porque a enunciação não se restringe ao momento do acontecimento, que inclui necessariamente os traços do que já significou no passado, reorganizados na atualidade da enunciação.

Na releitura de Dias (2018), o acontecimento é, portanto, uma relação entre referenciais históricos e pertinência enunciativa – o nosso olhar teórico, ou dito de outro modo, é uma relação entre o pertencimento do enunciado nos referenciais históricos e a pertinência desse enunciado numa demanda da atualidade, considerando que todo enunciado tem uma rede de pertenças.

Isso significa que, do nosso ponto de vista, as formas linguísticas evocam referências na medida em que se agregam a referenciais discursivamente constituídos. A relação entre o que já significou e o que se busca significar é observada pela via das relações semânticas por contigüidade, isto é, pelas articulações linguísticas nas quais as unidades nominais são observadas a partir da ideia da formação nominal (doravante FN), e analisadas segundo os fundamentos da determinação nominal.

No presente texto, resultado de um recorte de um aspecto trabalhado em nossa tese de doutoramento (Alencar Neto, 2018), abordamos as articulações nucleadas por uma forma linguística nominalizada. Entende-se por nominalização (doravante NML) um fenômeno morfossintático que altera a função prototípica de uma unidade gramatical ou de um sintagma para a função

de substantivo, ou em outras palavras, um fenômeno que forma substantivos a partir de verbos ou de adjetivos.

Algumas abordagens teóricas, sobretudo as de ordem semântica, consideram que uma nominalização surge como efeito de um pré-construído. Do ponto de onde partimos, dissemos que essa forma surge como um domínio de pensamento anterior à sua própria formalização no enunciado, daí assumimos que se trata de uma formulação cuja configuração enunciativa se apresenta como espaço para projeção de memoráveis.

Para compreendermos que acontecimento é esse que preside a constituição e o uso das unidades nominais aqui analisadas, é preciso tratá-las a partir da noção de formação nominal – lugar de observação que nos permite apreender, metodologicamente, a enunciação –, considerando a trajetória enunciativa das unidades, portanto, para além da forma nominal e o seu tratamento em termos de referência, de simplesmente identificar um núcleo apontando sua referência principal.

Ancorados, mais especificamente, na noção de requalificação dos lugares sintáticos (Dias, 2009a), a ideia foi ver, neste texto, a partir do funcionamento enunciativo das nominalizações por meio de redes enunciativas, como se significa no lugar de sujeito, ou em outros termos, como se dá, na relação entre pertinência enunciativa e referencial histórico, as demandas de completude do lugar de sujeito em formações nominais nucleadas por uma nominalização.

Para isso, definiremos o lugar sintático como lugar de funcionamento da enunciação e, nessa direção, abordaremos o lugar de sujeito relacionado à forma nominalizada e a noção de completude ligada aos nomes. Em seguida, trataremos do papel das nominalizações nas demandas de saturação. Logo depois, analisando os dados, proporemos três concepções referenciais sobre o papel projetivo das nominalizações e seus efeitos de completude semântica.

1. A noção de requalificação dos lugares sintáticos

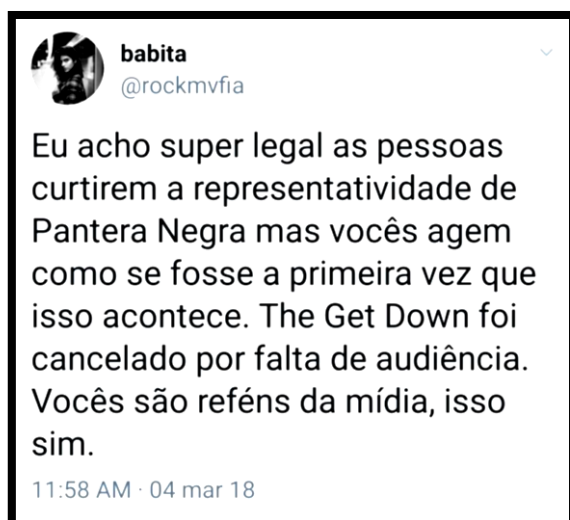
Quando falamos em completude dos nomes, seja essa completude em relação ao lugar sintático do sujeito, seja em relação ao lugar sintático de complemento, não estamos restritos à ideia de complementação das abordagens tradicionais, isto é, não estamos associando esse termo à noção de

falta, propriamente, mas ao fato de que existe um lugar sintático ligado à nominalização cujas implicações de sentido se dão para além do nível orgânico. Expliquemos melhor descrevendo os planos, orgânico e enunciativo, sobre os quais repousa a noção de completude a qual estamos defendendo.

A perspectiva de Dias sobre o orgânico e o enunciativo tem esteio na concepção de Pêcheux (1998, p. 25), para quem a língua comporta um “fato estrutural implicado pela ordem simbólica”. Para aquele autor, o simbólico seria inerente à linguagem, ou seja, constitutivo da natureza da língua. A linearidade sintática, por sua vez, seria o lugar em que se manifesta uma tensão entre essas duas dimensões, a orgânica e a simbólica, que passam a ganhar visibilidade na relação de interdependência que se estabelecem uma com a outra na constituição da língua.

Esses são, portanto, os dois planos de constituição do fato linguístico. Na dimensão orgânica, podemos conhecer unidades que se articulam, formando núcleos que, por sua vez, também contraem relações com outros núcleos. Entretanto, essa dimensão puramente orgânica não nos fornece todas as condições para conhecermos uma língua. Ela requer uma interligação necessária com a dimensão que denominamos de dimensão enunciativa, a qual é regulada pelo discurso que arregimenta, segundo Dias (2002, p. 53), as forças de representação simbólicas (de natureza histórica).

Ocorre que essas duas dimensões, apesar de operarem numa relação constitutiva, são discrepantes, uma vez que não podemos dizer que há entre elas uma correspondência exata. O que estamos querendo dizer com isso é que nem todas as modulações do representável (dimensão simbólica) encontram correspondência nas formas de representação (dimensão material). Ilustremos com o exemplo a seguir:



Extraído do *Twitter*.

Observemos a FN (2) *A representatividade de Pantera Negra* considerando que, nesse espaço de regularidade da língua, ao recuperarmos a predicação suspensa pela NML (*Pantera Negra representa*), a FN *Pantera Negra* passa, claramente, a pressupor o agente que representa algo. Com isso, podemos dizer que, de certo modo, a projeção da ocupação de um lugar ligado à NML *representatividade* está na dimensão material. Por outro lado, não podemos dizer o mesmo quanto ao lugar de complemento, uma vez que a projeção da identidade desse lugar não está na sua dimensão material, mas numa formação simbólica. É possível identificar uma representatividade [*negra*], [*cultural*], [*de costumes*], [*de raça*], como ocupações possíveis desse lugar ligado à nominalização.

De modo semelhante, podemos observar, em rede, na Figura (3), uma saturação no plano do enunciável, mas agora em relação à ocupação do lugar do sujeito.

(3)



Extraído do *Twitter*.

Em (4) *Quería entender qual o motivo de tanta **resistência** à representatividade de Pantera Negra*, o lugar do sujeito – sujeito aqui não tomado simplesmente como um agente de uma ação, mas como o lugar, de fato –, da forma nominalizada *resistência* não está na sua dimensão material, mas na simbólica. É possível pensar em um “alguém” que resiste a essa representatividade, um “alguém” que tenha algumas características que o leva a assumir essa resistência, como, por exemplo, a de ser racista.

Essa discrepância constitutiva entre o material e o simbólico produz o que Dias (2002, p. 53) denomina de demanda de saturação. Sendo assim, o fato linguístico é definido, segundo o autor, “de acordo com uma tensão entre uma estabilidade da unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade própria de um domínio de forças a ser representado, de outro”. A demanda de saturação diz respeito, portanto, a uma relação constitutiva entre essa unidade estabilizada, ou não, e um domínio do representável, ou dito de outro modo, ela pode ser entendida como um ajustamento entre a dimensão material e a dimensão simbólica.

Sendo assim, essas unidades chamadas de sujeito e de complemento, antes de serem uma palavra, são um lugar sintático. O sujeito é entendido nessa

perspectiva como um lugar dentro do qual se pratica uma maneira de significar, portanto, como um lugar de funcionamento da enunciação.

2. O papel projetivo das nominalizações

Podemos inserir o caso das nominalizações naquilo que Dias (2002, p. 53) chama de sujeito base, ao lado de mais outros três tipos de sujeito, definidos conforme as configurações enunciativas de constituição do ponto de convergência. Nesse tipo, temos o sujeito cuja base é constituída a partir do núcleo do sintagma nominal, ou melhor, no sintagma nominal que tem como núcleo o substantivo, no caso do nosso estudo, a NML. Esta se caracteriza por ser um ponto de apoio, de estabilidade, na demanda de saturação, como no enunciado (4) *Queria entender qual o motivo de tanta **resistência** à representatividade de Pantera Negra*, no qual a nominalização *resistência* se constitui como o ponto de estabilidade na demanda de saturação de um lugar ocupado (virtualmente) por algo ou alguém que resiste à representatividade de um filme.

Observando sob esse viés, podemos dizer que uma forma nominalizada possui o papel de projetar as ocupações na formação nominal. Antes de entendermos melhor isso, precisamos ancorar essa noção de projeção. Para nós, essa ancoragem se dá na concepção de definitude segundo Dias (2003), que condiciona a ocupação do lugar de sujeito a esse fator, ao lado de outros fatores como indefinição e generalização. É através da definitude, afirma Dias (1993b, p. 748), que se constitui o lugar do enunciador nas demandas socialmente constituídas. Nesse sentido, é possível que identifiquemos uma ocupação ou não desse lugar na dimensão orgânica. E ainda assim, mesmo sendo ocupado, esse sujeito pode se apresentar com características de indefinição.

Se nos apoiamos na concepção de sujeito base, temos que uma forma nominalizada se apresenta, em geral, como núcleo da FN e, em torno dela, é que se pode analisar essa escala do que estamos chamando de definitude referencial. Vejamos um exemplo:

(5)



Fonte: CNTE.org. Publicado em: 04 de nov. de 2016.

No enunciado (6) *Somos a razão das lutas dos nossos ancestrais. Resistência sempre!*, observemos a FN *resistência*. A não ocupação orgânica de um “nós”, por exemplo, como agente dessa resistência, permite a ampliação dos referenciais desse lugar e novas pertinências enunciativas. O “nós”, sujeito gramatical do verbo “somos”, não fecha, digamos, as possibilidades de ocupação do lugar ligado à NML *resistência*. A demanda de pertinência dessa forma nominalizada se dá em função da dilatação dos referenciais. A definitude referencial, localizada em relação a esse ponto de ancoragem, vai estar relacionada, portanto, à pertinência que os objetos de memória vão contrair na instância de enunciação da sentença.

3. A nominalização e os efeitos de completude semântica

Com base nessa discussão, propomos uma identidade para o papel projetivo das nominalizações, em relação ao lugar do sujeito, a partir de três concepções referenciais sobre esse papel e seus efeitos de completude semântica, as quais passamos a descrever (ALENCAR NETO, 2018, p. 198).

A primeira concepção de projeção das ocupações opera na sustentação de uma anterioridade na instância da atualidade na enunciação. Estamos nos referindo ao fato de que, tomado como ponto de estabilidade na demanda de

saturação, o núcleo projeta um agente que não aparece exatamente como tal na instância presente, mas como um aparente complemento. Ele decorre da suspensão da predicação em uma outra instância enunciativa. É o caso de:

(7) **A repulsa** da classe média branca intelectualizada à geração tombamento.

(8) **A luta e resistência** do negro por Diretas Já!

(9) Não é **ascensão** social negra que aumenta o racismo, ela só desnuda o discurso falacioso de que não somos racistas.

(10) **A resistência dos quilombos** na poesia de José Carlos Limeira.

Nesses exemplos, as formas nominalizadas direcionam para possibilidades de saturação mais específicas, uma vez que ao tirarmos a predicação do seu estado de virtualização, poderíamos ter formações, em rede enunciativa, como:

(7a) A classe média branca intelectualizada repulsa (...)

(8a) O negro luta, resiste (...)

(9a) O negro ascende socialmente (...)

(10a) Os quilombos resistem (...)

O traço de determinação da ocupação se dá, portanto, no âmbito das articulações na convergência enunciativa. Nesse caso de projeção, dizemos que há o traço de definitude da ocupação, ou melhor, um traço que caminha para + definido, caracterizando o modo de enunciar, nesses exemplos, como menos indeterminado.

Por outro lado, algumas formas nominalizadas podem, enquanto ponto de estabilidade na demanda de saturação, não marcar um sujeito + determinado, + definido, mas, ainda assim, elas são capazes de sustentar direções de significações ao evocar diferentes domínios de mobilização. Essa é a segunda concepção de projeção, a qual se assenta no fato de que o traço de definitude da ocupação depende da trajetória enunciativa da forma nominalizada, isto é, de uma memória das enunciações de que esse nome fez parte. Analisemos algumas ocorrências que, em alguma medida, se inserem nessa noção de projeção.

(11)

Sociedade

Racismo

"Vai trepar muito no quartinho": Paes e a desumanização da mulher negra

por Djamila Ribeiro — publicado 29/08/2016 15h53

O Brasil é o país da cordialidade violenta, onde homens brancos se sentem autorizados a aviltar uma mulher negra e dizer que foi só uma brincadeira

Fonte: Carta Capital. Publicado em: 29 de ago. de 2016.

Observemos o enunciado:

(12) “Vai trepar muito no quartinho”: Paes e a **desumanização** da mulher negra.

Analisando o funcionamento de uma regularidade que se instala no lugar do sujeito na formação nominal *Paes e a desumanização da mulher negra*, entendemos que não seria ele, Eduardo Paes, aquele político filiado ao Partido Democratas, prefeito do Rio de Janeiro à época dessa publicação, sozinho, o responsável pela desumanização da mulher negra, na ocasião da entrega de casas populares aos moradores. Se assim fosse, bastaria que o locutor X, na cena enunciativa, construísse mais ou menos assim: *Paes desumaniza a mulher negra*, ou *Paes desumanizou uma mulher negra*.

Há uma demanda de pertinência para o uso de *desumanização* que está em função da necessidade de apagamentos, ou melhor, de virtualização de outros agentes. Reforça essa tese o fenômeno da predicação de existência nos traços de evidência da determinação do artigo definido ao marcar a pré-existência de mulheres negras que são desumanizadas por determinados agentes. Essa demanda de dizer atual é assegurada, ou até mesmo provocada, por uma anterioridade, isto é, a recorrência do uso do nome *desumanização*, que passou por um processo de nominalização, resultou num lugar já preparado para abrigar sujeito(s) e complementos(s), de modo que cada vez que criamos uma nova sentença com esse nome, a enunciação sofre uma coerção de natureza histórica, projetando esses lugares.

Então, nesse exemplo, ao tempo em que temos um traço de definitude referencial, temos também um traço de indefinição em razão da generalização

marcada pela forma nominalizada. Assume-se na própria enunciação da sentença uma parcela de indefinição do sujeito, ou seja, quem desumaniza a mulher negra? É possível pensar nessa saturação e, nesse sentido, assumimos o seguinte: na FN *a desumanização da mulher negra*, há uma virtualização dos agentes de desumanizar que, do nosso ponto de vista, pode ser resolvida levando-se em conta a reconstrução de uma memória discursiva. A fala de Eduardo Paes, *Vai trepar muito nesse quartinho*, seria apenas um referencial de desumanização dentro desse domínio de generalização, o que não exclui outros agentes e outras formas de desumanizar constituídas historicamente.

Além desse exemplo, outros podem se inserir nessa segunda perspectiva de projeção da nominalização enquanto núcleo do sujeito base. Ilustremos com alguns analisados em nossa tese de doutoramento (Alencar Neto, 2018, p. 209):

- (13) Noélia sofre racismo e **humilhação** em loja da PBKids em Shopping de São Paulo.
- (14) **Intolerância** religiosa. Terreiro de Mãe Rosana foi incendiado na madrugada.
- (15) A **apropriação** cultural destes signos ser vista como algo estiloso, enquanto seu uso por pessoas negras ser visto com preconceito é, além de racista, hipócrita.
- (16) Papa Francisco condena **perseguição** contra muçulmanos.

Aqui, também, se assume, na própria enunciação da sentença, uma parcela de indefinição do sujeito. O traço de definitude da ocupação se dá em função da pertinência que a memória de significações contrai na instância de enunciação. Isso significa que a forma nominalizada, enquanto ponto de estabilidade na demanda de saturação, mesmo não marcando um sujeito + determinado, + definido, vai condensar, em alguma medida (para mais ou para menos), as possibilidades de definitude, em razão exatamente dessa historicidade de dizeres que ela abriga, como é o caso das formas *humilhação*, em (13), e *perseguição* contra muçulmanos, em (16). Há um memorável desses agentes que agem humilhando negros em lojas e daqueles que perseguem muçulmanos.

As possibilidades de saturação semântica vão estar ancoradas nesse memorável atualizado, isto é, na relação entre essa memória de significações e uma pertinência do significar atual. Assim também se dá em *intolerância religiosa*, em (14), e *apropriação cultural*, em (15). Não está marcado lexicalmente quem não tolera uma religião ou quem se apropria culturalmente de alguns signos, mas a forma nominalizada parece abrigar esses possíveis sujeitos, uma vez que condensa as possibilidades de definitude.

Em outros casos, o traço de ocupação pode se caracterizar como ainda + indeterminado, em razão de uma dispersão da definitude referencial. Não há limites rígidos entre essa terceira concepção de projeção do núcleo do sujeito base e a segunda concepção. Optamos por inserir algumas formações nominais nesse grupo, em razão de essas formações apresentarem um traço maior de indefinição, incluindo aí, por exemplo, o caso dos nominais de infinitivo, que, para nós, não estaria nem no grupo primeiro, nem no segundo papel projetivo. Dito de outro modo, a definitude referencial das formações nominais que estão nesse grupo assenta-se no fato de que o núcleo, ou melhor, a forma nominalizada, condensa mais as possibilidades de definitude. Vejamos:

(17) Não há cultura de **denúncia** do racismo no Brasil, dizem especialistas.

A fim de melhor explicarmos, retomemos também os exemplos:

(4) Queria entender qual o motivo de tanta **resistência** à representatividade de Pantera Negra.

(6) Somos a razão das lutas dos nossos ancestrais. **Resistência** sempre!

Tentemos explicar essa questão estabelecendo uma diferença entre os exemplos (4) e (6). Observando, nas duas ocorrências, a mesma forma nominalizada, *resistência*, podemos enxergar, ainda que sutilmente, uma questão que as separa. Em (6), ainda que um outro sujeito – no caso *nós*, ocupando um outro argumento, ou melhor, um outro lugar que não o projetado pela nominalização –, não feche a definitude referencial de *resistência*, esse outro sujeito parece compor, ainda que indiretamente, o quadro de agentes potenciais.

Não se trata de recuperar um termo capaz de ocupar o lugar do sujeito *resistência* no processo de textualização, até porque, como dissemos, não é ele que vai fechar a definitude desse núcleo, mas de considerá-lo como possibilidade em relação a *quem deve resistir sempre?* O que não acontece com *resistência*, em (4), visto que a definitude da ocupação está ainda menos marcada lexicalmente, ou seja, não há nenhum traço na formação extensiva que aponte para algum agente, além da historicidade de dizeres condensada pelo núcleo, que vai ser capaz de projetar os agentes potenciais.

É nesse sentido que afirmamos que o núcleo vai concentrar mais as possibilidades de definitude, ou seja, o núcleo tem uma responsabilidade maior quanto a essa definitude, já que o sujeito se apresenta mais indeterminado. Ainda que, por vezes, estendida ao seu determinante, como em *denúncia do racismo*, em (17), no qual o determinante *do racismo* é parte essencial desse núcleo na projeção, essa possibilidade de condensação da definitude cabe a ele, o núcleo.

Entendemos o caso dos nominais de infinitivo como um exemplar dessa concepção de projeção. Consideremos o exemplo a seguir:

(12)



Fonte: Revista Fórum.

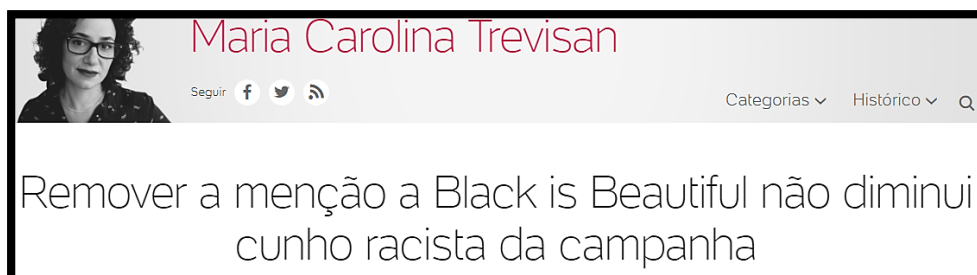
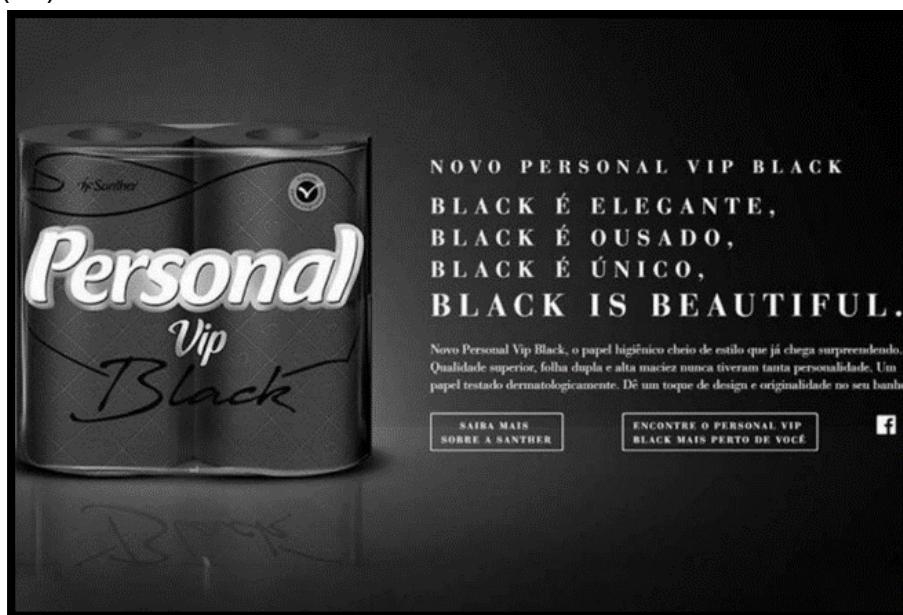
Observemos o enunciado:

(18) Um livro para **refletir e mobilizar**.

Entendemos que os nominais *refletir* e *mobilizar*, núcleos de um *sujeito base*, parecem figurar ainda mais alto na escala dos graus de indeterminação. Por mais que pensemos em uma possibilidade como *um livro para você refletir*, considerando que se trata do gênero propaganda, imbuído, portanto, de uma função conativa da linguagem, esse *você* ainda se apresenta com características de indefinição, dada a sua amplitude. Do mesmo modo, podemos pensar a forma *mobilizar*, em *quem vai mobilizar?* (e aqui poderíamos pensar, também, em *mobilizar o quê?* já que essa discussão de projeção histórica passa, também, pelo lugar de complemento). O *você*, agente possível, equivaleria a *alguém* e se apresentaria, nessas condições, com características de indefinição.

Contudo, assim como os exemplos que discutimos na concepção anterior de projeção, esses casos envolvendo os nominais de infinitivo também podem ser inseridos numa proposta escalar, portanto, não fechados em um único olhar que se aplique a todo caso dessa natureza. A fim de melhor entender esse movimento de sentidos, consideremos os exemplos a seguir:

(13)



Fonte: Maria Carolina Trevisan (*blogosfera*). Publicado em: 24 de out. de 2017.

(14)



Fonte: Gazeta do Povo. Publicado em: 17 de out. de 2017.

Tomemos os enunciados:

(19) **Remover** a menção a *Black is Beautiful* não diminui cunho racista da campanha.

(20) Afro-matemática será matéria obrigatória em curso de universidade federal. Um dos objetivos é “**romper** com os moldes da educação reprodutora do racismo”.

Nos exemplos (19) ao (20), o traço de definitude da ocupação do sujeito vai se tornando cada vez mais determinado. Se observarmos o enunciado em (19), vemos que ele se refere a uma campanha que anuncia um papel higiênico preto com *slogan* do movimento negro americano dos anos 1960, denominado de *Black is Beautiful*, cujo propósito era o de “desconstruir a noção, incutida pelo racismo, de que o fenótipo natural negro – pele escura, cabelo crespo e traços faciais – é feio ou menos atraente do que o padrão de beleza eurocêntrico”.

Então, considerando que se trata de uma campanha, a pergunta possível, diante da cena enunciativa construída pelo locutor X, é: quem vai remover, ou quem pode remover a menção a *Black is Beautiful* dela? Entendemos que figuram entre esses agentes, os idealizadores, os executores e os responsáveis pela marca ou produto. Do mesmo modo que, em (20), o enunciado anterior que compõe a notícia, qual seja, *Afro-matemática será matéria obrigatória em curso de universidade federal*, funciona como um domínio referencial que possibilita a

constituição, em alguma medida (para mais, se comparado ao exemplo *Um livro para refletir e mobilizar*) dos traços de definitude da ocupação do sujeito.

Considerações finais

Considerando a descrição das três concepções referenciais sobre esse papel projetivo das nominalizações na ocupação, no plano orgânico ou enunciativo, de um lugar sintático ligado à essa forma linguística, acreditamos ter contribuído para a definição de um estatuto de completude inerente à significação dos termos nominalizados.

Na medida em que concebemos uma sustentação discursiva para esses enunciados analisados, foi possível projetar, a partir de um núcleo nominalizado como ponto de estabilidade na demanda de saturação, um domínio de referência capaz de dar suporte a uma ocupação. Essa concepção permitiu olharmos os enunciados não somente pelo eixo orgânico, mas também pelo eixo de possibilidades, observando neles os traços de (in)definição na ocupação do lugar do sujeito.

Podemos dizer, portanto, que as demandas de projeção é que determinam os modos de produção de pertinência das nominalizações, na medida em que há algo anterior que sustenta essas demandas, e que possibilita, na instância de enunciação presente, saturações semânticas que vão fazer significar de um jeito e não de outro, como mostramos nas análises.

Referências

ALENCAR NETO, Waldemar Duarte de. **As formações nominais em textos sobre racismo e antirracismo**: o caso das nominalizações. Belo Horizonte, BH, 2018. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

DALMASCHIO, Luciani. **Predicação dirigida x predicação centrada**: a (não) ocupação do lugar sintático de objeto na perspectiva da semântica da enunciação. Belo Horizonte, BH, 2013. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

DIAS, Luiz Francisco. Enunciação e definitude. Estudos Linguísticos – **XXII Anais de Seminários do GEL**. Vol. 1. Grupo de Estudos Linguísticos Est. de São Paulo. Ribeirão Preto, 1993b, p. 747-752.

_____. **Fundamentos do sujeito gramatical:** uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (org.). *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002, p. 47-63.

_____. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, C. S. (org.). **Questões de linguística**. Universidade de Passo Fundo: UPF Editora, 2003, p. 57-69.

_____. Enunciação e regularidade sintática. In: GUIMARÃES, E. R. J.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (orgs.). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: Unicamp, p. 7-30, jan./jun. 2009a, p. 7-30.

_____. **Enunciação e relações linguísticas**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento:** um estudo da designação. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

LADEIRA, Emiliana da Consolação. **O lugar do “sujeito indeterminado” sob uma abordagem enunciativa**. Belo Horizonte, BH, 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas: Pontes, n. 2, p. 07-31, jul./dez.1998.